



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ALEXANDRE ROBSON MARTINES

**CAMINHOS LINGUÍSTICO-SEMIÓTICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: SIGNIFICAÇÃO, COGNIÇÃO E TRATAMENTO DA
LINGUAGEM**

**MARÍLIA, SP
2025**

ALEXANDRE ROBSON MARTINES

**CAMINHOS LINGUÍSTICO-SEMIÓTICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: SIGNIFICAÇÃO, COGNIÇÃO E TRATAMENTO DA
LINGUAGEM**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e
Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho” (UNESP), Campus Marília, como
requisito para obtenção do título de Doutor em
Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e
Conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da
Informação

Orientador: Carlos Cândido de Almeida

MARÍLIA, SP
2025

M385c

MARTINES, Alexandre Robson

Caminhos linguístico-semióticos para a organização do conhecimento : significação, cognição e tratamento da linguagem / Alexandre Robson MARTINES. -- Marília, 2025
689 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Carlos Cândido de Almeida

1. Organização do conhecimento. 2. Representação da
Informação. 3. Discurso. 4. Pragmática. 5. Semiótica. I. Título.

ALEXANDRE ROBSON MARTINES

**CAMINHOS LINGUÍSTICO-SEMIÓTICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: SIGNIFICAÇÃO, COGNIÇÃO E TRATAMENTO DA
LINGUAGEM**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e
Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho” (UNESP), Campus Marília, como
requisito para obtenção do título de Doutor em
Ciência da Informação.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida
(Orientador)

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Filosofia e Ciências
Marília, SP

Prof. Dr. Walter Moreira

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Filosofia e Ciências
Marília, SP

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina, PR

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Filosofia e Ciências
Marília, SP

Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva

Universidad de Murcia
Murcia, ESP

São Paulo, SP
Marília, 31 de março de 2025.

À Magda Morais
Minha espera; minha presença; meu lar
Ao Heithor Martines
Meu presente; minha ausência; meu milagre

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sinônimo de que o objetivo foi alcançado ou está realizado, pois o ato de agradecer é uma manifestação de carinho que envolve a presença de outras pessoas, as quais foram vitais para que o indivíduo enquanto pesquisador pudesse ser sujeito realizador de um feito maior que as próprias ambições.

Desse modo, é preciso agradecer a Unesp, como centro formador de conhecimento, cultura e intelectualidade, em destaque ao PPGCI de Marília, que me acolheu desde 2018 e me permitiu um caminho maravilhoso entre a ciência, a pesquisa e a ressignificação da minha função no mundo.

Nesse sentido, também *merece la pena* agradecer a *Universidad* de Murcia, y *poner en relieve* que me recebeu durante minha estância-sanduíche, abrindo-me as portas para um cenário internacional, com outras perspectivas sobre a ciência e sobre a informação.

Também gostaria de agradecer ao Centro Paula Souza por ter cedido uma licença para a realização dos estudos de internacionalização, assim podendo realizar um sonho de ser um homem do mundo e conhecer outras línguas, culturas e pessoas para além do oceano.

Em se tratando do intercâmbio, é preciso agradecer muito à Capes pelo financiamento e por todo o apoio para que esse momento pudesse ser realizado com tanta dedicação, carinho, superação, configurando a amplitude de experiência, conhecimento, mas também estratégias para efetivar avanços para a ciência brasileira.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

Também quero destacar a minha gratidão aos Grupos de pesquisa, como Labores, Labs e Fundamentos Teóricos da Informação, com encontros ricos e extremamente importantes para meu acesso a informações tão precisas e contundentes sobre tantos vieses teóricos, em destaque os desdobramentos acerca da semiótica.

Entre tantos agradecimentos, manifesto minha gratidão aos colegas de jornada, amigos de tantas horas, parceiros de produção, a destacar meu querido Wilson e às queridas Valdirene, Etefania, Ana, Tamyres e Giovanna.

Agradeço ao Professor Isidoro pela minha acolhida em Murcia. Suas preocupações, nossas conversas e a maravilhosa visita à sua casa, com um lindo quintal dentro do Mediterrâneo. Nossos debates foram fundamentais para que eu pudesse entender a dimensão das minhas propostas, não apenas com o papel de execução, mas, sim, em uma proposta de renovação.

Agradeço aos professores que aceitaram integrar a banca de qualificação e defesa. Professores Walter, Miguel, Isidoro e Mariangela foi uma honra poder contar com as contribuições de vocês para o aprimoramento e refinamento desta pesquisa.

Ao professor Carlos. Sei que não gosta de elogios e também não fica confortável com agradecimentos, porém é importante salientar o privilégio que é poder ser orientado por você. A gente não aprende somente sobre semiótica, mas está no pacote ciência, política, história, educação, cidadania, ética, responsabilidade, superação e acreditar que é possível sempre galgar um degrau acima. Graças a sua inquietação e insistência, eu pude realizar alguns sonhos: publicar artigos, participar de congressos, ter produção internacional, realizar um doutorado, morar no exterior e acreditar que uma tese de revisão possa oferecer outras respostas para a ciência.

À minha família. Espero que tanto sofrimento seja revertido em conquistas. De todas as dores de se fazer um doutorado e escrever uma tese, a ausência é a maior. Tantas lágrimas de saudade, tantas noites de espera somados a tantas renúncias para que eu pudesse ler, escrever, refletir, reclamar e me revoltar e, assim, ir e voltar.

Esta tese não seria tão complexa se não houvesse as preocupações diárias de minha mãe, tentando entender o porquê era preciso ler mais um livro em meio a tantos outros, porque eu insistia em ser minucioso e explorar mais uma página de escrita se já tantas estavam desenvolvidas.

À Magda, que no meio do caminho ofereceu-me o seu coração e não teve medo de enfrentar a jornada de uma tese interminável e cheia de reviravoltas. Acreditou no amor, no companheirismo, na presença mesmo sabendo que já era programada a minha ausência. Soube sofrer a distância para viver cada vão momento em minha espera, na espera de eu ser plural na conquista de um pequeno lugar na ciência.

Ao Heithor, meu menino, que chorou porque teve que ficar um longo tempo sem minhas broncas, mas disse como um rapazinho cheio de convicções que se era para um bem maior, seria forte o suficiente para ver o pai viver o sonho.

“Sou um guardador de rebanhos.
O rebanho é os meus pensamentos
E os meus pensamentos são todos sensações.
Penso com os olhos e com os ouvidos
E com as mãos e os pés
E com o nariz e a boca.
Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la
E comer um fruto é saber-lhe o sentido.

Por isso quando num dia de calor
Me sinto triste de gozá-lo tanto,
E me deito ao comprido na erva,
E fecho os olhos quentes,
Sinto todo o meu corpo deitado na realidade,
Sei a verdade e sou feliz.”
(Alberto Caeiro/Fernando Pessoa)

“As palavras estão lá deliberadamente ausentes quanto as próprias coisas; não há nem descrição de um vocabulário nem recursos à plenitude viva da experiência. Não se volta ao aquém do discurso – lá onde nada ainda foi dito e onde as coisas apenas despontam sob uma luminosidade cinzenta; não se vai além para reencontrar as formas que ele dispõe e deixou atrás de si; fica-se, tenta-se ficar no nível do próprio discurso”. (Michel Foucault)

“Todo parecer é imperfeito: oculta o ser; é a partir dele que se constroem um querer-ser e um dever-ser, o que já é um desvio do sentido. Somente o parecer; enquanto o que pode ser – a possibilidade – é vivível” (Algirdas Julien Greimas)

RESUMO

MARTINES, Alexandre Robson. **CAMINHOS LINGÜÍSTICO-SEMIÓTICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: SIGNIFICAÇÃO, COGNIÇÃO E TRATAMENTO DA LINGUAGEM**. 2025. 689 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2025.

A informação assume um papel fundamental na relação entre a realidade e uma mente. Nesse aspecto, uma mente se apresenta ser capaz de reconhecer os aspectos físicos de como a informação se apresenta e, por conseguinte, através de fatores que envolvem toda a trajetória da cognição seja capaz de haver a percepção, a representação, a sistematização, a mediação, a organização e a interpretação dessa informação, pois o sentido e a significação se constroem no enunciado, na enunciação e no discurso, diferentes resultados de uma abordagem limitada à forma, à expressão e à imanência do significado. Desse modo, o objetivo proposto é revisar os elementos teóricos da semântica, da pragmática e da semiótica na organização do conhecimento e propor a constituição de uma diretriz teórica da significação pertinente à área. Essa diretriz constituir-se-á de abordagens epistemológicas e conceituais que tratarão de alguns fundamentos teóricos da semiótica peirceana e francesa, da semântica funcionalista e da pragmática nos processos cognitivos inerentes à interpretação e, assim, debater sobre como podem incidir nos procedimentos de sistematização de conceitos, de tratamento da informação e recuperação da informação na organização do conhecimento. Para tanto, aplicou-se uma metodologia de abordagem qualitativa, teórica, cujo viés é direcionado pela revisão sistemática que perfaz uma pesquisa bibliográfica, assim a lógica aplicada para promover a construção dos raciocínios é o método hipotético-dedutivo, que permitiu a verificação das informações, confrontar os conceitos e estabelecer interpretações que resultam em inferências contundentes acerca do papel da linguagem no cenário da organização do conhecimento. Para a construção das proposições que norteiam as análises, ocorreu a revisão de fundamentos teóricos da organização do conhecimento, no que tange à constituição dos sistemas de organização do conhecimento, direcionados ao entendimento do conceito, como também aos processos de organização do conhecimento, os quais evidenciam os procedimentos, ferramentas, serviços e produtos da informação. Além disso, também se exploraram fundamentos teóricos das linhas da semântica, da pragmática e da semiótica. Como resultado, é possível apontar a importância da triangulação dos instrumentos dessas áreas para explorar o sentido e a significação que se realizam nas esferas da enunciação e do discurso, os quais possibilitam a correlação e recuperação do *background* na constituição do conhecimento, ampliando a análise para além dos interesses de comunidades específicas e domínios.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Representação da informação. Discurso. Pragmática. Semiótica.

ABSTRACT

MARTINES, Alexandre Robson. **LINGUISTIC-SEMIOTIC PATHS FOR THE ORGANIZATION OF KNOWLEDGE: SIGNIFICANCE, COGNITION AND TREATMENT OF LANGUAGE**. 2025. 689 f. Thesis (PhD Degree) – Postgraduation Program in Information Science, Faculty of Philosophy and Sciences, Paulista State University “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2025.

Information plays a fundamental role in the relationship between reality and a mind. In this regard, a mind is capable of recognizing the physical aspects of how information is presented and, therefore, through factors that involve the entire trajectory of cognition, it is capable of perceiving, representing, systematizing, mediating, organizing and interpreting this information, since meaning and significance are constructed in the statement, in the enunciation and in the discourse, different results of an approach limited to the form, expression and immanence of meaning. Thus, the proposed objective is to review the theoretical elements of semantics, pragmatics and semiotics in the organization of knowledge and to propose the constitution of a theoretical guideline of meaning pertinent to the area. This guideline will consist of epistemological and conceptual approaches that will address some theoretical foundations of Peircean and French semiotics, functionalist semantics and pragmatics in the cognitive processes inherent to interpretation and, thus, debate how they can affect the procedures of systematization of concepts, information processing and information retrieval in the organization of knowledge. To this end, a qualitative, theoretical approach methodology was applied, whose bias is directed by the systematic review that completes a bibliographic research, thus the logic applied to promote the construction of reasoning is the hypothetical-deductive method, which allowed the verification of information, confrontation of concepts and establishment of interpretations that result in strong inferences about the role of language in the scenario of knowledge organization. In order to construct the propositions that guide the analyses, the theoretical foundations of knowledge organization were reviewed, with regard to the constitution of knowledge organization systems, aimed at understanding the concept, as well as the processes of knowledge organization, which highlight the procedures, tools, services and information products. In addition, theoretical foundations from the lines of semantics, pragmatics and semiotics were also explored. As a result, it is possible to point out the importance of triangulating the instruments of these areas to explore the meaning and significance that are realized in the spheres of enunciation and discourse, which allow the correlation and recovery of the background in the constitution of knowledge, expanding the analysis beyond the interests of specific communities and domains.

Keywords: Knowledge Organization. Information Representation. Discourse. Pragmatics. Semiotics.

RESUMEN

MARTINES, Alexandre Robson. **CAMINOS LINGÜÍSTICOS-SEMIÓTICOS PARA LA ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO: SIGNIFICACIÓN, COGNICIÓN Y TRATAMIENTO DEL LENGUAJE**. 2025. 689 f. Tesis (Doctorado) – Programa de Postgrado en Ciencias de la Información, Facultad de Filosofía y Ciencias, Universidad Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2025.

La información desempeña un papel fundamental en la relación entre la realidad y la mente. En este aspecto, una mente es capaz de reconocer los aspectos físicos de cómo se presenta la información y, por lo tanto, a través de factores que involucran toda la trayectoria de la cognición, es capaz de la percepción, representación, sistematización, mediación, organización e interpretación de la información, pues el sentido y la significación se construyen en el enunciado, la enunciación y el discurso, resultados diferentes de un enfoque limitado a la forma, expresión e inmanencia del significado. Así, el objetivo propuesto es revisar los elementos teóricos de la semántica, la pragmática y la semiótica en la organización del conocimiento y proponer la constitución de una pauta teórica de significado pertinente al área. Esta pauta constará de enfoques epistemológicos y conceptuales que abordarán algunos fundamentos teóricos de la semiótica, la semántica funcionalista y la pragmática peirceana y francesa en los procesos cognitivos inherentes a la interpretación y, así, discutirán cómo pueden afectar los procedimientos de sistematización de conceptos, procesamiento de información y recuperación de información en la organización del conocimiento. Para ello se aplicó una metodología de enfoque teórico cualitativo, cuyo sesgo es dirigido por la revisión sistemática que conforma una investigación bibliográfica, por lo que la lógica aplicada para promover la construcción del razonamiento es el método hipotético-deductivo, que permitió verificar información, comparar conceptos y establecer interpretaciones que resulten en inferencias sólidas sobre el papel del lenguaje en el escenario de la organización del conocimiento. Para construir las proposiciones que guían los análisis, se revisaron los fundamentos teóricos de la organización del conocimiento, en lo que respecta a la constitución de sistemas de organización del conocimiento, encaminados a comprender el concepto, así como los procesos de organización del conocimiento, que resaltan procedimientos, herramientas, servicios e información y productos. Además, también se exploraron fundamentos teóricos en el ámbito de la semántica, la pragmática y la semiótica. Como resultado, es posible señalar la importancia de triangular los instrumentos en estas áreas para explorar el sentido y la significación que tienen lugar en las esferas de la enunciación y el discurso, que posibilitan la correlación y recuperación del trasfondo en la constitución del conocimiento, ampliando el análisis más allá de los intereses de comunidades y dominios específicos.

Palabras clave: Organización del conocimiento. Representación de información. Discurso. Pragmática. Semiótica.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das hipóteses.....	42
Quadro 2 – Temas recorrentes na organização do conhecimento.....	54
Quadro 3 – Referencial teórico: semântica; pragmática; semiótica.....	57
Quadro 4 – Fundamentos teóricos do enunciado, enunciação, discurso e cognição.....	58
Quadro 5 – Delineamento metodológico – Dos Objetos.....	64
Quadro 6 – Resolução Metodológica.....	64
Quadro 7 – Percurso Gerativo do Plano da Expressão.....	276
Quadro 8 - Quadro Síntese: Diretriz Teórica Linguístico-Semiótica para Organização do Conhecimento e da Informação.....	633

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Delimitação do problema	22
1.2 Construção das hipóteses	39
1.3 Objetivos	44
1.3.1 Objetivo Geral	45
1.3.2 Objetivos Específicos.....	45
1.4 Justificativa	46
1.5 Metodologia	51
 2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	69
2.1 Organização do conhecimento	74
2.1.1 Conhecimento, conceito e realidade	88
2.1.2 Conceito e sua constituição.....	90
2.1.3 Teoria do conceito e a organização do conhecimento.....	126
2.1.4 Organização do conhecimento e organização da informação...	144
2.2 Organização da informação	152
2.2.1 Escola Francesa.....	164
2.2.2 Escola Inglesa	176
2.3 Linguagem documentária, linguagem de indexação e a recuperação da informação	188
2.5 Representação da informação e tratamento da linguagem	203
2.5 À guisa de síntese	206
 3 SEMIÓTICA: O SIGNO NA REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE	210
3.1 Peirce e a semiótica: a relação entre as categorias fenomenológicas e os diagramas do signo	219
3.2 Semiótica e o discurso: percurso gerativo e o plano da expressão	260
 4 SEMÂNTICA: O SENTIDO, O SIGNIFICADO E A SIGNIFICAÇÃO	287
4.1 Origem e desdobramento da semântica: fundamentos teóricos	309
4. 2 Semântica Lexical: diálogos com a lexicologia e com a morfologia.....	317
4.3 Semântica Estrutural: fundamentos da semiologia	334
4. 4 Semântica Gerativa: a relação entre a sintaxe e a mente	359

4. 5 Semântica Formal: a referência, o sentido e o critério de verdade aplicado à linguagem matemática.....	389
4. 6 Semântica da Enunciação: a esfera textual e as marcações no discurso	411
4. 7 Semântica Cognitiva: organização das percepções e das convenções.....	446
5 PRAGMÁTICA: COMPORTAMENTO, COGNIÇÃO E VERDADE	488
5. 1 Pragmática e filosofia analítica: aspectos lógico-linguísticos e os objetos	511
5.2 Jogos de linguagem e formas de vida: uma pragmática moldada pela interação	532
5.3 Atos de fala: a constituição da pragmática filosófico-linguística.....	550
5.4 A pragmática e o contexto: fatores de sentido no propósito de interpretação	577
6. TRATAMENTO DA LINGUAGEM: CAMINHOS LINGUÍSTICO-SEMIÓTICOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	602
6.1 Desdobramentos semióticos para a organização do conhecimento	608
6.2 Semântica e organização do conhecimento: novos diálogos necessários	620
6.3 Pragmática e organização do conhecimento: reflexões e apontamentos epistemológicos	626
6.4 Caminhos linguístico-semióticos para a organização do conhecimento: diretriz teórica	630
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	651
REFERÊNCIAS.....	656

1 INTRODUÇÃO

A informação é um objeto científico de múltiplas faces, consequentemente recebe diversas classificações, alinhavada com discussões epistemológicas, metodológicas, técnicas, práticas, estratégicas, por isso demonstra caminhos que afetam mentes capazes de aprender, os quais são responsáveis pelas grandes transformações na ordem do mundo ao longo do tempo e do espaço. Desse modo, a informação é recurso fundamental na orientação do conhecimento, assim inerente à articulação da linguagem, em destaque, nos processos que culminam à cognição.

Os fundamentos da informação estão direcionados à acesso, à aprendizagem, à comunicação, bem como atua nas dinâmicas sociais, corporativas, políticas, históricas e científicas, por conseguinte sua pertinência ao contexto e ao uso é decorrente de organização, de sistematização, de armazenamento, de representação, de recuperação, de usabilidade, de difusão, de reflexão, de mediação e de significação.

As discussões científicas acerca da informação, como objeto de análise e suscetível à aplicação de métodos para mensurar, medir, organizar, nomear, sistematizar, são recentes, permeiam o século XX, como respostas às necessidades das Grandes Guerras. Fundamentações sobre sua natureza surgem no século XIX, porém é no século XX, com dois grandes episódios, que a informação passa a ser preocupação que envolve a disseminação cultural, como também estratégias de guerra.

Com finalidades bem distintas, um dos episódios é marcado pelo movimento iniciado na Bélgica, denominado de *Mundaneum*, em 1924, encabeçado por Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1853-1943), que visualizavam a cooperação entre os povos a fim de compartilhamento cultural e de conhecimento; já o outro episódio, estimulado pelos adventos da Segunda Grande Guerra, conduzido, primeiramente, por Alan Turing, com seu jogo da imitação, a fim de decifrar o Enigma – tecnologia nazista de comunicação – e, posteriormente, por Claude Shannon, ao apresentar sua teoria de comunicação matemática, em que o termo informação ganha destaque e se torna, efetivamente, um produto e um processo de interesses de várias áreas do saber.

Todavia, antes de a informação ser transformada em objeto científico, de grande aporte bélico, cultural, científico, político, histórico e econômico, muitos

pensadores de diversas ramagens já exploravam seus fundamentos, muitos sem ter muita convicção de sua definição, caracterização, procedência, aplicação ou até mesmo existência.

Dessa forma, a compreensão sobre a existência e a concepção de informação demorou séculos para se consolidar, ou seja, informação é um fundamento que, embora tenha sido aplicado durante muitas conquistas de saberes, não possuía uma ontologia para direcionar sua existência.

Diante disso, é válido destacar que a informação é um processo pertinente desde as pinturas rupestres e a manipulação do fogo, da pedra lascada, do ambiente e do reconhecimento dos alimentos e dos predadores, porém essas mentes nem imaginam que um dia haveria uma ciência voltada para debater os fatores ontológicos, teleológicos, metodológicos, técnicos, práticos, cognitivos, estratégicos e epistemológicos da informação.

Com isso, fica evidente que há muito ainda a ser compreendido sobre a natureza da informação, pois ela possui uma importância na organização, classificação, categorização e representação das coisas do mundo que, mesmo que não se perceba a sua existência, a informação acontece e cumpre o seu papel, que permeia a percepção, o acesso, a interação, a associação, a acomodação, a correlação, a cognição, a aprendizagem, o uso, a aplicação e a repetição.

Dessa maneira, entende-se que a informação não atua sozinha, livre no mundo, consequentemente aponta-se que a linguagem é a materialização da informação, pois se o sinal pode ser reconhecido através de estratégias matemáticas; compreender os registros, traduzir os signos, construir conceitos, elaborar termos e gerar momentos que ampliem o conhecimento através da cognição, essas ações cognitivas só são possíveis devido ao significado, ao sentido e à significação, e esses fundamentos são produtos de processos realizados através da aplicação da linguagem.

Nesse sentido, viabiliza-se revisitar o entendimento acerca da cognição, porém não se trata de retomar teorias já estudadas na ciência da informação, em que a cognição é vista como um fator mentalista. Nessa nova proposta, a cognição é tratada sob o viés de teorias que articulam a linguagem como mediação da realidade, logo entende-se que a percepção, a compreensão, o reconhecimento, a aprendizagem demandam confrontos com as qualidades dos objetos e fenômenos para serem assimilados, descritos e organizados.

Assim, a informação se materializa em linguagem, esta lhe dá forma e permite, inerente a processos que envolvem percursos e ações do signo, alcançar o seu conteúdo complexo, isto é, um conteúdo composto por aspectos tematizados no **discurso**, pois a manifestação da informação ocorre conforme às dimensões físicas da forma, por isso afetam a percepção.

Por sua vez, a linguagem promove no percurso cognitivo o acesso ao conteúdo, o qual se efetiva nas modulações do discurso, bem como sua intencionalidade, direcionalidade, situacionalidade e aspectualização de fatores presentes desde o enunciado e que perfazem a ampliação do sentido na enunciação e a constituição dos intertextos e interdiscursos através da qualidade do **background**.

Posteriormente a esses fenômenos mentais, devido à experiência acumulada decorrente à repetição e à capacidade de se criar generalidades, é possível que parte do conteúdo explorado em determinados momentos seja capsulado em concepções, desse modo promovendo a economia informacional, ou seja, com poucas palavras, isto é, elementos mínimos da linguagem, denominado **catálise**, é possível recuperar todo um conhecimento já discursivizado anteriormente.

A linguagem representa a realidade, pois nomeia as coisas do mundo e lhe proporciona fundamentos de explicação, definição, descrição e classificação; a linguagem também medeia a realidade, já que é um mecanismo natural da cognição, isto é, há sempre o uso de estratégias simbólicas para demonstrar de modo mais simplificado como atuam as coisas do mundo, como fatos, eventos, fenômenos e objetos. Fazendo uso de uma analogia: a informação é um gerador de energia como um motor, enquanto a linguagem é um transformador, como um dínamo.

As primeiras manifestações da informação como ciência foram direcionadas ao tratamento do *bit*, isso motivou que teorias da cognição desenvolvessem modelos mentais baseados em uma mente computacional (Fodor, 1984, 2014), levando a estabelecer tendências que, juntamente com os interesses políticos, ideológicos e econômicos, ampliassem o modelo de pensamento baseados em estruturas de raciocínio fundamentado no algoritmo, permitindo que o final do século XX e início do século XXI fossem marcados pelo *Soft Power* (Mattelart, 2006).

Diante disso, as preocupações voltadas para a atuação cognitiva na construção do conhecimento ou os aparatos simbólicos constituídos pelas culturas reivindicam a linguagem como elemento sistematizador da mensagem em uma condição possível

de gerar sentido e significação e ser compreendida, organizada estrategicamente, aplicada, representada, armazenada, recuperada, mediada, difundida e monetizada.

Sem a linguagem é impossível traduzir o *bit* em mensagem cognoscitiva. Embora o algoritmo colabore na sistematização de raciocínios dedutivos e acelera o processamento de informações em escalas gigantescas, é preciso que seja aplicado algum tipo de linguagem para gerar a cognição dos seus usuários, portanto trata-se da transformação de um tipo de signo em outro tipo de signo a fim de que se amplie o sentido e a significação para que a mente produza novos signos, os quais além de compreender os fenômenos informacionais, também possam projetar no futuro novas ações acerca do fato, do evento, do objeto e do fenômeno que está sendo analisado, assim conectando diversos fluxos informacionais para avaliar as dimensões e as consequências.

Consoante Logan (2012, p. 11), “a motivação para a compreensão da mente humana é que o sentido original de informação significava ‘dar uma forma à mente’. É também o fato de que é pela agência da mente que a informação é formulada, comunicada e recebida”. Desse modo, evidencia-se que “[...] a linguagem surgiu como bifurcação entre a percepção baseada em processos mentais e o pensamento baseado em conceitos, como uma forma de lidar com a complexidade da vida dos hominídeos [...]” (Logan, 2012, p. 17).

Nesse aspecto, a palavra *informação* significa “[...] dar uma forma para a mente, com o sufixo ‘-ção’, que denota um substantivo de ação, desse modo projetando uma “[...] noção de informação como algo que pode ser armazenado em, transferido ou comunicado a um objeto inanimado [...]” (Logan, 2012, p. 26).

Para Houaiss (2001, p. 1615), informação é “ato ou efeito de informar(-se)”; “comunicação ou recepção de um conhecimento ou juízo”; “esclarecimento, explicação, indicação, comunicação, informe”; acontecimento ou fato de interesse geral tornado do conhecimento público ao ser divulgado pelos meios de comunicação; notícia”.

Diante de tal complexidade acerca de um conceito, Capurro e Hjørland (2007) realizam um estudo aprofundado a fim de definir o que é informação, explorando fatores epistemológicos da palavra, evidenciam que **informação** apresenta discussões que remontam à antiguidade grega, posteriormente ganhando destaque com Santo Agostinho, todavia os pesquisadores apontam que é com as contribuições do Racionalismo, de René Descartes, que a ideia de informação se consolida próximo

ao entendimento contemporâneo. Além disso, ainda se apresentam as contribuições do Empirismo, contudo concluem que informação se tornou um conceito muito amplo, de difícil definição, principalmente por ser um objeto explorado em diversas áreas do conhecimento (Capurro; Hjørland, 2007).

Nessa perspectiva, destaca-se o campo da ciência da informação, o qual assume a informação como seu objeto central de pesquisa e, assim, perfazendo-se em linhas dinâmicas de atuação ontológica, metodológica e epistemológica não só para compreender a informação, como também para analisar, mensurar, evidenciar, discutir e refletir sobre o papel da informação em diferentes cenários que envolvem a organização, a representação, a recuperação, o armazenamento, a mediação, a gestão, a difusão entre tantas outras atividades.

Conforme aponta Barreto (1994, não paginado):

A produção da informação, definida por nós como estruturas significantes, operacionaliza-se através de práticas bem definidas e se apoia em um processo de transformação orientado por uma racionalidade técnica que lhe é específica; representa atividades relacionadas à reunião, seleção, codificação, redução, classificação e armazenamento de informação.

A história da ciência da informação é marcada por duas vertentes fundamentais para seus primeiros passos: por um lado, destacam-se os movimentos, em 1961, realizados por profissionais da biblioteconomia e por faculdades e departamentos de ciência e tecnologia dos Estados Unidos, visto que surgiam preocupações mais amplas sobre os tipos de informação (Garcia, 2002).

Nessa linha, em 1961, no *Georgia Institute of Technology*, iniciam-se debates e reflexões acerca do processo de formação do profissional, assim, frente ao reconhecimento dos profissionais sobre a potencial eficácia desse movimento, levam essas preocupações para o *Georgia Tech* (Garcia, 2002).

Diante disso, pessoas integrantes do *Georgia Tech* propõe duas comissões de trabalho: elaboração de cursos de curta duração e elaboração de programas de currículo acadêmico (Garcia, 2002). As conferências apresentaram resultados significativos para o advento da ciência da informação, como o reconhecimento de uma tríade de profissionais para área, como o bibliotecário de ciência, o analista de literatura técnica e o cientista da informação (Garcia, 2002).

Nesse contexto, surge a figura de Taylor, em 1966, com posicionamentos teóricos fundamentais para direcionar os passos da ciência da informação. São apontamentos tão significativos que estão presentes no artigo de Borko, de 1968

(Garcia, 2002). Taylor, por sua vez, indica diferentes campos de atuação como os elementos operacionais e pedagógicos, bem como a necessidade de distinguir as atividades da engenharia ou tecnologia da informação e da ciência da informação (Garcia, 2002).

Já a segunda vertente se apresenta na esteira da publicação, em 1968, do artigo *Information Science: What is it?*, desenvolvido por H. Borko, em que apresenta a ciência da informação como uma “[...] disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam a fluidez da informação e o sentido do processamento da informação para melhor acessibilidade e uso” (Borko, 1968, p. 3).

Além disso, afirma que o propósito da ciência da informação deve:

Preocupa-se com o corpo de conhecimento relativo à origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização de informações. Isto inclui a investigação de representações de informação em sistemas naturais e artificiais, o uso de códigos para transmissão eficiente de mensagens e o estudo de dispositivos e técnicas de processamento de informação, como computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada a campos como matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, gestão e outros campos semelhantes (Borko, 1968, p. 3).

A evolução das preocupações com a documentação deu origem à ciência da documentação, com Paul Otlet. Nesse avanço de atividades voltadas para o tratamento da informação e da classificação dos documentos, um novo campo ganha vida, já que diversos trabalhos voltados para a informação também exploravam prerrogativas do conhecimento, assim surge a **organização do conhecimento**, que se desdobrava aos procedimentos da biblioteconomia, explorando os fundamentos da recuperação da informação, da teoria do conceito e dos (SOCs) sistemas de organização do conhecimento, os quais receberão a contribuição de J.C. Gardin (1966; 1973), referente à importância de se pensar conceitos da linguagem como elemento central na construção da linguagem documentária (Martines, 2020).

Desse modo, a organização do conhecimento, reconhecida como uma espécie de disciplina da ciência da informação (Hjørland, 2008, 2013, 2016; Smiraglia, 2005, 2012, 2013) se destaca como diretriz do tratamento do conhecimento, apresentando seus objetos de trabalho, atuação e estudo, como sistemas de organização do conhecimento e procedimentos de organização do conhecimento. Esses elementos são responsáveis pelo tratamento da informação, estratégias de armazenamento,

representação e recuperação da informação, ou seja, no universo da organização do conhecimento há algumas definições e apontamentos sobre a informação. A se destacar que a informação pode atuar, através de técnicas, métodos e procedimentos, como promotora do conhecimento e este, ao ser sistematizado, é capaz de gerar novas informações.

Frente a isso, a organização do conhecimento torna-se ponto central das discussões propostas por esta pesquisa, pois é um campo interessado no papel da linguagem no tratamento, na representação e na recuperação da informação e como a linguagem ativa os fatores cognitivos para promover o conhecimento, pois a organização do conhecimento se preocupa com as condições sociais, culturais, políticas, históricas que estabelecem os conceitos, os quais se manifestam ao fazer uso da linguagem para organizar a realidade científica.

Dessa maneira, destaca-se que as preocupações da organização do conhecimento estão voltadas para a classificação, categorização, catalogação, bem como a sistematização dos conceitos e a atuação dos domínios, por isso os **sistemas de organização do conhecimento** atuam como elemento central nas atividades de sistematização através da linguagem.

A linguagem se torna recurso para organizar as classificações, como também instrumento para representar o conhecimento, estabelecendo o conceito como norteador dos sistemas elaborados, como tesouros, taxonomia, cabeçalho de assunto, CDD, CDU, ontologias, entre outras. Do mesmo modo, a destacar os **procedimentos de organização do conhecimento**, os quais exigem técnicas especializadas, políticas, estratégias cognitivas e conhecimento especializado sobre a área que está sendo tratada, como também da linguagem especializada que deve ser aplicada a esse contexto.

Diante disso, é necessário destacar a relação entre as atividades inerentes à organização do conhecimento e a linguagem, principalmente no que se refere às necessidades atreladas à constituição do conceito e à recuperação da informação. Nesse sentido, destaca-se que a sistematização do conceito não é uma atividade simples, decorrente do significado proposto pela linguagem, embora seja estruturado na amplitude social. Como esta pesquisa se baseia na semiótica para tratar da significação e da semiose, os aspectos cognitivos tornam-se essenciais para entender como atua uma mente.

Mente é tudo aquilo que aprende com a experiência e evolui, assim ocorre a mudança de hábitos, o que interfere na constituição de comportamentos e configura a conduta, permitindo sua correção e autoajuste. Uma mente depende de signos para representar a realidade, assim a interação entre mente e realidade promove experiências que afetam criando possibilidades de atuação, esses processos de sentido são viabilizados pela cognição.

Desse modo, a mente adquire conhecimento, os quais são organizados em cenas mentais, as quais, como hábitos, possibilitam a generalidade, isto é, a repetição dessas cenas em práticas conhecidas, visto que adquiridas pela experiência. Com isso, esses hábitos são expressos em símbolos cujo objetivo é representar as cenas práticas, com efeito, esse é o principal papel do conceito em sua atuação social, por isso o conceito é uma modelagem da realidade que se sistematiza em um processo sociocognitivo.

Sendo assim, entende-se que, devido à sua importância para a materialização da informação e para efetivar a cognição, o estudo da linguagem na organização do conhecimento requer aprofundamentos para que se possa compreender de modo mais amplo e complexo de suas sutilezas no que tange à sua forma e expressão, ao seu papel no processo de ativação da mente e como se efetiva o acesso ao conteúdo complexo, aos fatores semânticos, à pragmática, à semiótica e ao pragmatismo para compreender o sentido e acessar a significação, fatores essenciais para uma interpretação mais robusta, completa, plural e democrática.

1.1 Delimitação do problema

A ciência da informação é um campo científico voltado para o tratamento da informação e, com isso, direcionado a processos em que a informação, sendo seu objeto central, corresponde às diversas necessidades, atividades que envolvem a organização, a representação, o armazenamento, a mediação, a gestão, a recuperação, a difusão, entre outras.

A ciência da informação, como campo científico, constitui-se por vários segmentos. Em destaque, a organização da informação (Pando, 2018) tem atuado nas demandas acerca do fluxo, do tratamento, da recuperação. No entanto, há poucas estratégias linguísticas direcionada às atividades que explorem o conteúdo complexo dos documentos, visto que essas atividades estão alinhadas ao tratamento temático

ou análise de assunto, o que evidencia a limitação do sentido expresso no plano da expressão, pois esses segmentos não exploram o discurso, esfera onde o conteúdo complexo se revela.

Por sua vez, a organização do conhecimento, reconhecida neste estudo como um dos segmentos da ciência da informação, por isso área responsável pelos aspectos técnicos, práticos, procedimentais, processuais, ontológicos, metodológicos e epistemológicos dos sistemas de organização do conhecimento, como também dos procedimentos de organização do conhecimento.

Com isso, a organização do conhecimento volta-se para as discussões acerca da linguagem utilizada para classificar, organizar e representar o conhecimento, no que se refere à sua forma – acerca da representação, armazenamento e recuperação –, e ao conteúdo – no que se refere ao conceito, à classificação e à categorização –, oferecendo condições de oficializar sistemas de organização a serem aplicados a sistemas de informação.

Por isso, a organização do conhecimento também é responsável pelo tratamento da informação, visto que, dentre as diversas definições acerca da informação, devido aos interesses desta pesquisa sobre a semiótica, a linguagem e a cognição, destaca-se que é a informação que conduz ao conhecimento, assim há preocupações direcionadas às estratégias de tratamento, armazenamento, representação e recuperação da informação (Dalhberg, 1993,1995; Barité, 2001; Smiraglia, 2005, 2012; Café; Bräscher, 2008; Hjørland, 2008, 2013; Café; Lacruz; Barros, 2012; Araújo, 2014; Almeida, 2016).

Devido a essas duas faces, entende-se ser fundamental discutir sobre as diferenças de sentido e significação produzidas para elaborar os sistemas de organização do conhecimento, pois as dinâmicas informacionais que englobam a representação, mediação, ação, modo como afeta uma mente e comunicação não se limitam as referências oferecidas no âmbito do significado.

Nessa linha, as construções de valores podem até ser pré-moldadas na esfera social, contudo as camadas de efeito de sentido são decorrentes da intenção e da interação entre sujeitos construtores de circunstâncias e contextos, ou seja, não é a linguagem que determina a representação do comportamento social, mas, sim, é a troca cultural e social que afeta a cognição, através da linguagem, para evidenciar como o simbólico contribui para representar e mediar a realidade.

Desse modo, não explorar o sentido constituído na esfera do discurso e da enunciação é dispensar a construção social, histórica, cultural, política, científica presentes na relação interdiscursiva e intertextual, por conseguinte é dispensar a formulação de *backgrounds* que sistematizam a construção da cognição, o que interfere na organização do conhecimento, pois sem indicar os elementos semióticos, não será possível conectar os conhecimentos de modo complexo, como por exemplo relação pragmática entre a comunidade discursiva e o domínio, ou ainda entre comunidades distintas, como também domínio distintos. Esses fatores mantêm, por sua vez, uma relação mínima interdisciplinar apenas quando se faz interessante ou necessário, porém não tratado como inerente à própria natureza dos espaços de construção simbólica.

Tratar a informação sob o viés do sentido e da significação representa um avanço no tratamento dos objetos, fenômenos, fatos e eventos, visto que podem ser abordados pelos fundamentos de sua natureza, a qual, muitas vezes, é complexa. Estabelece-se um avanço na prática da organização do conhecimento como procedimento, ferramenta e serviço, pois, é possível além de ser conduzido pelo domínio, também assumir uma dimensão plural e complexa, atendendo à necessidade da realidade, ou seja, recuperando os vieses discursivos que lhe conferem subsídios, por isso a constituição do *background* é fundamental.

Por isso, é interessante explorar o conteúdo complexo para efetivar os conceitos e para aplicar os procedimentos de organização do conhecimento, já que o conceito é manifestante no documento. Porém, as possibilidades discursivas se esmorecem quando os instrumentos de representação são compreendidos como manifestados nos objetos informacionais, pois trata o conceito como determinado pelo domínio, renunciando a sua capacidade de atualização e potencialização no discurso.

Essa reflexão mostra que a representação e o tratamento, ao serem estabelecido no plano da expressão, retrata um reducionismo informacional, pois o conteúdo que se apresenta é o significado imanente. Diante disso, não explora o sentido e a significação oriundos da enunciação e do discurso, assim recuperando apenas as dimensões tratadas pelas comunidades e pelos domínios de modo fechado, sob o julgo de estratégias sistematizadas, pois, de fato, os objetos informacionais atuam como catálise.

Louis Hjelmslev, em seu *Prolegômenos* (2013), apresenta a reflexão acerca dos *funtivos* responsáveis pela constituição da significação de um texto. Em sua

Glossemática, Hjelmslev (2013) defende que há o plano da expressão e o plano do conteúdo. Nessa linha, conforme se recupera em Greimas e Courtés (2016) e em Greimas e Fontanille (1993), no plano da expressão, os elementos linguísticos são manifestantes, por conseguinte há a presença do significado imanente decorrente da natureza semântica desses elementos, devido à conjunção de semas na configuração do lexema; por outro lado, no plano do conteúdo, ocorre um sentido manifestado, oriundo de um processo de significação, denominado de metasemiótica, o qual permite acesso ao conteúdo complexo, já que, graças às modulações do discurso, os elementos semânticos apresentam-se como semema, ou seja, os semas complexados em classemas que se ajustam ao direcionamento discursivo conforme texto e contexto.

Nessa linha, Jacques Fontanille, ao apresentar sua teoria para semiótica, denominada de Práticas Semióticas (2008), evidencia dois níveis fundamentais para explorar a significação: nível de pertinência, em que se apresentam estágios de evolução do sentido, o que se denominou percurso gerativo da expressão; e o nível de imanência, conceito apresentado por Hjelmslev (2013), porém ampliado por Fontanille (2008), com o fito de compreender que há para cada nível de pertinência um nível de imanência, capaz de revelar as manifestações, as quais, em progresso, em um percurso gerativo, alcançam o conteúdo.

Assim, entende-se que o conteúdo imanente está em estágio de imanência, decorrente da expressão, portanto o significado está vinculado ao lexema (palavra dicionarizada). Já o conteúdo complexo, é resultado da manifestação no discurso, por isso demanda estratégias para acesso, já que se consolida decorrente aos jogos de linguagem que perfazem o *ethos* discursivo e efetivam as formas de vida, assim sendo manifestado por aspectualização temática e figurativa transformados em sememas (expressões que articulam o sentido no processo de enunciação).

Além disso, o reconhecimento do *ethos* é decorrente a uma compreensão da conduta, a qual se configura como um hábito, por isso todo esse processo é resultante de uma semiose. Desse modo, o conteúdo complexo está sempre em devir, ao mesmo tempo que é recurso que permite a correção e o autoajuste, permitindo que haja ações deliberadas para conduzir as práticas, por isso o processo cognitivo é tão importante

na construção da significação, portanto é a significação o ponto alto da mediação entre uma mente e as coisas do mundo¹.

Frente a essas disposições, evidenciam-se teorias que tratam a diferença entre a forma da expressão e a significação oriunda do conteúdo, sendo assim é importante haver a distinção do sentido promovido por esses dois *funtivos* (Hjelmslev, 2013), pois o significado manifestado no plano da expressão é decorrente à sua forma, inerente à imanência, promovendo um sentido imediato, sem levar em consideração todos os elementos que pertencem ao contexto, visto que se trata de uma ação inicial do signo, o qual ainda não foi submetido a um percurso gerativo.

Já o plano do conteúdo, entende-se, alinhavado a essas teorias, que se trata de um resultado mais elaborado e complexo, ou seja, apresenta-se frente a uma semiose oriunda da correlação dos *funtivos*, tendo conectado os diferentes saberes e discursos presentes na constituição do texto/documento, sendo suas possibilidades de significação verificadas e coadunadas a critérios teóricos, técnicos e metodológicos de confirmação dos elementos que compõem os documentos.

Desse modo, há a evidência da aspectualização, da situacionalidade e da intencionalidade para a composição da discursividade manifestante no documento, assim permitindo o reconhecimento dos saberes que compõem o *background* tanto do produtor do texto, como de seus interlocutores, no caso, o profissional da informação e o usuário, pois somente a conexão desses saberes permite a interferência da força discursiva que ativa o conhecimento daqueles que buscam a informação e ressignificam o conhecimento.

Dito isto, é importante apontar que as estratégias de leitura e análise aplicadas no processo de tratamento da informação, presentes em atividades denominadas de análise documentária ou indexação, embora sejam conduzidas pela profundidade semântica que compõem os conceitos, são representações pertinentes ao plano da expressão, já que se ancoram à terminologia especializada, a qual apoia a elaboração da linguagem documentária (Martines; Almeida, 2023).

¹ Este estudo tem como base as teorias da semiótica, fazendo uso tanto da semiótica peirceana e de seu aparato filosófico, tanto da semiótica greimasiana (francesa) e de seu aparato linguístico. O uso desses dois vieses da semiótica ocorre devido à preocupação maior com a significação, assim somado a essas teorias também aplicaram-se teorias da semântica e da pragmática. Desse modo, esclarece-se que são compreendidos os limites e as fundamentações da semiótica peirceana e da semiótica francesa, bem como cada uma possui seus próprios objetos, terminologias e abordagens, portanto não se trata de usos desorganizados de suas bases, todavia há no desenvolvimento das inferências tentativas de contato entre as teorias a fim de que se possa evidenciar como cada uma contribui para os fundamentos defendidos nesta pesquisa.

Nesse cenário, há dois movimentos de interação com o sentido. Primeiro movimento: a elaboração da linguagem documentária é semiótica, por isso esta pesquisa busca viabilizar os procedimentos das teorias da semiótica para contribuir com esse processo, já que os trâmites inseridos no tratamento da linguagem especializada evoluem a cognição do profissional e configuração de um *background* para configurar a melhor adequação entre termo e conceito decorrente à tradição cultural e científica.

Segundo movimento, a representação e a indexação realizadas a partir das estratégias da análise documentária e da leitura documental estão condicionadas a analisar partes estratégicas do documento e se baseiam na identificação de descritores que, previamente, atendem às necessidades informacionais, perfazendo a conduta e o hábito mental construído em um determinado domínio.

Todavia, a escolha dos descritores não é viabilizada por estratégias que explorem o discurso a fim de dinamizar as estratégias de busca quando se pensa que um texto que oferece uma pluri-isotopia, ou seja, sempre há, em um texto-documento, outros caminhos discursivos, por conseguinte diversos caminhos temáticos com potencial de serem explorados, contudo a representação se concentra em posicionamentos pressupostos, muitas vezes fechados.

Diante disso, fica evidente que esse tipo de abordagem durante o tratamento da informação presente no texto não é suficiente para alcançar o conteúdo complexo, pois a leitura documental e tratamento da informação não ocorre a interpretação profunda e complexa do documento, já que não se destaca as modulações do discurso. Com isso, é válida a reflexão acerca dos limites da representação e da recuperação frente a um documento, isto é, não se trata apenas sobre uma questão das técnicas profissionais, mas, sim, sobre a perda informacional que ocorre, visto que temas importantes presentes nos documentos não se destacam, ou ainda as marcas das formas de vida não ganham espaço de representatividade.

Concomitantemente a isso, o caminho em que há proximidade com a linguagem perpassa pelas considerações de Otlet acerca da representação do documento, de Briet, ao afirmar que a representação da informação é um índice, por isso deveria elaborar um documento secundário para indicar as propriedades conceituais do documento primário (Martines, 2020). Ademais, a linguagem foi adotada pela organização do conhecimento, estando presente nos instrumentos de representação, os (SOCs) sistemas de organização do conhecimento, como CDD,

CDU, tesauros, taxinomias e ontologias, instrumentos importantes para se garantir a eficiência e eficácia na recuperação da informação.

A aplicação dos estudos da linguagem no cenário da ciência da informação foi conduzida por algumas linhas teóricas, como pode ser observado em Gardin (1966, 1973); Coyaud (1966); Chaumier (1974); Cintra (1983, 1987, 1993, 1994); Cunha (1987, 1990); García Gutiérrez (1989, 1990); Lara (1993, 2001, 2004a, 2004b, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011); Moura, Silva e Amorim (2002); Tálamo e Lara (2009); Kobashi (2007); Moura (2011); Maimone e Tálamo (2011).

Contudo, torna-se pertinente neste trabalho, devido à profundidade apresentada acerca de diversas teorias da linguagem, comentar as abordagens epistemológicas e como se apresentam as preocupações com o teor linguístico nas escolhas teóricas realizadas pelos estudiosos da ciência da informação.

Assim, é possível compreender alguns momentos de aplicações das teorias da linguagem, em que trabalhos realizados na ciência da informação seguem tendências sem se preocupar com as consequências dos usos, ou seja, permitindo a congruência de teorias cujas epistemologias são divergentes. Situação compreensível devido às dinâmicas do fazer ciência do século XX, ainda muito alinhado ao Positivismo, Utilitarismo, Funcionalismo e Formalismo do século XIX (Martines; Almeida, 2023).

Sendo assim, é possível reconhecer tendências como a linguística formalista, desenvolvida pelo Círculo de Viena, nas orientações epistemológicas que conferem a proposta do engenheiro austríaco E. Wüster, por volta de 1930, com fundamentos da lógica, para desenvolver a sua Teoria Geral da Terminologia (TGT). Esse segmento linguístico também pode ser reconhecido na *Teoria do Conceito*, escrito por I. Dahlberg, em 1978.

Outrossim, reconhece-se a presença de fundamentos teóricos da Semiologia, desenvolvida por Ferdinand de Saussure, em 1916, nas considerações teóricas que se direcionam ao papel da linguagem no tratamento da informação. A concepção de linguagem documentária surge na França, em torno dos anos 1960, através das publicações de J.C. Gardin (1966, 1973), Coyaud (1966), Chaumier (1974), que direcionam uma concepção fundamentada no valor linguístico do signo (Martines, 2020).

Na abordagem francesa, defendiam que a própria linguagem documentária utilizada para representar o documento era a metalinguagem. Diante disso, descartavam plenamente o processo da semiótica hjelmsleviana, que partia da

expressão para o conteúdo. Ainda sobre essa abordagem, na Inglaterra, Hutchins (1975) defendia uma linguagem que mesclava o estruturalismo saussuriano e o formalismo de Viena (Martines, 2020).

Já na Espanha, após as considerações de López Yepes e Garcia (1993) e de López Yepes (1995), acerca da necessidade de se desenvolver estudos para aplicar a linguagem à representação da informação, surgem os trabalhos de García Gutiérrez, em 1984, em destaque a metalinguagem documental, que demonstra o processo de construção do sentido e Izquierdo Arroyo, em 1990, em que se destaca a semiose documental e a preocupação com as questões cognitivas no tratamento da informação. Portanto, a Espanha apresentou discussões centradas nos elementos mais complexos da linguagem para compreender os processos de significação, tanto que esses trabalhos partem das considerações da Glossemática, de Hjelmslev (Martines, 2020).

Ambos apresentaram avanços acerca da compreensão da linguagem documental². García Gutiérrez, motivado por Hjelmslev, demonstra que a linguagem documental passa por um processo de metalinguagem referente às incidências de significado da linguagem natural, por isso propõem uma linguística documental, em que apresenta como centro da prática a metalinguagem documental (García Gutiérrez, 1984).

Já Izquierdo Arroyo, influenciado pelas teorias de Hjelmslev, Chomsky, Barthes e Greimas, explora as possibilidades da linguagem documentária, contudo, buscando respostas para o processo cognitivo que envolve a interpretação. Izquierdo Arroyo direciona suas pesquisas para a Semiótica peirceana, desenvolvida por Charles Sanders Peirce e para a proposta por Charles W. Morris. Nessa linha, dá-se luz à Semiótica Documental, em que visualizava como ponto máximo a semiose documental, em que se debatia a importância da repetição para a formulação do hábito no processo de tratamento documental (Izquierdo Arroyo, 1990; Martines, 2020; Almeida 2020).

² Nesta pesquisa, aparecem as expressões documental e documentária, pois pretende-se respeitar a terminologia aplicada por seus idealizadores, assim é importante ressaltar que o seguimento espanhol adotou documental, portanto quando aparecerem as expressões linguagem documental, linguística documental, análise documental e semiótica documental, deve-se reconhecer que se trata de teorias desenvolvidas na Espanha; já a expressão documentária é pertencente ao seguimento francês, tendo em vista que no Brasil adotou-se a expressão francesa.

No Brasil, os estudos acerca da linguagem no processo de tratamento documental foram encabeçados, em 1986, pelo Grupo TEMMA, vinculado à Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), que também contou com integrantes pertencentes à Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Unesp de Marília. As pesquisas exploraram as considerações francesas e espanholas sobre a linguagem documentária, além de haver interesses acerca da linguística documental espanhola, tratada no Brasil como linguística documentária (Martines, 2020).

Esses estudos tiveram como norte a Semiologia de Saussure, havendo análises acerca do formalismo estadunidense proposto por Bloomfield, o formalismo-cognitivistista apresentado e desenvolvido por Chomsky e a fundamentação da Terminologia, inicialmente a Teoria Geral da Terminologia, porém com aprofundamentos mais contundentes à Teoria Comunicativa da Terminologia, apresentado por Cabré (Martines, 2020). Com efeito, destaca-se que essas teorias tratam a linguagem sob o plano da expressão e o conteúdo fundamentado no lexema, ou seja, trata a linguagem como a forma que expressa a mensagem, explorando como conteúdo apenas o significado imanente.

Além disso, é importante ressaltar que o Grupo TEMMA realizou estudos abordando Teoria da Comunicação, Semântica estrutural, formal e lexical, Lexicologia, Lexicografia, Morfologia, entre outras muitas teorias linguísticas (Lara, 1993, 2001, 2004a, 2004b, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011; Tálamo e Lara, 2009; Maimone e Tálamo, 2011). Houve também estudos associando a Semiologia de Saussure com a Semiótica peirceana (Lara, 1993, 2001, 2004a, 2004b, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011). Essas abordagens, todavia, ainda em um viés estrutural, não se exploraram os fundamentos do enunciado tampouco da enunciação e do discurso, pensando em suas camadas de aspectualização e interdiscursividade.

Contudo, esses estudos não focavam efetivamente no tratamento do sentido e da significação resultante da semiose, do hábito mental, do contexto, do interdiscurso ou das formas de vida, ou seja, o estudo da linguagem não apresentou propostas para relacionar a significação à cognição. Assim, o estudo da linguagem é formalista ou previamente associado à concepção mentalista das primeiras teorias da cognição, visto que os estudos direcionados ao tratamento do significado se reduz ao valor imediato construído previamente na sociedade.

Seguindo essa perspectiva, o campo da ciência da informação, assim como as atividades da ciência da documentação e da biblioteconomia, bem como ao que se refere aos procedimentos de representação da informação no cenário da organização do conhecimento têm adotado a teoria sobre a terminologia desenvolvida por Cabré (1993, 2003), visto que essa teoria propõem uma abordagem social do termo, explorando fatores sociocognitivos. Contudo, no que tange à aplicação específica da linguagem, esta é restrita à forma, ou seja, embora proponha explorar os aspectos sociais na aplicação terminológica, essa teoria continua tratando a linguagem como instrumentação da forma, isto é, apenas evidencia o significado construído socialmente, algo muito próximo do valor linguístico do signo visto na Semiologia de Saussure.

Cabré (1993, 2003), ao elaborar os fundamentos de sua teoria, aponta que a terminologia é formada por três áreas distintas do conhecimento: “[...] a linguística, que se responsabiliza pelo estudo da forma; a filosofia, que se preocupa com os aspectos do conceito; e a ciências de especialidade, que oferece o pensamento e organização para que a terminologia possa efetuar a composição do vocabulário” (Martines; Almeida, 2023).

Visto até aqui, observa-se que diversos caminhos foram realizados com o fito de compreender os fundamentos da linguagem e várias teorias da linguagem e da filosofia da linguagem foram aplicadas. Nessa perspectiva, é importante destacar trabalhos precursores nesse segmento como: Gardin (1966, 1973); Coyaud (1966); Chaumier (1974); Cintra (1983, 1987, 1993, 1994); Cunha (1987, 1990); Lara (1993, 2001, 2004a, 2004b, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011); Tálamo e Lara (2009); Kobashi (2007); Moura (2011); Maimone e Tálamo (2011).

Em se tratando de semiótica, pode-se afirmar que a ciência da informação foi influenciada por uma virada linguística e semiótica, a qual, no entanto, passou por alguns momentos teóricos, que demonstram como as teorias foram abordadas ao longo das pesquisas no cenário da ciência da informação e da organização do conhecimento.

O primeiro momento, denominado de momento ontológico, conforme aponta González de Gómez (1998, p. 218), está alinhado à representação e a sistematização do conhecimento ontológico, isto é, “a representação carece de valor epistemológico”, nesse sentido “[...] a palavra, convencionalmente ligada à ideia-forma, é um puro significante não mediado por entidades lógicas, tais como o conceito ou a proposição”.

O segundo momento, definido como momento gnosiológico, tem-se a concepção de que “conhecer é representar, e o mundo só é enquanto representado” (González de Gómez, 1998, p. 218). Nesse aspecto, “[...] o mundo como totalidade do contexto da experiência é, enquanto representado pela consciência, que é agora o lugar da representação, o próprio solo do conhecimento” (González de Gómez, 1998, p. 219). Diante desses apontamentos, entende-se que a linguagem se evidencia como mediadora da produção intelectual e a representação do real, sendo ela a materialidade da informação, já que o “signo é um instrumento de representação” (González de Gómez, 1998, p. 219).

Esses dois momentos ainda preso à concepção de que linguagem é forma e esse valor imediato é seu verdadeiro conteúdo, isto é, o enunciado e o discurso não apresentam importância na compreensão do sentido e da significação. Além disso, pode-se apontar que a representação é um aspecto mentalista, concepção que se estende ao entendimento da cognição, assim é válido destacar que há a incidência dos fundamentos de uma teoria cognitiva-mentalista³ de Chomsky (1976, 1979, 2000, 2007, 2009a, 2009b, 2014, 2018a, 2018b) e da mente computacional de Fodor (1984, 2014).

Com isso, a linguagem promove a inter-relação entre as coisas e as ideias, atuando como instrumento de “cognoscibilidade e comunicabilidade”, fator que indica que “[...] temos a necessidade de signos de nossas ideias para poder comunicar nossos pensamentos uns aos outros, assim como para registrá-los [...]” e, dessa forma, tem-se o entendimento de que “[...] o signo operacionaliza, assim, uma dupla síntese associativa: de um lado configurava o intelecto social, e, de um outro lado, construía um mundo” (González de Gómez, 1998, p. 219).

O terceiro momento, é um início à jornada da virada semiótica no cenário da organização do conhecimento e da ciência da informação, pois sugere o tratamento da representação como “produto do conhecimento em sua investidura semiótica”, por

³ É importante destacar o papel da cognição neste trabalho, visto que, ao tratar da epistemologia da ciência da informação, segundo alguns autores como Rafael Capurro, pode-se apontar o primeiro momento como fisicalista, o segundo como cognitivista e o terceiro como social. Nessa linha, é possível entender que abordagens cognitivas já foram superadas pelo campo. No entanto, é válido destacar que esta pesquisa não se apoia nas teorias de primeira ordem da cognição, muitas vezes denominada de cognição mentalista ou mente computacional, em que o conhecimento era inato ou mentalizado. Ao contrário, esta pesquisa revisita a evolução das teorias da cognição e propõe uma abordagem baseada em novas abordagens que viabilizam a experiência, o confronto com a realidade, logo explorando fatores da realidade, do social, do simbólico, do empirismo, da fenomenologia, da psicologia e das neurociências.

consequente “[...] o solo do conhecimento é a linguagem, sistema de significados ou matéria sinalética” (González de Gómez, 1998, p. 218). Nessa perspectiva, o signo se torna o instrumento central da constituição da significação presente na informação, pois a semiose ganha importância quando se trata do estágio do signo no momento da elaboração do instrumento de representação.

Nesse interim, destacam-se as teorias de C. S. Peirce, em que “[...] comunicação e conhecimento são acontecimentos no interior do signo”, somado ao fato de que “nos encontramos em pensamento, e não que pensamentos estão em nós” (González de Gómez, 1998, p. 220). Ou ainda, há a referência à teoria de F. Saussure, para quem, “[...] a língua, como sistema de relações, independe dos atos ou práticas do falar quanto das intenções dos sujeitos que falam [...]” (González de Gómez, 1998, p. 220).

De fato, esse período representa o início da virada semiótica, porém não contempla toda a sua extensão. Sendo assim, pode-se afirmar que a virada semiótica em sua complexidade ainda não é realidade no universo da organização do conhecimento e da ciência da informação.

Como **virada semiótica** entende-se a valorização real dos fundamentos da linguagem, do mesmo modo como é tratada nos campos da linguística e da filosofia, em todo processo informacional. Isso requer instrumentalização e conhecimento específico das teorias desde a percepção de sua forma, no plano da expressão até sua consistência cognitiva, complexa, acessada através da triangulação semântica, pragmática, semiótica e pragmatismo, em que se recupera os interdiscursos e se estabelece o conjunto de conhecimentos, como *background*.

De todo modo, acerca do percurso dos estudos da linguagem, esses três momentos demonstram preocupações diferentes em relação ao conhecimento e às propriedades da informação para que a significação represente a realidade, entretanto há uma modificação no entendimento do papel da linguagem partindo de uma concepção atrelada à forma e à ideia, perpassando por um processo de mediação consoante a experiência e, por fim, a linguagem é consolidada pelo signo, sendo este responsável pelo sentido estabelecido na gama social, ou sendo este o elemento central da constituição do pensamento e sua relação com o objeto real.

Nesse caso, é preciso destacar que há pouca exploração do enunciado e do discurso, consequentemente o documento não é analisado por sua enunciação, ou

melhor, o enunciado é visto como suporte da informação, e o discurso tem sido tratado apenas sob vieses políticos e sociais sob seus dispositivos e detratores.

De fato, o que ocorre na análise desta pesquisa é como o signo afeta uma mente, explorando o interpretante, a semiose, o hábito mental, os quais direcionam a conduta da representação, do tratamento e da recuperação, bem como a comunidade discursiva e o domínio de posicionam frente a um determinado conceito. Somado a isso, há a aplicação do pragmatismo a fim de estabelecer a inquirição da ação do signo e, desse modo, apresentar correções caso sejam necessárias para ampliar a experiência com o objeto ou fenômeno.

É possível ainda apontar a evolução do papel da linguagem no cenário da ciência da informação através dos processos de comunicação científica, já que evidencia um deslocamento do problema das fontes de informação para o seu fluxo. Sendo assim, no núcleo semiótica, linguística e linguagem documental, a abordagem está relacionada a conceitos de extração linguística e semiótica de vertente peirceana e francesa (greimaseana), os quais são aplicados para compreender o funcionamento das linguagens documentais (Almeida, 2016). Nessa linha, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Lara, para quem “[...] a abordagem linguístico-semiótica nos leva a compreender melhor uma linguagem documental, na condição de sistema de organização de um conjunto de signos” (Almeida, 2016, não paginado).

Além disso, esse núcleo dos estudos da linguagem na ciência da informação, há diálogos com a terminologia e a ampliação da linguística documental, inspirada nos desdobramentos de García Gutiérrez, além da forte influência de Gardin. Esses estudos geraram uma fortuna crítica para os estudos sobre a linguagem no Brasil e foram concebidos e disseminados pelo grupo TEMMA, em destaque seus pesquisadores, formados por professores e estudantes, os quais se tornaram herdeiros de uma abordagem fundamental para o avanço dos estudos acerca da linguagem documentária e da análise documentária como campo de estudo, disciplina e técnica.

Nessa linha, os ajustes teóricos propostos por Lara, destacam que “[...] a terminologia ajuda na definição de hipóteses de termos para as linguagens documentais [...]”, de tal modo que essas hipóteses sejam ratificadas frente ao trabalho terminológico, o qual “[...] supõe a análise dos documentos, os termos-candidatos que devem estar em fichas terminológicas, em que se indicam definições, os termos e os contextos de uso” (Almeida, 2016, não paginado).

O segundo núcleo, semiótica, ciberespaço e organização do conhecimento, se efetiva com aplicação da semiótica peirceana à organização do conhecimento e à indexação na web. Esse núcleo foi bastante importante para disseminar os conceitos da filosofia e semiótica peirceana, como categorias fenomenológicas e tipos e classes de signos, além de explorar tipos de inferência, experiência e a relação com a metafísica. Nessa linha, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Monteiro, quem aponta que “[...] a informação foi entendida como secundidade, a sua principal manifestação são os índices, isso sugere que o nascimento da informação está no mundo externo, no universo do existente” (Almeida, 2016, não paginado).

Além disso, para Monteiro, “[...] o conhecimento, por seu turno, consistiria em um produto organizado de acordo com uma sequência, tendo como fundamento um princípio [...]”, conseqüentemente evidencia-se que “[...] a matriz categorial se completa com a terceiridade manifesta nos argumentos, representação, interpretação, mediação e semiose” (Almeida, 2016, não paginado), o que ratifica o papel da cognição para a interação com a informação e seu percurso para constituir conhecimentos, por sua vez, hábitos mentais.

Já para o terceiro núcleo, da semiótica na indexação à interoperabilidade semiótica, o ponto central está nos problemas ligados à linguagem e ao processo de significação, que perpassam pelos trabalhos de Moura, quem destaca a organização do conhecimento no contexto das novas tecnologias, as mediações tecnológicas e a construção de linguagens documentais. Neste núcleo, é constante a discussão sobre os processos de produção de informação, com ênfase na “[...] criação de instrumentos de organização e recuperação da informação que possam ser adequados às reais necessidades informacionais dos usuários” (Almeida, 2016, não paginado).

Desse modo, a construção de linguagens de indexação é fundamentada por pressupostos da semiologia e da semiótica. Com isso, “[...] as linguagens orientam o indexador no uso dos termos para a representação de assunto de um determinado documento que direcionará, posteriormente, os pesquisadores à elaboração de estratégias de busca da informação”, tal situação configura a complexidade no desenvolvimento dessas linguagens, tendo em vista o processo de mediação entre o usuário e as suas necessidades de informação (Almeida, 2016, não paginado).

Por fim, o último núcleo, pragmatismo e semiótica peirceana na organização da informação, destacam-se interesses por diversos campos da ciência da informação como organização da informação, organização do conhecimento, mediação da

informação, informação musical e linguagem. Nesse núcleo, aplica-se a semiótica de raiz peirceana com o fito de “[...] revisar os conceitos já estabelecidos na área”, destacando-se a aplicação dos outros núcleos para abrir espaço para os estudos centrados nas teorias da linguagem (Almeida, 2016, não paginado). Ademais, esse núcleo propôs inovação ao explanar outras abordagens semióticas, como a representação do conhecimento em contextos multiculturais.

Ainda sobre as perspectivas das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem, a ciência da informação também acompanhou a chamada virada pragmática. A virada pragmática é marcada pelas abordagens teóricas de Austin e Searle, contudo é recorrente na ciência da informação estudos acerca de Wittgenstein, sobre o jogo de linguagem; Gadamer, no que tange à hermenêutica; e Habermas, acerca das questões sociais na configuração do sentido.

De fato, o termo pragmática é muito usado, porém observa-se que há muitas dúvidas e confusões acerca da extensão das teorias da pragmática, assim como das teorias da semântica, que usualmente são tratados de modo superficial e genérico, como por exemplo:

a existência, na Ciência da Informação, de um modelo sintático de estudo da informação (voltado para o estudo das formas, das fontes e sistemas de informação em suas características materiais), um modelo semântico (voltado para o estudo dos conteúdos das fontes e sistemas de informação) e um pragmático, com foco nos propósitos, nos usos concretos dos conteúdos disponibilizados pelas formas físicas) (Araújo, 2014, p. 68).

Ou ainda: “[...] a aproximação junto à pragmática mostra que os problemas informacionais são menos ligados à descrição da realidade, mas, sim, sobre nossas ações (e intervenções) sobre essa mesma realidade” (Araújo, 2014, p. 71). Diante disso, observa-se que nenhuma das aplicações definem qual a linha da linguística, da semântica ou da pragmática que está sendo aplicada, dando a entender que esses fundamentos, assim como a semiótica, são ferramentas e não possuem centros e núcleos especializados no tratamento da linguagem

É preciso rever o papel da linguagem no cenário da ciência da informação e da organização do conhecimento, pois, quando se trata de teorias da linguagem e filosofia da linguagem para fundamentar uma epistemologia da linguagem no campo, em muitos momentos, suas considerações estão distorcidas. Consequentemente, não ocorre o aprofundamento devido para demonstrar as complexidades inerentes ao tratamento da forma e do conteúdo e qual é o papel do significado, do sentido e da

significação na compreensão e interpretação do significado imediato da forma e da significação complexa do conteúdo, assim apresentando muito mais equívocos do que acertos ao aplicar o arco teórico das teorias da linguagem.

Diante desses pontos citados, delimita-se a problemática desta pesquisa direcionada ao papel das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem na ciência da informação e na organização do conhecimento, o que gera a seguinte questão:

- Seria necessário à organização do conhecimento uma teoria da significação em que se estabeleçam estratégias para explorar o plano do conteúdo complexo?
- Somado a isso, como é possível estabelecer leituras, tratamentos e análises do texto-documento sem explorar mais amplamente o enunciado, a enunciação, o discurso, a semiose e a significação?
- Diante disso, seria possível propor essa questão em termos de uma epistemologia linguístico-semiótica nos estudos sobre a linguagem e evidenciar o papel da semântica funcionalista (discursiva e cognitiva), pragmática e semiótica no tratamento da linguagem e na sistematização dos conceitos?
- Em que pese as diversas contribuições, seria possível sistematizar uma diretriz teórica linguístico-semiótica para dar base à organização do conhecimento?

O surgimento da problemática é consequência da necessidade de novas estratégias teóricas, metodológicas e epistemológicas apresentadas pelos estudos no campo da ciência da informação e da organização do conhecimento que evidenciem os procedimentos linguístico-semióticos para alcançar o conteúdo complexo.

Importante salientar que esta pesquisa não discute apenas os aspectos de construção da linguagem documentária e a constituição dos conceitos, ou ainda as estratégias de uso no processo de representação da informação, mas também propõe a reflexão sobre os recortes temáticos e direcionamentos discursivos, decorrentes da pluri-isotopia que não aparecem nos objetos informacionais e, assim, geram a enfraquecimento de representatividades ou apagamentos de diversas formas de vida.

Essa ausência é notada tanto no que se refere às discussões sobre os sistemas de organização do conhecimento, que requerem preocupações sociocognitivas, já que seu principal objeto é o conceito, como também no que tange aos procedimentos de organização do conhecimento, que, por mais que façam uso da linguagem, não há em sua epistemologia nenhuma teoria da linguagem tratada de forma contundente. De

todo modo, o que se encontra são alguns poucos diálogos, experimentos, mas nada que marque epistemologicamente.

Ademais, por outro lado, é constante a presença de equívocos nas definições dos conceitos, na construção dos resultados e na aplicação dos procedimentos, principalmente nas distinções acerca de forma e conteúdo, como também das estratégias teóricas para executar um procedimento linguístico-semiótico na interpretação dos documentos no processo de tratamento da informação, pois, devido à falta de estudos complexos sobre a linguagem, somado à herança fisicalista da informação ou o apego às teorias que exploram a cognição-mentalista, a significação e a cognição não aparecem como destaque nos estudos, mas como complemento das atividades sociais

Frente a isso, é proposto neste trabalho as seguintes afirmações:

- *As linhas da linguística, como linguística funcionalista, sociolinguística e linguística cognitiva podem sistematizar diretrizes para ajustar o tratamento dos objetos na organização do conhecimento;*
- *O estudo aprofundado das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem permite constituir uma linha epistemológica da aplicação da linguagem na organização do conhecimento;*
- *Para o avanço no tratamento dos objetos da organização do conhecimento, é preciso triangular os fundamentos teóricos da semântica, da pragmática e da semiótica;*
- *É necessário o desenvolvimento de uma diretriz semiótico-pragmática para tratar o sentido e a significação presentes na informação, já que o resultado contextual e cognitivo são manifestantes no discurso que compõe o documento;*
- *A organização do conhecimento está envolvida com a exploração do plano do conteúdo da linguagem; enquanto a representação da informação está presente no plano da expressão;*
- *O sistema de organização do conhecimento se realiza doravante a aspectos performativos da linguagem, que estabelecem a formação de frames, hábitos, ethos e formas de vida na composição do background;*

- *Os procedimentos de organização do conhecimento exploram a linguagem na ordem da catálise, pois recuperam o sentido constituído no sistema de organização do conhecimento;*
- *O desenvolvimento de uma teoria da significação estabelece o locus da linguagem na organização do conhecimento e oferece condições de tratar a significação manifestante no nível do discurso.*

Esses posicionamentos estão fundamentados nas hipóteses tratadas nesta pesquisa, as quais foram testadas a fim de evidenciar a validade e eficiência de sua aplicabilidade no cenário da organização do conhecimento, frente à contribuição de aprimorar o tratamento de seus objetos.

1.2 Construção das hipóteses

O tratamento da informação é ponto central na discussão desta pesquisa, visto que correlaciona informação, linguagem e cognição e está presente em todas as atividades que envolvem a relação entre documento, informação, conceito, linguagem, leitura, tratamento, análise e conhecimento, seja no processo de representação, de organização, de classificação, de categorização, de armazenamento, de recuperação, de mediação, de gestão, de difusão, entre outras, por isso os procedimentos de organização do conhecimento se dedicam a essas questões, pois a análise e recuperação da informação são cruciais para a construção do conhecimento, cada atividade a seu modo e à sua estratégia.

Dessa forma, observa-se que a linguagem é parte integrante dos processos inerentes à organização e à representação. Graças à linguagem, a ciência da informação, por conseguinte a organização do conhecimento consegue entregar muitos de seus produtos, como objetos informacionais, a verbalização dos filtros de busca e dos metadados, coma ainda o material indexado. O uso de terminologia especializada é referência para a elaboração e sistematização da linguagem documentária, por conseguinte conduz compreensão e aplicação dos sistemas de organização da informação (SOCs) e dos procedimentos de organização do conhecimento como mediação e representação através do uso de descritores e vocabulário controlado adequando-os ao sistema informacional e ao domínio.

Assim sendo, entende-se que as preocupações da ciência da informação, como também da organização do conhecimento, são amplas em relação ao tratamento da

informação e à adequação da correta aplicação da linguagem para a execução dessas atividades.

Desse modo, um estudo mais aprofundado sobre os diversos panoramas da linguagem, através das teorias da linguagem, como a linguística, e da filosofia da linguagem, pode contribuir para esta discussão com fundamentos teóricos (semântica funcionalista, pragmática e semiótica), metodológicos (percursos gerativos e gramática especulativa) e epistemológicos (fenomenologia, signo, práticas, pragmatismo, discurso) para distinguir o conteúdo imediato (lexema/objeto imediato) apresentado no plano da expressão, como também estratégias de análise e procedimento de interpretação para alcançar o sentido complexo e a significação presentes no plano do conteúdo (semema/interpretante dinâmico).

Nessa perspectiva, apresentam-se algumas hipóteses que norteiam o desenvolvimento desta pesquisa, apontando prerrogativas que limitam a ampliação da instrumentalização da interpretação, como também propostas para compreender as ações e os processos necessários para que o tratamento da informação explore tanto o conteúdo imediato decorrente das formas, como o conteúdo complexo oriundo dos interdiscursos e do *background*, com a incidência dos hábitos mentais, por isso, além de abordagem referente às teorias que exploram os elementos linguísticos, é preciso explorar o enunciado, a enunciação, o discurso, a semiose, isto é, caminhos que afetam as mentes e direcionam a conduta, ou seja, é preciso veicular esses fenômenos aos processos cognitivos.

Dito isso, alinham-se as hipóteses:

1. A organização do conhecimento se baseia na Linguística Estruturalista, Formalista e Gerativista devido à tradição da Semiologia, da Lógica e da Gramática Universal. Não obstante, há uma análise inicial, porém não aprofundadas, do impacto da Linguística Funcionalista, da Sociolinguística e da Linguística Cognitiva. Entretanto, não há detalhamento dos fundamentos epistemológicos dessas teorias e como foram aplicadas na organização do conhecimento. Consequentemente, o tratamento da informação fica limitado ao estudo terminológico como fundamento da sistematização do conhecimento como reflexo do entendimento lexical-semântico construído socialmente, porém a variação sociocognitiva na configuração dos conceitos não é preocupação central, já que o conceito é tratado sob aspectos do valor linguístico-social;

2. A organização do conhecimento – como atividade prática-teórica – se fundamenta primordialmente na constituição semântica, com poucos movimentos em direção à pragmática e à semiótica, assim corre-se o risco de a informação ser tratada sempre sob a mesma perspectiva semântica, configurando-lhe um valor imotivado. Por outro lado, a presença da pragmática e da semiótica nos estudos e práticas garantirá estratégias de verificação da significação, por conseguinte dos aspectos cognitivos na constituição dos conceitos e do conhecimento desde a representação fenomenológica até a constituição das formas de vida. O uso e aplicação das linguagens documentárias no ato de representar é um fenômeno da significação, pois a interação entre mente e documento se dá na esfera do enunciado, mas também da enunciação e do discurso, portanto é da ordem da semiótica e da pragmática.

3. A literatura da organização do conhecimento não se preocupa com a distinção entre plano da expressão e plano do conteúdo, o que gera muita confusão acerca daquilo que está sendo representado ou é possível representar (lexema x semema). Desse modo, ocorrem equívocos de interpretação, em que sistemas de informação, tanto na representação como na recuperação, creditem o significado imanente como valor suficiente para a compreensão do conteúdo complexo, permitindo que muitas camadas de informação não sejam exploradas e devidamente tratadas, representadas e organizadas. Embora a linguagem documentária tenha uma relação intrínseca com o conceito, é preciso destacar que o termo atua como uma catálise, ou seja, recupera parte do significado, pois a significação só se manifesta no processo de discursividade. Logo, trata-se o valor linguístico (semântico-lógico) do plano da expressão, o qual é recuperado pela terminologia, como acesso ao conhecimento, todavia sem procedimentos para ativar o *background*, consequentemente compromete a recuperação plena de discursos sociais e científicos.

4. A organização do conhecimento possui processos, procedimentos e estratégias para realizar a análise do significado, contudo o sentido e a significação manifestantes na enunciação e no discurso não estão presentes nos objetos de representação, já que as práticas estão concentradas no tratamento do significado dos descritores decorrentes de análises descontínuas do enunciado. Sendo assim, não há uma representação complexa, completa e inter-relacionada nos diversos seguimentos informacionais, seja de ordem das camadas de informação e sentido que o documento promove, seja de ordem discursiva, no que confere a interdiscursividade,

a significação e a constituição de *background*. Os processos de representação da informação, identificam, na superfície do enunciado, fatores que correspondem ao significado, ou seja, está preso à forma imediata e ao conteúdo imanente (lexema).

5. Não há uma teoria da significação que integra as questões cognitivas, semânticas, pragmáticas e semióticas e oriente de forma contundente e deliberada os fundamentos acerta da linguagem na organização do conhecimento. Desse modo, a falta de uma teoria da significação ajustada às demandas da organização do conhecimento gera um embate sobre a constituição dos conceitos, visto que a concepção sobre o conceito no campo, embora receba como diretriz fatores sociais, não é vinculada à aspectos específicos de ordem mental, intelectual, psicológico e cognitivo que demarquem as dinâmicas entre os sujeitos e a realidade. Além disso, a concepção sobre o conceito não evidencia as relações fenomenológicas e discursivas na representação, mediação, sistematização e organização da realidade. As teorias da linguagem e da filosofia da linguagem são exploradas por empréstimo, ou seja, poucas vezes há a preocupação em realizar uma análise interdisciplinar averiguando a epistemologia das teorias a fim de que sejam associadas ao cenário da ciência da informação ou da organização do conhecimento.

Nesse aspecto, é possível sintetizar as hipóteses do seguinte modo:

Quadro 1 – Síntese das hipóteses

Especificação das hipóteses	Desenvolvimento e resolução
1.a. A organização do conhecimento se baseia na Linguística Estruturalista, Formalista e Gerativista. Há uma análise inicial da Linguística Funcionalista, da Sociolinguística e da Linguística Cognitiva. Não há detalhamento dos fundamentos epistemológicos dessas teorias.	Capítulo 2; Seção 2 Capítulo 4; Seção 4, 4.6, 4.7 Capítulo 6; Seção 6.2
1.b. o tratamento da informação fica limitado ao estudo terminológico como fundamento da sistematização do conhecimento como reflexo do entendimento lexical-semântico construído socialmente, porém a variação sociocognitiva na configuração dos conceitos não é preocupação central, já que o conceito é tratado sob aspectos do valor linguístico-social.	Capítulo 2; Seção 2.1, 2.2 Capítulo 6; Seção 6, 6.1
2.a. A organização do conhecimento se fundamenta primordialmente na constituição semântica, com poucos movimentos em direção à pragmática e à semiótica, assim corre-se o risco de a informação ser tratada sempre sob a	Capítulo 2; Seção 2; 2.1 Capítulo 3; todas as seções Capítulo 4; todas as seções Capítulo 5; todas as seções Capítulo 6: todas as seções

mesma perspectiva semântica, configurando-lhe um valor imotivado.	
2.b. a presença da pragmática e da semiótica nos estudos e práticas garantirá estratégias de verificação da significação, por conseguinte dos aspectos cognitivos na constituição dos conceitos e do conhecimento desde a representação fenomenológica até a constituição das formas de vida	Capítulo 4; todas as seções Capítulo 5; todas as seções Capítulo 6; todas as seções
2.c. O uso e aplicação das linguagens documentárias no ato de representar é um fenómeno da significação, pois a interação entre mente e documento se dá na esfera do enunciado, mas também da enunciação e do discurso, portanto é da ordem da semiótica e da pragmática.	Capítulo 2; Seção 2; 2.2 Capítulo 3; Seção 3, 3.2 Capítulo 5; Seção 5, 5.3, 5.4 Capítulo 6; Seção 6, 6.1, 6.3
3.a. A literatura da organização do conhecimento não se preocupa com a distinção entre plano da expressão e plano do conteúdo, o que gera muita confusão acerca daquilo que está sendo representado ou é possível representar (lexema x semema). Ocorrem equívocos de interpretação, em que sistemas de informação, tanto na representação como na recuperação, creditam o significado imanente como valor suficiente para a compreensão do conteúdo complexo, permitindo que muitas camadas de informação não sejam exploradas e devidamente tratadas, representadas e organizadas	Capítulo 2; Seção 2.2 Capítulo 3; todas as seções Capítulo 4; Seção 4, 4.3 Capítulo 6; Seção 6, 6.1
3.b. Embora a linguagem documentária tenha uma relação intrínseca com o conceito, é preciso destacar que o termo atua como uma catálise. Recupera parte do significado, pois a significação só se manifesta no processo de discursividade	Capítulo 2; Seção 2.1 Capítulo 3; Seção 3, 3.2 Capítulo 4; Seção 4.3, 4.6, 4.7 Capítulo 5; Seção 5.3, 5.4 Capítulo 6; todas as seções
3.c. trata-se o valor linguístico (semântico-lógico) do plano da expressão, o qual é recuperado pela terminologia, como acesso ao conhecimento, todavia sem procedimentos para ativar o <i>background</i> , consequentemente compromete a recuperação plena de discursos sociais e científicos.	Capítulo 2; Seção 2.2 Capítulo 3; Seção 3, 3.2 Capítulo 4; Seção 4. 4.1, 4.2, 4.3, 4.6, 4.7 Capítulo 5; Seção 5.3, 5.4 Capítulo 6; todas as seções
4.a. A organização do conhecimento possui processos, procedimentos e estratégias para realizar a análise do significado, contudo o sentido e a significação manifestantes na enunciação e no discurso não estão presentes nos objetos de representação, já que as práticas estão concentradas no tratamento do significado	Capítulo 2; Seção 2.2 Capítulo 3; Seção 3, 3.2 Capítulo 4; Seção 4.6, 4.7 Capítulo 5; Seção 5.3, 5.4 Capítulo 6; todas as seções

dos descritores decorrentes de análises descontinuas do enunciado	
4.b. não há uma representação complexa, completa e inter-relacionada nos diversos seguimentos informacionais, seja de ordem das camadas de informação, argumento, inferência e sentido que o documento promove, seja de ordem discursiva, no que confere a interdiscursividade, a significação e a constituição de <i>background</i>	Capítulo 3; todas as seções Capítulo 5; Seção 5.5 Capítulo 6; Seção 6, 6.1, 6.3
4.c. Os processos de representação da informação, identificam, na superfície do enunciado, fatores que correspondem ao significado, ou seja, está preso à forma imediata e ao conteúdo imanente (lexema).	Capítulo 1; Introdução, Delimitação do problema, Justificativa Capítulo 2; Seção 2, 2.2 Capítulo 3; Seção 3, 3.2 Capítulo 6; Seção 6, 6.1
5.a. Não há uma teoria da significação que integra as questões cognitivas, semânticas, pragmáticas e semióticas e oriente de forma contundente e deliberada os fundamentos acerca da linguagem na organização do conhecimento. Desse modo, a falta de uma teoria da significação ajustada às demandas da organização do conhecimento gera um embate sobre a constituição dos conceitos, visto que a concepção sobre o conceito no campo, embora receba como diretriz fatores sociais, não é vinculada à aspectos específicos de ordem mental, intelectual, psicológico e cognitivo que demarquem as dinâmicas entre os sujeitos e a realidade.	Capítulo 1; Introdução, Delimitação do problema, Justificativa Capítulo 2; Seção 2, 2.2 Capítulo 3; todas as seções Capítulo 6; todas as seções
5.b. a concepção sobre o conceito não evidencia as relações fenomenológicas e discursivas na representação, mediação, sistematização e organização da realidade. As teorias da linguagem e da filosofia da linguagem são exploradas por empréstimo. Há pouca preocupação em realizar uma análise interdisciplinar averiguando a epistemologia das teorias a fim de que sejam associadas ao cenário da ciência da informação ou da organização do conhecimento.	Capítulo 1; Introdução, Delimitação do problema, Justificativa Capítulo 2; Seção 2, 2.2 Capítulo 3; todas as seções Capítulo 6; todas as seções

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

1.3 Objetivos

A presente pesquisa, comprometida com a análise e reflexão sobre as articulações da linguagem nos diversos procedimentos de sistematização do conceito,

tratamento da informação e recuperação da informação previstos pela organização do conhecimento, busca explorar diferentes vertentes da teoria da linguagem e da filosofia da linguagem para fomentar argumentos e estratégias para refletir sobre o papel da linguagem na organização do conhecimento e sistematizar uma diretriz teórica linguístico-semiótica para a organização do conhecimento para contribuir para sua aplicabilidade.

1.3.1 Objetivo Geral

É objetivo geral desta pesquisa revisar os elementos teóricos da semântica, da pragmática e da semiótica na organização do conhecimento e propor a constituição de uma diretriz teórica da significação pertinente à área. Essa diretriz constituir-se-á de abordagens epistemológicas e conceituais que tratarão de alguns fundamentos teóricos da semiótica peirceana e francesa, da semântica da enunciação e cognitiva e da pragmática nos processos cognitivos inerentes à interpretação e, assim, debater sobre como podem incidir nos procedimentos de sistematização de conceitos, de tratamento da informação e recuperação da informação na organização do conhecimento.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) Revisar as principais produções bibliográficas da filosofia da linguagem, da linguística e da organização do conhecimento e destacar os principais conceitos da semântica, da pragmática e da semiótica;

b) Sistematizar os elementos teóricos e práticos para apresentar uma teoria da significação que atenda às necessidades da organização do conhecimento;

c) Revisitar a produção científica na organização do conhecimento que discuta sobre o papel da linguagem na área a fim de mensurar como se estruturou sua aplicação;

d) Determinar os segmentos teóricos da linguagem aplicados na organização do conhecimento, que explorem o tratamento do sentido e da significação nas esferas da enunciação e do discurso;

e) Sistematizar diretrizes sobre a aplicação de algumas teorias e conceitos da linguagem no tratamento da informação manifestante no documento a fim de contribuir para a melhor interpretação da significação e do simbólico.

1.4 Justificativa

A linguagem é um importante instrumento para realizar a representação da realidade. Através da linguagem, a mediação entre signos, objeto e mente ocorre de forma dinâmica e contundente, de tal modo que as diretrizes, forjadas através do raciocínio lógico e através do discurso, modelizam a mente, estabelece o hábito, efetivando a conduta, portanto a compreensão sobre a realidade está vinculada ao modo como a linguagem é aplicada para representar o mundo.

Através da linguagem, constituem-se os conceitos, estes atuam como recursos de pensamento (Dahlberg, 1978) a fim de fornecer à mente parâmetros sobre as coisas do mundo, as quais, através da linguagem, são classificadas, categorizadas, descritas, nomeadas e, assim, surgem as orientações, os procedimentos, os repertórios, as repetições, ou seja, é decorrente da aplicação da linguagem que classes são sistematizadas e efetivadas por generalidades e pela correlação linguagem, lógica, mente, modelização e realidade.

A linguagem é a mola propulsora da evolução humana, não só pelo advento da comunicação, mas, sim, pela potencialidade de descobertas que a linguagem favorece à mente, visto que cria simulacros de realidades, gigantes ou minúsculas, substituindo a ação da própria natureza por conjuntos de conceitos, os quais fundamentam a aprendizagem, o conhecimento, a cultura e a ciência.

Segundo Hjelmslev (2013, p. 1), a linguagem “[...] é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual influencia e é influenciado”. Tal proposição evidencia que a linguagem assume um papel fundamental na condução da vida (Benveniste, 1999, 2020). Diante disso, entende-se que a linguagem também é condutora da informação, pois, quando a informação assume uma natureza que seja para além do sinal e do ruído, que também podem ser classificados como uma espécie de linguagem, é materializada em linguagem natural, e esta lhe concede o sentido, permitindo que sua mensagem profira a interação e a construção do conhecimento.

A cognição depende da linguagem para gerar sentido, ampliar a experiência, processar os comandos e gerenciar o conhecimento, portanto a informação é seu alimento, enquanto a linguagem é seu modelador energético, que se ativa desde a

percepção e aciona emoções, sensações e sentimentos para alinhar as ações à lógica e à compreensão.

Decorrente a essa concepção, promover um estudo que trate de modo mais especializado a linguagem é gerar uma contribuição ímpar para os processos, as práticas e os produtos que perfazem a ciência da informação e a organização do conhecimento. Somado à natureza interdisciplinar da ciência da informação, fator que permite a interação e o diálogo entre as áreas do saber, como filosofia, psicologia, teorias da cognição e linguística, possibilita a construção de inferências que permitem ampliar a atuação da linguagem nesse cenário, já que a linguagem é o instrumento central a ser utilizado durante as ações de tratamento, representação e recuperação da informação.

A linguagem oferece ao ser humano a possibilidade de estabilizar significados e, assim, através das palavras, ocorrer a recuperação de conhecimentos anteriormente compartilhados, como fatos históricos, eventos sociais e políticos, objetos culturais e fenômenos científicos. Além disso, a linguagem também pode simular um ato, efetivando a validação de uma ação por aquilo que foi enunciado e, com isso, afetar o comportamento de outros seres humanos, estabelecendo leis, normas e padrões que servem de direcionamento das ações em experiências futuras.

Ademais, a linguagem constrói realidades, possibilidades, relações, guerras, intrigas, paz, conhecimento, *fakenews*, entre outras tantas possibilidades através do discurso e da aplicabilidade em determinados contextos, apresentando determinadas intenções, em determinadas situações. A linguagem edifica na mesma velocidade que destrói, valoriza na mesma intensidade que apaga a presença de pessoas, de valores, de ideologias, como ainda reconta grandes feitos, ou deixa a história mal contada.

Frente a essas situações, o trabalho de análise e tratamento da informação, representação e recuperação da informação não é uma atividade simples, tampouco pode ser visto como algo sem consequências, ao contrário, requer muita responsabilidade, pois formas de vida frente aos fatores científicos e culturais podem ser manifestadas e evidenciadas, ou apagadas e esquecidas. Desse modo, a análise, o tratamento, a representação e a recuperação da informação requerem cuidados durante a análise do sentido e da significação, por isso é preciso compreender que, dependendo da situação, apegar-se apenas ao significado é correr o risco de esconder detalhes importantes que apenas são transparecidos na enunciação e no discurso.

Outrossim, é necessário ter em destaque que a semântica apresenta complexidades que não se resumem ao significado, ou a construção lógica do estrato linguístico que socialmente foi direcionado para nomear um determinado objeto; a semântica atua no enunciado, na construção discursiva e no processo cognitivo. Por sua vez, a pragmática não deve ser um coringa que evidencia que o usuário foi afetado pelo enunciado. Por sua ordem, a pragmática manifesta o sentido oriundo do implícito, da dêixis, do debrado, da enunciação e aponta elementos extralinguísticos que são fundamentais para a construção do contexto e ordenar a relação objeto, contexto e discurso.

Ainda nessa linha, ao tratar da significação é preciso reconhecer que há a presença de um processo que envolve ou a ação do signo que amplia a experiência ou há um percurso gerativo em que a dinâmica objeto, cena prática e estratégias de reconhecimento das formas de vida (Fontanille, 2008) ou da tensividade entre enunciação e representação perpassam pelo ato da discursividade, o qual se inicia na aspectualização de temas e de figuras, que constituem a isotopia no enunciado e, assim, permite a realização da congruência desses sentidos produzidos graças à forma do signo, que discursivizado na expressão, permite a correlação de saberes, a fundamentação de intencionalidade, situacionalidade e *background* para, assim, alcançar o conteúdo complexo.

A organização do conhecimento se utiliza da linguagem para estabelecer critérios de tratamento do conceito, bem como a criação de linguagem especializadas e com estratégias específicas para representar esses conceitos tanto no processo de elaboração de objetos informacionais e construção de sistemas informacionais, como no que diz respeito à recuperação da informação.

A linguagem documentária se destaca nesse processo, já que se apresenta como instrumento de representação da informação, por isso bastante recorrente nas atividades que envolvem a elaboração de objetos informacionais. Além disso, a linguagem documentária é fundamentada em procedimentos e métodos que viabilizam sua função de mediação entre a informação e o conhecimento, visto que contribui para a sistematização de recursos de organização e representação, como a sistematização do conhecimento através de conceitos, da classificação e da categorização

Nesse viés, é válido destacar que a organização do conhecimento busca por ferramentas, metodologias, práticas que colaborem para a sistematização do

conteúdo que efetiva o conhecimento, assim é bem marcante a importância de fundamentos filosóficos como ontologia, teleologia, metafísica, classificação, descrição, organização temática, como ainda estratégias para evidenciar o agrupamento de discursos com sentidos convergentes, por exemplo através da análise de conteúdo. Esses fatores são empregados para legitimar a atuação ético-científica da linguagem documentária no cenário do tratamento da informação.

Nesse aspecto, muitas das atividades da ciência da informação, como da organização do conhecimento, perpassam pelo uso e aplicação da linguagem, por isso uma sistematização de teorias da linguagem que possam contribuir com essa jornada é muito fortuita e profícua.

Propor uma sistematização epistemológica que sirva de referência para tratar dos meandros que envolvem a linguagem permite refletir que circunstâncias como ambiguidade, polissemia e homonímia poderiam ser tratados sob outro enfoque, reconsiderando as práticas semióticas para a aplicação de vocabulário controlado, pois a palavra isolada apresenta um significado restrito, logo afeta a cognição conforme a experiência e o contexto.

Outro ponto importante em que se fundamenta esse estudo é a diferença entre o plano da expressão e o plano do conteúdo. Entender a dinâmica e funcionalidade de cada plano pode contribuir para resolver diversos impasses que envolvem a leitura, o processo de análise e tratamento da informação, por conseguinte sua representação através de conjuntos de descritores específicos.

Com isso, ampliar as discussões sobre a extensão semântica dos descritores e como são elaborados, ou seja, como esses recursos se apresentam nos sistemas informacionais, ou melhor, rever se essas expressões estão no seu espectro de lexema, ou foram debatidas as configurações discursivas, portanto atuam como sememas e, assim, afetam mentes, estabelecendo processos cognitivos através da catálise. Desse modo, é pertinente refletir se descritores e linguagem documentária são recursos da mesma ordem semiótica e como sua atuação nos sistemas estão vinculadas a fatores da pragmática, pois demanda experiência, cognição e ativação do conhecimento.

As estratégias de representação, armazenamento e recuperação são direcionadas a explorar a forma, a expressão, portanto o conteúdo imanente e imediato. A palavra proposta como unidade semântica será inicialmente configurada com lexema, pois falta-lhe toda a densidade do discurso. Como consequência dessa

confusão acerca da profundidade da interpretação e da ativação de saberes e conhecimentos, há constantemente dificuldades na recuperação da informação e do *ethos* discursivo. Nesse interim, entende-se que a organização do conhecimento pode se aproximar das propostas de uma teoria da significação para apresentar recursos, métodos e instrumentos para tratar o conteúdo, o qual quase sempre fica por conta das atuações filosóficas, ou tratados com elementos subjetivos apenas estudados pela psicologia.

Nessa linha, a semiótica é capaz de demonstrar que o objeto é o condutor do sentido e é através de análises sobre as propriedades desse objeto, ser ou fenômeno que se constitui a experiência, a cognição e o contexto. Assim, a realidade é explorada sob diferentes perspectivas que a constroem como algo cognoscível, e a significação se constitui como um recorte discursivo, pois são fatores que se convergem e são responsáveis pela aplicação do conteúdo complexo (semema) em uma dada circunstância.

Frente a essas possibilidades, é preciso refletir em que medida a ciência da informação e a organização do conhecimento pretendem trabalhar com o plano da expressão e em quais circunstâncias é de fato necessário acessar o conteúdo complexo e como realizar esse processo.

Nesse sentido, as propostas e os resultados apresentados neste trabalho de pesquisa configuram avanços significativos para a práxis informacional que envolvem o tratamento da informação e o estabelecimento do impacto da significação para direcionar a constituição do conteúdo de modo complexo, amplo, democrático. Destarte, evidencia-se que as camadas de sentido interferem na constituição dos sujeitos frente às necessidades de representação da realidade, sua simbologia de ordem metafísica e discursiva, como ainda de ordem histórica, social, cultural, política, científica, as quais efetivam sua composição de modo ontológico e teleológico, assim efetivando constituições de conceitos, por conseguinte as classificações e categorizações.

Desse modo, entende-se ser de grande contribuição a sistematização das estratégias de enunciação, bem como a configuração de sua práxis, já que, em níveis sociais, destacam-se as circunstâncias discursivas dos sujeitos, que, muitas vezes, sofrem apagamentos, gerando destaque aos objetos e aos cenários, mas não havendo integração dos sujeitos constituintes das cenas práticas e das formas de vida.

Acerca das contribuições para tratamento da informação, uma teoria da significação pode efetivar uma diretriz prática dos fundamentos modais da linguagem e direcionar procedimentos que conduzam ao reconhecimento dos elementos de sentido nas esferas do enunciado, da enunciação e do discurso, permitindo, assim, caminhos para identificar a imanência da forma (lexema) e as possibilidades de sentido e significação (semema) conforme as indicações do *background*.

Já para a ciência da informação e para a organização do conhecimento, avançar no tratamento epistemológico da linguagem e incorporar, efetivamente, nos estudos a preocupação com as esferas da linguagem, como aspectos semânticos, da pragmática, semióticos e pragmáticos de forma contundente e deliberativa, poderá obter resultados precisos devido à especificidade das abordagens. Frente a isso, é válido ressaltar que, diante das demandas informacionais que se ampliam com todos os fatores tecnológicos, sociais, culturais e políticos, o processo de tratamento do sentido e da significação não deve ser entendido em linhas genéricas.

1.5 Metodologia

Esta pesquisa pode ser classificada como qualitativa, básica, aplicada e bibliográfica. A pesquisa se realizou sob uma abordagem de natureza **qualitativa**, visto que esse tipo de pesquisa “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.” (Silveira; Córdova, 2009, p. 33).

A natureza qualitativa está relacionada à estratégia de abordar vários segmentos teóricos a fim de encontrar caminhos para analisar as práticas cognitivas, linguísticas, pragmáticas, semióticas, discursivas e verificatórias que envolvem a elaboração de instrumentos para organizar e representar o conhecimento, a aplicação de técnicas para tratamento da informação e procedimentos para efetuar a análise, a leitura, o armazenamento e a recuperação da informação; bem como fatores políticos, sociais, históricos e científicos presentes nessa atividade, além de analisar os aspectos comportamentais, de conduta deliberada que envolvem os domínios e sistemas durante todo o percurso informacional.

Nesse aspecto, adotar a abordagem qualitativa “[...] opõe-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências”, assim “os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das

coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem às provas de fato” (Silveira; Córdova, 2009, p. 34).

A pesquisa qualitativa explana “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, assim marcam-se, como objetivos, “[...] objetivação dos fenômenos; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural” (Silveira; Córdova, 2009, p. 34). Além disso, busca por prezar o “[...] caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos”, com isso há a constante busca por “[...] resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências” (Silveira; Córdova, 2009, p. 34).

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa básica e prática. Classifica-se como básica, pois envolve verdades e interesses universais, constituídos a partir da modalidade epistemológica, já que visa a analisar e a debater sobre os fundamentos teóricos propostos pelas teorias envolvidas com o fito de, através de dialogismo interdisciplinar, apresentar propostas para novas condições de classificação e aplicação da linguagem nas atividades inerentes à organização do conhecimento, por isso também retrata alguns fundamentos da pesquisa aplicada.

Sobre as características de pesquisa aplicada, ressaltam-se os objetos da organização do conhecimento, em destaque os sistemas de organização do conhecimento e os procedimentos da organização do conhecimento, sob os quais aplicam-se os fundamentos teóricos da linguagem, o que garante uma análise não apenas ontológica, mas que também se configura um direcionamento teleológico.

Em se tratando do método utilizado para efetuar os procedimentos de pesquisa, em destaque, aspectos que tangem à coleta e à análise, destaca-se a **pesquisa bibliográfica**. Nesse viés, evidencia-se que “a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (Lakatos; Marconi, 1992, p. 43).

A pesquisa bibliográfica, no que se refere à coleta de dados, caracteriza-se por tratar do “[...] levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o

pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (Lakatos; Marconi, 1992, p. 43-44). A vantagem de se aplicar uma pesquisa bibliográfica para efetuar o procedimento de coleta é que permite averiguar as produções acerca dos temas e conceitos a serem tratados, de forma extensiva, permitindo contato com diversos pontos de vista sobre a constituição do fenômeno e da teoria.

Para a realização desta pesquisa, a estratégia de coleta se organizou em duas frentes: a primeira, constituída em buscas realizadas em bases de dados, sob as quais aplicaram-se estratégias de buscas, organizada pela terminologia específica que demonstrasse o contexto de cada teoria abordada, assim permitiu-se elencar os argumentos acerca dos principais conceitos e principais temas pertinentes aos campos científicos pesquisados. A segunda, realizou-se a partir de consultas em espaços destinados ao debate e construção do conhecimento, como salas de aula, onde se realizavam as disciplinas e grupos de pesquisas a fim de aprofundar o conhecimento especializado alinhavado aos campos estudados, como também houve a consulta de dicionários especializados, como dicionário de semiótica, de análise do discurso, de linguagem, de linguística, de filosofia e da organização do conhecimento.

A pesquisa bibliográfica se consolida decorrente à escolha do tema, sendo este apontado como uma consequência das abordagens teóricas e dos resultados alcançados na dissertação de mestrado, defendida em 2020. Sendo assim, o tema central é direcionado à linguagem e o papel que ela exerce no cenário da organização do conhecimento.

O planejamento das atividades foi direcionado ao aprofundamento das teorias da linguística sobre a semântica, a pragmática e a semiótica, como também as teorias da filosofia sobre a linguagem, em direção à pragmática e à semiótica. Nessa linha, também se aprofundou sobre os estudos acerca da organização do conhecimento, da teoria do conceito, da análise de domínio e da recuperação da informação.

Diante dessas primeiras abordagens, destaca-se a consulta em bases de dados como Google Scholar, Nomos eLibrary, Dialnet, Brapci, Scopus e Scielo, além de consultar o portal de periódicos da Capes, como ainda o catálogo de teses e dissertações da Capes. Nesse processo, aplicaram-se as palavras-chave extraídas dos materiais a que se teve acesso durante as aulas e os encontros com especialistas, como grupos de pesquisas e congressos, assim também dos materiais

especializados, como artigos, teses, dissertações e livros, que foram coletados conforme o progresso da pesquisa.

Referente ao universo da organização do conhecimento, destacam-se como principais conceitos: organização do conhecimento; organização da informação; objetos informacionais; fluxos informacionais; sistemas informacionais; usuários; sujeitos informacionais; informação; conhecimento; conceito; teoria do conceito; aspectos cognitivos; linguagem especializada; linguagem de indexação; linguagem documental; linguagem documentária; vocabulário controlado; termo; terminologia; tesouro; taxonomia; ontologia; recuperação da informação; indexação; políticas de indexação; leitura documental; análise documental; análise documentária; extração terminológica; tratamento informacional; tratamento temático de assunto; indexação automática; processamento em linguagem natural. Além de listar os conceitos, também houve o procedimento de entender as relações teóricas e epistemológicas a fim de constituir a rede semântica e argumentativa. Desse modo, foi possível compreender os níveis de articulação dos objetos da organização do conhecimento e como se constroem os seus argumentos.

Diante disso, recuperaram-se documentos produzidos em línguas portuguesa, espanhola e inglesa. As buscas não foram determinadas por datas ou períodos, visto que a preocupação estava centrada na temática e, principalmente, em recuperar documentos que viabilizassem discursos originais e precursores da construção dos arcos epistemológicos. Sendo assim, foram analisados documentos que evidenciam os primeiros movimentos e artigos cuja publicação é mais recente com o fito de averiguar como se mantiveram os discursos acerca das fundamentações teóricas.

Nessa perspectiva, destacam-se, no cenário da organização do conhecimento, o que tange à teoria do conceito, à recuperação da informação, a representação da informação, os seguintes documentos:

Quadro 2 – Temas recorrentes na organização do conhecimento

Temas recorrentes nos documentos científicos	Produções
Epistemologia	Borko (1968); Dahlberg (1993, 1995, 2006, 2014); Barreto (1994); Estevan Navarro; García Marco (1995); Barité (2001, 2015); Smiraglia (2005, 2012, 2013, 2014); Capurro; Hjørland; Cardoso (2007); Marteleto;

	Ribeiro; Guimarães (2007); Hjørland (2008, 2013, 2016); Café; Lacruz; Barros (2011); Araújo (2014); Sales (2015); González de Gómez (2015); Guimarães; Matos; Santos; Sales (2015); Pando (2018).
Teoria do Conceito	Dahlberg (1978); Sowa (1984); Hjørland (2009); Koselleck (2020).
Sistemas de Organização do conhecimento	Lara (1993, 2001, 2004a, 2004b, 2006, 2008, 2009, 2011); Maiomone; Tálamo; Lara (2009); Tálamo (2011); Schiessl; Shintaku (2012); Martines (2020); Vogel (2007, 2009)
Representação da informação	García Gutiérrez (1984, 1992, 2002); Izquierdo Arroyo (1990); Almeida (2016, 2002); Martines; Almeida (2023).
Terminologia	Cabré (1993, 2003); Almeida (2009).
Análise documentária e linguagem documentária	Gardin (1966, 1973); Coyaud (1966); Chaumier (1974); Cintra (1983, 1987, 1993, 1994); Cunha (1987, 1990); García Gutiérrez (1989, 1990); Lara (1993, 2001, 2004a, 2004b, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011); Moura, Silva e Amorim (2002); Tálamo e Lara (2009); Kobashi (2007); Moura (2011); Maimone e Tálamo (2011); Vogel (2007, 2009).
Indexação	García Gutiérrez (1989); Robredo (1991); Gil Leiva (1997); Fujita (1999, 2004); Fujita; Rubi (2006); Rubi; Fujita (2007); Fujita; Boccato; Rubi (2011); Fujita; Gil Leiva (2014); Oliveira; Cunha; Vieira (2018); Oliveira (2020); Camossi; Tolare; Fujita (2021); Fujita; Tartarotti; Rodas (2023).

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A categorização apresentada no quadro 2 busca demarcar recortes temáticos recorrentes nas discussões da organização do conhecimento, como também busca apontar aspectos específicos embora muitos desses temas sejam aplicados de modo a configurar convergências em sua base epistemológica, metodológica, ontológica ou teleológica. Outrossim, esse direcionamento apresentado pela categorização contribui

para alinhar as discussões e as preocupações da organização do conhecimento com os fundamentos teóricos das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem.

Por sua vez, sobre semântica, pragmática e semiótica, foram consultados artigos, teses, dissertações e livros publicados nas respectivas áreas, como também dicionários especializados. Somado a isso, a participação em grupos de pesquisa, a destacar – Fundamentos Teóricos da Informação, Unesp-Marília; SEMIOCE, Universidade Federal do Ceará; Labores e Labs, ambos da USP; GPS, Unesp-Araraquara – também colaboraram para que se recuperassem as principais produções, as teorias fundamentais e os teóricos mais relevantes. A maior parte desse material está publicado sobre o formato de livro impresso e eletrônico, assim se recuperaram obras importantes para a consolidação das teorias em línguas portuguesa, espanhola, inglesa, francesa e italiana.

Como recurso utilizado para a recuperação dos materiais e sistematização dos fundamentos teóricos, aplicaram-se os seguintes conceitos: semântica; significado; sentido; significação; campo semântica; rede semântica; isotopia; semântica lexical; hiperonímia; sinonímia; meronímia; polissemia; ambiguidade; semântica estrutural; signo, significação; *langue*; *parole*, plano da expressão; plano do conteúdo; nível de imanência; moda; mito; sema, clasema; lexema; semema; semântica formal; semântica formalista; semântica lógica; semântica matemática; referência; conceito; verdade; veridicção; verifuncional; semântica gerativa; gerativismo; gramática gerativa; gramática universal; ontogenético; filogenético; transinformacional; *parsing*; língua-E; língua-I; língua inata; semântica discursiva; semântica enunciativa; linguística textual; coesão; coerência; conhecimento de mundo; conhecimento partilhado; linguística estrutural; linguística funcional; enunciação, enuncivo; enunciativo; *frames*; *scripts*; esquemas; *blending*; competência procedural; situacionalidade; intencionalidade; aspectualização; direcionalidade; *background*; rede neural; cognição; protótipo; ato de fala; ato ilocucionário; ato perlocucionário; força ilocucionária; jogos de linguagem; família de linguagem; formas de vida; hermenêutica; ação; modos de afeto; pragmática; pragma; pragmatismo; semiótica; práticas semióticas, semiótica discursiva; semiose; interpretante; hábito mental; inquirição; *ethos* discursivo; interdiscurso; tematização; figuratização; percurso gerativo do sentido; percurso gerativo da expressão; ação do signo; conduta deliberativa; autoajuste; autocorreção. Aplicando a mesma sistematização metodológica sobre a listagem dos conceitos, ocorreu o procedimento de verificação

das relações teóricas e epistemológicas presentes nas diferentes vertentes teóricas exploradas nos ramos da semântica, pragmática e semiótica a fim de compreender a rede semântica e argumentativa. Desse modo, foi possível inferir os níveis de articulação dos objetos e alinhar teorias que se aproximavam como base epistemológica e configurando os elementos da aproximação ou da divergência.

Assim, entre os materiais coletados, destacam-se:

Quadro 3 – Referencial teórico: semântica; pragmática; semiótica

Linhas teóricas	Produções
Semântica	Tarski (1956, 1986, 1994, 2007); Jackendoff (1972, 1985, 1987, 1990, 1994, 1995, 2002, 2012); Greimas (1976); Chomsky (1976, 1979, 2000, 2007, 2009a, 2009b, 2014, 2018a, 2018b); Frege (1984, 2002, 2009, 2018); Coseriu (1991); Chierchia (1995, 2013); Oliveira (2001); Tamba (2006); Borges Neto (2011); Oliveira (2017); Barbisan (2019); Meillet (2021).
Pragmática	Carnap (1943, 1948, 1967, 1976); Quine (1959, 1963, 1965, 1982, 1986, 2013); Apel (1985a, 1985b, 1991, 1992, 2004); Gadamer (1977, 1997, 1998, 2016); Habermas (1979, 1997, 2000, 2012a, 2012b); Parret (1983, 1988, 1993); Austin (1990, 2021); Searle (1990, 1997, 2002, 2004, 2006, 2007); Grice (1991, 2001); Heidegger (2005a, 2005b); Armengaud (2006); Levinson (2007); Wittgenstein (2014, 2020);
Semiótica – Semiologia	Hjelmslev (1972, 1973, 1976, 1991, 2013); Greimas (1975, 1976); Morris (1976); Teixeira Coelho Neto (1980); Colapietro (1993); Greimas; Fontanille (1993); Barthes (1993, 1999, 2004, 2007, 2012, 2019); Peirce (1994, 2008, 2017, 2020); Santaella (1994, 1995, 2004, 2020); Nöth (1996); Saussure (2006); Zilberberg (2006); Silveira (2007); Tatit (2007); Barros (2008, 2010); Fontanille (2008a, 2008b, 2015, 2016); Ibri (2015); Greimas; Courtés (2016); Nöth; Santaella (2017).

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Após o devido fichamento das leituras, ocorreram-se a análise e o aprofundamento dos estudos. Diante disso, observaram-se pontos interessantes no segmento da organização do conhecimento, no que se refere à aplicação da linguagem, que pudessem receber contribuições sistemáticas das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem.

Realizou-se uma segunda jornada de investigação, a qual conecta as teorias da linguagem – semântica, pragmática e semiótica – nos vieses da linguística e da filosofia, com o fito de obter respostas sobre quatro categorias, que pudessem responder sobre a construção do sentido e da significação – enunciado, enunciação, discurso e cognição – a serem exploradas como fundamento teórico capaz de ampliar as contribuições acerca da sistematização dos conceitos, das categorias, suas relações de sentido, bem como os fatores ontológicos, teleológicos e metafísicos, inerentes à representação e a mediação da realidade e do conhecimento.

Desse modo, destacam-se as principais teorias recuperadas em formato de livro. Essas obras estão produzidas nas línguas portuguesa, inglesa e francesa. As palavras-chave ou expressões utilizadas para recuperar os materiais seguiram o mesmo procedimento de coleta aplicado anteriormente.

Nesse sentido, destacam-se: Elementos do enunciado; elementos da enunciação; formas de vida e discurso; interdiscurso; *ethos*; dispositivos de poder; dispositivos de controle; dispositivos ideológicos; ancoragem discursiva; tríade da enunciação; comportamento discursivo; conduta discursiva; elementos da cognição; semiótica e cognição; linguagem e cognição; *frames*; conceitos; substância primária e secundária; cognição e ativação do conhecimento; afeto e passividade; associação do conhecimento; acomodação do conhecimento; apropriação do conhecimento.

Quadro 4 – Fundamentos teóricos do enunciado, enunciação, discurso e cognição

Objetos teóricos	Produções
Enunciado	Beaugrande; Dressler (1997); Kleiman (2002); Koch (2004, 2018a, 2018b); Koch; Travaglia (2004, 2011);
Enunciação	Parret (1988); Benveniste (1999, 2014, 2020); Fiorin (2001); Neves (2018);

Discurso	Foucault (2007, 2015); Van Dijk (2008, 2014, 2018, 2019b, 2020); Fontanille (2012, 2019); Charaudeau; Maingueneau (2020); Ducrot (2020);
Mente e Cognição	Rosch (1973, 1975a, 1975b, 1976); Fodor (1976, 1983, 1984, 2014); Lakoff; Johnson (1980, 2009); Fauconnier (1994, 2002); Lakoff (1998, 2004, 2018); Margolis; Laurence (1999); Murphy (2002); Talmy (2003); Searle (2004, 2007); Schwarz (2006); Felpes (2007); Vigotsky (2007); Vygotsky (2008); Vigotski (2017); Lenz (2019); Van Dijk (2019a)

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Decorrente dos materiais coletados, realizada a primeira etapa de leitura, identificação e fichamento, partiu-se para a etapa da análise. Essa etapa foi conduzida pelos procedimentos previstos pela pesquisa bibliográfica e pelo método hipotético-dedutivo.

Acerca dos procedimentos inerentes à pesquisa bibliográfica, destacam-se, em primeira ordem, a crítica externa, procedimento fundamental para a seleção, organização e direcionamento do material coletado e identificação das bases argumentativas e expositivas conforme a construção das teorias, fundamentada na crítica do texto, crítica da autenticidade e crítica da proveniência.

Na sequência, realizaram-se os procedimentos oriundos da crítica interna, como a crítica de interpretação, em que se aplicou fundamentos do pragmatismo para verificação das informações; crítica do valor interno do conteúdo, em que se aplicou o método hipotético-dedutivo e o pragmatismo a fim de confirmar a construção dos argumentos apresentados pelos autores ao longo dos documentos.

Assim, tornou-se fundamental a consulta de materiais especializados nas áreas apontadas, pois apresentavam os principais conceitos e argumentos, os quais foram utilizados por esta pesquisa devido à sua relevância nas áreas e recorrência nos discursos científicos. Outrossim, o uso do pragmatismo colabora para configurar a aproximação das inferências promovidas no relatório de pesquisa com os discursos que perfazem a construção crítica da teoria.

Nesse cenário, realizaram-se as descrições das teorias, cada uma apresentando seus conceitos e sua aplicabilidade, como também a realização das

explicações de como os objetos das diferentes teorias podem estabelecer diálogos e, assim, proporcionar avanços frente à contribuição da linguagem para o universo da organização do conhecimento.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica, além de possibilitar a realização de um levantamento sistemático das bases teóricas da ciência da informação, da organização do conhecimento, da teoria do conceito, do conhecimento, do tratamento temático da informação, da análise documentária, da indexação, da representação e recuperação da informação, da semântica, da pragmática, da semiótica, do pragmatismo, do enunciado, da enunciação, do discurso e da teoria da cognição, também permitiu a elaboração de inferências para os avanços propostos com base na construção dos argumentos das teorias aplicadas.

Dessa maneira, oferecendo respostas contundentes ao estabelecer o inter-relacionamento entre as teorias, visto que os fundamentos de algumas teorias da linguagem, da filosofia da linguagem e da psicologia da linguagem propuseram caminhos para contribuir com as concepções sobre o conceito, sobre o conhecimento, sobre a leitura documental, sobre o processo de representação e sobre o processo de recuperação da informação.

Somado a isso, ao destacar o método aplicado para realização da análise e da interpretação, evidencia-se o método hipotético-dedutivo. Consoante Lakatos e Marconi (1991, p. 64) “[...] no método hipotético-dedutivo, defende o aparecimento, em primeiro lugar, do problema e da conjectura, que serão testados pela observação e experimentação”. Nesse aspecto, a análise de conjectura deve ser pautada nos argumentos constituintes de cada área, assim verificando como as inferências são organizadas. Para isso, optou-se pela descrição dos fundamentos teóricos e a valorização dos argumentos em discurso direto (citação direta), além de garantir que a construção de raciocínios dedutivos oriente os avanços dos raciocínios indutivos.

O método hipotético-dedutivo é um método proposto por K. Popper a fim de responder às querelas acerca dos processos de raciocínio, embora seja fundamentado em elementos estruturalistas do positivismo. De todo modo, colaborou para sistematização da análise, visto que, em primeira instância, foi realizada a identificação das teorias, dos seguimentos, dos argumentos, de modo nuclear.

Ao agrupar pontos em comum e sistematizar as divergências teóricas e epistemológicas com a finalidade de explicar quais fundamentos das teorias utilizadas satisfazem os objetivos desta pesquisa e quais fatores são incompatíveis, foi possível

efetuar as justificativas para tal escolha devido ao impacto teórico dos conceitos aplicados, visto que a descrição das teorias está fundamentada na apresentação dos arcos teóricos para que se observem os percursos argumentativos que as teorias trilharam ao longo de sua construção e como efetivam sua ancoragem na realidade.

Ponto importante do método hipotético-dedutivo é que há a defesa que existe um mundo material independente da experiência, fator que fundamenta o posicionamento desta pesquisa de que não é a linguagem que constrói o mundo, mas, sim, o mundo se realiza decorrente à linguagem.

Frente a isso, o método hipotético-dedutivo se fundamenta pela criticidade aplicada na análise dos objetos, fenômenos, por sua vez dos discursos e dos argumentos presentes nas teorias aplicadas, ou melhor, “[...] seu método é o de enunciar claramente o problema de examinar, criticamente, as várias soluções propostas”, por isso “defende o valor do conhecimento racional, devendo as teorias corresponderem à realidade” (Lakatos; Marconi, 1991, p. 65).

Nessa perspectiva, a consistência do método hipotético-dedutivo se efetiva com a proposta por “[...] uma atitude racional e crítica e pelo emprego do método hipotético-dedutivo, que consiste na construção de conjecturas, que devem ser submetidas a testes, os mais diversos possíveis” (Lakatos; Marconi, 1991, p. 65), como a crítica intersubjetiva, ou ainda o controle mútuo pela discussão crítica, visto que as respostas alcançadas por esta investigação são abertas, permitindo, assim, o constante diálogo entre os pares, já que há a proposta de um caminho para tratar a linguagem, a qual está em constante evolução, tanto em sua expressão, como nas técnicas, procedimentos e métodos para alcançar o conteúdo complexo.

Nesse cenário, pode-se apontar as conjecturas acerca da relação estabelecida entre a linguagem e constituição de conceitos, como ainda a linguagem e a representação da informação, ou seja, enquanto a primeira relação exige procedimentos para verificar a ação do signo, ou percursos gerativos de sentido e de significação; a segunda, como catálise da primeira, apropria-se do já-dito e, assim, manifesta-se em função do significado imanente no plano da expressão, permitindo verificar se isso gera desencontros entre o processo de representação e o processo de recuperação da informação.

O método hipotético-dedutivo também possibilita “[...] o confronto com os fatos, para ver quais as hipóteses que sobrevivem como mais aptas na luta pela vida, resistindo, portanto, às tentativas de refutação e falseamento” (Lakatos; Marconi,

1991, p. 65). Nesse aspecto, identificam-se possibilidades para contribuir com a leitura documental e com o processo de representação da informação, observando o que envolve suas políticas e suas práticas e como o processo está voltado para o reconhecimento dos descritores e sua conexão com os conceitos tratados no documento e, assim, promover sua representação à base da semiótica.

Entretanto, como o processo não leva em consideração, de forma categórica, fatores relacionados à enunciação e ao discurso, fatores estes responsáveis por diferentes caminhos de representação da informação, a representação do texto-documento, como instrumento de conhecimento, pouco explora fatores da pragmática que ativam o conhecimento de mundo do indivíduo frente à realidade e que direcionam a interpretação conforme esses aspectos afetam o indivíduo que interage.

Outro ponto importante sobre a aplicação do método hipotético-dedutivo está na motivação em se explorar respostas aos problemas identificados, visto que “[...] tanto a ciência como o conhecimento começam algures, então é igualmente válido o que se segue: o conhecimento não parte de percepções, de observações nem da escolha de dados ou fatos, mas sim, de problemas” (Popper, 1961, p. 2).

Desse modo, “sem problemas não há saber, como não há problemas sem saber. Quer isto dizer, que o conhecimento começa com a tensão entre o saber e o não-saber” (Popper, 1961, p. 2). Frente a isso, pode-se afirmar que os principais entraves dos estudos sobre a linguagem na esfera da organização do conhecimento são:

a) o pouco aprofundamento sobre os fundamentos teóricos das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem, conseqüentemente há pouca clareza sobre as diferenças, limites e semelhanças entre as teorias da semântica, da pragmática, da semiótica e do pragmatismo;

b) as teorias da linguagem que são costumamente exploradas no campo são estruturalistas embora sejam as teorias precursoras, todavia há poucos estudos aproximados à evolução das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem como campo epistemológico;

c) a pouca participação da análise semiótica dos discursos na elaboração dos instrumentos informacionais, assim configura-se que a orientação das práticas ocorre muito mais pelo significado do que pelo sentido ou pela significação. Somado a isso, há praticamente um abandono de estudos sobre a cognição, devido à herança

mentalista. Contudo, há outros vieses de teorias da cognição que estão alinhados à atuação da linguagem como representação e mediação da realidade.

Esta pesquisa visa à configuração da explicação dos fenômenos e objetos atrelados à linguagem com o fito de evidenciar a verificação da verdade, para tanto é necessário recursos de veridicção e inquirição, concepções tão caras à semiótica, assim “cada um destes dois conceitos, o de verdade e o de explicação, dão origem ao desenvolvimento lógico de outros conceitos que, do ponto de vista da lógica do conhecimento ou da metodologia”, por conseguinte “ambos os conceitos são conceitos puramente lógicos, contanto que se possam definir como os conceitos puramente lógicos da verdade e do conteúdo de um axioma, ou seja, com a classe de deduções lógicas de uma teoria” (Popper, 1961, p. 13).

Por isso, para a realização desta pesquisa, houve o constante cuidado em confrontar as teorias para que se identificassem os pontos fortes e fracos, assim delineando os objetos importantes para a construção dos argumentos, isto é, além de estabelecer o confronto teórico, também se estabeleceram confrontos acerca da natureza epistemológica das teorias aplicadas, pois, embora pertencessem ao mesmo assunto, teorias diferentes, em tempos diferentes, apresentam direcionamentos e arcos epistemológicos distintos, como, por exemplo, as teorias da semântica.

Por fim, com o fito de estabelecer a interpretação profunda, responsável pela constituição dos raciocínios lógicos mais complexos acerca da erudição das teorias envolvidas, bem como direcionador das inferências, responsáveis pelos avanços e pela constatação de que é possível se estabelecer contribuições nos estudos da linguagem no cenário da organização do conhecimento, aplicou-se o pragmatismo como instrumento de inquirição dos argumentos construídos, bem como dos resultados.

Aplicar o pragmatismo como delineador das interpretações é assumir que esse processo evidencia o paradigma aplicado ao desenvolvimento deste estudo e demonstrar que suas articulações estão pautadas na concepção de que o pragmatismo é [...] um critério de significação, que estipula que o significado de qualquer conceito nada mais do que a soma total de suas consequências práticas concebíveis” (De Waal, 2007, p. 18).

Ademais, é importante destacar que o conhecimento está no devir, em constante reformulação, assim os efeitos de um saber resultam nos atos; a generalidade estabelece uma lei que prescreve casos particulares, à espera de novas

percepções, novos raciocínios, novas inquições para validar um hábito mental, ou reformular a sua base, com isso promovendo o autoajuste e a autocorreção, pois a verdade não está nas práticas puramente, tampouco nos discursos, mas, sim, na realidade.

Diante disso, pode-se caracterizar o delineamento metodológico da seguinte maneira:

Quadro 5 – Delineamento metodológico

ABORDAGEM	Qualitativa	
NATUREZA	Pesquisa teórica	
LÓGICA	Hipotético-Dedutivo	
TIPO	Pesquisa Bibliográfica	
	COLETA	BASE DE DADOS
	Frente 1: <i>Base de dados</i> artigos, dissertações e teses	Google Scholar; Nomos eLibrary; Dialnet; Brapci; Scopus; Scielo; Portal de periódicos da Capes; Portal de tese e dissertação da Capes.
	Frente 2: <i>aulas; grupos de pesquisa</i> livros, manuais e dicionários especializados	FTI (UNESP – Marília); SEMIOCE (UFC); Labores; Labs (USP); GPS (UNESP – Araraquara)
	PROCEDIMENTO	ANÁLISE
	Seleção; organização; direcionamento	Bases argumentativas; Posicionamentos discursivo e epistemológico.
	Análise de conjunturas e criticidade	Pontos de contato entre as teorias; Posicionamento crítico sobre as correlações teóricas; Confronto entre os fundamentos teóricos propostos em cada teoria.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesse sentido, destacam-se as estratégias metodológicas de correlação teoria, fragilidade e resoluções, isto é, o quadro abaixo apresenta as hipóteses, os objetivos atrelados a elas, com isso apontam-se os capítulos em que houve a resolução dessas fragilidades:

Quadro 6 – Resoluções Metodológicas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESOLUÇÃO

a) Revisar as principais produções bibliográficas da filosofia da linguagem, da linguística e da organização do conhecimento e destacar os principais conceitos da semântica, da pragmática e da semiótica;	Capítulo 3 – Exploram-se as bases epistemológicas de algumas linhas da semiótica, relacionando-as à linguística e à filosofia Capítulo 4 – Exploram-se as bases epistemológicas de algumas linhas da semântica, relacionando-as à linguística. Capítulo 5 - Exploram-se as bases epistemológicas de algumas linhas da pragmática, relacionando-as à linguística e à filosofia. Capítulo 6 – Apresenta-se um quadro síntese apontando as relações teóricas entre semântica, pragmática, semiótica e organização do conhecimento.
b) Sistematizar os elementos teóricos e práticos para apresentar uma teoria da significação que atenda às necessidades da organização do conhecimento;	Introdução; Delimitação do problema; Justificativa; Capítulo 2; Seção 2.2 – Apontamentos das atividades de tratamento, representação e recuperação da informação e a relação com a linguagem e suas teorias Capítulo 6, Seção 6.1 – há considerações de como as teorias da semiótica podem contribuir para a teoria do conceito e classificação, bem como no processo de tratamento e representação da informação Seção 6.2 – há apontamentos de como as teorias semânticas tratadas nesta pesquisa podem contribuir para a organização do conhecimento Seção 6.3 - há apontamentos de como as teorias da pragmática tratadas nesta pesquisa podem contribuir para a organização do conhecimento
c) Revisitar a produção científica na organização do conhecimento que discuta sobre o papel da linguagem na área a fim de mensurar como se estruturou sua aplicação;	Introdução; Delimitação do problema; Justificativa; Capítulo 2 – Apresentação dos fundamentos teóricos da organização do conhecimento em relação ao significado, sentido e significação Capítulo 6, Seção 6.1 – Considerações acerca do interpretante e da semiose no processo cognitivo que influencia no tratamento da informação, bem como aspectos do <i>ethos</i> produtores das condutas discursivas. Seção 6.2 – Apontamentos de como aspectos do significado, do sentido e da significação estão presentes nas atividades da organização da informação Seção 6.3 – Explanações de como aspectos do sentido e da significação condicionam as

	atividades de representação da organização do conhecimento
d) Determinar os segmentos teóricos da linguagem aplicados na organização do conhecimento, que explorem o tratamento do sentido e da significação nas esferas da enunciação e do discurso;	Introdução; Delimitação do problema; Justificativa; Capítulo 2. Seção 2.2: há apontamentos dos limites da organização do conhecimento acerca dos estudos sobre a linguagem. Capítulo 6: Apontamentos sobre como as teorias da linguagem já foram aplicadas no campo da organização do conhecimento e já avançou, como também há considerações sobre o que pode ser realizado.
e) Sistematizar diretrizes sobre a aplicação de algumas teorias e conceitos da linguagem no tratamento da informação manifestante no documento a fim de contribuir para a melhor interpretação da significação e do simbólico.	Capítulo 6: Há a evidência das possibilidades de contribuição para o avanço a organização do conhecimento a partir de estudos aprofundados da linguagem inseridos em sua epistemologia. Há também uma proposta de abordagens teóricas para explorar o discurso e a cognição nas atividades da organização do conhecimento Há também o apontamento de estratégias da pragmática, da semiótica e do pragmatismo para conduzir as atividades de tratamento, representação e recuperação da informação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Apresentado o delineamento metodológico que modula esta pesquisa, faz-se necessário a apresentação sucinta das abordagens teóricas e dos argumentos apresentados nos capítulos que a perfazem.

Sendo assim, o primeiro capítulo realiza a função de contextualização do trabalho. Desse modo, promove uma rápida imersão nas fundamentações acerca da informação, demonstrando seu trajeto teórico e prático até chegar à constituição da ciência da informação e os desdobramentos procedimentais da organização do conhecimento. Além disso, esse capítulo também evidencia a problemática, as hipóteses de pesquisa, os objetivos – geral e específicos -, a justificativa e, por fim, a metodologia aplicada para sua realização.

O segundo capítulo se destina a analisar, refletir e debater os fundamentos teóricos que permitem a correlação entre a ciência da informação e a organização do conhecimento, trazendo argumentos que demonstrem a que medida estão alinhavadas. Além disso, também proporciona uma construção histórico-discursivo-epistemológico da fundação e formação da organização do conhecimento,

destacando seus objetos de estudo e constituição de suas práticas para tratá-los. Ainda nesse capítulo, há uma subseção em que se discute a concepção de conhecimento e do conceito, analisando os aspectos cognitivos, psicológicos, linguísticos, filosóficos, sociais, históricos e científicos. Em uma outra subseção, discutiu-se acerca da organização da informação, suas estratégias de representação e como se aplicam as linguagem especializadas sob as práticas da análise documentária e da indexação.

O terceiro capítulo concentra a explanação dos fundamentos teóricos da semiótica peirceana e francesa, sob o cuidado de delimitar as abordagens de cada linha teórica dentro do seu próprio escopo, todavia a explanação dessas duas linhas da semiótica permite estabelecer, quando possível, pontos de contato sobre a maneira como tratam o sentido, a significação, a semiose e a cognição. Nesse processo, tratou-se da semiótica peirceana, enfatizando sua presença como integrante da arquitetura filosófica constituída por Charles S. Peirce. Já sobre a semiótica de linha francesa, ou greimasiana, destacaram-se as preocupações sobre lexema e semema, plano da expressão e plano do conteúdo a fim de destacar a importância da análise semiótica do discurso, para tanto revisitaram-se as considerações de Algirdas J. Greimas e se exploraram as evoluções acerca das práticas semióticas e semiótica discursiva propostas por Jacques Fontanille.

O quarto capítulo apresenta uma função importante neste estudo. Como seu principal objetivo é analisar, refletir e debater sobre as principais teorias da semântica, em destaque, semântica lexical, estrutural, formal, gerativa, discursiva e cognitiva, há o intuito de demonstrar quais segmentos foram tratados na organização do conhecimento e, assim, possibilitar análises de como os outros segmentos da semântica poderiam tratar dos interesses da organização do conhecimento com mais recurso.

O quinto capítulo apresenta um objetivo muito semelhante do capítulo anterior, mas, dessa vez, o foco está na pragmática. Dessa forma, são apresentados vários segmentos da pragmática, a fim de demonstrar que se trata de uma área bastante complexa e que, por mais que a organização do conhecimento tenha explorado alguns de seus segmentos, é preciso repensar como os fatores da pragmática podem ser mais bem utilizados no campo.

O sexto capítulo apresenta um quadro síntese que visa a direcionar diversos objetos, conceitos e procedimentos da semiótica, da semântica e da pragmática para

contribuir com as atividades da organização do conhecimento. O seu objetivo é apresentar discussões que podem oferecer condições de refletir e ampliar estratégias que envolvem o tratamento dos conceitos, do conhecimento, como também do tratamento da informação e sua representação em vista de melhores resultados em sua recuperação. Desse modo, discute sobre o impacto da análise de enunciado, enunciação e discurso, como ainda a relação entre a linguagem e os aspectos cognitivos que perfazem toda a trajetória da informação, significação e conhecimento. Além disso, também debatem-se as diferenças entre o plano da expressão e o plano do conteúdo a fim de demonstrar que o conteúdo complexo está direcionado ao conhecimento, enquanto a forma da expressão é o recurso aplicado à sua representação.

Por fim, as considerações finais, na qual se demonstram os limites deste estudo, as aspirações, principalmente, sobre a possibilidade de tratar de uma inovação ou renovação acerca dos estudos sobre a linguagem no campo da organização do conhecimento e contemplar as teorias da linguagem e a filosofia da linguagem como fundamentos teóricos constantes nas discussões epistemológicas da área.

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O conhecimento é a grande qualidade do ser humano, pois além do indivíduo aprender com a experiência e, assim, afinar suas habilidades e ser capaz de, continuamente, ampliar suas competências sobre o fazer no mundo, o classificar o mundo e, finalmente, o organizar o mundo para que possa pensá-lo, dominá-lo e controlá-lo à medida que há o desenvolvimento da cognição.

Com isso, há uma busca constante pela ampliação do entendimento das coisas que constituem e constroem o mundo. Dessa maneira, os seres humanos desenvolveram estratégias, práticas, métodos e técnicas para registrar e proporcionar o acúmulo de conhecimento. Assim, indivíduos de outros lugares, de outras culturas, de outras sociedades, de outros tempos podem acessar esse conhecimento, em forma de informação, e aprender com eventos experienciados anteriormente, o que possibilita o avanço sem precisar refazer aquilo que já foi testado e estabilizado como conhecimento.

O conhecimento é adquirido conforme o esforço desempenhado por uma mente, cuja finalidade basilar é aprender ao interagir com a informação, com os contextos, com as experiências vividas e com a capacidade de tomada de decisão.

Esse conjunto de atividades constituem uma mente, que é a capacidade de desenvolver, ativar e ressignificar a percepção, a organização das informações, o raciocínio, a memória, a aprendizagem e a ação, os quais se refinam através de ações deliberativas. Desse modo, há a condição de proporcionar a investigação, a inquirição, a avaliação, a correção e o avanço frente àquilo que o mundo oferece à sua condição de existência social, cultural, histórica, política, ideológica e científica.

Nesse cenário, a informação assume papel cabal, visto que se concentra em uma atividade longínqua até a cognição, ou seja, a informação está alinhavada no despertar, presente na percepção; na identificação dos seres e de suas características, atuante na classificação e na categorização; na construção dos significados e na composição do devir da significação, manifestada na materialização em linguagem.

Acerca da informação, ainda se realiza nas dinâmicas de acesso e de interação, em que a mente se insere na construção das cenas, frequentes na organização e na constituição de conceitos; na assimilação e na acomodação, atuantes no processo cognitivo; na permanência e na continuidade do conhecimento, inerente aos registros em documentos, que refletem e refratam as experiências, as interações e as características modeladoras de comportamentos e de condutas que determinam as sociedades.

Desse modo, reconhece-se que o conhecimento depende da informação para ser construído, seja como um construto cognitivo, seja como um bem da humanidade. Do mesmo modo, a informação depende da linguagem para materializar sua forma significativa, por conseguinte converter-se em sentidos potenciais que viabilizam a discursividade da realidade. Dessa maneira, construir leis e evidenciar a repetição, o padrão e a normalização de condutas, como ainda a criação de mundos imaginários, onde as regras podem ser modificadas, como é o caso da arte.

A tríade informação, linguagem e conhecimento são os recursos que transformaram animais hominídeos em *homo sapiens*, possibilitando um cenário em que o poder cognitivo configurasse um *ethos* tão forte em sua condição social que foi capaz de superar o instinto e a pura necessidade da homeostase.

A informação, na história recente da humanidade, inserida em um cenário tecnológico, foi responsável por modelar estratégias de guerra, pós-guerra, recuperação de lugares e povos estatelados pelos combates, além de gradativamente ser constante nos ambientes financeiros, legislativos, arqueológicos, administrativos e científicos.

A necessidade de compilação deu origem ao sonho de conectividade do *mundaneum* de Otlet, em 1924, assim nasceu a ciência da documentação. A busca por informações precisas e capazes de mudar rumos direcionou debates até Borko, em 1968, provocar o mundo com o questionamento sobre o que é informação e, desse modo, surgiu a ciência da informação.

Por fim, frente aos desafios de entendimento sobre o conhecimento e como este poderia ser representado a fim de dinamizar a recuperação da informação de modo estratégico e eficaz, a linguagem especializada foi aplicada na elaboração de sistemas de organização do conhecimento, o que evidenciou caminhos para configurar o conceito em linguagem à base da lógica e da semântica, em 1978, o que levou a Dahlberg fundar a organização do conhecimento, sistematizado em 1993.

Somado a isso, também é necessário destacar o papel da tecnologia para ampliar e facilitar esse cenário, como ainda os trabalhos interdisciplinares que visam às concepções sociais, filosóficas, psicológicas, históricas, culturais, políticas, estatísticas, matemáticas, normativas que regem as ações, as decisões e o devir da organização do conhecimento, por conseguinte seu impacto no cenário da ciência da informação.

Para o desenvolvimento da análise, reflexão e argumentos, baseou-se nas produções de Dahlberg (1993, 1995, 2006, 2014); Mai (1998, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2000c, 2001, 2005); Hjørland (2008, 2013, 2016); Smiraglia (2005, 2012, 2013, 2014); Gnoli (2006, 2008, 2018).

Para Smiraglia (2013, p. 1, tradução livre), organização do conhecimento também é denominada de organização da informação, desse modo é “[...] um subdomínio chave da ciência da informação, que é dedicada à ordem conceitual do conhecimento”.

Ademais, a organização do conhecimento é “[...] a arena na qual as heurísticas de ordenação de conhecimento são estudadas”, ou seja, “[...] é a arena na qual a classificação e a ontologia, os tesouros e o vocabulário controlado, a epistemologia e a confirmação são estudados e na qual as aplicações são desenvolvidas e testadas [...]” (Smiraglia, 2013, p. 1, tradução livre).

Smiraglia (2005, p. 139, tradução livre), como editor chefe da *Knowledge Organization*, assina o editorial afirmando, em seu discurso, que, para a organização do conhecimento, “[...] existem muitas definições e nem todos os estudiosos dentro do domínio concordam”. Desse modo, continua, “os Editores Consultores desta revista pediram ao Conselho Consultivo Científico da ISKO que considerasse uma definição concisa de organização do conhecimento [...]” (Smiraglia, 2005, p. 139, tradução livre).

Frente a isso, Smiraglia (2005, p. 139, tradução livre) expõe a existência de uma carta organizada pela sociedade, na edição de 1989 da ISKO, em que declara:

[...] é objetivo da Sociedade promover a busca, o desenvolvimento e a aplicação de todos os métodos para a organização do conhecimento em geral ou de campos particulares, integrando especialmente as abordagens conceituais da pesquisa de classificação e inteligência artificial.
A carta também especifica que a Sociedade enfatiza abordagens filosófica, psicológicas e semânticas para uma ordem conceitual de Objetos.

A declaração de escopo e objetivos de nossa revista sugere que estamos interessados em questões de estruturação e construção adequadas de ordenação nos problemas de uso [...].

[...] o núcleo do nosso domínio é a ordenação do que conhecido, que essa ordenação possa ser realizada de várias maneiras, mas que os conceitos são pilares críticos, e que uma ampla variedade de abordagens científicas se enquadra no nosso âmbito (Smiraglia, 2005, p. 139, tradução livre).

Smiraglia (2005, p. 139, tradução livre) acrescenta que entre os conjuntos de conceitos que são considerados entidades fundamentais para a ciência da informação se destacam os dados, a informação e o conhecimento, assim:

[...] o simples fato de o conhecimento ser aqui definido acima e contra as definições de dados e informação sugere que o elemento fundamental do nosso domínio, aquilo que procuramos ordenar conceptualmente, é distinto do banal (dados) ou do mediado (informação) (Smiraglia, 2005, p. 139, tradução livre).

Smiraglia (2012, p. 225, tradução livre) afirma que a organização do conhecimento é “[...] o domínio em que a ordem do conhecimento é o paradigma principal da investigação científica, cuja aplicação básica é o desenvolvimento de sistemas”. Dito isso, há um entrelaçamento entre as teorias da organização do conhecimento e os sistemas de organização do conhecimento (SOC).

Desse modo, “os produtos aplicados resultantes da organização do conhecimento são, por exemplo, as classificações, taxonomias, ontologias e tesouros” (Smiraglia, 2012, p. 225, tradução livre). Por seu turno, “os produtos teóricos são as regras para descobrir a ordem natural do conhecimento para impor uma sequência útil no conhecimento descoberto”, complementando que “tanto a ciência como suas aplicações dependem de grande medida da teoria do conceito” (Smiraglia, 2012, p. 225, tradução livre).

Como principal ferramenta da representação do conhecimento, os sistemas de organização do conhecimento (SOCs), para Lara (2015), configuram-se como uma série de instrumentos que tratam do conteúdo dos documentos para fins de armazenamento, recuperação e gestão. Constituem o escopo dos sistemas de organização do conhecimento, os sistemas de classificação, listas de cabeçalho de assunto, tesouros e terminologias (Lara, 2015). Assim, os sistemas de organização do conhecimento atuam para controle de sinônimos, relações hierárquicas, associativas e partitivas, a fim de estabelecer modelos de relação, controle e sistematizar a classificação e a categorização.

Outrossim, para Hodge (2000, p.1), os sistemas de organização do conhecimento têm como objetivo central proporcionar “todos os tipos de esquemas para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento”. Além disso, “[...] incluem esquemas de classificação e categorização que organizam materiais em um nível geral”, somado ao fato de oferecer “[...] vocabulários altamente estruturados, como tesouros” (Hodge, 2000, p. 1).

O conhecimento, bem como sua classificação, categorização e o processo de sistematização dos conceitos são os objetos da organização do conhecimento, como ainda promover debates, teorias, métodos, prática e técnicas para tratar a informação que coaduna ao conhecimento é o seu objetivo. Desse princípio, “[...] o conhecimento está relacionado a um processo cognitivo de interpretação e associação de significados que partem da internalização do que é apresentado e entendido por um indivíduo como realidade objetiva” (Café *et al.* 2012, p. 287).

Ademais, reconhece-se que a organização do conhecimento além de ser um campo epistemológico, como ainda uma disciplina, pode-se apontar também que se trata de um sistema. Como sistema reflete e refrata aspectos mentais, de ordem cognitiva, por isso possibilita a construção de formas de significado, como linguagem documentária, predispostas à significação, decorrente das interações construídas nas práticas sociais. Com isso, permite ao indivíduo apreender e compreender a realidade através de sistemas de representação constituídos por informações e formatados por linguagem.

Desse modo, “ao comunicar-se e interagir com a realidade, o indivíduo realiza atividades cognitivas de categorização das formas apreendidas em uma modelagem desse conhecimento”, o que leva à compreensão de que “essa organização mental do conhecimento cria condições para que o indivíduo possa constituir uma significação lógica da realidade” (Café *et al.* 2012, p. 287).

A relação informação e conhecimento, e as atividades que perfazem sua organização, representação e recuperação, estreitou o contato entre a ciência da informação e a organização do conhecimento. Nessa linha, há estudos que apontam que a organização do conhecimento pertence ao rol teórico da ciência da informação, como há também o posicionamento de que a organização do conhecimento é independente da ciência da informação e, devido às questões informacionais, que envolvem recuperação e tratamento, assim as duas áreas do saber se conectam.

2.1 Organização do conhecimento

O campo da organização do conhecimento se destaca por sua independência teórica, metodológica e epistemológica, efetivando-se como um campo consolidado e de objetos definidos. Nesse sentido, há algumas discussões acerca de sua correlação com a ciência da informação. Já se discutiu acerca da condição da organização do conhecimento ser uma disciplina da ciência da informação, ser uma continuidade epistemológica direcionada ao conhecimento, enquanto a organização da informação atua como sua contraparte no que tange ao tratamento temático da informação e à representação da informação, ou ainda que a organização do conhecimento fosse um desdobramento de atividades inerentes ao trabalho dos profissionais da informação.

Para Hider (2020, não paginado, tradução livre), organização do conhecimento é definido como “[...] uma forma que abrange uma gama de atividades realizadas por bibliotecários e outros profissionais da informação”. Além disso, deve-se destacar que o termo e o conceito de organização do conhecimento devem ser vistos como um “[...] termo amplo de catalogação, classificação e assim por diante, com referência particular à maneira como ela, e seu quase sinônimo, organização da informação, se estabeleceram nos currículos profissionais em países de língua inglesa” (Hider, 2020, não paginado, tradução livre).

Sobre alguns pontos dessa discussão, Sales (2015, p. 1) aponta que “[...] a Ciência da Informação pode ser entendida como campo que se ocupa e se preocupa com os princípios e práticas da criação, organização e distribuição da informação [...]”, ressaltando os pontos de criação, utilização, transferência e circulação, já que há uma preocupação central com a recuperação da informação.

Diante disso, evidencia que a organização do conhecimento, presente nas atividades da biblioteconomia e da ciência da informação, “[...] diz respeito à organização e à sistematização cognitiva do conhecimento, à organização dos conceitos, bem como à construção de sistemas de organização do conhecimento” (Sales, 2015, p. 2).

De todo modo, para Sales (2015, p. 2), a organização do conhecimento se caracteriza como “[...] um fazer de natureza operacional [...], cujos objetos de investigação são, principalmente, os conceitos e as estruturas conceituais [...] formalizadas instrumentalmente nos sistemas de organização do conhecimento”. Além disso, também aponta que a organização do conhecimento consiste em “[...] um

campo de estudo preocupado com a natureza e com a qualidade dos processos e dos sistemas de organização do conhecimento” (Sales, 2015, p. 3).

Assim, confere à organização do conhecimento um fazer operacional, em que é “[...] atinente às atividades próprias das unidades de informação; e ser um campo de estudo, o qual é “[...] preocupado com o desenvolvimento teórico, metodológico, instrumental e prático” (Sales, 2015, p. 3).

Dessa maneira, entende que à organização do conhecimento confere as ações de “[...] produzir, conservar, catalogar, classificar, indexar, sistematizar” (Sales, 2015, p. 3), portanto a discussão sobre pertencimento à ciência da informação e os elos de conexão não se fundamentaria no objetivo, pois a organização do conhecimento volta-se para o conhecimento, cognição e conceito.

Em contrapartida, para Dahlberg (1993), a necessidade de organizar o conhecimento sempre esteve presente nas preocupações desde tempos antigos, porém destaca um dos grandes problemas da ciência da informação ainda na atualidade: apegar-se demasiadamente à forma da linguagem e não aprofundar as reflexões sobre o acesso ao conteúdo, isto é, os sistemas de classificação e os tesouros que são utilizados por profissionais da informação, contudo “[...] os representantes destas novas tecnologias olham com desdém para estas ferramentas, provavelmente assumindo que o conhecimento é demasiado complexo para ser capturado” (Dahlberg, 1993, p. 211, tradução livre).

Dahlberg (1993) demonstra que sempre houve uma discrepância entre a forma utilizada para mensurar a informação como sinal quantificador da produção e da recuperação em detrimento do conteúdo complexo, aquilo que exige mais reflexão, análise e interpretação a fim de mensurar como se constitui em conhecimento.

Frente a isso, Dahlberg (1993, p. 211, tradução livre) declara que é sobre esses fatores que:

[...] a *Internacional Society for Knowledge Organization* (ISKO) gostaria de ajudar e mostrar que os fundamentos teóricos desenvolvidos em investigação em classificação e tesouros desenvolvidos durante as últimas décadas podem muito bem ser utilizados em todos os tipos de organização do conhecimento e para todos os tipos e sistemas gerais e especiais de organização e representação do conhecimento”.

Nessa perspectiva, Dahlberg (1993, p. 211, tradução livre) esclarece que “[...] o item mais essencial na base teórica da organização do conhecimento é o fato de

que qualquer organização do conhecimento deve ser baseada em unidades de conhecimento – que nada são do que conceitos”.

Diante disso, Dahlberg (1993, p. 211, tradução livre) expõe que:

Os conceitos consistem em elementos de conceito, também chamados de características de conceitos e são exatamente estes os fatores pelos quais os sistemas de conceitos – e os sistemas de classificação são tais sistemas de conceitos – podem ser construídos. O conhecimento por si só não pode ser apreendido ou representado a menos que seja apresentado por unidades de conhecimento e suas muitas combinações possíveis em palavras/termos ou declarações.

Dito isso, é válido apontar as motivações que fomentaram o surgimento da organização do conhecimento. Dahlberg (1995, p. 10, tradução livre) afirma que o termo “organização do conhecimento” foi “[...] formulado há muito tempo, já na década de trinta, no trabalho de Evelyn Bliss ‘*The Organization of Knowledge in Libraries*’ (Bliss, 1933) e desde então tem continuado a ser usado aqui e ali”. Depois disso, houve “a dissertação de Dagobert Soergel (em alemão) de 1971”, como ainda, consoante Dahlberg (1995, p. 10, tradução livre), a sua dissertação de 1973, “[...] publicada sob o título ‘Fundamentos da Organização Universal do Conhecimento’”.

Outrossim, destaca Dahlberg (1995, p. 10, tradução livre) que a revista ‘*International Classification*’, iniciada em 1974, “[...] tornou-se o órgão da nova sociedade e a partir desse ano, 1993, mudou seu nome para ‘*Knowledge Organization*’ para atender a esse título mais amplo e às intenções por trás dele”.

Em síntese, Lima (2016, p. 69) comenta que:

A Organização do Conhecimento, enquanto área de estudo, foi estabelecida através de estudos realizados por Dahlberg (1993) e os membros da *International Society of Knowledge Organization* (ISKO), a partir de 1973, quando os membros dessa sociedade decidem reconhecer a OC enquanto área, sugerindo que o conceito “classificação” passasse a ser interpretado como um método de classificação que agrupa objetos semelhantes.

Porém, o termo “organização do conhecimento” foi utilizado em estudos anteriores de Henry Evelyn Bliss, *The Knowledge Organization and the system of the science*, e *The Organization of Knowledge in Libraries*, publicados, respectivamente, em 1926 e 1936, e na tese de Dagobert Soergel, intitulada *Organization of knowledge and documentation* (1971), defendida na Alemanha, e na tese da própria autora, que foi publicada sob o título *Foundation of Universal Organization of Knowledge*.

Além desse seu estudo, Dahlberg cria o periódico *Knowledge Organization*, em 1973, sob a responsabilidade da ISKO, tornando-se sua primeira presidente. A partir de 1993, este periódico veio a substituir o periódico *International Classification*, que foi publicado de 1974 a 1992, firmando assim, a Organização do Conhecimento como uma área. A partir daí, sob a influência de Dahlberg, o conceito “classificação” passa ser interpretado como um método de classificação, que agrupa objetos semelhantes.

Somado a isso, Lima (2016, p. 70) destaca que Dahlberg, em 2006, define organização do conhecimento como “[...] ciência que analisa, estrutura e sistematiza conceitos de acordo com suas características, para representar um determinado domínio, ou seja, a modelagem de um domínio para sua representação [...]”.

Nas palavras de Dahlberg (2006, p. 11, tradução livre):

Ao fundar a “*International Society for Knowledge Organization e. V.*” (ISKO) em 22 de julho de 1989, escolhemos esse nome porque já há 60 anos o bibliotecário americano Henry Evelyn Bliss utilizava o termo composto “Organização do Conhecimento” em seus dois livros publicados em 1929 e 1933, respectivamente, ou seja, *The Organization of Knowledge* e *System of the Sciences and The Organization of Knowledge in Libraries*.

Dahlberg (2006, p. 11, tradução livre) também revela que foi considerado o termo “ordem do conhecimento”, visto que tal designação se equiparava à “[...] classificação quando fundamos a ‘*Gesellschaft fiir Klassifikation*’ alemã em 1977. Contudo, expõe a fundadora da ISKO que, após algumas discussões, “[...] preferimos o termo ‘*Wissensorganisation*’ (ou seja, ‘Organização do Conhecimento’), pois permitia a tradução direta para o inglês [...]”, reforçando, assim, a preocupação terminológica para a formatação de uma nova ciência, já que se entendeu que “[...] o termo ‘ordem’ em combinação com conhecimento pode ser enganoso, por causa do verbo ‘ordenar’ (por exemplo, um serviço, um produto)” (Dahlberg, 2006, p. 11, tradução livre).

Dahlberg (2006, p. 11, tradução livre) ainda destaca que “o conceito de ‘organização’, no entanto, na sua aceitação em alemão tem um alcance mais amplo do que apenas ‘ordem’”. Já o termo “organização” é utilizado “[...] apenas para coletividade como associações ou sindicatos, de modo que, nesses casos, ‘organização’ só pode estar relacionada com pessoas, não com objetos” (Dahlberg, 2006, p. 11, tradução livre).

Dahlberg (2006, p. 12, tradução livre) complementa:

Nosso jornal, intitulado *International Classification* de 1974 a 1992 e de 1993 em diante *Knowledge Organization* (KO), introduziu ‘Organização do Conhecimento’ como compreendendo os objetos e atividades da teoria dos conceitos, classificação, indexação e representação do conhecimento, em que por representação do conhecimento nós não só compreendemos a estrutura lógica da representação conceptual, mas também todas as questões de nomear conceitos pelos termos mais adequados, em que questões de terminologia também devem ser considerados.

Na reflexão sobre as diretrizes do campo científico que seria inaugurado em busca de debates e produção de ferramentas, processos e produtos para sistematizar o conhecimento e verificar a incidência de aspectos cognitivos, Dahlberg (2006, p. 12, tradução livre) esclarece que “segundo o entendimento teórico-científico, um critério para a existência de uma ciência reside no fato de ela possuir um objeto próprio e, principalmente, também uma área própria”. Diante disso, verifica-se que os critérios são atendidos, pois “[...] a área e o objeto já estão indicados no nome organização do conhecimento” (Dahlberg, 2006, p. 12, tradução livre).

Nessa linha, Dahlberg (2006, p. 12, tradução livre) explica que “o nome inclui uma simples combinação de conceitos, em que já estão indicados o objeto e sua área de atuação [...]”, isso revela que “[...] ‘conhecimento’ no sentido de ‘o conhecido’ e ‘organização’ no sentido da atividade de construir algo de acordo com um plano. Esses dois conceitos abrangem, portanto, a área objeto da organização do conhecimento”.

Diante dessa concepção científica, é importante destacar que Dahlberg (2006, p. 14, tradução livre) menciona os esforços de Bliss, Ranganathan, Grolier e Perreault para estabelecer mecanismos de relação entre os conceitos, abordando inclusive suas relações funcionais, portanto declara que devido à aplicação de conhecimento especializado “[...] à construção e utilização de conceitos, bem como de sistemas de classificação e tesouros, o campo da organização do conhecimento evoluiu de uma arte mais ou menos intuitiva para uma disciplina nova e verdadeiramente científica”.

Apontados os fatores inerentes ao surgimento da organização do conhecimento e suas bases epistemológicas como uma nova ciência, é válido destacar as práticas, técnicas e métodos desenvolvidos para tratar do conceito e dos aspectos de cognição vinculados à sistematização e à realização do conhecimento.

É válido apontar que Dahlberg (2014, p. 86, tradução livre) destaca que o conhecimento “[...] aceito carrega o selo da ciência, resultante de ditames verificáveis ou então de acordo intersubjetivo na forma de definições geralmente aceitas, em oposição ao conhecimento subjetivo adquirido pela experiência ou aprendizagem. Por isso, entende-se que o conhecimento deva ser condensado em conceitos, de modo objetivo, generalizado e universal, constituído pelo conteúdo informativo, não necessariamente trata-se do conteúdo complexo da interpretação ampla, portanto os conceitos, para Dahlberg (2014, p. 86, tradução livre), são “[...] unidades de conhecimento e formam os elementos dos sistemas de conhecimento”.

Sob a perspectiva de Hjørland (2008, p. 86, tradução livre), a organização do conhecimento “[...] trata de atividades como descrição, indexação e classificação de documentos realizadas em bibliotecas, base de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de instituições de memória [...]”. Na versão de Hjørland, é possível reconhecer que o objeto da organização do conhecimento não se restringe ao tratamento do conceito e aos aspectos de cognição, mas, sim, é ampliado às atividades voltadas aos documentos.

Ademais, a organização do conhecimento, enquanto campo de estudo, volta-se sua atenção à natureza e à qualidade de processos de organização do conhecimento e “[...] com os sistemas de organização do conhecimento (SOC) usados para organizar documentos, representações de documentos, trabalhos e conceitos” (Hjørland, 2008, p. 86, tradução livre).

Além disso, Hjørland (2016, p. 475, tradução livre) ressalta que a organização do conhecimento é “[...] um campo de pesquisa, ensino e prática, principalmente filiado à biblioteconomia e à ciência da informação”. Com isso, entende-se que a organização do conhecimento é “[...] institucionalizada em cátedras de universidades ao redor do mundo, em programas de ensino e investigações em instituições de pesquisa e escolas de ensino superior [...]” (Hjørland, 2016, p. 475, tradução livre).

Como atividades da organização do conhecimento, Hjørland (2016, p. 475, tradução livre) destaca as ações como “[...] descrever, representar, arquivar e organizar documentos, representações de documentos, assuntos e conceitos tanto por humanos quanto por programas de computador”. Nessa linha, Hjørland (2016, p. 475, tradução livre) evidencia procedimentos desenvolvidos à base de “[...] regras e padrões, incluindo sistemas de classificação, listas de títulos de assuntos, tesouros e outras formas de metadados”.

Embora Hjørland (2016) destaque as ações da organização do conhecimento voltados para o desenvolvimento de sistemas de classificação e sistemas de conceitos, observa-se que também correlaciona as atividades da organização do conhecimento com o cerne da biblioteconomia e da ciência da informação, como análise de assuntos e indexação, alinhadas aos processos de catalogação e classificação, as quais podem ser realizadas por humanos ou por computadores.

Comparando as concepções de Dahlberg (2006) e Hjørland (2008), observa-se que para Dahlberg a organização do conhecimento está voltada para o conceito e para a cognição, elementos voltados à representação e à classificação do

conhecimento. Além disso, Dahlberg (1993, 2006) enxerga a organização do conhecimento como uma nova ciência, visto a necessidade de desenvolver métodos, técnicas e procedimentos para tratar do conhecimento complexo quando gerenciar sua representação.

Já na visão de Hjørland, a organização do conhecimento assume funções de tratamento do documento, voltadas às tratativas capazes de evocar o conhecimento manifestado nos documentos. Não obstante, Hjørland (2008) associa a organização do conhecimento como disciplina central da biblioteconomia e ciência da informação.

Nessa linha, Hjørland (2008, p. 86, tradução livre) defende que a organização do conhecimento trata da divisão social do trabalho mental, ou melhor, “[...] da organização das universidades e de outras instituições de pesquisa e ensino superior, da estrutura de disciplinas e profissões, da organização social da mídia, da produção e disseminação do conhecimento”. Acrescenta-se que é possível classificar em “a organização social do conhecimento” e “a organização intelectual ou cognitiva do conhecimento” (Hjørland, 2008, p. 86, tradução livre).

Assim sendo, Hjørland (2008, p. 87, tradução livre) ratifica:

Embora a Biblioteconomia e a Ciência da Informação sejam as disciplinas centrais preocupadas com OC, no sentido estrito da palavra, outras disciplinas como a sociologia do conhecimento, as ciências individuais e a metafísica são disciplinas centrais preocupadas com OC no sentido mais amplo da palavra. A importância de considerar o campo mais amplo da OC está relacionada à questão de como a OC no sentido estrito pode ser desenvolvida. [...]

A OC, no sentido estrito, não pode desenvolver um corpo frutífero de conhecimento sem considerar a OC numa perspectiva mais ampla. Em outras palavras: não existe nenhum “universo de conhecimento” fechado que possa ser estudado pela OC isoladamente do estudo da realidade de todas as outras ciências.

Hjørland (2008) busca apresentar um *locus* de atuação da organização do conhecimento, assim relaciona atividades realizadas pela biblioteconomia e pela ciência da informação. Além disso, discute sobre a incidência da tecnologia para as atividades de representação e de recuperação da informação. Definitivamente, para Hjørland (2008), a organização do conhecimento assume um papel mais amplo do processo de representação, tratamento, sistematização, organização do conhecimento, por isso, nessa abordagem, a organização do conhecimento está mais próxima de atividades, procedimentos, processos e produtos da organização da informação.

Frente a isso, surgem questionamentos sobre os limites e possibilidade da organização do conhecimento, visto que Hjørland (2008, p. 90, tradução livre) afirma que “muitas vezes parece presumir-se que a organização do conhecimento é apenas uma questão de ler as relações corretas entre conceitos”. Entretanto, ressalta a ausência de fundamentos da filosofia da ciência para demarcar as ações da organização do conhecimento, como ainda aponta que “é com o desenvolvimento da abordagem analítica de domínio que a questão sobre a subjetividade e a objetividade da OC de forma sistemática é incorporada pela primeira vez na base metodológica da OC” (Hjørland, 2008, p. 90, tradução livre).

Smiraglia (2014, p. 2, tradução livre) expõe que a organização do conhecimento como disciplina é “[...] a soma da soma da investigação descoberta sobre a ordenação conceptual do conhecimento e sobre a ponte entre disciplinas que nos permite visualizar o substrato eficaz”. Somado a isso, “se procuramos compreender o conhecimento ontologicamente, significa que procuramos fazê-lo a partir de um ponto de vista universal no qual possamos identificar e posicionar todas as entidades em relação a outras” (Smiraglia, 2014, p. 2, tradução livre).

Porém, continua Smiraglia (2014, p. 2, tradução livre), “se procuramos compreender o conhecimento através da tipologia, significa que estamos identificando empiricamente as entidades à medida que as descobrimos e agrupando-as de acordo com as características”. Por outro lado, “se buscamos compreender o conhecimento taxonomicamente, significa que estamos trabalhando com o significado, buscando compreender o todo, primeiro encontrando e definindo suas partes” (Smiraglia, 2014, p. 2, tradução livre).

Em outra perspectiva, Smiraglia (2014, p. 2, tradução livre) ressalta que se “[...] buscamos compreender o conhecimento como entidade de recuperação da informação, significa que estamos trabalhando com repositórios de documentos contendo conhecimento registrado”, ou seja, as atividades da organização do conhecimento não se limitam ao tratamento do conceito como elemento cognitivo do conhecimento produzido e adquirido, mas, sim, amplia-se essa função em direção ao condicionamento do conhecimento organizado em ferramentas para que a recuperação da informação seja eficaz, tendo em vista que “[...] nosso trabalho será extrair com precisão pedaços relevantes daquilo que é conhecido para uso posterior” (Smiraglia, 2014, p. 2, tradução livre).

Esse posicionamento discursivo enfatiza a busca por um conhecimento já sintetizado, uma espécie de fundamento *a priori*, o que apenas é possível quando se averigua sua réplica na superfície do enunciado. O conhecimento que se constrói através das proposições do texto que direcionam argumentos para novas reflexões, discussões e aplicabilidades não é cogitado como ferramenta de representação ou de recuperação, já que a organização do conhecimento não apresenta ferramentas para tratar da enunciação, do discurso, dos interdiscursos, embora corriqueiramente se defenda uma natureza pragmática.

Smiraglia (2014, p. 2, tradução livre) complementa que a organização do conhecimento é “[...] fundamental para o bom funcionamento da ciência da informação”, isto é, “sem aquilo que é aprendido em OC, a recuperação de informação não pode funcionar”. Por outro lado, “[...] a ciência da organização do conhecimento é claramente o domínio de diferentes pontos de vista filosóficos”, por isso “[...] significa que, no final, a recuperação de informação é tão eficaz quanto a compreensão da OC” (Smiraglia, 2014, p. 2, tradução livre).

Frente a isso, surgem alguns questionamentos como o próprio *locus* de atuação da organização do conhecimento, que, como apresentam os autores, não há uma delimitação clara e que proporcione um consenso; por outro lado, a organização do conhecimento está preocupada com o conhecimento já reconhecido, tratado, manifestado e registrado, ou também é um campo preocupado com a construção e atualização do conhecimento? Muitos discursos demonstram uma certa satisfação em representar e recuperar conhecimentos já estabilizados e, assim, não havendo necessidade de tratar das inovações em curso na construção do ato discursivo dos documentos, salvo quando os próprios domínios científicos reforçam o surgimento de novos conceitos.

Nessa jornada epistemológica da organização do conhecimento, a fim de contextualizar como algumas concepções do campo se ajustaram à realidade científica da Espanha, Esteban Navarro e García Marco (1995, p. 149, tradução livre) argumentam que a organização do conhecimento:

[...] aparece nos últimos anos com assiduidade na literatura da ciência da documentação para fazer referência ao encontro, em um campo de limites ainda incertos, entre as técnicas de gestão documental e diversas disciplinas que na atualidade se encontram em avanço da investigação científico-humanística e tecnológica.

Por Organização do Conhecimento entendemos a disciplina dedicada ao estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas de planejamento,

construção, gestão, uso e avaliação de sistemas de descrição, catalogação, ordem, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos criados pelo homem para testemunhar, conservar e transmitir seu saber e seus atos, a partir de seu conteúdo, com o fim de garantir sua conversão em informação capaz de gerar novo conhecimento.

É fato que desde a fundação da organização do conhecimento conforme aponta Dahlberg (1993, 1995, 2006), seu escopo foi ampliado segundo o entendimento dos especialistas que compõem esse domínio. Ao entrar em contato com a cultura e a tradição dos diversos países que são associados à ISKO, a organização do conhecimento sofreu suas influências e absorveu suas concepções acerca do fazer científico, reajustando seu escopo e ampliando as ferramentas que se direcionam para tratar de seus objetos. Diante disso, a organização do conhecimento não se restringiu ao conhecimento e à formatação dos conceitos, mas também adotou o documento, a informação como recursos de construção do conhecimento, além de serem caminhos para alcançá-lo.

Para Esteban Navarro e García Marco (1995, p. 149, tradução livre), a organização do conhecimento “[...] se encontra na atualidade frente de desafios comuns a todas as disciplinas científicas durante seu nascimento e consolidação”. Também declaram Esteban Navarro e García Marco (1995, p. 149, tradução livre) que a organização do conhecimento “[...] deve definir seus fundamentos gnosiológicos, estabelecer seus princípios teóricos e metodológicos e fixar seus limites dentro do mapa das ciências para projetar o tipo de relações e intercâmbio de conhecimento e métodos [...]”.

Ademais, “[...] deve estreitar seu campo de ação na práxis, construir uma teoria adequada para analisar a realidade sobre o que atua e guiar o exercício de sua prática nela” (Esteban Navarro; García Marco, 1995, p. 149, tradução livre). Como complementação, deve “[...] desenvolver os instrumentos técnicos necessários para exercer adequadamente essa dimensão prática” (Esteban Navarro; García Marco, 1995, p. 149, tradução livre).

Em suma, os argumentos e os discursos acerca da formatação epistemológica da organização do conhecimento apresentam constantemente a necessidade de explorar teorias sobre a linguagem, em várias diretrizes, como a semântica, a pragmática, a semiótica, a linguística funcionalista, em destaque a sociolinguística. Ainda, poderia explorar a psicolinguística e a neurolinguística, além de haver apontamentos para aproximação de teorias da psicologia, da cognição, da

neurociência, todavia há poucas contribuições e avanços nessa linha, já que o cerne da organização do conhecimento está voltado para as tecnologias da informação, presas a teorias da linguagem e da terminologia cuja base epistemológica é estrutural ou formalista, voltado para conhecimento já tratado, pois sua base está registrada.

As atividades da organização do conhecimento circundam as preocupações acerca da informação, por conseguinte fatores que envolvem o tratamento da informação, a representação e a recuperação da informação, efetivando o que se denomina procedimentos de organização do conhecimento. Ademais, as atividades também se direcionam ao seu objeto central: o conhecimento, por isso há o desenvolvimento constante de teorias, métodos, práticas e epistemes para debater o conhecimento e aprimorar as técnicas inerentes à catalogação, à classificação e à categorização.

Desse modo, Hjørland (2008) salienta que a organização do conhecimento está alinhavada às atividades da biblioteconomia e da ciência da informação e, por isso, deve considerar a investigação em outros domínios, assim enfatiza a ciência da computação, linguística, processamento de linguagem natural, teoria do conhecimento, teoria da organização social. Com isso, Hjørland (2008, p. 98, tradução livre) destaca que compreender a natureza do conhecimento, a cognição, a linguagem e a organização social é decisivo “[...] para a compreensão da OC e, portanto, para a capacidade de projetar, avaliar e utilizar processos de organização do conhecimento e sistemas de organização do conhecimento”.

Hjørland (2013, p. 169, tradução livre) demarca as funções da organização do conhecimento, apontando que sua atividade é sobre classificação de conhecimento, ou seja, define os conceitos e estabelece os parâmetros de relação semântica, isto é, “[...] como sabemos o que significa uma espécie? E como conhecemos as relações entre uma determinada espécie e gêneros, famílias, reinos etc.?”. Além disso, há o fato de que “[...] termos e classificações (como peixes e répteis) são usados de forma inconsistente, mesmo dentro de um domínio (biologia); a nova vitória taxonômica chamada *cladismo* tem sido incompleta” (Hjørland, 2013, p. 169, tradução livre).

Para Mai (1999, p. 547, tradução livre), “a principal tarefa da organização do conhecimento e representação do conhecimento é organizar e representar documentos para recuperação eficaz e construir sistemas para isso”. Nessa linha, a atividade de organização do conhecimento volta-se para as questões técnicas e metodológicas.

Somado a isso, Mai (1999, p. 547, tradução livre) argumenta que as tarefas da organização do conhecimento “[...] lidam principalmente com a linguagem e significado; portanto, qualquer teoria de organização e representação do conhecimento deve incluir explicitamente teorias de linguagem e/ou significado”. Nessa perspectiva, entende-se que a linguagem documentária assume ponto fundamental nas tratativas, pois assume o papel de interconexão entre sistema e usuário. Diante disso, a linguagem deve ser tratada com mais profundidade, por isso os aspectos semânticos, da pragmática, semióticos e discursivos não podem ser analisados sem o direcionamento de teorias especializadas.

Ademais, aponta Mai (1999, p. 547, tradução livre), “qualquer teoria de organização do conhecimento deve envolver ainda considerações sobre a base epistemológica da teoria e sobre a utilização prática da teoria”. Com isso, “a base epistemológica deve abordar os problemas de como o conhecimento é gerado e realizado”, como também “[...] o nível prático deve considerar como o conhecimento é organizado e representado, pois “uma organização do conhecimento não pode ser epistemologicamente neutra” (Mai, 1999, p. 547, tradução livre).

Diante disso, a organização do conhecimento deve assumir alguns critérios para tratamento de conceitos, análise dos aspectos cognitivos, bem como a linguagem documentária e os processos de representação que envolvem a classificação, a categorização, a análise e o tratamento e a indexação. Nesse processo, a linguagem assume papel fundamental, pois o conceito é materializado em linguagens documentárias, como os tesouros, taxonomias e cabeçalhos de assunto, as quais são sistematizadas a partir de um arcabouço terminológico e as relações semânticas que estabelecem, fundamentadas na lógica e nos princípios da semântica lexical de uma língua, assim configurando-se como sistemas de organização do conhecimento.

Porém, a organização do conhecimento, como também a ciência da informação não adotaram, de modo geral, que a terminologia se trata de um estrato linguístico técnico-científico constituído em uma própria língua, conforme aponta Almeida (2009). Dessa forma, é através de uma abordagem decorrente da terminologia que ocorre a elaboração de uma linguagem documentária (Lara, 1993, 2001, 2004a, 2004b, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011).

Hjørland (2013, p. 171, tradução livre) afirma que “muitas vezes a linguagem geral contém critérios funcionais diferentes da linguagem científica” contudo também aponta que “tais diferenças são exploradas – entre outros campos, na sociolinguística,

em que as funções de diferentes conceitos e distinções para diferentes grupos de pessoas foram explicadas funcionalmente”. Isso demonstra as dificuldades semânticas presentes no processo de tratamento e representação da informação. Hjørland (2013, p. 171, tradução livre) ainda complementa que “a ciência e os estudos devem ser considerados um entre outros tipos de comunidades discursivas que desenvolveram as suas próprias estruturas conceituais pragmáticas”.

Analisando o discurso argumentativo de Hjørland (2013), reconhece-se uma crítica ao pensamento formal e estrutural da linguística, que se direciona ao significado, por conseguinte a um valor linguístico passível de ser determinado e mantido durante todas as situações de aplicação. Na sequência, o autor apresenta linhas linguísticas que destacam o sentido, já que aborda funcionalidade, discurso e pragmática, ou seja, tendências linguísticas e semióticas que defendem a construção da significação conforme o contexto, o ato de fala e a intencionalidade. Essa crítica esclarece o posicionamento conservador na ciência da informação ao tratar da epistemologia das teorias da linguagem.

Na sequência, posiciona o discurso para a construção de um argumento que ressalte a necessidade da presença de fatores sociais no processo de organização e representação do conhecimento:

[...] qualquer domínio que necessite de serviços de informação profissional e, portanto, de sistemas de organização do conhecimento desenvolvidos no nosso campo, deve ser explorado a partir da sua capacidade de servir os seus grupos-alvo ou seus propósitos ideais (Hjørland, 2013, p. 171, tradução livre).

Hjørland (2013, p. 171, tradução livre) ainda complementa que “a análise epistemológica faz parte da análise de domínio e não trata apenas da ciência, mas também do conhecimento cotidiano”. Assim, Hjørland (2013, p. 171, tradução livre) também defende que “[...] qualquer teoria ontológica obriga-nos a identificar e classificar uma série de fenômenos de uma forma específica”, isto é, “[...] uma listagem e classificação de uma série de fenômenos pode revelar a perspectiva teórica de seu criador”.

Nessa linha, Hjørland (2013, p. 173, tradução livre) expressa a importância de fundamentar a análise dos objetos da organização do conhecimento – os conceitos e os sistemas de organização do conhecimento – através de aplicação epistemológica, por isso aponta que “os métodos lógicos, empíricos, historicistas e pragmáticos

podem, cada um, ter aplicações para as quais são especialmente relevantes” e, de forma complementar, “[...] cada um também pode ser generalizado e utilizado mais amplamente devido a tradições e a ideologias”.

Para fundamentar a veracidade de uma investigação de domínio e de discursos que validam o conhecimento, Hjørland (2013, p. 173, tradução livre) destaca que “avaliar uma classificação é considerar os métodos pelos quais ela foi produzida e avaliar a lógica, os estudos empíricos, o conhecimento das convenções humanas, a genealogia [...] e os objetos que a classificação pretende servir”. Portanto, Hjørland (2013, p. 173, tradução livre) ressalta que “avaliar classificações é [...] envolver-se na investigação que está por detrás da classificação, a fim de verificar a sua validade”.

Hjørland (2013, p. 173, tradução livre) acrescenta que “toda pesquisa é influenciada por normas epistemológicas ou por compromissos em condições confusas de alguma forma”. Somado a isso, ainda expõe que “as teorias clássicas do empirismo e do racionalismo ainda estão muito vivas e influentes na investigação contemporânea (embora na sua maioria não reconhecidas)” (Hjørland, 2013, p. 173, tradução livre). Por considerar que essas linhas epistemológicas podem ser consideradas armadilhas, embora sejam reconhecidas como posições epistemológicas fundamentais, Hjørland (2013) acrescenta outras teorias epistemológicas como condutoras de pesquisas no campo: historicismo e pragmatismo.

Smiraglia (2014), reforça a concepção de que as ferramentas produzidas pela organização do conhecimento, como cabeçalhos de assunto, classificações, catálogos, tesouros, taxonomias, ontologias etc., são direcionadas como recursos estratégicos para a recuperação da informação, por isso os sistemas de organização do conhecimento precisam ser elaborados com muito cuidado, e a linguagem aplicada deve ser padronizada. Frente a esse processo, Smiraglia (2014, p. 2, tradução livre) enfatiza que “algumas formas pelas quais organizamos o conhecimento envolvem heurísticas, ou regras naturais, e alguns dos caminhos que usamos são pragmáticos” e acrescenta que “uma vez que o conhecimento tenha sido ordenado de alguma forma, ele estará disponível para ser recuperado por usuário suscetíveis”.

Nessa abordagem, Smiraglia (2014) além de recuperar as funções basilares da organização do conhecimento, demonstra que o conhecimento é fruto de interação, seja pela constituição de sentido oriundo da heurística, seja pela presença de usuários

contribuindo para a construção dos discursos e, assim, do conhecimento compartilhado.

2.1.1 Conhecimento, conceito e realidade

A humanidade evoluiu e se aperfeiçoou graças à sua capacidade cognitiva de construir conhecimento. O conhecimento produzido ao longo dos séculos impulsionou novas formas de interagir com o meio e novas maneiras de relação com a realidade. Os processos, as técnicas, as práticas, os métodos e as epistemes foram responsáveis por conduzir a modelização da mente, e cada indivíduo, por conseguinte, é filho do seu tempo, não à toa, mas, sim, por estar mergulhado nos modelos discursivos, cognitivos e epistemológicos que medeiam a realidade.

O conhecimento é um conjunto espectral de informações, as quais materializadas em linguagem, efetivam discursos condutores de verdades, de avanços, de brechas intelectuais, tecnológicas e funcionais decorrente à evolução humana. A capacidade cognitiva mediada pela linguagem, ancorada na memória e sistematizada por sinapses, símbolos e modelos de procedimentos e interação efetivou condutas que permitiram o reconhecimento de padrões, como também a construção de ferramentas capazes de dinamizar as estratégias de compreensão do mundo natural e cultural.

Dentre as especialidades humanas para registrar sua existência, sua percepção, interação e compreensão do mundo, estão os documentos. Através desses objetos, é possível reconhecer as manifestações simbólicas inerentes aos fluxos informacionais, os quais tratados, analisados e interpretados tornaram-se recursos fundamentais para contar a história do conhecimento da humanidade, em seus diversos aspectos, como político, social, cultural, psicológico e científico.

Os documentos se tornaram testemunhas das ações humanas, os quais mantêm vivas essas ações, ou seja, o conjunto informacional presente nos documentos agem como aportes das trocas, dos avanços, das conquistas, das descobertas, das tramas que impulsionaram a humanidade para o futuro e para o progresso, embora esses registros sejam parte de discursos e, por isso, efetivam também muitos tipos de apagamento de informações, consequentemente, interferem na memória de uma geração ou de um povo, devido à falta de evidências.

De todo modo, o ser humano não é total, embora busque ser plural, são seres fragmentados, de narrativas parciais, as quais estão em constante construção, porém sempre direcionadas em recortes, coletâneas, curadorias e pontos de vista. O ser humano, mesmo que presente nos diversos cantos do planeta, não possui a competência de ser onipresente e onisciente, por isso suas estratégias de organização da informação também são parciais.

O conhecimento é uma capacidade atrelada à aprendizagem, assim pode ser compreendido como propriedade de uma mente que aprende e evolui, como ainda se entende que é o conjunto de experiências vividas pela humanidade e registrada em artefatos que ativam estratégias cognitivas, desse modo permitindo que a experiência e a aprendizagem sejam compartilhadas e revividas.

Frente a tudo que se constituiu junto à história da humanidade, pode-se afirmar que o conhecimento é plural, contínuo e complexo, no entanto a mente humana possui sua dinâmica para interagir com o conhecimento e usá-lo para representar a realidade, o que permite a interação, a classificação e a categorização das coisas do mundo.

De fato, o mundo natural não está a par das necessidades e das estratégias da humanidade, as coisas são como elas são, e a natureza segue seu fluxo, todavia os seres humanos, detentores de competências cognitivas fazem questão de compreender essas nuances e, com isso, possui instrumentos, práticas, estratégias e métodos que distinguem os elementos constituintes de um ser e, assim, são capazes de apontar o fim último como maneira de explicar a conexão entre as coisas do mundo e suas necessidades.

Os primeiros passos para essa organização estão correlacionados à discussão e à compreensão de conceitos, elementos fundamentais para sistematizar o conhecimento e como torná-lo construto de novos conhecimentos, por isso essas primeiras discussões perpassam conceitos como ontologia, teleologia e metafísica.

Discutir sobre o conceito se torna fundamental para o avanço desta pesquisa, tendo em vista a análise e a reflexão sobre este objeto da organização do conhecimento e como se alinha a fatores linguístico-semióticos e como fatores filosóficos sobre a significação implicam aspectos pertinentes à cognição. Desse modo, faz-se importante revisar algumas teorias e posicionamentos acerca do conceito sobre o conceito a fim de relacionar a sua complexidade a fatores cognitivos e linguísticos com o fito de evidenciar seu papel na representação e mediação da

realidade, bem como sua articulação na organização, representação e mediação da informação.

Sendo assim, a discussão sobre o conceito busca contemplar o entendimento sobre os aspectos filosóficos e semióticos que envolvem fatores de semiose e, assim, aspectos metafísicos e ontológicos sobre a representação e mediação da realidade. Esses elementos possuem configurações diferentes para a filosofia e semiótica daquilo que prega a organização do conhecimento.

Para a semiótica, em destaque a semiótica peirceana, a representação da realidade está fundamentada na relação entre signos, os quais atuam exercendo uma relação com o objeto, portanto signos que se relacionam com coisas da realidade. Nessa perspectiva, a mediação está alinhada aos aspectos que o signo da tricotomia do objeto projeta em uma mente, ou melhor, como o signo do objeto será apresentado como signo do interpretante (Peirce, 2017).

Para a organização do conhecimento, os conceitos representam a realidade através da aplicação de linguagem especializada (linguagem documentária), e a linguagem documentária exerce a mediação, sob o aspecto comunicacional entre sistema informacional e usuário (Kobashi, 1996; Lara, 2009).

Havendo essa diferença na fundamentação dessas concepções, optou-se por explorar algumas linhas teóricas, de natureza filosófica, histórica, psicológica, cognitiva, discursiva a fim de aproximar as considerações do entendimento da semiótica sobre a função e aplicabilidade do conceito com o fito de correlacionar aos moldes como se aplica na organização do conhecimento.

2.1.2 Conceito e sua constituição

O conceito, como unidade condensada de conhecimento, efetiva a dinâmica cognitiva que permite a relação entre mente, realidade, linguagem e todo um processo de representação e mediação que possibilita reflexões, debates, pensamentos, ações e tomadas de decisões acerca das coisas do mundo.

Devido a esses aspectos, o conceito envolve muitos fatores em sua constituição, como aspectos cognitivos, psicológicos, filosóficos, históricos, sociais, culturais, linguísticos, semióticos, ideológicos entre outros, por isso ao debater sobre os elementos que constituem o conceito e realizar um trabalho sistemático acerca das

possibilidades de constituição do *background* que o concerne, é preciso verificar a formação discursiva e a constituição do contexto em que se ancora.

Sendo assim, parte-se do primeiro movimento da filosofia que buscou aplicar a linguagem como instrumento de representação da realidade, com isso se preocupou em demonstrar como a mente alcança o conhecimento através da linguagem. Os aspectos direcionados ao conhecimento e acesso a ele, fizeram-se presentes nas elaborações dos socráticos (Sócrates, Platão e Aristóteles). Foi Aristóteles quem iniciou um processo preocupado com o sensível, linguagem e cognição.

Aristóteles, filósofo importante da antiguidade grega, no longínquo século IV a.C. apresenta uma primeira concepção ocidental de como sistematizar a realidade, organizando-a em seres, categorias, gêneros e espécies. Desse modo, busca entender a substância e os fatores que denominaria de primeiro motor, aspectos responsáveis pela formatação do ser e também por sua transformação.

Assim, Aristóteles (2020, p. 18) menciona que “substância, em sua acepção mais própria e mais estrita, na acepção fundamental do termo, é aquilo que não é dito de um sujeito nem em um sujeito”. Frente a isso, “[...] realmente nos referimos a substâncias secundárias, aquelas dentro das quais – sendo elas espécie – estão incluídas as substâncias primárias ou primeiras”, somado ao fato de ser “[...] aquela dentro das quais – sendo estes gêneros – estão contidas na própria espécie” (Aristóteles, 2020, p. 18).

Sendo assim, indica Aristóteles (2020, p. 18) que “[...] incluímos um homem particular na espécie denominada humana e a própria espécie, por sua vez, é incluída no gênero denominado animal”, conseqüentemente ser humano e animal, isto é, espécie e gênero, caracterizam-se como substância secundária.

Nessa linha, Aristóteles (2020) evidencia como a linguagem é aplicada para efetivar o conhecimento que abrange a substância secundária, isto é, gênero e espécie são fundamentações da realidade sensível, por isso são substâncias secundárias, no entanto é na linguagem que o sentido se efetiva, assim ordenando as coisas, organizando o conhecimento. Diante disso, “[...] o nome e a definição dos predicados podem ser ambos afirmados do sujeito”, exemplifica-se o argumento:

[...] predicamos homem de um ser humano individual como o sujeito. O nome da espécie denominada homem (humana) é afirmado de cada indivíduo; predica-se homem de um homem. A definição ou a significado de homem se aplicará a um homem de maneira análoga, pois um homem é tanto homem quanto animal. O nome e a definição da espécie se aplicarão, assim, ambos ao sujeito (Aristóteles, 2020, p. 18).

Com isso, demonstra Aristóteles (2020) que espécie e gênero são coadunados na expressão da linguagem, porque é possível acumular a experiência acerca de um ser, conseqüentemente as substâncias secundárias, como conjuntos de categorias constituintes deste ser está implícita na linguagem, pois nesta a associação se realiza através das correlações lógicas.

Esse apontamento de Aristóteles (2020) evidencia que há uma distinção de sentido entre as categorias que perfazem o ser ao evidenciar as substâncias secundárias que o compõem e a linguagem que é capaz de sintetizar as referências, pois a experiência permite a associação dessas categorias emitindo uma única expressão que atua como sujeito de uma sentença.

Outro fator é que as qualidades e características não podem ser sujeito e, assim, ser predicadas, pois como substância primária apenas pode predicar o sujeito, por exemplo “[...] o branco está, sem dúvida, num corpo e assim é predicado de um corpo, uma vez que um corpo, está claro, é que é chamado de branco. A definição, contudo, de branco nunca pode ser predicada de qualquer corpo” (Aristóteles, 2020, p. 19).

Assim, “se não existissem indivíduos dos quais se pudesse assim predicar, não se poderia predicá-lo da espécie”, dessa forma “[...] a cor está no corpo e, conseqüentemente, também neste ou naquele corpo, pois caso não existissem corpos nos quais ela pudesse também existir, não poderia estar, de modo algum, no corpo”, portanto “[...] todas as coisas, sejam quais forem, exceto o que chamamos de substâncias primárias, são predicados das substâncias primárias ou estão nestas presentes como seus sujeitos” (Aristóteles, 2020, p. 19).

Frente a essa concepção aristotélica, entende-se que o termo aplicado para fazer menção ao ser atua como sujeito, o que o efetiva como substância secundária, ao qual há um conjunto de características e qualidades que o constitui sendo a predicação, por conseguinte definidos por substância primária. Desse modo, *o conceito está para a substância secundária, enquanto os seus atributos são constituídos por substâncias primárias.*

Dessa forma, evidencia-se que a linguagem representa a substância secundária ao categorizar o ser, todavia é preciso destacar que, graças à experiência e à lógica, compreender o ser é recuperar, de sua concepção como termo, as qualidades que o distinguem como substância primária. Dessa maneira, a substância

secundária é composta por substância primária, e a linguagem tem o papel lógico de evidenciar a congruência para que mente possa associar todas as correlações e, assim, compreender a classificação e categorização das coisas do mundo.

Somado a isso, “[...] as substâncias primárias, acima de tudo o mais, fazem jus a este nome uma vez que formam a base de todas as outras coisas, as quais, por seu turno, serão seus predicados ou nelas estarão presentes como seus sujeitos” (Aristóteles, 2020, p. 20). Outrossim, “toda substância parece determinada, o que é indiscutivelmente verdadeiro no que tange às substâncias primárias. O que cada uma denota é uma unidade”, porém “a substância secundária não é una e singular como o é, sem dúvida, a primária; não é do uno, com efeito, mas do múltiplo, que predicamos realmente ‘animal’, ‘homem’” (Aristóteles, 2020, p. 22-23).

Nesse sentido, reconhece-se a pluralidade e a evolução da significação que recai sobre um conceito, pois o conceito sendo substância secundária se atualiza e se amplia conforme a correlação de atributos aplicados por uma mente que aprende, ajusta, corrige e ressignifica. Conforme a experiência entra em contato com as substâncias primárias, é possível refinar a compreensão de seus atributos.

Outro ponto interessante evidenciado por Aristóteles (2020) é a estratégia de assimilação dos contrários, os quais, por um lado, atualizam-se decorrente da potência já inscrita na substância; por outro, efetivam-se através da comparação. De todo modo, as estratégias de comparação, como a analogia, por exemplo, são mecanismos de assimilação das propriedades dos seres, importantes no processo cognitivo, como aponta Lakoff (1998, 2004, 2018), ou seja, é comum estabelecer alguns fundamentos como padrão, enquanto os outros são comparados e, assim, atribuem-se-lhes definições.

Nessa perspectiva, Aristóteles (2020, p. 30) destaca que “quantidades nunca possuem contrários, o que se mostra perfeitamente evidente no caso de todas as quantidades definidas”. Dessa maneira, denomina-os de termos de relação, o que propicia entender que “[...] as coisas não são em si mesmas e isoladamente grandes ou pequenas: só o são por comparação” (Aristóteles, 2020, p. 30). Com isso, as substâncias primárias determinam quantidade e qualidade, por seu turno, não se aplica à linguagem, a esta efetiva a função de relação, pois não é na linguagem que está a dimensão, mas, sim, na realidade, a linguagem apenas impulsiona a comparação através de um elemento aplicado como referência, ou seja, “[...]”

envolvendo algum padrão externo ou algo que está acima e além delas” (Aristóteles, 2020, p. 31).

Ademais, consoante Aristóteles (2020, p. 40), “obtemos conhecimento comumente de coisas que já existem, pois em pouquíssimos casos ou em caso algum pode o nosso conhecimento ter vindo a ser juntamente com o próprio objeto que lhe é peculiar”, ou seja, “no caso de ser o objeto do conhecimento suprimido, o conhecimento mesmo é anulado”.

Não obstante, ocorre o mesmo com a percepção, isto é, “[...] o objeto pareceria ser anterior ao ato da percepção. Na hipótese de suprimir o perceptível, suprimiria também a percepção”, tendo em vista que “[...] o ato da percepção implica ou envolve, primeiramente, um corpo percebido, e então um corpo no qual ele ocorre” (Aristóteles, 2020, p. 40). Nesse aspecto, conforme defende Aristóteles (2020, p. 40), a percepção é “[...] gerada juntamente com o sujeito que percebe, ou seja, com o próprio ser vivo. O perceptível, contudo, é anterior ao ser vivo e à percepção”.

Somado a isso, é válido destacar a importância da qualidade para fundamentar as categorias. Dessa forma, para Aristóteles (2020), entre os estados, estão todos os gêneros de conhecimento e as virtudes. Com isso, conhecimento é “[...] tido como duradouro e difícil de ser deslocado [do espírito], ainda que se possa, com efeito, adquiri-lo apenas em uma modesta medida [...]” (Aristóteles, 2020, p. 40).

Assim sendo, “aqueles que não conseguem em absoluto ter domínio sobre o conhecimento e são de um temperamento instável são atualmente raramente descritos como possuidores do hábito de conhecer” (Aristóteles, 2020, p. 45). Desse modo, entende-se que “[...] o estado (hábito) é distinto da disposição: o primeiro é duradouro e estável, ao passo que a segunda não tarda a sofrer mudança”, por conseguinte pode-se apontar que “enquanto que aqueles que têm hábitos têm consequentemente, de algum modo ou outro, disposições, aqueles que se dispõem de algum modo não têm, de modo algum, caso a caso, um hábito” (Aristóteles, 2020, p. 45).

Esses apontamentos convergem significativamente com os objetos e objetivos da semiótica, visto que demonstram preocupações com elementos mínimos de significação, como também configuram os estágios de cognição. Nesse sentido, os apontamentos de Aristóteles apresentam uma condição existencial do conceito, que é a materialização da conexão entre substância primária na secundária. Somado a isso, atrelando aos fatores cognitivos, reconhece-se que a compreensão e a aplicação do

conceito estão timbradas em um hábito, portanto interagir com o conhecimento demanda uma conduta.

Ainda sobre o conhecimento, Aristóteles (2020, p. 54) indica que se trata de um termo relativo, visto que “[...] se opõe à coisa que é conhecida e é explicado mediante uma referência a ela. A coisa que é conhecida é explicada mediante uma referência ao seu oposto, ao conhecimento”, isso é possível porque “[...] a coisa que é conhecida será conhecida por alguma coisa, mais precisamente pelo conhecimento” (Aristóteles, 2020, p. 54).

Essa abordagem apresentada por Aristóteles (2020) evidencia que o conhecimento não é o simples fato de saber, mas, sim, há um fator relativo que ativa o conhecimento frente à coisa do seu conhecer, assim como a coisa conhecida apenas é conhecida quando promove o conhecimento. Desse modo, conclui-se que conhecer é ter conhecimento sobre o estado das qualidades, ou seja, substâncias primárias, as quais se relacionam às substâncias secundárias através da linguagem, assim efetivando os gêneros e as espécies, pois a substância e a linguagem são correlativas. Com isso, “[...] conhecimento e coisa cognoscível são opostos e relativos, pois do conhecimento em si mesmo conhecimento do cognoscível”, do mesmo modo, por seu turno, o cognoscível “[...] se diz ele mesmo do seu oposto, o conhecimento, uma vez que o cognoscível se diz cognoscível de alguma coisa, ou seja, o conhecimento” (Aristóteles, 2020, p. 55).

Ademais, conhecimento, “[...] como conhecer, tem dois sentidos, dos quais um é em potência e o outro em ato. A potência sendo, como matéria, universal e indefinida tem um objeto universal e indefinido”; já, por sua vez, o ato é “[...] definido e tem um objeto definido, porque é particular e ocupa-se do particular” (Aristóteles, 2012, p. 348). Como consequência, “[...] se os primeiros princípios têm que ser universais, o que deles é oriundo também tem que ser universal, como ocorre nas demonstrações lógicas”, portanto evidencia-se que “embora em um sentido o conhecimento seja universal, num outro não é” (Aristóteles, 2012, p. 348).

Essa relação ato e potência está no cerne do conceito, pois a compreensão e a articulação dos conceitos estão em ato, contudo sua aplicabilidade, dimensão e produção de significação está em potência. Na organização do conhecimento, é comum tratar o conceito sob seu viés de ato, pois o processo de organização e representação pressupõe algo realizado e sua atuação é decorrente da linguagem. Todavia, para a semiótica, o conceito em ato é sempre questionado a fim de que se

possa revelar novas possibilidades de atributos ou significação decorrente da potência, em semiose, visto que a semiótica está interessada no devir, portanto sua análise demanda da realidade.

Diante disso, “é possível que uma coisa exista apenas em ato ou potência, ou em ato e potência; é possível que seja uma substância ou uma qualidade, ou ainda uma das demais categorias” (Aristóteles, 2012, p. 285). Em decorrência, “não há movimento independente das coisas, uma vez que a mudança é sempre de acordo com as categorias do ser”, ou seja, “[...] nada há que seja comum a estas que não esteja presente em alguma categoria”, visto que “[...] cada categoria tem pertinência com todos os seus membros” (Aristóteles, 2012, p. 285).

O conhecimento estabelece-se à base do movimento, isso faz com o que é cognoscível possa ser conhecimento, enquanto o conhecimento se realiza porque interage com o que cognoscível, assim o movimento está fundamentado na potência:

Por potência, não entendo aqui aquilo que definimos como “um princípio de transformação que está numa coisa distinta da coisa transformada, ou na mesma coisa enquanto outra”, mas em geral qualquer princípio de movimento ou de repouso, pois a natureza também se encontra no mesmo gênero de potência, porque é um princípio de movimento, embora não em alguma outra coisa, mas na própria coisa enquanto ela mesma (Aristóteles, 2012, p. 239).

Aristóteles (2012) destaca que as potências são inatas, desse modo indica os sentidos, ou adquiridas pela prática ou por uma fórmula racional, o que exige o exercício prévio. Aristóteles (2012, p. 149) ainda destaca que:

Potência significa o princípio do movimento ou da mudança existente em alguma coisa distinta da coisa mudada, ou nela enquanto outra. Por exemplo, a arte da construção é uma potência que está ausente na coisa construída. [...] potência significa o princípio em geral da mudança ou movimento numa outra coisa, ou na mesma coisa enquanto outra; o princípio do ser de uma coisa movida ou transformada por uma outra coisa, ou por si mesma enquanto outra (pois, em função do princípio através do qual a coisa passiva é afetada de qualquer modo, nós a classificamos como capaz de ser afetada).

Nesse propósito, a potência está atrelada à concepção do ser, o qual pode ser entendido como:

O ser significa [a] o ser accidental, [b] o ser por si mesmo (ou seja, por sua própria natureza).
[a] os sentidos nos quais se diz que as coisas são accidentalmente: ou porque ambos os predicados se aplicam ao mesmo sujeito, que é, ou porque o predicado se aplica ao sujeito, que é, ou porque o próprio sujeito, ao qual pertence aquilo do que ele próprio é predicado, é.

[b] seus sentidos são aqueles indicados pelas figuras de predicação. Ora, considerando que alguns predicados indicam o que uma coisa é; outros sua qualidade, outros sua quantidade, outros sua relação; outros sua atividade (ação) ou passividade (paixão), outros seu lugar; outros seu tempo, a cada um destes corresponde um sentido de ser.

[c] ser e é significam que uma coisa é verdadeira, e não ser que é falsa.

[d] ser [e é] significam que alguns desses enunciados que mencionamos podem ser emitidos em virtude de uma potência, ao passo que outros podem ser emitidos em virtude de um ato. Com efeito, dizemos que tanto o que vê potencialmente quanto o que vê em ato é “uma coisa que se vê”; de maneira idêntica, dizemos tanto o que é capaz de utilizar o entendimento quando o que efetivamente o utiliza entende; por outro lado, dizemos que está em repouso tanto aquilo em que o repouso já está presente quanto aquilo que é capaz de repouso (Aristóteles, 2012, p. 143).

Além disso, Aristóteles também destaca que o ser é

[...] utilizado em vários sentidos, mas com referência a uma ideia central e uma característica definida, e não meramente como um epíteto ordinário.

[...] ser é usado em diversos sentidos, mas sempre com referência a um único princípio. Com efeito, diz-se de algumas coisas que são porque são substâncias, outras porque são modificações da substância; outras porque constituem um processo para a substância, ou destruições, ou privações, ou qualidades da substância, ou porque são produtivas ou geradoras da substância ou de termos relativos à substância, ou ainda negações de alguns desses termos ou da substância (assim, chegamos a dizer até que não ser é não ser) (Aristóteles, 2012, p. 105-106).

O ser é compreendido decorrente à sua substância sob a qual recaem os fatores de potência e ato. A potência, como já discutida, é um princípio de transformação; já o ato é anterior a qualquer potência “[...] tanto na fórmula quanto na substância; no tempo, o ato é às vezes anterior à potência e às vezes não” (Aristóteles, 2012, p. 239). Além disso, Aristóteles (2012, p. 239) afirma que o ato é “[...] anterior do ponto de vista da fórmula e evidente pois o que é, no sentido primário, potencial é potencial porque lhe é possível converter-se em ato”, de modo que “[...] a fórmula e o conhecimento do atual necessariamente precedem o conhecimento do potencial”.

Desse modo, “a ação é o fim, e o ato é a ação”, assim reconhece-se que “[...] a matéria existe em potência porque lhe é possível atingir a forma: mas quando a matéria existe em ato ela está em sua forma” (Aristóteles, 2012, p. 241). Com isso, “[...] do potencial o atual é sempre gerado por alguma coisa existente em ato [...]”, consequentemente ao pensar sobre a substância, entende-se que “[...] tudo que é gerado o é a partir de alguma coisa e por alguma coisa, e por alguma coisa formalmente idêntica a si mesma” (Aristóteles, 2012, p. 240).

Nessa linha, entende-se que o conceito atua como a materialização do ser, ou melhor, o ser assume formas cognitivas através do conceito. O conceito em si é ato, o conceito aplicado ao discurso está suscetível à potência.

Frente a isso, correlaciona-se a substância do conhecimento, a qual é transmutada em conceito, o qual quando aplicado para o entendimento de uma cena prática está em ato, contudo enquanto representado é potência. Do mesmo modo, a linguagem é a forma do conceito, estando anteriormente aplicada, todavia é o processo de significação que permite que a forma acesse a substância e, assim, o conceito seja não apenas a forma do conhecimento, mas, sim, a substância em ato geradora de novos conhecimentos em potência.

Outrossim, o ato é anterior à potência, como também é anterior à substância, porque “[...] as coisas que são posteriores do ponto de vista da geração são anteriores do ponto de vista da forma e da substância”, além de que “[...] tudo que é gerado move-se rumo a um princípio, isto é, o seu fim” (Aristóteles, 2012, p. 240). Dessa forma, “[...] o objeto de uma coisa é seu princípio, e o objeto da geração é o fim, que é o ato, sendo por causa deste que a potência é adquirida” (Aristóteles, 2012, p. 240).

Ao tratar o ser em seu aspecto primário, trata-se da substância, logo “[...] é do conceito de substância que todos os demais modos de ser extraem seu significado: quantidade, qualidade e todos os outros”, o que leva a entender que “[...] os sentidos de ser são descomponíveis não apenas em substância, qualidade ou quantidade, como também de acordo com a potencialidade, a realização e a função” (Aristóteles, 2012, p. 229).

Com efeito, “[...] se a substância é a causa da existência de cada coisa temos que investigar nessas diferenças a causa de ser de cada coisa”, todavia “nenhuma delas, nem a combinação de quaisquer duas entre elas, é substância, no entanto cada uma delas contém alguma coisa análoga à substância”, devido a isso aponta-se que à substância “[...] aquilo que é predicado da matéria é a própria realidade [...]” (Aristóteles, 2012, p. 219).

O conceito é constituído de atributos que se perfazem sobre a comparação com outros seres e atributos, assim é possível organizar sua essência de substância secundária através das analogias, similaridades e divergências, contudo isso não pressupõe que um conceito se realiza na comparação imediata com outro conceito, pois seria descartar sua correlação com a realidade que age em ato e potência.

Nesse cenário, Aristóteles (2012, p. 144) determina que substância significa:

[a] os corpos simples, do que são exemplo a terra, o fogo, a água e similares: e, em geral, os corpos e as coisas deles compostas, animais e divinas, incluindo partes destes. Todas essas coisas são chamadas de substâncias porque não são predicadas de nenhum sujeito, embora tudo o mais seja predicado delas.

[b] Aquilo que, estando presente em tais coisas, que não são predicadas de um sujeito, é a causa de seu ser, como, por exemplo, no animal a alma é a causa do seu ser.

[c] Todas as partes presentes nas coisas que são definidoras e indicadoras de sua individualidade, e cuja supressão acarreta a supressão do todo, como, por exemplo, segundo alguns, o plano suprimiria o corpo e a linha do plano.

[d] A essência, cuja fórmula é a definição, também é chamada de substância de cada coisa particular.

[...] substância apresenta [fundamentalmente] dois sentidos: (1) o substrato (sujeito) final, que não é mais predicado de nenhuma outra coisa mais, e (2) tudo o que possua uma existência individual e independente. A aparência ou a forma de cada coisa particular possui esta natureza (Aristóteles, 2012, p. 144).

Somado a esses aspectos de interação da substância com a realidade, há o conhecimento, assim “[...] só há conhecimento de uma coisa quando conhecemos sua essência (Aristóteles, 2012, p. 189). Por outro lado, “[...] não é verdadeiro afirmar que o próprio termo é idêntico à sua essência” (Aristóteles, 2012, p. 190), ou seja, a palavra branca e a cor branca são brancas em sua essência, no entanto somente a cor branca pode ser atribuída a um homem. Embora, para Aristóteles (2012), a essência é a substância, apenas a cor branca é essência, pois atua como substância primária, já a palavra branca sendo uma essência é a essência de seu próprio significado, pois não poderá ser a substância primária de um ser, a não ser o ser da própria palavra.

Diante disso, fica claro que o termo não carrega os atributos do conceito, mas o termo faz referência ao conceito, sendo este a materialização das coisas da realidade. Assim, entende-se que a linguagem não é construtora da realidade, mas um recurso capaz de afetar a mente e permitir que a informação veiculada pela linguagem construa o conhecimento.

Somado a isso, “[...] se nada é eterno, até a geração é impossível, pois é necessário haver alguma coisa que se torne alguma coisa, isto é, da qual alguma coisa seja gerada, numa série em que o derradeiro termo seja não gerado” (Aristóteles, 2012, p. 93). Essa situação propicia entender que “[...] se houver qualquer fim para a série e for impossível a geração ocorrer a partir do nada. Além disso, se há geração e movimento, é necessário haver também limite, pois se nenhum movimento é infinito, todo movimento tem um fim” (Aristóteles, 2012, p. 93).

Frente a esses aspectos, Aristóteles (2012, p. 93) defende que “[...] obteremos conhecimento de todas as coisas somente na medida em que contêm algo universal, alguma característica singular e idêntica”. Ademais, “tudo será sensível e não haverá conhecimento de coisa alguma, a menos que se sustente que a percepção sensorial seja conhecimento”, não obstante “[...] qualquer coisa será eterna e imutável, uma vez que todas as coisas sensíveis são todas perecíveis e mutáveis” (Aristóteles, 2012, p. 93). Nesse aspecto de construção de sentido, a linguagem documentária visa a ser generalizante, contudo é preciso marcas de particularidades e especificidades para reconhecer uma singularidade, que é a natureza de um documento como gênero textual.

Assim, “[...] o conhecimento de todas as coisas tem, necessariamente, que pertencer àquele que, no mais elevado grau, possui conhecimento do universal, porque ele conhece, num certo sentido, todos os particulares compreendidos no universal” (Aristóteles, 2012, p. 45). Desse modo, “[...] o entendimento e o conhecimento que são desejáveis por si mesmos são mais atingíveis no conhecimento daquilo que é mais cognoscível”, conseqüentemente “[...] o mais perfeito conhecimento, e este é o conhecimento do mais cognoscível, e as coisas que são as mais cognoscíveis são primeiros princípios e causas”, com isso é através e a partir destes que “[...] outras coisas passam a ser conhecidas, e não estes através dos particulares que neles se enquadram” (Aristóteles, 2012, p. 45).

Com isso, o aspecto generalizante da linguagem documentária apresenta capacidade para recuperar informações específicas, pois a linguagem documentária não articula a composição temática, mas, sim, atua como catálise de todos os discursos construídos sobre aquele conceito, ou seja, a linguagem documentária é ato de um *background*.

Em suma, o conhecimento advém de um processo de interpretação, já que a substância é inerente à realidade, contudo é acessada através da linguagem, a qual apresenta sua própria essência, como também afeta a essência que a própria substância do ser.

Em outra linha teórica, especificadamente na filosofia da linguagem que trata dos aspectos discursivos, há um posicionamento diferente da substância como elemento inerente à realidade, porém atua como construtora da mediação da realidade. Em termos de articulação da linguagem, naquilo que possa afetar a representação da realidade no processo cognitivo, assim gerando o conhecimento, os

aspectos discursivos são responsáveis por evidenciar os conjuntos de enunciação responsáveis pela articulação da mediação entre mente produtora, práxis discursiva e mente receptora da informação. Dessa maneira, importante destacar que todas as mentes envolvidas no processo discursivo são afetadas pela informação, portanto alvos de significação.

Frente a isso, Foucault (2007) defende que a construção do conhecimento envolve fatores linguísticos, assim a constituição dos conceitos perpassa fatores de semiologia e hermenêutica. Para Foucault (2007, p. 23), “[...] a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental. Foi ela que, em grande parte, conduziu a exegese e a interpretação dos textos”, ou seja, a estratégia de comparação em busca de semelhanças é fundamental ao processo cognitivo, dito isso, tal estratégia, para efetivar ações do conhecer, “[...] organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representá-las” (Foucault, 2007, p. 23).

Foucault (2007) evidencia que a trama semântica se constitui através de algumas estratégias de similitude, as quais ele denomina de a) *convenientia*: “são convenientes as coisas que, aproximando-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se nas bordas, suas franjas se misturam, a extremidade de uma designa o começo da outra” (Foucault, 2007, p. 24);

b) *aemulatio*: “há na emulação algo do reflexo e do espelho: por ela, as coisas dispersas através do mundo se correspondem” (Foucault, 2007, p. 26). Além disso, “[...] as coisas podem se imitar de uma extremidade à outra do universo sem encadeamento nem proximidade”, isto é, devido à concepção de “[...] reduplicação em espelho, o mundo abole a distância que lhe é própria: triunfa assim sobre o lugar que é dado a cada coisa”, assim “[...] a emulação é uma espécie de germinação natural das coisas; nasce de uma dobre do ser, cujos dois lados imediatamente se defrontam” (Foucault, 2007, p. 26-27);

c) analogia: esta pressupõe *convenientia* e *aemulatio*. Com isso, “[...] assegura o maravilhoso afrontamento das semelhanças através do espaço; mas fala, como aquelas, de ajustamentos, de liames e de juntura” (Foucault, 2007, p. 29). Ademais, “seu poder é imenso, pois a similitude que executa não são aquelas visíveis, maciças, das próprias coisas; bastam serem as semelhanças mais sutis das relações”, desse modo “[...] alijada, pode tramar, a partir de um mesmo ponto, um número indefinido de parentescos” (Foucault, 2007, p. 29);

d) jogo das simpatias: “nela nenhum caminho é de antemão determinado, nenhuma distância é suposta, nenhum encadeamento prescrito” (Foucault, 2007, p. 32). Dessa forma, “a simpatia atua em estado livre nas profundezas do mundo. Em um instante percorre os espaços mais vastos”, ou seja, “[...] do planeta ao homem que ela rege, a simpatia desaba de longe como o raio; ela pode nascer, ao contrário, de um só contato” (Foucault, 2007, p. 32). Tamanho é seu poder que “[...] não se contenta em brotar de um único contato e em percorrer espaços; suscita o movimento das coisas do mundo e provoca a aproximação das mais distantes. Ela é princípio de mobilidade” (Foucault, 2007, p. 32).

Desse modo, esses quatro procedimentos de semelhança efetivam a identidade das coisas e, assim, constituem a sua ordem, pois possuem a competência de direcionar “[...] de que modo o mundo deve se dobrar sobre si mesmo, se duplicar, se refletir ou se encadear para que as coisas possam assemelhar-se”, conseqüentemente, “dizem-nos os caminhos da similitude e por onde eles passam; não onde ela está nem como a vemos, nem com que marca a reconhecemos” (Foucault, 2007, p. 35).

Frente a isso, Foucault (2007) aponta que as semelhanças são constituídas por signos, por isso sua indicação à semiologia. Com isso, signo “[...] significa na medida em que tem semelhança com o que indica”, todavia “[...] não é a homologia que ele assinala, pois seu ser distinto de assinalação se desvaneceria no semelhante de que é signo” (Foucault, 2007, p. 39).

Com efeito, “[...] a semelhança é o que há de mais universal; ao mesmo tempo aquilo que há de mais visível, mas que se deve, entretanto, buscar descobrir por ser mais escondido”, isso promove a concepção de que “[...] determina a forma do conhecimento (pois só se conhece seguindo os caminhos da similitude) e o que lhe garante a riqueza de seu conteúdo” (Foucault, 2007, p. 40). Nessa linha, Foucault (2007, p. 40) determina que “chamemos hermenêutica ao conjunto de conhecimentos e de técnicas que permitem fazer falar os signos e descobrir seu sentido”; por seu turno, “[...] chamemos semiologia ao conjunto de conhecimentos e de técnicas que permitem distinguir onde estão os signos, definir o que os institui como signos, conhecer seus liames e as leis de seu encadeamento (Foucault, 2007, p. 40).

Assim, conclui Foucault (2007, p. 40-41):

Buscar o sentido é trazer à luz o que se assemelha. Buscar a lei dos signos é descobrir as coisas que são semelhantes. A gramática dos seres é sua

exegese. E a linguagem que eles falam não narra outra coisa senão a sintaxe que os liga. A natureza das coisas, sua coexistência, o encadeamento que as vincula e pelo que se comunicam não é diferente de sua semelhança. E esta só aparece na rede de signos que, de um extremo ao outro, percorre o mundo (Foucault, 2007, p. 40-41).

Assim sendo, consoante Foucault (2007), o conhecimento se aloja inteiramente na manifestação de um signo descoberto, afirmado ou transmitido, ou melhor, “[...] é no interior do conhecimento que o signo começará a significar: é dele que tirará sua certeza ou sua probabilidade” (Foucault, 2007, p. 82). O conhecimento poderá “[...] abrir-se à probabilidade: de uma impressão à outra, a relação será de signo a significado, isto é, uma relação que, como na sucessão, se desdobrará da mais fraca probabilidade à maior certeza”, portanto “[...] a conexão das ideias implica não a relação de causa a efeito, mas somente a de um indício e de um signo à coisa significada” (Foucault, 2007, p. 83).

O conhecimento, portanto, é decorrente à “[...] uma rede de signos construída passo a passo pelo conhecimento do provável”, ou seja, “[...] para o signo seja o que é, é preciso que ele seja dado ao conhecimento ao mesmo tempo que aquilo que ele significa” (Foucault, 2007, p. 83). Com isso, a ordem ou a generalização apenas se estabelece “[...] conforme o encadeamento no conhecimento: o caráter absoluto que se reconhece ao que é simples não concerne ao ser das coisas, mas, sim, à maneira como elas podem ser conhecidas”, assim o semelhante que associa a forma e o conteúdo do conhecimento revela a ordenação do mundo (Foucault, 2007, p. 74).

Diante disso, é possível compreender os argumentos constituídos por Foucault a fim de demonstrar aspectos epistemológicos da relação entre discurso e conhecimento, demonstrando como o signo atua na substituição da coisa real pela linguagem. Desse modo, observa-se como o conceito vai se formando, entre suas características mentais de construto da realidade e características simbólicas de representar valores construídos através de marcas discursivas.

Nesse cenário, “conhecer um animal, ou uma planta, ou uma coisa qualquer na terra, é recolher toda a espessa camada dos signos que puderam ter sido depositados neles ou sobre eles”, além disso “[...] é reencontrar também todas as constelações de formas em que eles assumem valor de insígnia” (Foucault, 2007, p. 55). A linguagem, por sua vez, não é um conjunto de signos independentes, uniformes e liso, em que as coisas viriam refletir-se como num espelho, para aí enunciar, uma a uma, sua verdade singular” (Foucault, 2007, p. 47).

Diferentemente, a linguagem é, antes, “[...] coisa opaca, misteriosa, cerrada sobre si mesma, massa fragmentada e ponto por ponto enigmática, que se mistura aqui e ali com as figuras do mundo e se imbrica com elas” (Foucault, 2007, p. 47). Assim, reunidas podem desempenhar uma função discursivas de união, em que páginas da história e das trocas sociais se complementam, rearranjando-se em novos discursos, produzindo novas verdades, novos sentidos e novas direcionalidades. Desse modo, o conhecimento não brota através de palavras soltas, mas, sim, na esteira da sua conexão com as coisas e como as coisas e outras coisas se assimilaram no plano da significação da linguagem.

Diante disso, “[...] se os fenômenos nunca são dados senão numa representação que, em si mesma e por sua representatividade própria, é inteiramente signo” (Foucault, 2007, p. 91). Por conseguinte, “todas as representações são ligadas entre si como signos; em conjunto, formam como que uma imensa rede; cada uma na sua transparência se dá como o signo daquilo que ela representa”, sendo assim, sozinha ou independente de conexões anteriores “[...] nenhuma atividade específica da consciência pode jamais constituir uma significação (Foucault, 2007, p. 91).

No propósito de confecção do conhecimento, os discursos são fundamentais, como tal, atuam como “[...] categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados”, pois esses fatores se enquadram como “[...] fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado de outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis” (Foucault, 2015, p. 27).

A constituição de um discurso é decorrente de elementos simbólicos previamente constituídos, os quais são relacionados e reavivados conforme a situação e a intenção, portanto fatores cabais para o delineamento da situacionalidade discursiva. Dessa forma, reconhece-se que um tema se liga a um outro, “[...] segundo o qual todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito” (Foucault, 2015, p. 30). Dessa maneira, esse “[...] já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um jamais-dito, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio do próprio rastro” (Foucault, 2015, p. 30).

Diante disso, é suposto que tudo aquilo formulado pelo discurso “[...] já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar”, isto é, o discurso ao ser

manifesto não passa “[...] da presença repressiva do que ele diz; e esse não dito um vazio minando, do interior, tudo que se diz” (Foucault, 2015, p. 30). Por isso, tratar o já-dito como verdades inquestionáveis sem analisar a composição discursiva de sua nova manifestação é contribuir para que o não dito permanece em silêncio, gerando o apagamento de informações fundamentais para a transformação do conhecimento já acumulado pela humanidade.

Analogamente a esse embate, apresenta-se o conceito para a organização do conhecimento, pois há uma compreensão prévia de seus atributos, os quais já realizados no cenário em que se configura um domínio, ou seja, uma área do saber. No entanto, esses conceitos são construtos de um conjunto de discursos já-ditos, que os estimulam a convergir ou apagar significações em sua aplicabilidade.

Sendo assim, nem sempre há o destaque do percurso histórico desse conceito, permitindo que camadas informacionais se percam no processo de ressignificação. De todo modo, o conteúdo informacional transparece a camada que melhor se ajusta aos interesses da comunidade de um domínio, portanto sua configuração é política e o discurso que o modela carrega uma intencionalidade.

Por isso, ao tratar a significação manifestante no discurso “é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos”, assim os estratos de conhecimento traduzidos em conceitos se reverberam em ecos soantes ou dissonantes em cada manifestação, visto que “[...] a dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros” (Foucault, 2015, p. 31) é determinante para modelar a compreensão histórica dos fatos que serão balizas do conhecimento compartilhado.

Frente ao propósito de verificação das condições de manifestação do conhecimento, é preciso saber “[...] se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto” (Foucault, 2015, p. 40).

Dito isso, “o campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas”, além de que “[...] elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de literatura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito” (Foucault, 2015, p. 33).

É válido enfatizar que os processos discursivos dependem de condições específicas para aparecerem, pois estão vinculadas a fatores pontuais, como os aspectos temáticos e figurativos no enunciado, assim os fundamentos do conhecimento se inter-relacionam em uma camada de tessitura capaz de discriminar o objeto tratado.

Dessarte, aponta-se que “as condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa dizer alguma coisa e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes” implicam fatores atrelados às condições “[...] para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação (Foucault, 2015, p. 54).

Alinhado a isso, pode-se afirmar que a linguagem documentária não é articulada em discursos, mas é articuladora de discursos, enquanto o conceito, em sua natureza cognitiva, é articulado e articulador de discursos, visto que sua existência não ocorre isolada, mas, sim, acompanhado de outros conceitos, que retratam outros discursos. Com isso, é possível evidenciar o conceito como signo, visto que se trata de um signo sobre outro signo *ad infinitum*, por isso é um objeto comumente tratado pela semiótica.

Ainda, “essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização: e essas relações não estão presentes no objeto” (Foucault, 2015, p. 55). Por isso, as classificações, as definições e as normalizações não passam de estratégias políticas e culturais, que manifestam traços de poder, além de condutas reservadas dos grupos que podem definir qual será o enquadramento do conhecimento em determinado cenário.

Essas incidências são determinantes para as tomadas de decisão sobre como articular o conhecimento e seus recursos de classificação, no entanto é preciso refletir sempre que não são elas que “[...] são desenvolvidas quando se faz uma análise; elas não desenham a trama, a racionalidade imanente, essa nervura ideal que reaparece totalmente, ou em parte, quando o imaginamos na verdade de seu conceito” (Foucault, 2015, p. 55).

Foucault (2015, p. 5) afirma que “a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração” (Foucault, 2015, p. 5). Ao contrário, pensar

na constituição de conceitos é evidenciar “[...] seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração” (Foucault, 2015, p. 5).

De todo modo, a história do conceito se perfaz no entrecruzamento de discursos, assim como “[...] a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade [...]” (Foucault, 2015, p. 6). Com isso, “[...] permite individualizar os domínios, mas só pode ser estabelecida através da comparação desses domínios”, ou seja, não se trata de conceitos presentes no discurso, mas, sim, da ruptura que lhe oferece como objeto na história (Foucault, 2015, p. 11).

Dessa maneira, “[...] entre todos os fenômenos cujo rastro foi encontrado, será possível estabelecer um sistema de relações homogêneas”, ou melhor, trata-se de “[...] rede de causalidade permitindo derivar de cada uma delas relações de analogia mostrando como eles se simbolizam uns aos outros, ou como todos exprimem um único e mesmo núcleo central” (Foucault, 2015, p. 11-12).

O conhecimento não deve ser visto como um produto da humanidade contínuo e perene, do mesmo modo que um conceito não deve ser entendido como eterno, visto que “se a história do pensamento pudesse permanecer como o lugar das continuidades ininterruptas, se ela unisse, continuamente, encadeamentos que nenhuma análise poderia desfazer sem abstração”, ou ainda, “[...] se ela tramasse, em torno do que os homens dizem e fazem, obscuras sínteses que a isso se antecipam, o preparam e o conduzem, indefinidamente, para seu futuro”, desse modo seria uma abrigo privilegiado para a soberania da consciência (Foucault, 2015, p. 15).

Nesse aspecto, o conceito é um conjunto de enunciados capaz de especular uma unidade. Porém, se os conceitos se configurassem diante de unidades discursivas, ele seria efêmero, ou ainda, seria improdutivo na esteira histórica da evolução social. Assim, se a unidade discursiva fosse buscada “[...] não na coerência dos conceitos, mas em sua emergência simultânea ou sucessiva, em seu afastamento, na distância que os separa e, eventualmente, em sua incompatibilidade” (Foucault, 2015, p. 43), ele perderia sua função de mediação e estabilização da generalidade em uma mente. Com isso, “não buscaríamos mais, então, uma arquitetura de conceitos suficientemente gerais e abstratos para explicar todos os outros e introduzi-los no mesmo edifício dedutivo” (Foucault, 2015, p. 43).

Diferentemente disso, “[...] tentaríamos analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão”, por conseguinte, ao invés de verdades infinitas, haveria concepções concentradas na história dos conceitos, somado à revitalização da significação consoante seu palco de atuação, sempre realizado, ou seja, seria apenas ato, nunca potência, já que resultante de “[...] reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e explicar as formas unitárias sob as quais eles se apresentam”, ter-se-ia “[...] a identidade e a persistência dos temas” (Foucault, 2015, p. 43).

É evidente que os conceitos permanecem e persistem ao longo de gerações e se convertem em resistências na interpretação da realidade. Desse modo, uma coisa é afirmar que o conceito reverbera a construção de uma representação e atua como um hábito que regula as ações frente ao devir. Contudo, é necessário entender a sua ligação com a realidade e, nesse sentido, o conceito atua conforme a evolução da própria interpretação das coisas do mundo. Frente a isso, entende-se que o conceito se ajusta aos discursos de comando e de poder, assim o conceito se efetiva em uma programação de sentido, até que novas descobertas, novas percepções, novas interpretações tenham forças para romper com a sua resistência sociocognitiva.

Os sistemas de sentido que modelam o conhecimento promovem a semelhança entre “[...] os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas” (Foucault, 2015, p. 47), os quais impulsionam mecanismos que buscam definir regularidades, como ordem, correlações, posições e funcionamentos e transformações. Trata-se de uma convenção, ou melhor, de uma formação discursiva, aplicando-se, nessa instância, “[...] palavras demasiadamente carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como ciência, ou ideologia, ou teoria, ou domínio de objetividade” (Foucault, 2015, p. 47).

Consequentemente, as regras de formação discursiva se equivalem à submissão dos elementos que permeiam essa repartição, sendo estes objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas. Assim, entende-se que as regras de formação são “[...] condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (Foucault, 2015, p. 47).

Desse modo, as unidades discursivas representam a unidade dos conceitos em alguns casos; como em outros, a sua diversidade de sentido, visto que “o discurso é algo inteiramente diferente do lugar em que vêm se depositar e se superpor, como em

uma simples superfície de inscrição, objetos que teriam sido instaurados anteriormente” (Foucault, 2015, p. 52).

O jogo de conceitos, de todo modo, “[...] não obedece a condições tão rigorosas: sua história não é, pedra por pedra, a construção de um edifício”, além disso os sistemas conceituais apresentam sempre uma organização própria, mais voltado para as regras internas dos sistemas do que propriamente sua condição de mediador da realidade (Foucault, 2015, p. 67).

Com isso, sua articulação não evita a permanência dos problemas, sejam eles atrelados à continuidade da tradição, sejam vinculados aos mecanismos das influências político-histórico-social-científicas (Foucault, 2015, p. 67). No entanto, não é fácil encontrar leis naturais dos conceitos que desse conta “[...] da emergência sucessiva ou simultânea dos conceitos discordantes”, por isso “antes de querer repor os conceitos em um edifício dedutivo virtual, seria necessário descrever a organização do campo de enunciados em que aparecem e circulam” (Foucault, 2015, p. 67).

Nesse aspecto, Foucault (2015, p. 75) define que:

[...] as regras de formação dos conceitos, qualquer que seja sua generalidade, não são o resultado, depositado na história e sedimentado na espessura dos hábitos coletivos, de operações efetuadas pelos indivíduos; não constituem o esquema descarnado de todo um trabalho obscuro, ao longo do qual os conceitos se teriam mostrado através de ilusões, preconceitos, erros, tradições. O campo pré-conceitual deixa aparecerem as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos, e, em seguida, mais além ainda, a abundância desses temas, dessas crenças, dessas representações às quais nos dirigimos naturalmente quando fazemos a história das ideias.

Nesse rumo, a história dos conceitos pode revelar que o conhecimento não deve ser tratado como caixas de conteúdos exuberantes, como grandes porções de riquezas acumuladas por grandes reinos, impérios ou instituições; o conhecimento é do povo, das ruas, dos guetos, dos caminhos obscuros e encobertos. O conhecimento pertence a quem o busca, o usa, o transforma e o recria, portanto os conceitos não são ideias atômicas que abrem os grandes baús do éden dos documentos; o conhecimento é, ou seja, ele não está; ele se realiza e se recria, não é um simples instrumento de consulta.

A abordagem histórica da configuração dos conceitos pode contribuir para compreender a evolução social e a construção dos aspectos culturais e políticos inerentes a aplicação dos atributos. Assim, a convergência entre a substância, o

discurso e a historicidade podem demonstrar como o conceito reflete a compreensão cognitiva da formação social da representação da realidade.

Em se tratando dos aspectos históricos atrelados à forja dos conceitos, Koselleck (2020, p. 9) declara que “conceitos contêm, mas não têm história”, ou seja, “[...] um conceito social e político possui uma natureza singular e única, e dirige-se a um estado de coisas igualmente singular e único”, logo acresce-se que “[...] como apreensão e conformação linguística de um conjunto de fenômenos situados numa circunstância histórica particular -, um conceito não está sujeito a mudanças”.

Como premissa dessa afirmação, há o fator de que “uma formação conceitual registra e forja simultaneamente, no plano da linguagem, um determinado contexto de experiências, um determinado estado de coisas localizado num tempo e num espaço específicos” (Koselleck, 2020, p. 9). Desse modo, no que tange à natureza histórica, “[...] um conceito não seria passível de mudança”, pois isso implica “[...] uma espécie de cristalização linguística que permite apreender e conformar certas experiências, mas permanece preso à especificidade histórica destas experiências e tende a desaparecer com elas” (Koselleck, 2020, p. 10).

Por outro lado, “[...] o vocabulário conceitual – no qual se condensam e se concentram os significados que um dado conceito abrigou em si – pode ser objeto de reapropriações, releituras, reocupações e reinvenções”, isso permite refletir que “uma mesma palavra pode ser portadora de novos conceitos, tornando-se suporte de novos significados, estes últimos, por sua vez, referidos a novo porte de novos significados” (Koselleck, 2020, p. 10).

Essa abordagem histórica ensina que o conceito é uma singularidade, por isso ele é consistente e resistente em sua essência. Por outro lado, o recurso linguístico que o identifica é passível de evolução, conseqüentemente nessa combinação que a mesma nomenclatura aponta faces singulares de um conceito demonstrando que em cada momento ele era uno, mesmo que suas características tenham se moldado às necessidades de interação, representação e mediação da realidade. Um bom exemplo disso é o conceito de democracia. Embora a nomenclatura *democracia* tenha representado conceitos muito semelhantes ao longo da história, a democracia ateniense não é o mesmo conceito que a democracia brasileira do século XXI.

Ainda sobre esses fatores, “[...] significados que, certa feita, fizeram parte de um vocabulário conceitual podem sobreviver à formulação conceitual a que estiveram originalmente associados” (Koselleck, 2020, p. 10). Com isso, “podem ser objeto de

um processo diacrônico de mediação semântica e, desse modo, podem ser relidos e aplicados a circunstâncias históricas distintas”, o que geraria “[...] movimento que envolve simultaneamente preservação e transformação, continuidade e invenção, permanência e reformulação” (Koselleck, 2020, p. 10).

Nesse aspecto, a atuação da semiótica é significativa, pois a relação do signo com o objeto e o modo como afeta o interpretante promove uma semiose, a qual conduz a formação de um hábito. Desse modo, a evolução do conceito está relacionada à aplicação das categorias fenomenológicas secundidade e terceiridade. Essa aplicação permite que o interpretante acolha as novas informações e argumentos reajustando sua definição. No entanto, é possível salientar o conceito como hábito, sob o qual se realiza uma conduta, assim o pragmatismo pode evidenciar a conduta de um hábito conforme o período, os grupos, a cultura, a sociedade e os elementos éticos e lógicos presentes na configuração das semioses.

Isso promove a discussão de que “[...] uma formação conceitual, apesar de sua natureza singular e única, não pode ser concebida como uma espécie de mônada que, fechada em si mesma, conteria apenas aqueles sentidos que sua época lhe conferiu” (Koselleck, 2020, p. 11). Desse modo, “[...] um conceito, pelo menos potencialmente, conteria em si diferentes camadas de significado, diacronicamente escalonadas”, assim “tais significados seriam o resultado dos processos de mediação, recepção, apropriação e reinvenção de sentidos, associados a formações conceituais do passado” (Koselleck, 2020, p. 11).

Sob à perspectiva dos modais de existência, o conceito é constituído de elementos virtuais, atuais, reais e potenciais. Com isso, há fatores de intensividade e extensividade. Esses fatores de intensividade são realizados, pois sua somatória determina a complexidade de seus atributos. Por seu turno, os fatores de extensividade são flexíveis conforme o contexto de aplicação e interpretação, por isso, a depender da aplicação, os conceitos podem ser virtuais, ou potenciais, visto que, sob a extensividade, sempre são atualizados.

Esses fatores levam a entender que “[...] uma história dos conceitos é inseparável da premissa de que as mudanças nos estados de coisas e as mudanças nos usos linguísticos e nos modos de falar nunca são inteiramente coincidentes” (Koselleck, 2020, p. 11). De fato, “a singularidade do novo e da inovação não se dá no vazio, e sua abordagem exigiria uma perspectiva intelectual”, já que o vocabulário conceitual e os sentidos incorporados têm “[...] uma sobrevida, graças à qual tais

sentidos tanto podem interpelar o presente quanto podem por ele ser interpelados” (Koselleck, 2020, p. 12).

Outrossim, é importante evidenciar que “[...] aquilo que se diz num dado momento sobre um determinado estado de coisas nunca coincide por inteiro com este estado de coisas e, por isso, contém mais e/ou menos do que está dado na experiência concreta” (Koselleck, 2020, p. 12). Com isso, “[...] graças a essa não coincidência e a essa tensão entre palavra e coisa, entre conceito e realidade extralinguística, torna-se possível pensar a interdependência e a autonomia” tanto no plano do próprio conhecer, quanto no plano do conhecimento (Koselleck, 2020, p. 12).

Os conceitos ao mesmo tempo são constituídos por narratividades e eles próprios contribuem para que a humanidade construa a narratividade acerca dos objetos, fenômenos, fatos e eventos. Assim sendo, “sem formações sociais e sem os conceitos com os quais tais formações – de modo reflexivo ou autorreflexivo – tentam definir e vencer os desafios que se lhe apresentam, não existe história”, ou seja, “[...] na ausência de ambos os fatores, esta não pode ser objeto nem de experiência nem de interpretação, nem de representação nem de narração” (Koselleck, 2020, p. 19), por isso linguagem e sociedade são pressupostos basilares para o estudo da história, da historiografia, da epistemologia e da formação do conhecimento.

Na forja dos conceitos, “nem a conceituação linguística consegue dar conta daquilo que ocorre ou daquilo que de fato aconteceu, nem o acontecimento se dá sem que seja transformado por sua elaboração linguística” (Koselleck, 2020, p. 20). Diante disso, “aquilo que acontece entre as pessoas, ou seja, socialmente, e aquilo que é dito nesta ocorrência, ou sobre ela, gera uma diferença autopropulsora que impede qualquer *histoire totale*”, isto é, “relações sociais, conflitos, suas soluções e seus pressupostos mutáveis nunca coincidem com as articulações linguísticas, em virtude das quais as sociedades agem, se compreendem, interpretam, mudam e se reconfiguram” (Koselleck, 2020, p. 20).

Nesse aspecto, “nenhuma atividade social, nenhuma querela política, nenhuma transação econômica são possíveis sem diálogo, sem reuniões de planejamento, sem debate público ou acordo secreto, sem ordem [...]”, portanto “todo acontecer social, em suas múltiplas conexões, se baseia num trabalho comunicativo prévio e no trabalho da mediação linguística” (Koselleck, 2020, p. 21).

Por isso, é importante salientar que a linguagem, os acontecimentos e os conceitos não podem ser interpretados como idênticos em sua equivalência, mas, sim,

que sua equivalência é um processo semiótico, direcionado à representação e à mediação, visto que “sempre existe uma diferença entre uma história que acontece e sua viabilização linguística. Nenhum ato de fala já é o próprio ato que ele ajuda a preparar, desencadear e executar”, pois “as regras escritas de uma organização e as formas orais com que são implementadas não são idênticas à ação e à eficácia da organização em si” (Koselleck, 2020, p. 21).

Na constituição do conhecimento, por conseguinte dos aspectos que envolvem sua representação e organização, destaca-se que “a distinção analítica entre os níveis de ação extralinguístico e linguístico adquire qualidade de uma precondição antropológica”, as quais são basilares para sistematização do conhecimento socializado, logo, sem elas, “[...] nenhuma experiência histórica pode ser transposta para afirmações cotidianas ou científicas” (Koselleck, 2020, p. 24).

A configuração de conceitos é social, pois é nas trocas que o conjunto informacional se revela, se ajusta e efetiva uma programação de compreensão. Desse modo, é através do discurso, compartilhado socialmente, que a significação se amplia frente aos sentidos produzidos nas interações. Nessa linha, toda produção de sentido e de significação necessita estar inserido em um contexto simbólico, o qual se configura pela interferência social no processo cognitivo, já que a mente social acompanha esses modelos.

Portanto, a configuração exemplar de um conceito é a consolidação de um modelo social que reflete na conformação de um modelo cognitivo que responde à programação dos conceitos. Sua camada histórica é cerceada pelas ações de época, já que os costumes viabilizam hábitos; hábitos consolidam a conduta; a conduta estabelece parâmetros de modelização discursiva; e os discursos ajustam a programação a ser aplicada socialmente.

Nesse processo, “[...] a linguagem se converte no fator primário, sem o qual nenhuma lembrança e nenhuma transposição científica dessa lembrança seriam possíveis”, o que implica afirmar que “a primazia antropológica da linguagem na representação da história transcorrida adquire, assim, um *status* epistemológico” (Koselleck, 2020, p. 24). Desse modo, “somente as fontes linguísticas permitem definir qual parte do passado deve ser atribuída àquilo que de fato aconteceu e qual corresponde ao que linguisticamente aconteceu” (Koselleck, 2020, p. 25).

Sobre os aspectos inerentes à forja dos conceitos, destaca-se que “[...] a história dos conceitos tematiza um vínculo análogo entre o discurso vocalizado, no

plano sincrônico, e a linguagem previamente dada e sempre efetiva, no plano diacrônico” (Koselleck, 2020, p. 28). Com isso, evidencia-se que “é possível cunhar um novo conceito capaz de verbalizar experiências ou expectativas inéditas, mas este nunca pode ser tão novo a ponto de não residir virtualmente na linguagem previamente dada e não extrair seu sentido do contexto linguístico herdado” (Koselleck, 2020, p. 28).

Esse posicionamento demonstra que conceitos são ajustados na forja social e contextual, primado na matéria linguagem a qual lhe dá forma, e seu conteúdo é construído pela intersecção de discursos, assim permite-lhe modelizar o conhecimento através das práticas, das cenas, das dinâmicas, dos cenários, das estratégias e da maneira como as relações humanas se realizam.

Conceitos, conhecimento e realidade estão em uma conexão intrínseca, porém não sincronizados em tempo real. A linguagem é uma espécie de interface que conecta esses três fundamentos, por isso atua conforme as ações, as percepções e as representações, ou seja, “a realidade pode ter mudado muito antes de a transformação ser conceitualizada, assim como a criação de conceitos pode ter desencadeado a nova realidade” (Koselleck, 2020, p. 35).

Os conceitos “[...] apresentam uma estrutura temporal interna que é diferente dos eventos que ou ajudam a provocar ou devem apreender” (Koselleck, 2020, p. 51). Nesse interim, a linguagem atua de forma semântica e pragmática, enquanto a pragmática se faz presente nas ações que afetam a sistematização de conceitos, promovendo sua ampliação e renovação; a semântica “[...] permanece integrada ao seu emprego argumentativo” (Koselleck, 2020, p. 63). As duas vertentes da linguagem correlacionadas ativam as informações do contexto, o qual assume um importante papel na regulação dos conceitos, visto que, sem o contexto, “[...] nenhum significado de uma palavra individual pode ser transmitido” (Koselleck, 2020, p. 63).

Os conceitos são modelados consoante o estado de coisas extraconceitual, pois “[...] aquilo que pode e tem que ser conceituado reside fora dos conceitos. Toda semântica remete para além de si mesma, ainda que a apreensão e a experiência de qualquer campo de objetos não sejam possíveis sem a performance semântica” (Koselleck, 2020, p. 68). Frente a isso, “[...] a linguagem incorpora – ativamente – o estado de coisas e todos os dados de cunho extralinguístico”, conseqüentemente “[...] sem conceitos não há experiência e sem experiência não há conceitos” (Koselleck, 2020, p. 69).

Por isso, a semântica não é suficiente para tratar os conceitos e sua sistematização, visto que a organização de conceitos não se restringe à compatibilidade linguística, mas, sim, consoante a conexão entre as coisas do mundo. Diante disso, a hermenêutica pode contribuir na verificação e validação dos conjuntos conceituais, mas é a semiótica que possui aparato teórico e metodológico para tratar dessas vertentes que perfazem a existência de um conceito, como construto mental, bem como instrumentalização de representação e interação.

Ademais, enfatiza-se que “a linguagem é tanto receptiva quanto produtiva; ela registra e, ao mesmo tempo, é um fator da percepção, do conhecimento e do saber”, ou seja, “nenhuma realidade se deixa reduzir à sua interpretação e à sua figuração linguística, mas sem essas performances linguísticas não existe – pelo menos para nós – qualquer realidade” (Koselleck, 2020, p. 69).

Dessa forma, Koselleck (2020, p. 69-70) aponta quatro situações de correlação entre conceito, linguagem e o estado das coisas:

Primeira: o significado de uma palavra e o estado das coisas que ela apreende permanecem iguais, tanto sincrônica quanto diacronicamente.

Segunda: o significado de uma palavra permanece o mesmo, mas o estado das coisas muda: Esquiva-se do significado antecedente. A realidade em transformação precisa, portanto, ser apreendida e conceituada de um novo modo.

Terceira: muda o significado de uma palavra, mas a realidade que ela apreendeu antes permanece a mesma. A semântica em transformação precisa, portanto, encontrar novas formas de expressão linguística para fazer jus à realidade.

Quarta: estado de coisas e significado das palavras desenvolvem-se de forma inteiramente divergente, de modo que a anterior correspondência não pode mais ser compreendida. Apenas o método histórico-conceitual permite averiguar que realidade foi apreendida antes, com que conceito e de que modo.

Acrescenta-se a esses aspectos, a concepção de que “[...] é extremamente raro que significados das palavras e estado das coisas correspondam de forma duradoura uns aos outros, e mais raro ainda que mudem homogênea e paralelamente” (Koselleck, 2020, p. 70). Por outro lado, “certamente existe um grande grupo de significados de palavras e de estado de coisas que permanecem iguais ao longo dos séculos” (Koselleck, 2020, p. 70). Portanto, os conceitos contêm “[...] diferentes estratos de tempo; seus significados têm durações diferentes” (Koselleck, 2020, p. 99).

Os conceitos e suas histórias são articulações de representação da realidade e do estado das coisas, como também são modelações mentais de como essa

realidade se compõem e como ativam as suas funcionalidades. Com isso, os conceitos são articuladores de experiências e expectativas, gerando um embate entre aspectos objetivos e subjetivos, intrínsecos a fatores de aprendizagem e cognição, ou seja, gera impactos internos, envolvendo emoções, ações e lógica e, assim, configurando condutas externas para que o conhecimento individual seja validado frente ao conhecimento historicamente construídos e às expectativas da sociedade.

Os fatores históricos estão acompanhados dos métodos hermenêuticos de reconhecimento das informações construídas ao longo da história. Os conceitos, nessa abordagem, são demonstradores de camadas discursivas sobre um mesmo objeto, porém de adaptações diferentes em sua programação, portanto a visão histórica sobre o conceito demonstra que os objetos da realidade sofrem novas definições porque estão sempre suscetíveis a novas interpretações e a descobertas.

Ao abordar o processo social-psicológico, é evidente a importância dos aspectos sociocognitivos para a construção do conceito, sobretudo acerca da sua capacidade de capsular um conjunto vasto de informação na representação e mediação da realidade. Sob esse aspecto, destaca-se que “[...] a atividade cognitiva não se limita ao uso de instrumentos ou signos” (Vigotsky, 2007, p. 55), pois há a presença da interação social para o desenvolvimento da mente. Além disso, “a diferença mais essencial entre signo e instrumento, e a base da divergência real entre as duas linhas, consiste nas diferentes maneiras com que eles orientam o comportamento humano” (Vigotsky, 2007, p. 55), aspectos que envolvem o simbólico às práticas sociais de interação, troca, compartilhamento, parcimônia e sensibilização.

Nessa linha, a função cognitiva do instrumento é “[...] servir como um condutor da influência humana sobre o objeto da atividade; ele é orientado externamente; deve necessariamente levar a mudanças nos objetos” (Vigotsky, 2007, p. 55). Dessa maneira, “constitui um meio pelo qual a atividade humana externa é dirigida para o controle e domínio da natureza” (Vigotsky, 2007, p. 55). Essa troca externa demonstra a inspeção da mente sobre o mundo para poder filtrar as informações e construir a realidade. Nesse processo, os conceitos são expoentes do mundo externo que se ajustam à organização do mundo interno da mente.

Por outro lado, o signo “[...] não modifica em nada o objeto da operação psicológica”, o que implica constituir “[...] um meio da atividade interna dirigido para o controle do próprio indivíduo; o signo é orientado internamente” (Vigotsky, 2007, p. 55). Portanto, “essas atividades são tão diferentes uma da outra, que a natureza dos

meios por elas utilizados não pode ser a mesma” (Vigotsky, 2007, p. 55), contudo são complementares.

Com isso, elementos internos e externos, objetivos e subjetivos efetivam a construção do conhecimento humano. Nesse propósito, “o desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie e assim deve ser entendido” (Vigotsky, 2007, p. 62). Por isso, o método dialético entre humanos e instrumentos da realidade é fundamental para acomodar as possibilidades de assimilação, então “a abordagem dialética, admitindo a influência da natureza sobre o homem, afirma que o homem, por sua vez, age sobre a natureza e cria, através das mudanças nela provocadas, novas condições naturais para sua existência” (Vigotsky, 2007, p. 62).

O conhecimento se desenvolve decorrente combinação de desenvolvimento e aprendizagem. Vigotsky (2007, p. 89) defende que “[...] o aprendizado segue a trilha do desenvolvimento e que o desenvolvimento sempre se adianta ao aprendizado”. Desse modo, “[...] o desenvolvimento ou a maturação é visto como uma pré-condição do aprendizado, mas nunca como resultado dele” (Vigotsky, 2007, p. 89). Sendo assim, “[...] o processo de aprendizado está completa e inseparavelmente misturado com o processo de desenvolvimento” e, dessa maneira, o processo de aprendizado é inerente à formação de hábitos. Com isso, entende-se que a formação dos conceitos é um processo cognitivo que se efetiva conforme a maturação da mente, por conseguinte o processo de especificar e refinar o conhecimento demanda das possibilidades sociocognitivas frente às experiências.

Nessa abordagem, “[...] não existe melhor maneira de descrever a educação do que considerá-la como organização dos hábitos de conduta e tendências comportamentais adquiridos” (Vigotsky, 2007, p. 89). O conhecimento é sistematizado por conceitos, os quais viabilizam unidades de conhecimento organizadas em discursos produzidos socialmente, os quais evidenciam a substância do conhecimento, conseqüentemente esse conhecimento precisa ser adquirido e acomodado nos princípios subjetivos de um indivíduo, logo é inserido em processos de aprendizagem, o que implica dizer que conhecer os limites e possibilidades de conceitos é adquirir hábitos.

Outrossim, “[...] a mente não é uma rede complexa de capacidades gerais como observação, atenção, memória, julgamento etc.”, ao contrário, trata-se de “[...] um conjunto de capacidades específicas, cada uma das quais, de alguma forma,

independe das outras e se desenvolve independentemente” (Vigotsky, 2007, p. 92). Nessa perspectiva, “o aprendizado é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas” (Vigotsky, 2007, p. 92).

O indivíduo, durante o processo de aquisição do conhecimento, “[...] desenvolve várias capacidades de focalizar a atenção sobre várias coisas”, por conseguinte “[...] um treino especial afeta o desenvolvimento global somente quando seus elementos, seus materiais e seus processos são similares nos vários campos específicos; o hábito nos governa” (Vigotsky, 2007, p. 93). Portanto, “[...] o desenvolvimento da consciência é o desenvolvimento de um conjunto de determinadas capacidades independentes ou de um conjunto de hábitos específicos” (Vigotsky, 2007, p. 93).

O corpo e a verbalização são proeminentes para a simbolização do conceito em relação ao eu (subjetivo) e o outro/ele (objetivo), consequentemente “a relação entre o uso do instrumento e a fala afeta várias funções psicológicas, em particular a percepção, as operações sensório-motoras e a atenção” as quais, cada qual a seu modo, “[...] é parte de um sistema dinâmico de comportamento” (Vigotsky, 2007, p. 21).

O sensível é fundamental para a compreensão do externo e, através dele, o objetivo ganha sentido e pode ser transmitido, tendo em vista que “o papel da linguagem na percepção é surpreendente, dadas as tendências opostas implícitas na natureza dos processos de percepção visual e da linguagem” (Vigotsky, 2007, p. 23). Enquanto “elementos independentes num campo visual é integral”; a linguagem “[...] requer um processamento sequencial” (Vigotsky, 2007, p. 23). Portanto, “os elementos, separadamente, são rotulados e, então, conectados numa estrutura de sentença, tornando a fala essencialmente analítica” (Vigotsky, 2007, p. 23).

A própria construção estrutural de uma língua e a articulação de frases, sentenças e proposições que constroem os enunciados são programações decorrentes das experiências com o social. A linguagem articulada para uma interação subjetiva é resultado de modelos sociais de construção, bem como a representação da informação. Embora percorra modelos objetivos, segue parâmetros convertidos nas trocas e na sistematização de grupos que possuem o poder de definir a programação. A individualidade pode ser conduzida pela subjetividade na sistematização e percepção do integral, assim como a organização do sequencial,

contudo os modelos externos são capazes de padronizar as ações e reações frente ao objetivo.

O hábito efetiva na mente a condição de continuidade, assim “a atividade futura, que pode ser incluída na atividade em andamento, é representada por signos”, conseqüentemente “como no caso da memória e da atenção, a inclusão de signos na percepção temporal não leva a um simples alongamento da operação no tempo; mais do que isso, cria as condições para o desenvolvimento de um sistema único” (Vigotsky, 2007, p. 29). Em decorrência, “essa incorporação, característica dos seres humanos, tem o significado de uma forma inteiramente nova de comportamento”, visto que “a diferença essencial entre esse tipo de comportamento e as funções elementares será encontrada nas relações entre os estímulos e as respostas de cada um deles” (Vigotsky, 2007, p. 33).

Não obstante, “[...] as origens das formas superiores de comportamento consciente deveriam ser achadas nas relações sociais que o indivíduo mantém com o mundo exterior”, todavia o ser humano “[...] não é apenas um produto de seu ambiente, é também um agente ativo no processo de criação deste meio” (Vigorskii, 2017, p. 25). A mente origina-se na sociedade, visto que a “[...] atividade intelectual em diferentes culturas poderia produzir informações importantes acerca da origem e da organização do funcionamento intelectual do homem”, isto é, “[...] se as pessoas que crescem sob circunstâncias culturais diversas serão diferentes no que tange às capacidades intelectuais básicas que desenvolverão quando adultas” (Vigorskii, 2017, p. 39).

Diante disso, “novas experiências e novas ideias mudam a maneira de as pessoas usarem a linguagem, de forma que as palavras se tornam o principal agente da abstração e da generalização”, contudo “os processos de abstração e generalização não são invariáveis em todos os estágios do desenvolvimento socioeconômico e cultural” (Vigorskii, 2017, p. 52). Outrossim, “[...] se as pessoas agrupam os objetos e definem as palavras com base em experiências práticas, poder-se-ia esperar que a conclusão que tiram de uma premissa dada em problema lógico dependeria também de sua experiência prática imediata” (Vigorskii, 2017, p. 52). A experiência depende de como o externo afeta o interno.

Diferentemente, “a presença de conceitos teóricos gerais, aos quais estão subordinados outros mais práticos, cria um sistema lógico de códigos”, por conseguinte “à medida que o pensamento teórico se desenvolve, o sistema torna-se

cada vez mais complicado” (Vigorskii, 2017, p. 53). Isso revela que “além das palavras, que assumem uma estrutura conceitual complexa, e das sentenças, cuja estrutura lógica e gramatical permite que funcionem como base do juízo” (Vigorskii, 2017, p. 53). Portanto, há um sistema que também inclui “[...] expedientes lógicos e verbais mais complexos que lhe permite realizar as operações de dedução e inferência, sem nexo de dependência com a experiência direta” (Vigorskii, 2017, p. 53).

Ademais, é válido enfatizar que “o material sensorial e a palavra são partes indispensáveis à formação do conceito”, já que “a relação entre o conceito e a realidade continua inexplorada; aborda-se o significado de uma determinada palavra através de uma outra, e o que quer que se descubra por meio dessa operação é antes um registro” (Vygotsky, 2008, p. 66), que estabelece a relação na mente. Mais uma vez, destaca-se o sensível como acesso primeiro à indicação daquilo que é abstrato, pois a mente necessita do concreto para poder se organizar.

Além disso, é fundamental ter em consideração que “[...] um conceito não é uma formação isolada, fossilizada e imutável, mas sim uma parte ativa do processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução de problemas” (Vygotsky, 2008, p. 67). Dessa forma, entende-se que “[...] a formação dos conceitos é um processo criativo, e não um processo mecânico e passivo”, ou seja, “[...] um conceito surge e se configura no curso de uma operação complexa, voltada para a solução de algum problema”, além de que “[...] só a presença de condições externas favoráveis a uma ligação mecânica entre a palavra e o objeto não é suficiente para a criação de um conceito” (Vygotsky, 2008, p. 68).

Outrossim, “[...] a formação de conceitos não segue o modelo de uma cadeia associativa, em que um elo faz surgir o seguinte” (Vygotsky, 2008, p. 68). Longe disso, “[...] trata-se de um processo orientado para um objetivo, uma série de operações que servem de passos em direção a um objetivo final”, isto é, “a memorização de palavras e a sua associação com os objetivos não leva, por si só, à formação de conceitos” (Vygotsky, 2008, p. 68), pois a formação do conceito em uma mente depende da sua interação, experiência e desenvolvimento criativo de alternativas para agir diante da situação, ou seja, compreender um conceito não é simplesmente saber descrevê-lo, mas, sim, saber ser e atuar na resolução de suas propriedades.

A formação de conceitos é “[...] o resultado de uma atividade complexa, em que todas as funções intelectuais básicas tomam parte” (Vygotsky, 2008, p. 72). Assim, deve-se compreender as “[...] relações intrínsecas entre as tarefas externas e a

dinâmica do desenvolvimento”, como também “[...] considerar a formação de conceitos como uma função do crescimento social e cultural global”, pois são fatores determinantes para afetar “[...] não apenas o conteúdo, mas também o método de seu raciocínio” (Vygotsky, 2008, p. 73).

Frente a isso, Vygotsky (2008, p. 79) aponta como elementos operacionais na formação do conceito:

[...] a imagem sincrética que leva à formação de “amontoados” baseia-se em conexões vagas e subjetivas, confundidas com as conexões verdadeiras entre os objetos; o complexo associativo apoia-se em semelhança ou em outras conexões necessárias entre as coisas; ao nível da percepção; o complexo de coleções baseia-se nas relações entre os objetos observados na experiência prática. Poderíamos afirmar que o complexo de coleções é um agrupamento de objetos com base em sua participação na mesma operação prática – em sua cooperação funcional.

Ainda sobre o processo de formação dos conceitos, destaca-se que “[...] novos fenômenos ou objetos são designados em função de atributos que não lhes são essenciais, de modo que o nome não expressa a verdadeira natureza da coisa nomeada”, ou seja, “[...] um nome nunca é um conceito quando aparece pela primeira vez, em geral é, a um só tempo, muito limitado e muito amplo” (Vygotsky, 2008, p. 92).

A jornada de formação de conceitos evidencia uma luta incessante como resultado, o qual está presente “[...] no âmbito da língua em desenvolvimento, entre o pensamento conceitual e o legado do pensamento primitivo por complexos” (Vygotsky, 2008, p. 93). Com isso, “o nome criado por um complexo, com base em um atributo, entra em conflito com o conceito que passou a representar” (Vygotsky, 2008, p. 93). Consequentemente, em traços psicológicos e cognitivos, “[...] entre o conceito e a imagem que deu origem ao nome, a imagem gradualmente desaparece; desaparece da consciência e da memória, e o significado original da palavra é finalmente obliterado” (Vygotsky, 2008, p. 93).

No processo de forja do conceito, “ao nomear um objeto por meio de um tal conceito pictórico, o homem relaciona-o a um grupo que contém um certo número de outros objetos” (Vygotsky, 2008, p. 93). Dessa forma, “[...] o processo de criação da linguagem é análogo ao processo de formação dos complexos no desenvolvimento intelectual” (Vygotsky, 2008, p. 93). Nesse aspecto, “[...] um conceito é mais do que a soma de certas conexões associativas formadas pela memória, é mais do que um simples hábito mental; é um ato real e complexo de pensamento” (Vygotsky, 2008, p. 104).

Portanto, como define Vygotsky (2008, p. 116):

Parece-nos óbvio que um conceito possa submeter-se à consciência e ao controle deliberado somente quando começa a fazer parte de um sistema. Se consciência significa generalização, a generalização, por sua vez, significa a formação de um conceito supraordenado que inclui o conceito dado como um caso específico. Um conceito supraordenado implica a existência de uma série de conceitos subordinados, e pressupõe também uma hierarquia de conceitos de diferentes níveis de generalidade. Assim, o conceito dado é inserido em um sistema de relações de generalidade.

Sendo assim, observa-se que a formação de um conceito envolve, na natureza de sua formação, aspectos inerentes à fenomenologia e à metafísica. Somado a isso, a viabilização do conteúdo de um conceito ocorre na materialização de um discurso, assim elementos hermenêuticos fundamentam a sua significação, aplacando os atributos que o formam e aqueles que foram agregados ao longo da história. De todo modo, reconhece-se que um ponto fundamental, para que o conceito seja um construto mental e, de fato, exerça sua função de capsular o conhecimento, é a sua capacidade de existência e persistência no processo cognitivo.

Para Murphy (2002, p.1, tradução livre), “os conceitos são a cola que mantém nosso mundo mental unido”, ou seja, os eventos praticamente não se repetem, contudo a generalidade dos fenômenos contribui para manter a unidade, no mundo real ou no estado das coisas, pois “[...] as coisas geralmente são semelhantes a coisas que já conhecemos, muitas vezes exemplificando uma categoria com a qual estamos familiarizados” (Murphy, 2002, p.1, tradução livre).

Desse modo, “se tivermos formado um conceito (uma representação mental) correspondente a categoria (a classe de objetos no mundo), então o conceito nos ajudará a compreender e a responder adequadamente a uma nova entidade nessa categoria” (Murphy, 2002, p.1, tradução livre). Com isso, os conceitos podem ser compreendidos como “[...] uma cola mental, na medida em que ligam as nossas experiências passadas às nossas interações atuais com o mundo, porque os próprios conceitos estão ligados às nossas estruturas de conhecimento mais ampla” (Murphy, 2002, p.1, tradução livre).

Os conceitos já assimilados por uma mente “[...] incorporam muito do nosso conhecimento de mundo, dizendo-nos quais coisas existem e quais propriedades elas possuem” (Murphy, 2002, p. 1, tradução livre), portanto a habilidade de identificar os seres é uma grande conquista intelectual, pois acelera o processo de aprendizagem, desempenho e desenvolvimento graças à experiência acumulada, evitando, assim,

que seja necessário recomeçar constantemente de um marco zero. A experiência acumulada devido à complexidade conceitual que constitui uma mente permite a realização de inferências no devir, como ações deliberadas.

Conceitos são “[...] onipresentes em diferentes populações e idades – é difícil ver como qualquer criatura inteligente poderia viver sem eles” (Murphy, 2002, p. 3, tradução livre). A comunicação se efetiva através de conceitos, visto que “quando falamos, estamos tentando comunicar ideias sobre objetos, pessoas e eventos que acontecem ao nosso redor”, além disso também é manifestado no discurso “como entendemos esses objetos, pessoas e eventos por meio de conceitos”, por isso “[...] nossos significados de palavras e frases devem entrar em contato com representações conceituais” (Murphy, 2002, p. 3, tradução livre).

Ainda nessa perspectiva, “não é de surpreender que muitas propriedades dos conceitos sejam encontradas no significado e no uso das palavras, sugerindo que os significados são representados psicologicamente através do sistema conceitual” (Murphy, 2002, p. 3, tradução livre). Os conceitos “[...] podem ter uma grande variedade de formas e conteúdos, e isso é parte do que tornou o campo tão complexo”, visto que “entre diferentes pessoas, níveis de experiência com a categoria, tarefas e domínios, os conceitos podem variar de múltiplas maneiras” (Murphy, 2002, p. 3, tradução livre), por conseguinte os conceitos estabelecem categorias e promovem ativações cognitivas que permitem a execução de inferências que possibilitam o desenvolvimento de ações e a resolução de atividades.

Conforme aponta Machery (2009, p. 4, tradução livre), em psicologia, os conceitos são caracterizados como “[...] corpos de conhecimento armazenados na memória de longo prazo”. Por conseguinte “[...] são usados à revelia nos processos subjacentes à maioria, senão a todas, das competências cognitivas superiores, quando esses processos resultam em julgamentos sobre os referentes desses conceitos” (Machery, 2009, p. 4, tradução livre).

Ademais, “as teorias dos conceitos tentam descrever o conhecimento armazenado nos conceitos, o formato dos conceitos, os processos cognitivos que utilizam os conceitos, a aquisição dos conceitos e a localização de conceitos no cérebro” (Machery, 2009, p. 4, tradução livre). Dessa maneira, frente à possibilidade de fazê-lo, “[...] podem explicar as propriedades das competências cognitivas superiores das pessoas” (Machery, 2009, p. 4, tradução livre).

Margolis e Laurence (1999, p. 3, tradução livre) afirmam que “os conceitos são as construções mais fundamentais nas teorias da mente. Dada a sua importância para todos os aspectos da cognição, não é surpresa que os conceitos suscitem tantas controvérsias na filosofia e na ciência cognitiva”. Nesse aspecto, Margolis e Laurence (1999, p. 3, tradução livre) defendem que “devido ao âmbito das questões em jogo, é inevitável que surjam algumas disputas a partir de visões radicalmente diferentes sobre o que uma teoria dos conceitos deve alcançar”.

Nesse interim, Margolis e Laurence (1999, p. 4, tradução livre) destacam que “por diversas razões, a maioria das discussões sobre conceitos centrou-se em conceitos lexicais”, já que “uma razão para o interesse em conceitos lexicais é que é comum pensar que palavras em línguas naturais herdaram seus significados dos conceitos” e isso basta para se expressar. Dessa forma, há discussões em que os conceitos são “[...] considerados apenas aquelas representações mentais expressas por palavras em línguas naturais” (Margolis; Laurence, 1999, p. 4, tradução livre) fator que reduz o impacto cognitivo na configuração do conceito complexo.

Esses apontamentos da área da psicologia contribuem para analisar a dificuldade herdada por tradições sobre o estudo do conceito e da linguagem, já que por muito tempo, linhas epistemológicas tratavam a linguagem como construtora do conceito. A própria semiologia defendida por Saussure canaliza o significado ao conceito e, assim, efetivando uma construção mental, idealizada no plano linguístico, sem confrontos com o extralinguístico.

Diante disso, as teorias da psicologia corroboram a ratificação de que a construção de um conceito depende dos fatores externos e como estes promovem a experiência para que, através de processos cognitivos, a mente possa processar o entendimento sobre as coisas do mundo e, dessa forma, catalisar em construtos mentais, viabilizados por descrições e definições de seus atributos, como ainda a percepção e a interpretação de suas características e qualidades.

Contudo, há conceitos que são criados por necessidades de atributos para diferenciar comportamentos e condutas. Nessa configuração, “se um conceito é uma representação complexa construída a partir de características que codificam condições necessárias e suficientes para a sua aplicação”, então se constrói decorrente à sua montagem frente a uma necessidade (Margolis; Laurence, 1999, p. 10, tradução livre).

Portanto, “através da percepção, as propriedades sensoriais são monitoradas para que suas representações sejam unidas de uma forma que reflita contingências ambientais” (Margolis; Laurence, 1999, p. 10, tradução livre). Assim, “tendo notado a forma como estas propriedades se correlacionam em seu ambiente”, é possível configurar uma cena prática, por conseguinte é possível elaborar “[...] um conceito complexo que incorpora as características relevantes de tal forma que algo se enquadra no conceito novo e complexo, caso satisfaça essas características” (Margolis; Laurence, 1999, p. 10, tradução livre).

Nesse cenário, um conceito “[...] deve codificar uma quantidade considerável de informações sobre suas instâncias e exemplares”, contudo “[...] não deve incluir tanta informação que o conceito se torne difícil de manejar” (Margolis; Laurence, 1999, p. 29, tradução livre). Para Margolis e Laurence (1999, p. 29, tradução livre), a Teoria de Protótipos oferece uma solução que defende que “[...] um conceito deve codificar a distribuição de propriedades estatisticamente proeminentes em uma categoria”. Dessarte, ao representar essas propriedades, “[...] conceitos com estruturas de protótipo geram muito mais inferências do que representações clássicas”, ou melhor, “[...] eles trocam algumas inferências extremamente confiáveis por muitas inferências altamente confiáveis, embora falíveis” (Margolis; Laurence, 1999, p. 29, tradução livre).

Com isso, a formação do conceito no processo cognitivo exige percepção e inferências, portanto o raciocínio lógico é fundamental para a correlação das informações coletadas no processo de experiência e a assimilação, acomodação e ajustamento na constituição interna dessa mente. Essas atividades mentais exigem da lógica a conexão entre o conhecimento realizado e o contato com novas informações e com a experiência colateral.

Sobre a abordagem científica, Margolis e Laurence (1999, p. 44, tradução livre) afirmam que os conceitos são “[...] constituintes das crenças, isto é, as proposições são representadas por estruturas de conceitos”. Dessa forma, “teorias são estruturas mentais complexas que consistem em um domínio de fenômenos representados mentalmente e de princípios explicativos que os explicam” (Margolis; Laurence, 1999, p. 44, tradução livre).

Não obstante, “uma solução para o problema de identificar os mesmos conceitos em sistemas conceituais sucessivos e de individuar conceitos é analisá-los em relação às teorias nas quais estão inseridos” (Margolis; Laurence, 1999, p. 44,

tradução livre). Portanto, os conceitos “[...] devem ser identificados pelos papéis que desempenham nas teorias” (Margolis; Laurence, 1999, p. 44, tradução livre).

Assim sendo, os conceitos são estruturados quando inseridos em uma sistematização que configura sua relação com outros conceitos, dessa maneira um conceito que fundamenta uma teoria mentalmente incluirá outro conceito a fim de gerenciar suas propriedades e atributos de modo que se estabeleça a unidade mental.

Os conceitos são individuais, porém atuam em coletivo em prol de um cenário mental que venha estabelecer a congruência entre linguagem, cognição e realidade. Nesse aspecto, essa conexão entre os conceitos e a experiência é potencialmente geradora de inferência, pois as informações já estão incorporadas no conhecimento plural.

Em decorrência, “ao sustentar que os conceitos são individualizados pelos seus papéis nas teorias mentais, os teóricos da teoria podem vincular a sua explicação dos conceitos a uma teoria realista da categorização” (Margolis; Laurence, 1999, p. 47, tradução livre). Com isso, é possível abordar “[...] uma variedade de preocupações de desenvolvimento, caracterizando o desenvolvimento cognitivo em termos dos princípios relativos às mudanças teóricas na ciência” (Margolis; Laurence, 1999, p. 47, tradução livre).

2.1.3 Teoria do conceito e a organização do conhecimento

Na composição do arcabouço de apontamentos sobre a constituição do conceito, é válido destacar áreas que aplicam o conceito como ferramenta de organização do conhecimento a fim de reconhecer os fundamentos teóricos aplicados na organização do conhecimento como fundamentação de sua teoria do conceito oficial, como também revisitar outros segmentos teóricos que tratam do conceito a fim de verificar possíveis contribuições.

Essa comparação entre áreas distintas é profícua para os objetivos desta pesquisa, pois permite a compreensão das abordagens da pragmática, da semiótica e das teorias da cognição sobre a natureza do conceito, assim permitindo a correlação com a compreensão e aplicação do conceito pela organização do conhecimento.

Para Sowa (1984, p. 123, tradução livre), “[...] a aquisição de conhecimento é uma definição de conceito, colocando ênfase no conhecimento e na implantação”. Portanto, “[...] a aquisição de conhecimento trata, na verdade, da tradução de

conhecimento especializado em gráficos conceituais ou linguagens equivalente” (1984, p. 123, tradução livre). De fato, o processamento em linguagem natural acaba realizando adaptações do uso de conceitos por uma mente complexa, ajustando suas aplicações em nível de uma construção conceitual primária.

No universo da ciência da informação, o conhecimento é tratado, muitas vezes, como resultado de um processo informacional, o qual nem sempre está alinhado, nas discussões, a situações cognitivas. De modo geral, o conhecimento não é tratado como processo de aquisição, aprendizagem e desenvolvimento, mas, sim, como recurso materializado em documentos suscetíveis à classificação, por conseguinte ancorado em sistemas de organização do conhecimento.

Desse modo, a ciência da informação direciona suas atividades, em sua maioria, às discussões acerca da informação registrada e como esta ativa o conhecimento. Essa estratégia busca superar os riscos de redução da amplitude do conhecimento por trabalhar com linhas mínimas de significado e sentido para que possa ser canalizado em descritores com o fito de representar o conhecimento através da representação da informação. Embora as linguagens documentárias busquem condensar a complexidade do conhecimento em suas estruturas, a sintetização promove a perda das linhas complexas de construção do conhecimento.

Somado a isso, o conhecimento é tido como objeto central dos estudos produzidos pela organização do conhecimento, com isso estudos se dedicaram a analisar mecanismos de organização e representação da complexidade do conhecimento humano, como previsto inicialmente por Dahlberg (1993, 1995), tendo assim sua epistemologia direcionada à recuperação da informação (Hjørland, 2008, 2016) e às estratégias de tratamento, representação e indexação (Smiraglia, 2005, 2012; Barité, 2001, 2015).

Nessas discussões, o conceito assumiu papel importante, pois, ao ser tratado por análises lexicais (Dahlberg, 1978) e, posteriormente, como núcleo de sistemas ativado por epistemologias (Hjørland, 2008, 2009, 2016), cujo intuito é organizá-lo nas prateleiras do saber e, assim, acomodar sua atuação tangível nas necessidades da área, possibilitou discussões e desenvolvimento de teorias e de metodologias que fossem capazes de organizar, representar e monitorar sua constituição e seus ajustes frente às necessidades sociais, culturais, históricas, políticas e científicas.

No entanto, essa abordagem não explora sistematicamente os fatores cognitivos inerentes à constituição do conceito, assim não há o desenvolvimento

efetivo e metodológico de estratégias para mensurar o impacto da significação na constituição dos contextos, dos discursos, das subjetividades e das diversidades culturais. As atividades da organização do conhecimento estão alinhavadas com os aspectos semânticos que constituem o conceito e com os aspectos epistemológicos de tratamento e adequação ao domínio, contudo essas ações não exploram a intencionalidade, a actualização, a situacionalidade e o *background*.

A fim de ratificar essa concepção, Barité (2001, p. 38, tradução livre) indica que há uma relação intrínseca entre organização do conhecimento, biblioteconomia e documentação, com isso o desenvolvimento profissional concentra-se em explorar “[...] a gestão de unidades de informação, o tratamento da informação e a gestão do uso social da informação”. Ainda destaca que o tratamento da informação deve ser realizado pelo especialista em organização do conhecimento, pois é “[...] quem domina as técnicas de agrupamento da informação, alimenta a memória organizacional e cria produtos informacionais que facilitam o uso produtivo das fontes de informação e conhecimento” (Barité, 2001, p. 38, tradução livre).

Nessa linha, Barité (2001, p. 38, tradução livre) complementa que a organização do conhecimento “[...] procura blindar subsídios teóricos (e retroalimentares) com relação ao tratamento da informação, particularmente o tratamento temático da informação e, [...] a gestão do uso social da informação”. Com isso, destaca que “[...] a área de tratamento temático da informação persegue a identificação, o processamento, e a disponibilização do conteúdo informacional dos documentos” (Barité, 2001, p. 38, tradução livre).

Analizando as estratégias de recuperação da informação, Barité (2001), aproxima informação, conceito e conhecimento. Desse modo, Barité (2001, p. 39, tradução livre) aponta que a “[...] análise passa por tudo que é relativo à satisfação das necessidades sociais da informação dos chamados usuários (atores sociais em situação de conhecimento)”, procedimento realizado “[...] mediante consultas apoiadas na linguagem como ferramenta de comunicação e mediação”.

Sem fazer nenhuma alusão ao processo cognitivo que envolve à construção do conhecimento, Barité (2001, p. 39-40, tradução livre) continua apontando que “a Organização do Conhecimento procura, então, blindar um continente conceitual adequado às diversas práticas e atividades sociais vinculadas ao acesso ao conhecimento”. Nesse aspecto, a difusão do conhecimento socializado é inerente ao tratamento da informação registrada, pois Barité (2001, p. 40, tradução livre) ressalta

que a organização do conhecimento “[...] pretende operar como instrumento de tratamento da informação e de gestão de uso da informação, abarcador e integrados dos fenômenos” do conhecimento socializado, como as aplicações vinculadas à estruturação, a disposição e acesso, mecanismos estes alinhados à informação e sua organização, porém sem qualquer ação de ativação ou produção da cognição.

Essa abordagem evidencia que não há métodos específicos para distinguir o que compete ao plano da expressão e aquilo que compete ao plano do conteúdo. Diante disso, é válido destacar que o tratamento do conhecimento para fins de organização de seu teor complexo exige procedimentos que viabilizam o acesso aos propósitos apresentados nos documentos, já que estes, como construtores de conhecimento cultural ou científico, carregam em sua confecção definições e descrições dos objetos da realidade a fim de ampliar seu entendimento e compreensão. Se a organização do conhecimento realiza atividades que alcançam esses estágios, então faz-se necessário que haja estudos demonstrando a correlação com as teorias específicas para realizar essa atividade, como a linguística, a filosofia e semiótica, por exemplo.

Nesse sentido, tratar a informação do documento usando os conceitos como parâmetros de um já-dito, recupera o conteúdo imanente, ou seja, o significado e o sentido que são decorrentes da própria constituição do plano da expressão. Para analisar o sentido produzido conforme a aplicação dos conceitos no desenvolvimento do documento-texto, seria necessário fazer análise do discurso a fim de promover a interpretação profunda das construções enunciativas que evidenciem a situacionalidade, a intencionalidade, a aspectualização, os intertextos e os interdiscursos para, de fato, compreender como o conceito performa inserido em um determinado contexto e como os já-ditos dialogam entre si em interdiscursos que se apresentam na manifestação do documento-texto.

Em uma outra tentativa de definição acerca do objeto de estudo da organização do conhecimento, (Barité, 2001) associa o conhecimento com técnicas de tratamento de classificação e significado, aspectos que podem ser tratados pela organização da informação, pela terminologia e por teorias da linguagem. Diante disso, evidencia-se que a organização do conhecimento promove uma interdisciplinaridade vasta, todavia não há manifestado nos discursos caminhos para tratar aspectos que envolvem a cognição, tanto na recuperação quanto no trabalho profissional da representação, como já indicara Izquierdo Arroyo (1990).

Sobre o objeto de estudo da organização do conhecimento, Barité (2001, p. 41, tradução livre) aponta que:

O objeto de estudo da Organização do Conhecimento é – sob nossa opinião – o conhecimento socializado, como disciplina com foco no desenvolvimento de técnicas para a construção, a gestão, o uso e a avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentárias. Por outro parte, aporta metodologias de uso e recuperação por linguagem natural. É esta visão integral do conhecimento, em que se associam a ela as classificações filosóficas e científicas do saber com as classificações destinadas a organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação, a qual abre maiores perspectivas para um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e da Documentação.

Dizer que o conhecimento é socializado não basta para garantir a compreensão de seus aspectos de modo geral e igualitário, tampouco a aplicação de fatores da hermenêutica justificam todas as construções, pois a interpretação, para chegar a resoluções generalizantes e objetivas, exige métodos específicos para mensurar a informação e a significação veiculadas, pois essas variações ocorrem no discurso.

Sobre as práticas da organização do conhecimento para a contemplação do conhecimento, Barité (2001) destaca dez premissas básicas, as quais trazem concepções muito próximas à epistemologia do Positivismo, já que são direcionadas para uma prática formalista e utilitarista, cuja disposição é estrutural. Além disso, sua apresentação sequencial se inicia com foco no conhecimento, pouco a pouco se direciona para uma estratégia de diminuir a complexidade em objetos mais fáceis de tratamento, evidenciando a preocupação com o controle de sistemas que representem o conhecimento.

Essas dez premissas (Barité, 2001) são estruturadas assim: 1. O conhecimento é um produto social, uma necessidade social e um dínamo social; 2. O conhecimento se realiza a partir da informação e, ao se socializar, transforma em informação; 3. A estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto. As três primeiras premissas oferecem uma concepção voltada para a atuação do conhecimento na sociedade.

Na sequência, 4. O Conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social; 5. Existem “n” formas possíveis de organizar o conhecimento; 6. Toda a organização do conhecimento é artificial, provisória e determinista (Barité, 2001). As premissas 4, 5 e 6 estão concentradas nas estratégias de organização. Destacando a premissa 6, suas concepções demonstram uma

atividade de poder, principalmente devido ao atributo *determinista* que ressoa a fundamentos positivas, os quais preveem condições pré-estabelecidas de controle, inclusive de ordem biológica, o que não condiz com fatores democráticos.

Ainda, 7. O conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis e admite usos indiscriminados; 8. O conhecimento se expressa em conceitos e se organiza mediante sistemas de conceitos; 9. Os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação, 10. As leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar (Barité, 2001).

As quatro últimas premissas preveem a normalização do conhecimento e do conceito, tratando-os como ferramentas de um sistema, assim não reconhecendo sua condição plural, orgânica e humana. Sobressai apenas o que está registrado através de informação e sistemas informacionais de classificação dos saberes que é tratado como sinônimo de conhecimento e de conceito. Essa abordagem se distancia das concepções aristotélicas acerca da substância, como também do conhecimento construído através do discurso ou como os conceitos funcionam como construtos mentais resultantes de processos cognitivos, os quais são fundamentais para uma mente compreender, interagir e organizar o mundo.

Nesse contexto de ordem positivista, Barité (2001, p. 52, tradução livre) defende que um conceito “[...] não é mais que uma certeza humana, definida com maior precisão que há sido possível alcançar”, assim “essa certeza pode se ser obtida mediante o método científico, a experiência ou uma mera comprovação fática”. Desse modo, um conceito é “[...] uma unidade concentrada de conhecimento”, além disso “[...] nenhum conceito funciona isolado: eles não são intrinsecamente entidades abstratas isoladas” (Barité, 2001, p. 52, tradução livre). Diferentemente disso, os conceitos “[...] sempre estão construídos a partir de outros conceitos e somente é possível concebê-los em suas relações recíprocas e em seu maior ou menor parentesco com outras noções” (Barité, 2001, p. 52, tradução livre).

No âmbito da ciência da informação, há outras concepções acerca do conhecimento, como por exemplo o conhecimento prático, “[...] produzido pelos diferentes fazeres, trabalhos e sentidos dos agentes sociais atuando em redes de movimentos e é, portanto, parte de um conhecimento de um todo, ou uma das formas modernas de conhecimento” (Marteleto; Ribeiro; Guimarães, 2002, p. 77).

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que “os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro e de circuitos de solidariedade que diferem de forma significativa da imagem do ator coletivo politicamente organizado” (Marteleto; Ribeiro; Guimarães, 2002, p. 74). Com isso, “as redes de movimentos têm estrutura segmentada, reticular, policéfala e submersa, de latência” (Marteleto; Ribeiro; Guimarães, 2002, p. 74). Por conseguinte, “cada nó é constituído por indivíduos autônomos em relação ao resto do movimento, mesmo mantendo uma série de relações através da circulação de informações e pessoas” (Marteleto; Ribeiro; Guimarães, 2002, p. 74).

Sendo assim, no âmbito social, é preciso destacar as “[...] formas de estranhamento e de articulação entre o conhecimento prático ou de senso comum e o científico, com potencial para a formulação de novos parâmetros de produção e gestão de conhecimento na sociedade” (Marteleto; Ribeiro; Guimarães, 2002, p. 77).

Dessa maneira, entende-se que o conhecimento é uma mescla entre “[...] elemento compósito de provisoriedade e mudança constante entre partes que se estranham, se compõem e recompõem a cada vez” (Marteleto; Ribeiro; Guimarães, 2002, p. 77). Por conseguinte, o conhecimento plural e social é um “[...] construto de ordem prática e simbólica que permite aos agentes uma destreza técnica para lidar com questões práticas do cotidiano”, fator ainda mais enriquecido quando há “[...] um meio de valorização e de fortalecimento dos elos de apoio social e das suas capacidades inventivas” (Marteleto; Ribeiro; Guimarães, 2002, p. 78).

Por isso, é preciso reconhecer que o conhecimento se constitui de origens amplas e nem tudo pode ser classificado ou replicado de maneira técnica como instrumentos simplificados de representação, pois o “[...] saber derivado do mundo vivido, das práticas, da experiência e do convívio, toma parte nas disputas simbólicas que se travam na sociedade em torno do poder de enunciar, classificar e nomear a realidade” (Marteleto; Ribeiro; Guimarães, 2002, p. 79), fundamentos que são marcados nos discursos de construção e na aplicação lógica da organização.

Dahlberg (1995), ao defender as bases epistemológicas da organização do conhecimento, expressa que o conhecimento, embora seja muito difícil de definir, é constituído por unidades de conhecimento, as quais podem ser manuseadas de modo eficaz através de recursos instrumentais de base linguística denominada de tesouro. Desse modo, conhecimento é “[...] a certeza subjetiva e objetivamente conclusiva da existência de um fato ou do estado de um caso”, assim sendo o conhecimento “[...]”

não é transferível. Só pode ser adquirido por alguém através do seu próprio repensar” (Dahlberg, 1995, p. 10, tradução livre).

Nessa perspectiva, Dahlberg (1995, p. 10, tradução livre) declara que “[...] estamos lidando com conceitos quando falamos de unidades de conhecimento”. Acrescenta que “[...] ao nos referirmos mentalmente a qualquer item da realidade ou também da irrealidade e ao fazermos afirmações, predicções sobre item de referência, estamos mostrando o que sabemos sobre esse item”, por conseguinte é gerado, através desse recurso, “[...] os elementos do conceito que estamos formando por meio de tais estados” (Dahlberg, 1995, p. 10, tradução livre).

Diante disso, conceito se caracteriza por ser “o número de afirmações necessárias e verdadeiras sobre um item de referência”, portanto “[...] implica que sempre deve existir algo no mundo real ou em nossa mente para ser predicado”, por isso é orientado para o referente (Dahlberg, 1995, p. 10, tradução livre). Além disso, é considerado analítico, pois “[...] implica que pelas diferentes afirmações sobre o item de referência já estamos determinando características únicas que nosso conceito em questão possui” (Dahlberg, 1995, p. 10, tradução livre). Frente a isso, “as Unidades de Conhecimento surgem por meio de afirmações verdadeiras e essenciais sobre qualquer referente e sua síntese na forma de uma designação (um código, um termo, uma palavra, ou um nome)” (Dahlberg, 1995, p. 10, tradução livre).

De todo modo, a concepção sobre o conhecimento está alinhavada à articulação de conceitos e estes atuam em um ciclo de conhecimentos correlacionados inseridos em um sistema de conceitos, por conseguinte é objeto da organização do conhecimento. Nessa linha, o conhecimento para ser articulado deve, anteriormente ser representado em estratégias de complexidade.

Nessa ordem, devem ser compostos através dos elementos de conhecimento, que permitem “[...] entendemos as características de conceitos que podem ser obtidas predicando as propriedades ou fazendo afirmações sobre referentes” (Dahlberg, 2006, p. 12, tradução livre). Também devem ser compostos por unidades de conhecimento: de fato, os conceitos “são a síntese das características do conceito, obtidas pelos ditos enunciados sobre referentes e representados por um signo (palavra, nome, termo, código)” (Dahlberg, 2006, p. 12, tradução livre). Outro elemento da composição são os sistemas de conhecimento: “[...] são entidades compostas por unidades de conhecimento organizadas numa estrutura coesa e adequadamente planeada” (Dahlberg, 2006, p. 12, tradução livre).

Dahlberg (2006, p. 12, tradução livre) ressalta que embora o conhecimento “[...] seja sempre apenas o conhecimento de alguém, nós sabemos – temos a experiência e a certeza sobre esse fato - que ele ainda pode ser compartilhado através da nossa capacidade de lidar com as coisas deste mundo”, as quais podem ser ativadas “[...] usando nossas habilidades linguísticas para expressar nossa experiência e percepções” (Dahlberg, 2006, p. 12, tradução livre).

Sendo assim, Dahlberg (2006, p. 12, tradução livre) argumenta que “[...] qualquer conhecimento pessoal e individual pode de fato ser transferido no espaço e no tempo, pois depende essencialmente da linguagem e pode ser comunicado por palavras ou sinais falados e escritos”. Outrossim, “[...] esse conhecimento subjetivo necessita de uma forma de representação não apenas para compreensão, mas também para comparação entre pessoas com outras representações” (Dahlberg, 2006, p. 12, tradução livre). Além de possibilitar comparações com a realidade a fim de “[...] verificar a sua verdade e torná-la intersubjetiva, ou seja, tanto quanto possível, objetivo por pelo menos um certo período” (Dahlberg, 2006, p. 12, tradução livre).

Na concepção de conhecimento, que Dahlberg oferece à organização do conhecimento, reconhece-se uma preocupação técnica, voltada para o tratamento de objetos, os quais serão classificados e categorizados, assim permitindo que haja uma interação objetiva com esses elementos. Há um apreço para a tramitação dos fatores abstratos e metafísicos para entes concretos, tangíveis e manipuláveis. Consequentemente, os conceitos seguem essa mesma perspectiva, pois se compactam em recursos linguísticos que se ajustam, refutam e se autocomplementam, assim atuam as linguagens documentárias sendo denominadas tesouros, ou seja, o conceito é o conhecimento identificado como o tesouro produzido pela humanidade.

Para Hjørland (2016), outro nome importante na constituição dos fundamentos epistemológicos da organização do conhecimento, conhecimento é social e ativado através de conceitos, os quais promovem um processo cognitivo. Dessa forma, o conhecimento é fundamentado e sistematizado pelo domínio em que se estabelece. Assim, os conceitos são responsáveis pela relação entre os fundamentos da ciência, da filosofia e da educação, ao mesmo tempo em que ordena as relações entre a ciência, a leitura/interpretação e a vida.

Somado a isso, Hjørland (2016) defende que a análise de domínio é uma abordagem epistemológica que contribui para compreender a classificação do objeto,

visto que diferentes comunidades apresentam interesses sobre o mesmo objeto e, em muitos casos, podem tratar esse objeto de maneiras diferentes, por isso o conceito deve estar alinhavado com as questões cognitivas, pois tratar o conceito sob a égide da linguagem estruturalista e formalista corre-se o risco de perder ou apagar essas variações de significação, que são manifestas na composição (intencionalidade, situacionalidade, aspectualidade e *background*) do discurso.

Consequentemente, Hjørland (2016) atribui à organização do conhecimento o papel de campo científico capaz de organizar e classificar o conhecimento, para tanto a análise de domínio pode atuar como método para o enquadramento do conhecimento conforme o domínio científico-cultural e os aspectos sociais que fundamentam os discursos produzidos pelas comunidades envolvidas.

Nessa linha, Hjørland (2016, p. 477, tradução livre) argumenta que “[...] para a perspectiva da análise do domínio, o termo Organização do Conhecimento reflete melhor a conexão com uma metaciência do que o termo organização da informação”. Com isso, a organização do conhecimento, sob essas concepções, é constituída por diversos tipos de abordagens, como bibliometria, recuperação da informação, epistemologia, análise de domínio, plataformas tecnológicas, bibliotecas físicas etc. Sobretudo, porque é preciso analisar as camadas complexas do conhecimento para efetivar as estratégias de representação da informação de um documento, já que a construção discursiva do documento se refere a uma singularidade.

Sob abordagens epistemológicas, Hjørland (2008, p. 98, tradução livre) apresenta o ponto de vista do pragmatismo, o qual defende que o conhecimento “[...] está ligado ao falibilismo, a visão de que a investigação científica nunca deve ser finalmente comprovada, que novas provas podem mudar as crenças científicas”. Ademais, “a implicação do falibilismo é que não podemos compreender os documentos como representando o conhecimento, tal como tradicionalmente é entendido” (Hjørland, 2008, p. 98, tradução livre).

Nessa linha, Hjørland (2008, p. 98, tradução livre) ressalta que “não deveríamos falar sobre conhecimento ou organização do conhecimento, porém sobre reivindicação de conhecimento e a organização da reivindicação de conhecimento”, visto que “a implicação é que cada afirmação de conhecimento é apoiada e conectada com argumentos, teorias e visões de mundo” (Hjørland, 2008, p. 98, tradução livre), assim as práticas seriam mais próximas da realidade e não fundamentada no Positivismo.

Dahlberg (1978, p. 101) defende que a linguagem é o elemento fundamental para se articular o conhecimento, visto que este se fixou “[...] através dos elementos da linguagem. Novos conhecimentos apareceram com novos elementos linguísticos e também através destes tornaram-se mais claros e distintos”. Assim, o processo de crescimento do conhecimento está vinculado à existência do ser humano e a utilização da linguagem como expressão do pensamento, já que “[...] a linguagem constitui a capacidade do homem designar os objetos que o circundam assim como de comunicar-se com seus semelhantes (Dahlberg, 1978, p. 101).

É importante reconhecer que a linguagem é recurso fundamental para a articulação dos conceitos e, assim, instrumento do processo cognitivo necessário para a construção do conhecimento, todavia a teoria do conceito de Dahlberg (1978) reduz a complexidade do conceito a meros aspectos de linguagem, fundamentado pela lógica semântica inerente aos traços imanentes, sem considerar os níveis de significação decorrente de níveis de experiência com a realidade.

Inspirada pela teoria do conceito de Kant e da teoria da linguagem proposta pelo Círculo de Viena, Dalhberg (1978, p. 101) expressa que “toda vez que o objeto é pensado como único, distinto dos demais, constituindo uma unidade inconfundível (coisas, fenômenos, processos, acontecimentos, atributos etc.) pode-se falar de objetos individuais”, pode-se dizer que se trata de uma concepção mentalista, universal, em que sua condição *a posteriori* revela a essência do conhecimento, porém não busca retratar a substância do ser, visto que Dalhberg (1978, p. 101) aponta que “[...] nossa experiência é toda condicionada pelas formas do tempo e do espaço ou que tempo e espaço são condições *a priori* da nossa sensibilidade”.

Na distinção entre conceitos individuais e gerais, não é a experiência da mente frente à realidade que desenvolve o conhecimento, mas, sim, se os objetos estão situados no tempo e no espaço como condicionantes da experiência, ou seja, não é a experiência que modela o conhecimento, mas os objetos que determinam os conceitos.

Nessa linha, Dalhberg (1978, p. 102) aponta que “com a ajuda das linguagens naturais é possível formular enunciados a respeito tanto dos conceitos individuais como dos conceitos gerais” e acrescenta que “é em base a tais enunciados que elaboramos os conceitos relativos aos diversos objetos. Cada enunciado verdadeiro representa um elemento verdadeiro” (Dahlberg, 1978, p. 102).

Desse modo, o conceito não é constituído decorrente das substâncias primárias como aponta Aristóteles (2020), mas, sim, consoante a predicação, o que constitui uma realidade fundamentada na linguagem, e, não, uma linguagem fundamentada na realidade, visto que “[...] o conjunto de tais enunciados constitui o conceito”, ou melhor, “cada enunciado faz referência a algum dos elementos do conceito”, por conseguinte “[...] o conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada” (Dahlberg, 1978, p. 102).

Essa estratégia de tratamento do conceito, como realizado por integrantes do Círculo de Viena, busca a redução da complexidade cognitiva e da significação com a finalidade de tratar o conceito como um objeto de limites facilmente manipuláveis para tratá-lo de forma lógica, sem a necessidade de desenvolver sistemas, métodos, instrumentos complexos para tratar da complexidade.

Um exemplo da simplificação e do reducionismo no tratamento dos conceitos pode ser visto em: “é fácil também verificar que os elementos contidos nos conceitos gerais encontram-se também nos conceitos individuais, sendo, portanto, possível reduzir os conceitos individuais aos gerais e ordená-los de acordo com os conceitos gerais” (Dahlberg, 1978, p. 102). Esse posicionamento descarta totalmente a complexidade dos seres na realidade, visto que a simplificação exposta para tratar os conceitos gerais e individuais apenas pode ser executada na linguagem, já que um ser particular não é idêntico a outro ser particular, ou seja, há diferenças entre gêneros, espécies e indivíduos.

De todo modo, o conceito é um fundamento mental responsável pela constituição do conhecimento decorrente de experiências acumuladas; diferentemente, para Dahlberg (1978, p. 102), o conceito é entendido como “[...] a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico”.

Nessa visão, o conceito é um recurso estrutural, de base linguística que condensa informações, visto que, como elemento, é tratado como “[...] todo enunciado sobre objetos contém um elemento do respectivo conceito. Estes elementos identificam-se com as chamadas características dos conceitos” (Dahlberg, 1978, p. 102). Ainda sobre o papel da linguagem, “[...] é formulando enunciados sobre os atributos necessários ou possíveis dos objetos que se obtém as características dos respectivos conceitos” (Dahlberg, 1978, p. 102). Dessa forma, “cada enunciado

apresenta (no verdadeiro sentido da predicação) um atributo predicável do objeto que, no nível do conceito, se chama característica” (Dahlberg, 1978, p. 102).

Sob o jugo da semântica, Dahlberg (1978, p. 102) destaca que “muitas vezes não se trata de um atributo a que corresponde uma característica, mas de uma hierarquia de características”, porque “[...] o predicado de um enunciado pode tornar-se sujeito de novo enunciado e assim sucessivamente até atingirmos uma característica tão geral que possa ser considerada uma categoria”. A linguagem materializa a informação, promove a significação, gera o processo significativo, logo é fundamental na articulação mente, conceito, representação e realidade, o que é diferente de determinar que a linguagem constitui o próprio conceito, visto que este está ancorado na realidade e, não, na linguagem.

Dahlberg (1978) apoia-se nos fundamentos da semântica lexical, estruturalista e formalista para desenvolver os procedimentos e métodos que caracterizam os conceitos, assim as relações de significado e sentido seguem as concepções das teorias estabelecendo relações lógicas por características essenciais e acidentais, hierárquica, partitiva, oposicional e funcional.

Dado isso, como premissa, Dahlberg (1978, p. 103) indica a necessidade de estabelecer ordem das características para a constituição dos conceitos, com isso aponta que “[...] existem diferentes espécies de objetos e de conceitos, existem também diferentes espécies de características de conceitos”. Consequentemente, pode-se entender que “a ordem das características depende sempre dos objetos cujos conceitos são constituídos pelas mesmas características” (Dahlberg, 1978, p. 103).

De fato, na construção de argumentos para evidenciar a relação entre conceitos, a preocupação manifestada por Dahlberg (1978) não é exatamente sobre o conceito e suas propriedades ontológicas e epistemológicas, mas, sim, como a fundamentação estrutural, lógica e semântica aplicadas à ordenação do conceito pode contribuir para a constituição de um sistema de conceitos. Portanto, as preocupações voltam-se para um sistema capaz de estruturar mecanismos de correlação entre os conceitos e, assim, funcionar como ferramenta de organização e representação, já que este é o objetivo central do campo da organização do conhecimento.

Por sua vez, como dito, esse modelo de sistema segue os passos de modelos desenvolvidos por integrantes do Círculo de Viena, como por exemplo Rudolf Carnap, visto que há a estratégia de reduzir as funções cognitivas, complexas e de significação a instrumentos linguísticos fixados no significado, ignorando os sentidos condensados

de já-dito, para executar a identificação dos seres no mundo, sem pôr em relevância o estado das coisas.

Já a teoria do conceito desenvolvida por Hjørland (2009) aponta que o conceito é um instrumento utilizado para a organização de sistemas de conhecimento, embora seja objeto de estudo de áreas como a psicologia, filosofia, linguística, ciências cognitivas, entre outras. Associado a isso, também menciona que a estruturação do conceito deve ser realizada através de estudos fundamentados por epistemologias, como o racionalismo, o empirismo, o historicismo e o pragmatismo (Hjørland, 2009).

Ademais, como já mencionado, fundamentado na concepção de o conhecimento ser social, este se desenvolve inerente às formatações de domínio, por isso a teoria de análise de domínio torna-se tão importante como metateoria para o tratamento da organização do conhecimento (Hjørland, 2009).

Tendo em vista que a análise de domínio é fundamentada pelas premissas da epistemologia, somado ao fato de estar relacionada aos discursos constituídos pela comunidade científica, descartar as considerações de outras teorias para o estudo do conceito permite renunciar a procedimentos importantes para tratar os aspectos de significação, pois esses aspectos interferem na constituição do domínio, ou seja, o domínio reflete a potencialidade do *background* a ser recuperado. Além de que esses fatores incidem sobre os sistemas de organização do conhecimento, já que os conceitos, como elementos mentais e fundamentos da cognição, ajustam-se às modelações constituídas no discurso.

De todo modo, a teoria do conceito, apresentada em 2009, demonstra a concepção de Hjørland (2009), baseada no princípio de paradigma desenvolvido por Thomas Kuhn, em 1962 e 1970. Nessa abordagem, Hjørland (2009) debate sobre o impacto da epistemologia para o desenvolvimento do conhecimento e aproveita para destacar os fundamentos do historicismo, como o princípio da hermenêutica, e do pragmatismo, como os aspectos que afetam uma mente para comprovar a verdade. Desse modo, manifestando que “essas teorias do conhecimento são, de fato, no artigo, sugeridas como melhor caminho para entender e classificar teorias do conceito” (Hjørland, 2009, p. 1519, tradução livre).

De fato, Hjørland (2009) faz apontamentos de como as teorias da cognição foram incorporadas na ciência da informação. Desse modo, indica que “no período entre 1890 e 1990, a ciência da informação foi dominada por uma visão cognitiva relacionada à inteligência artificial e à psicologia cognitiva” (Hjørland, 2009, p. 1520,

tradução livre). Além disso, Hjørland (2009, p. 1520, tradução livre) aponta que nesse momento, os conceitos “[...] eram estudados principalmente por meio de estudos experimentais dos processos cognitivos humanos”, como também “[...] eram frequentemente considerados arquivos na memória de longo prazo do cérebro humano”, tal apontamento se refere aos fundamentos teóricos da cognição à base da teoria da mente computacional.

É válido apontar que essa concepção da teoria dos conceitos estava associada às considerações de Chomsky (1979, 2000, 2007, 2009a, 2009b, 2014) e Fodor (1976, 1983, 1984, 2014), em destaque os fundamentos da mente computacional, em que evidencia um sistema de *input* e *output* da informação e, assim a mente, como um sistema informacional, processa o conhecimento.

Frente à ausência de explicações naturalistas e realistas acerca dos processos cognitivos e das atividades mentais nesse desenvolvimento do conhecimento, Hjørland (2009) revela uma crítica realizada em 1991, além de Hjørland e Albrechtsen, em 1995, desenvolverem a proposta acerca da análise de domínio, assim os conceitos eram estudados “[...] em domínios e disciplinas em relação a, entre outras coisas, teorias e paradigmas nesses domínios” (Hjørland, 2009, p. 1520, tradução livre).

Nesse contexto, Hjørland (2009, p. 1520, tradução livre) afirma reconhecer que a ciência cognitiva parece ser mais frutífera na atualidade do que as propostas gerativistas e ontogenéticas que participam dos discursos de 1991, visto que “[...] pesquisadores em ciências cognitivas estão estudando conceitos a partir das perspectivas da história e da filosofia da ciência e de perspectivas culturais mais amplas”, como por ser reconhecido nos estudos de Lakoff (1988, 2004, 2018), acerca da competência procedural, dos espaços mentais e do *blending*, ou de Eleanor Rosch (1973, 1975a, 1975b, 1976), que aponta uma teoria de protótipos.

Para Hjørland (2009, p. 1520, tradução livre), é muito difícil e complexo estabelecer uma base teórica para fundamentar uma teoria do conceito, tendo em vista que “a aparente falta de um núcleo também pode ser causada pela natureza interdisciplinar da pesquisa em conceitos”, sendo este relacionado à psicologia, à filosofia, à linguística, à sociologia, à inteligência artificial, entre outros. Além disso, “muitos campos novos e interdisciplinares, como semiótica, análise de domínio, terminologia, estudos da informação etc. também têm implicações para a compreensão de conceitos” (Hjørland, 2009, p. 1520, tradução livre).

Hjørland (2009, p. 1522, tradução livre) defende que conceitos são “[...] significados construídos dinamicamente e negociados coletivamente que classificam o mundo de acordo com interesses e teorias”. Ademais, os conceitos e como se desenvolvem [...] não podem ser entendidos isoladamente dos interesses e teorias que motivaram a sua construção e, em geral, deveríamos esperar que concepções e conceitos concorrentes estivessem sempre em jogo em todos os domínios” (Hjørland, 2009, p. 1522, tradução livre).

Sobre a incidência da epistemologia para formular os conceitos, acerca do empirismo, Hjørland (2009, p. 1523, tradução livre) explica que “[...] é o ideal de basear o conhecimento em observações (e em induções de um conjunto de observações). Devem ser evitadas seleções teóricas e interpretações de observações”. Outrossim, “as observações são vistas como dadas, não como contextuais ou dependentes da teoria”, desse modo as abordagens se baseiam “[...] na análise ascendente (a informação é lida a partir dos objetos, a percepção é vista como um processo receptor ou passivo)” (Hjørland, 2009, p. 1523, tradução livre).

Dessa forma, sob a composição do conceito, Hjørland (2009, p. 1523, tradução livre) argumenta que, sob o empirismo, os conceitos são “[...] formados na aprendizagem com base nas relações de semelhança entre as coisas e através de convenções adquiridas ou aprendidas entre coisas e palavras”. Dito isto, conclui-se que é “[...] típico do ideal de conceitos do empirismo que ele se baseie apenas em características que podem ser observadas e tente evitar seleção teórica de quais propriedades são mais importantes” (Hjørland, 2009, p. 1524, tradução livre).

Sobre o racionalismo, Hjørland (2009, p. 1524, tradução livre) expressa que é o “[...] ideal de basear o conhecimento em lógicas, princípios, regras, e modelos idealizados”. Em destaque, aponta-se que o racionalismo é “[...] cético em relação ao empirismo e às experiências sensoriais que não são organizadas de acordo com princípios, que são, de uma forma ou de outra, a priori em relação à experiência” (Hjørland, 2009, p. 1524, tradução livre).

Somado a isso, destaca-se que o racionalismo “[...] entende os conceitos como anteriores à experiência sensorial e como formadores de estruturas lógicas”, assim aponta-se que “conceitos complexos são analisados, decompostos e definidos de acordo com os conceitos simples que os constituem” (Hjørland, 2009, p. 1524, tradução livre). Nesse aspecto em que se estabelecem os fundamentos do racionalismo, os conceitos se efetivam, baseados “[...] em um sistema de classes

logicamente exclusivas e mutuamente exaustivas construídas em princípios lógicos e não baseadas na observação da realidade”, assim “impõe ordem a uma realidade confusa para melhorar as nossas possibilidades de pensar, computar e comunicar sobre essa realidade” (Hjørland, 2009, p. 1524, tradução livre).

Já o historicismo trata-se de ser o “[...] ideal de basear a pesquisa nos contextos sociais, nos desenvolvimentos históricos e na explicação da pré-compreensão dos pesquisadores” (Hjørland, 2009, p. 1525, tradução livre). Além disso, é baseado “[...] na compreensão de que as observações são processos carregados de teoria ou culturalmente influenciados”, por isso a hermenêutica pertence ao historicismo (Hjørland, 2009, p. 1525, tradução livre). A hermenêutica “[...] desafia a visão positivista de observações não mediadas de fatos objetivos: as observações são sempre feitas com base em pressupostos teóricos; eles são dependentes da teoria” (Hjørland, 2009, p. 1525, tradução livre).

Nessa perspectiva, os conceitos evoluem “[...] a partir do processamento de informações sensoriais de acordo com mecanismos cognitivos”, os quais se desenvolvem através de aspectos culturais e sociais, assim os conceitos são aprendidos decorrente à profundidade histórica, ou seja, está alinhado à função e às experiências acumuladas pela humanidade sobre sua aplicação e uso (Hjørland, 2009, p. 1525, tradução livre).

Ademais, há, como objetivo, reconhecer a constituição dos conceitos como significados construídos historicamente, os quais são desenvolvidos e relacionados aos discursos e às epistemologias. Com isso, “esclarecer um conceito envolve a descoberta dos discursos em que ele foi desenvolvido e utilizado, bem como o seu conjunto subjacente de pressupostos” (Hjørland, 2009, p. 1526, tradução livre).

Por fim, o pragmatismo, consoante Hjørland (2009, p. 1526, tradução livre), “[...] é o ideal de basear o conhecimento na análise de objetivos, propósitos, valores e consequências”, por sua vez, “[...] está intimamente relacionado com o historicismo por compreender que as observações são contextuais e carregadas de teorias”, assim o pragmatismo busca ser “[...] explícito sobre o propósito da pesquisa e da cognição”.

Ademais, o pragmatismo, continua Hjørland (2009, p. 1526, tradução livre), “[...] baseia-se na suposição de que o conhecimento não pode ser neutro (devido à sua natureza teleológica)”, por isso torna-se fundamental “[...] descobrir os valores e consequências inerentes a qualquer afirmação de conhecimento, em qualquer concepção e em qualquer classificação”. Desse modo, o pragmatismo “[...] entende

os conceitos como uma forma de fixar partes da realidade no pensamento, na linguagem e em outros sistemas simbólicos” (Hjørland, 2009, p. 1526, tradução livre).

Frente a essas considerações teóricas e epistemológicas apresentadas por Hjørland para evidenciar sua teoria do conceito (2009), fica evidente que o principal objetivo dessa discussão é analisar a concepção de conceito, por isso sua análise é realizada através de interdisciplinaridade, confrontando teorias e apontamentos, como também é objetivo estabelecer parâmetros sobre os conceitos que sejam usuais para a organização do conhecimento realizar as atividades de organização e representação do conhecimento.

Embora Hjørland (2009) enfatiza a natureza social do conceito, sua concepção epistemológica evidencia que a constituição do conceito, independente da epistemologia abordada, é resultado de uma atividade institucionalizada, pois depende de uma negociação entre domínios, teorias, comunidades discursivas especializadas na área de saber. Diante disso, o aspecto social pouco explora o fator social inerente às tradições culturais, as trocas simbólicas entre as comunidades que se integram, interagem e assimilam concepções da realidade nessa negociação plural, social e compartilhada, ou seja, efetiva-se uma concepção de que o conceito apenas é validade no cerne da discussão científica.

Não obstante, evidencia-se que o ponto central da atuação técnica e profissional da organização do conhecimento é a organização, representação e recuperação da informação, porém sobre os fundamentos para a constituição de uma disciplina e um campo do saber capaz de tratar o conhecimento, não há a verticalização das discussões de como proceder e como debater e refletir sobre o conhecimento e o papel cognitivo do conceito.

De todo modo, os apontamentos epistemológicos direcionam à compreensão que os métodos tradicionais, como o empirismo e o racionalismo possuem limites de ação e tratamento, contudo as linhas do historicismo e empirismo buscam analisar o conhecimento contextualizado, o que implica no conhecimento social, ou seja, no ponto central da argumentação defendida por Hjørland. Diante disso, essa reflexão sobre conhecimento, conceito, atividades da organização do conhecimento, as linhas epistemológicas e o conhecimento social são direcionados para a análise de domínio.

Em suma, através da discussão acerca do conhecimento, da cognição e do papel dos conceitos, pode-se compreender que o conceito atua como uma interface entre mente e realidade, por isso é sistematizado e materializado pela linguagem.

Contudo, devido ao fato de o conceito retratar a substância que propicia o conhecimento não deve ser simplificado à forma, ou seja, à mera semântica da palavra, já que o conceito está vinculado a fundamentos mentais que sistematiza a realidade, emplacado em negociações sociais entre as diversas esferas de discurso e constituição do simbólico.

Com isso, reconhece-se que tratar o conceito decorrente à imanência da palavra é renunciar a complexidade; por outro lado, para alcançar o conteúdo complexo é trabalhoso, por isso são necessárias estratégias para aprofundar sobre o sentido e a significação, assim o historicismo e o pragmatismo oferecem caminhos bastante profícuos para desempenhar essa atividade.

2.1.4 Organização do conhecimento e organização da informação

A informação é a construção de elementos significativos, carregados de conteúdo, capazes de ampliar a compreensão acerca de um ser, de uma prática, de uma ação, de um objeto, de um fenômeno a partir de uma ruptura na sua regularidade gerando uma nova percepção.

A informação é fundamental para a construção do conhecimento. Sendo assim, sua aplicação é inerente à interação, a qual, em níveis de conhecimento humano, caracteriza-se pela atividade cognitiva. A informação não é meramente um veículo de valores semânticos, mas, sim, a aplicabilidade das coisas do mundo, evocando sua significação e provocando, na mente, estágios de cognição que envolvem a *estésis*, o *ethos* e o *logos*, ou seja, as emoções e percepções, a ética e os valores sociais e culturais e a compreensão lógica.

A informação se manifesta frente aos objetos e aos fenômenos, diante dos quais os seres humanos apresentam interesse e preocupação para compreender, representar e organizar, pois essa prática garante o acesso às informações produzidas no passado, às informações estratégicas para tomadas de decisão, às informações aplicadas para a validação de outras informações sob a chancela da autenticidade e, assim, condicionar a mente para o devir, permitindo a mediação. Neste propósito, a constituição de sistemas informacionais é fundamental para a gestão informacional, pois garante o tratamento, o arquivamento, a representação e a recuperação.

Diante disso, o estudo acerca da informação perpassa pela significação, pois a prática humana é conduzida pela evidência semântica, já que este fator é responsável pelo ajustamento da representação da realidade à produção de pensamento, consequentemente ao direcionamento das funções e dos objetivos. Assim, o estudo sobre a informação torna-se preocupação central das investigações em diversas áreas do conhecimento, destacando-se a ciência da informação, por conseguinte a arquivologia, biblioteconomia, a ciência da documentação, a organização da informação e a organização do conhecimento, sendo estas últimas responsáveis por pensar estratégias que garantam o tratamento da informação presente nos documentos, assim como práticas para a representação e sua recuperação.

Desde a década de 1960, as pesquisas desenvolvidas na área da organização do conhecimento apresentam preocupações diretas com a aplicação da linguagem no processo de organização e representação da informação e do conhecimento decorrente da compreensão do papel semântico em suas atividades. Com isso, estudos direcionados à metalinguagem e ao processo cognitivo ganharam evidência entre os anos 1980 e 1990 na área, em destaque estudos franceses e espanhóis, para depois essas discussões ganharem palco no Brasil.

De acordo com Pando (2018), a organização da informação se destaca pelas atividades decorrentes às preocupações com o tratamento, representação e organização da grande massa informacional presente na sociedade. Somado a isso, a organização da informação ganha destaque devido à sua capacidade de ser mediadora da informação, seja no desenvolvimento de práticas e teóricas que consistem na atuação dos profissionais, seja em estudos e pesquisas acerca de técnicas, práticas e métodos que evidenciem caminhos para diversas atividades documentárias, em destaque, o tratamento dos documentos e a aplicação da linguagem na representação e recuperação da informação nos sistemas informacionais.

Pando (2018) destaca que, entre as principais atividades da organização da informação, destaca-se o tratamento de assunto e o tratamento temático da informação, em que se efetivam a descrição física dos documentos, em que ocorre uma representação descritiva de suas propriedades; e a descrição de conteúdo, em que se realiza a representação temática, assim havendo destaque para o conteúdo informacional do documento.

A informação é fio condutor para o conhecimento. É sua atuação junto aos fatores sociais, culturais, políticos, históricos, científicos, discursivos, que constituem o processo de cognição e efetiva a atualização das experiências em relação ao objeto, fenômeno ou evento. Dessa maneira, entende-se que a informação ganha materialidade através de signos, os quais estabelecem um sistema de inter-relação comunicativa entre mentes, entre sistemas informacionais e mentes e entre sistemas informacionais.

Assim, os sistemas informacionais exercem um papel central na interação informação e usuário, principalmente porque os descritores presentes no objeto informacional devem exercer sua força pragmática de afetar a mente do usuário e as configurações de busca do sistema informacional. Diante disso, destaca-se que “[...] um aspecto chave que não pode deixar de ser levado em conta nesse contexto é que se uma informação não foi adequadamente trabalhada e identificada quando entrar no sistema, nunca mais ela será recuperada” (Pando, 2018, p. 151).

Sendo a informação um elemento constante nas coisas do mundo, frente à atuação de uma mente, é a percepção que a reconhece e, diante de um conflito, uma ruptura, uma fragmentação na regularidade, ou seja, o reconhecimento de uma existência, fatores cognitivos entram em cena para compreender o objeto, o fenômeno ou o evento em confronto à percepção.

Dessa maneira, há uma complexidade linguística-lógica em que se traduz a captação das coisas no mundo em aspectos semânticos. Por sua vez, esses aspectos semânticos são materializados em simulacros, isto é, em palavras, signos de natureza verbal, linguística, os quais são modeladores de conduta, comportamento, hábito e valores. O documento é representado decorrente ao sincretismo simbólico, social, científico, mais a complexidade de um conceito e o delineamento da linguagem especializada, tudo isso concentrado em um descritor.

Frente a essa situação de experiência e compreensão das coisas do mundo e da realidade, o conhecimento se realiza, porém a aleatoriedade na construção da informação não é benéfica ao aparelho cognitivo, que necessita estar mergulhado em regularidades informacionais para estabilizar a compreensão. Nessa linha, a informação necessita ser organizada para que se possa organizar o conhecimento em sistemas de normalização a fim de que a recuperação seja efetuada e, assim, haja a evolução do conhecimento, o qual, diante de uma mente complexa, produz informações complexas e atualiza o conhecimento de modo cada vez mais complexo.

Decorrente a essa necessidade de organização da informação e do conhecimento, os seres humanos, por se tratarem de portadores de mentes complexas, desenvolveram sistemas informacionais para armazenar as informações que conduziam ao conhecimento, haja vista as grandes bibliotecas já construídas na antiguidade. Por outro lado, esses seres complexos, antes mesmo da consolidação de uma linguagem verbal, já evidenciam, em suas práticas de socialização, fontes de informações para promover a interação, como ocorreu com as pinturas rupestres nas cavernas.

O grande marco das estratégias humanas para controle e organização da informação e do conhecimento foi as propostas de Paul Otlet, que geraram o *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique* (1934), em que defendia que era possível a “feição institucional a novas formas de organização e disseminação do documento” (Otlet, 2018, p. xiii).

Nessa perspectiva, a preocupação com a informação e com o conhecimento é decorrente de diversas áreas do conhecimento, entretanto, ao apontar as práticas, as estratégias, os métodos relacionados à organização e representação da informação e do conhecimento, estabelece-se uma sistematização metodológica para efetivar o controle, a análise de suporte e a veiculação, como ainda o tratamento e análise de documentos, bem como a disseminação e a recuperação.

Nesse sentido, Hider (2020, não paginado, tradução livre) demonstra que a biblioteconomia e a documentação contribuíram para o desenvolvimento do campo da organização do conhecimento, à base de troca de fundamentos que viabilizem a classificação, categorização e catalogação, assim deve-se distinguir a nova sociedade internacional da organização do conhecimento, visto que se fundamenta “[...] como catalogação descritiva, pois era conhecimento abstrato, e não registrado, que deveria ser organizado em esquemas e vocabulários”.

Somado a isso, Hider (2020) destaca que a organização do conhecimento participa ativamente da constituição curricular da ciência da informação. Com isso, exploram-se a classificação, a catalogação, o controle bibliográfico, a abordagem temática e a recuperação da informação, desse modo reconhece-se a organização do conhecimento “[...] como campo de estudo composto” (Hider, 2020, não paginado, tradução livre), que visa às atividades operacionais para o tratamento da informação.

Não obstante, Guimarães *et al.* (2015, p. 14) destacam que a organização do conhecimento “[...] desempenha papel nuclear na Ciência da Informação,

apresentando avanço teórico notadamente a partir da criação da ISKO, em 1989". Contudo, é demarcado que, embora muito tenha sido feito, muitas contribuições levam tempo para serem absorvidas pelo campo, já que "[...] se encontra em fase de consolidação, em busca de construção e delimitação de sua própria base conceitual e seus limites, em virtude de distintas influências teóricas" (Guimarães *et al.*, 2015, p. 14).

Nesse propósito, Guimarães *et al.* (2015, p. 14) ratificam que, sobre a organização do conhecimento, "sua natureza operacional encontra-se ora voltada à organização e representação de conceitos, ora voltada à busca de informações e ao acesso aos conhecimentos, em especial diálogo com a recuperação da informação". Tal argumento demonstra que o escopo da organização do conhecimento foi ampliado ao longo de sua jornada e os encontros ISKO são grandes responsáveis por essa expansão, já que muitos estudiosos e especialistas experimentam caminhos para ampliar as ferramentas, as bases teóricas e as abordagens que se estabelecem no cenário da informação e do conhecimento.

Guimarães *et al.* (2015, p. 14) ainda demonstram que "[...] seu objeto reside na estrutura do conhecimento contida nos documentos (conhecimento registrado, socializado e publicado), com especial ênfase aos conceitos e à sua modelagem". Em rara manifestação, Guimarães *et al.* (2015, p. 14) em acordo com Smiraglia (2005, 2012, 2013, 2014) destacam as "[...] atividades discursivas em domínios científicos", porém não há alusão de como o discurso é tratado, tampouco como a significação oriunda desses discursos são manifestantes.

Do mais, a organização do conhecimento apresenta atividades voltadas às "[...] práticas sociais e culturais específicas", como ainda "[...] vale-se de instrumentos como sistemas de classificação, tesouros, vocabulário e outras linguagens de indexação" (Guimarães *et al.*, 2015, p. 14). Como já mencionado, atividades voltadas ao controle da linguagem estrutural e formal, bem com a tecnologia da informação. Guimarães *et al.* (2015, p. 14) complementam que "como abordagens predominantes destacam-se as questões relativas a aspectos cognitivos, tecnológicos, lógico-conceituais, socioculturais e de gestão", no entanto os aspectos cognitivos, como uma constante, é mencionado, mas não há menção a teorias, a estudos, a epistemologias, a caminhos que já se efetivaram e consolidaram resultados.

Guimarães *et al.*, (2015) realizam uma análise dos produtos resultantes das discussões e dos trabalhos apresentados na ISKO-Brasil, na ISKO-Espanha, na

ISKO-França e NASKO. Embora seja uma evidência de abordagem de trabalho realizada há quase uma década, contudo ajuda a visualizar os caminhos epistemológicos que a organização do conhecimento percorreu através de seus eventos.

Para (Guimarães *et al.*, 2015, p. 16), acerca da ISKO-Brasil, o objeto da organização do conhecimento está relacionado “[...] à classificação conceitual, à teoria, indexação e representação/terminologia de conceito”, além de “[...] desenvolvimento de técnicas de planejamento, construção, uso, gestão e avaliação de habilidades e ferramentas empregadas nos sistemas de informação para tratamento, armazenamento e recuperação da informação”.

Sob tal resultado, evidenciam-se as técnicas e processos de tratamento da informação, elaboração e construção de sistemas, classificação e indexação, bem como a aplicação da linguagem documentária, contudo não há evidências de teorias da linguística ou da filosofia da linguagem para tratar da terminologia e da linguagem especializada convertida em sistemas de organização do conhecimento, tampouco há evidências de abordagem de teorias que envolvam a cognição, a psicologia ou a neurociência.

Acerca da ISKO-Espanha, (Guimarães *et al.*, 2015, p. 17) enfatizam que a organização do conhecimento, “[...] quanto à sua natureza, como disciplina científica aplicada que ainda carece de uma exploração mais efetiva de sua base teórica”. Outrossim, é vista como “[...] um campo de estudos relacionados à informação”, bem como “[...] área de estudos interdisciplinares”, sendo denominada de área temática, marco teórico-conceitual, atividade e fenômeno, um processo de modelagem conceitual e um fazer de natureza operacional” (Guimarães *et al.*, 2015, p. 17-18).

Somado a isso, seu objeto é definido como “[...] o arranjo estrutural e sistemático das unidades de conhecimento (conceitos) segundo elementos de conhecimento inerentes (características)” (Guimarães *et al.*, 2015, p. 18). Como ainda é “[...] a aplicação de conceitos e classes de conceitos ordenadas para a atribuição dos conteúdos de referência de todos os tipos que valem a pena conhecer. (Guimarães *et al.*, 2015, p. 18). Por sua ordem, os processos [...] estão fundamentalmente ligados à classificação, indexação, catalogação e representação do conhecimento, bem como elaboração de resumos” (Guimarães *et al.*, 2015, p. 18).

Diante desses apontamos, evidencia-se que a ISKO-Espanha, hoje denominada ISKO-Ibérico, apresenta interesses voltados a teorias, aos processos e

produtos que são oriundos da biblioteconomia e da ciência da documentação, visto que o cerne da organização do conhecimento que perpassa pela cognição e como a linguagem atua como estrato da linguagem documentária não é mencionado, ou seja, não se debate sobre os avanços das teorias da linguagem acerca do tratamento do sentido, tampouco há alusão a teorias da cognição.

Na ISKO-França, segundo Guimarães *et al.*, (2015, p. 18), não apresenta um consenso quanto à natureza da organização do conhecimento, visto que ora é entendida como disciplina, ora ligada “[...] à organização social do conhecimento, como um domínio que visa a constituir-se em uma ciência situada entre a indexação e a comunicação científica”. Em relação aos objetivos, estão posicionados a atribuição de sentido, a recuperação, o acesso e a apropriação da informação (Guimarães *et al.*, 2015). Sobre os processos, averigua-se uma relação com a indexação, classificação e análise de conteúdo; já os instrumentos estão voltados para as linguagens documentárias (Guimarães *et al.*, 2015).

Observa-se uma preocupação com a linguagem e com a análise de conteúdo, no entanto não são apresentadas as teorias, muito menos os fundamentos e processos para tratar a linguagem, o sentido, a significação, a leitura, a interpretação e o acesso ao conteúdo complexo.

Por fim, a NASKO, segundo (Guimarães *et al.*, 2015, p. 18), não apresenta consenso no que tange à natureza da organização do conhecimento, ou melhor, “[...] consideram um subcampo da ciência e da Ciência da Informação e Biblioteconomia”, assim efetivando-se como “[...] um domínio de natureza predominantemente operacional”. Os objetivos estão concentrados “[...] nas estruturas conceituais que compõem os Sistemas de Organização do Conhecimento, tais como os sistemas de classificação, tesauros e ontologias (Guimarães *et al.*, 2015, p. 19). Os instrumentos são caracterizados como vocabulários controlados, e os processos estão ligados “[...] à descrição, indexação e classificação de documentos de arquivo e bibliotecas” (Guimarães *et al.*, 2015, p. 19).

De todo modo, a organização do conhecimento surge como resposta ao tratamento da informação voltado apenas para sua transmissão e recuperação de partes manifestadas no documento. A organização do conhecimento apresenta, inicialmente, uma proposta de tratamento dos conceitos, os quais eram sistematizados à base da lógica e da semântica, como ainda analisar os aspectos cognitivos e os procedimentos de construção do conhecimento e aprendizagem.

Em sua jornada, observa-se um ganho importante, ao invés de manter as estruturas conceituais diante de uma concepção previamente determinada, há a inserção dos aspectos sociais e o desenvolvimento de uma análise voltada para as questões etnológicas, dessa maneira a análise de domínio e os sistemas de organização do conhecimento são postos à prova a fim de promover uma representação mais plural e democrática.

De fato, ferramentas e instrumentos para tratar o conceito, como fundamentos da linguística, da filosofia, da psicologia, da cognição, da neurociência não ganharam muito espaço na constituição epistemológica do campo. Embora muito seja apontado, especulado, indicado e verbalizado, pouco foi aprofundado e debatido na direção de incrementações teóricas, práticas, técnicas, metodológicas e epistemológicas. As teorias que circundam o campo evoluíram no que tange às atividades compartilhadas à representação e à recuperação da informação.

De todo modo, é possível salientar que há um consenso de que a organização do conhecimento está alinhavada às discussões científicas sobre o conceito, a análise de domínio, os sistemas de organização do conhecimento, a linguagem documentária, o tratamento e análise da informação e a indexação. Contudo, necessita de análises mais profundas sobre teorias da cognição e como a mente representa, medeia, age, reage e comunica a realidade, além de ampliar as discussões acerca das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem como recurso fundamental para a materialização da informação e mecanismo de gatilho cognitivo.

Frente a isso, a organização da informação compartilha das preocupações, assim como de algumas técnicas, procedimentos, processo, métodos com a organização do conhecimento para realizar a representação da informação. De todo modo, a grande diferença entre a organização do conhecimento e a organização da informação é que esta se concentra nas estratégias de representação da informação e atua em direção ao tratamento temático da informação; enquanto a organização do conhecimento se concentra nos sistemas de organização do conhecimento a fim de especificar e correlacionar a categorização, a classificação e a catalogação com o domínio específico e se ajustar aos interesses discursivos da comunidade científica equivalente.

Diante disso, há diversos pontos em comum entre organização do conhecimento e organização da informação, ao pensar sobre as práticas voltadas ao

tratamento da informação e a sua representação, visto que a análise documentária e a indexação exploram fundamentos teóricos dos dois segmentos.

Na organização do conhecimento, há os procedimentos de organização do conhecimento, os quais são aplicados ao documento e presentes no discurso da comunidade científica-cultural a fim de reconhecer o conhecimento explorado no texto e articulá-lo a partir de conceitos, assim permitindo que a linguagem especializada realize a mediação entre documento, sistema e usuário.

Já a organização da informação oferece ferramentas para que haja o tratamento e a análise da informação manifestada no documento, com isso correlacionando conceito e linguagem documentária a fim de selecionar o melhor descritor que atue como termo especializado de uma área do conhecimento. Dessa forma, permitindo que o usuário recupere o documento, fonte de informação e veículo do conhecimento registrado e representado.

2.2 Organização da informação

No escopo das atividades teóricas e disciplinares que compõem o tratamento da informação no cenário da ciência da informação, abre-se uma discussão sobre as práticas inerentes à organização do conhecimento e à organização da informação. Essa distinção se faz presente no Brasil (Pando, 2018), já que linhas internacionais tratam a organização do conhecimento como práticas próximas à biblioteconomia, como por exemplo nos Estados Unidos e nos países nórdicos (Mai, 1998, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2000c, 2001, 2005; Hjørland, 2008, 2013, 2016; Smiraglia, 2005, 2012, 2013, 2014; Gnoli, 2006, 2008, 2018).

No Brasil, a divisão do trabalho entre as práticas da organização do conhecimento e da organização da informação ganhou força, devido às preocupações com o conhecimento, por conseguinte com o conceito e, assim, a catalogação, a classificação e a categorização, por um lado; como por outro, os aspectos que envolvem o tratamento do assunto, ou ainda o tratamento temático da informação, efetivaram as dinâmicas que abordam a representação da informação e se consolidaram como organização da informação.

É importante destacar que a organização do conhecimento se desdobra de fatores atrelados a fatores filosóficos, processos e técnicas biblioteconômicas presentes na sistematização de instrumentos de organização do conhecimento, por

isso aspectos da classificação e da categorização são fundamentais para estabelecer o enquadramento dos saberes.

Por seu turno, a organização da informação é oriunda de práticas, procedimentos e técnicas da biblioteconomia, da ciência da documentação, da indexação, da catalogação a fim de estabelecer protocolos de leitura, tratamento, extração de informações de um documento original, executar a descrição física e temática dos artefatos, com o fito de normalizar sistemas de navegação, como vocabulários controlados, para representar a informação em sistemas de armazenamento e, assim, efetivar uma busca e recuperação rápida, democrática e precisa.

Para tratar as concepções de organização do conhecimento, organização da informação, análise e tratamento documental, destacam-se os trabalhos de Barité (2015); Brascher; Lima; Alvarez (2012); Café (2008); Kobachi (2007) para tratar da organização do conhecimento e organização da informação; bem como Cunha (1984); García Gutiérrez (1992); Gandier; Pinho (2018) para a análise documentária.

Para Peña, “o homem tem a grande capacidade de atribuir nomes às coisas da realidade e as criações de seu próprio interior” (Barité, 2015, p. 13, tradução livre). Dessa maneira, desenvolve práticas científicas para elaborar “vocabulários técnicos ou especializados” para estabelecer a organização da informação e do conhecimento, que comportam “a normalização dos termos e as situações comunicativas do grupo de usuário especializado”, garantindo estabilidade ao tratamento da informação para “transferi-la e divulga-la à sociedade, para tanto a prática de organização “analisa os termos e conceitos associados, pois são a forma de veicular os conteúdos documentais” (Barité, 2015, p. 13, tradução livre).

Organização do conhecimento pode ser entendida como “área do conhecimento de formação recente, que estuda as leis, os princípios e os procedimentos pelos quais se estrutura o conhecimento especializado em qualquer disciplina” (Barité, 2015, p. 120, tradução livre). Além disso, ainda pode ser vista com a finalidade de “representar tematicamente e recuperar a informação presente em documentos de qualquer natureza, por meios eficientes que deem resposta rápida às necessidades dos usuários” (Barité, 2015, p. 120, tradução livre).

Ademais, a organização do conhecimento “visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade” (Brascher; Café, 2008, p. 6). Somado a isso, a representação do conhecimento se constitui em uma “estrutura

conceitual que representa modelos de mundo” (Brascher; Café, 2008, p. 6), os quais representam e medeiam os objetos fenômenos, eventos e hábitos para a configuração de pensamento e ativam os processos cognitivos.

Outrossim, a representação do conhecimento “é feita por meio de diferentes tipos de sistemas de organização do conhecimento (SOC), que são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos” (Brascher; Café, 2008, p. 8). Os sistemas de organização do conhecimento são modelados a partir da interação da linguagem, a qual atua na intenção de estabilizar os valores semânticos evocados pelos conceitos, isto é, a linguagem especializada apresenta uma semântica normalizada a fim de promover uma experiência e, posteriormente, sua recuperação mental decorrente das práticas cognitivas de construção do conhecimento e memória.

Ainda pode ser compreendida por “processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representação do conhecimento” (Brascher; Café, 2008, p. 8). Por conseguinte, a representação do conhecimento é a transformação descritiva de um fato, uma ação, uma compreensão para um simulacro, para uma expressão, para uma frase a que compete a recuperação de toda experiência e concepção, “esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio” (Brascher; Café, 2008, p. 8).

Assim, o conceito pode ser entendido como “qualquer unidade de pensamento. Noção selecionada para reter como unidade de análise semântica”, por conseguinte é um “elemento do pensamento expresso, em geral, por um termo ou por um símbolo literal ou outro” (Faria; Pericão, 2008, p. 188).

Para Francelin e Kobashi (2011, p. 210), o conceito é responsável para estabelecer a comunicação na ciência, assim possibilitando o diálogo entre os campos científicos, isto é, “a construção do conceito depende basicamente de um referente, da emissão de juízos sobre o referente, de uma forma verbal (um termo ou um nome) e de uma maneira de usar essa forma verbal em um universo discursivo”.

Outrossim, para Barité (2015, p. 50, tradução livre), conceito pode ser definido como “abstração ou noção que se refere a uma unidade de conhecimento, independente, de sua expressão linguística e compreende o conjunto de seus recursos essenciais”, assim a teoria dos conceitos que caracteriza por se tratar de uma “área temática que analisa, descreve e estuda os aspectos teóricos e práticos da

criação, estrutura, desenvolvimento e aplicações interdisciplinares”, as quais correlacionam e direcionam os conceitos com “qualquer área do conhecimento” (Barité, 2015, p. 152, tradução livre).

O conceito é a engrenagem do conhecimento, por se tratar de um simulacro em que as construções sociais-históricas se efetivam, ao mesmo tempo em que é uma ponte entre um conhecimento de mundo estabelecido e a enunciação, promovendo o dialogismo entre discursos.

O conceito efetiva-se como um saber constituído veiculado pela interação informacional, a qual se engendra à cognição, promovendo um conhecimento resultante de experiência e percepção, ou seja, o conceito, em níveis informacionais, isto é, na configuração de uma proposição, realiza-se, através de raciocínio e inferência, na consolidação de um argumento. O conceito é a chave para o pensamento simular o mundo real, ou um objeto – um ser – inventado, pois é a linguagem em ação, a semântica canalizada em um construto capaz de transformar a realidade em signo.

Decorrente à importância do conceito para a organização e representação do conhecimento, práticas e métodos científicos foram desenvolvidos para garantir um processo de tratamento preciso e objetivo, já que é necessária a interação com a informação para chegar ao conhecimento.

Nessa linha, a representação da informação torna-se importante, pois além dos sistemas organizarem o conhecimento, efetuando categorias e classificações, também é preciso garantir sua efetiva recuperação a fim de que usuários possam acessar aquilo que já foi produzido de maneira rápida e com qualidade. Com isso, o conhecimento institucionalizado é transformado em informação representada em sistemas informacionais profissionais, técnicos e científicos, isto é, torna-se preocupação a criação de métodos e instrumentos para fabricar informação documentária (Kobashi, 2007).

A organização e a representação da informação são constituídas pelo uso de linguagem documentária, já que há “o reconhecimento de que a informação participa de diferentes estruturas de significação, o que motiva a reflexão permanente sobre os métodos de elaborar linguagens apropriadas para os diferentes contextos e seus públicos” (Kobashi, 2007, não paginado). Assim sendo, é válido destacar que “as linguagens documentárias são consideradas fundamentais, pois, sem elas não poderá haver comunicação e fluxo de mensagens” (Kobashi, 2007, não paginado).

A organização da informação se caracteriza por ser “organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjá-los sistematicamente em coleções, neste caso, temos a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônico” (Brascher; Café, 2008, p. 6). Para as autoras, os processos que se aplicam a objetos físicos são aplicados aos “objetos informacionais”, portanto devem ser tratados como processos de organização da informação (Brascher; Café, 2008, p. 6).

Arelada a essa concepção, pode-se reconhecer que a semântica é evocada a partir de contextos e do modo como a realidade é representada, ou seja, há uma relação com os aspectos utilitários dos itens, assim como a efetiva marcação dos juízos de valores semânticos na efetivação de um enunciado. A organização da informação é capaz de sistematizar os aspectos semânticos a serem representados e monitorados pelo enunciado, constantemente sua atuação é inerente à informação registrada, pois em um sistema informacional “o valor da informação depende do significado particular atribuído a ela pelo receptor desta informação, uma vez que ele a adota segundo um determinado propósito” (Brascher; Café, 2008, p. 4).

A organização da informação é um procedimento realizado para a comunicação em devir, ou seja, estabiliza a semântica com o fito de garantir a sua recuperação futura. Se a organização da informação é caminho para gerar novos conhecimentos, é a organização do conhecimento que garante suporte, estrutura e concepção decorrente de experiências para a formatação da organização da informação, visto que “o objetivo do processo de organização da informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação” (Brascher; Café, 2008, p. 5), através dos objetivos bibliográficos como localizar, identificar, selecionar entidades em arquivos ou base de dados e ainda permitir a navegação de usuários a fim de alcançar a informação por meio de generalização, associação, agregação de atributos relacionados por equivalência, associação e hierarquia semânticas.

Nessa medida, a organização da informação é “um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais”, por conseguinte seu produto é a representação informacional, “um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (Brascher; Café, 2008, p. 5).

Ademais, “alguns tipos de representação da informação são constituídos por meio de linguagens elaboradas especificadamente para os objetivos da organização

da informação”, fator que confere a necessidade de um processo cognitivo para efetuar tal descrição, por se tratar de um processo metalinguístico, sob o qual há uma transformação na substância semântica.

Portanto, a organização da informação é uma atividade de estabilização da forma, da expressão, no entanto seu desenvolvimento de representação promove uma ampliação da informação, através de aspectos de metalinguagem e é, neste ponto, em que a ampliação da informação, em extensividade e intensividade, promove uma interação entre referência, semântica e cognição, atualizando o conhecimento.

Assim, pode-se compreender que “a informação obtida por um indivíduo, para se transformar em conhecimento, dialoga com a sua cultura, seus valores e princípios, seu modo de ser e sua maneira de ver e compreender o mundo” (Lima; Alvares, 2012, p. 25). Outrossim, ainda pode-se evidenciar que “nem toda informação existente em um documento vai se transformar em conhecimento, pois quem aprende precisa ter os elementos fundamentais para a decodificação da informação”, os quais são decorrentes de experiências, das construções subjetivas, das interações sociais, as quais permitem “fazer a correlação dessa informação com as estruturas mentais e conhecimentos correlatos mínimos que possibilitarão o entendimento e, se for o caso, a geração de novos conhecimentos” (Lima; Alvares, 2012, p. 25).

A organização do conhecimento e da informação caracterizam-se por serem práticas cognitivas e intelectuais, pois exigem conhecimento prévio sobre os conteúdos a serem tratados nos documentos, já que não é uma prática de verificação de linguagem documentária, visto que o processo de descrição é uma composição metalinguística, a qual requer apontamentos eficientes e efetivos sobre o conteúdo.

Dessa maneira, a análise e tratamento documental devem ser realizados com muita atenção e, principalmente, sob estratégias de leitura e interpretação que possibilitem a sistematização de parâmetros de verificação e inquirição dos aspectos semânticos, os quais não devem ficar aos limites da hermenêutica, dos aspectos heurísticos, bem como devem se manter distantes das interferências idiossincráticas na construção de inferências.

De fato, a análise documentária “ocupa uma posição central nas ações teóricas da Organização do Conhecimento, por meio de procedimentos necessários para garantir a tradução adequada do conteúdo dos textos – tanto científicos quanto ficcionais – com vistas à futura recuperação” (Gandier; Pinho, 2018, p. 13).

Para tanto, “é necessário que os textos sejam submetidos a métodos de representação da informação em conformidade com o seu conteúdo, fornecendo ao usuário o que ele procura” (Gandier; Pinho, 2018, p. 13). Nessa linha, observa-se que a análise documentária é decorrente de fatores cognitivos aplicados na identificação dos conceitos, portanto há um tratamento que visualize a organização e a representação do conhecimento, bem como há a construção de sistemas informacionais, através de linguagem informacional especializada, assim denominada de linguagem documentária para que essa informação seja recuperada.

A recuperação da informação também é um processo cognitivo tendo em vista que o usuário necessita aplicar um conhecimento de mundo, construído a partir de experiências para orientar as pesquisas, do mesmo modo que é necessário que o profissional da representação aplique processos cognitivos para estabelecer a construção metalinguística, responsável pelo desenvolvimento da representação da informação, como ainda o usuário, através dessas informações identifique a coerência entre o conhecimento, o sistema informacional e seu conhecimento previamente construído.

O mundo humano é um mundo essencialmente de significação; a análise documentária visa ao reconhecimento dessa significação manifestada nos documentos através de simulacros responsáveis por veicular o enunciado, o processo de enunciação e o dialogismo entre os discursos, os quais são convertidos em conceitos e estes alinhados a termos – linguagem documentária – para efetuar a representação e a recuperação. O mundo significa algo à medida que signos são atribuídos a objetos, fenômenos, eventos, que configurem comportamento, conduta, hábitos e valores decorrentes de experiência cognitiva.

Assim, como a mente busca a regularidade para compreender esses fenômenos, a análise documentária tem o objetivo de transformar o caos informacional em cosmo cognitivo, o qual efetiva a existência em uma normalização da realidade.

A análise documentária, para Barité (2015, p. 27, tradução livre), é um “exame exaustivo ou sumário de um documento com a finalidade de descrição, classificação, indexação ou resumo, para facilitar sua incorporação a uma coleção e sua recuperação ou acesso quando seja requerido por um usuário”. Além disso, por ser um procedimento diretamente relacionado à organização e representação da

informação, é sempre vinculada à análise temática ou análise de conteúdo (Barité, 2015, p. 29, tradução livre).

Por outro lado, a análise documentária “se orienta mais à formulação de problemas que à correção de procedimentos inadequados. Isso se deve ao vazio existente em torno de um teórico necessário, à falta de um modelo geral de referência” (García Gutiérrez, 1992, p. 12, tradução livre), tendo em vista que o surgimento da análise documentária foi marcado pela aplicação de métodos heurísticos, sustentados pelo bom senso e avaliada como uma disciplina de fundamentos hermenêuticos (Cunha, 1984).

Frente a isso, é válido destacar que “a investigação da análise documental deve realizar-se dentro de um paradigma teórico que globaliza e interrelaciona cada um de seus componentes” (García Gutiérrez, 1992, p. 15, tradução livre). Consequentemente, esse paradigma deve ser estruturado a partir dos estudos acerca da linguagem, principalmente na tradução da linguagem natural para a linguagem especializada. Ademais, “para poder simular a análise documental, ou alguns de seus componentes, é preciso, primeiramente, objetivar e modelizar os processos de leitura pragmática realizados pelo ser humano” (García Gutiérrez, 1992, p. 16, tradução livre).

Pode-se entender que a análise documentária norteadas por aspectos semânticos constituídos por critérios teóricos e técnicos decorrentes de teorias da linguagem apontam caminhos satisfatórios para estabelecer práticas e estratégias de interpretação, pois estas são realizadas, fundamentadas por procedimentos que analisam a semântica não por fatores subjetivos, heurísticos, herméticos ou idiossincráticos, mas, sim, por métodos capazes de normalizar a compreensão semântica decorrente da correlação entre signo, experiência e objeto.

Sendo assim, a análise documentária decorrente de aspectos semânticos identificam no discurso e na prática de enunciação a construção de simulacros capazes de representar a realidade, consequentemente evocar os conceitos desenvolvidos no documento, não apenas preso ao termo registrado, mas à significação decorrente da enunciação e da confrontação, verificação e inquirição dos discursos e da figuratividade construído decorrente à sua aplicação, garantindo, assim, uma semântica próxima aos aspectos pragmáticos e não fechada em um valor idealmente estabelecido.

Acerca dessa prática, é importante destacar que “o indexador é um leitor que interage com o texto para cumprir o objetivo da indexação. Nessa interação, o

indexador lê o texto”, objetivando cumprir uma leitura profissional, identificando os conceitos e o contexto para verificar elementos que influenciem suas escolhas (FUJITA; RUBI, 2006, p. 1). Além disso, “a dificuldade do indexador frente à complexidade da análise de assunto de documentos com objetivo de indexação” encontra os mesmos procedimentos semântico-cognitivos que “a dificuldade de um leitor frente a um texto com o qual é preciso interagir a distância com as ideias de um autor, acrescentando aí, a variável contexto do sistema de informação, além da formação e atuação profissional do indexador” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 2).

O processo de leitura de um indexador é norteado, em sua maioria, no reconhecimento de conceitos manifestados nos enunciados dos documentos, o que pode se caracterizar que “a principal estratégia observada nos protocolos verbais foi a identificação de conceitos, cujo acionamento e sistemática dependeram do uso da estratégia de exploração da estrutura textual” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 3).

Assim, “o indexador especialista, por ter o domínio do assunto, realiza a leitura conceitual com movimento de leitura descendente (top-down) porque utiliza mais estratégias cognitivas e menos estratégias metacognitivas”, mecanismo que evidencia que há a identificação de *scripts*, pois “durante a leitura conceitual, não usa associação com linguagem para a identificação e seleção de conceitos e a compatibilidade dos termos selecionados com a linguagem do sistema é alta” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 4). Sendo assim, a organização e representação da informação está vinculada à análise de enunciado, visto que “podemos considerar que a leitura do indexador do Centro de Informações Nucleares é realizada dentro da concepção de análise de assunto orientada para o conteúdo” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 4) e não para a intencionalidade.

Por outro lado, a análise documentária fundamentada na enunciação é mais complexa e pode ser um grande desafio para os sistemas de indexação automática, no entanto sua prática evidencia uma organização e representação responsáveis por um processo mais dinâmico, já que, por um lado, a informação presente nos documentos será representada não apenas decorrente do reconhecimento de conceitos à base de *scripts*, mas, sim, uma representação decorrente de um processo semântico-cognitivo que identifica a intencionalidade e garante aspectos como representatividade, pois a condução da representação não se prende a um hábito, a um protocolo previamente estabelecido.

Ao abordar a enunciação, o processo de análise documentária possibilita uma revitalização dos *frames*, visto que a estes há a possibilidade de ampliação conceitual.

Nesse sentido, a informação reconhecida torna-se caminho para a ampliação semântica dos conceitos, conseqüentemente, atualiza-se o conhecimento. Sendo assim, nessa configuração, a representação da informação permite que haja uma atualização na organização e representação do conhecimento.

Sendo assim, pode-se entender que uma análise da enunciação recupera os valores estabelecidos através da organização e representação do conhecimento, a qual conduz o trabalho de leitura, tratamento e indexação dos documentos, possibilitando que a organização e a representação da informação tenha parâmetros na extração dos conceitos e sua conversão em descritores adequados para garantir a semântica, todavia, ao analisar os aspectos enunciativos, identifica-se a significação, através de processos cognitivos, que são decorrentes da experiência, permitindo que haja maiores e melhores descrições, ou seja, há um processo metalinguístico que amplia a representação da informação, sendo esta capaz de atualizar o conhecimento.

A intencionalidade presente em um texto é responsável pela semanticidade, e esse conjunto de conceitos, organizados como uma rede, efetivam o raciocínio, o qual ativa o processo cognitivo de compreensão de um texto. A interpretação de um texto não se limita a identificar elementos gramaticais presentes em seu enunciado, mas, sim, nos propósitos discursivos, revelados pela prática enunciativa, portanto uma boa interpretação identifica e considera a presença de fatores implícitos como pressupostos, acarretamentos e subentendidos.

É fato que a linguagem documentária carrega em si fatores que a competem como *frames*, por isso representam um conjunto de conhecimentos partilhados que são recuperados em sua manifestação como pressupostos e acarretamentos. No entanto, a produção do texto pode direcionar a compreensão para diversos subentendidos, muitos fundamentais para saber se o texto confirma um discurso previamente construído, ou se trata de uma abordagem inovadora, por exemplo um documento cuja representação seja conduzida pela linguagem especializada “Análise Documentária”, não é suficiente para indicar se trata de um texto que destaca a metodologia e epistemologia da década de 1980, em que aceitava uma análise fundamentada em bom senso, ou se trata de uma abordagem contemporânea, que busca por critérios metodológicos, estratégicos para efetuar uma prática mais próxima da cognição e da relação signo e objeto.

É importante destacar no processo semântico-cognitivo que “quando se trata do significado de uma palavra, nossa informação acerca de todas as relações e

implicações que ele pode abarcar é incalculavelmente mais complexa e detalhada do que aquela que o espaço de um verbete pode apreender” (Maia, 2015, p. 62). Além do mais, como aponta Garcia (2015, p. 62) acerca do léxico mental, “antes de chegar à ativação da unidade relevante para a linguagem [...] o estímulo ou a intenção deve percorrer caminhos periféricos que codificam informações perceptuais e intencionais com a informação linguística central”.

Dessa maneira, “a direcionalidade da informação também deve ser um fator a ser considerado, uma vez que a linguagem tem um caminho de entrada (percepção) e um caminho de saída (produção)” (Maia, 2015, p. 63). Assim, uma análise direcionada ao reconhecimento gramatical está próxima à concepção formalista, enquanto a análise funcionalista explora os diversos elementos que envolvem a produção semântica, não apenas a observação dos fatores estruturais e sistemáticos, mas, principalmente, a análise desses fatores na construção da significação.

Entre os pressupostos funcionalistas, há a “ideia de que a significação não se baseia numa relação entre os símbolos e dados de um mundo real de vida independente, mas no fato de que as palavras e as frases assumem seus significados no contexto” (Cunha *et al.*, 2015, p. 16). Nessa perspectiva, a organização do conhecimento proporciona ferramentas instauradas decorrentes das diversas análises de contexto, assim a linguagem especializada aplicada para evidenciar esses campos e áreas do conhecimento são consequência de um trabalho semântico-pragmático, resultando em conceitos que evidenciam um padrão construído culturalmente, de forma ampla, ou sistemática dentro de um domínio.

Esses conceitos, produtos cognitivos da organização do conhecimento não devem ser reconhecidos como uma simples representação linguística, já que sua elaboração provém da análise extralinguística, do conflito entre pensamento, signo, objeto e fenômeno. O conceito como signo não deve ser entendido como arbitrário, porque dele não se evoca um sentido construído isoladamente, mas, sim, através de motivações fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas, decorrentes das relações sociais, culturais e históricas.

Nesse aspecto, o conceito é resultante de interações semântico-cognitivas, assim como também é engrenagem para a cognição de quem interage com sua significação, já que possui um papel de iconicidade dentro do universo da organização e representação do conhecimento e da informação. O conceito construído nos moldes do conhecimento atua no alinhamento da informação como uma anáfora e como uma

catálise, garantindo que seu sentido seja compreendido através do mecanismo cognitivo denominado de conhecimento partilhado, o qual se realiza diante do compartilhamento de informações e conhecimentos por um mesmo grupo.

Sendo assim, informação e conhecimento humanos são articulados pela aplicação de uma linguagem verbal. A linguagem natural é a grande articuladora da significação, já que é nessa versão em que os documentos se constroem e articulam enunciações e discursos. Frente a isso, sua tradução em linguagem especializada não é uma simples cópia, ou reprodução dos aparelhos linguísticos. Essa tradução é resultado de um processo semântico-cognitivo, visto que a elaboração de uma linguagem documentária, bem como de sistemas de organização do conhecimento envolve diversos fatores que contribuem na construção semântica, os quais são resultados de fatores cognitivos, assim como são geradores de aspectos cognitivos.

A linguagem tem grande impacto nos aspectos cognitivos, seja pela natureza semântica entre o signo e o objeto, seja pela articulação de enunciados e enunciações responsáveis pela materialidade e veiculação da informação, na qual os aspectos de extensividade e intensividade acerca dos conceitos e seus atributos direcionam a significação.

Nessa perspectiva, a cognição interfere e contribui para a organização do conhecimento, visto que a categorização, a classificação, a catalogação não são meros apontamentos, mas, sim, uma sistematização de saberes que se organizam de forma lógica e conduzidos pela aprendizagem humana diante de todo conhecimento acumulado pela humanidade ao longo da história.

Os instrumentos de representação do conhecimento, nesse aspecto, são produtos que inter-relacionam a cognição, a inteligência e a computação linguística, visto que os resultados são decorrentes de sistematizações e procedimentos de ordem morfológica, sintática para a construção de uma linguagem informacional capaz de retratar os aspectos semânticos e pragmáticos dos campos e áreas científicas ou culturais.

Ademais, as estratégias de leitura e compreensão, assim como de produção de texto, estão presentes na análise documentária, a qual exige o processo cognitivo a fim de reconhecer a rede semântica que se estabelece no enunciado e na enunciação. Tal rede semântica traduz a ordem de conceitos capazes de representar o conhecimento manifestado no documento. Todavia, é importante que as técnicas de tratamento e análise documentária transpassem a leitura de reconhecimento de

conceitos presentes no enunciado, pois a informatividade de um texto está manifestada na enunciação, assim como o reconhecimento dos discursos e da intencionalidade.

2.2.1 Escola Francesa

A análise documentária se concentra nos processos de tratamento e análise do documento, na verificação da linguagem documentária adequada ao domínio de representação da informação. A análise documentária também atua nos processos de identificação e de seleção de descritores adequados para elaboração de objetos informacionais capazes de representar os documentos nos sistemas de informação, assim permitindo que o acesso seja mais rápido, eficiente e preciso.

Para Maimone (2019, p. 113), em análise documentária, “[...] a leitura perpassa todo o processo de representação da informação de modo que é fundamental para atribuição de termos de indexação e elaboração de resumos documentários”. Nesse sentido, a análise documentária torna-se “[...] parte do processo cognitivo que ocorre simultaneamente às atividades” (Maimone, 2019, p. 113).

Além disso, Maimone (2019) menciona que a análise documentária pode ser constituída em fases: “[...] análise, síntese e representação são as mais conhecidas, porém existem outras operações, algumas intelectuais e outras práticas, que estão presentes nessas etapas simultaneamente” (Maimone, 2019, p. 117).

Nessa linha, Maimone (2019, p. 117) destaca que:

Para indexar um documento é necessário, em primeiro momento, sua identificação total: o que é este material (livro, artigo, jornal, poesia)? como está escrito (tipologia textual - argumentativo, dissertativo, narrativo, imperativo etc.)? a quem se dirige (adolescentes, crianças, adultos, todos)? qual o objetivo do texto (persuadir, informar, promover diversão)? A partir destas questões e provavelmente de outras que se fizerem necessárias e cabíveis, parte-se para a análise do texto iniciando pela leitura atenta de suas partes mais importantes (leitura técnica); neste momento o bibliotecário ativa seus conhecimentos acumulados sobre o assunto, trabalhando com a perspectiva de identificar o tema central e periférico, além de, simultaneamente, analisar sua superestrutura textual. Organizando e anotando as ideias principais em um rascunho segue-se para a organização dos conceitos, de preferência em ordem hierárquica de relevância. Ainda em relação ao texto de partida é essencial verificar sua organização em estruturas, aspectos de coesão e coerência e o grau de novidade que apresenta. Reunindo todas as informações importantes é possível encaminhar-se para a elaboração do resumo documentário, lembrando porém, que toda condensação de conteúdos requer, inevitavelmente, generalização e perda de informação semântica; fato potencializado na atividade de indexação (Maimone, 2019, p. 117).

Assim sendo, Maimone (2019, p. 124) ainda aponta que a análise documentária atua naquilo que “[...] tange a produção de informações documentárias, notadamente na elaboração do resumo documentário”. É sob esses aspectos que “a redação de resumos documentários deve ser exercitada levando-se em consideração questões teóricas e práticas (normas e recomendações) [...]” (Maimone, 2019, p. 124).

A construção conceitual da análise documentária ocorreu na França, em meados da década de 1960, decorrente aos trabalhos de Gardin, Coyaud e Chaumier, em que destacavam a necessidade do uso de linguagens especializadas para proceder a representação do documento. Essa linguagem não poderia ser a linguagem natural, pois era preciso combater os problemas de ambiguidades, polissemia e homonímia no processo de recuperação da informação (Guimarães, Moreiro González e Alencar, 2012). É válido destacar que essa abordagem está alinhada aos fatores epistemológicos da linguística apresentada através da semiologia de Saussure, como também há contribuições do formalismo na constituição de uma linguagem científica (Martines, 2020).

Consoante Cunha (1989) era preciso a implementação de procedimentos direcionados à identificação e à seleção de conceitos para a representação, os quais fossem sistematizados e objetivos, assim combatendo as operações empíricas de bom senso dos profissionais da informação, o que se configurava como critérios diversificados e de natureza subjetiva, ou seja, procedimentos e mecanismos sem caráter de cientificidade para o processo de representação.

A linguagem documentária tornou-se o principal instrumento para atuação da análise documentária na representação da informação manifestada no documento. Sem explorar, nesse primeiro momento, os fatores discursivos, semióticos e cognitivos que envolvem a linguagem e a significação, os teóricos da análise documentária buscaram na linguística (semiologia, morfologia, lexicologia, lexicografia, terminologia, gramática gerativa) e, na lógica, fundamentos teóricos para ajustar as dimensões teóricas da linguagem documentária. Assim, configuraram-se sua constituição ontológica, como instrumento de representação do conhecimento e mediação entre a informação e o usuário, como também fatores de significado associado à semântica e à lógica, presentes nas relações sociais que influem a construção dos valores de sentido.

Para Lara (2004b, p. 91), “a organização da informação via linguagem documentária tem sua importância aumentada contemporaneamente, quando se

deseja contar com mecanismos que desempenhem o papel de filtros para a recuperação, dado o grande volume de informações recuperadas na Internet”. Além disso, Lara (2004b, p. 91) enfatiza que a linguagem documentária “[...] para exercer esse papel, não pode ser formulada de modo aleatório”, por isso recorre “[...] à terminologia, visando a garantir referenciais para a organização de campos temático-funcionais”. Outrossim, “um dos instrumentos fundamentais para tal estruturação é a definição, que permite, dentre as inúmeras possibilidades de organização, a determinação do campo de interpretação do termo e sua inserção em um campo temático” (Lara, 2004b, p. 91).

De todo modo, a análise documentária atua como processo comunicativo. Guimarães, Moreiro González e Alencar (2012, p. 5) destacam que a análise documentária atua como “[...] um conjunto de operações cognitivas de natureza analítico-sintética”, dessa forma é responsável por transformar, através de “[...] reconhecimento e da representação seletiva do conteúdo, o documento original em outro mais exequível”.

Esses apontamentos evidenciam uma concepção tradicional dos fundamentos teóricos da análise documentária. Frente a isso, é necessário refletir e debater sobre o conteúdo representado, pois se trata do conteúdo informacional ou do conteúdo complexo? Visto que este último apenas se manifesta através de estratégias de verificação da significação, por isso, em destaque, esta pesquisa elegeu a semiótica como teoria teórica-especulativa e aplicada para proceder esse tipo de análise e interpretação.

Guimarães, Moreiro González e Alencar (2012) apontam que a análise documentária atua, conseqüentemente, na produção de documentos secundários, ou melhor, de novos documentos, os quais são capazes de recuperar o documento original. Nessa relação entre documento original e documento elaborado para sua representação surge o que é denominado informação documental, a qual se manifesta através de um resumo ou de um índice (Guimarães, Moreiro González e Alencar, 2012).

Diante disso, é importante apontar que o documento se caracteriza por ser um gênero textual específico, composto por regras específicas, que o caracteriza por ser um determinado modelo de comunicação e apresentação de argumentos, o qual é manifestante de um gênero discursivo que compõem diversas linhas discursivas, conseqüentemente proporciona diversos roteiros de leitura (Bakhtin, 2016).

Decorrente à interação entre documento e profissional, outro documento é elaborado, um documento secundário, responsável por articular a informação documental, portanto há a sistematização de um outro gênero textual (Bakhtin, 2016), o qual assume, diante à comunidade, um modelo social-científico de atuação e construção da significação, conforme a veiculação de discursos, sejam eles elaborados em ato, sejam constituídos a partir de um já-dito (Foucault, 1996, 2007).

Nessa situação, é pertinente levantar a questão sobre os aspectos sociais presentes na representação, pois não há marcas na enunciação acerca dos actantes envolvidos na construção da informação, por conseguinte há apagamentos de marcas ideológicas, de poder ou de representatividade. Se esses elementos são destacados e reconhecidos no documento original, por ser uma manifestação de construção de argumentos e imbuída de elementos socioculturais ou científicos, a mesma afirmação não se pode dizer desse segundo documento, realizado para um fim específico, porém não deixa de existir todo o processo de construção textual na esfera do simbólico e das interações sociais.

Assim, na relação de interlocução, haveria como actantes a instituição e o usuário, pois o profissional da informação não atua como sujeito construtor de discurso, o que poderia lhe atribuir uma definição de actante informacional, pois ele não é produtor de uma informação marcada por intencionalidades, mas, sim, atua como um articulador da programação institucional, sobretudo devido à incidência de normas e de políticas.

No entanto, quais seriam os instrumentos para verificação da construção discursiva desses documentos? Tendo em vista que o discurso se constrói oriundo das interações sociais e das trocas de informação no simbólico e toda construção manifesta a ação de um ser (mente) sobre outro (Bakhtin, 2016). As instituições não são produtoras de discurso (Foucault, 1996), dessa forma de quem é a responsabilidade social, política, jurídica e científica sobre a intencionalidade e a aspectualização presentes na constituição do segundo documento?

Em linhas gerais, a análise documentária é um procedimento muito importante para a representação da informação, por isso é bem útil para as atividades da ciência da informação, por conseguinte da organização do conhecimento e da informação. Dessa maneira, por haver preocupações centradas aos aspectos direcionados à organização e à representação do conhecimento e da informação, a constituição de metodologias e instrumentos para tratar a informação perpassam pela linguagem

documentária, que se caracteriza por ser um recurso sofisticado que dialoga com as questões temáticas, cognitivas, sociais e científicas, por isso é uma condensação de conhecimentos, ativadora de *background* e atua como vocabulário controlado para otimizar a indexação e a busca de informações.

Conforme Vogel (2007, não paginado), “o conceito de Linguagem Documentária foi se refinando com o passar dos anos. E conseqüentemente, a metodologia de construção de Linguagens Documentárias foi também sendo aprimorada”. Além disso, destaca-se que o foco de suas atividades partiu “da simples identificação de ocorrência e frequência dos termos na literatura, passou-se a propor o arranjo organizacional dos termos que têm, na noção de estrutura linguística, uma de suas referências principais” (Vogel, 2007, não paginado).

Vogel (2007, não paginado) revela que “com Gardin, as Linguagens Documentárias são incluídas no campo de Análise Documentária e é com García Gutiérrez que começa a tomar forma um sub-campo articular denominado Linguística Documentária”. Nesse aspecto, entende-se que “[...] as Linguagens Documentárias integravam o processo de Análise Documentária” (Vogel, 2007, não paginado). A análise documentária, por sua vez, “[...] envolveria o desenvolvimento de metalinguagens que precisam ser elaboradas de forma independente, por campos separados, mas que exibem similaridades estruturais” (Vogel, 2007, não paginado).

Esse procedimento metalinguístico está vinculado ao aspecto de definição e de descrição. Com isso, consiste na apresentação da informatividade dos conceitos e como estes são aplicados em cada domínio e em cada campo do conhecimento. Desse modo, é permitido que haja associações semânticas e de uso, possibilitando que o usuário navegue entre essas definições a fim de encontrar os recursos de identificação que melhor se ajustem às suas necessidades informacionais.

As construções metalinguísticas permitem que a elaboração das linguagens documentárias seja ampla e, ao mesmo tempo, específica. Por um lado, permite a correlação entre os diversos campos que apliquem tal conceito e como este é ajustado aos discursos produzidos pelos estudiosos e pesquisadores; por outro, sua especificidade permite ao usuário identificar a informação documentária, ou ainda, o roteiro informacional em que esses conceitos se aplicam e se desenvolvem sem deixar divergências, dúvidas ou desacordos acerca de sua aplicabilidade.

De acordo com Vogel (2007, não paginado), a “[...] Análise Documentária utiliza as Linguagens Documentárias, contudo não é responsável por sua elaboração”.

García Gutiérrez (1984, 1990) defende que a elaboração da linguagem documentária é responsabilidade da linguística documentária (Tálamo; Lara, 2006). No entanto, as bases teóricas para fundamentar essa atividade permanece secular às discussões apresentadas por García Gutiérrez, Izquierdo Arroyo e Lara. Martines (2020) aponta os fundamentos linguísticos e semióticos que fundamentam as teorias da linguística documental e da semiótica documental visando aos processos de elaboração de linguagem documentária e de aplicação da análise documentária.

Embora esses autores tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento e difusão dessas concepções sobre análise documentária, linguística documentária e semiótica documental e como se relacionam com a elaboração e aplicação das linguagens documentárias, é preciso haver novas investigações acerca das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem com o fito de atualizar os aspectos teóricos, ontológicos e epistemológicos das linguagens documentárias. É preciso discutir os aspectos semânticos, da pragmática e semióticos que se aplicam à significação e como se apresentam na elaboração das linguagens documentárias, visto que esta atua como catálise e ativa o conhecimento, portanto sua ação depende de fatores discursivos e cognitivos para alcançar a eficiência.

De todo modo, as linguagens documentárias norteiam os procedimentos aplicados pela análise documental, visto que sua função primordial é gerenciar a análise e o tratamento da informação para a realização de uma representação eficaz cuja finalidade é recuperar e disseminar tal informação, bem como seu fluxo informacional ou informação documental.

Vogel (2007, não paginado) identifica a evolução da linguagem documentária tanto na linha francesa como na linha brasileira, destacando os principais termos aplicados para sua identificação e como ocorreram as evoluções teóricas sobre seu uso e definição. Frente a essa análise, Vogel (2007, não paginado) defende que as linguagens documentárias atuam como “[...] instrumento de comunicação para contextos específicos, como uma construção que atende, simultaneamente, aos objetivos e necessidades de seus usuários, da instituição que produz e organiza o conhecimento, das atividades etc.”.

Somado a isso, pode-se afirmar que as linguagens documentárias “[...] utilizam, em sua elaboração, referências e parâmetros linguísticos, principalmente os da linguística estruturalista” (Vogel, 2007, não paginado). Essa declaração ratifica os argumentos desta pesquisa que destaca a formação teórica sobre a linguagem

aplicada no cenário da organização do conhecimento, por conseguinte evidencia a necessidade de atualizar as linhas epistemológicas das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem devido aos fatores que envolvem a significação, o discurso e a cognição.

Ainda tratando de análise documentária, é preciso destacar que seu objeto de análise são textos científicos. Portanto, os objetivos de sua aplicabilidade se concentram em tratamento do conteúdo informacional manifestante em documentos a fim de descrevê-los através da linguagem documentária adequada ao domínio. Assim, permite-se a condensação e a representação dessa informação selecionada e articulada nesses recursos de comunicação dinâmica para que seja possível haver a recuperação dessas informações no futuro.

Outro ponto importante sobre a análise documentária é a sua concepção de ser um conjunto de operações realizadas para representar o conteúdo do documento. Para a realização desse procedimento, há o destaque sobre os procedimentos voltados para a identificação e a seleção de conceitos (da ordem do poder-fazer), contudo pouco se discute como promover (da ordem do fazer-fazer) esse procedimento. Frente a isso, é proposta a reflexão acerca dessas operações, visto que, na constituição epistemológica da análise documentária, os fatores linguísticos aplicados à linguagem documentária são estruturalistas, portanto essas operações seguem um modelo estrutural de leitura e análise.

Frente a isso, as teorias da linguagem e a filosofia da linguagem podem contribuir com a área para efetivar a atualização de seus fundamentos, delineando procedimentos e instrumentalização das operações explorando a ação do signo, como também o percurso gerativo da significação. Nesse sentido, o processo que envolve o reconhecimento de temas e figuras, podem seguir os diagramas de aspectualização, em que se evidenciam mecanismos de reconhecimento da coesão, da coerência e da congruência.

Ponto central para articular a consolidação da aspectualização temática e figurativa que se apresenta no enunciado dos documentos é o reconhecimento dos aspectos semânticos que viabilizam a isotopia. Assim, acessar a isotopia do texto é demarcar suas ramificações semântico-discursivas e evidenciar os campos semânticos e as redes semânticas.

Nessa linha, entende-se, como campo semântico, o conjunto de semas (atributos semânticos) destinados a descrever um ser, ou ainda a correlação de seres

que pertencem a um conjunto de ideias ou ainda descrevem sua funcionalidade, por isso o campo semântico é da ordem ontológica e teleológica, como exemplo, casca, polpa, semente para tratar de atributos de uma fruta, ou ainda, a correção de arroz, maçã, macarrão, biscoito para se referir à comida.

Já a rede semântica é o conjunto de argumentos ou interdiscursos que se entrecruzam e conectam elementos que, comumente, não fazem parte do mesmo campo, contudo, na ação discursiva, criam uma conexão semântica, como por exemplo, correlacionar capitalismo, fome, corrupção, desmatamento, colonialismo. Esses conceitos isoladamente pertencem cada qual a um nicho discursivo, porém a depender da composição do texto e a incidência do *ethos* discursivo, é possível que sejam correlacionados para explicar circunstâncias argumentativas, através de conhecimentos partilhados constituídos em um já-dito.

Sob esse aspecto, é possível analisar as etapas de manifestação da informação, do sentido e da significação, podendo observar os níveis de imanência presentes nos níveis de pertinência propostos pelas práticas semióticas, assim destacando as práticas, as estratégias, o *ethos* e as formas de vida.

Também é possível identificar os mecanismos de enunciado, enunciação e discurso previstos nos estudos da pragmática que se concentram sobre o ato de fala (ato ilocucionário e força ilocucionária), isto é, a sinergia discursivo-informacional e sobre os aspectos discursivos, ou ainda como esses fatores são analisados pela semiótica discursiva, pela semântica da enunciação ou semântica cognitiva.

Além disso, é possível analisar os fatores cognitivos relacionados à forma como os objetos afetam o interpretante, assim a semiótica peirceana oferece a metodêutica para analisar a construção cognitiva da semiose e do hábito mental, como ainda oferece o pragmatismo com o fito de verificar a correção da representação da informação, como ainda delimitar a conduta frente ao fluxo informacional.

Os procedimentos devem ser estratégicos e sistematizados para que a extração da informação presente no documento original seja plena e eficiente, mas também é preciso que se mantenha a essência temático-argumentativa do texto-documento original. Dessa maneira, o trabalho de representação da informação exige leitura estratégica, não direcionada à compreensão do conteúdo complexo, mas, sim, a apreensão do conteúdo informacional, pois, embora deva ser precisa na representação, é necessário que a atividade seja rápida para atender a demanda.

Nesse aspecto, uma leitura voltada para o reconhecimento da isotopia, dos intertextos, dos interdiscursos acaba sendo mais eficiente para tratar e evidenciar os aspectos temático-argumentativos do documento, visto que a análise documentária não se preocupa com as discussões, debates, análises e procedimentos diretamente vinculados à aprendizagem. Dito isso, é possível evidenciar, ao menos, dois caminhos de leitura e interpretação: a) leitura documental: voltada para o reconhecimento do conteúdo informacional manifestado no documento; b) leitura crítica: aplicada para acessar o conteúdo complexo manifestante no documento.

Como elementos da análise documentária, podem ser destacados os processos (análise, condensação, representação); produtos (índices e resumos); instrumentos (classificações, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros, terminologias) (Guimarães, 2008). A aplicação dos aspectos teóricos e práticos da semiótica e das teorias da cognição possibilita delinear os procedimentos de análise, de condensação e de representação de modo mais específico e estratégico, visto que essas teorias trazem em seu bojo apontamentos de como proceder frente ao tratamento dos elementos que compõem o texto, sua organização temática, sua orientação argumentativa e como afetam uma mente e ativam a cognição para efetivar a aprendizagem e construir ou recuperar o conhecimento.

A linguagem documentária possui um caráter de generalização, pois a representação da informação não visa a operar informações particulares do texto. Além disso, Kobashi (1996, p. 10) declara que “os termos da linguagem documentária são, portanto, unidades semânticas orientadas para a univocidade, já que o seu significado é delimitado por operações de fixação semântica”, fator que caracteriza a informação documental como conteúdo prefixado.

Todavia, Kobashi (1996, p. 10) destaca que “[...] as unidades da linguagem documentária, embora sejam fixadas semanticamente, pelo fato de designarem classes, e não informações particulares, elas tendem a veicular informações que apresentam certo grau de imprecisão”. Essa declaração reafirma a preocupação com a univocidade no processo de representação, mas também demonstra que não há uma relação direta entre instrumentos de representação (documento secundário) com o documento original, ou seja, a linguagem documentária está atrelada à sua capacidade semântica de organização de categorias e classes do que a identificação de um documento específico.

Desse modo, a linguagem documentária é catálise de discursos agrupados sobre determinado tema e não uma catálise de discursos determinados condutores de conhecimentos elaborados e de documentos constituídos no núcleo das discussões sobre uma determinada área do saber. Nesse sentido, a linguagem documentária é instrumento de identificação temática, de modo generalizado e com pretensões de valores sociais universais.

Nesse processo, a instrumentalização aplicada à recuperação da informação ocorre pela correspondência, coordenação e compatibilidade lexical, morfológica e semântica. A ocorrência de equiparação entre descritores e palavras-chave é o que movimenta a ação de recuperação da informação, por isso a forma e a expressão ganham mais importância do que mecanismos relacionados à análise e à interpretação do conteúdo complexo.

Sendo assim, os fundamentos da leitura e da interpretação são importantes como etapa da análise documentária, destinados ao tratamento informacional do documento, com isso permitindo destacar, representar e recuperar o conteúdo informacional do texto, ou seja, não se trata das discussões e argumentos construídos, tampouco a performance que os conceitos efetivam na construção do documento, mas, sim, trata-se dos aportes temáticos que o documento é capaz de suscitar. Desse modo, trata-se de mecanismos formais que visam se amparar no significado imanente para projetar, como instrumento de navegação, caminhos para o usuário acessar aquele documento, não exatamente pelo seu conteúdo, mas, sim, pelo compartilhamento temático.

Gardin (1974, p. 81, tradução livre) afirma que “a passagem do texto original para esse gênero de representação [...] é, sem dúvida, uma operação semântica, mesmo que ela não obedeça, na maioria das vezes, a nenhuma espécie de regra precisa [...]”. A afirmação sobre a falta de regra para tratar dos aspectos semânticos demonstra a falta de uma base teórica da semântica mais consolidada, pois as linhas da semântica tratam o significado, o sentido e a significação conforme alguns fundamentos, como ainda teorias mais recentes têm apresentado modelos de sistematização da relação semântica, discurso e cognição.

Gardin (1974, p. 82, tradução livre) continua afirmando que “[...] cada organismo de documentação, cada analista se limite a buscar no documento ocorrência de uma certa regularidade interna, fundada muito mais na experiência ou no hábito do que em algum tipo de procedimento explícito”. Diante disso, fica claro

que a origem da análise documentária foi estruturada em práticas empíricas, todavia é preciso que haja procedimentos científicos para validar o processo de leitura, interpretação e análise, pois um documento é capaz de oferecer diferentes modelos de representação, já que o enunciado permite a incidência de pluri-isotopias, portanto há diversas ramificações temáticas e figurativas que podem ser funcionais para o uso da informação.

Nessa linha, entende-se que a informação documentária é resultante de “[...] uma representação particular, porque, sob as suas diversas formas de manifestação, deve procurar responder às exigências impostas pela recuperação da informação, mantendo, com o texto original, uma relação de similaridade” (Kobashi, 1996, p. 12). Essa afirmação levanta alguns questionamentos sobre a fundamentação dos objetos que compõem o cenário da análise documentária, pois como a informação documentária possui caráter particular se o instrumento de representação, a linguagem documentária, possui caráter generalizante? Como pode haver relação de similaridade com o texto original, se o processo de representação se concentra nas escolhas de descritores e não no resgate de discursos?

De fato, a linguagem documentária opera em campos de conhecimentos especializados, ou seja, a linguagem documentária carrega em si características técnico-discursivas de um domínio específico traspassada através da terminologia, por isso consegue atuar como catálise, consequentemente sua presença atômica ou coordenada em uma isotopia informacional concentrada permite descrever os temas presentes nos documentos. A linguagem documentária é uma concentração de várias camadas discursivas, por isso consegue articular as variações de informatividade e de significação de um conceito, pois a linguagem documentária concentra em si todo o sincretismo elaborado ao longo da história, carregando os significados sociais, culturais e científicos, contudo corre-se o risco de permitir o apagamento político e ideológico, além de se efetivar como instrumento híbrido que canaliza os aspectos linguísticos, sociais e discursivos.

A análise documentária, em sua constituição teórica, nega sua conexão ao discurso, todavia isso não quer dizer que sua prática esteja isenta da influência discursiva na construção do simbólico, visto que o simbólico se constrói através do discurso (Greimas, 1976; Bakhtin, 2016, Fontanille, 2008a, 2008b), e todo discurso manifesta traços ideológicos (Bakhtin, 2006) e elementos de poder (Foucault, 2006).

Desse modo, Kobashi (1996, p. 16) declara que a análise documentária “[...] preocupa-se com a identificação da estrutura informacional dos textos, ou seja, com o próprio texto, a fim de elaborar representações condensadas que permita ao leitor identificar seu conteúdo informacional”. Sob a análise da linguística geral, essa afirmação apresenta alguns pontos críticos, já que demonstra que o entendimento das propriedades da análise documentária atua de modo direto, prático e imediato.

Alguns pontos para refletir: o que é estrutura informacional do texto? Trata-se da estrutura formal? Macroestrutura? Superestrutura? Gênero textual? Contudo a afirmação: “ou seja, com o próprio texto”, passagem que se refere ao enunciado? Ao discurso? Ao conjunto temático? Ao fluxo informacional? Por fim, afirma que representações condensadas permitem ao usuário identificar o conteúdo informacional, porém não há uma discussão teórica, epistemológica ou metodológica sobre como os fatores de sentido produzidos são capazes de recuperar o documento específico, como não há fundamentações teóricas para debater o impacto das circunstâncias cognitivas responsáveis para consumir a recuperação da informação.

Outro elemento que precisa ser revisitado pela fundamentação teórica, epistemológica e metodológica da análise documentária é o discurso. No universo da organização do conhecimento, em destaque, ao que demanda à análise documentária a definição de discurso é sobressalente e reduzida ao entendimento das teorias de Michel Pêcheux, assim é possível reconhecer uma pequena confusão entre as definições de Bakhtin, Foucault, Pêcheux, Van Dijk, Ducrot e Greimas, sem dizer que não há referências à semiótica discursiva de Fontanille, tampouco à semiótica plástica de Floch, muito menos à semiótica tensiva de Zilberberg.

Como ilustração da definição de discurso pelos estudiosos da análise documentária aponta-se:

O discurso – sendo definido como o lugar da subjetividade, a partir da oposição língua/fala – não se instaura como objeto observável, no interior da teoria saussureana. Dentre as inúmeras experiências de incorporação do discurso ao campo de investigação da Linguística, destaca-se o modelo de Análise do Discurso, de Pêcheux. Nessa proposta, os discursos, por serem articulados no interior de condições de produção determinadas, são definidos como objetos que exibem traços estáveis de manifestação da ideologia (Kobashi, 1996, p. 16).

É necessário destacar que esse apontamento não representa a totalidade do pensamento de Pêcheux sobre o discurso, com isso apontar o discurso como lugar da subjetividade e da ideologia é limitante e restritivo. Ademais, outras teorias que

exploram o discurso como seu objeto de estudo vão tratá-lo como esfera da significação, da semiose, do acesso ao conteúdo complexo e da articulação de sentidos decorrentes de fatores da pragmática, da realização dos aspectos tensivos e da manifestação do *ethos* e das formas de vida.

Em suma, a análise documentária se apresenta como um método de tratamento da informação documental e, assim, busca, através da linguagem documentária, representar os temas fundamentais do documento. Para tanto, a prática de leitura se concentra na identificação de conceitos, como unidade concentrada de conhecimento, a fim de legitimar as intenções informacionais manifestantes no documento-texto.

Desse modo, observa-se que a análise documentária se caracteriza por ser uma atividade de leitura e interpretação voltada para explorar o plano da expressão e o significado imanente, visto que não apresenta, em sua essência, instrumentalização para reconhecer a isotopia, através da aspectualização do discurso, tampouco verificar o estágio da cognição e, assim, ajustar os desdobramentos da semiose e do hábito mental.

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta recursos tanto para alertar sobre os aportes limitantes da análise documentária no seu procedimento de leitura documental, como também apresenta recursos capazes de contribuir para ampliar a definição e atuação da linguagem documentária, ou seja, fatores semióticos de representação e mediação da realidade podem ampliar o entendimento ontológico e teleológico da linguagem documentária.

2.2.2 Escola Inglesa

Dentre os processos de organização e representação do conhecimento, outra linha a se destacar é a indexação. Prática de origem inglesa, que fomenta uma metodologia mais direcionada ao texto e seu armazenamento e à extração de descritores e sua atuação nos sistemas informacionais. Trata-se de um procedimento específico que visa ao tratamento temático da informação, assim oferecendo condições de representar o que contém o documento, ou seja, o conteúdo informacional, o qual é evidenciado por recortes temáticos, os quais propiciam a identificação de conceitos fundamentais na tessitura do documento.

Para tanto, aplica-se uma linguagem especializada, denominada linguagem de indexação, a qual pode ser compreendida também como linguagem documentária, cuja finalidade é oferecer objetividade no processo de representação desses conceitos, os quais são articuladores de *background*, no entanto sua configuração no tear da informação informacional se manifesta desancorada de um discurso.

De modo especializado, Gil Leiva (1997, p. 40, tradução livre) defende que “a indexação tem como principal objetivo o armazenamento e a recuperação da informação”. Desse modo, “na gestão documental, a indexação intervém em dois momentos diferentes”: a primeira é “[...] a indexação dos documentos que têm por missão o armazenamento dos mesmos, geralmente em bases de dados, uma vez que tenham sido analisados e representados os conceitos essenciais através de termos de indexação”; já a segunda, “[...] a indexação das perguntas para iniciar a recuperação dos documentos depositados nas bases de dados” (Gil Leiva, 1997, p. 40, tradução livre).

Além disso, a constituição do processo de indexação pode ser sistematizada em algumas etapas, como por exemplo a “[...] análise dos documentos e perguntas para a seleção de seus conceitos essenciais explícitos e implícitos”, como também “[...] a conversão dos termos selecionados em linguagem natural em linguagem, geralmente controlada, por meio de ferramentas como vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto ou tesouros” (Gil Leiva, 1997, p. 40, tradução livre).

Nessa perspectiva, Fujita, Boccato e Rubi (2010, p. 26) afirmam que o tratamento temático se refere “[...] ao assunto tratado no documento, ou seja, compreende a análise documentária como área teórica e metodológica que abrange as atividades de classificação, elaboração de resumos, indexação e catalogação de assunto”. Somado a isso, destaca-se que “o termo indexação (indexing) pertence à corrente inglesa”, tendo a *World Scientific Information Programme* (UNISIST), em 1981, definindo que indexação é “[...] a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto” (Fujita; Boccato; Rubi, 2010, p. 26).

Para Vieira, Oliveira e Cunha (2017, p. 29), a indexação é “[...] uma atividade componente do tratamento temático da informação, que representa, por meio de termos ou palavras-chave, o conteúdo de um documento. A partir desses termos, previamente definidos, o usuário fará a busca”. Assim, “a atribuição de termos deve ser feita de acordo com critérios preestabelecidos, considerando a unidade de informação, o acervo e, especialmente, o público atendido” (Vieira; Oliveira; Cunha,

2017, p. 29). Não obstante, “o tratamento da informação engloba um conjunto de atividades técnicas desenvolvidas pelo bibliotecário com a finalidade de representar descrita e tematicamente um documento” (Vieira; Oliveira; Cunha, 2017, p. 30).

Frente a essas definições, observa-se que há fundamentações teóricas distintas, acerca das questões epistemológicas e metodológicas, entre a análise documentária e a indexação. A análise documentária está mais voltada para a linguagem aplicada, por conseguinte com o sentido que esses recursos promovem no processo de representação da informação, sendo condensadores de informação no processo de recuperação da informação.

Por seu turno, a indexação se apresenta como um recurso de tratamento temático mais técnico e voltado para o conteúdo informacional do documento, sem se preocupar efetivamente com os processos de significação envolvidos no processo de representação, tendo em vista que seu objeto central é a recuperação da informação, por isso a indexação está alinhada a teorias formais, estruturais direcionadas à forma, aos fatores estatísticos e aos algoritmos.

Em linhas gerais, a análise documentária se aproxima da semiótica francesa, sobretudo devido à sua história epistemológica relacionada à semiologia. Por apresentar etapas de tratamento do sentido e haver preocupação com os aspectos de significação da linguagem aplicada para representar o documento, suas preocupações dialogam com as estratégias de análise e interpretação do percurso gerativo da expressão.

Por sua vez, a indexação se aproxima da semiótica peirceana, principalmente por sua correlação com a terminologia, no aspecto semântico-lógico. Além disso, a indexação trata a linguagem como índice, sendo este enquadrado em um tipo de signo pertencente à tricotomia do objeto. Ademais, a semiótica peirceana compartilha suas atribuições com o pragmatismo, o qual apresenta estratégias de inquirição do hábito mental resultante dos processos de semiose, assim permitindo a correção da conduta, fatores que podem ser atrelados à política de indexação.

Em continuidade à construção teórica da indexação, Tolare e Fujita (2021, p. 2) defendem que “a organização da informação compreende em atividades e operações nas quais a informação passa por um tratamento até chegar à sua disponibilização”. Dessa maneira, a indexação é “[...] o processo de atribuir termos representativos ao conteúdo do livro. Existem etapas para o seu desenvolvimento”, as quais podem ser

sistematizadas em “[...] exame do documento, etapa que consiste no conhecimento e estabelecimento do conteúdo do documento” (Tolare; Fujita, 2021, p. 2).

Seria interessante que essa etapa fosse constituída por técnicas, procedimentos e métodos de interpretação, para que ocorresse a distinção da forma (plano da expressão) e do conteúdo (conteúdo imanente e conteúdo complexo) a fim de que os discursos e a significação manifestantes no documento pudessem, de fato, estarem presentes no processo de tratamento temático do conteúdo.

O plano do conteúdo complexo não é explorado nem pela análise documentária, nem pela indexação. De todo modo, não é objetivo da representação da informação descrevê-lo, contudo entende-se ser importante haver tratativas mais complexas no processo de leitura e interpretação do documento para que a elaboração do documento secundário seja mais precisa.

Como uma segunda etapa, entende-se que há a “[...] identificação de conceitos presentes no assunto, no qual ocorre a identificação e seleção de conceitos após o exame do documento e, muitas vezes, de forma simultânea” (Tolare; Fujita, 2021, p. 2).

Para melhor desenvoltura dessa etapa, é fundamental compreender que esse processo é decorrente de fatores da pragmática, pois há um recorte temático, visto que não é possível estabelecer uma representação total de um texto, visto que seria o próprio texto, assim as escolhas são decorrentes de como o texto afeta o leitor e ativa seu conhecimento.

Também se faz necessário o desenvolvimento de técnicas e métodos para efetuar a verificação e a inquirição, visto que é possível haver escolhas diferentes no processo de representação, pois um discurso apresenta várias segmentações temáticas, além de permitir diversas combinações, contudo é preciso certificar-se de que o caminho escolhido é seguro para identificar o que contém o documento e se, de fato, o conteúdo informacional representa e recupera o conteúdo complexo.

Como terceira etapa, ocorre “[...] a tradução dos conceitos em termos de uma linguagem de indexação, fase em que consiste traduzir os conceitos para os termos definidos por uma linguagem controlada, em que são utilizados instrumentos para padronizar” (Tolare; Fujita, 2021, p. 3).

Essa etapa requer muito cuidado durante a efetivação dos procedimentos, pois o documento está escrito em linguagem natural, constituinte de uma manifestação discursiva, ancorado em estratégias de elaboração do enunciado e aspectos de

enunciação. Desse modo, a aplicação de descritores deve evidenciar a manifestação icônica dos principais argumentos do documento, como também é interessante que o conjunto de descritores promova a efetivação de uma isotopia informacional.

Ademais, é fundamental refletir sobre a linguagem controlada, pois é um instrumento de articulação entre a representação do conhecimento (sistemas de organização do conhecimento) e a representação da informação (descritores), portanto atua como uma interface entre aspectos cognitivos e aspectos comunicacionais. Desse modo, fatores cognitivos e semióticos devem evidenciar que são signos em estágios diferentes, já que apresentam semioses diferentes, pois exercem funções de sentido diferentes.

Nesse aspecto, enquanto a representação do conhecimento busca, através dos sistemas de organização do conhecimento promover a relação entre linguagem, conhecimento e conceito; a representação da informação utiliza a linguagem especializada, já tratada, para evidenciar o conteúdo informacional do documento com a aplicação de descritores.

A relação linguagem e conceito está ancorado no conhecimento, nas estratégias cognitivas para que uma mente possa representar, mediar, associar, incorporar as coisas do mundo. Diferentemente, a relação linguagem e controle informacional atua como uma identificação de expressões de conhecimento presentes no texto, portanto a complexidade dessas duas etapas é bem diferente, já que o conceito como signo está direcionado à construção de uma experiência, enquanto a linguagem controlada como signo recupera elementos dessa experiência já construída.

Se por um lado, a indexação é “[...] uma técnica de análise de condensação do conteúdo documental através da atribuição de termos significativos que proporcionarão uma intermediação entre o usuário e o documento”; por outro, “o ato de realizar a indexação não deve ser visto como um fazer técnico, sendo necessário desenvolvê-lo como um processo intelectual, no qual depende do acervo, do contexto, da tecnologia, e da comunidade inseridas” (Tolare; Fujita, 2021, p. 4).

A indexação precisa dos discursos inerentes ao domínio para funcionar, já que sendo o conhecimento tão complexo, é necessário a identificação das formas de vida, através de jogos de linguagem para organizar informações conforme as necessidades informacionais. Esses fatores indicam que o processo de indexação reconhece um

conjunto de palavras que podem se ajustar à programação semântica do domínio, o que ocorre através de vocabulário controlado.

Com isso, a indexação efetiva o escopo proposto decorrente à aplicabilidade de tesouros, mais que isso, trata-se de tesouros previamente selecionados, ou seja, há uma seleção dentro da seleção, isto é, dentre os tesouros disponibilizados sobre uma área do conhecimento, são selecionados aqueles que melhor atendem à demanda de representação. Nessa perspectiva, há uma primeira seleção lexical, isto é, os tesouros são constituídos a partir de terminologia especializada, assim, para proceder a indexação, a uma seleta configuração de tesouros em vocabulário controlado e, muitas vezes, essa seleção atende aos interesses da comunidade científica e dos domínios, por conseguinte configura uma programação discursiva e modelização prévia da mente, pois a representação é reflexo daquilo que já é pressuposto.

Como visto, as etapas de indexação são articuladas pela constante presença da linguagem, da lógica e da estatística. A linguagem é um objeto bastante complexo, visto sua natureza de representação, mediação, interação, ação e de comunicação, assim reconhece-se que há vários segmentos teóricos dentro da linguística, da semiótica e da filosofia da linguagem que poderiam auxiliar no direcionamento das aplicações, possibilitando outros recursos de controle que não fosse a programação prévia mediante fatores estatísticos.

Um exemplo de abordagem, seria aplicar fatores relacionados ao *ethos* discursivo, como *ethos* informacional e, assim, configurar a linguagem de indexação à política de indexação articulada a fatores como força e ato discursivos, previstos pela pragmática. Nesse sentido, a configuração do vocabulário controlado não precisaria ser oriunda à sumarização dos tesouros, mas, sim, decorrente a constantes configurações da aspectualização, ou seja, é possível ajustar previamente o campo semântico, contudo permitir a atualização constante dos sistemas frente às demandas informacionais conforme se constituem as redes semântico-discursivas. É fato que haveria o trabalho de verificação e inquirição do conteúdo informacional para ampliar a lista de vocabulário controlado, porém permitiria uma indexação mais próxima da realidade informacional.

No cenário da ciência da informação, a terminologia é bastante aplicada, por conseguinte as teorias que envolvem a indexação acabam fazendo uso das definições dessa área. Todavia, é preciso salientar que a terminologia não é uma área que trata

da ação do signo ou de sua evolução, mas, sim, está vinculada à lexicologia e à lexicografia, por se tratar de um registro linguístico. Dessa maneira, a terminologia não é método de tratamento da significação, portanto não está vinculado a estratégias de leitura, análise e interpretação. Por seu turno, a terminologia está vinculada ao estudo do léxico, no caso, sua complexidade técnico-científica, por compor texto de ordem da ciência.

Como bem apontam Tolare e Fujita (2021, p. 5), “a indexação é um processo importante e decisivo na representação e recuperação da informação, exigindo qualidade em seus procedimentos”. Assim sendo, é necessário que seus procedimentos ampliem sua constituição epistemológica e promova estudos interdisciplinares com outras áreas do saber, principalmente quando se trata da importância da linguagem para a execução de uma atividade cabal para a recuperação da informação.

Outrossim, consoante Tolare e Fujita (2021, p. 7), “para realizar o processo de indexação, o indexador não pode depender somente das diretrizes da política de indexação, do software utilizado e do vocabulário controlado disponível”. Por se tratar de uma atividade extremamente complexa, não pode ser reduzida a um procedimento de reconhecimento, mas, sim, de interpretação, portanto é uma atividade que exige muito do *background* e da competência leitora do profissional.

Nessa linha, é necessário que se possua “[...] conhecimento sobre o assunto, tendo consciência de que, como ser humano, pode estar suscetível ao erro, ter pré-conceitos e preconceitos e que sua vivência e experiência de vida podem interferir dependendo do assunto” (Tolare; Fujita, 2021, p. 7). Além disso, “apenas sua formação acadêmica na graduação não é suficiente, necessitando sempre de formação e, por isso, precisa desenvolver competências informacionais necessárias para realizar a função como indexador” (Tolare; Fujita, 2021, p. 7-8), ou ainda, diante das atuais demandas, também será necessário desenvolver competência leitora, linguística, comunicacional e, possivelmente, competência semiótica.

Tolare e Fujita (2021, p. 8), baseadas na UNESCO, de 2008, ressaltam que a competência em informação é “[...] a capacidade da pessoa em reconhecer as suas necessidades de informação”, como ainda observar “[...] a localização e avaliando a qualidade de informação, bem como sua armazenagem e recuperação, realizando o uso, aplicação e comunicação da informação de forma ética”.

Inspiradas na *International Federation of Library Associations and Institutions*, de 2005, Tolare e Fujita (2021, p. 8) afirmam que a “[...] competência informacional como a capacidade de as pessoas buscarem, avaliarem, usarem e criarem a informação de forma efetiva, a fim de atingir seus objetivos pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. Dessa forma, as competências informacionais se caracterizam por a) capacidade de reconhecer as necessidades de informação, b) capacidade de localizar e avaliar a qualidade da informação; c) capacidade de armazenar e recuperar informação; d) capacidade de fazer uso eficaz e ético da informação; e) capacidade de aplicar informação para criar e comunicar conhecimento (Tolare; Fujita, 2021).

De modo geral, a indexação deve ser compreendida como “um exercício hermenêutico inseparável da capacidade humana de cognição e inserido na dialética que a dá vida ao binômio, documentalmente interativo, homem-cultura” (García Gutiérrez, 1989, p. 147, tradução livre). Ademais, “a indexação não descarta, em partes, a aproximação semiótica. Em seu mesmo lexema leva incorporada a indexação o conceito de índice”, como também “em sua interação com a realidade, o ser humano busca vestígios que lhe permitam deduzir ou atuar pelo que indexar e tomar decisão são processos próximos e complementares” (García Gutiérrez, 1989, p. 148, tradução livre).

Elemento fundamental no processo de indexação é a aplicação de uma política de indexação. Tendo em vista que a indexação “[...] deve proporcionar a identificação de conceitos mais pertinentes ao conteúdo do documento produzindo uma correspondência precisa com o assunto pesquisado em índices”, por isso a indexação assume papel central dentro de um sistema informacional, pois sua eficácia é determinante para a recuperação da informação (Rubi; Fujita, 2003, p. 67).

Nesse aspecto, é fundamental em um sistema de informação que haja correspondência adequada entre a leitura aplicada para realizar a análise conceitual, assim representando, adequadamente, o conteúdo informacional, através dos recortes temáticos que indicarão os principais conceitos presentes no discurso do documento, com o assunto pesquisado pelo usuário. Desse modo, a fim de que haja garantias para essa correspondência ser efetiva, é fundamental a adoção de uma política de indexação, sob a qual recai a linguagem de indexação, pois o processo de recuperação da informação depende da eficiência do conjunto de vocabulário controlado para ter êxito.

A indexação é um processo que visa à precisão na escolha vocabular, já que está intrinsecamente alinhada à constituição de vocabulário controlado, por isso, os trâmites que envolvem seu percurso técnico-profissional devem estar correlacionados a diretrizes que fundamentem protocolos, manuais, regras e qualquer outro instrumento de controle semântico para garantir a eficiência na escolha dos descritores a fim de garantir que a recuperação da informação seja rápida e precisa.

Assim, a política de indexação “[...] torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada das decisões para otimização do serviço de racionalização dos processos” (Rubi; Fujita, 2003, p. 67). Por sua vez, a política de indexação cria um cenário em que fatores cognitivos são ativados para estabelecerem diretrizes de escolhas informacionais. Além disso, está inserido em um contexto regido pela pragmática, mais especificadamente, por forças ilocucionárias, visto que regulamente os atos, as ações e os procedimentos de escolhas, configurando-se conforme às necessidades informacionais pertinentes ao domínio, ao sistema informacional e à utilização por parte do usuário.

Frente a isso, estabelece-se que a política de indexação é “[...] uma decisão administrativa indispensável a um sistema de recuperação de informação, pois, somente depois de seu estabelecimento, é que o sistema em questão poderá definir suas características principais”, além de que a política de indexação de um sistema de informação “[...] deve estar descrita formalmente em seus documentos oficiais” (Rubi; Fujita, 2003, p. 67).

Nesse sentido, além das orientações técnicas e da aplicação de normas, há a presença dos elementos éticos que perfazem a conduta no processo de reconhecimento da informação e de sua representação, assim é possível aplicar o pragmatismo para inquirir o autoajuste e a autocorreção do hábito presente nas ações e nas atividades, como também a aplicação da linguagem pode ser conduzida por um *ethos* informacional.

Conforme apontam Oliveira, Cunha e Vieira (2018, p. 5), a política de indexação é “[...] o instrumento que regula a atribuição de descritores no âmbito das unidades de informação, englobando o processo decisório acerca dessa atividade e as diretrizes de sua conduta”. Além desses fatores, também “[...] concorre para a padronização da indexação, evitando divergências no estabelecimento de termos, ao mesmo tempo em que ampara os indexadores e estabelece uma linha comum para a análise temática e sua representação” (Oliveira; Cunha; Vieira, 2018, p. 5).

Com isso, a política de indexação é uma diretriz que fundamenta as ações técnicas, de tratamento e de escolhas, ou seja, um recurso de verificação e de inquirição aplicados à configuração do conjunto de vocabulário controlado aplicado ao sistema informacional e ao processo de indexação cuja finalidade é garantir que as práticas sejam orientadas e estabilizadas, por ações estéticas, quanto à escolha dos termos; por ações éticas, quanto ao posicionamento e ao comprometimento com a precisão informacional; por ações lógicas, que envolvem as ações deliberadas, a avaliação, a correção e as tomadas de decisão. Por isso, a política de indexação deve ser compreendida como “[...] o conjunto de parâmetros que guiará a unidade de informação e refletirá o processo decisório desta em torno da representação temática da informação” (Oliveira; Cunha; Vieira, 2018, p. 9).

A política de indexação “[...] assume um papel fundamental de servir como manual orientador da escolha de descritores para representar um documento e também uma função estratégica mais voltada à concepção gerencial” (Oliveira; Cunha; Vieira, 2018, p. 11). Consequentemente, uma política de indexação “[...] indicará as diretrizes e critérios para que o bibliotecário realize a indexação de forma precisa e eficiente, minimizando assim a subjetividade e possíveis incertezas na condução do processo” (Oliveira; Cunha; Vieira, 2018, p. 13).

Não obstante, “[...] elementos que norteiam a política de indexação devem estar ajustados às necessidades do usuário e à realidade da unidade de informação” (Oliveira; Cunha; Vieira, 2018, p. 13). Sendo assim, alguns aspectos devem ser observados, como: a) identificação das características do usuário (áreas de interesse, nível, experiência, atividades que exercem); b) volume e características da literatura a ser integrada ao sistema; c) volume e características das questões propostas pelo usuário; d) número e qualidade dos recursos humanos envolvidos; e) determinação dos recursos financeiros disponíveis para criação e manutenção do sistema; f) determinação dos equipamentos disponíveis (Oliveira; Cunha; Vieira, 2018, p. 13).

Seguindo essas determinações, a política de indexação pode almejar um alto grau de eficiência, visto que apresentará condições de estar alinhada à cultura da unidade, bem como “terá condições também de amparar a tomada de decisões acerca das representações de assunto e da própria organização do conhecimento” (Oliveira; Cunha; Vieira, 2018, p. 13).

Presentes na política de indexação, elementos que compõem o processo de indexação são fundamentais para estabelecer uma avaliação da indexação. Dentre

esses elementos, destacam-se o nível de exaustividade, nível de especificidade, escolha da linguagem, capacidade de revocação e precisão.

Rubi e Fujita (2003, p. 70), ao citarem Lancaster, de 1993, esclarecem que “[...] a exaustividade e a especificidade são variáveis que interferem na escolha dos termos de indexação”, assim a especificidade é “[...] um princípio que, isoladamente, é o mais importante da indexação de assunto sendo aquele segundo o qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente”. Nesse aspecto, “[...] tanto a exaustividade como a especificidade são elementos que devem estar claramente definidos na política do sistema de informação, pois exercerão influência direta sobre a indexação realizada” (Rubi; Fujita, 2003, p. 70).

Ainda se destaca que “a observação da exaustividade e da especificidade, além dos outros elementos considerados, também, como decisões políticas, pode ser feita, principalmente, por meio da documentação oficial do sistema de informação” (Rubi; Fujita, 2003, p. 70). Dessa maneira, “o manual de indexação de um sistema de informação constitui também sua documentação oficial, pelo fato de estar descrito em ordem lógica de etapas a serem seguidas para análise dos assuntos” (Rubi; Fujita, 2003, p. 70). Somado a esses aspectos, também pode evidenciar que o manual de indexação “[...] fornece as regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do indexador e por conter os elementos constituintes da política de indexação adotada pelo sistema” (Rubi; Fujita, 2003, p. 70).

Para Fujita e Gil Leiva (2014, p. 51), “a indexação como elemento essencial de uma política de tratamento temático da informação é influenciada pelas variáveis da recuperação da informação”, sendo estas a escolha da linguagem, exaustividade, especificidade, revocação e precisão. Fujita e Gil Leiva (2014, p. 51) complementam que “[...] são essas variáveis que servem de indicadores de avaliação da indexação”. Nesse cenário, “a linguagem é o instrumento da indexação que cumpre a função de controle de vocabulário para o indexador e deve realizar a mediação na recuperação por assuntos pelo usuário” (Fujita; Gil Leiva, 2014, p. 51).

A linguagem além de controle de vocabulário também estabelece a estrutura hierárquica e relações entre termos, assim possibilita “[...] definir o grau de especificidade e exaustividade na seleção de termos que representam, respectivamente, os conceitos presentes no conteúdo do texto e as necessidades de informação presentes nas estratégias de busca” (Fujita; Gil Leiva, 2014, p. 51).

Baseados em Lancaster, de 2004, Fujita e Gil Leiva (2014, p. 51) apontam que “os indicadores revocação e precisão são dependentes no sentido de que a revocação é a capacidade de recuperar documentos úteis e a precisão, a capacidade de evitar documentos inúteis”. Diante disso, evidencia-se que “[...] entre a revocação e a precisão existe uma relação de relevância necessária para a recuperação da informação a fim de satisfazer uma necessidade de informação, ou seja, o aumento da revocação implica diminuição de precisão” (Fujita; Gil Leiva, 2014, p. 51).

Ademais, “a exaustividade e a especificidade são dois elementos da política de indexação que influenciam diretamente na revocação e precisão da recuperação da informação e, por esse motivo, podem ser tomados como indicadores de avaliação da indexação” (Fujita; Gil Leiva, 2014, p. 51). Dessa maneira, a exaustividade “[...] corresponde à quantidade de termos atribuídos à representação de forma que sejam suficientes para o âmbito de abrangência do conteúdo documental”; já a especificidade é “[...] determinada por níveis de especificidade entre os termos atribuídos para representar a abrangência do conteúdo para que determinado termo atribuído possa ser mais específico ou incluir outro mais específico” (Fujita; Gil Leiva, 2014, p. 51).

Como consequência, “[...] quanto mais exaustiva e abrangente a indexação, ou ainda, quanto mais termos forem atribuídos aos documentos, ampliam-se as possibilidades de revocação na recuperação (Fujita; Gil Leiva, 2014, p. 51). Portanto, “a melhor opção para garantir a recuperação da informação do conteúdo indexado é a exaustividade combinada com a especificidade de termos”, logo a linguagem concentra a potencialidade semântica, visto que, ao atuar como instrumento de conversão, “[...] precisará garantir tanto a exaustividade quanto a especificidade” (Fujita; Gil Leiva, 2014, p. 51).

Consoante Nicolino e Ferneda (2014, p. 13) “indexar um documento visa a representar o seu conteúdo informacional associando-lhe um conjunto de termos cujos significados remetem aos temas e assuntos tratados por ele”. Por conseguinte, Nicolino e Ferneda (2014, p. 13) destacam que, “embora a prática de indexação possa ser regulada por políticas e princípios institucionais, a eficiência do processo de indexação manual, realizado por seres humanos, é dependente de critérios subjetivos e pessoais”.

Deve-se entender fatores subjetivos como fatores da pragmática, já que, de fato, as emoções não são implicadas no trabalho objetivo da indexação, ou seja, o

que ocorre é a influência de fatores da pragmática como atos de fala, força do contexto e mecanismos que afetam a experiência do profissional, além dos recortes discursivos que interagem com o nível de conhecimento de quem realiza a atividade.

A indexação proporciona a inter-relação de conhecimento, informação, linguagem, cognição e tomada de decisões, por isso todo esse processo é inserido em uma prática permeada pela pragmática e pela semiótica, visto que é conduzida por decisões que estabelecem ações e moldes que afetam a forma cognitiva de ativar o conhecimento e de processar as relações informacionais, como também se depara com a significação manifestante nos documentos, capazes de evidenciar discursos, interesses, atos, fatos e posicionamentos, os quais podem determinar a maneira como a informação será usada e aplicada.

2.3 Linguagem documentária, linguagem de indexação e a recuperação da informação

A linguagem documentária funciona como um meio linguístico-cognitivo-pragmático capaz de correlacionar conceito, termo e descritor em um único instrumento, o qual possui a capacidade de afetar mentes e ativar conhecimentos previamente estabilizados. Desse modo, consegue articular discursos encapsulados, agindo em dimensões semântico-semióticas além dos semas registrados na composição do léxico. Embora haja a impressão de que o léxico é articulador da convergência entre informação e necessidade informacional, essa conexão se realiza devido à potencialidade de significação presente na essência da linguagem documentária.

De modo geral, os procedimentos direcionados à representação da informação estão ancorados na aplicação das linguagens documentárias. Semioticamente, a linguagem documentária atua como uma catálise, devido à sua capacidade de recuperar discursos já constituídos e tratados. Somado a isso, sua atuação é de ordem técnica, sistemática e organizada conforme o domínio a que fazem relação o conhecimento, os temas, os autores e os usuários. Além disso, a linguagem documentária é condutora de informação, já que viabiliza todo esse processo e permite que a significação seja realizada, sobretudo porque incide cognitivamente sobre os usuários possibilitando a ativação do conhecimento partilhado.

Ademais, Vitorini e Moreira (2013, não paginado) salientam que as linguagens documentárias são “[...] importantes instrumentos de mediação entre o conhecimento

produzido na sociedade e as necessidades de informação dos usuários”, portanto trata-se de “[...] instrumentos facilitadores de acesso, são (ou deveriam ser) por natureza, orientadas para a acessibilidade”. Outrossim, a linguagem documentária atua como mediadora, nos processos da comunicação, por isso sua atuação é pragmática e exige uma relação de parcimônia entre usuário, sistema e área do saber (domínio).

A eficácia da linguagem documentária está “[...] condicionada ao conhecimento profundo do contexto em que é produzida e utilizada (envolvendo usuários, sistemas, indexadores, entre outros elementos)” (Vitorini; Moreira, 2013, não paginado). Somado a isso, a linguagem documentária também requer “[...] um controle adequado dos elementos sintáticos, lógicos e semânticos que envolve, considerando-se, sempre, sua função pragmática” (Vitorini; Moreira, 2013, não paginado).

Frente a isso, entende-se que a linguagem documentária depende de todas as esferas de aplicação da linguagem, isto é, exige fundamentos da lexicologia, lexicografia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, semiótica, lógica e do discurso, pois, embora a linguagem documentária seja uma linguagem especializada e atua como vocabulário controlado, ela pertence ao universo da sistematização (lógica e significado), mas também ao universo da comunicação (discurso e significação).

Nesse sentido, Vitorini e Moreira (2013, não paginado) acrescentam que “o objetivo da linguagem documentária é realizar a ponte entre o conteúdo do documento e o usuário”. Isso é possível porque a linguagem documentária é instrumento de representação, atuando sob os fundamentos lógicos da linguagem, como ainda é recurso de mediação comunicacional, por isso está entrelaçada nas cavidades do discurso, o que lhe permite afetar o usuário nesse processo de parcimônia através da força e do ato inerentes à pragmática.

Além disso, sua constituição lógica permite a ocorrência de um “[...] vocabulário controlado com termos que representem a linguagem do usuário da biblioteca e contemplem os sentidos do documento” (Vitorini; Moreira, 2013, não paginado). Por conseguinte, sua elaboração contempla os diversos aspectos semânticos, pragmáticos e semióticos, ajustando sua atuação aos interesses do sistema informacional, visto que “o controle eficiente da linguagem documentária é um dos responsáveis pela recuperação satisfatória da informação” (Vitorini; Moreira, 2013, não paginado).

A linguagem documentária exerce importantes papéis no processo de representação da informação e na garantia de acesso democrático dessa informação, por isso sua elaboração requer a preocupação com os fatores lógicos, técnicos e científicos para exercer sua função de representação da informação. Há também preocupações com os aspectos discursivos, cognitivos, comunicacionais, pragmáticos e semióticos a fim de garantir a relação contextual entre usuário, sistemas informacionais e domínio e, assim, permitir que a informação seja recuperada, apreendida, compreendida e difundida.

A aplicação da linguagem documentária na representação da informação de um documento deve ser bastante precisa e sistematizada, visto que sua performance somente será plena se mantiver características semântico-semióticas com o documento original, por isso a linguagem documentária atua como uma espécie específica de signo: o índice. Como aponta Lara (1993, p. 223), as linguagens documentárias têm como objetivo “[...] fornecer uma versão extremamente econômica dos textos originais, por intermédio, do destaque das informações consideradas centrais nos documentos”.

Lara (1993) ainda aponta que linguagens documentárias e textos são de naturezas distintas, pois possuem funções comunicacionais diferentes, ou seja, a linguagem documentária é um instrumento da comunicação, enquanto o texto é um viabilizador, um gênero, um modelo discursivo específico da comunicação. Desse modo, “na operação de conversão, perde-se, conseqüentemente, a marca de especificidade do texto original em prol da generalização” (Lara, 1993, p. 223).

Assim sendo, observa-se que a linguagem documentária assume um papel importante no trabalho de tratamento da informação, bem como é peça chave para a execução da análise documentária. De tradição francesa, esses elementos técnicos, metodológicos e teóricos viabilizam a prática de representação da informação. De fato, há a influência das teorias da linguagem, visto que a linguagem é o recurso central de toda a atividade.

Entretanto, entende-se que as teorias da linguagem aplicadas para estruturar os fatores teóricos, ontológicos e epistemológicos da análise documentária estão defasadas, visto que a própria linguística e filosofia avançaram nesse quesito, por isso seria promissor verificar a condição das teorias mais recentes da linguagem para contribuir nos avanços da análise documentária, sobretudo no que tange às práticas sistematizadas e aos modelos de interpretação.

A representação da informação é um processo complexo, que envolve informação, linguagem e conhecimento. A relação informação e conhecimento é mediada pela linguagem, por conseguinte pela cognição. Desse modo, assim como a produção de informação demanda estratégias linguísticas no que tange à composição do enunciado e às circunstâncias discursivas, as quais envolvem marcas enunciativas, conexões de interdiscursos, fatores de *background* e elementos decorrentes a dispositivos de poder e de ideologia, há também que se pensar e administrar esses fatores no processo de representação e recuperação da informação.

A representação e a recuperação da informação são atividades centrais da ciência da informação, conseqüentemente de interesse da organização do conhecimento e da informação. Essas atividades tratam da informação, pois é de notório saber que informação é poder e condição de atuação social, política, cultural e científica. A informação atua como elemento fundamental de tomada de decisão, mediação estratégica para garantir o acesso e ações, como gestão informacional, mediação informacional. Além disso, a informação ainda permite promover e garantir a organização informacional para que os usuários consigam estudar os fluxos informacionais já construídos e constituídos como vertentes positivas de comunidades científicas e culturais.

Outrossim, o processo de representação da informação e do conhecimento incide diretamente na configuração de domínios de conhecimento. A organização do conhecimento se dedica às estratégias de representação e recuperação dessa informação produzida, pois esse fator garante a continuidade de estudos, de pesquisas, de práticas e de ações permitindo que os usuários dialoguem com outros pensadores, dinamizando a produção do conhecimento, somado ao fato de permitir a continuidade de trabalhos e atividades que garantam o acesso democrático.

A recuperação da informação está vinculada a dois fatores fundamentais: ao conhecimento construído e estabilizado em um domínio; às estratégias procedimentais de tratamento da informação, que perpassam pela análise dos documentos, identificação dos temas condizentes com os interesses de conhecimento produzidos pelos domínios e pela representação da informação, que fundamenta a elaboração de objetos informacionais. Esses dois fatores são articuladores das condições de organização da informação em um sistema informacional, por isso o trabalho de representação da informação é tão importante.

Essa organização está relacionada ao conhecimento, pois este precisa ser legitimado por uma comunidade, por isso há recursos basilares presentes nos discursos dessa comunidade, assim essa articulação do conhecimento é mediada através de conceitos, os quais são representados por um estrato linguístico especializado, devido ao seu caráter técnico-científico, denominado de terminologia. É, nessa linha, que atua a análise documentária, por conseguinte a linguagem documentária é o recurso central para os processos de representação da informação.

Por seu turno, a organização da informação atua representação temática e física do documento e de seu conteúdo informacional, logo se faz presente na conexão entre a informação armazenada nos sistemas informacionais e as necessidades informacionais do usuário. O processo técnico-profissional que orienta as práticas de tratamento informacional precisa ser padronizado, inserido em uma política, que envolva ética, responsabilidade e cuidado para que as estratégias de representação não sejam articuladoras de preconceitos, de apagamentos e de deturpação.

Assim, a linguagem documentária selecionada como descritor para representar o conteúdo informacional do documento deve ser eficiente para evidenciar os temas centrais articulados no documento. Por outro lado, é preciso destacar os potenciais semióticos e os fatores da pragmática na escolha desses descritores a fim de não comprometer o dialogismo entre linguagem de indexação, sistema e documento, ou ainda a parcimônia entre sistema informacional, usuário, área do saber e discursos da comunidade especializada.

Nessa linha, destacam-se os apontamentos de Hjørland (2016, p. 475, tradução livre): “Organização do conhecimento trata de descrever, representar, arquivar e organizar documentos, representação de documentos, assuntos e conceitos tanto por humanos quanto por programas de computador”. Nesse apontamento, evidencia-se que a organização do conhecimento não trata apenas do conhecimento e dos conceitos e como estes são elaborados, ajustados e aplicados aos domínios, mas, sim, que a organização do conhecimento também está voltada para o tratamento da informação.

Hjørland (2016, p. 475, tradução livre) continua: “para esses fins, são desenvolvidos regras e padrões, incluindo sistemas de classificação, listas de títulos de assuntos, tesouros e outras formas de metadados”. Nessa passagem, observa-se o direcionamento das atividades para a elaboração de instrumentos estáticos para padronizar os conceitos. Porém, há a evidência de sistemas de classificação, sobre

os quais não há diretrizes ou discussões de como são elaborados, ou melhor, não se especifica em qual parte do processo os objetos de conhecimento são padronizados.

Com isso, não fica claro se desde o início deve-se atuar frente a um sistema padronizado, ou se inicialmente pondera-se sobre os processos cognitivos, linguísticos e pragmáticos e, posteriormente, após análises que envolvem significação, veridicção e inquirição, essas diversas possibilidades de representação do conhecimento são elaboradas, visto que estão ancorados em discursos e configuram uma grande cadeia de *background*.

Hjørland (2016, p. 475, tradução livre) ainda afirma que “a organização do conhecimento em sistemas de classificação e sistemas de conceitos são assuntos centrais”, portanto “os dois aspectos principais da Organização do Conhecimento são (1) procedimentos de organização do conhecimento e (2) sistemas de organização do conhecimento”. Nesse aspecto, a análise documentária atua na esfera dos procedimentos, enquanto a linguagem documentária se enquadra como recurso presente no arcabouço dos sistemas de organização do conhecimento.

Diante disso, Hjørland (2016, p. 475, tradução livre) declara que os processos de organização do conhecimento são “[...] os processos de catalogação, análise de assuntos, indexação e classificação por humanos ou computadores”; por sua vez, os sistemas de conhecimento ou organização são “[...] uma seleção de conceitos com indicação de relações semânticas selecionadas”, isso pode ocorrer como “[...] sistemas de classificação, listas de títulos de assuntos, tesouros, ontologias e outros sistemas de metadados” (Hjørland, 2016, p. 475, tradução livre).

Por isso, esses sistemas apresentam um certo dinamismo, pois está implícito em sua confecção uma cópula, provocando sensação de que o significado é suficiente para representar o conhecimento. Porém, a mesma dinâmica não é possível com a representação da informação, pois esta, além de estar atrelada aos pressupostos do conhecimento já experienciado, também efetiva marcas do discurso e do contexto. Essas marcas, quando não evidenciadas, não atuam como elementos implícitos no efeito de sentido, mas, sim, como apagamento das formas de vida, já que estas dependem dos jogos de linguagem para serem presentes no discurso (Wittgenstein, 2014), por conseguinte na representação.

Para Hjørland (2016, p. 478, tradução livre), recuperação da informação é “[...] hoje um termo relacionado principalmente à ciência da computação. Anteriormente, tinha fortes relações com a ciência da informação, mas o campo migrou em grande

parte para a ciência da computação”. Somado a isso, pode-se afirmar que “entre os pressupostos básicos e questões técnicas dessa abordagem está o estudo da relação estatística entre termos, documentos e coleções de documentos (Hjørland, 2016, p. 478, tradução livre). Ademais, aponta Hjørland (2016, p. 478, tradução livre), “[...] se o objetivo de um sistema de organização do conhecimento é ajudar os usuários a identificar documentos relevantes, então a recuperação da informação é uma família de abordagens concorrentes em comparação com as abordagens estudadas pela comunidade da organização do conhecimento”.

Hjørland (2008, p. 91, tradução livre) afirma que “a recuperação da informação e a organização do conhecimento são normalmente consideradas dois subcampos diferentes – embora fortemente relacionadas”. Além disso, Hjørland (2008, p. 91, tradução livre) declara que “[...] estão a tentar resolver o mesmo tipo de problemas: permitir aos usuários encontrar informações relevantes”. Outrossim, a recuperação da informação tem sido orientada por sistemas, o que significa que o sistema determina as informações que o usuário terá acesso. Nessa visão, “[...] um sistema perfeito é definido como aquele que encontra a melhor correspondência entre a solicitação declarada de um usuário e os documentos de uma coleção” (Hjørland, 2008, p. 91, tradução livre).

Hjørland (2008, p. 92, tradução livre) complementa dizendo que “nem a visão orientada para o sistema, nem a visão orientada para o usuário consideram o problema epistemológico”, isso efetiva um sério problema acerca das teorias aplicadas, das abordagens, dos discursos, das intencionalidades e das direcionalidades envolvidas no processo de construção de fluxos informacionais, como ainda na elaboração de objetos informacionais e na estruturação de sistemas informacionais. Desse modo, reconhece-se que elementos combinados exercem uma influência basilar no processo de recuperação da informação, portanto há uma forte incidência da pragmática nesse processo.

Somado a isso, Hjørland (2008, p. 92, tradução livre) ainda aponta que “a abordagem de RI pode ser caracterizada como geralmente cética em relação a todas as formas de interpretação, indexação e classificação humanas”, pois “seu foco tem sido claramente na recuperação de texto livre: a suposição de que os textos contêm todas as informações necessárias para recuperá-los”. Esse tipo de recuperação está claramente centrado na correlação da forma, o que se manifesta na expressão linguística, já que é impossível falar sobre conteúdo complexo decorrente à

significação, tendo em vista que não há estratégias cognitivas, apenas identificação de fatores lexicais, morfológicos e semânticos, no que se refere aos aspectos lógicos da semântica lexical.

Sobre as questões que envolvem o *feedback*, Hjørland (2008, p. 92, tradução livre) declara que “o *feedback* de relevância baseia-se em certas premissas sobre o conhecimento dos usuários que são largamente inexplorados e podem revelar-se altamente irrealistas”, isso demonstra uma fragilidade impactante ao conjunto de procedimentos que envolvem o sistema, pois é dependente de conhecimento compartilhado e da condição de efetivarem-se os pressupostos, assim a linguagem não atua como geradora de semiose, mas, sim, como mero índice de conhecimentos já estabelecidos ou de discursos já-dito.

Ainda sobre os *feedbacks*, Hjørland (2008, p. 92, tradução livre) aponta que “o *feedback* de relevância representa relações semânticas não especificadas e pouco claras entre documentos considerados relevantes”. De todo modo, as práticas em sistemas de informação, no que tange à recuperação da informação pouco considera fatores da pragmática na escolha dos usuários, muitas vezes denominado de subjetividade, o que, de fato, é inerente ao uso e a fatores atrelados à enunciação que perfazem a constituição da aspectualização temática na seleção temática na confirmação do discurso.

Desse modo, Hjørland (2008, p. 92, tradução livre) defende que “a tradição das RI tem sido geralmente baseada em pressupostos positivistas: que a recuperação ideal pode ser determinada por testes de recuperação sem considerar diferentes pontos de vista ou paradigmas”, somado a isso também se evidencia que não se considera “[...] corpora de texto como uma fusão de diferentes pontos de vista, cada um colocando significados aos termos”.

Diferentemente de uma abordagem orgânica, em que o sentido e a significação sejam oriundos de uma construção social, as estratégias de recuperação da informação “[...] baseou-se principalmente em médias estatísticas e negligenciou a investigação de como diferentes tipos de representação e algoritmos podem servir diferentes pontos de vista e interesse” (Hjørland, 2008, p. 92, tradução livre).

Nesse processo, é válido destacar a atuação dos procedimentos oriundos da organização da informação, tendo em vista toda a preocupação com o tratamento da informação no que diz respeito a extrair conceitos que possam representar os temas mais importantes tratados no documento. Com isso, a organização da informação

oferece procedimentos voltados para a descrição temática, sendo esses objetos informacionais que alimentam a dinâmica dos sistemas informacionais.

Para Vanz (2020, p. 78), “as normas e o processo de normalização possibilitam a organização da informação e sua posterior recuperação, tão necessárias nos sistemas informatizados e nas bases de dados”. Ademais, “a eficácia desses sistemas está diretamente relacionada à organização das informações. Com a finalidade de melhor organizar a informação, realizam-se processos de descrição física e de conteúdo” (Vanz, 2020, p. 78). Nesse processo, descrever o conteúdo informacional do documento é fundamental na organização e recuperação da informação, pois “[...] cumpre a função de possibilitar o acesso a itens específicos que se encontram armazenados em um sistema” (Vanz, 2020, p. 78).

Outrossim, Vanz (2020, p. 78) salienta que:

A descrição dos documentos é realizada em duas etapas: uma descritiva, a outra temática. A primeira etapa, descritiva, refere-se aos metadados do documento e revela importantes características suas. Trata-se de dados do autor e coautores, da instituição em que foi produzido, citação, data de publicação, editora, local de publicação, entre outros. A segunda etapa, que abrange a descrição temática, aborda os conteúdos do documento e consiste na descrição de título, resumos e descritores.

Ainda sobre esses procedimentos, Vanz (2020, p. 78) destaca:

Primeiramente, a normalização objetiva a correta e fácil recuperação da informação pelo usuário, independentemente do idioma ou período temporal. A partir do momento em que existem normas a serem aplicadas aos documentos técnico-científicos, o usuário incorpora tais elementos e sua disposição, reconhecendo-os facilmente na documentação. Os dados passam a ser estruturados, pois há parâmetros estabelecidos. O segundo grande objetivo da normalização é permitir a compatibilidade da informação entre diferentes sistemas computacionais, tais como bases de dados, bibliotecas digitais e repositórios. Os sistemas compatíveis dependem da correta descrição dos dados dos documentos, tendo em vista que, estabelecidos os principais metadados, facilmente se consegue migrar as informações de um sistema para o outro. Pode-se ressaltar ainda que a falta de normalização condiciona e dificulta o trabalho de compilação, tratamento e análise de dados bibliométricos.

Frente a isso, Vanz (2020, p. 81) afirma que “as bases de dados utilizam a linguagem documentária para identificação do documento com o objetivo de possibilitar sua recuperação com eficiência”. Como consequência, “apesar da reconhecida desvantagem, como, por exemplo, a redução de significado, pode-se afirmar que as linguagens das bases de dados são de extrema importância pelas características oferecidas para organização da informação” (Vanz, 2020, p. 81).

A padronização busca estabelecer similaridades e viabilizar a eficácia e precisão na organização e representação da informação. Desse modo, “a qualidade da descrição de conteúdos afeta a qualidade da recuperação da informação e também os estudos bibliométricos que dependem dessa descrição para delimitar seu corpus de pesquisa” (Vanz, 2020, p. 81). Assim:

A normalização é considerada fundamental para os estudos bibliométricos, visto que ela dá maior confiabilidade aos resultados, garante a validade dos métodos empregados nas pesquisas e torna os dados bibliométricos compatíveis entre diferentes sistemas. Na bibliometria, a normalização tem um significado muito amplo que vai desde a padronização de áreas do conhecimento para classificação das revistas científicas até a correta digitação dos nomes dos autores nas referências bibliográficas (Vanz, 2020, p. 81).

Sob as atividades e ações pertinentes à organização da informação, a linguagem documentária exerce o papel fundamental da representação informacional, pois traz em seu escopo pressupostos que delineiam caminhos discursivos e cognitivos para recuperar a informação. Enquanto os sistemas informacionais realizam essas atividades sob a concentração lexical; o usuário, frente aos resultados sumarizados, atua, cognitivamente, para que ocorra a escolha dos documentos que melhor atentam às suas necessidades.

Conforme aponta Ferreira (2013, p. 7), “representar nunca é mostrar o todo; é sempre dizer, registrar ou discursar sobre uma parte, uma perspectiva de algo inteiro”. Com isso, “as representações das coisas existentes no mundo ilustram apenas algumas faces dessas coisas. Só o objeto em si, traz uma representação fidedigna de si mesmo” (Ferreira, 2013, p. 7). Somado a isso, “a linguagem pode representar, mas também pode ser um elemento limitador da representação”, ou seja, “um documento, um objeto pode ser representado por muitas palavras, e vice-versa, mas essa riqueza sinonímica pode acarretar a múltipla representação que, por sua vez, pode interferir na recuperação informacional” (Ferreira, 2013, p. 7).

Ainda sobre a recuperação da informação, Ferneda (2021, p. 195) diz que “[...] o papel dos sistemas de recuperação de informação passou de simples ferramentas experimentais a sistemas de uso cotidiano, úteis a todos que necessitem de informações para suas atividades”. Ademais, há a evidência de que a busca por informações relevantes e úteis é uma tarefa bastante complicada, por isso “[...] leva à reflexão sobre os principais elementos envolvidos no processo de recuperação de informação, que aparentemente são alheios aos avanços tecnológicos, ou pelo menos às tecnologias atualmente disponíveis (Ferneda, 2021, p. 195).

Assim sendo, define-se a recuperação da informação como “[...] a operação pela qual se seleciona documentos de um acervo em função de uma determinada

demanda informacional” (Ferneda, 2021, p. 196). Desse modo, a recuperação ocorre por “[...] meio da comparação entre as representações dos documentos e a representação da necessidade de informação do usuário”, assim “um documento é recuperado se a sua representação coincidir total ou parcialmente com a representação da necessidade do usuário” (Ferneda, 2021, p. 196).

Somado a isso, destaca-se que “um sistema de recuperação atribui relevância seguindo critérios formalizados por seus algoritmos”, com isso “esses algoritmos têm a função principal de comparar a representação de cada documento do acervo com a expressão de busca enunciada pelo usuário” (Ferneda, 2021, p. 200).

Desse modo, obtém-se que “o resultado dessa comparação é um valor numérico que representa o grau de relevância de cada documento em relação à busca”, dessa forma o grau de relevância é “[...] utilizado para ordenar (ranquear) o conjunto de documentos resultantes de uma busca” (Ferneda, 2021, p. 200). Com isso, aponta-se que “se a eficiência de um sistema está na sua capacidade em recuperar documentos relevantes, essa eficiência pode ser medida pela proximidade entre a relevância do sistema e a relevância do usuário” (Ferneda, 2021, p. 200).

Nessa linha, entende-se que “o processo de recuperação de informação envolve duas instâncias de representação: a representação de cada item de informação de um determinado acervo e a representação da necessidade de informação do usuário” (Ferneda, 2021, p. 201). Assim, “a representação de um documento inclui os elementos descritivos que o identificam e o caracterizam em um acervo, assim como elementos indicativos de seu conteúdo informativo” (Ferneda, 2021, p. 202).

Esses aspectos demonstram que há um cenário bastante complexo e delicado que indiretamente envolve as práticas da análise documentária, visto que a representação prevê a recuperação da informação. Por um lado, se a análise documentária é uma linha epistemológica fundamentada nas preocupações acerca da informação, do conhecimento e da linguagem e como esses elementos são capazes de articular um sistema capaz de recuperar a informação e articular o conhecimento; por outro, o resultado de suas atividades interferem nas ações relacionadas à recuperação da informação, uma linha voltada para às métricas, para a matemática e se fundamenta em valores exatos.

Embora as duas faces informacionais estejam sistematizadas à base da lógica, os instrumentos são de natureza díspares, pois, enquanto a representação da

informação trabalha com a linguagem organizada em palavras; a recuperação da informação é viabilizada através de números e estratégias para transformar as palavras em algoritmos. De fato, muitos sistemas informacionais são estruturados sob a aplicação desse tipo de linguagem, a qual foi denominada de linguagem artificial, frente à busca de um instrumento capaz de regularizar as relações entre o profissional da informação, sistema informacional e usuário.

De todo modo, a linguagem documentária perfaz as características dos sistemas de organização do conhecimento. Desse modo, Barité (2015, p. 143, tradução livre) define:

Sistemas de conceitos que têm como fim principal proporcionar designações unívocas para a representação temática do conteúdo de documentos, dados e outros recursos de informação, em qualquer suporte ou estrutura que se encontre, através de símbolos codificados ou expressões linguísticas, a efeitos de favorecer a busca e a recuperação temática, de uma forma eficaz, pertinente e relevante.

Os SOC's – também denominados de linguagem documental, linguagem documentária, sistemas organizadores de conhecimento ou sistemas de organização e representação do conhecimento – cumprem com outros objetivos subsequentes: podem ser utilizados para classificar bibliografias temáticas, como mapas de domínio, como facilitadores da localização de conceitos dentro de uma disciplina, ou como orientadores de serviço de referência.

Desse modo, podem ser utilizados em processos de avaliação comparativa de sistemas, ou como apoio à justificação de terminologia em diferentes âmbitos. Possuem uma natureza mediadora, a que se expressa e intercede entre os fundos documentais e os usuários, mas também entre o conhecimento científico e a documentação e entre classificadores e indexadores que buscam aplicar critérios consistentes. Conforme a sua cobertura temática, os sistemas de organização do conhecimento podem ser universais, multidisciplinares ou especializados.

Os tipos mais usuais de sistemas de organização do conhecimento são os sistemas de classificação e os vocabulários controlados (tesauros, listas, taxonomias).

Sobre o tesauro, Barité (2015, p. 156, tradução livre) explana que se trata de:

Tipo de sistema de organização do conhecimento que se integra com termos analisados e normalizados que guardam entre si relações semânticas e funcionais. O tesauro se organiza sob forte controle terminológico, com objetivo de proporcionar um instrumento idôneo para o armazenamento e a recuperação da informação em áreas especializadas. Pode ser monolíngue, monolíngue com equivalências ou multilíngue, conforme à cobertura idiomática que proponha. [...]

Repertório que inventaria, com a aspiração de exaustividade, o conjunto de unidades léxicas de uma língua. Se diferencia do dicionário geral de uma língua em que recopila diacronicamente e sem critérios de seletividade.

Outros autores, como Schiessl e Shintaku (2012, p. 49) definem os sistemas de organização do conhecimento (SOC's) como “[...] representações do

conhecimento, que, por sua vez, são modelos de abstração do mundo real”, além disso podem ser definidos como “[...] sistemas de classificação, dicionários, ontologias, taxonomias, tesouros, redes semânticas, entre outros”.

O tesouro, portanto, é “[...] um tipo de vocabulário controlado. Isso significa que o vocabulário do tesouro não é composto por palavras da língua natural, mas de uma lista de termos de um dado domínio” (Schiessl; Shintaku, 2012, p. 90). A linguagem especializada é decorrente da linguagem natural, porém a diferença em sua aplicação está no rigor formal de seu uso, visto que é decorrente de uma terminologia, e o termo é um estrato da língua natural, ou seja, trata-se de um estrato técnico-científico, no entanto ajustado a um domínio, ou seja, um termo ou expressão que sintetiza o discurso de uma determinada comunidade. Portanto, o tesouro é constituído por códigos oriundos da linguagem natural, contudo possui uma aplicabilidade diferente, pois apresenta objetivos específicos durante o seu uso, por isso pertence ao contexto das linguagens documentárias.

De todo modo, consoante Schiessl; Shintaku (2012, p. 90), o tesouro é “[...] uma ferramenta voltada para a organização e para a recuperação da informação”. Com isso, atende as dinâmicas: a) “atende aos usuários: ao indexador que estabelece e define termos e seus relacionamentos que representam documentos e ao consultante que busca informação auxiliado pela ferramenta”; b) “permite a organização lógica e semântica de um domínio”; c) “oferece uma representação da estrutura conceitual de um domínio de conhecimento” (Schiessl; Shintaku, 2012, p. 90).

Outrossim, os tesouros são aplicados “[...] na tradução dos conceitos-chave dos documentos para linguagens reconhecidas por sistemas de informação ou de bibliotecas, conhecidas como linguagens documentárias ou linguagem de indexação (Schiessl; Shintaku, 2012, p. 53). Ademais, o tesouro “[...] visa a representar, de forma padronizada, o conhecimento de domínio específico e a estabelecer a ligação entre o usuário e o conteúdo do documento” (Schiessl; Shintaku, 2012, p. 54), evidentemente trata-se do conteúdo informacional e não do conteúdo complexo.

A linguagem documentária é um produto da análise documentária, no entanto possui uma contraparte no cenário da indexação, denominada linguagem de indexação. Frente a isso, é válido destacar algumas características da linguagem de indexação a fim de correlacionar suas propriedades e funções com a linguagem documentária. Com isso, é possível verificar em que medida atuam com os mesmos

propósitos e quais são as suas distinções, já que a linguagem de indexação se aplica sob a égide da política de indexação, enquanto a linguagem documentária atua sob a influência dos domínios.

A linguagem de indexação, por ter a natureza de vocabulário controlado está presa ao significado imanente do léxico, ou seja, não permite que haja a exploração do sentido, tampouco propicia a significação. Assim, estabelece a concepção de que os conceitos são imutáveis, por isso podem ser representados por linguagem estabilizada pelo significado, evitando as variações pragmáticas, semióticas e discursivas presentes na manifestação de um documento.

A linguagem de indexação se constitui pela configuração de seu escopo através de termos autorizados para efetivar, através de vocabulário controlado, a representação informacional de documentos. Como apontam Cruz, Fujita e Rio-Branco (2017, p. 217), para que se garanta a recuperação da informação, “um dos elementos essenciais que devem estar estabelecidos na política de indexação é a linguagem de indexação, tendo em vista que a linguagem é estabelecida em conformidade com a política de indexação”.

Sob o processo de indexação, retratam Cruz, Fujita e Rio-Branco (2017, p. 217) que “[...] há variáveis no processo que podem contribuir ou prejudicar na fase de recuperação da informação, estas se referem aos níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem de indexação. Nessa linha, “[...] a escolha da linguagem irá contemplar os termos e o grau de especificidade dos mesmos que serão destinados a cumprir a função de descritores” (Cruz; Fujita; Rio-Branco, 2017, p. 217).

Com isso, a escolha da linguagem de indexação “[...] afeta o desempenho do sistema de recuperação de informação, na estratégia de busca (expressão que o usuário busca no sistema) e na indexação (estabelece a precisão com que o indexador pode descrever o assunto do documento)” (Cruz; Fujita; Rio-Branco, 2017, p. 219). Consequentemente, “[...] explicitar na política de indexação a escolha da linguagem de indexação é fundamental para que um sistema de informação possa propiciar o bom desempenho na recuperação dos documentos” (Cruz; Fujita; Rio-Branco, 2017, p. 219).

Cruz, Fujita e Rio-Branco (2017, p. 219) também declaram que “a linguagem de indexação colabora com os sistemas de recuperação da informação ao padronizar os termos utilizados na descrição dos assuntos”. Nesse sentido, reconhece-se que

“[...] sem a mediação dessa ferramenta, há disparidades na recuperação da informação objetiva aos interesses do usuário, causando a inconsistência do sistema devido à falta de controle de vocabulário” (Cruz; Fujita; Rio-Branco, 2017, p. 219). Ainda, a linguagem de indexação é vista como “[...] um conjunto de termos de indexação que a partir de sua ordenação e combinação preestabelecidos podem afetar a especificidade e a exaustividade da linguagem de indexação, e consequentemente a indexação de assuntos” (Cruz; Fujita; Rio-Branco, 2017, p. 219).

Dessa maneira, Cruz, Fujita e Rio-Branco (2017, p. 219) demonstram que “nos sistemas de informação onde a recuperação dos documentos deve responder às necessidades dos seus usuários”, a inter-relação de interesses e busca estabelecem que “[...] a linguagem de indexação busca promover precisão na escolha dos termos de indexação para que descrevam os documentos de acordo com a filosofia da instituição”. Procedimento e política que visam favorecer “[...] o intercâmbio de informações entre bases de dados e, novamente para que atinja as necessidades dos usuários” (Cruz; Fujita; Rio-Branco, 2017, p. 219).

Portanto, as linguagens de indexação são “[...] responsáveis por assegurar o controle de vocabulário tanto de assuntos gerais como específicos, dependendo da característica da instituição à qual é estabelecida” (Cruz; Fujita; Rio-Branco, 2017, p. 219). Por isso, a fim de garantir a eficiência, “[...] a qualidade da indexação depende de dois fatores: a qualificação do indexador e dos instrumentos de indexação” (Cruz; Fujita; Rio-Branco, 2017, p. 219). Diante disso, fica claro que competência, habilidade por um lado; precisão, exatidão e coerência da expressão, por outro, são fundamentais “para que a qualidade dos instrumentos de indexação possa ser concretizada, no caso as linguagens de indexação, é importante discutir sobre a sua estrutura, relações semânticas e relações sintáticas” (Cruz; Fujita; Rio-Branco, 2017, p. 219).

De fato, o processo de recuperação da informação se consolida porque esse tipo de linguagem está inserido em contextos fechados, com discursos previamente demarcados e, com efeito, os sistemas informacionais visam apenas à interação com o usuário e garantir a recuperação de um documento, assim não há preocupações efetivas com o conteúdo do documento no sentido de sua complexidade, mas, sim, apenas, com o conteúdo no sentido de conter uma determinada informação.

De modo geral, a linguagem documentária atua como uma linguagem especializada, configurada sob a preocupação de recuperar os valores cognitivo-

semânticos dos conceitos, bem como articular sua funcionalidade a temas explorados nos documentos. Além disso, a linguagem especializada atua em um cenário fechado, cuidando para que o significado seja preciso, na intenção de que usuários e sistemas articulem a informação com grande carga de precisão, já que é necessário garantir uma recuperação da informação rápida e precisa.

2.5 Representação da informação e tratamento da linguagem

A informação é elemento fundamental para os seres humanos interagirem com a realidade, visto que a informação age sobre a percepção e sobre a cognição, permitindo que haja trocas socioculturais entre indivíduos, grupos e instituições. Nesse sentido, esses actantes informacionais demarcam os traços simbólicos, na interconexão entre lógica e discurso, entre axiomas e conaturalidade, promulgando a viabilização da aplicabilidade lógica e discursiva para a representação e a mediação da realidade, a qual se perfaz frente ao acesso à informação e à constituição do conhecimento.

Obter informação, desde tempos remotos, é um privilégio, seja social, político, cultural, seja por capacidades e habilidades cognitivas. Nessa linha, há preocupações institucionais, como as universidades, pesquisadores, profissionais, como bibliotecários, preocupados e empenhados para que o privilégio se torne uma realidade democrática acessível de forma equitativa para todos. Além do acesso democrático, os profissionais e estudiosos da informação buscam, através de muito empenho e dedicação, combater a circulação e a influência de *fakenews* e a construção de pós-verdade.

Nesse cenário, a organização do conhecimento tem como preocupação basilar não só a sistematização do conhecimento, mas também se debruça sobre as exigências técnicas, teóricas, procedimentais e intelectuais acerca da representação da informação, visto que o desenvolvimento de práticas, métodos e processos viabilizam a análise, o tratamento, o armazenamento, a recuperação da informação e o acesso a ela, indiscriminadamente, por diversos usuários.

Diante disso, a organização do conhecimento é abastecida por estratégias que trabalham em prol da sistematização do conhecimento e por linhas de tratamento da informação, as quais demarcam ações frente ao documento e evidenciam modos de interação com ele. Frente a isso, destaca-se que, independentemente da linha de

tratamento da informação – análise documentária, catalogação de assunto, indexação –, sua relação com o documento e a identificação de recursos informacionais para alimentar os sistemas de informação estão sujeitos ao uso da linguagem.

Dessa forma, o tratamento do documento, o processo de leitura e a seleção dos descritores estão alinhados a fundamentos da semântica, da pragmática e da semiótica, devido aos aspectos sociocognitivos, responsáveis pela identificação dos valores de sentido, como também os fatores que afetam uma mente, ativando roteiros de conhecimento, como ainda sobre a discussão acerca da significação, aprendizagem, ajustamento e adaptação frente ao devir.

No que tange às ações de profissionais da informação, os procedimentos presentes nas atividades de tratamento da informação se organizam em etapas bem definidas em relação ao manuseio do documento. Nesse aspecto, a leitura documental visa a reconhecer o assunto e os temas explorados no documento-texto, assim efetivando estratégias de reconhecimento de terminologias para especificar os conceitos.

Somado a isso, a análise se responsabiliza por verificar a compatibilidade dos termos com os conceitos inerentes a um domínio, ou seja, a um campo do saber. Com isso, a análise interage com o documento para reconhecer os aspectos discursivos, no que diz respeito à situação informacional e ao direcionamento das informações, no que se refere à composição de campos semânticos, os quais expandem as possibilidades de interação entre saberes.

Além disso, durante o tratamento da informação, há a seleção de termos cuja procedência e precisão aderem às exigências que coadunam na aplicação do conceito, ou seja, é verificada a compatibilidade entre conceitos e domínios, decorrente da análise estratégica acerca da recorrência de termos ao longo do documento, com isso observa-se a eficiência de utilizá-los como descritores.

Nesse sentido, há a recorrente tomada de decisão estratégica para organizar a informação através de descritores selecionados, por apresentarem a melhor condição de recuperar a informação desenvolvida no documento, assim promover a indexação desses descritores em sistemas informacionais, ou ainda aplicá-los na configuração de um objeto informacional.

As linhas de trabalho da organização do conhecimento caracterizam-se por apresentar preocupações diretas com o conhecimento, por isso há constantes pesquisas que abordem as estratégias de categorização, classificação e catalogação.

Somado a isso, há também práticas e métodos para sistematizar a organização do conhecimento para que seja dinâmica a sua distribuição e a sua representação. Logo, teorias sobre as epistemologias que envolvem o conceito são constantemente debatidas e propagam diretrizes que envolvem a identificação simbólica dos domínios e como os discursos constituídos pelas diversas comunidades culturais e científicas se realizam nesse processo.

Nesse aspecto, a organização do conhecimento constitui os sistemas de organização do conhecimento, como ferramentas eficazes para colaborar na sistematização do conhecimento e corroborar a sua representação. Nesse sentido, a linguagem, instituída por terminologia especializada orienta a configuração das diretrizes semânticas para efetivar a correlação entre linguagem, conhecimento, uso e classificação.

Não obstante, a organização do conhecimento também se dedica ao tratamento da informação, como processo realizável através de técnicas de leitura, análise e interpretação. Somado a isso, a organização do conhecimento como campo de estudo também se preocupa como a informação é trabalhada nos documentos, por conseguinte como sua representação afeta o armazenamento e a recuperação no futuro. Diante disso, a organização do conhecimento apresenta os procedimentos de organização do conhecimento, cuja aplicabilidade está envolvida no tratamento temático da informação, na sua representação e como se correlaciona com o conhecimento classificado, categorizado e catalogado.

Guimarães (2009) menciona que tratamento da informação no cenário da organização do conhecimento se perfaz pela área de tratamento temático da informação. Guimarães, Moreiro González e Alencar (2012, p. 3) argumentam que a área de tratamento temático da informação destina-se ao acesso, à recuperação e ao uso da informação, assim constituída sob três concepções: “[...] catalogação de assunto (subject cataloguing), de matriz norte-americana, indexação (indexing), de matriz inglesa e análise documental (analyse documentaire) de matriz francesa”.

Devido aos interesses desta pesquisa, relacionados à semântica, à pragmática e à semiótica, juntamente com os desdobramentos teóricos no universo da ciência da informação e à organização do conhecimento relacionados à linguagem (Gardin, 1966), à linguística documental (García Gutiérrez, 1984) e à semiótica documental (Izquierdo Arroyo, 1990) destacar-se-ão os desdobramentos relacionados à análise documentária.

Somado a isso, há pontos de discussão voltados à indexação devido aos fatores relacionados à escolha dos descritores, que envolve a pragmática, à política de indexação, pois há uma aproximação de fatores inerentes ao *ethos* e às formas de vida, como ainda à leitura documental, visto que sua execução exige fundamentos atrelados ao enunciado, em destaque fatores de contextualização e formação de *frames* e ao discurso, no que se efetiva na constituição de já-ditos e catálises.

Nesse sentido, ao destacar a análise documentária, “[...] há de considerar o desenvolvimento teórico e aplicado, verificado na Espanha e no Brasil, a partir da matriz francesa decorrente dos estudos de Jean-Claude Gardin” (Guimarães; Moreira González; Alencar, 2012, p. 3). Além disso, no Brasil, deve-se destacar o empenho do Grupo Temma – criado por Johanna Smit, nos anos 1980, como decorrência de seus estudos na Europa sobre supervisão do próprio Gardin – para se tornar pioneiro nos estudos sobre a análise documentária.

Dessa forma, tem-se em seus idealizadores e pesquisadores formados nesse núcleo como principais difusores dos fundamentos teóricos junto aos cursos de formação de bibliotecários e aos programas de pós-graduação em ciência da informação do Brasil, já que o Grupo Temma se constitui por pesquisadores da ECA-USP e do PPGCI da Unesp de Marília.

Diante disso, os processos de representação da informação se apropriam de fundamentos da linguagem para executar suas principais atividades. Nesse cenário, a linguagem especializada, como linguagem documentária, no caso tesouros e taxonomias; vocabulário controlado; linguagem de indexação, configuram estratégias de normalização e padronização semânticas. A análise documentária se efetiva através de aspectos inerentes ao fundamento da linguagem, por isso explora a relação linguagem e realidade, cujo direcionamento está inserido na capacidade de traduzir o significado através de processos metalinguísticos. Por sua vez, a indexação se apropria dos valores semânticos constituídos previamente através de tesouros e vocabulários controlados a fim de verificar a incidência do termo no texto, ou seja, um dos critérios básicos de escolha do descritor é a estatística.

2.5 À guisa de síntese

Em suma, o processo de representação da informação está alinhavado aos procedimentos de organização do conhecimento, já que é preciso uma interação entre

documentos e sistemas de tratamento da informação. Diante disso, representar a informação caracteriza-se por algumas ações do fazer-fazer, como leitura e interpretação, compreensão da informação veiculada no documento e da significação, percepção da terminologia especializada no corpo do enunciado visando à aplicação dos conceitos presentes nos argumentos do texto.

Além disso, há o trabalho de extração, ajustamento dos discursos manifestantes no documento com a linguagem especializada, verificação da condição de catálise dos descritores, sendo estes capazes de sintetizar o conteúdo informacional. Nessa linha, a representação da informação se situa entre a prática de reconhecer a informação, selecionar o instrumento de ativação dessa informação e articular estratégias para efetivar a parcimônia entre todos os elementos e actantes envolvidos.

Ademais, o processo de representação do conhecimento também está conectado aos sistemas de organização do conhecimento, visto que a linguagem de indexação é peça chave para que todo o trabalho de representação da informação seja realizado e confirmado como produto em um sistema de informação. Desse modo, é essa linguagem especializada que vai articular as necessidades informacionais de um usuário, as estratégias de busca de um sistema informacional e a recuperação da informação rápida e precisa que possibilitará o acesso democrático à informação.

Este capítulo evidenciou fatores presentes nos processos de organização e representação do conhecimento e da informação, portanto abordou aspectos inerentes à linguagem e seu papel no cenário da organização do conhecimento e da organização da informação. Além disso, houve a verificação de como a linguagem especializada atua como linguagem documentária ou linguagem de indexação, além de refletir sobre como os tipos de linguagem especializada são utilizadas pela análise documentária e pela indexação.

Sob aspectos semióticos, articulados em conjunção a fatores inerentes à semântica funcionalista e à pragmática, fica claro que há diversos pontos de convergência entre a organização do conhecimento e a organização da informação, naquilo que se refere à representação informacional.

Isso posto, é necessário destacar que a organização do conhecimento se volta para a sistematização do conhecimento, através do conceito, por isso faz uso da classificação, categorização e catalogação como fundamentos essenciais de suas

atividades. Dessa forma, a organização do conhecimento faz uso da linguagem especializada tanto para o desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento, a fim de sistematizar o agrupamento de conhecimento, por sua vez, de conceitos; como de procedimentos de organização do conhecimento, direcionados à representação do conteúdo informacional dos documentos, tendo em vista a sua futura recuperação.

Por seu turno, a organização da informação está direcionada ao tratamento da informação presente no documento, assim faz uso de estratégias de descrição física e temática. Nesse sentido, faz uso da linguagem especializada para regular e normalizar as descrições a fim de que o conteúdo informacional não se torne flexibilizado no que tange à precisão de significados.

Frente a esses aspectos, observa-se que os procedimentos presentes nas atividades da organização do conhecimento e da organização da informação se apresentam em estágios semióticos diferentes.

A organização do conhecimento volta-se para fatores inerentes a aspectos ontológicos e teleológicos do conceito, devido à sua natureza como elemento cognitivo na mediação da realidade, assim pode-se aplicar fundamentos das categorias fenomenológicas, dos interpretantes, da semiose, do hábito mental e do pragmatismo a fim de estabelecer a correção da conduta e o autoajuste.

A organização da informação está direcionada a fatores comunicacionais, por isso busca encapsular o discurso, assim fazendo uso de aspectos que envolvem ato e força pragmática, *ethos* discursivo e formas de vida para ativar a linguagem especializada em catálise para efetivar a representação da informação presente no documento original e conectá-la ao documento secundário, que atua como objeto informacional, ou seja, essa informação é recuperada, porque já se constitui como uma hábito mental.

Já a análise documentária e a indexação apresentam diversos fatores divergentes acerca do processo de tratamento da linguagem e como esta é aplicada no processo de representação da informação.

A análise documentária faz uso da linguagem documentária, com isso oferece uma preocupação maior com os aspectos relacionados à representação e à mediação da realidade, pois busca correlacionar conceito, linguagem, experiência e texto. Nessa linha, a análise documentária oferece um processo de tratamento da informação presente no documento mais próximo à semiótica, consequentemente há uma

preocupação maior com os fatores cognitivos, já que a linguagem documentária não é estática, visto que sua atualização ocorre conforme a evolução social, cultural, científica e histórica presente nos domínios.

Já a indexação faz uso da linguagem de indexação. Embora a linguagem de indexação possa ser tratada como um quase-sinônimo de linguagem documentária, sua configuração requer uma dinâmica diferente, pois a configuração da linguagem de indexação se realiza conforme as políticas de indexação que as delineiam em vocabulário controlado. Nesse aspecto, a atualização é mais demorada, já que não seguem as dinâmicas dos domínios, mas, sim, dependem de novas entradas de termos durante os processos de sumarização.

Frente a isso, em aspectos semióticos, pode-se afirmar que a análise documentária atua sob a vetorização do documento para a linguagem especializada, e esta se ajusta ao conteúdo do documento a fim de representar seu fluxo informacional. Por sua vez, a indexação apresenta uma vetorização informacional que parte da linguagem especializada, sob vocabulário controlado, e a política de indexação para o documento, assim promovendo uma representação sob aspectos semióticos programados, à base de pressupostos e interfere diretamente nas escolhas da linguagem, por conseguinte no processo de modelização de uma mente.

3 SEMIÓTICA: O SIGNO NA REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

A interação humana com a realidade é o caminho para se constituir o conhecimento. O conhecimento não é um dispositivo de ordem natural, mas, sim, de ordem cultural, construído na arena simbólica da alteridade, por isso, ao se tratar de avanços humanos acerca do conhecimento, é preciso enfatizar a importância dos aspectos sociais presentes nas trocas, nas dúvidas, nos questionamentos, nos acordos e, principalmente, como toda essa dinâmica se realiza através do simbólico.

O avanço conceitual presente nas teorias da linguagem e nas teorias da cognição, somado aos fundamentos da filosofia, demonstra que historicamente houve discussões e posições de como a linguagem se apresenta frente à realidade e, assim, é capaz de representá-la e mediá-la. Nesse cenário, é importante destacar que Platão (427a.C-347a.C) debateu sobre os aspectos da linguagem no processo de nomeação e identificação da referência em *Crátilo* e *Teeteto*. Além disso, Aristóteles (384a.C-322a.C) impulsiona a importância da linguagem na representação em *Categorias*, *Órganon* e *Metafísica* (Nöth, 1995; Volli, 2015; Nöth; Santaella, 2017).

Com efeito, essa retomada dos primórdios atua como norteador dos fundamentos argumentativos que constituem o arco epistemológico da linguagem, pois a linha platônica evidencia um nicho voltado para o *eidos*, valorizando as formas perfeitas, por conseguinte o valor do significado era propulsionado por fatores mentais, o que pode efetivar a linha mentalista e idealista (Nöth, 1995; Volli, 2015; Nöth; Santaella, 2017).

Por outro lado, a linha aristotélica apresenta considerações acerca do primeiro motor, desse modo debate sobre as questões que envolvem a substância, o que marca a presença da linguagem para a constituição da sentença, da proposição, do pensamento, do conhecimento, fatores que relacionam a percepção, a linguagem e a realidade (Nöth, 1995; Volli, 2015; Nöth; Santaella, 2017).

De todo modo, as duas linhas buscam explorar, através da linguagem, fatores ontológicos, já que visam a compreender como as coisas do mundo são definidas e sistematizadas. Somado a isso, há também o aspecto metafísico, já que, através do mentalismo, do idealismo ou do realismo (uma visão realista sobre as coisas do mundo, porém ainda não desenvolvido epistemologicamente), buscam explicar como uma mente é capaz de acessar informações e interagir com as coisas do mundo.

Platão, em torno das suas discussões, apontou o elemento fundamental para tratar da representação das coisas do mundo através da linguagem: o signo. Com isso, efetiva-se que o modelo platônico é composto por uma estrutura triádica: o nome (ónoma, nómos); a noção ou ideia (eidos, logos, dianóema); a coisa à qual o signo se refere (pragma, ousía) (Nöth, 1995).

Para Aristóteles, o signo também se apresenta sob um modelo triádico: o símbolo (symbolon) – signo convencional; (pathémata) – afecções da alma; (prágmata) – retratos das coisas decorrentes às afecções (Nöth, 1995).

Na evolução das discussões sobre o signo, os estoicos também apresentam um modelo triádico: *semaínon*, “que é o significante, a entidade percebida como signo”; *semainómenon*, ou *lékton*, “que corresponde à significação ou significado”; *tygchánon*, “o evento ou o objeto ao qual o signo se refere” (Nöth, 1995).

Com Aurélio Agostinho (354-430), a teoria do signo se torna um marco para as teorias do signo. Agostinho retoma dos epicuristas e aprofunda a concepção acerca da semiose, relacionando aos fatores perceptíveis que afetam a cognição, além de estabelecer diferenças entre os tipos de signos, como signos naturais e convencionais, além de tratar do signo indicial (Nöth, 1995).

Essa trajetória entre a Antiguidade grega e a Escolástica revela que os primeiros tratados sobre o signo evidenciam um modelo triádico, pois, além de representação, o signo também atua como mediação, ou seja, afeta uma mente que age, pensa, processa e toma decisões decorrente das maneiras como compreende as coisas do mundo, isto é, o **signo** possui uma função **ontológica**, que é a representação, e uma função **metafísica**, que é a mediação entre mente e realidade.

No entanto, o signo ganha uma nova versão ao ser explorado pelas teorias da filosofia moderna. Com o aparato do Racionalismo, o signo passa a ser apresentado com uma divisão diádica, pois, para o Racionalismo, as ideias eram inatas, logo o signo apenas necessitava fazer referência ao instrumento que o indica como signo e a referência às coisas do mundo, visto que o modo como afetaria as mentes é descartado, já que em se tratando de um modelo racionalista e universalista, em que o conhecimento é presente à mente, todas as concepções do mundo partiriam desta, assim o signo apenas exerce uma função ontológica.

Mesmo os empiristas não retomaram o modelo triádico do signo. John Locke (1632-1704) embora seja a principal figura filosófica da sua época a tratar do signo, descreveu-o como instrumentos do conhecimento, distinguindo-o em duas classes: as

ideias e as palavras. Assim, “as ideias são signos que representam as coisas na mente do contemplador”; já as palavras, “[...] não representam nada senão as ideias na mente da pessoa que as utiliza. Palavras, portanto, são os signos das ideias do emissor” (Nöth, 1995, p. 46).

Desse modo, no final do século XIX, duas figuras, praticamente contemporâneas, apresentaram suas teorias do signo, as quais influenciam as discussões até os dias de hoje. Seguindo as influências do Racionalismo, Empirismo, Iluminismo, em destaque as contribuições de Condillac, Humboldt e dos Neogramáticos, há a teoria dos signos apresentada por Ferdinand de Saussure (1857-1913), através de um compilado de anotações de seus alunos, que ficou denominado como *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916, na qual o signo, constituído em um modelo diádico, é parte central de uma teoria chamada Semiologia (Nöth, 1995).

Em outra via, retomando fundamentações apresentadas pelos pensadores da Antiguidade e Medievo, Charles Sanders Peirce (1839-1914), apresenta a teoria geral dos signos, sob um modelo triádico, os quais são articuladores de sua Semiótica, algo que se faz entender como a Lógica, sendo esta parte integrante de um sistema, que ficou conhecido como Arquitetura Filosófica, já que Peirce prevê aspectos que envolvem a fenomenologia, as ciências normativas, sendo a semiótica ou lógica como um item terceiro que compõem essas ciências e, por fim, a metafísica.

Frente a esse cenário, é necessário apontar como se constituem as duas teorias do signo e como elas têm sido aplicadas atualmente, bem como apresentar as concepções teóricas que fundamentam a Semiótica e a Semiologia.

O signo surge para a Linguística moderna sob a égide das discussões propostas por Ferdinand de Saussure⁴, como resultado de suas pesquisas e apresentações em aulas, no final do século XIX e início do século XX. É, portanto, em *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916, que o signo ganha destaque como fundamento para a análise da configuração da língua (langue). Assim, nasce a Semiologia, cujo objetivo é o estudo da língua, por conseguinte o signo na esfera social.

⁴ Para acompanhar o desdobramento dessa teoria para enquadrar nesta investigação, consultar MARTINES, A. R. **Linguística e Semiótica Documentária: Contribuição das teorias da linguagem**. 2020. 320 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2020.

É válido destacar que Saussure realizou estudos em Leipzig (1876-1880) e possuía uma cátedra em Sorbonne (1881-1891). Sua carreira acadêmica é bem-sucedida, e Saussure “lecionou indo-europeu e linguística geral na Universidade de Genebra (1891-1912)” (Nöth, 1996, p. 16). No entanto, foi durante três cursos ministrados entre 1907 e 1911, que o linguista desenvolveu sua teoria geral dos signos e o sistema sógnico (Nöth, 1996).

Sua obra foi publicada postumamente a partir de anotações de seus alunos, já que o professor destruíra os manuscritos. Sendo assim, Charles Bally, Albert Sechehaye e Albert Riedlinger foram responsáveis pela publicação, a qual ainda contou com a colaboração de Túlio de Mauro, em 1972 (Nöth, 1996). Muitas anotações de alunos surgiram para contribuir com o original, destacando *O terceiro curso*, Saussure, 1993, edição que foi publicada em Tóquio (Nöth, 1996, p. 16-17).

É no tocante da definição da linguagem em sua primeira dicotomia: língua (*langue*) e fala (*parole*), que se efetiva o estudo dos signos, os quais para Saussure, denomina-se signo linguístico, pois enquanto a língua e a fala são “de natureza concreta”, os signos linguísticos, “embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidade que têm sua sede no cérebro” (Saussure, 2006, p. 23), visto que são conceitos, fatos de consciência, associações às representações, já que é “instrumento criado e fornecido pela coletividade” (Saussure, 2006, p. 18).

Para Saussure (2006, p. 80), o signo linguístico “une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. Assim, “tal imagem é sensorial e, se chegarmos a chamá-la material, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato” (Saussure, 2006, p. 80). Saussure (2006, p. 80-81) ainda aponta que “o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces, que pode ser representada pela figura”, por isso “chamamos signo a combinação do conceito e da imagem acústica”, porém houve a opção de “substituir conceito e imagem acústica, respectivamente, por significado e significante”. Essa definição de signo fomenta sua constituição mentalista, já que ao tratar o significado como conceito, efetiva a concepção de um conceito mental, sem uma contraparte real, visto que o significado não se refere ao objeto integrante do mundo real, mas, sim, um conceito que se forma sobre a realidade, em âmbito social, e não a partir do fenômeno.

Ademais, para Saussure (2006) o signo é imutável, visto como sendo “um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade”, tratando-se de valores estáticos, quando muito, sofre influência do cenário social para promover pequenas e lentas mudanças no sistema da língua (Saussure, 2006, p. 21).

Reconhece-se na teoria proposta pelo linguista de Genebra traços do Racionalismo e do Formalismo que ainda eram correntes epistemológicas fortes no processo de pensar ciência, ou seja, uma perspectiva de ordem mecanicista e cartesiana, em que a língua e signo se confundem e estes são vistos apenas pelo viés da *forma*, não há espaço para explorar a *substância*. Há na base teórica, resquícios de uma concepção idealista e de um cognitivismo mentalista, social e não fenomenológico, com preceitos absolutos, ou ainda orientado pela proposição do nominalismo, como um propósito universalista.

Nessa linha, o signo se estrutura por um composto diádico, constituído por duas partes: significante e significado. É nessa perspectiva que “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (Saussure, 2006, p. 80). Desse modo, o signo linguístico determina o valor a ser aplicado, já que “a propósito do circuito da fala, que os termos implicados no signo linguístico são ambos psíquicos e estão, em nosso cérebro, por um vínculo de associações” (Saussure, 2006, p. 80), visto que toda a concepção do conceito-objeto se constrói na língua, por reflexões da coletividade, não há interferência do extralinguístico.

É importante evidenciar que a imagem acústica “não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho dos nossos sentidos” (Saussure, 2006, p. 80). Dessa forma, não se deve confundir o significante meramente com o som das palavras, mas sim entender que há uma inter-relação entre a imagem psíquica e o som que a constitui.

Tal abordagem é compreensível frente às descobertas que o professor apresenta diante dos estudos acerca do indo-europeu e a importância que ele aplica à fonética para estabelecer a articulação social de uma língua, já que ainda ratifica que tal imagem é sensorial e atua para materializar o conceito, no caso, denominado de significado. Essa imagem “[...] implica uma ideia de ação vocal” inerente à palavra falada, realizada na “imagem interior no discurso” (Saussure, 2006, p. 80). É, assim que surge a proposta de aplicar o “[...] signo para designar o total, e a substituir

conceito e imagem acústica respectivamente como significante e significado” (Saussure, 2006, p. 81).

Dessa forma, entende-se que o signo linguístico é arbitrário, como resultado da associação de um significante a um significado. Sendo assim, a arbitrariedade é consequência da formação da língua como resultado da coletividade, isto é, os signos constituem uma língua pronta e o usuário / falante não pode lhe alterar a configuração, pois “não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico” (Saussure, 2006, p. 83). Nessa linha, o signo é reconhecido como imotivado, pois é “arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (Saussure, 2006, p. 83).

É importante distinguir, na discussão, as concepções de arbitrário e imotivado, pois, para Saussure, esses conceitos estão inter-relacionados, no entanto é necessário destacar que o signo é arbitrário quando é relacionado à realidade, como instrumento de representação do real, pois efetivamente a atribuição do signo a um determinado objeto não é um procedimento que seja inerente à lógica ou a evolução cultural, mas simplesmente a um processo de figuração.

Sob o valor construído socialmente, Saussure (2006, p. 132) afirma que “a coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja”. Assim, “o valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícilimo saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência” (Saussure, 2006, p. 133). Esse valor predomina devido à língua ser um sistema, por conseguinte “todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente na presença simultânea de outros” (Saussure, 2006, p. 133).

Tratando o signo por outra linha, ou melhor, apresentando a teoria dos signos desenvolvida por Peirce, entende-se que os signos representam o pensamento manifesto fenomenologicamente, fator que atribui à significação um atributo de falível, pois o signo está em constante construção, reflexo da interação cognitiva entre uma mente, capaz de aprender com a experiência, e o real⁵.

⁵ Para acompanhar o desenvolvimento de reflexões sobre a abordagem dessa teoria, sugere-se consultar: MARTINES, A. R. Ciência da Informação e seus paradigmas: a presença da linguagem na organização do conhecimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 19, p. 1–29, 2023.

MARTINES, A. R.; ALMEIDA, C. C. A linguagem documentária e o signo: uma análise sobre termo e conceito. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 697–728, 2021.

MARTINES, A. R.; MOREIRA, W.; ALMEIDA, C. C. Do signo ao tesouro: contribuição de três correntes da linguagem. **Ciência da Informação**, v. 51, n. 1, p. 31–54, 2022.

MARTINES, A. R.; ALMEIDA, C. C. Fundamentos lingüísticos de la indización: una revisión. **Scire: representación y organización del conocimiento**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 25–37, 2023.

Sendo assim, a lógica é ponto fundamental para a atuação dos signos sobre a realidade, no entanto Peirce denomina a semiótica como a própria lógica, assim sendo é responsável por oferecer formas diagramáticas da realidade para promover a compreensão do real por uma mente. Nesta perspectiva, portanto, o signo peirceano atua sob a Forma, já que a Substância é suscetível a transformações nos processos de semiose (Silveira, 2007).

Os signos são resultados de observações fenomenológicas. São aplicados sob a forma na caracterização de figuras imaginárias que são sistematizadas em diagramas: “um conjunto de relações que espera melhor representar aquele fenômeno e desse modo antecipar como deverá proceder, seguindo passo a passo as indicações contidas na figura” (Silveira, 2007, p. 23). Nessa linha, o signo proporciona exemplares concretos para a interação com o fenômeno, já que seus aspectos fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento são “[...] representar o real e atuar sobre ele no futuro” (Silveira, 2007, p. 23).

Assim, reconhece-se um signo distinto de uma concepção de inatismo, de mentalismo sem experientiação, ou de caráter absoluto, já que as conclusões são resultadas da experiência e mensurado pelo processo de inquirição. Sua fundamentação na lógica devem ser caracteres de todos os signos, fazendo com que sejam “[...] expostos à sua explicação”, inerentes ao “[...] universo da experiência e construir sobre ele hipóteses que o expliquem” (Silveira, 2007, p. 21).

Dessa forma, os signos constituem diagramas mentais, responsáveis por conduzir o entendimento da realidade através da figuração, em que se estabelece o confronto e a inquirição. Essa retomada e repetição da representação do real, permite o desenvolvimento de hábitos que permitem a atuação sobre o real em ações futuras.

Assim, essa representação agiliza a conduta, permitindo atuação da experiência colateral sobre o cenário já estabilizado, assim como a aplicação do signo sobre o signo, gerando novos diagramas, portanto avançando em direção à verdade. Porém, é válido lembrar que no universo da representação do real através de signos e diagramas, a verdade não pode ser absoluta, pois uma mente inteligente estará sempre aprendendo e produzindo mais experiências, por isso é suscetível ao falibilismo.

Para Peirce, efetivamente, o signo pode ser definido como “[...] aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém” (Peirce, 2017, p. 46). Outrossim, “dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou

talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo” (Peirce, 2017, p. 46). Além disso, Peirce (2017, p. 46) complementa ao dizer que “o signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes denominei fundamento do *representamen*”.

Santaella (2020, p. 10) enfatiza que, para Peirce, “[...] todo pensamento se dá em signos. Qualquer coisa que esteja presente à mente é signo [...]”, ou seja, “[...] são os signos que dão materialidade ao pensamento”. A **mente** reconhece as coisas do mundo, porque estes são representados por signos, assim os signos se configuram sobre novos signos conforme à experiência que se estabelece com o objeto. Por sua vez, a mente expande conforme o raciocínio lógico que influi o **interpretante**.

Assim, “um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo par alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez, um signo mais desenvolvido” (Peirce, 1994, não paginado, [CP 2.228], tradução livre).

Para Peirce (1994, não paginado, [CP 6.347], tradução livre), “um signo se esforça para representar, pelo menos em parte, um Objeto, que é, portanto, em certo sentido, a causa, ou determinante, do signo. Somado a isso, afirmar que um signo representa “[...] seu Objeto implica que ele afeta uma mente, e assim a afeta como, em algum aspecto, para determinar nessa mente algo que é mediatamente devido ao Objeto”, por isso “essa determinação da qual a causa imediata, ou determinante, é o Signo, e da qual a causa mediata é o Objeto pode ser denominada Interpretante” (Peirce, 1994, não paginado, [CP 6.347], tradução livre).

Signo como *representamen* está implicado no signo como objeto, sendo este que conduz à experiência e amplia o contato, embora um signo não possa representar um objeto ou fenômeno em sua totalidade, pois já seria o próprio objeto. Por sua vez, o signo interpretante é resultante das apreciações experienciadas e como o objeto afeta a mente, estabelecendo uma mediação em direção à semiose e aos fatores cognitivos, ou seja, uma mente sempre estará aberta ao devir, pois pensa por signos e signos nunca estarão completos.

Santaella (1995, p. 23) destaca que o “[...] interpretante é algo criado pelo próprio signo, ou seja, a relação deve consistir de um poder do signo para determinar algum interpretante, como sendo signo do mesmo objeto”, assim efetiva-se a função

mediado entre objeto e interpretante, como a função de representação entre signo e objeto.

Santaella (1995, p. 25) comenta que “[...] é certo que Peirce pretendia que o termo objeto continuasse mantendo alguma similaridade com o que ordinariamente é entendido por objeto”; por sua vez, o termo interpretante “[...] também mantivesse alguma semelhança com o que ordinariamente recebe o nome de interpretação” (Santaella, 1995, p. 25). Com isso, o objeto é “[...] aquilo que determina o signo, ao mesmo tempo que é aquilo que o signo, de alguma forma, representa, revela, ou torna manifesto”; já o interpretante é “[...] aquilo que é determinado pelo signo ou pelo próprio objeto através da mediação do signo”, o que leva a entender que “[...] não pode ser considerado simplesmente como uma interpretação particular do signo” (Santaella, 1995, p. 26).

Com efeito, é certo que o signo, por sua vez, é formado por um diagrama inicial: *representamen*, objeto e interpretante, sob os quais se formam novos diagramas, também triádicos para evidenciar as suas relações com as categorias fenomenológicas. Assim, sob o *representamen* há a configuração de uma tríade: qualissigno, sinsigno e legissigno; para o objeto: ícone, índice e símbolo; para o interpretante: rema, dicente ou dicissigno e argumento (Peirce, 2017).

Em suma, o signo é um objeto discutido por muitas gerações de pensadores preocupados com o impacto da linguagem na sistematização das coisas do mundo e como esses fatores afetam ou se manifestam na mente. Como observado, há muitos pontos em comum acerca das definições sobre o signo como um ser ontológico e metafísico que se manifesta diante da percepção e sua correlação com a referência, entretanto é preciso cuidado para explorar os meandros de como esses fatores se instauram na mente.

Sendo assim, essa discussão se aproxima dos vieses da teoria da cognição: uma primeira, atrelada ao fator do inatismo e da manifestação mental das coisas já consagradas na mente e existentes na linguagem (Semiologia); e uma segunda, voltada para a compreensão dos aspectos fenomenológicos, realista, focada na inter-relação do linguístico com o extralinguístico e, portanto, a evolução do conhecimento é decorrente de experiências colaterais e semioses (Semiótica peirceana).

Desse modo, entre a Semiologia e a Semiótica há discussões sobre a intervenção do signo, ou seja, se se trata de algo imotivado ou de fato é algo que reflete seu objeto, se é um conceito mental, ou um recurso externo que ao tomar forma

ativa uma evidência na mente, que diante da contínua resistência do objeto, busca compreender seus atributos, características e definições.

De fato, após muitas discussões entre os especialistas, o termo Semiótica foi escolhido, em 1969, em Paris, pela primeira associação internacional de estudos semióticos (Pinto; Casa Nova, 2009). Semiótica (*semeiotiké*), expressão grega, que designa a arte dos sinais tornou-se uma ciência que tem como objeto central o signo, bem como este afeta o pensamento e, através da ação do signo ou de um percurso gerativo, permite alcançar a semiose, ou seja, a evolução da significação, portanto a evolução do conhecimento (Hénault, 2006; Pinto; Casa Nova, 2009).

Nesses termos, Semiótica se desdobrou em três grandes linhas de pesquisa: a) linha Peirceana, em que se desenvolvem estudos acerca das categorias fenomenológicas, da gramática especulativa, da lógica pura, da retórica especulativa e do pragmatismo; b) linha francesa ou greimasiana, oriunda das discussões teóricas de Saussure e Hjelmslev, essa linha adotou a análise de figuras, temas, cenas práticas, formas de vida, tensividade para realizar a análise simbólica dos discursos; c) linha russa ou da cultura, fundamentada nos estudos sobre a semiosfera, uma abordagem que busca compreender como a cultura e os aspectos sociais da alteridade configuram as dinâmicas do simbólico nas relações humanas.

3.1 Peirce e a semiótica: a relação entre as categorias fenomenológicas e os diagramas do signo

O ser humano está em pensamento, e o pensamento é constituído por signos. Os signos estão no lugar das coisas do mundo, para representá-las e mediá-las, evidenciando parte de suas características e atributos para uma mente capaz de percebê-los e aprender sobre esses aspectos, assim evoluindo seu conhecimento. Esses fundamentos peirceanos caracterizam a semiótica como uma ciência lógica da representação da realidade e da mediação entre a realidade e uma mente.

Assim sendo, essa linha da semiótica busca compreender a ação do signo, partindo de seus fundamentos de existência, ou seja, daquilo que foi denominado categorias fenomenológicas, perpassando por estratégias de percepção, contemplação, raciocínios a fim de compreender a generalidade de uma lei, que modeliza uma mente, ou melhor, a qual, resultante de uma semiose, estabelece um hábito mental.

Nessa perspectiva, a semiótica peirceana não está presa a valores estabelecidos socialmente, mas, sim, busca verificar como uma mente se ajusta à força de um hábito e sobre este se aplica força bruta oriunda do objeto o qual o signo representa para que haja a autocorreção, assim redirecionando o percurso lógico da ação do signo para que essa mente corrija seu entendimento sobre o objeto.

Nessa linha, o pensador estadunidense Charles Sanders Peirce propôs uma semiótica que visa ao tratamento geral dos signos, inseridos em um sistema reconhecido como uma arquitetura filosófica, contudo não se trata de um modelo estrutural, visto que as relações são lógicas e não temporais. Dedicado à Lógica e à Matemática, Peirce desenvolveu um “[...] aparato filosófico voltado para questões relativas à percepção e à cognição, suas causas, seus processos, suas formas sígnicas” (Pinto; Casa Nova, 2019, p. 8). Desse modo, Peirce busca, em sua semiótica, modos de obter e comunicar conhecimento.

Importante destacar que a semiótica peirceana contribui para a ampliação dos estudos sobre as ciências cognitivas, pois, diferentemente de teorias da mente em que focalizavam o conhecimento inato e abordavam uma epistemologia mentalista, a semiótica explora o conhecimento através da ação do signo, o qual evidencia como se estabelece o interpretante e, desse modo, como a tríade do signo (*representamen*-objeto-interpretante) evoluem para efetivar a semiose, ou seja, essa abordagem está fundamentada nas categorias fenomenológicas e na experiência colateral e se encaminha para um reconhecimento dos fundamentos realistas que envolvem as coisas do mundo.

Semiótica pode ser definida como “[...] a ciência dos signos e dos processos significativos (semiose) na natureza e na cultura” (Nöth, 1995, p. 19). Sua etimologia remete ao “[...] grego *semeion*, que significa signo e *sêma*, que pode ser traduzido por sinal, ou também signo”, assim “*Semio*-, uma transliteração latinizada da forma grega *semeio*-, e os radicais parentes, *sema(t)*- e *seman*-, têm sido a base morfológica para várias derivações de vocábulos que dão nome às ciências semióticas (Nöth, 1995, p. 23).

A semiótica, portanto, estuda “[...] as formas, os tipos, os sistemas de signo e os efeitos do uso dos signos, sinais, indícios, sintomas e símbolos. Os processos em que os signos desenvolvem o seu potencial são processos de significação, comunicação e interpretação” (Nöth; Santaella, 2017, p. 7).

O objeto central de interesse da semiótica é o signo. Conforme aponta Peirce (1994, não paginado, [CP 2.230], tradução livre), “[...] para que alguma coisa deva ser um signo, ela deve representar, por assim dizer, alguma coisa, chamada seu objeto”. Nöth e Santaella (2017, p. 9) afirmam que “sem signos não há vida, o que não significa que só os seres vivos possam emitir e viver entre signos”.

Os signos estão na natureza e perfazem o simbólico na construção cultural e social ao se retratar a vida humana, devido a isso os signos são a base da informação, do mesmo modo que é, no cerne da gramática especulativa, que a ação do signo gera sentido e promove a semiose.

Nesse contexto, um signo é “[...] algo que se refere a algo diferente de si mesmo. Essa outra coisa é chamada de referente do signo, ou na terminologia semiótica de Charles S. Peirce, o objeto do signo” (Nöth; Santaella, 2017, p. 11). Além disso, um signo “[...] refere-se a, represente ou indica o seu objeto. O objeto de signos não são necessariamente coisas, quer dizer, objetos materiais” (Nöth; Santaella, 2017, p. 11). Diante disso, “[...] em vez de dizer que o objeto de um signo é uma classe de coisas, podemos concebê-lo em termos do nosso conhecimento, sempre incompleto, ou da nossa experiência, sempre parcial, daquilo a que o signo se refere” (Nöth; Santaella, 2017, p. 14).

A construção semiótica peirceana está inserida em uma arquitetura filosófica, em que se fazem presentes as categorias fenomenológicas, que se apresentam frente ao sensível da experiência entre o mundo interno e o mundo externo, ou melhor, entre o mundo dos signos, o mundo dos objetos e o mundo da mente que aprende. Dessa maneira, Peirce defende, na elaboração dos fundamentos da semiótica, que “[...] os objetos representados pelos signos são também signos, com a diferença de que os objetos precedem os signos num processo semiótico, que ele definiu como semiose” (Nöth; Santaella, 2017, p. 15). Ademais, “o objeto do signo é também um signo porque o universo das coisas se apresenta a nós por meio de signos” (Nöth; Santaella, 2017, p. 15).

Os signos são instituições que medeiam o objeto, que está na natureza, e uma mente, que pode ser integrante da natureza ou de uma cultura. Essa relação estabelece um tipo de crença. Desse modo, Peirce (2008, p. 141) afirma que a crença “[...] depende cada vez mais da observação dos fatos. Se se encontrar uma notável e universal ordenação no universo, deve haver alguma causa para tal regularidade, e a ciência tem de considerar qual hipótese poderia dar conta do fenômeno.

A generalidade de que se apropria a mente na compreensão das coisas do mundo se estabelece através dos fundamentos da lógica, visto que “se pudéssemos achar alguma característica geral do universo, algum maneirismo nos modos da natureza, alguma lei aplicável em todo lugar e universalmente válida, tal descoberta forneceria uma tão singular ajuda para nosso raciocínio futuro” (Peirce, 2008, p. 142) de tal modo que a mediação poderia caminhar para a regularidade.

Logo, vale a discussão acerca da importância dos aspectos cognitivos na mediação da realidade, visto que Peirce propõe um modelo fenomenológico e realista, diferentemente dos modelos ideológicos e presos ao inatismo, que promulgaram uma versão dos fundamentos cognitivos muito rasa, ingênua e de respostas imediatistas à configuração da realidade. Frente a isso, não se deve confundir as linhas epistemológicas que discutem a cognição, portanto é mister evidenciar que a semiótica trata de fatores intimamente ligados a uma teoria da cognição baseada na interação com o objeto, ou melhor, uma mente que aprende diante da resistência da realidade, em secundidade.

Nesse sentido, aponta Peirce (2008, p. 144) que “o mundo aleatório, ora mostrado tão diferente daquele em que vivemos, seria um no qual não haveria leis, sendo os caracteres das diferentes coisas inteiramente independentes”, de fato “[...] o mundo não é uma mera mistura do acaso”. Assim, é a uniformidade ou lei que rege o mundo e a sua universalidade, isto é, “[...] dois objetos não idênticos devem diferir em alguns de seus caracteres, embora possa ser somente no caracter de estar em tal e tal lugar (Peirce, 2008, p. 145).

Nessa linha, “[...] precisamente a mesma combinação de caracteres não poderia ser encontrada em dois objetos diferentes”; por outro lado, confrontando a lógica da mediação, “[...] num mundo-acaso toda combinação, envolvendo ou o positivo ou o negativo de todo caracter, pertenceria a apenas uma coisa (Peirce, 2008, p. 145). Dessa forma, a lógica assume papel importante no confronto com a realidade, pois visa à identificação das semelhanças e das diferenças na composição ontológica das coisas do mundo. Em outra abordagem, o viés idealista das teorias da cognição não explora a experiência na constituição ontológica da realidade, muitas vezes, tratando como algo antecipadamente dado.

Além disso, a lógica persiste no processo de mediação, já que o objeto afeta a mente e a ela oferece um sentido, o qual deve ser analisado e testado pela própria propriedade do objeto, como também seus atributos, os quais em resistência diante

da experiência colateral amplia as informações que afetam a mente *ad infinitum*, ou seja, a mente está em signo e o signo está em um contínuo de sentido, gerador de semioses, os quais atualizam o hábito e ampliam o conhecimento, oferecendo caminhos para constituir uma conduta que age frente ao devir.

Por isso, para Peirce (2008) os tipos de raciocínio são importantes para tratar da representação e da mediação, visto que são extensões práticas da gramática especulativa, que constituem a semiótica e, conseqüentemente direcionam para a retórica especulativa, estágio lógico em que os efeitos dos interpretantes são validados ou descartados. Desse modo, a lógica pura deve ser sistematizada em abdução, dedução e indução, pois a indução aplicada diretamente estaria revelando um cenário idealista.

Conforme Peirce (2008, p. 152), “a indução é a inferência de que um caracter previamente designado tem aproximadamente a mesma frequência de ocorrência de uma classe da qual foi retirada aleatoriamente uma amostra daquela classe”. Além disso, a indução depende da uniformidade da natureza, ou melhor, “[...] sobre o princípio de que o que ocorreu uma vez, sob um grau suficiente de similaridade das circunstâncias, acontecerá novamente, tão logo as circunstâncias retornem” (Peirce, 2008, p. 153). Por isso, é preciso cautela ao tratar de coisas similares, acreditando que trarão os mesmos resultados sempre, devido às condições semelhantes de aplicação.

Essa relação com a natureza prevê uma fundamentação metafísica, no entanto para efetivar seu acesso é preciso perceber o sensível, de modo que seja possível compreender sua manifestação, por isso os aspectos fenomenológicos agem como um primeiro na interação com o conhecimento.

Consoante Peirce (2020, p. 317, tradução livre), “[...] nossas mentes tendo sido formadas sob a influência de fenômenos governados pelas leis da mecânica, certas concepções que tratam nessas leis se implantam em nossas mentes, de modo que prontamente adivinhamos quais são as leis”. Destarte, Peirce (2020), ao tratar das leis como recurso de representação e mediação da realidade, aponta a importância da força do hábito mental, mas também evidencia como uma mente é modelizada pelas leis que, no âmbito da semiótica, efetivam a semiose.

Peirce (2020, p. 317, tradução livre) ainda ressalta que “sem tal estímulo natural, tendo que procurar vendado por uma lei que se adequasse aos fenômenos, nossa chance de encontrá-la seria de uma para o infinito”. Frente a isso, é factual a

importância da fenomenologia para direcionar a constituição dos signos, consoante à representação que se estabelece em relação ao objeto, visto que um signo não representa o objeto em sua totalidade, assim revelando o sentido que afeta o interpretante, com o fito de que seja possível haver correções e autoajustes diante do sentido colateral.

Nesse embate, Peirce (2020, p. 317, tradução livre) complementa afirmando que “quanto mais estudos físicos partem dos fenômenos que influenciam diretamente o crescimento da mente, menos podemos esperar encontrar as leis que os governam simplesmente”. Isso demonstra que uma mediação deve ser conduzida pelos aspectos fenomenológicos, pois neles se encontram a base da realidade que conduzirá de maneira lógica os aspectos ontológicos e metafísicos.

Para Peirce (2020, p. 318, tradução livre) “[...] as leis universais da natureza são capazes de serem apreendidas pela mente”, já que “lei é por excelência a coisa que precisa de uma razão”. Desse modo, “[...] a única maneira possível de explicar as leis da natureza e a uniformidade em geral é supor que elas são resultadas da evolução”.

Por isso, é válido destacar que a semiótica é uma parte da arquitetura filosófica, pois mensura a forma como signos representam os objetos da realidade e influem em uma mente, todavia o conhecimento sobre as coisas do mundo deve acompanhar as coisas do mundo e estas são mais complexas em sua existência, sistematização e organização, visto que as leis e a uniformidade “[...] não são absolutas, não devem ser obedecidas precisamente. Isso cria um elemento de indeterminação, espontaneidade ou acaso absoluto na natureza” (Peirce, 2020, p. 318, tradução livre).

A filosofia apresentada por Charles S. Peirce se caracteriza por se consolidar em uma arquitetura que demonstra, a cada disciplina, como a experiência incide na contemplação e explicação dos fatos. Frente a isso, a filosofia peirceana é constituída em três grandes divisões: a) as categorias fenomenológicas; b) as ciências normativas; e c) a metafísica.

Trata-se de uma filosofia que possui como fim descobrir o que é verdadeiro, o papel da inferência é fundamental para alcançar esse objetivo, pois ela decorre da experiência, que intrinsecamente está voltada para a observação, para a ação, para a generalização, as quais efetivam a autoconduta e ações deliberadas no devir referente à aplicação e ao reconhecimento da verdade. Portanto, essa ação evolui consoante às categorias universais da experiência, perpassando pela contemplação

do seu fim em si mesmo e ao que possa, nessa evolução, ser conduzido pelo pragmatismo.

Estabelecendo um parâmetro argumentativo-descritivo, cuja função é evidenciar os conceitos e as concepções inerentes à arquitetura peirceana, é válido destacar que as divisões da filosofia peirceana ocorrem continuamente, ao mesmo tempo, contudo devido à limitação na construção argumentativa, inerente às faculdades da linguagem natural, há uma ligeira e perigosa impressão de que essas divisões e seus elementos se apresentam de forma estrutural, ou ocorrem de modo sequencial ou através de níveis gerativos. Nada disso se confirma na filosofia de Peirce, visto que se trata da aplicação geral da lógica em um contínuo, não em uma sequência linear, mas, sim, tudo à mesma existência.

Desse modo, um alerta importante é não interpretar os fatores epistemológicos dessa teoria como se fossem contemplados em aspectos diádicos ou nominalistas. É justamente por isso que o ponto de partida é a divisão que tem como objetivo a observação e a representação dos fenômenos, visto que esses tampouco ocorrem sob estruturação de níveis de alcance da compreensão. Diferentemente disso, as categorias fenomenológicas atuam de modo ubíquo, perfazendo a qualidade, a existência e a ação, por fim a generalidade.

Como aponta Ibri (2015, p. 21), dentro da filosofia peirceana, “[...] três grupos de ciências abrangem sua subdivisão, constituídos pela Fenomenologia, pelas Ciências Normativas e, finalmente, pela Metafísica”. Nesse segmento, Peirce aponta que “[...] a Fenomenologia é a primeira das ciências positivas da Filosofia, sendo também nomeada por ele de Faneroscopia ou Doutrinadas Categorias” (Ibri, 2015, p. 21-22). Dessa forma, “a Faneroscopia, ou Fenomenologia, se desenhará como uma ciência que se propõe efetuar um inventário das características do *faneron* ou fenômeno, dividindo-as em três grande classes ou categorias” (Ibri, 2015, p. 22).

Para Peirce (2020, p. 74, tradução livre), Faneroscopia ou Fenomenologia é “[...] a descrição do *faneron*, e por *faneron* quero dizer o total coletivo de tudo o que está de alguma forma ou em qualquer sentido presente na mente, independentemente de corresponder ou não a alguma coisa real”. Nessa tríade, a Fenomenologia é vista como uma primeira, já que apresenta-se como contato e experiência com a realidade, destacando qualidades; materialidade, confronto e resistência; generalidade e lei.

Por seu turno, sob o estatuto da ciência, “[...] as descobertas da Fenomenologia poderão ser postas à prova pelo próprio leitor, já que o universo da

experiência fenomênica identifica-se com a experiência cotidiana de cada ser humano” (Ibri, 2015, p. 22). Tal fator revela que a identificação fenomenológica não é um aspecto idiossincrático, mas, sim, algo externo à subjetividade, inerente à espontaneidade da realidade que se apresenta e a ser confirmado “[...] pelas próprias observações pessoais de cada sujeito, destituindo a construção da Fenomenologia peirceana de quaisquer bases dogmáticas ou de postulação de verdades” (Ibri, 2015, p. 22).

Segundo Ibri (2015, p. 25), a Fenomenologia tem por objetivo a formação dos modos de ser de toda a experiência, por isso se efetiva como método fundamentado na “[...] coleta de elementos de incidência notável e pela posterior generalização de suas características”. Somado a isso, “as três faculdades requeridas podem, assim, ser resumidas como ver, atentar para e generalizar, despindo a observação de recursos especiais de cunho meditativo” (Ibri, 2015, p. 25). As três faculdades trata-se de como o fenômeno se apresenta e não deve ser compreendido como a faculdade subjetiva de um observador.

Sendo assim, cabe à fenomenologia a função de fornecer “[...] o fundamento observacional para o restante das disciplinas filosóficas” (Santaella, 1994, p. 113). A Fenomenologia atua como base para toda a compreensão da sistematização da arquitetura filosófica de Peirce, visto que todas as concepções de signo estão apresentadas sob tríades, as quais seguem os fundamentos da Fenomenologia.

Ademais, a fenomenologia “[...] contempla o Fenômeno Universal e discerne seus elementos ubíquos, Primeiridade, Secundidade e Terceiridade” (Pierce, 2017, p. 198). Sendo assim, tem-se que a fenomenologia se caracteriza como a primeira divisão da filosofia peirceana, por isso “[...] é uma ciência estritamente teórica e ingênua. Cabe-lhe tão-somente contemplar o fenômeno universal e discernir os elementos presentes naquela universalidade” (Silveira, 2003, p. 63).

Nessa linha, “a primeira engloba as qualidades dos fenômenos, tais como vermelho, amargo, entediante, duro, comovente, nobre e há, sem dúvida, variedades múltiplas que são completamente desconhecidas” (Peirce, 2020, p. 77, tradução livre). Desse modo, entende-se que a primeiridade é uma mera sensação, visto que “[...] onde quer que haja um fenômeno, há uma qualidade, de modo que deveria quase não parecer que não há nada mais no fenômeno”, o que leva a reconhecer que, na primeiridade, os fenômenos não “[...] têm identidades perfeitas, mas apenas semelhanças, ou identidades parciais” (Peirce, 2020, p. 77, tradução livre).

Com isso, primeiridade seria a potencialidade, “[...] presente naquilo que é livre, novo, espontâneo e casual”, ou ainda “é o modo de ser daquilo que é tal como é, positivamente e sem referência a qualquer outra coisa” (Silveira, 2007, p. 41). Ainda se destaca que Primeiridade é “[...] a base primeira de toda realidade, sendo pressuposta nos confrontos existenciais, assim como todo contínuo e toda generalização”, por isso é denominada de primeiro correlato das categorias, já que se faz como características de espontaneidade e potencialidade (Silveira, 2007, p. 42-43).

Peirce (2017, p. 24) denomina Primeiridade como unidade, ainda ratifica que “posso denominar sua forma de Primeiridade, Oriência ou Originalidade. Seria algo que é aquilo que é sem referência a qualquer outra coisa dentro dele, ou fora dele, independentemente de toda força e de toda razão”, ainda continua “[...] o mundo está cheio deste elemento de Originalidade irresponsável, livre”.

Dessa maneira, como originalidade, a primeiridade é “[...] ser tal como aquele ser é, independentemente de qualquer outra coisa”, ou seja, a originalidade “[...] apresenta-se como uma Qualidade, que é algo que é tal como é, e que está de tal modo livre da Obsistência que não é nem mesmo auto idêntico, ou individual”, ou seja, “duas Qualidades semelhantes, como o são todas as Qualidades, são, até aqui, a mesma Qualidade” (Peirce, 2017, p. 27).

Ibri (2015, p. 29) destaca que “a própria palavra primeiro sugere que, sob esta categoria, não há outro, ou seja, a experiência que a tipifica não traz consigo alteridade”. Nesse aspecto, “[...] experienciar o elemento primeiro no fenômeno não se caracteriza por um sentimento de dualidade forçado contra a consciência”, isto é, “este estado de consciência de experienciar uma mera qualidade, como uma cor ou um som, caracteriza-se por ser uma experiência imediata em que não há por essa mesma consciência, fluxo de tempo” (Ibri, 2015, p. 30). A primeiridade apenas é, e nada mais incide nessa existência. Não há confronto lógico, muito menos espaço para qualquer presença que não seja a própria espontaneidade dessa qualidade.

Já a Secundidade, ou segunda categoria fenomenológica, “[...] engloba os fatos atuais” (Peirce, 2015, p. 77, tradução livre). Nesse sentido, as qualidades são potenciais, porém “[...] uma ocorrência é perfeitamente individual. Acontece aqui e agora. Um fato permanente é menos puramente individual”; por seu turno, “[...] na medida em que é atual, sua permanência e generalidade consistem somente no fato de ele existir a cada instante individual”. A secundidade se apresenta sob uma

existência que se manifesta e se demarca, assim atualizando a existência, visto que esta é composta por qualidades.

Da potencialidade e espontaneidade advém a resistência, ou melhor, “[...] sentimos os fatos resistindo à nossa vontade. É por isso que os fatos são proverbialmente chamados de brutos” (Peirce, 2015, p. 77, tradução livre). Frente a isso, é importante destacar que “[...] meras qualidades não resistem. É a matéria que resiste”, assim “[...] só percebemos o potencial por meio do atual, e que só inferimos qualidades pela generalização daquilo que percebemos na matéria (Peirce, 2015, p. 78, tradução livre). A secundidade é a atualização porque é também resistência, trata-se de onde e como a matéria se manifesta, oferecendo-lhe aos sentidos como um demarcador de qualidades que se unem como atributos de sensações que são e estão.

A Secundidade trata da “[...] existência ou fatualidade”, ou ainda “[...] característica do esforço, da resistência, da ação e reação, da alteridade – como presença do outro –, da negação e da existência” (Silveira, 2007, p. 41). Além disso, Secundidade é “[...] o modo de ser daquilo que é tal como é, com respeito a um segundo, mas independente de qualquer terceiro” (Silveira, 2007, p. 41). A secundidade é resistência porque na alteridade se estabelece um limite, o qual transforma a espontaneidade em um esforço.

Silveira (2007, p. 42) ainda apresenta que a Secundidade “[...] embora suponha a Primeiridade e a partir dela se constitua, guarda uma especificidade irreduzível relativamente àquela primeira”. Com isso, a Secundidade “[...] está caracterizada pela ligação de dois elementos, não enquanto meros potenciais, mas enquanto mutualmente se confrontam, se negam e se limitam” (Silveira, 2007, p. 42).

Para Peirce (2017, p. 27), a Secundidade atua como obsistência, desse modo “a Obsistência apresenta-se como uma relação, que é um fato referente a um conjunto de objetos, os Relatos”. Assim, a obsistência “[...] (sugerindo obviar, objeto, obstinado, obstáculo, insistência, resistência etc.) é aquilo no que a secundidade difere da primeiridade”, ou seja, “[...] é aquele elemento que, tomado em conexão com a Originalidade, faz de uma coisa aquilo que uma outra obriga a ser” (Peirce, 2017, p. 27).

Para Ibri (2015), a segunda categoria, a que ele prefere o termo Secundidade, é um elemento da experiência que atua como “[...] uma consciência de dualidade

entre duas coisas: uma que age e outra que reage ao modo da binaridade das forças” (Ibri, 2015, p. 26). Frente a isso, Ibri (2015) complementa:

Assim é que no fenômeno surge a ideia de outro, de alter, de alteridade; com ela aparece a ideia de negação, a partir da ideia elementar de que as coisas não são o que queremos que sejam, nem, tampouco, são estatuídas pelas nossas concepções. A binaridade presente neste se opõe e traz consigo a ideia de segundo em relação a, constituindo uma experiência direta, não mediatizada. Parece que algo reage contra nós, fazendo-nos experienciar uma dualidade bruta, um elemento de conflito que consiste na ação mútua entre duas coisas, sem considerar qualquer tipo de terceiro ou meio e, em particular, sem considerar qualquer lei de ação.

Esta experiência de reação envolvendo negação é adjetivada de bruta por Peirce, pois traz de modo direto a força de um segundo, caracterizando por ser esta coisa e não aquela (Ibri, 2015, p. 26).

Além disso, Ibri (2015, p. 27) complementa que “o mundo como exterioridade assume, na experiência que está sob a segunda categoria, o caráter de não-ego pelo seu traço de alteridade revelado de modo não mediado”. Ademais, recai à segunda categoria “[...] toda a experiência pretérita sobre a qual não se tem qualquer poder modificador, isto é, o vivido, como tal, é uma pluralidade de ocorrências, um aglomerado de fragmentos individuais delimitados como recorrência no espaço e no tempo” (Ibri, 2015, p. 28).

A secundidade prevê o conflito, e a resistência permite a revelação dos atributos, portanto a secundidade é bruta porque é dela que se manifestam a percepção e o desconforto frente ao que se reage, se percebe e exige uma presença. A presença de qualidades que se coadunam na condição de uma existência que se revela, de uma existência que é externa e de uma existência que exige conviver.

Por fim, a Terceiridade, essa categoria que “[...] consiste naquilo que chamamos de lei quando os contemplamos somente a partir de fora, mas que, quando vemos os dois lados de anteparo, chamamos de pensamentos” (Peirce, 2020, p. 78, tradução livre). Essa categoria é denominada de geral por “[...] referir-se a todas as coisas possíveis, e não somente às que existem. Nenhuma coleção de fatos pode constituir uma lei, por lei vai além de qualquer fato realizado, e determina como os fatos podem ser” (Peirce, 2020, p. 78, tradução livre). A Terceiridade é a compreensão, a regulamentação e a segurança de que a existência possui um padrão, por isso permite-se ser mediado e reconhecido.

Ademais, “não há objeções quanto a dizer que uma lei é um fato geral, contanto que seja entendido que o geral apresenta uma dose de potencialidade em si”, assim “como geral, a lei, ou fato geral, diz respeito ao mundo potencial da qualidade,

enquanto como fato ela diz respeito ao mundo atual da factualidade” (Peirce, 2020, p. 78, tradução livre). A Terceiridade evidencia como as coisas são, mas também permite apontar como pode ser, devido a sua relação com o primeiro, já que a existência está em constante evolução, devido à presença de um segundo.

Terceiridade, portanto, é “[...] o modo de ser daquilo que é tal como é, colocando em relação recíproca um segundo e um terceiro” (Silveira, 2007, p. 41). Além disso, a Terceiridade “[...] supõe a Secundidade e, conseqüentemente, a Primeiridade, permitindo, contudo, que a atualização contida no confronto existencial se generalize a terceiros elementos que diretamente não mantenham entre si relações de ação e reação” (Silveira, 2007, p. 42).

Contudo, pela Terceiridade, “[...] a potencialidade, própria da Primeiridade, romperá limites impostos pela existência e permitirá que esta mesma venha a se reproduzir atualizando, contudo, novas potencialidades” (Silveira, 2007, p. 42). Nessa perspectiva, “a realidade, toda ela, é irredutivelmente Pensamento e, deste modo, realiza plenamente o domínio da Terceiridade” (Silveira, 2007, p. 43).

Para Peirce (2017, p. 27), Terceiridade é Transuasão, ou seja, translação, transação, transfusão, transcendental etc. Nesse sentido, Terceiridade é “[...] mediação, ou a modificação da primeiridade e da secundidade pela terceiridade, tomada à parte da secundidade e da primeiridade; ou é ser enquanto cria Osistência” (Peirce, 2017, p. 27).

Ibri (2015, p. 34) ressalta que o “[...] conceito geral surge como um terceiro elemento que não se confunde com aqueles postos em relação”, isso implica afirmar que “o elemento mediador assim descrito perfaz a terceira e última classe do universo fenomênico”, assim “é explícita a conceituação de mediação sob a terceira categoria”.

Com efeito, a Terceiridade está vinculada ao sentido de aprendizagem, por isso se efetiva como pensamento, visto que a condição de mediar profere uma consciência sintetizadora, por conseguinte experienciar a síntese “[...] traz consigo o sentido de aprendizagem, de detecção de um novo conceito na consciência, fazendo a mediação ser da natureza da cognição” (Ibri, 2015, p. 35).

Sendo assim, destaca-se que para Peirce “[...] aquele elemento de cognição que não é sentimento nem sentido de polaridade é a consciência de um processo” isso revela seu poder de mediação, evolução e associação, pois se apresenta “[...] na forma de um sentido de aprendizagem, de aquisição, de crescimento mental, é eminentemente característico da cognição” (Ibri, 2015, p. 35). A Terceiridade é

conhecimento, portanto efetiva signos de aprendizagem, pois caracteriza-se como lei ou fato geral, isto é, aquilo que afeta a cognição e permite que uma mente aprenda.

De todo modo, compreende-se que enquanto a primeiridade está para a qualidade e para a condição monádica do fenômeno, por sua vez “[...] a secundidade e a terceiridade são concepções de complexidade. Isso não quer dizer, porém, que sejam concepções complexas” (Peirce, 1994, [CP. 1.526], tradução livre). Nessa linha, entende-se a complexidade da secundidade por ser um estágio do fenômeno em que se concentra a ação, ou melhor, “quando pensamos em secundidade, naturalmente, pensamos em dois objetos reagindo, um primeiro e um segundo. E junto com estes, como sujeitos, está a reação deles” (Peirce, 1994, [CP. 1.526], tradução livre).

Contudo, esse entendimento não deve se exaurir frente à um conflito, ou uma existência que efetiva a relação entre os dois, sobremaneira essa relação é geradora de ação que encaminha a contemplação do fenômeno à generalidade, ou seja, à terceiridade, a qual não é representação porque o fenômeno foi compreendido, mas é mediação, visto que o fenômeno evoluiu dada a ação em uma relação para que a terceiridade fosse contemplada.

Observa-se que os sujeitos “[...] não são constituintes a partir dos quais a secundidade é construída”, mas de efetivo é que “[...] ser um primeiro ou ser um segundo ou ser uma reação, cada um envolve secundidade” (Peirce, 1994, [CP. 1.526], tradução livre). Isso afirma que “um objeto não pode ser um segundo de si mesmo. Se é segundo, tem um elemento de ser que o outro faz que seja” (Peirce, 1994, [CP. 1.526], tradução livre).

Portanto, ser um segundo envolve secundidade, já que sua condição de segundo é resultante da relação com um primeiro, isto é, manifesta aquilo que o outro faz com que o ser seja um segundo ser. Com isso, “[...] enquanto a secundidade é um fato de complexidade, não é um composto de dois fatos. É um fato único sobre dois objetos” (Peirce, 1994, [CP. 1.526], tradução livre).

Frente a uma interação de dois segundos, a terceiridade que se apresenta não se trata de generalização idêntica, visto que a representação do fenômeno em terceiridade é decorrente do resultado perceptivo em secundidade, ou melhor:

A secundidade do segundo, qualquer um dos dois objetos que seja chamado de segundo, é diferente da secundidade do primeiro. Ou seja, geralmente é assim. Matar e ser morto são diferentes. No caso, um dos dois tem boas razões para se chamar de o primeiro, enquanto o outro permanece o segundo, é que a secundidade é mais accidental para o primeiro do que para o segundo; que há mais ou menos aproximação a um estado de coisas em

que algo, que é ele próprio primeiro, acidentalmente chega a uma secundidade que não modifica realmente sua primeiridade, enquanto seu segundo nessa secundidade é algo cujo ser é da natureza da secundidade e que não tem primeiridade separada desta (Peirce, 1994, [CP. 1.527], tradução livre).

Nessa linha, ainda pode-se entender que se os dois sujeitos, através da relação de suas qualidades, encontram-se em uma ação evolutiva, os dois podem ser reconhecidos como inseridos em uma secundidade genuína, pois, por mais que efetivem terceiridades decorrentes de suas experiências em secundidade, cada qual alcançou uma representação generalizada do fenômeno, “então se descobriu que a secundidade genuína é reação, em que primeiro e segundo são ambos verdadeiros segundos, e a secundidade é algo distinto deles” (Peirce, 1994, [CP. 1.535], tradução livre).

Por outro lado, nessa relação entre dois, os dois sujeitos, aquele que for compreendido como primeiro, já que a relação de secundidade é meramente acidental, tendo em vista que sobrepõem as qualidades diante da existência, embora este primeiro esteja em uma relação de secundidade com um segundo, sua reação não é verdadeira, ou melhor é uma secundidade degenerada, isto é “[...] na secundidade degenerada, ou mera referência, o primeiro é um mero primeiro, nunca atingindo a secundidade plena” (Peirce, 1994, [CP. 1.527], tradução livre).

Dito isso, tem-se que primeiridade “[...] é uma possibilidade qualitativa positiva, em si, nada mais”; em continuidade, a secundidade “[...] é uma coisa existente, sem qualquer modo de ser menos que a existência, mas determinada por aquela primeira; ainda na expansão da ação, há um terceiro, o qual tem “[...] um modo de ser que consiste nas secundidades que ele determina, o modo de ser de uma lei ou conceito” (Peirce, 1994, [CP. 1.536], tradução livre).

Nesse ensejo, é importante não confundir uma lei em terceiridade com um ser ideal, que apresente suas qualidades em si. Diferentemente de uma concepção dada, uma lei em terceiridade é construída, é uma evolução na percepção e representação dos fenômenos. Por sua vez, “uma qualidade é algo capaz de ser completamente incorporada. Uma lei nunca pode ser incorporada em seu caráter de lei, exceto pela determinação de um hábito” (Peirce, 1994, [CP. 1.536], tradução livre).

Com isso, reconhece-se que os procedimentos científicos fundamentados nas práticas idealistas, tem tal fenômeno constituído por si; contudo uma compreensão dos objetos científicos, que possuem em seu âmago a finalidade de representação

dos fenômenos decorrente de uma abordagem realista está atrelada ao devir, portanto “uma qualidade é como algo pode ou poderia ter sido. Uma lei é como um futuro sem fim deve continuar a ser” (Peirce, 1994, [CP. 1.536], tradução livre).

No estágio da terceiridade, os três estão inter-relacionados, por isso estão na natureza do pensamento. Nessa relação, o primeiro é mera possibilidade, isto é, uma mente capaz de pensar, capaz de apresentar uma mera ideia vaga; o segundo “[...] é o pensamento desempenhando o papel de uma secundidade, ou evento. Ou seja, é da natureza geral da experiência ou informação (Peirce, 1994, [CP. 1.537], tradução livre). Por seu turno, o terceiro exerce sua função de governar a secundidade, ou melhor, “traz a informação para mente, ou determina a ideia que lhe dá corpo. Está informando o pensamento, ou a cognição”, ou seja, nessa ação de terceiridade genuína atinge-se a operação de um signo (Peirce, 1994, [CP. 1.537], tradução livre).

De certa forma, é nesse estágio da filosofia que se apresentam as ciências normativas, sendo elas a estética, a ética e a lógica ou semiótica. As ciências normativas, por sua perspectiva, “[...] são assim chamadas porque estão voltadas para a compreensão dos fins, das normas e ideias que regem o sentimento, a conduta, e o pensamento humano (Santaella, 1994, p. 113). As ciências normativas regem a materialidade do objeto, seu vínculo com o signo e a dispersão da atuação da lógica cujo fim é afetar um mente com sentidos oriundos da experiência com o objeto.

Em relação à sua funcionalidade junto à fenomenologia, pode-se dizer que as ciências normativas “[...] não estudam os fenômenos tal como aparecem, quer dizer, na sua aparência, pois essa é a função da fenomenologia, mas os estudam na medida em que podemos agir sobre eles e eles sobre nós” (Santaella, 1994, p. 113).

Assim sendo, as ciências normativas “[...] investigam as leis universais e necessárias da relação dos fenômenos com os fins. Sua característica sendo estudar os fenômenos em relação aos fins e, conseqüentemente, a um estado a ser alcançado” (Silveira, 2003, p. 63-64). Assim sendo, é diante da relação de fenômenos em relação a outros que se investiga esses fenômenos com seus fins através da Verdade, do Direito e da Beleza (Peirce, 2017).

Nessa perspectiva, é válido apontar fatores epistemológicos dessa divisão da filosofia peirceana, como o fato de que a ciência normativa “[...] não é uma prática, nem uma investigação conduzida com vistas à produção de uma prática” (Peirce, 2017, p. 198), ou seja, trata-se de uma ciência puramente teórica. Entretanto, é importante reconhecer que “[...] existem ciências práticas do raciocínio e da

investigação, da conduta da vida e da produção de obras de arte” (Peirce, 2017, p. 199). De certo modo, as ciências da investigação se correspondem às ciências normativas, das quais aquelas recebem ajuda. Contudo, “[...] não são partes integrantes destas ciências” (Peirce, 2017, p. 199).

De fato, é importante o esclarecimento de que o estatuto das ciências normativas não as confere “[...] numa técnica ou numa investigação que tivesse em vista a produção de uma técnica. Embora se refiram à conduta e às suas mais profundas motivações, seu objetivo é teórico e genuinamente geral”.

Por um lado, é compreensível o papel teórico das ciências normativas, e, assim, reconhecer que se trata de uma divisão da filosofia contemplativa da ação dos signos em direção à finalidade da representação geral. Assim, as ciências normativas “[...] buscam o dever-ser dos fenômenos, os elementos essenciais que lhe conferem inteligibilidade e não os fenômenos como uma questão de fato” (Silveira, 2003, p. 65). Somado a isso, as ciências normativas “[...] são ciências do fato, e as hipóteses que elaboram devem se conformar à verdade positiva dos fatos”, conseqüentemente “[...] visam a esclarecer as motivações últimas da conduta racional, mergulhadas que estão no multiforme universo dos fenômenos” (Silveira, 2003, p. 65).

As disciplinas que constituem as ciências normativas estão intimamente interligadas, voltadas à contemplação dos fatos e, devido à sua relação intrínseca com as categorias fenomenológicas, a descrição dos fenômenos, pois é possível analisar o objeto em contemplação sensorial, além de estabelecer avaliações e julgamentos atrelados à moralidade de sua existência, como ainda, através da atuação dos fenômenos inerentes ao objeto por sua realização em signos, compreender seus efeitos tanto para a expansão da experiência, como para quem, decorrente a hábitos estabelecidos, realiza a inquirição de sua verdade. Nessa perspectiva, as ciências normativas “[...] colhem nos fenômenos os dados para suas elaborações, dependendo da Fenomenologia para categorizar tais fenômenos e poder representá-los” (Silveira, 2003, p. 65).

Outrossim, trata-se de ciências “[...] não só hipotético-dedutivas, mas dependentes do confronto com os fatos para verificar suas hipóteses”, por conseguinte buscam “[...] estabelecer sob cada um dos aspectos por elas contemplados, a saber: o belo, o bem e o verdadeiro, a relação do objeto com uma finalidade para a conduta” (Silveira, 2003, p. 65).

A saber, não são ciências gerativas, porém são capazes de evidenciar os fenômenos inerentes à evolução da conduta e do autocontrole frente ao objeto, ou seja, não criam a conduta ou o comportamento como ciências práticas, tampouco estabelecem regras ou normas de como o objeto se realiza. Ao contrário, a função das ciências normativas, como ciência teórica e não prática ou especial, é demonstrar como os fenômenos são representados, decorrentes de descrições de qualidades, reflexões sobre a existência e a contemplação, uma espécie de alocação dos fatos em generalidade e, a partir dessa representação, haver a mediação entre a informação e uma mente, por isso há a estética, a ética e a lógica, para atuarem de ciências da descoberta e da classificação (Silveira, 2003).

Consoante Peirce (2017, p. 200), “a lógica classifica argumentos, e ao fazê-los reconhece diferentes espécies de verdades”, além disso “também na ética as qualidades do bem são admitidas pela grande maioria dos moralistas”. Nessa linha, “quanto à estética, nesse campo as diferenças qualitativas parecem tão proeminentes que, abstraindo-a daí, é impossível dizer que existe alguma aparência que não seja esteticamente boa” (Peirce, 2017, p. 200).

Desse modo, aquilo que é admirável, ou se compromete a definir precisamente o que constitui a admirabilidade de um ideal é papel da estética, já que tem como foco a análise de objetos considerados simplesmente em sua apresentação. Nessa linha, é papel da ética determinar o que se deve deliberadamente admirar, atrelada às relações aos esforços da vontade, as quais recaem sobre a conduta humana e cumpre a lógica os esforços, através de sua gramática especulativa, lógica pura e retórica especulativa ou metodêutica apresentar as representações da verdade.

Dessa maneira, “a ciência normativa distingue o que deveria ser daquilo que não deveria ser”, além disso “a ciência normativa baseia-se principalmente na fenomenologia e na matemática”, já que a contemplação dos fenômenos depende de como estes serão representados, assim como estes se encaixam em um diagrama para serem analisados (Peirce, 1994, [CP 1.186], tradução livre).

Nesse aspecto, destaca-se a Semiótica, ou outro nome dado à lógica. Segundo aponta Santaella (2004, p. 50), “como consequência do terceiro princípio, o de que só podemos pensar em signos, decorre que, em qualquer momento que tenhamos um pensamento, estará presente na consciência algum sentimento, imagem ou concepção” e todos os modos de representação serão efetivados por um signo. Dessa forma, “[...] o pensamento é determinado por um pensamento precedente do mesmo

objeto, ele só pode se referir à coisa exterior, denotando esse pensamento prévio (Santaella, 2004, p. 51)

Nessa linha, o signo apresenta três referências: “ele é um signo para algum pensamento que o interpreta”; b) “ele é um signo de algum objeto do qual ele é equivalente naquele pensamento”; c) “ele é um signo em algum aspecto ou qualidade, o que o põe em conexão com seu objeto” (Santaella, 2004, p. 51).

Diante disso, aponta-se que “pensamentos são eventos, atos da mente. Cada pensamento é um evento no tempo. Dois pensamentos são dois eventos separado no tempo. Um pensamento só pode ser significado em outro pensamento” (Santaella, 2004, p. 54). O pensamento está em terceiridade, pois a lei ou o fato geral ativa a mente, porém depende da secundidade, como força bruta para estabelecer o confronto e reconhecer a existência de qualidades, as quais revelam os atributos do objeto que afeta uma mente e promove a semiose.

Assim, fica claro que “não há conhecimento sem interpretação, visto que todo conhecimento é condicionado pelos fatores anteriores a ele no processo de cognição e só se revela no momento em que é interpretado num conhecimento subsequente” (Santaella, 2004, p. 57). Destarte o signo atua sob uma base lógica para fundamentar a ação da semiótica em três ramos:

“[...] o fundamento ou caráter específico que dá ao signo seu poder de funcionar como tal está para a gramática especulativa assim como a relação do signo com o seu objeto está para a lógica crítica, e a relação do signo com seu interpretante está para a retórica especulativa (Santaella, 2004, p. 188).

A tríade do signo se concentra na Gramática Especulativa e se configura por *representamen*, objeto e interpretante, cada qual se aplica devido à intersecção das categorias fenomenológicas, assim *representamen* estaria em primeiridade; objeto, em secundidade; e interpretante se realiza em terceiridade. Além disso, cada integrante dessa tricotomia possui subclassificações tricotômicas, conforme sua própria relação com as categorias fenomenológicas.

A natureza de um signo constituída em si mesmo, portanto efetiva a tríade quali-signo (qualidade); sin-signo (singularidade); legi-signo (lei). Desse modo, “a primeiridade de um signo, seu caráter ou qualidade, é designada pelo termo quali-signo”; por sua vez, “a secundidade, ou sua relação existencial com algum objeto, é designada pelo termo sin-signo”; por fim, “[...] a terceiridade de um signo, a maneira

geral com que ele representa seu objeto a um interpretante, é designada pelo termo *legi-signo*” (Santaella, 2005, p. 190) e, assim, estabelece-se a natureza dos signos.

Conforme aponta Peirce (2017, p. 52), “um *Qualissigno* é uma qualidade que é um *Signo*. Não pode realmente atuar como signo até que se corporifique; mas esta corporificação nada tem a ver com seu caráter como signo”. Um *qualissigno* é uma sensação frente a uma qualidade, ou seja, “[...] uma qualidade é aquilo que positivamente é em si mesma, uma qualidade só pode denotar um objeto por meio de algum ingrediente ou similaridade comum”, ou ainda, “[...] dado que uma qualidade é uma mera possibilidade lógica, ela só pode ser interpretada como signo de essência” (Peirce, 2017, p. 55).

Silveira (2007, p. 67) destaca que um *qualissigno* é uma qualidade que é um signo, ou seja, “[...] uma mera qualidade já significa, embora em si mesma preceda a existência”. Com isso, “[...] uma mera qualidade, para exercer sua função significativa, terá que supor uma mínima relação com o sujeito ou uma mínima inserção no âmbito da experiência”. Como desdobramento, “[...] para que uma qualidade seja um signo, nenhuma referência à existência esteja implicada, a semiose somente terá lugar se essa qualidade for sustentada na existência por algum suporte capaz de interagir com o sujeito e determinar-lhe a conduta” (Silveira, 2007, p. 67). Por isso, a semiose é resultante da correlação de todos os elementos da tríade.

Os *qualissignos* oferecem potencialidade ao signo, mas não chegam a atualizar a representação, já que “toda complexificação, ulterior ao processo semiótico, nada mais será do que uma restrição à espontaneidade livre da potencialidade, consistindo em escolhas feitas dentre tudo que as qualidades puderem representar”. Como consequência, “resultará dessa escolha um grau crescente de determinação do signo, mas jamais de um aumento de sua potência”, assim “resultará também uma diversificação crescente das formas, já que são através delas que as escolhas se efetivam” (Silveira, 2007, p. 67-68). Os *qualissignos* são a presença espontânea e potencial.

Conforme apresenta Peirce (2017, p. 52), um *Sinsigno* é “[...] uma coisa ou evento existente e real que é um signo. E só o pode ser através de suas qualidades, de tal modo que envolve um *qualissigno* ou, melhor, vários *qualissignos*”. Com isso, “[...] estes *qualissignos* são de um tipo particular e só constituem um signo quando realmente se corporificam” (Peirce, 2017, p. 52).

Os sinsignos procedem, para se instaurarem “[...] a uma escolha entre qualissignos, excluindo aqueles que não estiverem comprometidos com a constituição da existência” (Silveira, 2007, p. 69). Outrossim, o sinsigno “[...] significará na justa medida em que existir”, ou seja, manifesta-se diante do processo “[...] restritivo da potencialidade livre a atuar” (Silveira, 2007, p. 68). Os Sinsignos se caracterizam pela presença do qualissigno, como também pela resistência e existência de sua própria natureza de ser.

Frente a isso, “a existência é uma intersecção de qualidades, que tem por consequência a individuação como negação de tudo que não for ela mesma”, ou seja, “[...] o existente consiste em uma configuração de qualidades em conflito e será através dessas qualidades conflitantes que o existente enquanto tal constituir-se-á num signo” (Silveira, 2007, p. 68). O Sinsigno não é a união de todas as qualidades, mas, sim, o resultante de um conflito de qualidades em que se ressaltam aquelas que sobressaem.

Devido a isso, “qualidades ele as tem muitas, mas aquelas que o tornam signo são as que, estando em conflito, ou se corporificando, determinam sua existência”, desse modo “muitos serão os qualissignos a que esse existente serve de suporte, como exigem os qualissignos para integrarem o universo da experiência” (Silveira, 2007, p. 68). Por conseguinte, “comprometidos na constituição do sinsigno enquanto tal, estarão somente os qualissignos efetivamente em conflito uns com outros, restringindo, desse modo, sua total espontaneidade. O Sinsigno é conflito porque é existência e corporificação, assim a espontaneidade se restringe aos limites da materialidade.

Por fim, o legissigno, conforme aponta Peirce (2017, p. 52), “[...] é uma lei que é um Signo. Normalmente essa lei é estabelecida pelos homens. Todo signo convencional é um legissigno”. Não obstante, “não é um objeto singular, porém um tipo geral que, tem-se concordado, terá significante. Todo legissigno significa através de um caso de sua aplicação, que pode ser denominada Réplica” (Peirce, 2017, p. 52). Assim, o legissigno é um signo estabilizado entre seus usuários, afetado pelo objeto direciona sua representação, e sua réplica é uma espécie de catálise, ou toda catálise é uma réplica de um legissigno, como um primeiro.

De todo modo, afirma Peirce (2017, p. 52) que “[...] todo Legissigno requer Sinsignos. Mas estes não são Sinsignos comuns, como são ocorrências peculiares

que são encaradas como significantes”; por sua vez, “tampouco a Réplica seria significativa se não fosse pela lei que a transforma em significativa”.

Aponta Silveira (2007, p. 69) que:

[...] os legissignos escolherão entre os sinsignos e, por via de consequência, entre qualissignos, aqueles que, tendo uma determinada forma e mantendo-se dentro de determinada regularidade, marcarão sua presença como exemplares seus no âmbito do universo da experiência (Silveira, 2007, p. 69).

Além disso, os sinsignos também atuam como réplicas de legissignos, assim aplica-se a “[...] esses sinsignos a designação de *tokens* e aos legissignos por eles representados, *types*, traduzíveis respectivamente como ocorrências e tipos” (Silveira, 2007, p. 69). Esses aspectos dizem respeito à “[...] unicidade da palavra ao lado da repetição de suas ocorrências em um texto e, explicitamente, denomina a primeira *Type* e as últimas, *Tokens* (Silveira, 2007, p. 69).

Com efeito, todo signo convencional é um legissigno, com isso “[...] qualquer classe de signos estabelecida convencionalmente pertence à natureza da lei, e é por essa última que exercem precipuamente sua função semítica” (Silveira, 2007, p. 70). Desse modo, “o que é dito dos legissignos vale, por conseguinte, a toda classe de signos convencionais” (Silveira, 2007, p. 70).

Conforme retrata Santaella (1995, p. 31), embora “[...] o vínculo do signo para com o objeto seja mais ontológico do que o vínculo do interpretante para com o mesmo objeto (que é de ordem mais propriamente lógica, visto que a manifestação do objeto no interpretante é mediada pelo signo)”, no entanto o objeto não deve ser entendido como uma coisa em si.

De fato, “em relação ao objeto, o signo tem um caráter vicário, ele age como uma espécie de procurador do objeto, de modo que a operação do signo é realmente a operação do objeto através e por meio do signo” (Santaella, 1995, p. 36). O signo é algo diferente do objeto, porém traz características desse objeto implicado em sua existência, por isso chega a se efetivar como lei que possibilita a substituição do objeto por si.

Nesse sentido, é necessário pontuar que “[...] o signo tem uma função ontologicamente mediadora como vicário do objeto para a mente”, por conseguinte “[...] o signo, na sua relação com o objeto, é sempre apenas um signo, no sentido de que ele não é nunca completamente adequado ao objeto, não se confunde com o objeto, nem pode prescindir dele” (Santaella, 1995, p. 36). Ademais, um signo nunca

será suficiente para indicar a inteireza ou a totalidade do objeto, pois este “[...] não pode ser capturado nas malhas dos signos. Por mais que a cadeia sígnica cresça, o objeto é aquilo que nela sempre volta a insistir porque resiste na sua diversidade” (Santaella, 1995, p. 46). Com efeito, um signo sempre terá alguma coisa do objeto, nunca todas as características, senão seria o próprio objeto.

Desse modo, tem-se que “[...] o objeto é algo diverso do signo e que este algo diverso determina o signo” (Santaella, 1995, p. 49). Nessa abordagem, “[...] o signo representa o objeto, porque, de algum modo, é o próprio objeto que determina essa representação, porém aquilo que está representado no signo não corresponde ao todo o objeto, mas apenas uma parte ou aspecto dele” (Santaella, 1995, p. 49). Assim sendo, o que faz do signo um signo é exatamente a sua natureza se ser diferente do objeto, mas o que faz com que esse signo seja correlacionado ao objeto, é o fato de esse signo carregar características desse mesmo objeto.

Frente a diversidade irreduzível entre signo e objeto, é válido destacar a noção de experiência colateral. A experiência colateral trata-se de ser “[...] algo que está fora do signo, portanto fora do interpretante que o signo, ele próprio, determina” (Santaella, 1995, p. 50). Para Peirce (1994, não paginado, [CP 8.179], tradução livre), “com observação colateral não quero dizer intimidade com o sistema de signos. O que assim é inferido não é colateral”; diferentemente disso, colateral “[...] constitui o pré-requisito para conseguir qualquer ideia significada do signo”, portanto “por observação colateral, refiro-me à intimidade prévia com aquilo que o signo denota”.

O objeto, devido à sua relação com o signo, pode ser classificado como objeto imediato e objeto mediado ou dinâmico. De todo modo, sendo o objeto do signo, é preciso destacar seus dois aspectos, ou seja, “[...] enquanto ele está representado no interior do signo e enquanto guarda para com o signo uma relação de exterioridade”, o qual apenas permite ser “[...] alcançado por uma experiência que independa daquele signo, e que Peirce denomina experiência colateral” (Silveira, 2007, p. 46).

O objeto dinâmico oferece resistência e permite a experiência colateral atuar, pois o sentido que se estabelece não está implicado no signo do objeto em si, como imediato, mas, sim, decorrente de experiências que permitem a ampliação da cadeia de signos. Sendo assim, “ao objeto enquanto contido no signo que a ele se refere, Peirce denomina Objeto Imediato do signo. Ao objeto enquanto só alcançável por experiência colateral, Peirce denomina Objeto Dinâmico do signo” (Silveira, 2007, p. 46).

Conforme Peirce (1994, não paginado, [CP 4.536], tradução livre), “[...] temos que distinguir o Objeto Imediato, que é o Objeto tal como o próprio Signo o apresenta, e cujo Ser depende assim de sua representação no signo”; por sua vez, “[...] o Objeto Dinâmico, que é a Realidade que, de alguma forma, realiza a atribuição do Signo à sua Representação”. Nesse aspecto, a relação com o interpretante é importante para a tríade, como resultante da relação com a experiência colateral proporcionada pelo Objeto dinâmico, ou seja, trata-se de um tipo de objeto que expressa o real, isto é, “[...] o Objeto Dinâmico, que, pela própria natureza das coisas, o signo não consegue expressar, podendo apenas indicar, cabendo ao intérprete descobri-lo por experiência colateral” (Peirce, 1994, não paginado, [CP 8.314], tradução livre).

Nesse contexto, é impossível que haja acesso direto ao objeto dinâmico, isto é, o objeto imediato atua como mediação entre o signo, a experiência colateral e o objeto dinâmico. Desse modo, “o signo é determinado por alguma espécie de correspondência com esse objeto” (Santaella, 1995, p. 55). Situação esta já experimentada, por isso o sentido que se apresenta como uma cadeia de signo está vinculado àquilo que, de algum modo, afetara o interpretante.

De fato, “[...] a primeira representação mental (e, portanto, já signo) dessa correspondência, ou seja, a primeira representação mental daquilo que o signo indica é denominada objeto imediato” (Santaella, 1995, p. 55). Por seu turno, “esse objeto (representação mental) produz triadicamente o efeito pretendido no signo (isto é, seu interpretante) através de outro signo mental” (Santaella, 1995, p. 55). Contudo, vale destacar que essa primeira representação mental já reconhece o signo como signo de um objeto, portanto, em algum momento anterior já afetara a mente, por conseguinte o interpretante imediato.

Quanto ao modo de apresentação do objeto imediato, destacam-se três modalidades: descritivo; denominativo; e copulante. Descritivos: “determinam seus Objetos, declarando seus caracteres”; Designativos, ou Denotativos, ou Indicativos, ou Denominativos: “como um pronome demonstrativo, ou um dedo apontado, brutalmente a retina mental do intérprete para o objeto em questão, o qual, não pode ser dado por raciocínio independente”; Copulantes: “nem descrevem nem denotam seus Objetos, mas meramente expressam relações lógicas destes objetos com algo de outro modo referido” (Peirce, 1994, não paginado, [CP 8.350], tradução livre).

Sobre o objeto dinâmico, há possibilidades de classificação quanto à sua natureza (abstrativo, concreto e coletivo) e quanto à sua relação com o signo (ícone,

índice e símbolo). Peirce (2017, p. 52) considera que um ícone é “[...] um signo que se refere ao Objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui quer um tal Objeto realmente exista ou não”. Nessa linha, “qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, é ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um seu signo” (Peirce, 2017, p. 52).

Silveira (2007, p. 74) pondera que “a relação implicada em um ícone é a de mera comparação, sendo, portanto, determinado pela categoria da primeiridade”, que dizer que “um signo que mantenha com seu objeto dinâmico uma relação de mera comparação compromete tão-somente a forma do objeto e não sua existência, e menos ainda, sua generalidade”. Consequentemente, “[...] não é necessário que o objeto relacionado exista, pois um ícone não se constitui num signo da existência e somente implica, por sua própria forma, a possibilidade de um objeto ao qual ele se compare” (Silveira, 2007, p. 74). Assim, nem toda marca é um ícone, para isso precisas haver uma relação com seu objeto, contudo destaca-se que o ícone é uma presença, por isso há a possibilidade de que algumas presenças sejam transformadas em ícone, devido à sua natureza espontânea, potencial e atual.

Sobre o índice, afirma Peirce (2017, p. 52) trata-se de “[...] um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse Objeto”. Diante disso, “na medida em que o índice é afetado pelo Objeto, tem ele necessariamente alguma Qualidade em comum com o Objeto”, por conseguinte “[...] o índice envolve uma espécie de ícone, um ícone de tipo especial; e não é a mera semelhança com seu Objeto, mesmo que sob estes aspectos que o torna um signo, mas sim sua efetiva modificação pelo Objeto” (Peirce, 2017, p. 52-53).

Silveira (2007, p. 75) afirma “[...] considerar a determinação do signo por parte de seu objeto dinâmico, o princípio restritivo que a existência traz à livre expansão da potencialidade”. Por conseguinte, “o indicador designa o objeto por ser realmente por ele afetado”, ou seja, “[...] somente algo possuidor de qualidades que, interagindo com outras, se vejam mutualmente restringidas sofre a intervenção de seu objeto e poderá designá-lo como um existente” (Silveira, 2007, p. 75).

O índice é um signo que exige continuidade a seu objeto, logo é um objeto (primeiro) que se torna signo de um objeto (segundo), como por exemplo a fumaça (objeto primeiro) que se torna signo de um objeto segundo (fogo). Essa correlação é possível porque há uma conexão de acarretamento, embora esse tipo de signo aceite

relações de implicaturas conquanto haja uma construção experienciada anteriormente e que já afetara uma mente.

Por fim, um símbolo, conforme aponta Peirce (2017, p. 53), é “[...] um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto”. O símbolo é pertinente à ambientação social, pois é o construtor do simbólico, por sua vez, gera economia discursiva. Sua concepção aproxima o entendimento entre aquelas mentes que compartilham o entendimento de um geral.

Consoante Silveira (2007, p. 77), “cabe ao Símbolo mediar as relações entre o existente e suas diversas possíveis realizações. Essas relações decorrem da abstração e da generalização do que foi percebido”. Nessa instância, “percebera-se uma determinada marca e passou-se a considerá-la não somente como um fato bruto, mas como o sinal sensível de uma classe geral de fenômenos (Silveira, 2007, p. 77). O símbolo é uma presença, é uma existência, é uma resistência, conseqüentemente atua no sensível e no cognoscível se efetivando como uma persistência, como algo realizado aberto para potencialidades.

Frente a esses aspectos, é válido enfatizar que “o processo lógico da semiose, especialmente a relação entre objeto e interpretante sempre mediada pelo signo, e a introdução do objeto imediato como uma outra inevitável mediação entre signo e objeto estabelece uma cadeia regressiva de signos ao lado do objeto”. No entanto, em outra proporção, há “[...] uma cadeia progressiva de signos do lado do interpretante, de modo que os elos contínuos da linguagem se constituem em algo inquebrantável para o qual não se oferecem saídas” (Santaella, 1995, p. 62).

Nesse aspecto, entre a dinâmica do objeto e o interpretante, há o processo de percepção, visto que, “embora a percepção constitua uma porta de entrada para o conhecimento, não estamos nunca em situação de corpo e mente imediatamente colados a um objeto que possa ser tomado como sendo o objeto originário de uma semiose” (Santaella, 1995, p. 66). Nesse cenário, o triádico é importante para afastar qualquer concepção nominalista, mentalista ou dualista.

Na composição da teoria peirceana da percepção, há uma tríade: o percepto, o *percipuum*, e o julgamento perceptivo. Assim, “quando percebemos algo, estamos alerta a uma dualidade essencial na qual há algo que está fora e se apresenta a nós, não podendo ser exaurido no ato de percepção”, ou seja, “perceber é perceber algo

externo a nós” (Santaella, 1995, p. 69). No entanto, “[...] não podemos dizer nada sobre aquilo que é externo a não ser pela mediação de um julgamento perceptivo”, assim aquilo que está fora é denominado percepto; já aquilo que nos diz o que nós percebemos é denominado julgamento perceptivo (Santaella, 1995, p. 69).

Para complementar a tríade da percepção, há o *percipuum*. Se, por um lado, “[...] aplicarmos a rede da semiose sobre os ingredientes da percepção, torna-se evidente que o percepto desempenha o papel lógico do objeto dinâmico”; por outro, o *percipuum* “[...] desempenha o papel lógico do objeto imediato”, assim, cabe ao julgamento de percepção, o papel de signo-interpretante (Santaella, 1995, p. 69).

O percepto, portanto, “[...] resiste na sua singularidade, compelindo-nos a atentar para ele. É algo que está fora de nós e fora do nosso controle” (Santaella, 1995, p. 69). Além disso, o percepto é “[...] apenas esse elemento de insistência, algo externo que não podemos evitar pelo simples fato de que estamos equipados com sensores aptos a se sensibilizarem ao serem atingidos pela miríade de impulsos que estão lá fora” (Santaella, 1995, p. 70). O percepto é a ativação da mente, ou melhor, a ignição do processo cognitivo.

Todavia, tão logo o percepto atinge os sentidos, é convertido em *percipuum* imediatamente, isto é, o *percipuum* “[...] se força sobre nós e está localizado abaixo do nível de nossa deliberação e autocontrole” (Santaella, 1995, p. 70). Assim sendo, “o *percipuum* aflui em nós e flui continuamente dentro de nós. Tão logo aflui, no entanto, é imediatamente colhido e absorvido nas malhas dos esquemas interpretativos com que somos dotados: os julgamentos de percepção” (Santaella, 1995, p. 70). O *percipuum* atua como confronto e resistência àquilo que se experimenta, como uma presença, com aquilo que se configura na mente, como um sensível, que propõe à mente a atualização, antes de alcançar a realização.

O *percipuum* se organiza em uma gradação de três níveis:

Primeiro nível: “como uma qualidade de sentimento vaga e indefinida que monadicamente assoma à consciência de quem percebe, envolvendo-a no lusco-fusco da imprecisão” (Santaella, 1995, p. 72);

Segundo nível: “como reação a um impulso externo que brutalmente arromba os sentidos, interrompendo o fluxo da consciência. Reação ao inesperado ou excessivo que caracteriza o *percipuum* como defensivo, resistindo ao choque com força equivalente ao golpe” (Santaella, 1995, p. 72);

Terceiro nível: “como governado pelos princípios condutores dos hábitos de percepção”, os quais “[...] conformam o *percipuum* aos esquemas gerais reguladores da ação perceptiva, que desemboca numa interpretação ou significação conferida pelo julgamento perceptivo” (Santaella, 1995, p. 72).

Frente a esses apontamentos, direciona-se a análise do terceiro elemento da tríade de signos: o interpretante. O signo “[...] perde seu caráter significante (isto é, genuíno) se a série de interpretantes sucessivos vier a ter fim, implica o fato de que nenhum interpretante de nenhum signo pode ser tido como absoluto ou definitivo” (Santaella, 1995, p. 30).

Nessas circunstâncias, é válido destacar que “[...] faz parte da natureza do próprio signo que ele tenha o poder de gerar um interpretante” (Santaella, 1995, p. 30). Desse modo, compreende-se que o signo é presença e existência, que viabiliza a resistência do sensível para que, através da percepção, afete uma mente, configurando o processo cognitivo na ampliação da experiência, configurando-lhe aprendizagem, perfazendo-lhe um hábito mental, que possa agir frente ao devir.

Assim, tem-se que “[...] a ação lógica do objeto é a ação do signo. E a ação do signo é funcionar como mediador entre o objeto e o efeito que se produz numa mente atual ou potencial, efeito este (interpretante) que é mediatamente devido ao objeto através do signo” (Santaella, 1995, p. 37). Nessa linha, “a mediação do signo em relação ao objeto implica a produção do interpretante que será sempre, por mais que a cadeia dos interpretantes cresça, devido à ação lógica do objeto, a ação mediada pelo signo” (Santaella, 1995, p. 38).

Portanto, “[...] o signo determina o interpretante, mas ele o determina como uma determinação do objeto”, ou seja, o interpretante é “[...] determinado pelo objeto somente na medida em que o interpretante, ele próprio, é determinado pelo signo (Santaella, 1995, p. 39). Com isso, “[...] a relação de determinação do signo pelo objeto é semelhante à determinação do interpretante pelo signo”, isso revela que “[...] enquanto a função mediadora do signo entre objeto e interpretante é diferente da função mediadora que o interpretante, ele mesmo, instaura” (Santaella, 1995, p. 39). Dessa forma, configura-se uma tríade genuína, pois o objeto é o ponto central, já que ele é representado por um signo, e é ele que afeta uma mente, o que permite que o signo possa mediá-lo a uma mente, que afetada, requer compreensão sobre as características do objeto.

Frente a esses apontamentos, fica evidente que a semiótica está voltada para o estudo do signo, sua ação e, principalmente, a semiótica explora a significação como resultante da cognição, assim enquanto a representação evidencia o significado nas relações entre signo e objeto, também revela as sutilezas do sentido, enquanto a relação entre signo, objeto, experiência colateral e sua percepção. Todavia, é na relação triádica que se efetua a significação, como resultado daquilo que se produz através do interpretante em direção à semiose.

O estudo sobre o interpretante aborda vários vieses, em destaque a relação do signo com o interpretante (rema, dicente e argumento); a relação lógica do interpretante com o objeto (imediato, dinâmico e final); e a relação com as categorias fenomenológicas (emocional, energético e lógico).

A primeira relação, em destaque, direciona-se para as questões da ordem do raciocínio (lógica pura) e da formação dos argumentos, decorrentes da construção de premissas. A segunda relação volta-se para os aspectos atrelados à mediação e à cognição. A terceira relação se apresenta em um cenário profícuo que demonstra o modo como o objeto (imediato e dinâmico) afeta a percepção e ativa a mente, em processos cognitivos, para ajustar a autoconduta e a ação deliberada decorrentes à contemplação, visando ao devir.

A primeira relação, aqui indicada, é conhecida como a terceira tricotomia dos signos. Nesse cenário, um Rema é um signo, o qual se caracteriza como signo de possibilidade qualitativa, isto é, “[...] é entendido como representando esta e aquela espécie de Objeto possível. Todo Rema propiciará, talvez, alguma informação, mas não é interpretado nesse sentido” (Peirce, 2017, p. 53).

Silveira (2007, p. 80) expressa que um Rema se apresenta “[...] na relação do signo com seu interpretante final, a um signo de mais ampla extensão”. Desse modo, “todo signo será remático ou terá um rema ou será sustentado, em última instância, por um rema”, por conseguinte “todo signo, com efeito, será interpretado e assim o poderá ser, como um signo de possibilidade” (Silveira, 2007, p. 80).

Já o signo Dicente ou Dicissigno trata-se de um signo de existência real. Conforme aponta Peirce (2017, p. 53), “um Dicissigno necessariamente envolve, como parte dele, um Rema para descrever o fato que é interpretado como sendo por ela indicado”. Um signo Dicente é a relação de um rema a um predicado, por isso sua estrutura é sintática, ou melhor, trata-se de uma cópula, desse modo efetiva a atualização da representação de um objeto.

Silveira (2007, p. 82) complementa dizendo que “[...] todo signo que será caracteriza como um Dicissigno será passível de julgamento que o considere verdadeiro ou falso quanto à representação do Objeto, o que não era o caso do Rema”. Dessa forma, “a informação exigida pelo Dicissigno tem que ser efetiva e não somente virtual ou potencial”, assim “[...] recai sobre os Índices que se restringem às relações existenciais e não àqueles que, implicados nos Símbolos, acabam envolvendo alguma razão subjacente para a sua interpretação” (Silveira, 2007, p. 82).

A complexidade do Dicissigno é estruturada à base de três componentes: dois signos e sua sintaxe, logo, como dito, há a presença de uma cópula, em que se relacionam sujeito e predicado; o primeiro é um Índice; já o segundo, é um Ícone.

Conforme aponta Peirce (1994, não paginado, [CP 2.312], tradução livre):

Deve, para ser compreendido, ser considerado como contendo duas partes, das quais, uma, que pode ser chamada Sujeito, é ou representa um Índice de um Segundo, o qual existe independentemente de ser representado, enquanto a outra, que pode receber a denominação de Predicado, é ou representa um Ícone de uma Primeiridade (ou qualidade ou essência).

Nessa perspectiva, Peirce (1994, não paginado, [CP 2.319], tradução livre) afirma que “a proposição deveria ter uma Sintaxe atual, que é apresentada como sendo o Índice daqueles elementos do fato representado que correspondem ao Sujeito e ao Predicado. Isto é aparente em todas as proposições, sob o nome de Cópula”.

Nesse aspecto, Silveira (2007, p. 84) enfatiza que “o Sujeito é uma Secundidade e, conseqüentemente, deve ser um Índice ao qual poderá ser atribuído um predicado, e será sobre ele que o Dicissigno oferecerá informação”. Ademais, há “[...] a presença de dois signos (um Índice e um Ícone), capazes de verem, entre eles, instalada uma relação assimétrica de atribuição, no sentido em que o Ícone veiculará um significado ao Objeto indicado ou referido pelo Índice” (Silveira, 2007, p. 84).

Por fim, o Argumento é um signo, o qual é signo de lei. Segundo Peirce (2017, p. 54), “o Interpretante do Argumento representa-o como um caso de uma classe geral dos argumentos, classe esta que, no conjunto, sempre tenderá para a verdade”. Nesse aspecto, destaca-se que “a proposição professa ser realmente afetada pelo existe real ou pela lei real à qual se refere”, frente a isso “o argumento declara a mesma pretensão, mas essa não é a principal pretensão do argumento” (Peirce, 2017, p. 54).

Por seu turno, o argumento sublinha uma lei, por isso “[...] o Argumento deve ser um Símbolo, ou um Signo cujo Objeto é uma Lei ou Tipo Geral. Deve envolver um Símbolo Dicente, ou Proposição, que é denominado sua Premissa (Peirce, 2017, p. 54). Dessa maneira, “[...] o Argumento só pode sublinhar a lei sublinhando-a num caso em particular” (Peirce, 2017, p. 54). O papel do signo Dicente na constituição de um Argumento é fundamental, pois é através das proposições que se estabelecem os raciocínios, denominados lógica pura.

Somado a isso, destaca-se que “[...] se existe mais do que uma Premissa, o primeiro passo da argumentação deve ser o de coligá-las numa Proposição Copulativa, de tal modo que o único Argumento simples de duas Premissas seja o Argumento de Coligação” (Peirce, 2017, p. 54). Assim, o Argumento de Coligação estaria para a contemplação de um juízo. Desse modo, “[...] se todo juízo deve ser encarado como a conclusão de um argumento, o que é, sem dúvida, uma concepção admissível” (Peirce, 2017, p. 54).

O Argumento, como um elemento de Terceiridade, concentra-se em si a fundamentação da lógica, isto é, o pleno domínio da generalidade do pensamento, ou seja, “[...] qualquer experiência do pensar só pode ser interpretada [...] como um exemplo da classe geral dos Argumentos, já que a experiência do pensar se efetiva em um ato particular com começo, meio e fim”, a qual deve ser realizada “[...] por um sujeito em um determinado momento e circunstância que nada têm a ver com a necessidade determinante intrinsecamente do pensamento como representação geral determinada por lei” (Silveira, 2007, p. 88).

A constituição do Argumento se realiza decorrente a sua “[...] relação para com seu Objeto Dinâmico, ele será necessariamente um Símbolo”, além disso “para manter-se em sua integridade e com igual ou, até, mais forte razão, ele deve ser um Legissigno, pois, mesmo que a relação simbólica seja de alguma maneira modalizada, em si mesmo ele deverá ser um signo geral, para ser um signo de lei” (Silveira, 2007, p. 88).

Sobre a segunda relação do interpretante, tratada nesta pesquisa, a relação lógica do interpretante com o objeto, evidencia-se que Interpretante Imediato trata-se do Interpretante representado ou significado no signo, ou seja, aquilo que o signo determina em si mesmo. Para Santaella (1995, p. 96), o Interpretante Imediato está “[...] relacionado com os caracteres da primeira categoria fenomenológica

(primeiridade)”, às quais está implicada a noção de possibilidade, potencialidade ainda não-realizada.

Nesse sentido, trata-se de “[...] um interpretante interno ao signo, propriedade interna do signo, possibilidade de interpretação ainda em abstrato, ainda não realizada”, ou seja, refere-se ainda àquilo que “[...] o signo está apto a produzir como efeito em uma mente interpretadora qualquer” (Santaella, 1995, p. 97). Por conseguinte, o interpretante imediato é “[...] uma possibilidade de sentido ainda não-atualizada, mas que está contida no próprio signo, pois este deve ter sua interpretabilidade peculiar, antes de atingir um intérprete”, isto é, “[...] o poder do signo para produzir um determinado efeito na mente interpretadora” (Santaella, 1995, p. 97).

Por sua vez, o Interpretante Dinâmico se caracteriza por ser o interpretante que “[...] se estabelecerá como um signo que de fato interprete o signo” (Silveira, 2007, p. 49). Dessa forma, “como o interpretante irá se constituir pela própria cadeia semiótica ao longo do tempo, cadeia essa em que, em busca da verdade sobre objeto, aperfeiçoando seu conhecimento”, conseqüentemente deve-se adequar “[...] progressivamente a conduta para alcançar no futuro o objeto que se deseja e ao qual o signo se refere” (Silveira, 2007, p. 49).

Para Santaella (1995, p. 98), o Interpretante Dinâmico é “[...] o efeito efetivamente produzido pelo signo num ato de interpretação concreto e singular”. Além disso, trata-se de um “[...] efeito real produzido sobre um dado intérprete, numa dada ocasião e num dado estágio de sua consideração sobre o signo” (Santaella, 1995, p. 98). Outrossim, é possível denominá-lo “[...] significado do signo *in concreto*, isto é, o fato empírico de apreensão do signo, uma realização particular do significado, ou aquilo que comumente poderia ser referido como sendo o significado psicológico do signo”, portanto trata-se do “[...] único interpretante que funciona diretamente de um processo comunicativo” (Santaella, 1995, p. 98).

Por fim, o Interpretante Final, por vezes denominado Interpretante Normal, já que se posiciona em busca de uma normalização geral do signo, visto que seria o efeito produzido em uma mente pelo signo depois de ocorrer um desenvolvimento pleno e suficiente do pensamento. Diferentemente do Interpretante Dinâmico, que efetiva o estágio atual e realizado da compreensão de uma mente frente ao objeto, o Interpretante Final posiciona uma projeção acerca do alcance de todas as propriedades possíveis de um objeto, por isso configurando a conduta que possibilita esse avanço em direção ao devir.

Nesse contexto, o Interpretante Final ou Normal “[...] determina um hábito de conduta, cuja meta será a interação efetiva com o Objeto Dinâmico do Signo” (Silveira, 2007, p. 49). Destarte, “a expressão completa da representação que se fará, seja em um determinado momento finito do tempo, seja indefinidamente ao longo do tempo, corresponderá ao Interpretante Final do signo” (Silveira, 2007, p. 50).

O Interpretante Final está alinhavado com a semiose, com o hábito e com o pragmatismo, já que “[...] dentro da noção ampla de semiose (ação do signo) como crescimento contínuo e tendencialidade”, com isso “final parece como um limite ideal, aproximável, mas intangível” (Santaella, 1995, p. 99). Sendo assim, o interpretante final é “[...] um interpretante *in abstracto*, fronteira ideal para a qual os interpretantes dinâmicos (interpretantes *in concreto*) tendem a caminhar, no longo curso do tempo” (Santaella, 1995, p. 100).

Sobre a terceira relação, a relação com as categorias fenomenológicas e com o interpretante dinâmico se efetiva por ser o significado realmente produzido. Os interpretantes emocional, energético e lógico consistem em sentimentos, esforços e mudanças de hábitos. Sendo assim, o interpretante emocional se refere ao “[...] primeiro efeito semiótico, em termos de qualidade”, ou seja, trata-se de qualidade de sentimento de um signo (Santaella, 1995, p. 105). Em se tratando de emoções, válida a sensação, a presença diante das primeiras manifestações do sensível.

Nesse aspecto, o interpretante emocional apresenta um “[...] sentido mais vago e indefinido” e diz respeito à “[...] qualidade de sentimento inalisável e intraduzível” (Santaella, 1995, p. 105). Silveira (2007, p. 52) acrescenta que o interpretante emocional “[...] terá a natureza de um sentimento, sendo que um signo poderá somente determinar esse tipo de interpretante, mas sempre deverá determinar esse tipo, para determinar os outros dois”.

O outro tipo de interpretante, o interpretante energético “[...] corresponde a um ato no qual alguma energia é dispendida”, ou seja, “pode ser uma mera reação muscular em relação ao mundo exterior ou pode corresponder à manipulação e exploração das imagens do nosso mundo interior” (Santaella, 1995, p. 105). Silveira (2007, p. 52) retrata o interpretante energético como “[...] uma ação, supõe um tono de sentimento que o sustenta e que, pelo confronto com sentimentos opostos, o determine”. Ademais, pode ocorrer “[...] entre relações envolvendo o mundo exterior ao sujeito de semiose, mas jamais deixará de envolver o mundo interior”, visto que “a

mera ação exterior é força bruta e jamais poderá se constituir na interpretação de uma significação” (Silveira, 2007, p. 53).

O Interpretante Energético é reação consoante o sensível. É a confirmação da existência e de sua limitação frente ao espontâneo. É uma ação sem tomada de decisões, embora demonstre como a mente foi afetada e necessita se posicionar diante da manifestação daquilo que resiste e permanece.

Por sua vez, o interpretante lógico é “[...] o pensamento ou entendimento geral produzido pelo signo”, ou seja, “pensar é fazer inferências, estabelecer consequências de certas premissas, mover-se de acordo com uma regra geral” (Santaella, 1995, p. 106). Somado a isso, destaca-se que um interpretante lógico é uma regra geral, portanto trata-se de um hábito, visto que se evidenciam “[...] atos de natureza voluntária que são efeitos semióticos da regra e sobre ela reagindo a ponto de modificá-la para torná-la mais confiável, produzindo resultados preditivos” (Santaella, 1995, p. 106).

Ainda, o interpretante lógico é “[...] a apreensão intelectual do significado de um signo, mas o interpretante lógico resultante exigirá um interpretante lógico ulterior, *ad infinitum*”, portanto “o interpretante lógico último não pode ser da natureza de um signo, mas deve ser um hábito” (Santaella, 1995, p. 107).

O interpretante lógico se aproxima do hábito e das aplicações do pragmatismo. Assim, ao interpretante lógico recai a formação do conceito, visto que “a meta a ser alcançada por uma série de interpretantes lógicos, que convergem na melhor apresentação do objeto será reconhecida por Peirce como sendo da natureza do hábito” (Silveira, 2007, p. 55). Outrossim, há como resultado “[...] da dinâmica interna de crescimento e expansão desse hábito”, a mudança de hábito, ou seja, há o “[...] aperfeiçoamento autocontrolado e autoconsciente do espírito” (Silveira, 2007, p. 55).

A relação do interpretante com o objeto e sua atuação como argumento, lógico e final, constituído de rema, imediato e emocional; além de discente, dinâmico e energético faz com que o interpretante esteja vinculado à metodêutica, à lógica pura e à retórica especulativa. Desse modo, o interpretante como integrante de uma tríade genuína efetiva a semiose e percorre a ação do signo até a configuração do hábito, assim adentrando os aspectos do pragmatismo e da metafísica.

Inerente aos recursos sîgnicos do dicente e do argumento, a lógica pura se estabelece como a tricotomia do argumento. Como visto, um Argumento é “[...] entendido por seu Interpretante como fazendo parte de uma classe geral de

argumentos análogos, classe essa que, como um todo, tende para a verdade” (Peirce, 2017, p. 59).

Nessa linha, destaca-se a abdução, que se caracteriza por ser “[...] um método de formar uma predicação geral sem nenhuma certeza positiva de que ela se verificará, seja num caso especial ou normalmente, sendo sua justificativa a de que é a única esperança possível de regular racionalmente nossa conduta futura” (Peirce, 2017, p. 60).

Por sua vez, a indução é

[...] um método de formar Símbolos Dicientes relativos a uma questão definida, cujo método o Interpretante não representa como capaz de proporcionar, a partir de premissas verdadeiras, resultados aproximadamente verdadeiros na maioria dos casos e no decorrer da experiência, considerando, no entanto, que se se persistir nesse método, a longo prazo chega-se à verdade, ou a outro ponto sempre mais perto da verdade, a respeito de qualquer questão (Peirce, 2017, p.60).

Já a dedução trata-se de ser “[...] um argumento cujo interpretante o representa como pertencendo a uma classe geral de argumentos possíveis exatamente análogos tais que, a longo prazo, a maior parte daqueles cujas premissas são verdadeiras, terão conclusões verdadeiras” (Peirce, 2017, p. 59).

Somado a isso, destaca-se que “a Dedução prova que algo deve ser; a Indução mostra que alguma coisa é realmente operativa; a Abdução simplesmente sugere alguma coisa pode ser” (Peirce, 2017, p. 220). Ademais, “sua única justificativa é que a partir de suas sugestões a dedução pode extrair uma predição que pode ser verificada por indução”, desse modo “[...] se é que nos é dado aprender algo ou compreender os fenômenos, deve ser realizado através da abdução” (Peirce, 2017, p. 220).

Frente a isso, ressalta que “abdução é o processo de formação de uma hipótese explanatória. É a única operação lógica que apresenta uma ideia nova, pois a indução nada faz além de determinar um valor” (Peirce, 2017, p. 220). Por seu viés, “a dedução meramente desenvolve as consequências necessárias de uma hipótese pura” (Peirce, 2017, p. 220). Além disso, na dedução, “[...] partimos de um estado de coisas hipotético que definimos sob certos aspectos abstratos”, consequentemente “nossa inferência é válida apenas se houver realmente uma tal relação entre o estado de coisas suposto nas premissas e o estado de coisas enunciado na conclusão” (Peirce, 2017, p. 215).

Com isso, “o fato de isto ser ou não realmente assim é uma questão de realidade, e nada tem a ver com o modo pelo qual estamos inclinados a pensar”, ou seja, “se uma dada pessoa é incapaz de ver a conexão, mesmo assim o argumento é válido, desde que essa relação de fatos reais realmente subsista” (Peirce, 2017, p. 215). Dito isso, o argumento é validado porque as premissas, signo dicente, está ancoradas na realidade, senão de nada valeria a construção dos símbolos, por isso, justamente a semiótica é a própria lógica.

Outrossim, como destaca Peirce (2017, p. 211), “aquilo que não é geral é singular; e o singular é aquilo que reage. O ser de um singular pode consistir no ser de outros singulares que são suas partes”. Destarte, é importante destacar que “todo raciocínio necessário, sem exceção, é diagramático”, ou melhor, “[...] construímos um ícone de nosso estado de coisas hipotético e passamos a observá-lo”, assim “esta observação leva-nos a suspeitar que algo é verdadeiro, algo que podemos ou não ser capazes de formular com precisão, e passamos a indagar se é ou não verdadeiro” (Peirce, 2017, p. 216).

Para Peirce (2017), o raciocínio indutivo é um curso de investigação experimental, o que gera suspeitas em direção à possibilidade de haver circunstâncias de criar encontros entre argumento e realidade. Dessa forma, a indução, para Peirce (2017, p. 219) consiste em “[...] partir de uma teoria, dela deduzir predições de fenômenos e observar esses fenômenos a fim de ver quão de perto concordam com a teoria”. Assim, haverá justificativas apontando que uma teoria experimental a qual “[...] foi submetida a um certo número de verificações experimentais, será no futuro próximo sustentada quase tanto por verificações ulteriores quanto o tem sido até agora” (Peirce, 2017, p. 219).

A lógica, em estágio de terceiridade, decorrente de uma tríade genuína efetiva uma semiose. Aplicado a isso, há a classe de interpretante de argumento, que, sob o conjunto de inferência, revela uma classe geral, uma lei. Essa lei, conduzida e condutora do processo cognitivo, decorrente da relação entre o interpretante dinâmico e o objeto, alcança um estágio mais evoluído, ao ponto de esse signo interferir nas condições externas de interpretação e formar um hábito, assim permitindo o autoajuste e a correção, além de propiciar as ações deliberadas frente ao devir.

Nesse aspecto, ganha destaque a aplicação do pragmatismo peirceano, ou também chamado de pragmaticismo. Desse modo, Peirce aponta, através de fundamentos de sua metafísica, características que envolvem a realidade,

propriedades que afetam a representação e a constituição de fundamentos que, decorrente à semiose, constituiu um hábito de conduta, e a este está alinhavada a concepção de conceito.

Ibri (2015, p. 79) menciona que “inventariados os argumentos contra a objetividade da ideia do acaso, resta-nos retomar a razão pela qual tal ideia como hipótese metafísica cumpre sua função epistemológica”, fator que direciona a reflexão de que esse processo “[...] reduz a multiplicidade da experiência à unidade do conceito”. Decorrente a essa abordagem metafísica, é necessário apontar a concepção peirceana sobre o Evolucionismo e sobre o Falibilismo.

O Evolucionismo está atrelado às leis da natureza, assim a “[...] evolução deve proceder de acordo com algum princípio; e esse princípio será, em si mesmo, da natureza de uma lei” (Peirce, 1994, não paginado, [CP 7.515], tradução livre). Ademais, “deve ser uma tendência à generalização – uma tendência generalizadora”, visto que “[...] a tendência generalizadora é a grande lei da mente, a lei da associação, a lei de aquisição de hábitos” (Peirce, 1994, não paginado, [CP 7.515], tradução livre).

Já o Falibilismo, elemento fundamental na constituição epistemológica da metafísica, aponta que “[...] ser nosso conhecimento falível, banindo, assim, o espectro da certeza absoluta em matérias de fato” (Ibri, 2015, p. 83). Dessa maneira, aponta Peirce (1994, não paginado, [CP 6.101], tradução livre) que, “[...] se lei é resultado de evolução, a qual é um processo permanente ao longo tempo, segue-se que nenhuma lei é absoluta”, isso quer dizer que “[...] devemos supor que os fenômenos em si mesmos envolvem afastamentos da lei análogos a erros de observação”.

Em suma, o Falibilismo é, de fato, “[...] o reconhecimento do acaso como um princípio real responsável pelos afastamentos do fato em relação à lei”, com isso há o entretecimento entre acaso e lei, o que configura o Evolucionismo, portanto o Evolucionismo é o ponto central do Falibilismo, já que “[...] o falibilismo não pode ser apreciado em nada similar à sua verdadeira significância até que a evolução tenha sido considerada” (Ibri, 2015, p. 84). Assim sendo, essas concepções se aproximam de um dos fatores inerentes ao conceito, que é a sua evolução, pois o Falibilismo, ao se voltar para o caráter mental da matéria, promove a assimilação das leis que “[...] subsumem a hábitos adquiridos no curso do tempo” (Ibri, 2015, p. 85).

O Evolucionismo incide diretamente na lei do hábito, por conseguinte a aquisição de um hábito “[...] traduz-se numa tendência típica do universo mental, cujo

tecido lógico é a natureza da generalização”, assim a concepção de lei como hábito de conduta, como matiz, harmoniza-se com a inteligibilidade, já que “a inteligência exerce sua função intelectual sobre algo da sua natureza”, portanto “[...] a chave da relação entre mente e matéria está na admissão de que se o universo material é provido de hábitos de conduta na forma de leis naturais, há que o conceber como uma forma da mente” (Ibri, 2015, p. 91).

Um hábito é “[...] uma regra geral de conduta e sua aquisição é um processo de generalização, da natureza, portanto, de um argumento indutivo”, além disso um hábito, representação de uma regra de conduta, “[...] deverá ser rompido sempre que a experiência evidenciar a concepção subjacente à ação está equivocada” (Ibri, 2015, p. 93).

Por isso, o hábito é inerente à aprendizagem e à cognição, que deve ser entendida como a “[...] ampliação e aperfeiçoamento dos conceitos”, conseqüentemente o caráter mental deve ter “[...] plasticidade necessária para crescer, rompendo velho hábitos que se consumam como inadequados à vivacidade e dinâmica de nosso próprio existir” (Ibri, 2015, p. 93). O hábito está presente em um *continuum*, assim há ações da experiência que configuram o pensamento, e esse modo de existir confere a condição da realidade, conseqüentemente “[...] a ação intencionada traduz-se propósito racional do conceito” (Ibri, 2015, p. 140).

Nesse cenário, aplica-se o pragmatismo, visto que “[...] os conceitos são dotados de propósitos e que seus significados residem em suas concebíveis conseqüências práticas” (Peirce, 1994, não paginado, [CP 8.322], tradução livre). Continua Peirce (1994, não paginado, [CP 8.322], tradução livre), “por prático quero dizer apto a afetar a conduta; e por conduta, ação voluntária que é autocontrolada, ou seja, controlada por deliberação adequada”. O pragmatismo torna-se importante para validar os signos que constituem o conceito e inquirir se todos os elementos são pertinentes à conduta que se ajusta ao hábito. Caso não sejam, é através do propósito do pragmatismo que se efetua a autocorreção.

Ibri (2015, p.141) indica que “[...] a concepção de um objeto se consume na totalidade dos efeitos concebíveis sobre a conduta”, logo a máxima do pragmatismo peirceano sugere que “[...] o significado daquela concepção é o modo geral como a conduta humana é por ela moldada”. Outrossim, “[...] o significado de uma concepção é a totalidade de conseqüências práticas concebíveis sobre a conduta”, essa ação

resultante é “[...] capaz de moldar um próximo pensamento, realizando o propósito racional da concepção” (Ibri, 2015, p. 141).

Frente a essa acepção, reconhece-se que o objeto é responsável pela circunscrição do contexto, assim destacando os fatores que incidem sobre a conduta. São as ações exteriores, transformadas em signos, que afetam a mente e a ela condiciona uma conduta, ou seja, os signos do objeto que afetam a percepção e estabelecem sentido ao interpretante são responsáveis pela modelização de uma mente, ou seja, decorrente a semiose da tríade efetiva-se uma conduta. Uma vida que não se posicione de forma deliberada frente à evolução, não aplica o pragmatismo para a correção de sua conduta, portanto corre risco de configurar hábitos inadequados.

Nessa linha, a formação da cognição “[...] traduz-se na observação do mundo pelo qual algo se concretiza, definindo-se numa existência”, visto que “[...] são os modos de ação das crenças que permitem, de um lado, conhecê-las e, de outro, distingui-las” (Ibri, 2015, p. 144). Nessa perspectiva, “o mundo interior somente parece ser cognoscível pela maneira pela qual se torna existente em alguma pluralidade de atos”, ou seja, o processo de cognição é um processo evolutivo, por isso “[...] requer sempre um universo experimental que possa estabelecer o significado e a veracidade de uma concepção, conquanto falíveis e sujeitos a um mecanismo corretivo imposto pela própria experiência” (Ibri, 2015, p. 144-145).

Tais aspectos estão alinhados à constituição de um conceito, pois “[...] a totalidade das consequências experienciáveis de um conceito é o próprio conceito, à semelhança de que o ser de uma substância identifica-se com a totalidade de sua manifestação fenomênica” (Ibri, 2015, p. 152), desse modo a experiência forja o conceito como sujeito do pensamento, visto que “o que é real se põe diante da mente como cognoscível” (Ibri, 2015, p. 153).

Por conseguinte, “entre o que a mente humana cria na sua interioridade e o que de fato descobre na exterioridade, está a passagem necessária pela alteridade da experiência; aquele elemento capaz de negar e corrigir a falsa representação” (Ibri, 2015, p. 155). Em aspectos lógicos, tem-se que a “[...] transição entre a criação e descoberta tem sua condição de possibilidade num universo experiencial que esculpe a forma real do conceito na representação do universo possível da mera imaginação” (Ibri, 2015, p. 155).

Nesse cenário, o Pragmatismo, “[...] como uma regra lógica de matiz epistêmico, de determinação do teor de significação dos conceitos, aplica-se, também, a uma imbricação entre as categorias reais” (Ibri, 2015, p. 159). Além disso, “o transcurso temporal da experiência, na sua singularidade, induz à generalidade do conceito; a pluralidade de atos induz à cognição da potência” (Ibri, 2015, p. 159).

Frente a isso, a atuação do Pragmatismo é necessária. Por sua vez, o Pragmatismo é “[...] fundamentalmente uma teoria do conhecimento”, logo “qualquer pessoa que investigue o funcionamento da mente e a possibilidade do conhecimento deverá concordar com o pragmatismo em que, antes de mais nada, deve-se construir uma teoria do conhecimento” (Shook, 2002, p. 11).

Alguns pressupostos que regem o Pragmatismo são: a) “embora a experiência seja o fundamento do conhecimento, a mente transforma a experiência em objeto de conhecimento”; b) “a transformação da experiência visa a apaziguar a dúvida, etapa preparativa de uma ação com vistas a um fim específico”; c) “como a crença visa a uma crença prática, a transformação que ela faz da experiência é guiada pela atividade experimental”; e d) “o processo experimental de criar crenças sólidas pode ser logicamente avaliado com base em sua função de nos possibilitar prever confiavelmente e controlar o nosso ambiente” (Shook, 2002, p. 12).

O Pragmatismo é um método lógico de verificação do aumento da experiência e do conhecimento, portanto o Pragmatismo relaciona “[...] a verdade com a cognição, e isso ele faz por meio de um elo simples, que é o conceito de conhecimento”, por conseguinte, “se para que algo seja objeto de conhecimento, ele deve primeiro passar pelo processo de cognição” (Shook, 2002, p. 13).

O Pragmatismo é um método de inquirição, por isso além de ser fundamentado na lógica, está direcionado a evidenciar o conhecimento científico, visto que a inquirição não é uma crença, mas, sim, uma ação. Todavia, “o propósito da inquirição é uma crença que, sendo uma disposição para agir, causará ação do inquiridor quando ele ou ela forem propriamente estimulados” (De Waal, 2007, p. 37-38).

Os efeitos sob o Interpretante levam à semiose, consequentemente conferem a formação de hábitos. Nesse aspecto, toda concepção sobre esses efeitos é o todo de concepção sobre o objeto. Para Peirce (1994, não paginado, [CP 8.186], tradução livre):

O pragmatismo não tem ou não deveria ter pretensão alguma de lançar luz positiva sobre qualquer problema. É meramente uma máxima lógica para tirar

pó de pseudoproblemas e, assim, nos tornar capazes de discernir quais fatos pertinentes os fenômenos podem apresentar.

Sob a incidência do Pragmatismo, um conceito “[...] não é alguma experiência ou ato singular (essa sendo somente uma fase intermediária), mas como tais efeitos práticos contribuem para o desenvolvimento da razoabilidade do universo” (Peirce, 1994, não paginado, [CP 5.300], tradução livre). Assim, o Pragmatismo atua no comportamento que o hábito dispõe, emplacando método de inquirição em busca da verdade, assim efetivando o autocontrole, o ajuste e a ação deliberada.

Decorrente a toda essa implicatura de ciências para estudar o fenômeno e como este é representado e atua sobre os fins, evidencia-se a metafísica cuja proposta é procurar “[...] dar conta do universo da mente e da matéria”, por conseguinte a metafísica se baseia na fenomenologia e nas ciências normativas (Peirce, 1994, [CP 1.186], tradução livre).

A terceira grande divisão da arquitetura filosófica de Peirce trata da metafísica. Sendo assim, esta “[...] empenha-se em compreender a Realidade dos Fenômenos, tratando-se em sua terceiridade”, assim implicado nesse empenho, há “[...] o elemento de esforço já presente na investigação que caracteriza o proceder das Ciências Normativas”, assim há, em sua continuidade, um avanço da experiência para a compreensão, visto que não se trata mais de alcançar um fim, pois “[...] compreender o fenômeno não somente como aparece ou como interage determinando uma conduta, mas como ele seria em sua própria realidade, em seu próprio ser” (Silveira, 2003, p. 64).

Desse modo, “[...] a metafísica investiga o que é real, na medida em que esse real pode ser averiguado na experiência comum. É dela a tarefa de fazer a mediação entre a fenomenologia e as ciências normativas, desenvolvendo uma teoria da realidade” (Santaella, 1994, p. 114). A fenomenologia se apresenta para retratar a presença do sensível; as ciências normativas como processo que percebe o sensível materializado em um objeto atuam para representá-lo e mediá-lo a uma mente, por isso a lógica é o ponto chave; a metafísica trata da realidade em si, acima da compreensão, embora apenas realiza seu estudo se a razoabilidade se fizer presente.

Assim, pode-se entender que o empenho da metafísica como ciência pertencente à arquitetura filosófica peirceana é “[...] o de romper os limites que o próprio conhecimento impõe ao objeto e, portanto, só poderá se constituir em uma elaborada conjectura jamais testada na experiência” (Silveira, 2003, p. 64).

Ademais, “a metafísica é a ciência da Realidade. A realidade consiste na regularidade. Regularidade real é lei ativa. Lei ativa é razoabilidade eficiente ou, em outras palavras, é uma razoabilidade verdadeiramente razoável”, fator que demonstra o ápice da terceiridade, já que “Razoabilidade razoável é Terceiridade enquanto Terceiridade” (Peirce, 2017, p. 198).

Nesse aspecto, pode-se dividir a metafísica em dois fundamentos: a) Metafísica Geral ou Ontologia; b) Psíquica ou Religiosa, Metafísica, as quais se demonstram preocupadas com “[...] 1. Deus; 2. Liberdade; 3. Imortalidade”; c) Metafísica Física, que “[...] discute a verdadeira natureza do tempo, espaço, leis da natureza, matéria etc. (Peirce, 1994, [CP 1.192], tradução livre).

Sendo assim, Peirce (1994) enfatiza que “a mente funciona por causação final, e a causação final é a causação lógica”, assim tem-se a relação da sintaxe gramatical com a aplicação da lógica, e complementa: “[...] tudo nas ciências psíquicas é inferencial. Nem o menor fato sobre a mente pode ser percebido diretamente como psíquico. (Peirce, 1994, [CP 1.250], tradução livre).

Não obstante, “uma emoção é sentida diretamente como um estado corporal, ou então só é conhecida inferencialmente. Que uma coisa seja agradável parece à observação direta como um caráter de um objeto, e é apenas por inferência que ela se refere à mente” (Peirce, 1994, [CP 1.250], tradução livre), e é, por isso, que muito se faz necessária a intervenção da lógica.

Os elementos gerais e os fenômenos mentais são “[...] muito influenciados pela fenomenologia, pela lógica, pela metafísica e pela biologia (um ramo da física classificatória)”, além disso buscam classificar “[...] os produtos da mente e se esforçam para explicá-los em princípios psicológicos”, desse modo “[...] a energia psíquica descritiva se esforça, em primeiro lugar, para descrever manifestações individuais da mente, sejam elas obras ou ações permanentes; e a essa tarefa junta-se a de tentar explicá-los sobre os princípios da psicologia e da etnologia” (Peirce, 1994, [CP 1.189], tradução livre).

Por fim, evidenciou-se que as três grandes divisões da arquitetura filosófica apresentada por Pierce estão inter-relacionadas a fim de contemplar o fenômeno, investigar as leis universais com relação a seus fins e empenhar-se a compreender a realidade conforme lhe parece. Assim, é importante reafirmar que a fenomenologia se trata da divisão basilar, ou seja, é o alicerce de toda essa arquitetura, por isso o

entendimento sobre os conteúdos é constituído a partir da primeiridade, secundidade e terceiridade.

Nessa linha, Pierce (2017, p. 198) aponta que “A Fenomenologia trata das Qualidades universais dos Fenômenos em seu caráter fenomenal imediato, neles mesmos enquanto fenômenos. Destarte, trata dos Fenômenos em sua Primeiridade”; por sua vez, “a Ciência Normativa trata das leis da relação dos fenômenos com os fins; isto é, trata dos Fenômenos em sua Secundidade”. Por fim, “A Metafísica [...] trata dos Fenômenos em sua Terceiridade” (Peirce, 2017, p. 198).

3.2 Semiótica e o discurso: percurso gerativo e o plano da expressão

A semiótica de linha francesa ganha dimensão teórica e epistemológica com os apontamentos do lituano Algirdas Julius Greimas (1917-1992). De fato, trata-se de um seguimento advindo dos apontamentos teóricos de Ferdinand de Saussure sobre o signo, por conseguinte sobre a linguagem e os aspectos que envolvem o sentido. Somado a isso, a semiótica francesa se posiciona como continuidade dos aspectos explorados por Louis Hjelmslev (1899-1965), em destaque, o plano da expressão e o plano do conteúdo e como a correlação desses planos formatariam uma semiótica, ou seja, a transformação na significação.

Greimas também se aproximou dos estudos de Bernard Pottier a fim de aprofundar os debates acerca da semântica, com o fito de apontar estratégias para tratar o plano do conteúdo. Nessa abordagem, evidenciam-se os fundamentos do sentido, o qual é constituído por semas. Os semas, por sua vez, são marcadores de traços semânticos mínimos, ou seja, indica que determinado signo, denominado de lexema, possui uma quantidade de traços mínimos semânticos, descartando tantos outros, assim efetivando sua característica semântica como palavra (Greimas, 1976).

Nesse aspecto, Greimas e Courtés (2016, p. 283) apontam que “[...] os morfemas lexicais são frequentemente denominados **lexemas** [...]”. Ademais, “[...] se o lexema, enquanto signo, possui um formante que o delimita no plano da expressão, o conteúdo do lexema (ou da palavra, em sentido corrente) não é autônomo”, visto que sua composição está direcionada aos elementos morfológicos e não à explanação discursiva, o que lhe confere uma composição semântica derivada de uma somatória de semas que é manifestante, porém não realizada, “[...] porque o enunciado constitui

um todo de significação que não se reduz à soma de suas partes-lexema” (Greimas; Courtés, 2016, p. 283).

Além disso, conforme a aplicabilidade em determinados seguimentos, esse conjunto de semas, denominado de classema, efetivavam o que seria o semema, isto é, o signo adequado para representar determinada função semântica de acordo com a aplicação da informação manifestada no discurso (Greimas, 1976).

Por **semema** entende-se como “a unidade de significação”, ou ainda corresponde “[...] àquilo que a linguagem ordinária entende por acepção, sentido particular de uma palavra” (Greimas; Courtés, 2016, p. 441). Ademais, Greimas e Courtés (2016, p. 442) apontam:

A distinção feita dessa forma entre o lexema (ligado a seu formante) e o semema (unidade que resulta da articulação do plano do conteúdo), libera a análise semântica das coerções do signo e permite encontrar, sob revestimentos lexemáticos diferentes, conteúdos semânticos similares ou comparáveis. Precisando de antemão o nível de análise que se considera pertinente e operando a suspensão das oposições sêmicas julgadas não pertinentes, chegar-se-á a passar da parassinonímia dos sememas ao reconhecimento de sua sinonímia, e a constituir, assim, classe de sememas (ou de sememas construídos) que reúnem bom número de sememas-ocorrências dispersos no discurso e pertencentes a lexemas diferentes (Greimas; Courtés, 2016, p. 442).

Também é válido destacar que Greimas revisitou os formalistas em busca de caminhos para tratar do conteúdo sem precisar ficar refém da expressão. Além disso, inclinou-se aos gerativistas, porém os modelos cognitivos não foram suficientes para lhe convencer de que a significação mereceria um lugar nas discussões sobre a semiose, a qual, portanto, acessava-se através da comunhão entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, como resultado de uma semiótica.

Frente a todo esse arsenal teórico, Greimas propõe um modelo semiótico, algo que deixaria para trás as dependências da semiologia e se aprofundaria na lógica e em processos modais e axiológicos para alcançar o sentido. Com isso, materializa-se “[...] sua gramática e os conceitos fundadores como isotopia, percurso gerativo, imanência de sentido”, somado ao quadrado semiótico (Zilberberg, 2006, p. 11).

Ademais, a manifestação do sentido no enunciado, em forma de uma sequência narrativa, projeta elementos de sentido na enunciação e no discurso, sendo assim “[...] a manifestação é pensada a partir da imanência ou a semântica, a partir da sintaxe”, desse modo conjugada com uma modelização, isto é, “[...] o modelo dá conta da continuidade e da gradualidade semânticas e, dado que o sentido nada mais é que sua exfoliação, é necessário dispor de um percurso gerativo que presentifique

as origens”, sendo complementado por tipos de mecanismo que “[...] organize a superposição de camadas exigida pelo imaginário” (Zilberberg, 2006, p. 13).

A semiótica greimasiana avançou acerca da concepção de plano da expressão e plano do conteúdo. Dessa forma, “o par expressão-conteúdo permite introduzir a função semiótica e, em suma, o que se deve buscar, ou seja, a maneira pela qual a forma da expressão e a do conteúdo juntam-se [...] delimitam-se incessante e mutuamente” (Zilberberg, 2006, p. 99). Ainda, “o par forma-substância permite testar e avaliar o que foi encontrado, ou seja, precisamente essa identidade entre forma do conteúdo e a forma da expressão; essa concordância valida os resultados obtidos e contribui para sua objetivação” (Zilberberg, 2006, p. 99).

Esse avanço para a constituição do percurso narrativo apresenta uma nova opção de tratamento da expressão, visto que na linha hjelmsleviana a expressão estaria voltada para os femas e o conteúdo para os semas. Nesse aspecto, “[...] permitiu compreender que os signos não implicitavam apenas figuras [...], mas igualmente enunciados modais e narrativos” (Zilberberg, 2006, p. 102). Assim, ampliava-se a análise, não mais presa ao signo, mas, sim, na composição dos elementos modais e narrativos.

O signo deixou de ser analisado em si, passou a ser analisado pela sua presença na estrutura narrativa, ou seja, “[...] pela narratividade, o signo se tornava – na acepção geológica do vocábulo – um acidente”, portanto “[...] livrando-se da tirania do signo, a semiótica abria para si o campo do discurso” (Zilberberg, 2006, 102).

Importante destacar que enquanto o signo para a semiótica peirceana é elemento lógico que está no lugar do objeto e afeta uma mente, garantindo-lhe a representação e a mediação conforme a experiência. Na semiótica greimasiana, o signo é tratado como linguístico, portanto não apresenta a mesma acepção proposta por Peirce, ou seja, para a semiótica francesa o signo é elemento mínimo que articula o significado e permite acessar o sentido decorrente da tramitação lexema x semema, assim, ao ser analisado no bojo do discurso ganha pluralidade devido aos fatores de isotopia, o que permite, inserido em um percurso gerativo, alcançar a significação.

Portanto, trata-se de semióticas cujos objetivos são bastante distintos, embora possuam ponto de contato, em detalhe o signo como objeto central. Todavia, enquanto a semiótica peirceana está voltada para a compreensão dos fenômenos e dos objetos e como estes ocupam seus lugares no mundo e como uma mente, ao ser afetada,

aprende; a semiótica francesa está preocupada com a construção do discurso e como os aspectos socioculturais do simbólico se configuram.

Além do signo, as duas vertentes da semiótica também se interessam pela maneira como o signo age no processo de cognição, tendo como recurso central dessa discussão a semiose. A semiose também é um conceito que aparece nas duas semióticas, entretanto sua constituição é divergente, ou seja, para a semiótica peirceana, a semiose é resultante da correlação entre a tríade *representamen*-objeto-interpretante, o que possibilita a atualização do hábito; por sua vez, na semiótica francesa, a semiose é resultado da correlação entre plano da expressão e plano do conteúdo, o que promove a significação.

Em seu conjunto teórico, a semiótica greimasiana também voltou suas preocupações para a sintaxe. Dessa maneira, houve a influência dos trabalhos de Vladimir Propp direcionados à análise dos contos russos. Assim, destacam-se as adequações e as funções das personagens e como se comportavam na construção da esfera da ação (Zilberberg, 2006). Desse modo, o que tange à constituição paradigmática, as personagens se apresentavam como uma família associativa, ou seja, a construção das funções era norteadas pela *decomponibilidade* e *comparabilidade* (Zilberberg, 2006).

Já o que se voltava para a constituição sintagmática, há a relação conjuntiva, cuja função é estabelecer a situação no relato. Com isso, apresenta-se a concatenação do conto. Esses fatores levam a entender que a estruturação perpassa pela sintaxe e por sua relação do léxico, isto é, “se a sintaxe é autônoma e se a relação da sintaxe ao léxico é a de uma classe finita de funções a uma classe menos finita, a relação que se estabelece é, sabemos, uma relação modal (ou de recção) em que a primeira é preponderante” (Zilberberg, 2006, p. 105). Essas considerações demonstram caminhos utilizados a fim de promover uma teoria que tratasse do enunciado.

De todo modo, Greimas evita se agarrar à ideia de estratificação do texto, por conseguinte há dois conceitos importantes para efetivar o tratamento do sentido: a imanência e a geratividade. A **imanência** é um conceito que também é extraído das fundamentações hjelmsleviana, em que há a indicação de que os fatores de imanência são responsáveis pela sustentação do sentido que se produz no texto; já a **geratividade** está atrelada ao gerativismo, termo emprestado da produção linguísticas de Noam Chomsky. Desse modo, esse conceito se ajusta a composição

sistemática dos modais e se efetiva como conjunto de redes em expansão” (Zilberberg, 2006).

Somado a isso, sob aspectos que influem a coerência decorrem os conceitos de isotopia, narratividade e de valor. Por **isotopia** entende-se uma continuidade, logo aufere a identidade, ou melhor, “[...] a identidade de cada unidade dependerá de sua repetição, como se para advir fosse necessário retornar, como se ser fosse preciso rimar, como se apenas o ato respondesse ao ser” (Zilberberg, 2006, p. 119).

Nessa linha, “[...] o sema e a isotopia constituem a versão, intensa e extensa respectivamente, de um mesmo dado – seja do conteúdo, seja da expressão”, dessa forma “o sema concentra a significação, a isotopia a difunde: reciprocidade indispensável, que seria banal se cultivássemos o hábito de considerar que o mérito de um conceito varia na razão direta de sua flexibilidade” (Zilberberg, 2006, p. 120).

Sobre a narratividade, esta “[...] adquire estatuto de constante geral da produção da significação”, por conseguinte “[...] os pressupostos imanentes ressurgem na manifestação para predicar os pressupostos que eles controlam e, nesse sentido, a narratividade vem predicar, no percurso gerativo, tanto a semântica como a sintaxe” (Zilberberg, 2006, p. 121). Consequentemente, “[...] as estruturas semionarrativas regem, dirigem, controlam, de modo expressivo, as estruturas discursivas” (Zilberberg, 2006, p. 121).

Essa situação demonstra como a conexão entre as esferas do texto são íntimas, visto que:

Se considerarmos que as estruturas discursivas concernem à instância da enunciação e que essa instância suprema é dominada pelo enunciador, produtor dos enunciados narrativos, as estruturas semionarrativas aparecerão, nesse caso, subordinadas às estruturas discursivas, como o produto ao processo produtor (Zilberberg, 2006, p. 121).

Além disso, é possível reconhecer “[...] nas estruturas narrativas profundas a instância suscetível de dar conta do aparecimento e da elaboração de qualquer significação”, as quais são “[...] suscetíveis de assumir não só as performances narrativas, como também de articular as diferentes formas de competência discursiva” (Zilberberg, 2006, p. 121). Com isso, a catálise garante a progressão, tendo em vista a sua condição de economia discursiva, concentrada na existência de um lexema.

Nesse aspecto, a catálise permite que o lexema seja potencial, pois dentre os seus traços semânticos, ou melhor, conforme os semas que compõe sua existência, há um percurso de atualização que permite acessar os diversos discursos já

realizados, assim a experiência conduz a atualização, possibilitando a intertextualidade e interdiscursividade. A catálise apenas se realiza quando ocorre a isotopia, por conseguinte lhe confere a presença do semema, como resistência e persistência, pois este lhe configura o lugar a se acomodar na cocriação do sentido.

O valor é uma situação “[...] dominada por uma clivagem, se não uma esquizia, entre valores-forma, sistemáticos e esquemáticos, e os valores-fim, ontológicos e fenomenológicos” (Zilberberg, 2006, p.122). Nesse propósito, destacam-se três tipos de semas: os semas figurativos (exteroceptivos); os semas abstratos (interoceptivos); semas tímicos (proprioceptivos).

Frente a essa correlação, “[...] o fato semiótico supõe a junção de um sema figurativo a um sema tímico: uma categoria semântica, representada com o auxílio do quadrado semiótico, corresponde ao estado neutro, descritivo, dos valores investidos” (Zilberberg, 2006, p. 123). Outrossim, no processo de correlação de semas, “[...] levando-se em conta seu modo de existência, dir-se-á que se trata, nesse nível, de valores virtuais” (Zilberberg, 2006, 123). Além disso, destaca-se que o valor é associado à presença no discurso, ou melhor, é na discursividade que o valor adere aos elementos sociais e prefigura o simbólico.

Dessa maneira, aponta Zilberberg (2006, p. 123) sobre os semas que “sua axiologização só aparece com o investimento complementar da categoria tímica, que conota como eufórica a dêixis positiva e como disfórica a dêixis negativa”. Assim sendo, frente a “[...] esta categoria de ordem proprioceptiva, o investimento tímico só é concebível na medida em que este ou aquele valor – articulado pelo quadrado – seja posto em relação com o sujeito” (Zilberberg, 2006, p. 123).

A semiótica francesa leva em consideração o sujeito, por conseguinte seu papel sociocultural frente a outros sujeitos. Diante disso, o valor tímico demarca a subjetividade, demonstrando como as reações se apresentam em sua constituição, logo os recursos modais são necessários para balizar a euforia e disforia e ponderar o papel das emoções na construção do sentido.

Já em relação aos semas abstratos interoceptivos, dois pares são apontados: relação/termo e objeto/processo, estes “[...] procedem evidentemente de instância cognitiva”, isto é, “[...] o primeiro par concerne a uma aspectualidade (figural) na mesma medida em que os termos, mas exatamente os funtivos, desenvolvem uma relação, uma função; o segundo, a uma intencionalidade” (Zilberberg, 2006, p. 125).

Diante disso, a aspectualização decorrente dos semas interoceptivos propicia a cognição, isto é, “servem de mediação entre o espaço difuso e numeroso das substâncias manifestantes – os semas figurativos – e o espaço estrito e finito das formas manifestadas – os semas tímicos” (Zilberberg, 2006, p. 125). Com isso, “tornam possível o próprio exercício do sentido”, portanto “os semas figurativos, organizados em microssistemas, encarregam-se do chamado mundo natural sob a dupla perspectiva da percepção (os estados de coisas) e da ação (dos acontecimentos”, por conseguinte “[...] esse mundo natural que pede e recebe seu sentido dos níveis que o precedem” (Zilberberg, 2006, p. 125).

A semiótica francesa coloca a cognição nesse espaço entre as emoções e as ações, pois requer percepção, reação, acomodação, assimilação para que ocorra a aplicação, a ressignificação e a compreensão, sendo todas somativas para a aprendizagem, ou a interpretação daquilo que se apresenta.

Sobre a relação dos semas, aponta-se que “[...] os semas tímicos, miticamente creditados à instância destinadora, são ora invocados por meio de um dever-fazer, ora convertidos num querer-fazer que investe um objeto de valor” (Zilberberg, 2006, p. 126). Por sua vez, os semas figurativos colaboram com “[...] a semiose ao fornecer aos níveis regentes o nível regido; mais ainda, tornam possível a simbolização e, entre os sistemas que os organizam, a metaforização recíproca” (Zilberberg, 2006, p. 126).

Esses aspectos demonstram o trabalho minucioso de Greimas para tratar do sentido e propor um avanço diante dos modelos, diante de si, propostos, os quais se apegavam ao significado e à unidade lexical. O processo de construção teórica para alcançar o percurso gerativo dialoga com muitas outras teorias em busca de encontrar as melhores condições para conduzir a análise. Além dos fatores instrumentais para identificar caminhos de acesso ao conteúdo, Greimas também se dedicou às fundamentações da importância do sentido para evidenciar o conteúdo.

Sendo assim, Greimas (1975, p. 13) afirma que “o homem vive num mundo significante. Para ele, o problema do sentido não se coloca, o sentido é colocado, se impõe como uma evidência, como um sentimento de compreensão absolutamente natural”. Por sua vez, a significação é a “[...] transposição de um nível de linguagem a outro, de uma linguagem a uma linguagem diferente, e o sentido é apenas esta possibilidade de transcodificação” (Greimas, 1975, p. 14).

Essas afirmações indicam o processo de transformação de uma linguagem em outra linguagem para se chegar à significação, ou seja, o sentido é responsável pela

transformação do signo, por isso requer um fundamento metalinguístico, enquanto a significação é resultante da transformação do sentido devido à incidência da metalinguagem.

Desse modo, “o fato da atividade metalinguística de transcodificação do sentido poder ser moral ou imoral, euforizante ou disforizante, é uma constatação que se deve reconhecer e remeter à problemática destes conteúdos” (Greimas, 1975, p. 13). Por conseguinte, a produção de sentido pode ser entendida como “[...] uma formação significativa, indiferente aos conteúdos que transforma”, portanto o sentido pode ser definido como “[...] a possibilidade de transformação do sentido” (Greimas, 1975, p. 15).

Nessa perspectiva, acresce que o sentido “[...] não significa apenas o que as palavras querem nos dizer, ele é também uma direção”, ou seja, trata-se de uma intencionalidade e de uma finalidade (Greimas, 1975, p. 15). Ademais, o sentido “[...] se identifica com o processo de atualização orientado que, como todo processo semiótico, é pressuposto por – e pressupõe – um sistema ou um programa, virtual ou realizado” (Greimas, 1975, p. 16).

A semiótica propõe para cognição recursos que efetivam a existência concreta daquilo que se descreve, pois a semiótica evidencia uma realidade a ser descrita, objetos que se encaixam nessa realidade e a ela dão sentido, portanto a descrição é recurso fundamental no processo semiótico, por isso a metalinguagem se apresenta com tamanha eficiência, visto que a realidade só é possível se há algo para se descrever.

Nesse sentido, a semiótica trabalha para evidenciar uma isotopia entre as dimensões do universo semântico e da realidade que se apresenta, por isso a conexão dos signos é importante para o reconhecimento da rede que se forma, garantindo uma homogeneidade na construção da descrição.

Diante disso, é válido destacar que “a denominação dos objetos não se faz unicamente em função do recorte externo, mas principalmente em função do recorte classificatório de uma dada língua” (Greimas, 1975, p. 23), por isso a semiótica se coloca próxima à realidade do mundo sensível, pois assim evidencia a presença das figuras que descrevem o mundo.

Desse modo, a descrição afirma a existência desses seres, de modo ontológico, demonstrando, através da descrição, suas características, seus atributos e, em que medida, correspondem a realidades físicas ou ficcionais, por conseguinte

oferecendo-lhes, através da língua, recursos para a construção das esferas narrativas e discursivas, através da aspectualização figurativa e temática.

Essas construções de realidades se afirmam, pois “a natureza e o homem se manifestam para nós sob a forma de signos que podem, pela mediação linguística, ser reunidos em conjuntos, recortados e reinterpretados como sistemas de relações” (Greimas, 1975, p. 32). Nessa mesma medida, as transformações dos fenômenos da natureza e das atividades humanas podem ser “[...] transcodificadas e denominadas, convertendo-se assim em descrições baseadas em unidades linguísticas com caráter discursivo” (Greimas, 1975, p. 32).

Nessa dimensão da discursivização, os processos semióticos são capazes de constituir os conceitos, pois o estatuto linguístico oferece condições de transformar os cenários, as ações e os objetos em fundamentos semânticos, ou seja, decorrente à descrição, a realidade é compreendida e simbolizada, portanto pode ser reduzida a programas linguísticos de complexidade cognitiva.

O plano da expressão não requer uma intervenção metalinguística, por isso “o sentido aparece sempre como um dado imediato, o que basta para o homem viver e agir num mundo signifiante” (Greimas, 1975, p. 36). A existência imediata do sentido permite “postular o paralelismo entre a expressão e o conteúdo, dando assim uma ideia aproximada do modo de existência e articulação da significação” (Greimas, 1975, p. 37). Somado a isso, é possível considerar o plano da expressão como “[...] sendo constituído de traços diferenciais, que são a condição da presença do sentido articulado e, conseqüentemente, instrumentos de apreciação da adequação dos modelos utilizados para a descrição do plano semântico” (Greimas, 1975, p. 37).

Frente a esse aspecto, deve-se destacar o processo da percepção, visto que é “[...] pelo qual o mundo manifestado é apreendido como mundo de qualidades sensíveis, pressupondo um sistema virtual correlacionado com o cérebro e estabelecendo a forma semiótica da expressão deste mundo” (Greimas, 1975, p. 42). Esses fatores efetivam a transcodificação, assim assinala que “[...] configurações inteiras do plano da expressão são transformadas em unidades e configurações do plano do conteúdo; tendo as mesmas características e as mesmas dimensões” (Greimas, 1975, p. 42).

Ademais, aponta-se que “a transformação da expressão em conteúdo considera como um processo que correlaciona dois sistemas virtuais”, os quais se apresentam no intento de um comandar “[...] o processo da percepção e o outro dá

conta da manifestação linguística da estrutura semântica” (Greimas, 1975, p. 42). A expressão se converte em conteúdo devido a vários fatores que se coadunam desde a formação morfológica até sua aplicabilidade em vias de discurso. A diferença é como esse conteúdo se apresenta, ou seja, esse conteúdo é oriundo dos fatores constituintes de um lexema, ou esse conteúdo se apresenta de modo complexo, modelizado pelos discursos.

Nessa ordem, entende-se que a linguagem é “[...] a conjunção de duas substâncias diferentes, ambas de natureza sensível (o plano da expressão e o plano do conteúdo)”, as quais se efetivam porque são “[...] articuladas em duas formas semióticas diferentes e transcodificadas de duas maneiras diferentes pela mediação da forma linguística”, ou seja, trata-se de um processo de mediação correlacionado com atividades psicológicas, ou melhor, cognitivas (Greimas, 1975, p. 43). O acesso ao plano do conteúdo complexo é possível devido a um conjunto de aspectos cognitivos que validam a experiência e a possibilidade de correlacionar discursos e efetivar inferências.

Diante disso, o plano da expressão deve ser compreendido como “[...] um pretexto necessário para a apreensão de um traço diferencial”, assim a atividade de apreensão do sensível deve “[...] ser interpretada como uma organização específica das categorias formais”, porém “sem pertencer à substância, a forma semiótica apenas a informa” (Greimas, 1975, p. 44).

Outrossim, é através do paralelismo entre as duas formas semióticas que é possível acessar a “[...] transformação progressiva das categorias da expressão em categorias do conteúdo”, visto que “[...] as categorias qualitativas do mundo exterior serão identificadas com as categorias sêmicas da estrutura semântica” (Greimas, 1975, p. 44). Desse modo, é consequente ao isomorfismo das formas semióticas, que a substância perpassa por um fenômeno de interiorização do mundo exterior.

Em busca da apresentação desses fenômenos de interiorização do mundo exterior através do embate entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, Greimas apresenta um modelo constitucional da significação, o qual enquadra o percurso gerativo do sentido.

O **percurso gerativo de sentido** é constituído de três estruturas: a estrutura fundamental, a estrutura narrativa e a estrutura discursiva. A estrutura fundamental do texto evidencia a relação lógica entre os elementos semânticos apresentados no texto. Esse modelo lógico efetiva-se em uma dinâmica operatória, denominada quadrado

semiótico. O quadrado semiótico é constituído por relações entre contrários, entre contraditórios e entre complementares, assim sistematiza uma organização responsável por demonstrar o mínimo de sentido sob o qual o texto se efetiva (Barros, 2010).

Nesse sentido, o conteúdo fundamental de um texto apresenta-se sob a forma de relações orientadas. Com isso, “a orientação das relações é a primeira condição da narratividade” (Barros, 2010, p. 78). Desse modo, o nível fundamental é a primeira etapa do percurso, trata-se da etapa mais simples e abstrata e, assim, “[...] a significação se apresenta como uma oposição semântica” (Barros, 2007, p. 188).

Diante disso, a oposição semântica se apresenta como uma categoria que se caracteriza por termos, os quais são “determinados pelas relações sensoriais do ser vivo com esses conteúdos e considerados atraentes ou eufóricos e repulsivos ou disfóricos”, além de serem “negados ou afirmados por operações de uma sintaxe elementar”, como também são, por fim, “representados e visualizados por meio de um modelo lógico de relações denominado quadrado semiótico” (Barros, 2007, p. 189).

Nesse aspecto, “[...] por meio de operações de negação e afirmação, a categoria fórica, euforia vs disforia, relaciona-se com a categoria tensiva, tensão vs relaxamento”, dessa maneira “[...] a sensação de euforia corresponde à passagem à continuidade do relaxamento, e a disforia, à passagem à descontinuidade ou separação tensa” (Barros, 2007, p. 190).

Somado a isso, Tatit (2007, p. 199) destaca que “[...] a passagem de um polo a outro da categoria jamais se dá diretamente. Um termo precisa ser negado para que o outro possa ser afirmado”, isso ocorre porque “[...] o ser vivo não se relaciona com essas categorias semânticas sem nelas imprimir sua marca sensível”. Isso ocorre porque em todo contexto, ou melhor, “[...] todo microuniverso semântico contém um índice axiológico, ou seja, é portador de valores considerados atraentes e repulsivos” (Tatit, 2007, p. 199).

A segunda estrutura é o nível narrativo pertencente ao percurso gerativo. O nível narrativo caracteriza-se por algumas etapas, que demonstram o programa narrativo: manipulação, competência e sanção. A manipulação é vista como “[...] um caso de sobremodalização entre dois actantes, o destinador e o destinatário-sujeito (em geral, o destinatário manipulado transforma-se automaticamente em sujeito da ação)” (Tatit, 2007, p. 191).

Ademais, a relação de manipulação está encenada em uma relação de fazer, ou seja, o destinador executa uma ação de fazer que visa à condição de o destinatário realizar um fazer. Além de fazer um segundo actante fazer é preciso testar e interferir nos aspectos de competência para que a ação seja realizada, ou seja, essa competência modal revela as tratativas da trama, ou seja, o sujeito da ação “[...] precisa querer (ou achar que deve), saber e poder desempenhar esse papel ativo” (Tatit, 2007, p. 191), ou seja, um fazer-fazer somado a um fazer-querer gera um querer-fazer.

A manipulação interfere na condição emotiva do sujeito acerca do querer fazer (sedução) e do dever fazer (tentação), como também interfere na condição de ação do sujeito, apontando um querer fazer (provocação), ou seja, quer responder à ação, como ainda aponta um dever fazer (intimidação), isto é, deve realizar a ação sob algum tipo de ameaça (Tatit, 2007). Nesse sentido, a manipulação afeta acerca das emoções e das ações sobre o querer e o dever.

Esse processo afeta a constituição passional do sujeito, visto que este “[...] sofre o efeito das ações anteriores que de algum modo o imobilizam pragmaticamente, na mesma em que estimulam do ponto de vista sensível e afetivo”, por conseguinte “[...] esse sujeito responde modalmente aos processos que o levam à perda ou à re aquisição do objeto” (Tatit, 2007, p. 193). Desse modo, “[...] a espera fiduciária (baseada na confiança) é o conceito por excelência que está na base das operações intersubjetivas que regulam o universo passional do sujeito” (Tatit, 2007, p. 193).

A sanção promove a decisão sobre o valor dos valores, ou seja, “para proceder ao julgamento, o destinador deve confrontar o seu saber a respeito do percurso do sujeito destinatário com o critério de verdade decorrente dos acordos estabelecidos entre os actantes” (Tatit, 2007, p. 195).

Frente a esses fatores presentes no nível narrativo, manifestam-se figuras e temas que direcionam a composição do terceiro nível, a estrutura discursiva. Uma concepção importante para realizar essa transição é a isotopia. A isotopia é “[...] um processo de construção de sentido na dimensão sintagmática do texto oriundo de uma espécie de controle que os sememas das palavras empregadas exercem uns sobre os outros” (Tatit, 2007, p. 195).

No nível discursivo, consoante Barros (2007, p. 193), “[...] a narrativa vai ser colocada no tempo e no espaço, os sujeitos, os objetos, os destinadores e os destinatários da narrativa”, por conseguinte os actantes tornam-se sujeitos do

discurso, assim “[...] os valores dos objetos vão ser disseminados como temas e transformados, sensorialmente, em figuras”. Diante disso, temas manifestados no texto vão surgindo através das figuras que compõe o cenário da narrativa, assim permitindo evidenciar fatores de intertextualidade e interdiscursividade graças à atuação da isotopia.

O percurso gerativo de sentido dedicou-se a desenvolver e a apresentar um modelo semiótico que explorasse caminhos para tratar do conteúdo, defendendo a premissa de que o discurso é, de fato, o espaço do conteúdo. Todavia, o percurso gerativo do sentido não se desdobrou ao impacto e influência da expressão, tratando-a como elemento do sensível, sintetizado em temas e figuras e validado pelo arranjo da isotopia.

No entanto, os estudos semióticos avançaram e o plano da expressão ganhou destaque como recurso semiótico que vai para além dos temas, ou como algo que constitui a formação das alegorias, as quais seriam apenas enfeites para se chegar ao conteúdo. Com o tempo, estudos de Jean-Marie Floch e Jacques Fontanille apresentaram novas concepções sobre o impacto do plano da expressão para o sentido, consequentemente assumindo um papel importante no processo para se chegar à significação.

Por seu turno, um dos discípulos de Greimas, especificadamente Jean-Marie Floch, diante do objetivo de desenvolver uma disciplina-objeto que valesse como um desdobramento da semiótica francesa, apresenta propostas para edificar a denominada semiótica plástica, a qual desdobraria suas atividades sobre a análise de sentido decorrente ao plano da expressão, assim correlacionar o visível e o inteligível.

Para Floch (1985, p.11, tradução livre), os procedimentos inerentes à semiótica plástica podem ser vistos como “[...] um encontro entre vários objetos dos sentidos visuais e uma teoria, a teoria semiótica, que os aborda e os informa de acordo com suas hipóteses e seus procedimentos”. Nessa linha, Floch (1985) evidencia a possibilidade de explorar os sentidos e promover, através do plástico, da estesia e da expressão, observações importantes sobre aquilo que o sensível oferece como sentido.

Sob esse aspecto, a semiótica plástica reconhece o signo como uma ocorrência textual, como resultado de um processo, em que a produção do sentido é complexa, pois seguem etapas de produção que remetem à geração de sentido como qualquer

outro tipo de texto, desse modo o signo não atua sozinho, mas, sim, está inserido em um todo cultural e constitui um discurso social que viabiliza a sua existência.

Floch (1985, p. 12, tradução livre) aponta que “[...] a própria iconicidade acabará por ser definida como a produção de um efeito de sentido de realidade, característico não de tal linguagem ou de tal signo, mas de um certo tipo de discurso que explora conotações sociais”, principalmente pelo uso corriqueiro da catálise como forma que compõe o sensível e recupera a substância. Outrossim, destaca-se que “[...] os elementos plásticos fazem parte de um conjunto de estratégias que remontam a uma conduta cultural”, visto que determina o que uma certa sociedade “[...] pensa de suas diferentes linguagens em termos de suas respectivas relações com a realidade” (Floch, 1985, p. 12, tradução livre).

Nesse aspecto, reconhecem-se estratégias que perpassam a instrumentos do reconhecimento do sensível e, assim, é possível estabelecer categorias, além de efetivar essas categorias através de elementos contrastantes, como os aspectos cromáticos, eidéticos e topológicos (Floch, 1985). Esses aspectos podem ser reconhecidos através do plano da expressão, possibilitando análises a partir de elementos comparativos, como também direciona a composição discursiva decorrente das figuras e temas que constituem a isotopia.

Em outra perspectiva acerca dos avanços da semiótica francesa, outro discípulo de Greimas, Jacques Fontanille, apresentou uma abordagem para tratar da significação e do discurso, denominada percurso gerativo da significação, a qual defende que o conteúdo é acessado devido aos níveis de imanência presentes no plano da expressão.

Diante disso, Fontanille apresenta um conjunto de procedimentos para explorar os níveis de pertinência do texto, os quais conduzem a uma análise mais detalhada dos elementos que compõem o discurso. Desse modo, essa teoria apresentada é denominada práticas semióticas, as quais evidenciam o *ethos* discursivo, que se constrói mediante às formas de vida e, assim, se estabelece a semiótica discursiva.

Sob esses aspectos semióticos, o sentido manifestado é aquele reconhecido, estabelecido, estabilizado, por isso caracteriza-se como realizado, pois o percurso semiótico já chegou a um resultado, isto é, a uma semiose, ou seja, em relação ao processo de representação, o texto é ao mesmo tempo enunciado (informação), suporte (objeto) e veículo (enunciados, enunciação e discursos), produzido a partir de regras internalizadas, isto é, uma práxis específica de um campo.

Por sua vez, na abordagem semiótica sobre o sentido manifestante e realizante, exige-se percepção, sensações, fatores sensíveis na configuração específica do sentido e da significação que ocorrem no texto, além de fundamentos como a intencionalidade, a cognição e o contexto social, que revelam as marcas do conhecimento predominante, ou seja, essa esfera da enunciação e do discurso, que muitas vezes é ignorada em uma leitura condicionada àquilo que já é padrão e esperado.

Nessa perspectiva, uma leitura atenta ao sentido manifestante pode oferecer, através das práticas semióticas, mais e melhores insumos informacionais para que a representação dos discursos presentes no texto seja mais ampla, plural, democrática e permita a correlação interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, além de demonstrar o percurso de construção do conhecimento, como suas bases teóricas, argumentativas, metodológicas, epistemológicas, além do fundamento terminológico, atendendo a demanda atual referente a diversos tipos de usuários, inclusive aqueles que estão sendo introduzidos ou se caracterizam como um curioso sobre o assunto.

É nesse tipo de percepção, no sensível, que se reconhece que o texto também traz informações de outros domínios científicos ou de domínios culturais, através da intertextualidade e da interdiscursividade, os quais são detentores de discursos fragilizados, apagados, esquecidos ou marginalizados, mesmo porque a possibilidade de haver muitos mais elementos não explorados nos níveis de imanência é grande, pois normas, políticas e protocolos delimitam a práxis, conseqüentemente, a significação, que, potencialmente, pode revelar muito mais detalhes sobre a informação presente em um texto.

Assim, pode-se considerar a **significação** “[...] não como dependente apenas do texto, do enunciado, mas decorrente de dados extralinguísticos”, além das nuances de representação da realidade, também é possível analisar noções de precondições da significação: “[...] valências, estesias, protensividade e devir, afeto, andamento, espaço tensivo, práxis enunciativa, modos de presença, interações e níveis de pertinência”, sendo este último marcado pelas “[...] práticas, estratégias, formas de vida e cultura” (Diniz; Portela, 2008, p. 12).

Outrossim, entende-se por significação o processo “[...] suscetível de designar ora o fazer (a significação como processo), ora o estado (aquilo que é significado)”, ou seja, pode ser compreendida quer como “produção do sentido”, quer como “sentido produzido”, além disso a significação pode estar reservada “[...] para aquilo que nos

parece essencial, ou seja, para a diferença – para a produção e para a apreensão dos desvios [...]”, como ainda deve-se reconhecer que a significação é apreendida como objeto cognoscível, portanto a significação só é percebida e apreendida no momento de sua manipulação (Greimas; Courtés, 2016, p. 459).

Para tratar da significação sob o viés das práticas semióticas, dois fundamentos são necessário para a articulação do sentido: o **princípio de imanência**, fundamental para promover a análise de todos elementos que se relacionam na composição da esfera analisada, recriando semanticamente aquilo que converge e se conecta, partindo da forma para revelar a significação de seu conteúdo; e os **níveis de pertinência**, os níveis que sistematizam a prática semiótica em seis estágios, os quais partem do signo em sua concepção inicial como tema e figura, até alcançar as formas de vida, conjunto de fundamentos simbólicos que evidenciam a simbologia por trás de atos, condutas e experiências ao lidar com as coisas do mundo, fator constituído através dos objetos e cenas práticas, cuja perspectiva é revelar o fazer semiótica e a significação nessa interação. Com isso, esses fatores retratam a atuação das práticas semióticas sob um viés organizado e metodológico, fator importante no tratamento daquilo que nem sempre é material.

O princípio de imanência pode ser compreendido como uma análise modalizadora, lógica, em busca da compreensão de fatores metodológicos. Entretanto, é importante compreender que o princípio de imanência não equivale a uma análise comum, ou seja, é este princípio que permite a existência de uma teoria narrativa, esquematizada, da qual se extrai os elementos predicativos e modais, além das paixões, em condições de serem mensurada pela semiose e não apenas tratada como fatores psicológicos, portanto no princípio de imanência, “[...] perfila-se uma hipótese forte e produtiva, segundo a qual a própria práxis semiótica (a enunciação em ato) desenvolve uma atividade de esquematização, uma metasemiótica interna, pela qual podemos apreender o sentido” (Fontanille, 2008a, p. 18).

Dessa maneira, pode-se entender como plano de imanência:

A imanência é o princípio que permite definir o campo de dependências daquilo que deve dar conta em análise semiótica. Esse campo é limitado, pois somente admite dependências homogêneas; assim se pode dizer que forma um plano de imanência. Porém, para dar conta de um fenômeno semiótico qualquer, pode ser necessário levar em conta dependências que não são homogêneas; trata-se, então, de vários planos de imanência. A noção de plano, neste caso, faz eco das noções de plano da expressão e plano de conteúdo, de sorte que todo plano de imanência deve comportar, ao final das análises, os dois planos de uma semiose. Mas geralmente, a noção de plano implica uma

representação estratificada da existência em geral e da existência semiótica em particular (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre).

Dessa maneira, é justamente essa necessidade de relacionar as dependências de níveis de imanência diferentes que os níveis de pertinência ganham força e importância. Os níveis de pertinência são o cerne do percurso gerativo da expressão e são constituídos por níveis hierárquicos, os quais são denominados de signo-figura; textos-enunciados; objetos e suportes; cenas predicativas ou cenas práticas; estratégias e formas de vida (Fontanille, 2008a). Nessa linha, ganha destaque a semiótica dos objetos, os quais ao serem inseridos nos níveis de pertinência, devem ser analisados sobre seus alinhamentos com a imanência, isto é, o próprio princípio de imanência e a fixação dos seus limites.

As práticas semióticas podem ser organizadas consoante os níveis de pertinência conforme o seguinte quadro:

Quadro 7 – Percurso gerativo do plano da expressão

TIPO DE EXPERIÊNCIA	INSTÂNCIAS FORMAIS	INSTÂNCIAS MATERIAIS
(1) Figuratividade	<i>Figuras-signos</i>	Propriedades sensíveis e materiais das figuras
(2) Interpretação	<i>Textos-enunciados</i>	Propriedades sensíveis e materiais dos textos
(3) Corporeidade	<i>Objetos</i>	Propriedades sensíveis e materiais dos objetos
(4) Prática	<i>Cenas predicativas</i>	Propriedades sensíveis e materiais das cenas
(5) Conjuntura	<i>Estratégias</i>	Propriedades sensíveis e materiais das estratégias
(6) Ethos e comportamento	<i>Formas de vida</i>	Propriedades sensíveis e materiais das formas de vida

Fonte: Fontanille, 2008a.

Frente a isso, pode-se entender que os níveis de pertinência e os planos de imanência se estabelecem da seguinte forma: inicia-se pelas unidades mínimas – signos e figuras – que se estabelecem como “[...] os formantes e os traços distintivos”, ou seja, “o conjunto significativo”; já o segundo nível se caracteriza como texto-enunciado, “[...] cujos elementos constitutivos são as figuras e as configurações” (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre).

Além disso, mostram ser importantes para “[...] captar uma totalidade que se oferece como um conjunto composto de figuras, na forma material de dados textuais (verbais ou não-verbais)”, em que se configura a aspectualização do texto e sua organização semântica, mais do que apenas reconhecer a disposição de signos no enunciado, é uma disposição “[...] que se possa interpretar: não se trata mais de identificar e reconhecer, mas de atribuir um sentido significativo, uma intencionalidade” (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre).

Ademais, o texto-enunciado se configura como uma rede de isotopias, as quais garantem uma extensão de significação. Logo, um texto-enunciado “[...] é um grupo de figuras semióticas organizadas em conjunto homogêneo graças à sua disposição sobre um mesmo suporte ou veículo” (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre). Sendo assim, o nível superior se caracteriza por ser um suporte de inscrição, o qual promoverá como experiência referente ao fenômeno como um corpo-objeto.

Nessa perspectiva, entende-se que os objetos “[...] são estruturas materiais tridimensionais, dotadas de uma morfologia, de uma funcionalidade e de uma forma exterior identificável, cujo conjunto está destinado a um uso ou a uma prática mais ou menos especializada” (Fontanille, 2016, não paginado, tradução nossa).

A relação com o objeto, sua manipulação, tratamento, representação, assim como sua função de suporte e veículo informacional promove um outro tipo de experiência, portanto um outro tipo de significação. Essa relação da experiência com o corpo-objeto se converte em formas de expressão, consequentemente sua morfologia se estabelece de duas formas: a forma sintagmática e a substância material, a qual “[...] permite cumprir um papel actancial ou modal nas práticas e no nível de pertinência superior” (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre).

Portanto, ainda que os objetos sejam percebidos e captados por suas características materiais e sua relação de sensibilidade, “[...] seu funcionamento semiótico é inseparável tanto no nível de pertinência inferior (textos-enunciados),

como do nível de pertinência superior, o das práticas” (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre).

Em se tratando das práticas, de cenas práticas, entende-se que se trata de uma situação semiótica cuja atuação está atrelada à reunião de elementos, em uma configuração heterogênea, capazes de promover interações comunicativas a partir da interpretação e produção da significação, deixando claro que esses elementos não são o contexto, mas sim o entorno, uma situação, um tipo de conjunto significativo, porém diferente do texto, por isso está em outro nível de pertinência.

Nessa linha, a análise exige a experiência com o objeto, fator que pode ser compreendido de duas maneiras: a) “[...] como a experiência de uma interação com um texto, via seus suportes materiais”, assim essa interação evidencia a prática “[...] com um ou vários objetos” para a sua organização; b) “[...] como a experiência de ajuste entre várias interações paralelas, entre várias práticas, complementares ou concorrentes”, com isso evidencia-se o ato, a “enunciação em ato”, “semiose em ato”, significação em ato”, dessa forma reconhecendo as semiótica-objetos (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre).

Com isso, a atuação das práticas permite a interação de um nível superior, devido à sua acomodação ao tempo e ao espaço, além do ajuste, em uma composição sintagmática, de outras práticas, por conseguinte se caracterizam as estratégias. Diante de uma experiência de conjunturas e de ajustes entre as cenas práticas, a estratégia “[...] reúne práticas para formar novos conjuntos significantes, mais ou menos previsíveis (usos sociais, rituais, comportamentos complexos), seja por programação do recorrido e de suas intersecções, seja por ajuste em tempo real” (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre).

No último nível, formas de vida, é importante destacar a dinâmica dos outros níveis: “[...] signos e figuras, textos e imagens, e, sobretudo, várias categorias de objetos, por sua vez hierarquizados” (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre). Nessa linha, é importante evidenciar que cada um corresponde a “[...] uma cena predicativa típica, dotada de processos específicos (informar, orientar, prescrever, proibir, seduzir, persuadir etc.) e cada um se remete a uma prática identificável” (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre).

Somado a isso, destaca-se a importância da análise acerca da semiótica-objeto:

Uma semiótica-objeto é o resultado de uma semiose. O processo semiótico que conduz a relação de um plano de expressão com um plano de conteúdo tem como produto uma semiótica-objeto, a qual demanda uma análise contínua e, portanto, é posta em prática de todos os procedimentos semióticos previstos nesse caso: segmentação, dedução, catálise, busca de isotopias, construção de narrativa, passional e figurativa, e sobretudo, confrontação e relação com outras semióticas-objeto. Plano de imanência, semiose e semiótica-objeto funcionam com frequência, desde o ponto de vista da prática concreta de análise semiótica, como aproximativos parassinônimos, sempre que não se requeira distinguir o perímetro, o processo e o resultado da semiose (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre).

É diante dessa interação que se torna fundamental explorar os níveis de pertinência da significação. Assim, destaca-se que as práticas semióticas compreendem a três conjuntos:

O primeiro se realiza sob as definições das práticas situando-as nos planos de imanência da análise proposta, garantindo que a análise não seja descontínua (Fontanille, 2008a);

O segundo conjunto é marcado pela exploração da diversidade das práticas, as quais estão inseridas em um percurso gerativo, iniciando em signos-figuras e se estendendo até as formas de vida, a modo de comparação extrair progressivamente a organização específica em seu interior, ou seja, analisando o que é pertinente em cada nível (Fontanille, 2008a);

O terceiro conjunto se efetua por ser no qual se examinam as dimensões próprias do plano de imanência das práticas, ou seja, como se revelam os elementos que em sinergia estabelecem o processo de significação (Fontanille, 2008a).

As formas semióticas são resultadas da aplicação do princípio de imanência em cada nível gerativo de significação, consequentemente essa relação é responsável por estabelecer percursos de geração de experiências, sendo estas suscetíveis à evolução da significação, portanto responsáveis pela geração de semiótica-objetos, cada qual sendo avaliado em seu nível, mas podendo interagir com níveis inferiores e superiores (Fontanille, 2008a).

Somado a isso, explorar o texto é “propor uma operação gerativa de motivação entre as instâncias inferiores e superiores do percurso” (Portela, 2008, p. 100). É nessa linha que se constitui a instância superior $\{N+1\}$ a partir das “[...] propriedades sensíveis e materiais da sua instância inferior $\{N\}$ ”, ou seja, “[...] a instância formal das cenas predicativas constitui-se segundo as propriedades sensíveis da instância formal dos objetos, o que equivale a dizer que o tipo de experiência da corporeidade é que delimita a extensão do tipo de experiência prática” (Portela, 2008, p. 100).

Desse modo, é possível compreender que, se por um lado o tipo de edição de um livro não interfere na representação do conhecimento que ele oferece, há outras configurações nesse objeto que possam ser importantes para a sua representação, como a foto do autor na capa, ou seu nome em letras pequenas, conforme a sua relevância no mercado e nos interesses informacionais, ou ainda, reflexões do prefácio, ou construções argumentativas presentes no resumo, na introdução e ao decorrer de seus capítulos.

Por outro lado, se o artefato for de outra natureza, elementos da natureza do objeto podem ampliar a informatividade, pois há a consolidação da predicação através do “[...] percurso que sintagmatiza os níveis de pertinência de percurso gerativo da expressão” e é neste ponto que se tem efetivamente uma inovação, pois não se trata apenas “[...] da expressão em sentido restrito, identificada geralmente à manifestação material de um fenômeno, mas a expressão da manifestação semiótica, baseada na experiência de um sujeito senciente” (Portela, 2008, p. 100).

Nessa perspectiva, pode-se aplicar princípios modais (querer-fazer, saber-fazer, dever-fazer), como ainda (querer-crer, saber-crer, dever-crer) para resgatar os elementos isotópicos e caracterizar modos de vida, como comportamentos, cultura, crenças, marcas sociais, lugar de fala, elementos simbólicos que se revelam no discurso, através de análises semióticas, pois “[...] os mesmos critérios de identificação, os mesmos estilos e as mesmas atitudes modais e axiológicas funcionariam igualmente para outros ocorridos e em outros lugares heterogêneos e complexo” (Fontanille, 2016, não paginado, tradução livre).

O percurso gerativo da expressão demonstra alguns fatores importantes, como entender que a significação não é algo pronto ou uma coisa que possa ser entendida como limites na possibilidade de interpretação. Diferentemente, a significação potencializa caminhos de interpretação conforme a condução dos elementos que se efetivam dentro de uma semiótica-objeto mediante a análise de imanência e a evidência desses elementos conforme transita na análise dos níveis de pertinência.

Por seu turno, a compreensão acerca da construção de um universo socioletal se trata de “[...] um conjunto de discursos que rege as produções posteriores de novos discursos” (Portela; Schwartzmann, 2012, p. 72). Ainda, pode-se destacar que o “[...] gênero designa uma classe de discurso, reconhecível graças a critérios de natureza socioletal” (Greimas; Courtés, 2008, p. 228).

Nessa linha, o estudo de gênero perpassaria por uma taxionomia não científica, a qual dependeria de postulados ideológicos, estabelecida em propriedades formais, isto é, “[...] uma teoria que recorta o seu objeto a partir de um olhar cultural, sempre relativo” (Portela; Schwartzmann, 2012, p. 73). Diante disso, Fontanille (2012, não paginado, tradução livre) identifica que “[...] se se busca distinguir os gêneros entre eles, rapidamente percebe-se que as variáveis que lhes concernem mudam o tempo todo e, em particular, de nível de pertinência”.

Há uma proposta em descrever semioticamente o nível de pertinência e o plano (conteúdo e expressão) que caracterizam os elementos dos gêneros, por isso é necessário debater as diferenças na constituição de texto e de discurso, separando-os como duas grandezas, já que cada um possui aspectos próprios na configuração de sua execução e na configuração da significação.

Primeiramente, é preciso entender que “[...] tanto o discurso quanto o texto são frutos de um mesmo processo significante”, sendo assim não se trata de duas semióticas, mas sim modos de analisar o mesmo fenômeno por dois pontos de vista distintos (Portela; Schwartzmann, 2012, p. 75).

O texto pode ser entendido como a relação entre as dependências estruturais e as informações que estão fora dele, portanto é entendido como uma estrutura, já que estabelece um todo organizado de sentido, composto por procedimentos linguísticos; já o discurso se caracteriza pela conexão daquilo que se produz como discurso com a vinculação a um outro discurso, isto é, a configuração da realidade mediada por linguagem, “[...] um discurso não se constrói sobre a realidade, mas sempre outro discurso”, ou seja, a configuração discursiva se efetiva à base da ligação histórica entre discursos (Fiorin, 2012, p. 146).

Frente a isso, o discurso é visto como um objeto linguístico e histórico, o que leva a entender que “[...] é uma construção linguística gerada por um sistema de regras que define sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, que nem tudo é dizível”, somado ao fato de que é preciso possibilitar “[...] a análise de seu funcionamento frente à inscrição histórica” (Fiorin, 2012, p. 146). Com isso, pode-se evidenciar que a diferença entre texto e discurso é marcada pela ordem da imanência do texto, enquanto o discurso se destaca pela manifestação.

Além disso, é importante reforçar que tanto a imanência quanto a manifestação estabelecem índices de valores presentes na metalinguagem. Em suma, a manifestação “[...] é a presentificação da forma numa dada substância, o que significa

que o discurso é do plano do conteúdo, enquanto o texto é do plano da expressão” (Fiorin, 2012, p. 148).

Texto é “[...] aquilo que se dá a apreender, o conjunto dos fatos e dos fenômenos [...]”, ou seja, o texto “[...] resulta de um primeiro conjunto de operações – delimitação, segmentação, estabelecimento de dados – aplicadas ao fluxo contínuo da produção semiótica concreta” (Fontanille, 2019, p. 85). Ainda, inerente ao texto, é possível apontar “[...] a segmentação, a detecção das rupturas, das ligações e das transições”, fatores que possibilitam a identificação das figuras que se constituem na edificação do plano da expressão (Fontanille, 2019, p. 85).

Já o discurso é “[...] um conjunto de proposições organizadas; o discurso definido como o produto de uma enunciação [...]”, desse modo o discurso “[...] é uma instância de análise na qual a produção, isto é, a enunciação, não poderia ser dissociada de seu produto, o enunciado”, por isso que o discurso “[...] inventa incessantemente novas figuras [...]”, assim “[...] contribui para redirecionar e deformar o sistema que outros discursos haviam antes alimentado” (Fontanille, 2019, p. 86).

Somado a isso, pode-se dizer que o discurso “[...] é uma enunciação em ato e este ato é, primeiramente, um ato de presença: a instância de discurso não é autômato que exerce uma capacidade de linguagem, mas uma presença humana, um corpo sensível que se exprime” (Fontanille, 2019, p. 81), assim o discurso é capaz de esquematizar representações e experiências.

Ao pensar como a significação se estabelece nos planos do texto e do discurso, pode-se apontar que para o discurso há “[...] uma perspectiva que consiste na construção progressiva desde a construção de regras típicas do plano de conteúdo, das articulações mais simples até o todo de uma afirmação complexa”; já para o texto, a perspectiva proporciona a análise de regras de construção do plano da expressão, assim “[...] essas regras condicionam a formação de um conjunto significativo” (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre).

Com isso, constitui-se que essas duas perspectivas são aplicadas, estabelecidas, sistematizadas e organizadas pela enunciação, reunidas em um conjunto de “atos de significação” (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre). Diante disso, a significação que é proposta pelo discurso é marcada pela intencionalidade e coerência; já o texto dispõe de meios para que os aspectos de significação possam ser apreendidos, já que oferecem um conjunto de motivações figurativas (Fontanille, 2012).

O discurso garante, através da ideia de coerência, a unidade significativa, enquanto é no nível do texto que ocorre a polifonia, também podendo ser denominada de “pluri-isótopos” (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre). Porém, em uma análise que leva em consideração os processos textuais somados aos aspectos discursivos, os aspectos discursivos permitem controlar a polissemia, pois é possível “[...] conciliar a pluri-isotopia do texto com a coerência discursiva [...]” (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre).

O impasse semântico gerado pela polissemia e ambiguidade se torna um problema de sentido quando se estabelece diante da pluri-isotopia textual, no entanto a análise da enunciação possibilita aferir um significado estabilizado pela coabitação de várias coerências discursivas não só presentes em um texto, mas dialogando com tantos outros textos que evidenciam a intencionalidade discursiva. Portanto, a coerência e a coesão apresentam dimensões de negociação entre as perspectivas do discurso e do texto.

Desse modo, a coerência “[...] interessa a orientação intencional do discurso e dá conta de fazer que uma enunciação coloque a pluri-isotopia do texto sob o controle de apenas um universo de sentido” (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre). Com isso, possibilita-se uma compreensão universal mesmo com divergências informacionais, sobre as quais o conjunto de conceitos, aplicados como simulacros na enunciação em ato estabeleçam a congruência significativa, chegando aos conceitos que fundamentam a coabitação discursiva.

Para tanto, é preciso confrontar a construção de simulacros – situações de significação constituídos pela linguagem durante a práxis discursiva– com as valências – valores estabelecidos na constituição da enunciação, através de uma práxis enunciativa. Esses elementos determinados são valores propostos pelas valências percebidas por correlações em zonas extremas conjugadas através de esquemas de variação em que se obtêm graus fortes e graus fracos, que determinam as zonas extremas. Decorrente da energia em confronto, nessa correlação se definem os valores. Nessa linha, entende-se que “[...] o valor de uma posição depende, ao mesmo tempo, dos graus que a definem sobre os eixos de controle e do tipo de correlação (direta ou inversa) a qual a posição pertence” (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre).

Dessa maneira, como consequência, “[...] a distribuição obtida é específica a uma cultura ou a um discurso, já que depende das valências que foram selecionadas

em um discurso dado” (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre). Além disso, é importante destacar que a variação cultural é apreendida pela percepção, assim, à medida que se percebem os valores e as figuras discursivas, pode se estabelecer a seleção das valências.

Com isso, entende-se que o conjunto de termos específicos se encontram no nível do texto, enquanto é no discurso que se atinge o complexo de conceitos, todavia não é o conceito isolado que evidencia o conhecimento, por isso é preciso analisar a enunciação, responsável pela sistematização do fluxo informacional, a qual é constituída pela correlação do plano da expressão e do plano do conteúdo, que visam a representar práticas, objetos e formas de vida, já que é no discurso que esses elementos se realizam como conteúdo complexo.

Os conceitos reconhecidos são organizados em uma rede semântica ou disposição sintática, assim esses fatores proporcionam a enunciação em ato. Essa dinâmica proporciona uma práxis enunciativa, que é uma operação complexa de esquematização que parte da materialidade dos enunciados linguísticos, passa pela realização social de seus usos e chega a enunciados mais gerais que os condensam na forma de um jogo codificado de linguagem potencial (Portela, 2008, p. 107).

A correlação semântica entre os conceitos no nível discursivo, ou melhor, a somatória das diversas dinâmicas discursivas, que evidenciam as aspectualizações e isotopias, leva ao confronto com as valências, as quais são marcadas pelo posicionamento cultural e científico, quando não marcados ainda pela presença social, política e histórica.

Esses fatores são afetados por uma perspectiva pragmática da comunicação e operações que evidenciam “[...] o princípio de cooperação, o cálculo das implicaturas, o dialogismo, a polifonia [...]” (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre), os quais são responsáveis por efetuar uma “coenunciação dos discursos”, isto é, a colaboração de vários parceiros para a construção de uma significação legítima, plural, dinâmica, evitando procedimentos enviesados em que a estratégia esteja limitada à análise somente do nível textual.

Quando se fala em gênero é comum recuperar a ideia de que seja um “[...] conjunto de convenções que definem a forma, a extensão, o referente e as modalidades de sua representação, tais como os temas e as figuras” (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre). Assim, pode-se indicar que há níveis de pertinência que conduzem a sua classificação, já que os gêneros são definidos por “[...] conjuntos de

categorias gerais e constantes”, somado a isso evidencia-se a práxis enunciativa, estimulada pela participação em trocas culturais, por conseguinte há a formação das classes de textos e de discursos (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre).

Contudo, a formação de um gênero se realiza em contraste com outro, suas atribuições o caracterizam como tipo, o que é marcado por dinâmicas próprias e aspectos semióticos que se configuram em esquemas contínuos (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre). Frente a isso, uma teoria dos gêneros se realiza em uma consistência de elementos combinatórios em um sistema, que determinam seus esquemas e suas trocas de valor, dessa forma a práxis enunciativa se apoia em propriedades como “[...] estabilidade das categorias, esquematização do discurso, troca cultural e congruências locais e provisórias (Fontanille, 2012, não paginado, tradução livre).

Já o discurso é marcado pelas modalizações e atos de linguagem presentes na práxis enunciativa, ou seja, é “[...] uma enunciação – um conjunto de atos, de operações enunciativas – e, uma enunciação que decide sobre os valores e o que os manipula [...]”, conseqüentemente, “[...] o contrato de enunciação, os tipos de atos de linguagem requeridas, as modalizações dominantes por um ponto de vista pragmático” (Portela; Schwartzmann, 2012, p. 79). Somado a isso, há o fato de que “[...] as axiologias e as formas de evolução – os tipos de valores propostos, assim como as condições de sua atualização e de seu reconhecimento nos discursos” constituem o cenário de crenças, motivações, aptidões e efetuações (Portela; Schwartzmann, 2012, p. 79).

Essas modalizações são responsáveis por estabilizar os atos de linguagem ou o discurso e como afeta a construção da significação, o que permite apontar os fatores cognitivos. Com isso, o discurso persuasivo é decorrente das modalizações assumir e aderir; o discurso incitativo, das modalizações querer e dever; o discurso de habilitação é marcado pelas modalizações saber e poder; por fim, o discurso da realização é decorrente do ser e fazer (Fontanille, 2012, tradução livre; Portela; Schwartzmann, 2012).

Diante desses aspectos, é válido salientar que a semiótica de linha francesa apresenta abordagens diversificadas para tratar o texto, por conseguinte propor ferramentas para analisar o sentido e a significação. De herança hjelmsleviana, destacam-se os planos da expressão e do conteúdo, os quais, ao serem

correlacionados partilham de pressupostos do sentido que são fundamentais para efetuar a semiose.

As práticas semióticas demonstram como o texto é direcionado pelos níveis de imanência, bem como o plano da expressão ganha destaque na incumbência de revelar o todo que cada nível de pertinência oferece, ou seja, para cada nível de pertinência há um conjunto de elementos do sentido decorrente à imanência da expressão. Portanto, prosseguir pelo percurso gerativo da expressão é analisar como as cenas práticas se executam a partir de estratégias, as quais revelam as formas de vida, por conseguinte estas se manifestam através da consolidação de um *ethos*.

O *ethos* discursivo revela marcas simbólicas das formas de vida e, com isso, aponta como as cenas práticas são realizadas, visto que há a incidência de uma conduta inerente aos valores e aos procedimentos presentes nas formas de vida, ou seja, a enunciação marca esses valores na superfície do texto, assim o enunciado, através da isotopia, revela as figuras e os temas que compõem o cenário. Essas figuras e temas, imersos na construção da aspectualização apresentam as estratégias de conduta através do discurso.

Por sua vez, o discurso reverbera a atuação do ser humano na organização das coisas do mundo. As escolhas e as disposições representam uma organização simbólica, assim a aspectualização conduz, na manifestação do discurso, a atuação das formas de vida, com isso indica quais fatores são congruentes a determinados grupos e como os interdiscursos se realizam conforme os cenários científicos e culturais. Nesse aspecto, o simbólico, devido à atuação dos discursos, ganha a dimensão social, pois esses valores precisam ser compartilhados para executar a significação.

4 SEMÂNTICA: O SENTIDO, O SIGNIFICADO E A SIGNIFICAÇÃO

A interação humana é marcada por informações que estão dispostas em vários tipos de suportes, em várias dinâmicas, ou ainda em várias condições de acesso, isto é, se essa informação é registrada, ou é manifestante, ainda se está em estágios de virtualidade, de atualidade, ou se já se apresenta realizada ou em potencial. Nesse cenário, é importante reconhecer que a informação pode ser veiculada por diferentes tipos de signos, os quais se ajustam à mente que irá interagir, decodificar, compreender, interpretar e aprender.

Nesse aspecto, em se tratando de mente humana, trata-se de aprendizagem, por conseguinte de associação, acomodação e assimilação, estágios que evidenciam o processo cognitivo, sob o qual a linguagem exerce grande influência, por isso é fundamental destacar que o tipo de signo responsável pela compreensão, interpretação e aprendizagem é o signo verbal. A mente humana pode interagir com signos de diversas naturezas, os quais se enquadram no grande referencial denominado de signo não-verbal, porém, para que haja o processo cognitivo, é preciso minimamente que ocorra uma metalinguagem, isto é, que esses signos de interação sejam traduzidos em signos verbais, os quais, decorrente à experiência, aos *frames*, o ao *background*, possam fazer sentido.

Sendo assim, torna-se importante debater fatores e circunstâncias em que se aplica o sentido de alguma coisa para que a informação possa ser compreendida na relação entre sistemas e mentes.

Somado a isso, também é necessário distinguir a diferença entre significado, sentido e significação, já que há situações em que as características semânticas são dadas, ou melhor, são inerentes a suas referências, independente se é tratado por uma teoria linguística, em que esses valores são concedidos através de fatores nominalistas, ou se é tratado por uma teoria extralinguística, em que o objeto e o fenômeno são responsáveis pela configuração do significado, já que em uma abordagem epistemológica ou outra, reconhece-se que esse significado é decorrente da imanência do estímulo à percepção: nome ou objeto.

Outrossim, é preciso evidenciar de modo minucioso e com muita cautela ao se formatar os procedimentos metodológicos para evidenciar a manifestação da significação, ou melhor, é preciso avançar e debater com mais propriedade como

mensurar as características semânticas decorrentes das ações, do contínuo, daquilo que está acontecendo e sendo construído em tempo real, ou seja, a significação se dá através de evidências realizadas, enquanto o sentido ocorre em circunstâncias virtuais, atuais e potenciais.

Diante disso, é objetivo deste capítulo tratar da semântica, apresentar seus fundamentos históricos e epistemológicos, seus objetos, suas linhas de estudo e sua aplicabilidade na relação ser humano e linguagem natural, sob os aspectos nominalistas e realista na busca da compreensão das coisas do mundo e como seus significados são construídos. Ademais, é importante compreender seus fundamentos linguísticos: em nível lexical, frasal, textual, sua dinâmica na configuração de enunciados, enunciações, discursos e contextos.

Frente a isso, entende-se ser válido explorar a constituição lexicográfica da palavra semântica com o fito de pontuar suas definições, apresentar as possibilidades conceituais e posicionar quais aspectos serão aplicados para nortear esta pesquisa.

Consoante dicionário etimológico, Cunha (1982, p. 712) semântica, derivado do morfe *sem (a)-*, *semato-*, do francês *sémantique*, é um vocábulo “introduzido por Bréal, em 1883, na linguagem internacional da linguística”. Já o dicionário Houaiss, reconhece a existência do vocábulo desde 1899. Além disso, desdobra sua aplicação em cinco categorias: behaviorista; estrutural; gerativista; interpretativa e lexical. Como fundamentação linguística, tem-se que:

1. ramo da linguística que se ocupa do estudo da significação como parte dos sistemas das línguas naturais;
2. num sistema linguístico, o componente do sentido das palavras e da interpretação das sentenças e dos enunciados;
3. o significado das palavras por oposição à sua forma;
4. teoria abstrata da significação ou da relação entre signos e seus referentes (em oposição à sintaxe e à pragmática), e constituindo com essas a semiótica;
5. estuda a evolução do significado das palavras e de outros símbolos que servem à comunicação humana; semiologia (Houaiss, 2001, p. 2540).

Somado a isso, entende-se a importância dos apontamentos referentes às categorias, já que essas definições permeiam o surgimento e o desenvolvimento de algumas linhas e teorias que serão exploradas nesta pesquisa a fim de evidenciar caminhos epistemológicos da semântica com o fito de pontuar as possibilidades de aplicação da corrente-disciplina-conceito.

Dessa maneira, para a abordagem sistematizada nos fundamentos behavioristas, a semântica é “o estudo da significação entendida como o

comportamento observável entre falante e ouvinte, em termos de estímulo e resposta” (Houaiss, 2001, p. 2540). Essa abordagem está presente na corrente descritiva, encabeçada pelo pesquisador estadunidense Leonard Bloomfield (1887-1949), para quem, efetivamente, o estudo da semântica poderia ser descartado.

Já para a abordagem estrutural, a semântica é “estudo da significação linguística vista como uma rede de relações (p. ex. antonímia, sinonímia etc.) estabelecidas através da decomposição do significado das palavras em unidades semânticas mínimas (semas)” (Houaiss, 2001, p. 2540). Como será apontado posteriormente nesta pesquisa, essa abordagem se aproxima das linhas em que o estudo semântico está atrelado aos elementos mínimos de sentido, como debatido pela Lexicografia e Morfologia.

Na sequência, a abordagem gerativa, desenvolvida pelo político e pensador estadunidense Noam Chomsky, defendeu que “a estrutura subjacente de uma sentença confunde-se com a sua estrutura semântica” (Houaiss, 2001, p. 2540). Além disso, também defende uma teoria semântica “segundo a qual os diversos sentidos de um item lexical possuem uma estrutura semântica subjacente comum, da qual são derivados pela aplicação de regras gerativas de natureza computacional, estritamente formalizadas” (Houaiss, 2001, p. 2540). Essa abordagem se alinha às tendências sintáticas, cognitivas, computacionais na composição do processo semântico. Entre evoluções e ressalvas, caracteriza-se por ser uma importante linha no estudo da semântica, como será explorado mais adiante.

Ainda se tratando de Noam Chomsky e suas contribuições para o estudo da semântica, a abordagem interpretativa aponta que “o significado de uma sentença é interpretado por meio da aplicação das regras semânticas do sistema linguístico à estrutura produzida pelas regras sintáticas”, sob esse aspecto, há aqui também as discussões sobre as diferenças entre fatores sintáticos e fatores semânticos, por isso evidencia-se que “a sintaxe é o componente gerativo da gramática e a semântica um componente interpretativo” (Houaiss, 2001, p. 2540).

Por fim, a abordagem lexical, em que trata das “teorias semânticas que tomam como objeto de sua análise o significado dos itens lexicais, tomado individualmente e nas relações semânticas que mantêm com outros itens lexicais” (Houaiss, 2001, p. 2540). Essa abordagem trata de uma semântica presente nos estudos da Lexicografia e da Morfologia.

Em busca de especificar os discursos científicos, entende-se ser importante apresentar a definição de semântica conforme seu entendimento e aplicabilidade em segmentos específicos que tratam do tema e, por sua vez, são segmentos que interferem diretamente nos desdobramentos teóricos debatidos nesta pesquisa.

Iniciando com definições da Linguística, observa-se a definição de seu objeto e de sua função consoante as necessidades desse segmento, a semântica é “um meio de representação do sentido dos enunciados. A teoria semântica deve explicar as regras gerais que condicionam a interpretação semântica dos enunciados” (Dubois *et al.*, 1998, p. 527).

Ademais, segundo os apontamentos do mesmo dicionário, é importante distinguir a semântica da teoria da referência, pois “pode-se descrever o sentido da palavra cadeira a partir dos traços semânticos (encosto, pernas etc.) recorrentes, isto é, que aparecem na descrição dos outros termos do conjunto assentos (poltrona, banco etc.)” (Dubois *et al.*, 1998, p. 527).

Por seu turno, para a teoria da referência, essa referência inerente à cadeira, conforme exemplo tratado, é “a relação (dita denotação) que existe entre esta palavra e os diferentes objetos (cadeiras)” (Dubois *et al.*, 1998, p. 527). Nessa linha, reconhece-se que, na perspectiva linguística, há a teoria da semântica, a qual se realiza por atribuições nominalistas, enquanto a teoria da referência seria responsável pela inter-relação entre a palavras e as coisas do mundo real, isto é, é somente na teoria da referência que haveria a presença do extralinguístico. Assim, a compreensão é de interesse da semântica, e a extensão de suas propriedades reais interessa à teoria da referência (Dubois *et al.*, 1998, p. 527-528).

Segundo as definições de Semântica⁶ – segmento científico e disciplina -, a Semântica é “o ramo da linguística que estuda o significado” (Trask, 2008, p. 262). Além disso, frente a altos e baixos na evolução epistemológica da Semântica e as dificuldades para evidenciar seus objetos e suas práticas, “as abordagens da semântica nos últimos anos proliferaram”, de tal forma que se constitui em linhas de abordagem como semântica formal, em que há “tentativas de esclarecer os significados desenvolvendo versões particulares da lógica formal com que se procura captar aspectos do significado” (Trask, 2008, p. 262).

⁶ Semântica foi aplicado nessa passagem com letra maiúscula para distinguir de semântica, com letra minúscula, já que Semântica, aqui, tem a função de marcar o ramo ou segmento da linguística como área do conhecimento e/ou disciplina, enquanto semântica trata-se do seu objeto de estudo.

Ademais, há a semântica vericondicional, que “procura reduzir o significado a questões de verdade e falsidade”, também há a semântica da teoria dos modelos, que “opera em termos de miniuniversos artificiais chamados de modelos”, como ainda há a semântica de situações, que “encaixa o estudo do significado em minicontextos chamados situações” (Trask, 2008, p. 262). Há também a semântica lexical, em que a maior parte das atividades semânticas são aplicadas à interpretação de sentenças (Trask, 2008).

Para os estudiosos da enunciação, a semântica pode ser organizada em semântica argumentativa, semântica linguística e semântica pragmática. Baseado nas ideias de O. Ducrot (1930-2024), Flores *et al.* (2022, p. 204) aponta que essas aplicações da semântica se caracterizam como o “estudo que descreve as estruturas linguísticas a partir de suas potencialidades argumentativas”. Diante disso, entende-se que a semântica linguística “defende que o sentido de um enunciado não depende de um conhecimento prévio da realidade, o que implicaria uma descrição informativa, já que procura descrever as estruturas linguísticas de um ponto de vista argumentativo” (Flores *et al.*, 2022, p. 204).

Por outro viés, fundamentado nas teorias de E. Benveniste (1902-1976), Flores *et al.* (2022, p. 205) demonstra que a semântica é um “sistema linguístico resultante da atividade do locutor em relação à língua”. Assim sendo, “nesse sistema, apresentado como um âmbito da língua, dão-se as relações intersubjetivas”, sob as quais, no aspecto semântico, “a unidade é a frase ou enunciado, materialidade que expressa o exercício do locutor que, para atribuição de referência, se insere na língua, apropriando-se desse sistema e atualizando signos com os quais configura a frase” (Flores *et al.*, 2022, p. 205). Dessa maneira, promove a semantização, “[...] processo relativo ao uso da língua para atribuição de referência à atitude do sujeito e à situação enunciativa”, responsável pela finalidade de “[...] referir uma ideia que expressa sua atitude e a situação de discurso” (Flores *et al.*, 2022, p. 205).

Para a semiótica de linha greimasiana (francesa), semântica é “um dos componentes da teoria da linguagem (ou da gramática)” (Greimas; Courtés, 2016, p. 431). Além disso, a semântica “[...] se reserva como tarefa o reconhecimento e a análise dos campos semânticos (ou nocionais, ou conceituais)” (Greimas; Courtés, 2016, p. 432). Além disso, aponta-se os trabalhos de J. Trier (1894-1970) na elaboração das abordagens semasiológica e a onomasiológica para se constituir a lexicologia, da qual opera a semântica lexical, que “[...] conserva a palavra como

unidade de base de suas análises” e efetiva a relação com a “[...] categorização do mundo com a ajuda do dispositivo lexical das línguas naturais” (Greimas; Courtés, 2016, p. 432).

Outro nicho apontado pelos semioticistas é a semântica estrutural, em que se considera que “o plano da expressão de uma língua é constituído de desvios diferenciais e que a esses desvios do significante devem corresponder aos desvios do significado (interpretáveis como traços distintivos da significação)” (Greimas; Courtés, 2016, p. 432).

Dessa maneira, essa abordagem propõe “um meio de analisar as unidades lexicais manifestas (morfemas ou similares), decompondo-as em unidades subjacentes menores (chamadas por vezes de mínimas), que são os traços semânticos ou semas” (Greimas; Courtés, 2016, p. 432). Nessa linha, a semântica estrutural exerce um papel histórico epistemológico importante, visto que “[...] sua experiência metodológica tornou possível nova reflexão sobre a teoria da significação e abriu caminho à semiótica” (Greimas; Courtés, 2016, p. 432).

Ademais, a semântica ainda confere as discussões sobre a materialidade do significante e a descrição científica que caracteriza o plano do significado, como ainda os processos de descrição metalinguística e metalinguagem científica, em que não se tem muito claras as diferenças entre uma descrição científica e um paráfrase comum em linguagem natural, já que se trata de níveis de estrato linguístico em um processo que resulta, em alguma esfera, a tradução semiótica de um nível de sentido a outro nível de sentido, que inevitavelmente pressupõe a significação e é exatamente nesse ponto que constituir fatores semânticos como estratificação de sentido requer muita atenção.

Ainda sob as considerações semióticas sobre a semântica, entende-se que certos problemas precisam ser atacados e cabe a semântica resolver, como a produção sêmica, constituída em categorias binárias, a formulação das combinatórias semânticas na constituição do sintagma, frase ou enunciado (Greimas; Courtés, 2016).

Não obstante, é também preciso apontar as dificuldades práticas para se estabelecer bases para os universais semânticos, como ainda aplicação de regras para convencionalizar o que são compatíveis ou incompatível, por isso não se pode ficar restrita à análise de estruturas simples como os lexemas, mas avançar para tratar

de unidades sintagmáticas mais amplas como enunciado, enunciação e discurso (Greimas; Courtés, 2016).

Na tentativa de responder a esses problemas, a visão semiótica propõe que a semântica deva ser gerativa: “concebida sob forma de investimentos de conteúdo progressivo, dispostos em patamares sucessivos, que vão dos investimentos mais abstratos aos mais concretos e figurativos”, constituída de estágios lógicos, de progressão temática, “de tal maneira que cada patamar possa receber uma representação metalinguística explícita” (Greimas; Courtés, 2016, p. 434).

Assim, a semântica também deve ser sintagmática, não somente taxionômica, pois deve procurar “dar conta não de unidades lexicais particulares, mas da produção e da apreensão dos discursos” (Greimas; Courtés, 2016, p. 434). Com isso, “os investimentos semânticos mais profundos correspondem a unidades sintagmáticas cujas direções são as mais amplas e servem de base para o estabelecimento das isotopias discursivas” (Greimas; Courtés, 2016, p. 434).

Sendo assim, a semântica atua na diferenciação daquilo que é manifestante e manifestado, ou seja, a semântica demonstra os aspectos em torno do lexema e como se configura o semema, devido à uma análise isolada da palavra, ou conforme sua adequação ao discurso.

Finalmente, conforme aponta os semioticistas, a semântica deve ser geral, “sendo as línguas naturais, tanto quanto os mundos naturais, lugares de aparecimento e de produção de semióticas múltiplas” (Greimas; Courtés, 2016, p. 434). Frente a isso, é preciso postular a unicidade do sentido e “reconhecer que ele pode ser manifestado por diferentes semióticas ou por várias semióticas ao mesmo tempo” (Greimas; Courtés, 2016, p. 434), como por exemplo a semiótica plástica, a semiótica discursiva e a semiótica peircena.

Suas particularidades semânticas se revelam frente a análise de um objeto cuja linguagem é não-verbal como um quadro, assim é preciso recuperar sua narrativa figurativa-temática plástica, recuperar os discursos manifestantes e aplicar o pragmatismo a fim de verificar se os conceitos são símbolos gerais e contribuem para a evolução dos interpretantes na atualização/formação dos hábitos, por isso que “a semântica depende de uma teoria geral da significação” (Greimas; Courtés, 2016, p. 434).

Apresentadas as definições técnicas-científicas da semântica, bem como seus objetos, algumas linhas e alguns procedimentos, reconhece-se que alguns de seus

conceitos se destacam no percurso de análise e reflexão sobre suas possibilidades. Diante disso, entende-se que é necessário evidenciar as possíveis definições de três conceitos basilares para a semântica: sentido, significado e significação.

Evidentemente, trata-se de conceitos muito importantes nas discussões da semântica, todavia suas definições são alvo de muita contradição e possibilidades. Com isso, é praticamente impossível chegar a uma concordância sobre uma definição geral, conseqüentemente é necessário enfatizar que sentido, significado e significação são aplicados sob uma determinada concepção conforme campo do conhecimento, ou sobre um determinado segmento ou abordagem. Frente a essa situação tão instável, buscou-se apresentar algumas concepções sobre esses conceitos consoante os segmentos teóricos de interesse desta pesquisa. Sendo assim, para a linguística, a concepção de sentido apresenta quatro concepções: a primeira é decorrente das considerações de F. Saussure, nas discussões sobre a Semiologia, presente no *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916.

Nesses termos, para a Semiologia, “o sentido de um signo linguístico é constituído pela representação sugerida por este signo quando de sua enunciação” (Dubois *et al.*, 1998, p. 538). No entanto, Saussure não explorou a definição de sentido, com isso “o sentido aparecia como resultado de uma segmentação, como um valor que emanava do sistema, como um fenômeno associativo” (Dubois *et al.*, 1998, p. 538). É válido enfatizar que para o linguista genebrino, o ponto importante sobre sentido e significação era concebido pelo valor linguístico.

O valor linguístico é inerente à estruturação do signo e sua aplicabilidade, já que para a Semiologia, “sem o recurso dos signos, as ideias não seriam possíveis porque não se poderia estabelecer com clareza uma distinção entre elas”, mesmo porque “o pensamento é uma construção amorfa e indistinta” (Milani, 2016, p. 91).

Assim, entende-se que “o pensamento, enquanto forma psíquica, é um conjunto sem características, formado por elementos distintos”, conseqüentemente, para esse viés teórico, o significante emoldura o pensamento, ou seja, é a palavra que dá sentido aos objetos, por isso trata-se de um teoria nominalista, visto que “não há modo de reconhecer qualquer lógica em sua estrutura, somente o concurso da língua coloca lógica em sua forma”, portanto “não existe ideia preexistente à língua, porque somente a língua pode criar ou dar a forma de ideias de pensamento” (Milani, 2016, p. 91).

A relação entre significante e significado na constituição do signo configuram “o valor que eles assumem nos contextos em que são usados é sempre relativo ao universo significativo construído naquele instante”, valor que é exercido decorrente daquilo que se construiu no cerne da sociedade, pois “esse é o papel exercido pela coletividade: não há como um indivíduo criar sozinho um universo de valores, entretanto a coletividade por si só já é um sistema de valor” (Milani, 2016, p. 92). Sob esse aspecto, evidencia-se que para a Semiologia o sentido é um valor constituído pela coletividade, portanto seria, praticamente, sinônimo de significado.

É válido destacar que o valor linguístico e a significação também estão atrelados na Semiologia, por conseguinte “o valor linguístico é parte da significação que nasce através dela. Para compreender o valor de uma palavra, deve-se partir de sua capacidade de representar uma ideia” (Milani, 2016, p. 92-93).

Contudo, “a significação de um signo se constitui na relação que suas partes (significante e significado) estabelecem entre si” (Milani, 2016, p. 93). Somado a isso, deve-se identificar que “o processo de significação acontece entre a imagem auditiva e o conceito; isso equivale à significação que se estabelece pela relação que o indivíduo tem com o conceito vinculado ao significante” (Milani, 2016, p. 93).

Tais fatores evidenciam, na semiologia saussureana, que a significação é mentalista, porém não decorrente de construção ou processos, isto é, está na mente, mas não é resultado de um ação cognitiva em transformação pela experiência individual, mas, sim, em consonância com o entendimento coletivo sobre os conceitos do signo, já que “o processo de significação de um signo é de característica puramente psicológica, muito mais complexa que a simples relação entre significante e significado” (Milani, 2016, p. 93).

Este é um daqueles pontos na semântica que precisam ser analisados com cuidado e cautela, pois, por um lado, não se pode apegar-se às definições clássicas como uma verdade universal que não necessita de evolução de entendimento; por outro, não se deve criar vislumbres teóricos de resultados imediatistas sem que seja realizados testes lógicos e metodológicos para ajustar essas considerações.

A tradição se contenta com os princípios nominalista na configuração do signo saussureano, alegando que este modelo é o objeto de estudo da linguística, por conseguinte qualquer outro modelo que indique que o sentido e a significação são decorrentes do objeto e do fenômeno devem ser estudados por outras áreas como a teoria da referência, ou pela lógica.

Ainda sobre os aspectos linguístico-semiológicos, entende-se que “o valor do signo, apesar de ser confundido com a significação, resulta da relação entre os diversos signos numa circunstância concreta de discurso, em que estejam atuando o sistema e suas concretizações”, isto é, “[...] resulta da definição de que a porção do enunciado recebe de outras porções do mesmo enunciado” (Milani, 2016, p. 93).

É nessa perspectiva que se configura o grande exemplo, dado por Saussure sobre o valor linguístico, utilizando-se do jogo de xadrez e a possibilidade de trocar qualquer objeto por uma peça, por exemplo a torre e, mesmo assim, é possível dar continuidade à partida, visto que “o valor linguístico fica fora do elemento de significação do signo porque em todos os contextos é possível ter o mesmo valor significativo através de diferentes signos” (Milani, 2016, p. 93). O valor linguístico não evolui com a complexidade do objeto, mas sim padroniza o sentido, já que “o valor é algo que pode ser medido pela semelhança entre coisas ou pela diferença” (Milani, 2016, p. 93).

Tais fatores configuram a concepção de que “o valor de um signo só pode ser determinado por aquilo que o rodeia – não só os outros signos, mas também o uso que é feito dele nas diversas circunstâncias em que pode ser utilizado” (Milani, 2016, p. 94). Sendo assim, “esses elementos criam a significação – de forma que não se poderia conhecer a significação do signo sem seus diversos valores possíveis” (Milani, 2016, p. 94). Neste caso, para a Semiologia, o sentido está atrelado ao conceito; o conceito é o significado, e a significação é o conjunto de usos que o signo permite realizar.

Para outra vertente da linguística, o formalismo estadunidense atrelado ao behaviorismo, o sentido ou o significado “[...] de uma unidade é a soma das situações onde ela aparece como estímulo e das respostas comportamentais que este estímulo desencadeia no interlocutor” (Dubois *et al.*, 1998, p. 538). Nesse aspecto, o sentido não está nas palavras, na mente, tampouco nos objetos, pois sim está nos estímulos e respostas comportamentais, visto que “o estudo do sentido é transferido para uma psicologia do comportamento e para ciências particulares” (Dubois *et al.*, 1998, p. 538).

Esses fatores apontam que “[...] em lugar de ser o ponto de partida dos estudos linguísticos, o sentido será rejeitado, seja como excluído da linguística, seja sob o termo, sempre valorizado, de análise formal” (Dubois *et al.*, 1998, p. 538). Isso quer

dizer que, para Bloomfield e seus seguidores, a linguística não deveria se preocupar com a semântica, mas apenas com o estudo distribucional.

Já para uma terceira vertente, o sentido ou o significado se localiza na relação entre aquilo que A. Martinet (1908-1999) denominou de articulações: a primeira articulação seria os monemas e a segunda, os fonemas, assim estaria disposto, de fato, o sentido, o qual “[...] aparece ao nível da primeira articulação” (Dubois *et al.*, 1998, p. 539).

Por sua vez, o monema “[...] não é nem de ordem fônica, nem de ordem semântica: representa um certo tipo de escolha efetuada pelo sujeito falante no curso de um ato de enunciação” (Ducrot; Todorov, 2010, p. 193). Com isso, em um enunciado, cada elemento presente na frase seria um monema, não apenas os elementos morfológicos, como artigo, substantivo, adjetivo, verbo etc., mas também o gênero, o número, o tempo verbal, o modo verbal, cada elemento seria um monema, pois cada um contribui para a construção do sentido em escala enunciativa, já mais não restrito a uma análise lexical.

Ainda considerando o viés linguístico sob suas vertentes clássicas, evidencia-se a gramática gerativa, para qual o estudo sobre sentido, significação e significado perde importância, pois a gramática gerativa “deve produzir os enunciados semanticamente corretos, isto é, permitir explicar a interpretação semântica de todo enunciado que pertença à língua sob consideração” (Dubois *et al.*, 1998, p. 538). Essa situação é decorrente ao fato de que o sentido e a significação seriam inatos, e o significado estaria alinhado à linguagem universal.

Para a Semântica formalista, o significado é “[...] central de uma forma linguística, considerado o ponto de vista do modo como ela se relaciona com outros itens linguísticos” (Trask, 2008, p. 265). Essa definição aparenta, em certa medida, às concepções da linguística sobre o valor linguístico saussureano, contudo, ao invés de defender a construção coletiva do significado, a teoria semântica formalista aponta que há sempre mais de um modo de reconhecer o significado.

Desse modo, essa segmentação teórica mostra que, por um lado, busca “[...] considerar todas as coisas do mundo e decidir quais delas a forma pode ser aplicada razoavelmente”, assim tem-se a abordagem que leva a denotação do ser a partir da relação com a linguagem; em um outro modo, busca comparar o significado de um ser em análise com “[...] os significados de outras formas linguísticas” e, desse modo, “[...] decidir que características semânticas distinguem a forma”, ou seja, lobo é

diferente de raposa ou cachorro, e essa forma pode ser aplicada a certas coisas, porém não serve para outras, é o que se denominou significado da forma (Trask, 2008, p. 265).

A teoria semântica formalista pode proporcionar definições de significado que se enquadrem como estereótipo – algo possível, porém hipotético, assim é preciso que se corresponda suficientemente mesmo que a correspondência não seja perfeita -; e como protótipo – é o apontamento de um ser real encarado como típico da espécie geral que pode ser tomado como modelo perfeito (Trask, 2008).

Além disso, o sentido de “uma forma linguística é frequentemente formalizada como a sua intensão – isto é, como o conjunto, no sentido matemático do termo, de todas as propriedades que um objeto precisa ter para que a forma se aplique a ele de maneira apropriada” (Trask, 2008, p. 265).

O sentido, para a teoria Semântica formalista, é “a característica de uma forma linguística que permite que seja usada para selecionar um ou outro aspecto do mundo não-linguístico”, assim aponta-se como interesse o “[...] modo como certos significados se relacionam a outros significados – ou seja, é o sistema dos significados que é considerado importante, e não o significado dos termos tomados individualmente” (Trask, 2008, p. 265-266). Desse modo, entende-se que o sentido é resultante dos efeitos linguísticos, decorrentes das propriedades dos efeitos do objeto, no entanto, ao invés de estar vinculado pelas propriedades do léxico, manifesta-se na correlação dos enunciados.

Partindo para as considerações sobre o sentido e significação apontadas pela teoria da enunciação, tem-se, a partir dos trabalhos desenvolvidos por Benveniste que o sentido é a “[...] capacidade de uma unidade linguística integrar uma unidade de nível superior” (Flores *et al.*, 2022, p. 206). Todavia, “a noção de sentido na teoria enunciativa de Benveniste não pode ser entendida sem que seja relacionada à noção de forma”, o que indica o sentido estabelecido em um nível e, ao efetuar procedimentos de descrição de sua forma, pode alcançar um nível superior, ou seja, o sentido “[...] é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico” (Flores *et al.*, 2022, p. 206).

Desse modo, “o sentido intervém nas operações de segmentação e substituição em função do nível de análise do qual ele depende”, isso caracteriza que “o sentido de uma unidade é condição fundamental para que ela possa,

simultaneamente, integrar em nível superior e distribuir-se no mesmo nível” (Flores *et al.*, 2022, p. 206).

Nesta abordagem teórica, o sentido e a forma são elementos apontados em conjunto que, no entanto, exercem funções distintas, embora complementares. Assim sendo, aponta-se que o sentido “[...] diz respeito às relações integrativas e permite reconhecer as unidades como integrantes”, somado ao fato de que “o sentido de uma unidade linguística é a capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (Flores *et al.*, 2022, p. 207).

Por seu turno, a forma é importante nessa configuração do sentido porque “a forma diz respeito às relações distribucionais e permite reconhecer as unidades como constituintes”, além de “a forma de uma unidade linguística é [...] os níveis de análise linguística, portanto, a sua capacidade de dissociação em constituintes de nível inferior” (Flores *et al.*, 2022, p. 207).

Dessa correlação entre sentido e forma, há a concepção de que existe língua como semiótica e língua como semântica. Nessa linha, o modo semiótico da língua consiste no “[...] sistema de signos cuja significação se estabelece intrassistema, mediante distinção”, assim a forma do semiótico “[...] diz respeito ao significante, entendido como o aspecto formal da entidade chamada signo” (Flores *et al.*, 2022, p. 207). Além disso, o sentido do semiótico “[...] diz respeito às relações de oposições com os outros signos da língua, pois, no semiótico, ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (Flores *et al.*, 2022, p. 207).

Por outro lado, “o modo semântico está ligado à atividade do locutor e implica construção de referência no agenciamento sintagmático”, com isso “o sentido se realiza na e por uma forma específica, aquela do sintagma diferentemente do semiótico que se define por uma relação de paradigma” (Flores *et al.*, 2022, p. 207).

Ainda, o sentido “[...] se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” de tal maneira que “[...] tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir o sentido dado, numa circunstância dada” (Flores *et al.*, 2022, p. 207). Portanto, “a forma diz respeito à organização sintagmática; o sentido diz respeito à ideia decorrente dessa sintagmatização” (Flores *et al.*, 2022, p. 207).

Sobre esse raciocínio, o sistema semiótico efetiva a “[...] organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma

denotação conceptual e incluindo numa subunidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos” (Flores *et al.*, 2022, p. 207). Esses fatores demonstram que para Benveniste semiótica e semântica estariam em condições diferentes para tratar sentido e significação.

Devido à sua constante análise sobre as partes que formam um todo, sentido é, praticamente, em linhas gerais, sinônimo de significado, embora este não apareça nas classificações. De todo modo, o sentido, para Benveniste, está presente nos interesses da semântica, pois seria decorrente à correlação lexical e sintática; já a significação seria tratada pela semiótica devido aos níveis de efeito de sentido que se apresentam diante da organização dos signos.

Para O. Ducrot, o significado se manifesta de algumas maneiras: a) valor semântico do enunciado; b) valor subentendido; c) sentido literal, ou melhor, elemento semântico mínimo contido no significado de todos os enunciados de uma mesma frase (Flores *et al.*, 2022). Nessa linha, para a teoria da enunciação, o significado, que é definido como o valor semântico do enunciado é diferente, em quantidade e em natureza da significação, que é entendida como valor semântico da frase (Flores *et al.*, 2022). Desse modo, “o enunciado diz muito mais do que a frase, cuja natureza é instrucional e aberta”, por sua vez, “o sentido se produz quando são obedecidas as indicações dadas pela significação” (Flores *et al.*, 2022, p. 208).

A significação, para a teoria da enunciação, é vista como aparato técnico para a realização do sentido na enunciação conforme as considerações de M. Bakhtin (1895-1975); como ainda, consoante considerações de O. Ducrot, é o valor semântico da frase; por seu turno, aponta-se ser a relação entre um signo e um objeto ou um fato em um dado espaço e momento.

Sob a conceptualização decorrente dos trabalhos de Bakhtin, a significação “representa os elementos reiteráveis que, juntamente com tema (dimensão não-reiterável), constituem a enunciação. As formas linguísticas são decorrentes de convenções e não têm existência concreta sozinha” (Flores *et al.*, 2022, p. 209).

Assim, em enunciados compostos por estruturas idiomáticas como *bom dia!*, *que horas são?*, *amém!*, a significação “[...] é idêntica em todas as instâncias históricas em que é pronunciada. Está associada aos elementos linguísticos que a compõem (relações morfológicas, sintáticas e semânticas)”, assim “a significação está para as unidades linguísticas, enquanto o tema está para o todo, para o sentido sempre novo da enunciação” (Flores *et al.*, 2022, p. 210).

Nessa perspectiva, tem-se que o “[...] tema constitui o estágio superior da capacidade linguística de significar, e a significação, o estágio inferior. A significação é um potencial, uma possibilidade de significar, que se concretiza no interior de um tema concreto, em uma enunciação concreta” (Flores *et al.*, 2022, p. 210). Ademais, a significação de elementos linguísticos pode orientar-se em duas direções: estágio superior e estágio inferior. O estágio superior, o tema, é “[...] o que vai remeter à significação contextual em uma enunciação concreta”; o estágio inferior é o da “[...] significação no sistema da língua” (Flores *et al.*, 2022, p. 210).

Com isso, efetiva-se “a inter-relação entre significação (elementos estáveis) e tema (signos dinâmicos e complexos num momento concreto é vista inadequadamente quando se dá ênfase a um sentido dito central (denotação), que corresponderia à significação”, já que, muitas vezes, despreza-se outros sentidos, periféricos (conotação), mas com certa relevância para a compreensão do tema (Flores *et al.*, 2022, p. 210).

Ainda sob a tutela teórica de Bakhtin, a alteridade é ponto importante no processo significativo, pois a presença do sujeito discursivo influencia, porque não dizer que determina, a direcionalidade discursiva do texto, decorrente de fatores atrelados à intenção e à situação. Nessa linha, “[...] compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado em um dado contexto, fazendo corresponder a outras enunciações” (Flores *et al.*, 2022, p. 210).

Desse modo, “[...] é somente por uma atitude responsiva ativa que podemos apreender o tema, o qual, sendo dinâmico, necessita de um processo evolutivo que ultrapasse os limites da significação, porém não a dispensa para a compreensão da enunciação completa” (Flores *et al.*, 2022, p. 210). Essa abordagem demonstra uma distinção entre tema e significação, assim tema seria uma representação de nível maior, enquanto a significação estaria limitada à frase.

Tal fator merece atenção nesta discussão, pois “um mesmo elemento linguístico (significação) recebe orientações sociais apreciativas diferentes, dependendo da situação da enunciação (finalidade, interlocutores, lugar e tempo), garantindo a circulação de sentidos e a decorrente instauração do tema” (Flores *et al.*, 2022, p. 210). Logo, pode-se compreender que “a significação é absorvida pelo tema e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova

significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias” (Flores *et al.*, 2022, p. 210).

Nas considerações de O. Ducrot, a significação “[...] contém instruções dadas àqueles que irão interpretar o enunciado da frase. Essas instruções não devem ser confundidas com o sentido literal, pois dizem somente o que deve ser feito para descobrir o sentido”, sendo este particular toda vez que é enunciada a frase (Flores *et al.*, 2022, p. 211). Nesse contexto, a significação ganha ares de linguagem conotativa.

Por fim, sob a égide das considerações de F. Récanati, “a significação de um enunciado, que representa algo, não é independente do acontecimento de sua enunciação”, ou seja, os enunciados apresentam significações, com um certo conteúdo proposicional, entretanto “essa significação depende também do evento da enunciação”, isto é, “[...] apenas na relação da frase com sua enunciação, é possível compreender, por exemplo, o significado da palavra eu” (Flores *et al.*, 2022, p. 211).

Além disso, para compreender a significação de porta, é preciso saber de qual porta se trata e como o ambiente que ela separa interage com os outros elementos relacionados na enunciação. Diante disso, “[...] como toda enunciação é única e irrepetível, a cada nova enunciação [...], significado será diferente (Flores *et al.*, 2022, p. 211). Ainda é válido apontar que para Récanati o signo é coisa representante e o objeto ou fato é coisa representada (Flores *et al.*, 2022).

Na sequência, evidenciam-se as considerações da semiótica acerca dos conceitos sentido, significado e significação. Para a semiótica de viés greimasiano (francesa), o sentido é propriedade comum em todas as semióticas, no entanto o conceito de sentido é indefinível. Consoante Greimas e Courtés (2016, p. 456-457) duas abordagens do sentido são possíveis: “[...] pode ser considerado quer como aquilo que permite as operações de paráfrase ou de transcodificação”, como também “[...] aquilo que fundamenta a atividade humana enquanto intencionalidade”.

Outro ponto a ser anotado é que “[...] anteriormente à sua manifestação sob forma de significação articulada, nada poderia ser dito do sentido, a não ser que se façam intervir pressupostos metafísicos carregados de consequências” (Greimas; Courtés, 2016, p. 457). Sob a concepção de L. Hjelmslev, o sentido recebe uma definição operatória, “[...] identificando-o com o material primeiro, ou com o suporte graças ao qual qualquer semiótica, enquanto forma, se acha manifestada” (Greimas; Courtés, 2016, p. 457).

Diante disso, tem-se a resolução de que “[...] sentido torna-se significado de matéria”, assim “[...] uma e outra são empregadas indiferentemente, falando-se de dois manifestantes: o plano da expressão e o plano do conteúdo” (Greimas; Courtés, 2016, p. 457). Outrossim, Hjelmslev correlaciona sentido e substância, no caso seria o sentido “[...] enquanto algo que é assumido por uma semiótica, o que permite distinguir então a substância do conteúdo e a substância da expressão” (Greimas; Courtés, 2016, p. 457).

A significação, para a semiótica de linhagem greimasiana, “[...] é o conceito-chave em redor do qual se organiza toda a teoria semiótica”, em princípio a significação pode ser entendida como produção de sentido, ou sentido produzido, já que é direcionada para “[...] designar ora o fazer (a significação como processo), ora o estado (aquilo que é significado)”, o que revela as concepções dinâmica e estática da própria teoria (Greimas; Courtés, 2016, p. 459).

Com isso, tem-se no campo semântico uma delimitação de que significação se opõe a sentido, isto é, reserve-se a “[...] esse último termo para aquilo que é anterior à produção semiótica: definir-se-á, assim, a significação como sentido articulado” (Greimas; Courtés, 2016, p. 459), concepção que implica a articulação metalinguística. Além disso, o sentido é manifestante, enquanto a significação é o resultado manifestado.

Os semioticistas chamam a atenção para que significação possa ser sinônimo de significado do signo ou do plano do conteúdo em geral, já que “[...] conjuntamente com o sentido, o termo significação é ainda utilizado para denominar a substância do conteúdo” (Greimas; Courtés, 2016, p. 459). Por outro lado, pode-se encontrar significação sendo utilizada também como “[...] sinônimo de semiose (ou ato de significar) e se interpreta, então, quer como reunião do significante com o significado (constitutiva de signo), quer como relação de pressuposição recíproca que define o signo constituído” (Greimas; Courtés, 2016, p. 459).

Diante dessas possibilidades de definição, a semiótica greimasiana reserva o termo significação para sentido articulado, ao mesmo tempo, como conceito geral, com isso reconhece-se que “a significação não é apreensível senão no momento da sua manipulação, no momento em que, ao interrogar-se sobre ela em uma linguagem e num texto dados, o enunciador é levado a operar transposições, traduções de um texto para outro” (Greimas; Courtés, 2016, p. 459).

Em outra vertente da semiótica, sendo esta fundamentada na filosofia e na lógica, sistematizada pelos estudos de C. S. Peirce, há a relação entre sentido, significação e significado com os estudos sobre *significs* desenvolvidos por sua amiga Lady Welby (1837-1912), diante do qual Peirce associou à sua teoria dos interpretantes.

Sendo assim, Peirce (2017, p. 164) afirma que “a Significação é o mais profundo e mais elevado deles e, sob este aspecto, concorda com o meu Interpretante Final; e Significação parece ser, para este sentido, um excelente nome”; sobre o sentido, Peirce (2017, p. 164) aponta que “[...] parece ser a análise lógica ou definição, sendo que prefiro ater-me ao termo antigo Acepção”; por fim, sobre o significado, Peirce (2017, p. 164) aponta entender como “[...] a interação de quem se exprime”.

É fato que esses conceitos não foram definitivamente definidos por Peirce, o qual apontava que “[...] fora fruto de uma prodigiosa sensibilidade de Percepção com que não posso rivalizar, ora afirmando que se tratava de uma concepção tão imperfeita quanto a sua ou mesmo imperfeita sob alguns aspectos” (Teixeira Coelho Neto, 1980, p. 71). Não obstante, há o apontamento peirceno de que “o Interpretante Imediato corresponde ao Sentido (palavra à qual Peirce continuou preferindo o termo antigo Acepção), o Interpretante Dinâmico equivale ao Significado e Interpretante Final, à Significação (Teixeira Coelho Neto, 1980, p. 71).

Assim, mais especificadamente, sentido é “[...] o efeito total que o signo foi calculado para produzir e que ele produz imediatamente na mente, sem qualquer reflexão prévia; é a Interpretabilidade peculiar ao signo, antes de qualquer intérprete” (Teixeira Coelho Neto, 1980, p. 71). Por seu turno, o significado é “[...] o efeito direto realmente produzido no intérprete pelo signo; é aquilo que é concretamente experimentado em cada ato de interpretação, dependendo do intérprete e da condição do ato e sendo diferente de outra interpretação” (Teixeira Coelho Neto, 1980, p. 72). Por fim, a significação é “[...] o efeito produzido pelo signo sobre o intérprete em condições que permitissem ao signo exercitar o seu efeito total: é o resultado interpretativo a que todo e qualquer intérprete está destinado a chegar, se o signo receber a suficiente consideração” (Teixeira Coelho Neto, 1980, p. 72).

Com isso, entende-se que o Sentido ou o Interpretante Imediato é uma abstração, ou uma possibilidade, isto é, algo atribuído a uma palavra em geral pertencente ao léxico de uma língua, como por exemplo livro; já o Significado ou Interpretante Dinâmico é um evento real, único, ou seja, o sentido de livro determinado

pelo Objeto livro aqui e agora em cima de uma mesa; por fim, a Significação ou Interpretante Final “[...] é aquilo para o que tende o evento real”, diante deste livro aqui e agora em cima de uma mesa e a “[...] significação deste encontro tende a representar para mim esta ou aquela imagem de natureza psicológica ou sociológica, em função da qual minha reação será esta ou aquela” (Teixeira Coelho Neto, 1980, p. 72).

Sendo o interpretante o terceiro correlato na tríade do signo, é o mais complexo em sua constituição, ele é diretamente determinado pelo *representamen* e indiretamente pelo objeto, é elemento responsável, juntamente com os outros dois, pela ação ou influência responsável pela semiose, que pode ser entendida pelo crescimento e evolução do signo, o qual é um vetor para o futuro, um conhecimento em devir e “[...] não permite que essa ação se esgote em um mero jogo de forças, mas abra-se para um contínuo processo de crescimento e evolução na compreensão do objeto e no aprimoramento da conduta” (Silveira, 2007, p. 34).

Diante disso, é importante destacar que o “[...] interpretante final, ou normal, determina um hábito de conduta, cuja meta será a interação efetiva com o Objeto Dinâmico do Signo”, além disso é necessário lembrar que, para Peirce, o pensamento “[...] é um meio de se alcançar o Objeto que se deseja” (Silveira, 2007, p. 49). Em outras palavras, o interpretante mantém relação com processos cognitivos na efetuação da semiose, isso indica que o sentido, o significado e a significação são decorrentes de processos cognitivos, da interação com o objeto, com o fenômeno, ou melhor, com o real.

Ainda sobre a significação, em um texto datado em 1867 (CP. 2.407), Peirce usa a dicotomia denotação versus significação (ou conotação), “ele define a denotação como o conjunto de todas as coisas reais das quais um símbolo pode ser predicado”; por sua vez, a significação é definida como “[...] o conjunto dos predicados atribuíveis a uma proposição da qual o símbolo é o sujeito” (Nöth; Santaella, 2017, p. 17).

Consoante apontam Nöth e Santaella (2017, p. 17), Peirce chama a atenção “a uma relação inversa quantitativa entre os objetos da denotação e as características da significação de um símbolo”, ou seja, “[...] tanto mais for geral a denotação de um símbolo, tanto menor será o número de dois predicados que constituem a sua significação”, em troca, contudo, “[...] tanto mais específica (ou singular) a denotação

de um símbolo, tanto menor é o conjunto dos predicados de sua significação” (Nöth; Santaella, 2017, p. 17-18).

Peirce também opta por usar significação e aplicação para substituir os termos conotação e denotação, usados por outros, como S. Mill. Assim, Peirce aplica significação e aplicação para analisar suas relações com o termo e com a proposição. Assim sendo, tem-se que “a aplicação de um termo é a coleção de objetos com os quais ele se refere; a aplicação de uma proposição é os casos em que ela se mantém válida”, por seu turno, “a significação de um termo são todas as qualidades que são por ele indicadas; a significação de uma proposição são todas as suas diferentes implicações” (Peirce, 2017, [CP 2.431], p. 147).

Nessa linha, Peirce (2017, p. 147) distingue quatro tipos de significação, a saber:

a) significação indispensável: “[...] é tudo quanto está contido em qualquer coisa que se possa fixar como sendo a definição de um termo – todos aqueles elementos do significado em sua ausência, de qualquer deles, o nome não seria aplicado” (Peirce, 2017, [CP 2.432], p. 147);

b) significação banal: “[...] é aquilo que nem é preciso dizer, aquilo que todo mundo sabe” (Peirce, 2017, [CP 2.432], p. 147);

c) significação informativa: “[...] é aquilo que se tem ocasião de dar expressão: estas coisas, naturalmente, variam com os diferentes indivíduos a quem a proposição é emitida”, como por exemplo: “o fato de o oxigênio ser hilariante é informativo para o estudante de química e banal para o professor de química (mas é falso para aqueles que têm conhecimento dos últimos resultados da ciência)” (Peirce, 2017, [CP 2.432], p. 147);

d) significação completa: “[...] consiste em todos os predicados válidos do termo em questão” (Peirce, 2017, [CP 2.432], p. 147).

Para estas definições, Peirce (2017, p. 147) apresenta um exemplo:

Quando digo “quem vi ontem foi João Pedro”, a significação indispensável de João Pedro é simplesmente um objeto individual de consciência (normalmente, é um homem, embora possa ser um cachorro ou um boneco) o qual se convencionou a designar com esse nome; mas a significação banal, para quem conhece bem João Pedro, é muito extensa (CP 2.432). As mesmas características aplicam-se às proposições tanto quanto aos termos; assim, a significação completa (ou implicação) de *Todo x é y* são todas suas consequências válidas, e sua aplicação completa (ou âmbito) são todas aquelas descrições de circunstâncias em que ela se mantém viva – isto é, todos seus antecedentes suficientes (CP 2.433).

Diante desses apontamentos teóricos, fica evidente que há muitas definições, portanto muitos apontamentos sobre os conceitos sentido, significado e significação. A importância desse tratamento nesta pesquisa evidencia o quanto as concepções sobre os efeitos decorrentes da constituição da informação são ricas e plurais, já que há diversos métodos, práticas e estratégias de averiguar a informação e, por conseguinte, confirmar consistência do sentido, do significado e da significação.

Por outro lado, o fato de haver tantas definições e abordagens, muitas delas promovem pontos de contato, contudo há muita divergência sobre definição e aplicação. Desse modo, a falta de unidade conceitual sobre esses três fundamentos proporciona confusão na abordagem científica e teórica, o que exige a constante justificativa de como esses três fundamentos estão sendo aplicados, ou seja, para o universo da ciência, é fundamental que não sejam tratados com definições comuns e não ancoradas nas teorias aplicadas durante as análises.

Somado a isso, esse estudo da arte sobre os três conceitos é realizado a partir de abordagens fundamentais para o desenvolvimento desta tese, assim como possibilita a sistematização das concepções a fim de esclarecer o porquê de algumas definições serem descartadas no desenvolvimento deste trabalho e outras serem aplicadas, principalmente porque fica claro que há divergências epistemológicas entre as teorias e abordagens apresentadas, portanto serão aplicadas as concepções que estejam alinhadas à epistemologia escolhida para ser desenvolvida neste trabalho.

Diante disso, entende-se que as definições de semântica e seus objetos sentido, significado e significação apresentadas, sob o viés de algumas teorias da linguagem e da filosofia que exploram esses conceitos, podem contribuir para a compreensão de suas fundamentações epistemológicas e, assim, evidenciar porque algumas definições serão aplicadas nas discussões e interpretações apresentadas no desenvolvimento deste trabalho e outras serão excluídas. Além disso, essa categorização desses conceitos também será útil para alinhar o entendimento sobre eles concebidos pelas linhas epistemológicas do próprio ramo da semântica.

Diante disso, esta pesquisa adota uma linha de definições sobre esses três conceitos, tendo em vista que são recorrentes para o tratamento dos objetos apresentados neste trabalho, os quais, inclusive, incidem nos resultados. Sendo de extrema importância para a articulação dos argumentos e na construção das inferências. Assim, compreende-se que:

Por significado, é a somatória de traços semânticos (semas) aplicados à uma palavra (lexema) conforme sua constituição histórica, social, cultural, política e científica, portanto trata-se de um aspecto realizado, no nível do léxico e disponível ao acesso comum;

Por sentido, é o efeito que se manifesta enquanto as interações entre sujeitos e realidade, caracterizando a intenção a situação e o direcionamento, bem como sua relação com os fatores extralinguísticos, ou seja, sua referência. Assim, é possível obter um aspecto virtual, atual ou potencial, no nível do enunciado e da enunciação, disponibilizado durante sua construção;

Por significação, é o processo de construção, os traços semânticos (semema) que afetam uma mente e apresenta os fatores extralinguísticos como condutores da construção dos contextos, por conseguinte da conduta frente ao devir, por isso requer experiência, *background*, formação de frames, de hábitos, ou seja, a significação gera a aprendizagem, portanto a significação está presente no processo cognitivo.

Todavia, antes de aprofundar nas linhas epistemológicas presentes no desenvolvimento da semântica, a próxima seção visa a apresentar, a analisar e a refletir os caminhos e os desdobramentos teóricos que fundamentaram a semântica como um importante ramo da linguística e fundamental para os estudos sobre sentido, significado e significação, contudo tornou-se, apesar de tal impacto e importância no cenário da linguagem, uma área pouco valorizada.

Em suma, o desdobramento de algumas linhas da semântica ocorreu para atender algumas necessidades inerentes aos objetivos desta tese: a) justificar a definição adotada de significado, sentido e significação; b) apresentar e demonstrar como diferentes teorias da linguagem se posicionam sobre uma semântica presa ao léxico e sobre uma semântica que destaca o funcionalismo dos enunciados; c) pontuar a essência epistemológica de algumas teorias semânticas adotadas pela organização do conhecimento, visto ser a semântica o ponto comum no tratamento da linguagem especializada, para poder comparar com outras teorias da semântica, no intento de propor caminhos semânticos para contribuir no tratamento da linguagem de modo geral.

4.1 Origem e desdobramento da semântica: fundamentos teóricos

A semântica é definida como ramo da linguística que estuda o sentido, o significado e a significação, todavia é bastante comum a aplicação dos seus conceitos em outras áreas do conhecimento, seja para evidenciá-los nos processos e nos resultados, seja para se apropriar de seus fundamentos para compreender a relação dos signos, quer seja verbal, quer seja não-verbal na correlação com o contexto.

De fato, reconhece-se que, em muitas vezes, a presença da semântica nos dispositivos para organizar, sistematizar, representar e mediar o sentido, o significado e a significação não recebe destaque, ou esses elementos são tratados como sinônimos, ou o significado recebe destaque, e o sentido e a significação são deixados para segundo plano.

Muito desse problema de aplicabilidade teórica é decorrente da dificuldade em definir a concepção de seus objetos, contudo há outros fatores que interferem nessa problematização, como as diferentes linhas de estudo sobre a semântica, conseqüentemente como seus elementos epistemológicos, ontológicos, metodológicos são sistematizados e aplicados, bem como a configuração do referencial teórico, que, muitas vezes, desconsidera totalmente o que uma linha desenvolveu ou apresenta.

Ademais, o baixo desenvolvimento de pesquisas dedicadas aos objetos da semântica, permitiu que esse ramo da linguística fosse muitas vezes tratado como senso-comum e o próprio termo semântica fosse aplicado inadequadamente, seja no âmbito da vida comum, cuja finalidade é defender a compreensão de algo, seja no âmbito científico, que se resume a coerência dos objetos, discursos e materiais, ou compatibilidade entre os experimentos, métodos e campos do conhecimento.

Historicamente o surgimento e a evolução da semântica retratam muitas discussões e modos de tratar a relação linguagem-mente-realidade, seja como área do conhecimento, seja como recurso linguístico de compatibilidade e coerência entre contexto, seja como seus objetos são importantes para a interação humana com a realidade natural, cultural e ficcional. Além de analisar seus desdobramentos em linhas de estudo e atuação, bem como refletir sobre como seus objetos são tratados e definidos.

Para realizar a análise crítica-descritiva sobre as linhas e avanços da semântica, foram explorados diversos trabalhos, dos quais se destacam Bréal (1883);

Ogden; Richards (1966); Chierchia (2003); Tamba (2006); Ilari; Geraldi (2006); Pietroforte; Lopes (2007); Müller; Viotti (2007); Oliveira (2012); Oliveira (2017); Ferraresi Junior; Basso (2019); Meillet (2021).

Sendo a semântica tratada por ramo ou, principalmente, por disciplina, sua acepção está voltada para o sentido, significado e significação. Desse modo, sua aplicabilidade se encontra nos aspectos fonéticos, lexicográficos, morfológicos, em análises lexicais, derivacionais e flexionais, ainda há os aspectos sintáticos, sejam sintagmáticos ou frasais; há ainda as análises discursivas, que podem ser de enunciados, enunciação, intencionalidade, situacionalidade, aspectualidade. Não se pode esquecer dos fatores intertextuais, interdiscursivos, além da influência da alteridade, do implícito, do explícito, da pragmática, além das construções de proposições e sua relação com a inferência, pressupostos, subentendidos, acarretamentos e implicaturas.

Diante desses fatores, há um ponto de extrema relevância nos estudos da semântica, porém pouco se evidencia, principalmente porque os estudos na área quase sempre são realizados pela linguística, contudo a semântica também é de interesse da lógica, da terminologia, da teoria dos conceitos, da teoria da cognição, da semiótica, da filosofia, da sociologia, da psicologia, entre tantas outras.

Esse ponto de muitos debates entre cientistas e pesquisadores é sobre a origem da significância, ou melhor, o que é exatamente significar? Ademais, de onde deve partir? Da língua, do objeto, do fenômeno? A semântica é realista, mentalista, idealista ou nominalista? A significação é dada pela língua ou é resultado de um processo cognitivo? O que é fato é que a semântica está no mundo, rege a relação mente, língua e realidade.

Desse modo, reconhece-se que “o sentido é um dado imediato e fundamental de nossa experiência com as línguas”, assim “[...] não é exatamente fácil passar do sentido comumente percebido a um sentido erigido em objeto de estudo linguístico” (Tamba, 2006, p. 7). Esse fator impacta no cenário de estudos da linguagem, ou melhor, “[...] é isso que confirma o advento tardio da semântica, enquanto ramo das ciências da linguagem que tem por campo as significações próprias da língua” (Tamba, 2006, p. 7-8).

Somado a isso, “as posições sobre o que é significação são inúmeras e extremamente matizadas”, é possível apontar que “[...] vão desde o realismo dos que acreditam que a língua se superpõe como uma nomenclatura a um mundo em que as

coisas existem objetivamente”, como ainda há “[...] formas de relativismo extremado, segundo os quais é a capacidade da língua que determina nossa capacidade de perceber o mundo” (Ilari; Geraldi, 2006, p. 5).

Além disso, há também “a crença de que a significação de uma expressão fica cabalmente caracterizada pela tradução em outra expressão”, ou ainda há “[...] a crença de que qualquer tradução é impossível e para compreender a significação de uma palavra ou frase se exige participação direta em atividades de um determinado tipo” (Ilari; Geraldi, 2006, p. 6).

Com esses fatores, ao invés de reconhecer que a semântica progride para atuações cada vez mais científicas e alinhadas a metodologias e a práticas de observação e análise a fim de configurar os conceitos pertinentes da área através de uma terminologia bem delimitada, “[...] semanticistas de diferentes escolas utilizam conceitos e jargões sem medida comum, explorando em suas análises fenômenos cujas relações não são sempre claras” (Ilari; Geraldi, 2006, p. 6). Pior, “[...] em oposição à imagem integrada que a palavra ciência evoca, a semântica aparece, em suma, não como um corpo de doutrina, mas como o terreno em que se debatem problemas cujas extensões não são sempre óbvias” (Ilari; Geraldi, 2006, p. 6).

De fato, é complexo delimitar um rol de preocupações inerentes à semântica, entretanto, ao invés de tentar sobrepor uma problematização sobre a outra, seja mais sensato buscar maneiras de conciliar as demandas, pois é factual a divergência epistemológica, no entanto as divergências de objetos a serem focados por cada abordagem ou linha é não levar em conta que a semântica, efetivamente, estuda a forma que gera outra forma, decorrente de uma percepção e compreensão de outra forma.

Desse modo, o sentido, o significado e a significação são entendidos, neste estudo, como conceitos diferentes, baseados nas apresentações já realizadas. Portanto, geram uma descrição, através da metalinguística, decorrente de uma palavra ou um objeto no mundo real, exterior à mente, contudo é percebido por uma mente, a qual compreende o objeto ou conceito, a partir de sua experiência com as coisas do mundo e com as palavras. Com efeito, é preciso conhecer os objetos, as palavras e as circunstâncias para poder correlacioná-los e ampliar a experiência.

Com isso, é possível apontar que o objeto primeiro da semântica é o significado das palavras e das sentenças, e seu objetivo é “[...] descrever a capacidade de um falante tem para interpretar qualquer sentença de sua língua”, assim o primeiro passo

definir o conceito de significado, porém “o problema é que não há consenso sobre o que é significado” (Oliveira, 2012, p. 23). Somado a isso, “umas das dificuldades de definirmos esse termo se deve ao fato de que ele é usado para descrever situações de fala muito diferentes” (Oliveira, 2012, p. 23). Desse modo, como afirma Hilary Putnam (1926-2016), em um texto de 1975, “[...] o que atrapalha a semântica é ela depender de um conceito pré-teórico de significado” (Oliveira, 2012, p. 24).

A dificuldade em se definir o que é significado está justamente no embate entre o linguístico e o mundo real, e é preciso aceitar que os aspectos semânticos “[...] transbordam as próprias fronteiras do puramente linguístico”, exatamente porque, entre outros motivos, “[...] ele está fortemente ligado à questão do conhecimento” (Oliveira, 2012, p. 24). Debater sobre essa problemática é tentar “[...] responder a como é que atribuímos significado a uma cadeia de ruídos” e isso também “[...] implica adotar um ponto de vista sobre a aquisição do conhecimento” (Oliveira, 2012, p. 24).

Antes de avançar sobre os objetos, objetivos, métodos e epistemologias que regem os estudos acerca da semântica, entende-se ser necessário fundamentar o surgimento da disciplina com o fito de compreender sua evolução, bem como entender as divergências sobre definições e abordagens.

O surgimento da semântica ocorreu em 1883, ou melhor, a palavra semântica aplicada a um estudo sobre o sentido aparece no artigo de Michel Bréal (1832-1915), intitulado *Les los intellectuelles du langage: fragment de sémantique*, publicado no *Annuaire de l'Association pour l'encouragement des études grecques em France*, dando início a nova ciência da significação, sendo assim ratificada, em 1898, com a publicação de *Essai de sémantique*, obra desenvolvida também por Bréal, a quem, portanto, é dada a paternidade do termo. A discussão central da obra de Bréal é que “as palavras – forma e sentido – levam uma existência que lhe é própria e que compete à linguística comparada estabelecer as leis de evolução das significações das palavras” (Tamba, 2006, p. 8).

A semântica, portanto, devido às dificuldades de isolar a concepção de significação em um processo científico e acomodar as diversas aplicações do sentido relacionados às atividades humanas, acabou aparecendo muito depois dos estudos sobre fonética e morfologia estarem consolidados. No entanto, é válido destacar que Bréal, “[...] chegou a estabelecer a autonomia das significações linguísticas, rompendo com milênios de especulações filosóficas, lógicas e psicológicas sobre as relações entre pensamento e linguagem” (Tamba, 2006, p. 15), por mais que não

tenha conseguido efetivar uma teoria semântica que perdurasse no cenário científico, ao contrário, as práticas semânticas das teorias que surgiram ao longo dos anos, pouco carregam da ideia inicial.

De fato, sobre a concepção dos semanticistas do primeiro momento, incidiu o conceito de evolução, “[...] elaborado por H. Spencer e C. Darwin por volta dos anos 1857-1859”, tal influência “[...] desempenhou um papel decisivo no advento de uma ciência linguística das significações” (Tamba, 2006, p. 15). De modo geral, as concepções de semântica da época apontam o seguinte: a) “a semântica tem por objeto o estudo da evolução das significações nas línguas”; b) “essa evolução é comandada por leis gerais”; c) “essas leis, próprias dos fenômenos semânticos, devem ser extraídas a partir de observações empíricas” (Tamba, 2006, p. 15). Influenciado pela ideia de leis da evolução e da observação empírica, Bréal evidencia a lei de multiplicação dos sentidos de uma palavra, a qual atribuiu uma classificação, na época, neológica, de polissemia.

Em consonância a esse tipo de pensamento, destaca-se que Darmesteter (1849-1894), em 1886, propôs a lei de contágio, de reação, e de concordância sinonímica, que são “subjacentes a relações lexicais sincrônicas que mostram como as palavras vivem entre si” (Tamba, 2006, p. 17). Logo, enquanto para Bréal, a semântica era definida como a ciência das significações; para Darmesteter, a semântica era “[...] um campo especializado, restrito ao estudo científico das mudanças de significação das palavras” (Tamba, 2006, p. 17).

Com o surgimento da tese organicista, na Alemanha, o nome de Schleicher (1821-1868) será destaque. Já na França, poucos irão adotar a chamada posição naturalista – cujo viés evolucionista era a epistemologia preponderante –, já que a influência de Bréal será pontual no desenvolvimento da tese sócio-histórica, em que se fundamenta a gramática histórica comparada das línguas indo-europeias (Tamba, 2006). Essa linha exerceria influência nos trabalhos de Meillet (1866-1936), outro nome fundamental para o desenvolvimento da semântica, entre outros seguidores, assim alcançando Saussure, em algumas discussões presentes em seu *Curso de Linguística Geral*, no qual há a proposição da semiologia (Tamba, 2006).

Nesse propósito, para Millet, “a evolução das significações atesta a coexistência de três espécies de mudanças”: a) Mudanças de ordem linguística: essas são decorrentes “[...] das leis fonéticas de modificações de formas”; b) Mudanças de ordem histórica, essas são “[...] provocadas por contatos interculturais”; c) Mudanças

de ordem social, as quais são “[...] tributárias da evolução das instituições humanas (direito, moral, religião)” (Tamba, 2006, p. 19).

Frente a esses apontamentos, verifica-se que o entendimento inicial da semântica reconhece a relação extralinguística e linguística, portanto a língua sofre com as questões de significância decorrente a elementos externos e, assim, é possível a ampliação de sua significação mediante à própria configuração da língua. Com isso, compreende-se que a semântica tem seu espaço não apenas nos estudos da linguística, mas também é presente nos interesses das ciências sociais.

Todavia, é preciso evidenciar um *locus* de atuação da semântica nas ciências sociais, em destaque, às ciências sociais aplicadas, para que não seja apenas um compêndio de significados atribuídos como uma lista de possibilidades de sentido, mas que, de fato, haja procedimentos, métodos e estratégias para que os processos de interpretação sejam eficientes na condição de retratar a verdade nos enunciados construídos para perfazer as narrativas humanas, afinal, consoante à proposição de Benthien e Weiss, em (Meillet, 2021), “[...] nada mais perigoso para as ciências sociais que a celebração de uma tradição que vende fórmulas prontas para serem aplicadas”.

Em sua análise das interferências sociais na modificação semântica, Meillet aponta três razões:

a) a primeira causa: seria interna à língua, isto é, “[...] em função da dinâmica de certas frases, palavras com sentidos concretos podem passar a atuar como simples instrumentos gramaticais”; pode-se apresentar o exemplo da palavra *on* do francês, a qual “[...] tem sua origem no latim *homo*, tornando-o impessoal, ao passo que o sentido original da palavra latina foi mantido com o francês *homme*” (Meillet, 2021, p. 20).

b) a segunda causa: alteração na relação entre palavras e objetos, ou seja, “[...] quando a estrutura de um objeto se modifica, o vocabulário relativo aos nomes de suas subdivisões tende a acompanhar a transformação”, além disso essas transformações semânticas podem ocorrer “[...] em função de avanços tecnológicos, os quais aposentam certas práticas e utensílios, conservando, readaptadas, as palavras que os designavam” (Meillet, 2021, p. 20).

c) a terceira causa: formação de grupos, ou melhor, “[...] a mais usual e importante fonte de transformações semânticas diz respeito aos efeitos da repartição dos homens de uma mesma língua em grupos distintos” (Meillet, 2021, p. 20). É

importante destacar que o ponto crítico do estudo semântico gira em torno da experiência social e a mutação linguística.

Esse embate é crítico no cenário da teoria da semântica, porque o sentido da palavra é decorrente da experiência social, isso indica que o resultado da significação é sempre coletivo, porém a questão é: em todas as circunstâncias? Determinações subjetivas no uso de linguagem figurativa, presentes na construção retórica da arte ou da conversa prosaica, não interferem na evolução social do sentido? Também há o fato de o objeto ser compreendido de novas maneiras e o surgimento de novas categorias na ciência, ou seja, qual impacto desses processos na semântica? E o surgimento de novas palavras, através de neologias ou estrangeirismo, para nomear utensílios concretos ou serviços decorrentes da tecnologia? Ainda sobre a mutação linguística, ao falar de mutação linguística ou revitalização do léxico, é coerente sustentar que o léxico é imotivado?

Entretanto, as questões que permeiam o estudo sobre a semântica também apontam outros fatores sociais, como “[...] o quanto não basta constatar a existência de divisões entre os homens para explicar o fenômeno da mudança de sentido”, pois a amplitude semântica é complexa, assim “[...] o que se deve considerar é, sobretudo, o pertencimento de um mesmo indivíduo a vários grupos que se fazem e se refazem valendo-se de um modo próprio de utilizar os recursos gerais da língua” (Meillet, 2021, p. 20).

É posto em análise a influência das metáforas na significação devido à constituição de sua extensão, além das realidades psíquicas e sociais que se escondem por trás dessas abstrações, como ainda o fato de que “a criança que aprende a falar não recebe a língua pronta: ela a recria por completo, para os fins que lhe destina, a partir do que escuta em seu entorno” (Meillet, 2021, p. 39).

De fato, uma circunstância que evidencia a convencionalidade da língua, todavia não a hegemonia semântica, visto que “[...] é um fato recorrentemente observado que as crianças pequenas começam a dar às palavras sentidos muito diferentes daqueles que essas mesmas palavras têm para os adultos dos quais elas as aprendem” (Meillet, 2021, p. 39).

Outrossim, é necessário destacar que “as mudanças das coisas não se traduzem unicamente por mudanças nas palavras” (Meillet, 2021, p. 49), como exemplo macaxeira, mandioca e aipim, as variações regionais não modificam o objeto, todavia a história que o objeto tem com os grupos sociais que o utilizam, amplificam a

análise semântica quando essas informações são recuperadas. Desse modo, tem-se que a variação de sentido de muitas palavras são resultantes da “[...] variação das noções às quais determinado nome está associado”, fator que “[...] traduz mudanças sociais mais profundas” (Meillet, 2021, p. 51).

Ademais, destaca-se que “uma palavra amplia sua significação quando passa de um círculo restrito a um círculo mais amplo”, assim como também é verdade que “[...] ela a reduz quando passa de um círculo amplo a um mais restrito” (Meillet, 2021, p. 55). Com isso, pode-se apontar, por exemplo, o que acontece nas inter-relações entre linguagem natural e linguagem especializada ou artificial, visto que “[...] cada ciência, cada arte, cada profissão, ao compor sua terminologia, marca com sua especificidade as palavras da língua comum” (Meillet, 2021, p. 53).

Nessa linha, “os grupos em que o sentido das palavras torna-se preciso dessa forma não são somente os de profissionais”, por seu turno “todo conjunto de indivíduos que mantém, de qualquer ponto de vista, relações especiais no interior de uma sociedade tem, por essa razão, noções especiais”, além de obedecer a “convenções específicas do pequeno grupo do qual ele faz parte, seja transitoriamente, seja de maneira permanente” (Meillet, 2021, p. 55).

Desse modo, o significado de uma palavra é “[...] definido pelo conjunto de noções ao qual ela está associada, sendo que as associações evidentemente diferem de acordo com o grupo ou com a palavras empregada” (Meillet, 2021, p. 55), situação recorrente na variação diastrática – variação social –, e variação diafásica – variação linguística conforme o registro e o estrato linguístico empregado pelo mesmo falante em lugares diferentes.

Por sua vez, o sentido das palavras, “[...] independente da natureza do grupo considerado, está sujeito a variações não apenas em decorrência das circunstâncias especiais que o determinam” (Meillet, 2021, p. 57). Embora a aplicação semântica, em muitos casos, está alinhada à estabilidade do sentido e à busca de normalização dos léxicos, vocábulos e, principalmente, terminologias, evitando que a significação seja um processo constante.

Ainda que esses grupos se isolem, se fechem, ou sistematizem uso padronizado de palavras para representar as realidades cultural e científica, não é possível evitar que haja atualização do sentido, pois a significação está presente nas interações, nas constatações, nos processos cognitivos resultantes de compreensão

mais específica dos objetos e dos fenômenos, apreensão de novos detalhes oriundos da percepção motivadas por novos fatores.

Frente a isso, fica claro que o estudo sobre a semântica exige mais pesquisas e mais olhares debruçados a fim de sistematizar sua compreensão no cenário da interpretação, além de alinhar o entendimento sobre seus principais objetos: sentido, significado e significação. Por outro lado, enquanto essas respostas não surgem como procedimento científico alinhados a entendimentos uníssonos, é preciso entender que a semântica está presente no mundo, em destaque, nas representações humanas sobre o mundo, por isso é urgente sua compreensão, porque assim como a informação se apresenta para explicar e descrever o mundo; a semântica age, através das línguas, em processos metalinguísticos para compreender esse mundo.

Diante de todos esses percalços teóricos, compreende-se que é válido realizar uma análise mais específica sobre algumas linhas teóricas que surgiram ao longo dos anos e se desdobraram dos apontamentos sociais, linguísticos e históricos realizados por Bréal e Meillet.

Dentre os diversos desdobramentos teóricos que a semântica apresentou, sendo que alguns se efetivaram e praticamente se tornaram escolas, outros surgiram de modo acanhado e pouco progrediu, optou-se por explorar linhas que se estabilizaram no cenário científico do estudo da linguagem, além de contribuir de maneira contundente para os objetivos desta pesquisa. Assim, será realizada, nas próximas seções, a exposição e análise sobre: a) semântica lexical; b) semântica estrutural; c) semântica gerativa; d) semântica formalista; e) semântica argumentativa e enunciativa; e f) semântica cognitiva.

4. 2 Semântica Lexical: diálogos com a lexicologia e com a morfologia

A semântica lexical é uma linha da semântica bastante explorada nos cenários de investigação do significado e do sentido devido à sua ligação com a lexicologia, a lexicografia, a morfologia e com a sintaxe. Sendo assim, sua perspectiva está direcionada ao sentido promovido pelo léxico, seja por sua natureza como lexia, isto é, sua concepção como palavra, com ênfase nas particularidades como significante ou elemento do plano da expressão; seja como morfema, ou seja, a constituição de sua estrutura a partir das relações entre morfemas lexicais e morfemas gramaticais, sendo estes designados como morfemas gramaticais flexionais – os quais indicam

gênero, número, tempo-modo, número-pessoa, e morfemas gramaticais derivacionais – que permitem a formação de novas palavras decorrente à correlação com prefixos e/ou com sufixos.

Outro ponto de destaque nas discussões acerca da semântica lexical é a relação entre os lexemas – as palavras inerentes ao idioma e afetadas por um sentido, que, para constituir a frase, a escolha paradigmática tem relação e interferência na constituição sintagmática. Com isso, a semântica lexical também está presente na intersecção entre sujeito e predicado e as partes sintagmáticas que constituem o predicado.

Para o desenvolvimento dessa análise e discussão, foram consultados materiais especializados em semântica lexical ou materiais que exploram a semântica do léxico para analisar sua contribuição para a cognição. Desse modo, destacam-se Vendler (1968, 1967, 1972, 1984); Jackendoff (1972, 1985, 1987, 1990, 1995, 2002, 2005, 2012); Dowty (1979, 1981); Coseriu (1981); Cruse (1986); Pinker (1986, 1988, 1995, 1996, 1999, 2002, 2008, 2013); Chierchia (1990, 1995, 2003, 2013); Rastier (1997); Tenny (1994); Rappaport (1995, 2005, 2010); Talmy (2000, 2003, 2018); Mel'čuk (2015); Pòlguere (2018).

Diante disso, destaca-se que, para Wachowicz (2019, p. 153), a semântica lexical “[...] estuda o significado das palavras e sua relação com outros níveis linguísticos – outras palavras e sentenças”. Além disso, “a abordagem clássica das relações semântico-lexicais trata de fenômenos como a sinonímia, a antonímia, a hiperonímia e a meronímia” (Wachowicz, 2019, p. 153), situações estas que estão atreladas aos estudos que envolvem a lexicologia.

Sob outro aspecto, a semântica lexical também explora “[...] as relações entre informação lexical e estrutura sintática” (Wachowicz, 2019, p. 153), denominado de estrutura argumental, pois se tem no verbo o ponto fundamental das relações entre seus agentes e complementos, denominados valências verbais, fundamentos que implicam efeitos semânticos porque, decorrente da valência, é necessário que a frase apresente seus complementos sintáticos, ou seja, a presença ou a ausência desses complementos interferem no efeito de sentido (Wachowicz, 2019).

Outro fator que incide sobre a semântica lexical são as questões morfológicas, as quais efetivam um sentido lexical, mas que também incide sobre o contextual, como por exemplo a questão de gênero ou número, pois não são meras representações linguísticas, esses fatores apontam seres no mundo real, além disso as questões

verbaux não são efetivas apenas no discurso, mas impactam na relação com eventos, ou seja, se sua ocorrência está no presente, passado (pretérito) ou futuro, se o fato ou evento é uma certeza, uma ordem ou uma hipótese, somado ao fato de indicar quem são as pessoas inseridas no discurso.

Ademais, as questões morfológicas estão atreladas ao estudo de categorias, visto que indicam substância através dos substantivos; quantidade, através de pronomes, advérbios e numerais; qualidade, com a aplicação de adjetivos; relação, com a incidência de conjunções e preposições; lugar e tempo, através de advérbios; ação, com os verbos; afetação, com a aplicação da voz passiva. Nessa perspectiva, pode-se entender que o efeito de sentido decorrente à aplicação das classes morfológicas constitui fenômenos na linguagem natural que efetivam sua função ontológica, portanto de representação.

A semântica lexical pode ser analisada sob duas abordagens: a) sentido atômico, atrelado à lexicologia e lexicografia, em que a palavra (lexia) é analisada sob si mesma, portanto o significado é inerente à sua constituição linguística; b) estrutura argumental, atrelado à sintaxe e a estudos sobre percursos gerativos como gatilho cognitivo, em que a significação é oriunda da relação entre os termos inseridos na composição dos sintagmas, portanto a informação se efetua na expressão linguística, no entanto é motivada pelos elementos extralinguísticos.

As questões advindas do estudo atômico da semântica lexical permitem a categorização semântica das palavras, as quais também, em alguns casos, relacionam-se aos elementos extralinguísticos, já que a linguagem funciona como um índice. Sendo assim, é válido apontar essas categorias e analisar suas atribuições linguísticas e, se for o caso, extralinguísticas para demarcar a relação linguagem e referência.

Não obstante, é necessário compreender que “o conjunto de relações de normalidade que um item lexical contrai com todos os contextos concebíveis será referido como suas relações contextuais” (Cruse, 1986, p. 16, tradução livre), assim pode-se afirmar que “o significado de uma palavra se reflete plenamente em suas relações contextuais”, ou seja, “o significado de uma palavra é constituído por sua relação contextual” (Cruse, 1986, p. 16, tradução livre).

Nesse propósito, ao tratar de sinônimos, é preciso destacar que a palavra aplicada como lexema na linguagem natural, ou seja, propriedade intelectual de uma língua, não tem seu sentido constituído de modo aleatório, mas, sim, através de

fatores sociais, culturais, históricos, ou ainda tecnológicos, publicitários, psicológicos, os quais designam sua relação com a coisa afetada, isto é, o lexema representa um fato, um evento, um objeto ou um fenômeno que se perfaz entre as necessidades humanas de representação.

Sendo assim, “[...] essa concepção do significado de uma palavra é de utilidade limitada: muitas informações importantes sobre o significado das palavras permanecem, por assim dizer, latentes” (Cruse, 1986, p. 16, tradução livre). Diante disso, é possível imaginar “o significado de uma palavra como um padrão de afinidades e aversões com todas as outras palavras da língua com as quais ela é capaz de contrastar relações semânticas em contextos gramaticais” (Cruse, 1986, p. 16, tradução livre).

A relação entre as palavras na linguagem natural é o principal exercício semântico para se chegar ao seu significado. Ademais, é possível apontar as relações lexicais como relações de congruência ou ainda variantes de congruência, já que “[...] oferecem um modelo não apenas para estabelecer um grupo fundamental de relações de sentido, mas também para definir um conjunto de variantes sistemáticas aplicáveis a praticamente todas as outras relações de sentido paradigmáticas” (Cruse, 1986, p. 86, tradução livre).

Diante disso, pode-se estabelecer quatro tipos básicos de relação: a) identidade: ocorre quando classes A e B possuem os mesmos elementos; b) inclusão: ocorre quando todos os elementos semânticos da classe B estão incluídos na classe A; c) sobreposição: ocorre em situações que, embora classes A e B tenham elementos em comum, há tantos outros que não compartilham; d) disjunção: nesse caso, classes A e B não apresentam nenhum elemento semântico em comum (Cruse, 1986, tradução livre).

Esse tipo de abordagem pode oferecer duas vias de análise: a primeira permite a definição ontológica dos seres e sua relação com outros da mesma categoria ou com categorias diferentes a fim de reconhecer propriedades que aproximam ou distanciam; a segunda, com concepções problemáticas para questões ontológicas, é que, por um lado, há muitas propriedades compartilhadas por seres de naturezas diferentes; por outro, a linguagem natural permite nomear seres que não existem concretamente, como os clássicos exemplos de unicórnio, deuses, elfos, dragões, entre outros.

Nesses casos, a linguagem natural evidencia duas vertentes decorrentes da criatividade e inteligência humana, isto é, há as definições de seres pertencentes ao mundo real, nesse ponto a linguagem reflete a realidade; todavia há definições de seres fantásticos, muitos dos quais não se sabe a origem de suas histórias, contudo é factual que seus atributos e predicados são oriundos do mundo real. Assim se realizam, com combinações inovadoras que são manifestadas pela reorganização semântica na constituição da frase, passível pela articulação do discurso, já que na estrutura sintática é possível correlacionar seres com atributos e, justamente, por não ser um instrumento que, de imediato, evidencia a verdade, permite que os elementos de referência do mundo possam ser reconstruídos obtendo uma releitura semântica.

Tal situação indica que os signos representam a realidade, contudo a informação se modela conforme a constituição da significação, e a semântica se realiza na linguagem, como ferramenta da cognição, já que a significação se constitui na práxis discursiva.

Nesse sentido, a sinonímia se realiza na elaboração da informação, pois é a continuidade dos elementos da realidade traduzidos em signos que efetivam uma congruência semântica, ou seja, a sinonímia é “a relação lexical que se assemelha à identidade na associação de duas classes” (Cruse, 1986, p. 88, tradução livre). Esse fator é reconhecido através do *background* semântico, já constituído decorrente da experiência linguística e extralinguística do usuário, isto é, “X é sinônimo cognitivo de Y se X e Y são sintaticamente idênticos”, ou ainda “qualquer sentença gramatical declarativa S contendo X tem condições de verdade equivalentes a outra sentença S₁, que é idêntica a S, exceto que X é substituído por Y” (Cruse, 1986, p. 88, tradução livre).

Frente a isso, tem-se como sinonímia “[...] palavras diferentes de mesma categoria gramatical e de sentido quase equivalente”, por conseguinte “essa equivalência baseia-se na constatação de que um grupo de palavras ou uma frase não muda de sentido quando substituímos um de seus termos por um sinônimo” (Tamba, 2006, p. 89). Dessa maneira, destaca-se que “[...] novo é sinônimo de jovem, porque, no contexto homem novo, pode ser substituído por jovem” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 126).

Por outro lado, “[...] não existem sinônimos perfeitos, a não ser nas terminologias”, assim a palavra pode não ser mais sinônimo quando inserida em outro contexto, ou outra situação de enunciado, ou seja, “[...] na expressão livro novo, não

se pode substituir a palavra novo por jovem” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 126). Por seu turno, casos específicos de construção de linguagem, como os fatores que envolvem a linguagem documentária, a fim de dinamizar o uso e cocriar camadas de conexão entre os conceitos e as categorias, adota-se uma concepção reconhecida como quase-sinônimos.

Outrossim, é importante destacar que não há sinônimos perfeitos, “[...] porque as condições de emprego discursivo são distintas”, pois “[...] um apresenta mais intensidade que o outro”, conseqüentemente “[...] um implica aprovação ou censura, enquanto o outro é neutro”, ou ainda “[...] um pertence à linguagem técnica, enquanto o outro pertence à fala geral” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 126), assim como outras tantas situações de divergência de registro e estrato linguístico.

Desse modo, a sinonímia “[...] aparece como uma relação de similitude de sentido gradual, relativa, o que a diferencia de uma relação de equivalência lógica” (Tamba, 2006, p. 91). Com isso, entende-se que para duas palavras serem consideradas sinônimas, “[...] não basta que denotem o mesmo conjunto de objetos (pessoas, animais, coisas); exige-se, além do mais, que os denotem por alusão a uma mesma propriedade” (Ilari; Geraldi, 2006, p. 43).

Sinonímia é identidade de sentido, é preciso que as palavras sinônimas “[...] façam, em todos os seus empregos, a mesma contribuição ao sentido da frase”, além disso “duas palavras são sinônimas sempre que podem ser substituídas no contexto de qualquer frase sem que a frase passe de falsa a verdadeira, ou vice-versa” (Ilari; Geraldi, 2006, p. 44). Nesse aspecto, a sinonímia se constrói na esfera do enunciado, constituída pela formação de isotopia.

Em contraparte, há a antonímia, termo cunhado em meados do século XIX, é “[...] utilizado hoje em semântica para designar uma relação de contrário, oposta à sinonímia” (Tamba, 2006, p. 97). Por sua vez, Lyons (1970) e Cruse (1986) indicam que antonímia designa contrários graduáveis, bipolares, portanto diferente de *opposite* (contrário). Ao contrário da sinonímia, que gera conjunção de semas; a antonímia apresenta a divergência de classemas.

De modo geral, a antonímia apresenta semelhanças práticas com a sinonímias, já que “ela só liga termos lexicais que tenham a mesma categoria gramatical”; “ela se estabelece no nível de contextos mínimos canônicos, no qual a substituição de um termo por outro produz um sentido contrário e não no nível da unidade lexical isolada”; “ela se inscreve no léxico enquanto denominação distinta codificada”, o que

caracteriza que a conexão não está apenas nas unidades lexicais sem relação morfológica, “[...] mas também antônimos derivados de um termo positivo por prefixação” (Tamba, 2006, p. 98). Nesse aspecto, a antonímia se perfaz pela estruturação dos lexemas, contudo é possível que a antonímia também se apresente na textualidade e na tessitura do texto ao correlacionar os valores semânticos decorrentes à atualização do semema.

Os tipos de antônimos podem ser denominados de:

a) complementaridade: “a essência de um par de complementares está entre aqueles que dividem exaustivamente algum domínio conceitual em dois compartimentos mutuamente exclusivos”, por exemplo: verdadeiro/falso; morto/vivo; aberto/fechado (Cruse, 1986, p. 200, tradução livre);

b) interativo: há “[...] uma relação do tipo estímulo-resposta: o verbo que expressa a pré-condição de complementaridade denota uma ação que tem como objetivo a licitação da resposta denotada por seu oposto interativo”, por exemplo: obedecer/ desobedecer (Cruse, 1986, p. 201, tradução livre);

c) contra-ataque: “os membros do par complementar representam uma resposta ativa e passiva à ação original”, exemplos: ataque/contra-ataque; soco/revide; acusação/defesa; d) graduáveis: são evidenciáveis em graus do adjetivo comparativo, relativo e absoluto (Cruse, 1986, p. 202, tradução livre).

Ademais, é também possível denominar de antônimos contraditórios (frente/verso); de polares (longo/curto); inversos (subir/descer); recíprocos (comprar/vender) (Tamba, 2006). Ainda há a construção semântica de reverso (abotoar/desabotoar); escalar, em que haja uma escala de valores/intensidade (quente/frio); contrastividade (branco/preto); conversividade, em que há a modelização dos predicados: (X emprega Y / Y trabalha para X) (Polguère, 2018, p. 165-166). Desse modo, a configuração de categorias para estabelecer a classificação é muito mais por ordem da presença lógica na linguagem e, a partir dela, um sistema de classificação, do que propriamente uma necessidade extralinguística.

Nessa perspectiva, há outros produtos da semântica lexical que merecem ser debatidos, entretanto esses fenômenos linguísticos manifestam-se atrelados ao significante ou plano da expressão. São eles, a homonímia e a polissemia.

A homonímia “[...] resulta da coincidência entre significantes de palavras com significados distintos” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 129), ou seja, essas palavras “[...] se expressam por meio dos mesmos significantes, mas sem possuir nenhuma

interseção significativa de sentidos” (Polguère, 2018, p. 167). Assim, “a homonímia encontra seu lugar entre as relações semânticas fundamentais, [...] de relação semântica vista como notável, porque ela coabita com uma identidade de forma” (Polguère, 2018, p. 167). Esse fator indica que a homonímia “[...] não é uma relação lexical verdadeiramente semântica”, diferentemente disso é “uma relação de forma muito forte, uma identidade de significantes que é peculiar justamente porque vem acompanhada de uma relação semântica” (Polguère, 2018, p. 168).

Esses fenômenos, geralmente, apresentam uma explicação diacrônica, isto é, “[...] certas palavras com significantes e significados distintos nas línguas de partida terminam por apresentar o mesmo significante na língua de chegada” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 129). Com isso, fatores semânticos de origens distintas acabam se aproximando quando alocados em uma nova língua, e esses fatores históricos se perdem, porque a relação fonológico-semântica acaba tendo mais peso na aplicação cotidiana.

Diante disso, verifica-se a palavra *manga* como exemplo: “a manga da camisa tem sua origem no latim *manica*, que quer dizer parte da vestimenta que recobre os braços”; já a manga fruta tem sua origem no tâmul *mankay*, que quer dizer fruto da mangueira” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 129). Tal fenômeno ocorreu “[...] a partir de uma sonorização que transforma o fonema /k/ em /g/, em português elas passaram a ter significantes semelhantes” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 129).

Já com a polissemia, “[...] o critério de definição muda do significante para o significado”, assim “[...] a um único significante correspondem vários significados” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 131). Sendo assim, na polissemia, as situações ou objetos a que o significante é aplicado apresentam traços sêmicos semelhantes, os quais motivam a aplicação desse mesmo significante, caso que ocorre com a palavra *vela*, que apresenta os significados: “[...] objeto para iluminação formado de um pavio constituído de fios entrelaçados, recobertos de cera ou estearina”; “[...] peça que causa a ignição dos motores”; “[...] pano que, com o vento, impele as embarcações” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 131); ou ainda, um conhecido ou conhecida que permanece entre um casal de namorados.

Nesse caso, a motivação polissêmica está no contágio semântico, visto que parte-se da ideia de fogo, presente na combustão que faz um outro objeto se movimentar, ainda é possível reconhecer a presença do fogo para fazer com que o objeto tenha função, ou também há motivações históricas sobre pessoas que

fiscalizavam os namorados segurando uma vela comum de cera, a qual necessita do fogo para queimar o seu pavio enquanto ilumina o ambiente, já que não havia luz elétrica na época.

Ainda sobre a polissemia, por estar relacionada ao uso discursivo de uma mesma palavra, observa-se em linguagem técnica uma busca por transformar a polissemia em monossemia para que o objeto seja representado e recuperado com precisão, por exemplo no discurso jurídico: “[...] roubo opõe-se a furto porque o primeiro é cometido mediante intimidação por parte do assaltante, já o segundo, não; nele o assalto é espoliado sem saber”. No Direito, “[...] em sua necessidade de definir dois tipos diferentes de crime para aplicar diferentes penalidades, operou em seu discurso uma redução do campo semântico das duas palavras utilizando o sema /com intimidação/ para fazer a distinção necessária” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 131).

As relações semânticas, por seu turno, também exploram relações hierárquicas de sentido, assim evidenciam-se a hiperonímia e hiponímia. Os termos, em questão, surgiram para a semântica no final dos anos 1960. Para Lyons (1970), era necessário aplicar o neologismo *hyponymy* para evidenciar uma relação de inclusão dadas nas relações de sentido das unidades lexicais de modo independente da referência, assim como o *hiperonymy* para designar o superordenado.

Com o propósito de ordenação das categorias oriundas das atividades humanas, somado à busca por compatibilidade entre as relações, o “procedimento de classificação por superordenação permite um encaixamento sucessivo de classes cada vez mais gerais, cuja implicação lógica dá a representação lógica: se isso é uma tulipa, então é uma flor” (Tamba, 2006, p. 104).

Ademais, a hiperonímia e a hiponímia “[...] são fenômenos derivados das disposições hierárquicas de classificação próprias do sistema lexical”, ou seja, “[...] há significados que, pelo seu domínio semântico, englobam outros significados menos abrangentes” (Pietroforte; Lopes, 2007, p. 128). Diante disso, reconhece-se que a disposição hierárquica reflete na constituição taxionômica da organização de uma área do conhecimento humano.

Os hiperônimos e os hipônimos são cambiáveis em relação a um mesmo objeto de referência com o fito de estabelecer uma hierarquia lexical, assim pode-se comparar sua atuação com a de sinônimos, isto é, “[...] enquanto a equivalência referencial entre sinônimos decorre do fato de que eles enxertam uma significação conotativa em uma unidade lexical sem modificar seu sentido denotativo”; a relação

hiperônimo e hipônimo afetam o mesmo objeto e o classifica de forma denotativa em relação ao agrupamento com outro, ou melhor, “[...] a hiponímia serve para regular o nível de abstração ou de concisão no qual se categoriza o objeto” (Tamba, 2006, p. 108).

Além disso, “as relações de hiponímia/hiperonímia servem para construir estruturas hierárquicas com o auxílio de uma escala de generalidade descendente ou ascendente, intrínseca a uma categoria” (Tamba, 2006, p. 109). Outrossim, “[...] permite tanto classificações hierárquicas do senso comum como as classificações científicas ou técnicas dos especialistas” (Tamba, 2006, p. 109). Essas relações incidem na constituição de uma taxionomia, permitindo que se estabeleça um quadro de conexões entre elementos da mesma área, em escala macro; ou do mesmo objeto, em escala micro. Nesse propósito, “a hipônima fornece um esquema lexical regular para construir hierarquias categoriais, independentemente de sua motivação e de suas convicções de validade” (Tamba, 2006, p. 109).

Por sua vez, diferentemente da taxionomia decorrente da relação hiperonímia e hiponímia, há uma outra classificação das relações parte-todo, denominada de meronímia, a qual permite uma integração e coesão entre objetos físicos, com partes bem diferenciadas, mas pertencentes a um grupo maior.

Isso quer dizer que “[...] mesmo partilhando claramente as mesmas propriedades de assimetria e de inclusão – uma parte está necessariamente incluída em um todo” (Tamba, 2006, p. 110), por exemplo, objetos como caneta, lápis, pincel, que apresentam um traço semântico inerente a utensílios para desenho, para trabalhos manuais, mesmo se for incluído nesse grupo objetos como papel, borracha, estojo, continuam apresentando traços semântico comuns, agora, contudo, na categoria objetos de papelaria, material escolar, material de escritório, entre outras possibilidades.

Dessa maneira, é importante destacar que “as relações de hiponímia e de meronímia caracterizam-se por traços semânticos distintos”, pois, se, por uma parte, a hiponímia “[...] corresponde a uma hierarquia em ser-um, fundada na relação é um tipo / espécie de”; por outra parte, a meronímia é uma hierarquia em ter-um, fundada na relação é uma parte / um elemento de” (Tamba, 2006, p. 111).

Assim, é válido destacar que “o contraste entre partes e todo é potencialmente operativo mesmo com tudo altamente integrado, como corpos de animais: há uma clara diferença entre tal corpo cortado em pedaços e um cuidadosamente dissecado

em suas partes” (Cruse, 1986, p. 158, tradução livre). Desse modo, a meronímia depende de uma relação lógica de inclusão para que se possa, de fato, analisar a relação de inclusão ou de implicação (Tamba, 2006).

Evidenciados os produtos semânticos decorrentes da natureza dos léxicos e sua aplicação frente à realidade ou frente à sua condição como palavra em um conjunto de significados estabilizados, faz-se necessário analisar a ambiguidade, uma condição de significação que se constitui na elaboração da frase, isso aponta que além dos aspectos semânticos inerentes à condição linguística do léxico, também é necessário analisar os aspectos semânticos que se formam e se perfazem na construção da informação, na materialização do enunciado.

Segundo Dubois *et al.* (1998, p. 45), ambiguidade “[...] é a propriedade de certas frases realizadas que apresentam vários sentidos”. Outrossim, a ambiguidade pode ser do léxico, decorrente da incidência da polissemia, como por exemplo: Joana estava em nossa companhia. Tal enunciado permite a identificação de, pelo menos, dois sentidos, visto que companhia pode ser a empresa, ou ainda companhia pode indicar que pessoas, incluindo o locutor, estavam acompanhando Joana.

De outro modo, a ambiguidade “[...] pode advir do fato de que a frase tenha uma estrutura sintática suscetível de várias interpretações” (Dubois *et al.*, 1998, p. 45). Assim, no exemplo: o júri julgou as crianças culpadas, nota-se que há mais de uma interpretação manifestante no enunciado, assim o júri pode ter sentenciado que as crianças são culpadas pelo feito, ou pode-se entender que o júri estava julgando as crianças que já foram reconhecidas anteriormente como culpadas por alguma coisa.

Sendo assim, Cruse (1986, p. 55, tradução livre) propõe uma abordagem para o diagnóstico de ambiguidade, a qual se baseia “[...] em encontrar, para duas ocorrências de uma forma de palavra, diferentes relações de significado com outro itens”, desse modo esse conjunto de relações “pode ser de variedade paradigmática (oposição, sinonímia etc.)”, ou ainda é possível aplicar uma relação paronímica, isto é, envolver “[...] identidade de raiz, mas diferença de categoria sintática”, assim poderia ter: o júri decidiu que as crianças são culpadas, ou o júri analisou o caso das crianças responsáveis pela infração.

Nessa linha, observa-se que o sentido dos léxicos não é suficiente para recuperar a semântica do enunciado, por isso torna-se fundamental a análise da relação entre os léxicos na constituição de sintagmas, desse modo a estrutura argumental é força motriz para efetuar a construção do sentido.

Consoante os apontamentos de Levin e Rappaport, em 2005, a estrutura argumental é fundamental para estabelecer a representação, pois “o raciocínio está nas expressões (argumentos) que preenchem a valência do verbo, na comparação à ideia de função matemática” (Wachowicz, 2019, 156). Embora haja uma herança formalista nessa análise, sua dinamicidade contribui para reconhecer a funcionalidade dos termos que integram o verbo.

É necessário pontuar que “o significado de uma frase típica em uma linguagem natural é complexo na medida em que resulta da combinação de significados que são em certo sentido mais simples” (Cruse, 1986, p. 24, tradução livre). Muitas vezes o significado simples das palavras é identificado pela intuição, contudo esses significados não são necessariamente simples, pois “[...] são carregados por partes identificáveis da frase”, isto é, de fato, “a maneira como eles devem ser combinados para produzir o significado global da frase é indicado pela estrutura sintática da frase” (Cruse, 1986, p. 24, tradução livre)

Não obstante, Vendler (1967) debate sobre os aspectos verbais que interferem na semântica de uma frase devido às possibilidades de constituição de elementos pressupostos devido à relação temporal, isto é, “a maneira particular na qual o verbo pressupõe e envolve a noção de tempo” (Vendler, 1967, p. 97, tradução livre), isso quer dizer que informações podem não ter incidência temporal, como “os avós veem tv na sala”, já que não é possível saber quando essa ação ocorre, ou, diferentemente, quando o verbo está acompanhado por um marcador temporal, como “os avós veem tv na sala por três horas”.

No primeiro caso, o evento indica uma possibilidade, desse modo pode ser uma mera representação linguística de um caso comum; entretanto, no segundo caso, a definição de tempo específica, também identifica os sujeitos como existentes no mundo real, porque a informação descrita é uma ação realizada.

Nessa perspectiva, a relação sujeito-predicado implica a constituição da informação, por sua vez a realização da significação. Assim sendo, “[...] falar uma língua significa ter uma competência”, é ter “[...] um conjunto estruturado de regras, esquemas e princípios que empregamos inconscientemente para construir e interpretar sentenças (Chierchia, 2003, p. 122). Somado a isso, “um falante é capaz de reconhecer e produzir um conjunto potencialmente infinito de sentenças gramaticais” (Chierchia, 2003, p. 122).

Assim, destaca-se o papel lógico na interconexão entre sujeito e predicado, o qual tem como fundamento conceber ideias, formular juízos e encadeá-los em raciocínios. Ademais, a construção sintática é dínamo de ideias, visto que possibilita a extensão, ou a contiguidade da informação.

Na estrutura sintagmática, a sequência de palavras estabelece categorias, por exemplo a frase: “a porta está fechada”, há uma relação adjetival entre a qualidade fechada e o sujeito porta. Esse modelo de frase pode ser prototípica e expressar um modelo linguístico aleatório; em contrapartida, na frase: “a porta da casa de João está fechada”, pode também ser um modelo linguístico, porém ao explorar os aspectos semânticos, esse modelo inserido no discurso aponta pressupostos sobre a casa, sobre qual porta da casa, e quem é João. Importante observar que a relação adjetival se estende a outros elementos de significação.

Tal situação é possível porque “todas as línguas têm maneiras de codificar o papel particular que um argumento desempenha em um evento, ou seja, marcar a estrutura argumentativa dos verbos” (Rappaport Hovav; Doron; Sichel, 2010, p. 101, tradução livre). A valência verbal define a orientação do sentido, isto é, decorrente ao tipo de valência o enunciado precisa apresentar elementos que componham a estrutura a fim de constituir a informação. Desse modo, “[...] três mecanismos básicos para codificar a estrutura do argumento são encontrados nas línguas faladas: ordem das palavras, concordância verbal e marcadores de caso” (Rappaport Hovav; Doron; Sichel, 2010, p. 101, tradução livre).

Devido à incidência de pressupostos causados pela relação sujeito-predicado e como os sintagmas são constituídos e interligados, é possível identificar na construção sintática fundamentos para gerar processos cognitivos. Assim, “[...] não faz sentido separar os dois conceitos, pois ambos estão associados a noções primitivas localizadas na cognição” (Wachowics, 2019, p. 161).

Com esse entendimento, a constituição dos traços semânticos implica uma base cognitiva, isto é, as relações entre os elementos lexicais atuam como dínamos do sentido para alcançar a significação, que por sua vez interfere na compreensão do mundo, por exemplo o sintagma de poeira aplicado em diferentes enunciados: a) a cortina de poeira se levantou; b) a cortina cheia de poeira provoca alergias; c) Maria tem alergia de poeira.

No enunciado a, *de poeira* está dando uma característica à cortina, ou ainda retrata um efeito provocado pelo vento em um ambiente aberto levantando muita

poeira do chão, desse modo é possível entender que é impossível haver uma cortina real feita de poeira, portanto trata-se de uma metáfora e o enunciador deve estar em um local com muita areia, um deserto ou uma estrada de terra.

No enunciado b, a cortina, por sua vez, é literal é o sintagma *de poeira* complementa a característica *cheia*, isto é, dizer que *a cortina está cheia*, sem esse complemento, deixaria o enunciado incompleto, assim *de poeira* retrata uma circunstância negativa ao ambiente, já que a presença da poeira implica uma reação alérgica. Já no enunciado c, o sintagma *de poeira* indica causa, ou seja, a poeira é o agente causador da alergia de Maria.

Tais fatores indicam que a valência do verbo e a regência do nome podem alterar o sentido lexical e assim afetar os sistemas cognitivos com pressupostos e acarretamentos, decorrentes da experiência semântica na relação palavra e objeto, além de interferir no impacto das configurações espacial e temporal, além de apontar sistemas de perspectiva, foco, encaixamento e compatibilidade, esta última exige análise lógica.

Diante disso, reconhece-se que teoria semântica tem a função de “[...] descrever e explicar a maneira como os falantes expressam suas ideias e seu conhecimento de mundo por meio de enunciados linguísticos” (Ribeiro, 2019, p. 15), a partir de conceitos processados através da cognição. Além disso, através de uma estrutura conceitual é possível “[...] codificar o mundo da forma como os humanos o conceitualizam, e é concebida como um módulo gerativo, uma vez que as estruturas conceituais são compostas de forma combinatorial por elementos organizados em categorias conceituais” (Ribeiro, 2019, p. 16).

Contudo, aponta-se que “[...] o problema do significado é caracterizar os fenômenos que uma teoria do significado deve explicar e desenvolver um tratamento formal das instituições semânticas”, consequentemente “[...] uma teoria formal do significado deve ser expressiva o suficiente para explicar as distinções de significado feitos pelos usuários da linguagem e para as relações semânticas, incluindo inferências, que os falantes podem extrair das palavras” (Jackendoff, 1990, p. 1, tradução livre). Além disso, também deve ter a preocupação acerca de “[...] fornecer a base sobre a qual os falantes relacionam palavras, frases e sentenças à sua compreensão de mundo não-linguístico para que possam fazer julgamentos de referência de verdade” (Jackendoff, 1990, p. 1, tradução livre).

Por sua vez, esse processo cognitivo implica o conhecimento conceitual, o qual deve ser explorado e fundamentado à base de teorias que preveem a ação do signo ou o insere em um percurso gerativo, ou seja, a partir da sintaxe, ou do interpretante dicente, analisar como a extensão do conceito se ajusta, pois não é o léxico que define o conceito, por mais que haja uma definição semântica já consolidada, mas sim no enunciado, através de um dínamo, como combinatorial, perfaz-se a significação.

A linguagem natural é arena de tensão do sentido, pois a construção metafórica, que é por natureza sintática, permite uma extensão conotativa, contudo linguagem técnicas e científicas buscam evitar esse tipo de tensão, visto que os conceitos não devem significar algo que não o relacione à realidade, todavia ao inserir os conceitos em contextos e domínios essas tensões se apresentam mais contraídas ou mais relaxadas.

Por exemplo, “[...] é algo lá fora no mundo: o conceito newtoniano de massa é algo que é falado como se existisse independentemente de quem realmente o conhece ou o compreende” (Jackendoff, 1990, p. 7, tradução livre). Ainda nesse raciocínio, “[...] agarrar um conceito evoca a comparação com agarrar um objeto físico, exceto que se faz isso com a mente em vez de com a mão”, ou seja, a presença significativa do conceito é quase uma materialização da realidade, quer dizer, “[...] um conceito é falado como uma entidade dentro da cabeça de alguém, uma entidade privada, um produto da imaginação que pode ser transmitida a outros apenas por linguagem, gesto, desenho, ou algum outro meio imperfeito de comunicação” (Jackendoff, 1990, p. 7, tradução livre).

Para Jackendoff (1990, p. 8, tradução livre), “a motivação fundamental por trás da sintaxe gerativa é, claro, a criatividade da linguagem – o fato de que os falantes de uma língua podem entender e criar um número indefinidamente grande de frases que nunca ouviram antes”. Ademais, “o repertório de estruturas sintáticas de um falante não pode ser caracterizado apenas como uma lista finita de sentenças”, como também não deve “[...] ser caracterizado como um conjunto infinito de frases possíveis da linguagem, porque deve ser instanciado em um cérebro finito (ainda que grande)” (Jackendoff, 1990, p. 8, tradução livre).

Com isso, entende-se que “a linguagem pode realizar qualquer número de tarefas, por exemplo, verificar a consistência da sentença com outros conhecimentos linguísticos e extralinguísticos, realizar inferências, formular uma resposta ou traduzir uma sentença para outro idioma” (Jackendoff, 1990, p. 8, tradução livre). Sendo assim,

a variação possível com estruturas sintáticas amplifica a inter-relação experiência e objeto, já que na língua “[...] deve haver uma variedade indefinidamente grande de conceitos que podem ser invocados na produção e compreensão de sentenças” (Jackendoff, 1990, p. 8, tradução livre).

Consoante Pinker (2013, p. 83, tradução livre), “os verbos devem ser interpretados de uma certa maneira quando lhe é atribuída uma estrutura argumentativa composta por um conjunto particular de funções gramaticais”. Outrossim, “esses critérios ou filtros por causa de uma interação entre interpretação obrigatória e os significados inerentes dos verbos que são estendidos a essa estrutura argumentativa” (Pinker, 2013, p. 83, tradução livre). Nessa perspectiva, ao trata da frase ou observar a progressão temática que se constitui no enunciado, os verbos são âncoras articuladores da informação, pois sua valência conduz a observação dos elementos constituintes do sentido que se constrói junto à informação.

Ademais, o autor aponta que “a informação temática determina a estrutura argumentativa de um verbo, mas essa é a extensão de sua influência” (Pinker, 2013, p. 84, tradução livre). Isso retrata que a estrutura lexical é condutora de um sentido, o qual é afetado pelo verbo, isso é, a escolha lexical oriunda o eixo paradigmático é afetada pelo verbo, quer dizer, é afetada pela compatibilidade, concordância e regência para, assim, constituir a estrutura argumentativa e, desse modo, evidenciar o tema.

Desse modo, por exemplo, o verbo *chover* não aceita sujeito tampouco objetos como complementos, no entanto no enunciado: *choveram felicitações*, a estrutura argumentativa mobiliza um sentido de comemorações com intensidade, já que a analogia com a chuva demonstra ser algo abundante, isto é, as relações lexicais permitiram um processo cognitivo que gerou uma compreensão sobre certos detalhes que não estão no enunciado, decorrente à similaridade e à analogia.

Assim, uma entrada lexical de um verbo especifica uma associação entre aspectos lexicais, aspectos morfológicos e aspectos sintáticos, que geram a informação através da composição de uma estrutura de argumentos, evidenciados na frase, a qual evoca significados que incidem no processo de significação (Pinker, 2013).

Como resultado da extensão da informação resultante da sintaxe e da correlação lexical, os aspectos semânticos se aplicam a constituição conceitual, isto é, resulta-se que “a estrutura conceitual seja um aspecto das representações

cognitivas humanas em termos dos quais o pensamento ocorre”. Consequentemente, a relação linguagem-cognição-realidade resulta na necessidade de classificar o mundo em termos mediante a relação entre indivíduos, da qual acarreta “[...] estruturas mentais em termos de qual a experiência atual, a memória episódica e os planos para ações futuras são armazenadas e relacionadas entre si”, caracterizando como “a base formal para processos de raciocínio lógico e heurístico” (Culicover; Jackendoff, 2005, p. 20, tradução livre).

Ainda sobre as contribuições da semântica lexical como instrumento de representação de informações que interagem com a realidade, sob as quais há construção de enunciados em que as relações lexicais e a extensão sintática promovem a significação, é válido analisar como é a aplicabilidade da mente computacional.

Nesse aspecto, primeiramente, “a noção de análise sintática na linguística formal e na teoria da linguagem formal assemelha-se muito a noções desenvolvidas em vários outros contextos”, dito isso como pressuposto, espera-se que a tarefa de um projetista de uma linguagem de computador seja norteadada por princípios lógicos, isto é,

se uma máquina real deve fazer qualquer coisa com as sequências de símbolos que servem como entrada, ela deve agrupá-los em tipos específicos de palavras e frases que podem servir como sinais para alterações específicas nos estados internos da máquina. Esta é uma tarefa bastante análoga ao agrupamento de fonemas ou letras em palavras e frases, e a atribuição dessas unidades a categorias, em uma análise linguística” (Dowty; Karttunen; Zwicky, 2005, p. 6, tradução livre).

Nesse contexto, “[...] quanto mais o designer desejar que a linguagem de computador se aproxime da aparência de alguma linguagem natural existente, mais o designer estará engajado em algo como análise linguística”, fator que aproxima as estratégias de organização da linguagem àquilo com que a mente humana se relaciona, porém sem a experiência tampouco sem a possibilidade de implicações heurísticas a fim de testar conceitos na estruturação sintática. Esses aspectos revelam que “[...] mesmo que um tipo particularmente simples da gramática livre de contexto seja estipulado para uma linguagem de computador, a máquina tem que fazer algo semelhante à análise” (Dowty; Karttunen; Zwicky, 2005, p. 7, tradução livre).

Com isso, caso a aplicação da linguagem da máquina se limite à recuperação do sentido lexical, é preciso entender que há um certo prejuízo em relação à significação devido ao distanciamento do contexto; por outro lado, contudo, “[...] na

análise sintática para fins computacionais, em oposição à análise sintática para fins da teoria da linguagem formal, existem dois tipos bastante diferentes de operações” (Dowty; Karttunen; Zwicky, 2005, p. 7, tradução livre). Assim, essas operações seriam: a) “análise sintática propriamente dita, a tarefa de agrupar e rotular”; b) a transmissão de grupos de símbolos em efeitos do mundo real” (Dowty; Karttunen; Zwicky, 2005, p. 7, tradução livre).

Diante de toda essa discussão sobre semântica lexical, observa-se que seu campo de atuação não se restringe ao estudo e análise dos efeitos de sentido decorrentes do léxico, portanto não deve ser entendida como uma semântica oriunda apenas da lexicologia, bem como não se trata de reduzir a abordagens morfológicas, mas, sim, que os aspectos lexicais e morfológicos se inter-relacionam na constituição do sentido.

Por sua vez, a relação entre os léxicos se estabelece através da sintaxe, a qual permite a extensão da informação, por conseguinte é recurso gerativo, ou seja, é ignição cognitiva através da significação, por isso os estudos de semântica lexical podem se estender às preocupações com fatores psicológicos, cognitivos e computacionais, visto que esses nichos de análise sobre conhecimento e representação de mundo exploram os efeitos de sentido que permitem uma mente interagir com a realidade. Assim, há uma fundamentação em recursos capazes de testar e verificar a realidade representada. Dessa maneira, pavimentando o direcionamento das estratégias de mediação, pois os elementos lexicais e sintáticos são articuladores de enunciado, portanto são articuladores de da lógica, bem como também são articuladores de discursos.

4.3 Semântica Estrutural: fundamentos da semiologia

O estruturalismo linguístico também influenciou a semântica. Fundamentos oriundos da Semiologia, teoria linguística cujo objetivo é a análise social dos signos, introduzido no cenário dos estudos sobre a linguagem por Ferdinand de Saussure, em 1916, com a publicação do *Curso de Linguística Geral*.

É fato que a Semiologia sendo uma importante ciência, cujo objeto de estudo são os signos e sua configuração em significante e significado, apresenta discussões que antecipam o desenvolvimento da Semiótica e, justamente por isso foi desenvolvida em outro capítulo. Por ora, o fator importante para a discussão desta

seção é o papel do significado, o qual será adaptado, na teoria de Louis Hjelmslev, como plano do conteúdo, por sua vez, estruturado em forma do conteúdo e substância do conteúdo, conseqüentemente essa parte da teoria estruturalista abre margem para o desdobramento da semântica estrutural, a qual ao estudar o sentido e a significação ainda perpassa pela teoria do mito e da moda de Roland Barthes e é aprofundada nos estudos de Algirdas Julien Greimas, quando este apresenta uma discussão bastante detalhada em *Semântica Estrutural*.

Com isso, é válido destacar que os debates sobre a semântica, no viés da Semiologia, possuem uma organização epistemológica bastante extensa, porém, em alguns casos, contraditória, já que a terminologia central da semântica: significado, significação e sentido, a depender da abordagem dos autores citados, acabam sofrendo alterações consideráveis de definições, fazendo com que esses conceitos sofram significativas influências conforme a teoria, como será apresentada ao longo desta seção.

Somado a isso, observa-se que essa linha teórica aborda uma semântica atômica, embora explore a condição social da língua para definir o sentido das palavras. Pontuada pela dicotomia basilar língua (*langue*) e fala (*parole*), que ultrapassa a análise sobre sentido e significação atingindo outros conceitos, como por exemplo valor semântico ou linguístico, fúntivos, glossemática, metassemiótica, denotação, conotação, sema, lexema e semema.

Nessa perspectiva, consultaram-se os materiais: Saussure (2006); Hjelmslev (1972, 1973, 1976, 1991, 2013); Barthes (1993, 1999, 2004, 2007, 2012, 2019) e; Greimas (1975, 1976, 2016) para fundamentar os conceitos, os fundamentos teóricos, as abordagens e as definições acerca da semântica no cenário da Semiologia, como ainda Coseriu (1981, 1986, 1991); Ullmann (1966) para analisar como o estruturalismo que organiza a Semiologia e a Linguística Estrutural concebe a semântica.

Dentre as dicotomias apresentadas por Saussure, para se discutir os aspectos semânticos, é preciso recuperar as concepções sobre *langue* e *parole*; significante e significado; signo; signo arbitrário; e valor linguístico.

Em busca da estruturação da linguística e da Semiologia, a qual Saussure aponta uma inter-relação com a psicologia, o linguista genebrino visa a um estudo de um objeto homogêneo e concreto, já que sua concepção vinha ao encontro dos fundamentos positivistas, conseqüentemente há uma observação dos fenômenos de modo idealista, o qual determina que a linguagem é o fato social. Desse modo,

concebeu que “[...] a língua é a parte social da linguagem, a qual está acima da vontade do indivíduo”, enquanto a fala “[...] é a parte individual da linguagem, a qual depende da vontade do indivíduo [...]” (Oliveira, 2017, p. 60).

Para Saussure (2006, p. 17), língua “[...] é somente uma parte determinada [...]”, por isso não deve ser confundida com a linguagem, mas como elemento essencial dela, isto é, trata-se de “[...] um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos [...]”, além disso ainda aponta que a língua “[...] é um todo por si e um princípio de classificação” (Saussure, 2006, p. 17).

Nessa linha, a língua é uma convenção, portanto a concepção semântica é resultante da coletividade, e a fala, como embrião da linguagem, não permite, por conseguinte, se afastar do fato social. A língua é um sistema, por isso não há motivações semânticas além daquilo que o próprio sistema oferece, ou seja, “trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes a mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro” (Saussure, 2006, p. 21).

A atuação do signo, logo os aspectos semânticos que ele carrega, para Saussure (2006, p. 19), são constituídos a partir de fatos de consciência, que ele denomina de conceitos, os quais “[...] se acham associados às representações dos signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los”.

Assim, quando se trata da fala (*parole*), não se avaliam os resultados semânticos, visto que “a parte psíquica não entra [...] totalmente no jogo: o lado executivo fica de fora, pois a sua execução jamais é feita pela massa [...]”; por outro lado, Saussure reconhece que a fala “[...] é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor [...]” (Saussure, 2006, p. 21).

Somado a isso, com o fito de evidenciar o projeto linguístico de Saussure, o qual era fundamentado no estruturalismo, para tanto a observação do fenômeno precisava se realizar sob um fato mensurável e sem variações, observa-se em Saussure (2006, p. 23) que “a língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para seu estudo”.

Nessa perspectiva, ainda afirma que “os signos linguísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro” (Saussure, 2006, p. 23).

Com isso, a língua é abordada sob um ponto de vista estático, apenas descrevendo seus estados. Dessa maneira, “[...] o valor que um termo tem em relação aos outros termos do sistema linguístico é essencial para o estudo do significado [...]”, fator que configura que o sentido de um signo se realiza em contraste com outros signos, ou seja, “[...] cada palavra de uma língua tem seu conteúdo semântico influenciado pelo conteúdo semântico de outras palavras dessa língua, e todas as palavras, por se relacionarem entre si, fazem da língua um sistema estruturado” (Oliveira, 2017, p. 60).

O signo linguístico saussureano, como resultado de uma dicotomia, é classificado em imagem acústica de um lado; conceito, de outro. Sendo assim, “[...] a unidade linguística é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos [...]” (Saussure, 2006, p. 79). Por conseguinte, Saussure (2006, p. 79-80) aponta que “[...] os termos implicados no signo linguístico são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação”.

Insistindo nesse ponto, o linguista defende que “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”, fator que se distancia do real e enfatiza o processo mentalista, visto que “esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos” (Saussure, 2006, p. 80). Frente a isso, reconhece-se que o significado possui uma aplicação técnica específica na construção da Semiologia de Saussure, com isso também assume uma função de mantenedor conceitual dos valores construídos socialmente.

Nessa linha, Saussure (2006, p. 81) declara que “chamaremos signo a combinação do conceito e da imagem acústica”, ou ainda “propomo-nos a conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante”. Com isso, Saussure “[...] dissocia, por um lado, o significante do campo material dos sons (que deriva da fisiologia) e, por outro, dissocia o significado do campo do pensamento (que é de competência da psicologia)” (Tamba, 2006, p. 80).

Ademais, “[...] os signos linguísticos não existem isoladamente, mas apenas a título de elementos solidários, ou termos, do sistema que determina suas relações e seus valores relativos” (Tamba, 2006, p. 80). Dessa forma, estabelece-se o significado para a Semiologia de Saussure: “[...] o significado de uma palavra é o conceito (ou a ideia) a ela associado pelo falante-ouvinte” (Oliveira, 2017, p. 61).

Entretanto, essa definição de Saussure recebeu muitas críticas por especialistas como Janet Fodor, em 1997, de Charles K. Odgen e Ivor A. Richards, em 1923, como também de J.-C. Milber, em 2002 e de F. Bresson, em 1987.

Desse modo, depara-se com apontamentos de que “[...] os empiristas criticam o fato de uma ideia não ser algo observável e, conseqüentemente impossível de ser verificada”, além de “[...] equiparar significado a uma ideia (ou a um conceito) é complicado, porque as ideias são entidades obscuras e conceber ideias como imagens mentais é demasiadamente simplista [...]”, já que, complementa a crítica, “[...] não há uma correlação estável entre a imagem e o significado das expressões” (Oliveira, 2017, p. 61). Saussure recebe influência dos conceitos positivistas acerca do fato social, mas apenas trata a língua como um sistema observável, seus objetos constituintes não são observáveis, pois são elementos mentais.

Esses apontamentos demonstram que o significado na Semiologia saussureana além de mentalista é uma natureza semântica virtual, à qual recai a arbitrariedade, por isso é somente através do valor que essa virtualidade semântica se ajusta ao contexto. Porém, antes de explorar essa complexidade na teoria semiológica, é válido refletir sobre críticas decorrentes do distanciamento da realidade: “[...] a teoria saussureana dos signos, ao negligenciar completamente as coisas que os signos representam, foi, desde o começo, isolada de qualquer contato com métodos científicos de verificação” (Oliveira, 2017, p. 61).

Além disso, é constatado que “[...] Saussure constrói um modelo do signo que se desvincula de toda teoria da representação, ao afirmar que o linguista não deve se ocupar da relação do signo com a coisa significada”, tal fator aponta que “[...] a relação entre duas partes internas do signo corresponde a uma relação simétrica de associação e não à relação assimétrica de representação” (Tamba, 2006, p. 81). Outrossim, “para falar de representação, é necessário haver uma relação entre dois sistemas de objetos (reais ou mentais): com um sendo o representante do outro, o representado [...]” (Tamba, 2006, p. 81).

Outrossim, Nöth (1996, p. 31) confirma que há uma rejeição explícita do objeto de referência na constituição da Semiologia, ou seja, “para Saussure, nada existe (estruturalmente) além do significado e do significante. Sua teoria sêmica opera inteiramente no sistema semiótico”. Por sua vez, o autor (Nöth, 1996) insiste em evidenciar a ausência do objeto de referência ao afirmar que “[...] somente o sistema

semiológico dá estrutura ao mundo que, de outra forma, seria amorfo, o objeto de referência é excluído da consideração semiótica” (Nöth, 1996, p. 31).

Consequentemente, “[...] a exclusão do objeto de referência é que o argumento de Saussure da natureza arbitrária dos signos requer necessariamente a referência a características de objetos no mundo” (Nöth, 1996, p. 31). Somado a isso, tem-se o entendimento de que “[...] a arbitrariedade é uma relação entre o significante e o significado, e não o objeto” (Nöth, 1996, p. 31). Dessa maneira, entende-se que “o laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário” (Saussure, 2006, p. 81).

A arbitrariedade do signo é decorrente dos meios de expressão estabelecidos e estabilizados em uma sociedade, o qual repousa na convenção social que se efetiva através de um hábito coletivo, ou seja, esse signo escolhido atua, de algum modo, melhor que outros para cumprir o papel de efetivar o conceito. Desse modo, “a arbitrariedade do signo é um princípio social e não individual. Para o indivíduo, o mesmo princípio é uma realidade imutável” (Nöth; Santaella, 2017, p. 97). Por outro lado, “a coletividade é necessária para estabelecer valores cuja única razão de ser está no uso do consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja” (Nöth; Santaella, 2017, p. 97).

O significado, como um dos dois elementos que compõem o signo, para Saussure consiste na ciência da forma, por conseguinte os signos são responsáveis por distinguir as ideias, o que efetiva o pensamento e o valor linguístico. Nessa linha, Saussure (2006, p. 130) declara que “tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua”. Não obstante, destaca-se que “a coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral [...]” (Saussure, 2006, p. 132).

Concomitante a isso, “o valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência” (Saussure, 2006, p. 133). Com isso, tem-se que um signo é a contraparte de outros signos da língua, isto é, é “[...] a língua um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros” (Saussure, 2006, p. 133).

Nesse sentido, o conceito unido à imagem acústica simboliza a significação para Saussure, o que leva a defender que “[...] esse conceito nada tem de inicial, não é senão um valor determinado por suas relações com outros valores semelhantes, e sem eles a significação não existiria” (Saussure, 2006, p. 136).

Essa concepção contribui para a semântica estrutural ao possibilitar o desenvolvimento do campo lexical ou campo semântico. Assim sendo, campos lexicais “[...] são grupos de palavras estreitamente relacionadas entre si pelo significado e que são, geralmente, agrupadas sob um termo genérico” (Oliveira, 2017, p. 64). Assim, na semântica estrutural, o léxico das línguas naturais é visto como um sistema organizado, além de que “[...] as palavras encontram-se relacionadas umas com as outras e que elas podem ser agrupadas em campos conceituais”, o que fomenta a concepção de que “[...] o léxico de uma língua natural está organizado em torno dos significados das palavras que o compõem. Os significados das palavras são determinados a partir dos significados das outras palavras que lhes são vizinhas” (Oliveira, 2017, p. 64).

Diante disso, pode-se apontar que a significação para Saussure é diferente de significado, já que este é o conceito ou a imagem mental, enquanto a significação é “[...] a efetiva união entre um certo significado e um certo significante. Se se preferir, pode-se dizer que a questão do significado está no domínio da língua, e a da significação, no da fala” (Teixeira Coelho Neto, 1980, p. 23). Além disso, “[...] a significação é uma questão fenomenológica, só sendo passível de delimitação e descrição numa manifestação concreta e isolada” (Teixeira Coelho Neto, 1980, p. 23).

Ainda sobre a significação, esta não deve ser confundida com o valor do signo, embora Saussure aponte ser difícil distinguir um do outro. Com isso, “[...] pode-se dizer que o valor de um signo pode ser determinado por aquilo que está à volta do signo, em seu entorno. Pode-se dizer também que o valor depende da situação recíproca dos elementos da língua” (Teixeira Coelho Neto, 1980, p. 23). Já a significação é resultante de um valor relativo a outros valores, composto por diversos signos e cada um deles é dividido em duas partes, as quais, unidas, constituem a significação, ou seja, “[...] a significação é determinada pelo valor e este não deixa de ser afetado por aquela” (Teixeira Coelho Neto, 1980, p. 23).

Portanto, para Saussure, “[...] a significação é a relação entre o significado e o significante de um determinado signo. Enquanto valor é um conceito relativo ao sistema, significação é um conceito relativamente à fala ou mais precisamente aos

processos de produção da fala” (Nöth; Santaella, 2017, p. 102). Ademais, ainda é postulado que “[...] a significação é a união associativa e efetiva dos significantes da cadeia fônica com os seus significados. Sem significação, a cadeia fônica é apenas uma linha, uma tira contínua, na qual o ouvido não percebe nenhuma divisão suficiente e precisa” (Saussure, 2006, p. 65). Desse modo, resulta-se que “o que falta, quando ouvimos uma língua desconhecida, é a capacidade de produzir significações” (Nöth; Santaella, 2017, p. 102).

Por fim, sobre o sentido, há dois modos como Saussure emprega: primeiro, é um termo que se “[...] usa em muitos contextos simplesmente como um sinônimo de significado; segundo, usa o termo sentido como sinônimo de “[...] função ou o papel semântico atribuído às palavras em um contexto específico. Nesses contextos, sentido é aquilo que determina a segmentação da cadeia contínua da fala em unidades que são signos” (Nöth; Santaella, 2017, p. 101).

A Semiologia não se preocupou com os objetos semânticos propriamente ditos. Sua relação com os fatores semânticos estão enviesados sob a constituição do significado – como um fundamento para a articulação da teoria –, como também acerca do valor linguístico, como um valor semântico pré-definido, como seria de esperar quando os fundamentos epistemológicos de uma teoria recorrem aos aspectos mentalistas.

Por sua vez, em busca de explicações mais específicas sobre a forma e a substância da língua, ampliando as discussões sobre as propriedades da Semiologia, Louis Hjelmslev acrescenta os conceitos de plano da expressão e de plano do conteúdo às demandas do sistema estruturalista da linguagem, o qual apresenta fundamentações diferenciadas daquelas apresentadas por Ferdinand de Saussure sobre os aspectos semânticos.

Ao abordar a produção de Louis Hjelmslev, normalmente o destaque recai em *Prolegômenos de uma teoria da linguagem*, porém em se tratando de semântica, outras obras merecem destaque, já que demonstram o objetivo de Hjelmslev de tratar a língua como um sistema complexo atrelado à forma, ou como o próprio autor defende: a língua é uma semiótica.

Como é sabido, Hjelmslev segue os passos de Saussure, portanto desenvolve uma teoria estruturalista, fundamentada pelo binarismo. Além disso, Hjelmslev propõe uma evolução conceitual e terminológica que estabelece uma certa relação entre significante e plano da expressão, como também significado e plano do conteúdo,

assim reconhece-se a continuidade das propostas da Semiologia, atrelado a um projeto linguístico de compreender os processos de significação, já que a soma dos funtivos ocasiona uma semiótica.

Neste ponto, além de explorar a forma, como fez Saussure, Hjelmslev também aborda a substância, embora os fatores direcionados a respostas sobre a semântica tenham ficado obscurecidos ou incompletos, destacou-se a preocupação com as categorias dos funtivos: o fator relacional e a imanência nos planos de manifestação. Desse modo, tem-se na manifestação a relação de dois funtivos: a forma, como manifestada e a substância, como manifestante múltipla (Zilberberg, 2006).

Frente a isso, há uma hierarquia de definições, em que se reconhece a concepção de que a forma, sendo “[...] a manifestada tem estatuto de constante ou pressuposta” e o conteúdo como “a manifestante tem estatuto de variável ou pressuposta” (Zilberberg, 2006, p. 31). Embora a relação entre os funtivos seja uma preocupação semiótica, é necessário evidenciar que, de fato, a função semiótica se preocupa com a forma e a transformação do conteúdo, por isso trata a língua desse modo.

Contudo, os primeiros estudos da semiótica transferem o estudo da substância, o que diz respeito à substância da expressão, à fonologia e o que diz respeito à substância do conteúdo à semântica (Zilberberg, 2006). Assim, “[...] a glossemática – ciência da forma manifestada – começa lá onde terminam a fonologia e semântica – ciências das substâncias manifestantes” (Zilberberg, 2006, p. 31).

Embora Hjelmslev não negue que sejam ciências, o linguista danês não explora a possibilidade de desenvolver uma semiótica direcionada a discutir um sistema universal de conteúdo, ou o que seria um sistema de conceitos. De fato, a glossemática é a parte que cabe à sua semiótica, devido às trocas linguísticas, ou melhor, Hjelmslev (1976, p. i, tradução livre) evidencia que a glossemática se configura diante das “[...] relações entre o estado (o sistema) linguístico e a troca linguística”, já que se deve analisar se “[...] é sistemática a natureza da língua, e se as trocas se devem a causas interiores ou exteriores”. Portanto, a língua “[...] se destaca como instituição supraindividual, social, com normas e leis próprias” (Hjelmslev, 1976, p. i, tradução livre), ou seja, é prevista a semântica como um dos campos que incidem sobre a língua, como a fonologia, a morfologia e a sintaxe.

Acerca da relação forma e substância, é importante entender que “[...] a forma deve controlar o seu próprio devir, se não quisermos admitir que uma instância

hierarquicamente superior governe esse devir” (Zilberberg, 2006, p. 32). Somado a isso, destaca-se que “a identidade da forma da expressão e da forma do conteúdo controla de todo modo a transitividade na mesma medida em que as leis metacrônicas se encarregam da reflexibilidade” (Zilberberg, 2006, p. 32).

Não obstante, Hjelmslev (1973, p. 99, tradução livre) declara que “ao se apoiar sobre o princípio da arbitrariedade do signo, sustenta-se que a forma linguística é independente da substância naquilo em que ela se manifesta, e que a forma não pode ser reconhecida e definida apenas fazendo abstração da substância”. Embora a glossemática canalize suas preocupações sobre a forma, Hjelmslev (1935) assume que a relação entre o plano da expressão e o plano do conteúdo se confirma através de um sincretismo.

Com isso, destaca-se para a evidência de dois tipos de conteúdos: o primeiro, imanente, oriundo dos efeitos imediatos da forma, ou seja, um conteúdo inerente à presença da forma; o segundo, complexo, realizado na construção da semiótica devido à constante informacional e à amplitude semântica, ou seja, uma manifestação atualizada e realizada por estratégias de investigação, elementos evocadores da substância.

À guisa de comparação, Hjelmslev, ao analisar os conceitos de valor saussureano em contraste com a forma e com a substância, afirma que “[...] o valor nada tem de semântico. O valor, tomado no sentido saussureano, é, nos dois planos da língua, o elemento que serve para definir o arranjo paradigmático das correlações”. Complementa dizendo que “do próprio princípio de arbitrariedade da manifestação, i.e., da relação entre forma e substância, decorre a consequência lógica de que uma mesma forma pode revestir diversas substâncias” (Hjelmslev, 1991, p. 122).

Ainda evidencia que “[...] forma material quer dizer apenas um reflexo da forma pura, projetada sobre a substância e que se nutre de seus benefícios, sendo obtido por uma indução acrescida de significações particulares”, que “[...] são as projeções materiais das variantes” (Hjelmslev, 1991, p. 124). Com isso, “[...] as significações particulares dependem de um cálculo de variantes que se deduzem logicamente das relações possíveis na descrição da forma” (Hjelmslev, 1991, p. 124).

Além disso, “a substância semântica comporta diversos níveis; os mais extremos, ao mesmo tempo os níveis mais importantes e mais conhecidos, são, de um lado, o nível físico, e, de outro, o nível de percepção e avaliação ou apreciação coletiva”, portanto “a descrição semântica deve, pois, consistir antes de tudo numa

aproximação da língua às demais instituições sociais e constituir o ponto de contato entre a linguística e os demais ramos da antropologia social” (Hjelmslev, 1991, p. 124-125). Nessa linha, evidencia-se que a semântica necessita da forma para ser acessada, mas seu fim é a constituição do conteúdo, pois este simboliza aquilo que a língua oferece de significativo.

Em suma, pode-se entender que Hjelmslev propunha um estudo voltado para a compreensão da língua, assim, ao aproximar-se da Semiologia de Saussure, somado às discussões de Praga e de Copenhague, determinou que a língua é constituída de forma e substância, sendo a forma o elemento central de sua semiótica, já que para ele a língua era em si mesma a própria semiótica, a qual passa a ser objeto da glossemática, pois nela estão as grandezas capazes de interferir na substância do conteúdo, para o qual a teoria não se desdobrou.

Ao se pensar língua ou linguagem, o primeiro a se oferecer é a forma, pois é esta que modula a informação, contudo o tratamento sobre suas propriedades e verificação sobre suas articulações permite acessar sua complexidade como semiótica, a consolidação do conteúdo ou a compreensão de sua transformação. Sob esse aspecto, é importante analisar a glossemática a fim de compreender qual é a sua aproximação com a semântica, para na sequência identificar o caminho percorrido por Hjelmslev para se aproximar das discussões sobre a substância e, por fim, sobre o sentido e a significação.

Assim, “a glossemática é uma teoria formal e abstrata que estuda os fatores imanentes dos sistemas semióticos sem considerar uma dimensão pragmática da semiose” (Nöth, 1996, p. 52). Outrossim, “abstraída de estruturas da substância material da linguagem, a glossemática se esforça por atingir um grau de generalidade descritiva que torna esta teoria da linguagem aplicável ao estudo dos sistemas sígnicos em geral” (Nöth, 1996, p. 52).

Nessa linha, o objeto de estudo da glossemática é “[...] a linguagem como um sistema autônomo. A abordagem é caracterizada pelo objetivo de alcançar um conhecimento imanente da língua enquanto estrutura específica que se baseia apenas em si mesma [...]” (Nöth; Santaella, 2017, p. 114), fator que indica a continuidade dos fundamentos apresentados por Saussure acerca da exclusão dos dados extralinguísticos, isto é, há a busca de fatores constantes na constituição da própria língua e nunca fora dela.

Outrossim, sendo a forma o elemento central dos estudos da glossemática, é fundamental analisar a imanência na forma da expressão e na forma do conteúdo, por conseguinte “estudar a linguagem como sistema de estruturas imanentes significa, para Hjelmslev, deixar os fenômenos não-linguísticos de lado” (Nöth; Santaella, 2017, p. 114). Sendo assim, todo o processo semântico é decorrente daquilo que se evoca da própria língua, ou seja, “[...] os fenômenos físicos, fisiológicos, psicológicos, e lógicos enquanto tais não constituem a própria linguagem, mas sim apenas aspectos a ela externos” (Nöth; Santaella, 2017, p. 114). Isso demonstra a preocupação basilar com o signo linguístico e ainda um distanciamento do extralinguístico.

Apontados os pressupostos da glossemática, é necessário evidenciar que a significação está atrelada à semiótica, pois constitui a semiologia, que para Hjelmslev trata-se de uma metalinguagem denotativa, bem como constitui a metasemiótica, que na teoria de Hjelmslev, está alinhado à conotação.

Por ora, é válido destacar que, para Hjelmslev, “[...] um signo é um portador de significação. O signo não exprime nenhum conteúdo que existisse independentemente dessa sua expressão semiótica”, além de afirmar que “palavras e textos são signos, porque elas veiculam uma significação. Como os signos, assim definidos, são unidades de estruturas bem diversas e porque as línguas também consistem de elementos sem significação” (Nöth; Santaella, 2017, p. 119).

Tais afirmações revelam que Hjelmslev não entende como signo os elementos da linguagem que consolidam a forma, mas, sim, “[...] a glossemática define o signo como uma união indissolúvel ente uma expressão e um conteúdo [...]” (Nöth; Santaella, 2017, p. 119). Assim, Hjelmslev chega às figuras da expressão, denominadas de *cenema*, cujo “[...] termo vem do grego *kénos*, vazio, e quer dizer que esse elemento do signo é sem conteúdo” (Nöth; Santaella, 2017, p. 120), isto é não há significação, no entanto, no plano do conteúdo, aplica-se o termo *plerema* para os componentes mínimos dos signos (Nöth; Santaella, 2017).

Assim sendo, o termo referente ao conteúdo é extraído do “[...] grego *pléres*, cheio, e quer dizer que os elementos mínimos do plano do conteúdo já têm um significado próprio” (Nöth; Santaella, 2017, p. 120). Desse modo, o significado, portanto, é o conteúdo evocado pela própria língua, algo muito próximo daquilo determinado por Saussure, pois está alinhado à forma do conteúdo, já a substância do conteúdo sua aproximação dependerá do estágio de análise, ou seja, essa substância pode se alterar frente à aplicação da semiologia e da metasemiótica na

teoria de Hjelmslev. Nessa perspectiva, “as figuras do conteúdo são os componentes semânticos da semântica estrutural” (Nöth; Santaella, 2017, p. 121).

Toda figura do conteúdo é vista como uma grandeza e cada grandeza promove uma significação, desse modo “[...] a significação atribuída a cada uma dessas grandezas mínimas deve ser compreendida como puramente contextual”, tal fator implica que “nenhuma das grandezas mínimas, nem mesmo o radical, tem existência independente tal que se lhe possa atribuir significações lexicais” (Hjelmslev, 2013, p. 50). Ademais, “toda grandeza, e por conseguinte todo signo, se define de modo relativo e não absoluto, isto é, unicamente pelo lugar que ocupa no contexto”, o que leva a entender que “[...] torna-se absurdo distinguir entre as significações puramente contextuais e as que poderiam existir fora de todo contexto” (Hjelmslev, 2013, p. 50).

Diante disso, Hjelmslev (2013, p. 50) aponta uma resolução de que “considerados isoladamente, signo algum tem significação. Toda significação de signo nasce de um contexto, quer entendamos por isso um contexto de situações ou um contexto explícito”. Desse modo, a significação é decorrente da relação entre as grandezas da expressão e conteúdo, que são constituídas por figuras na terminologia da glossemática, contudo as figuras da expressão não têm significação por si sós, mas são uma espécie de veículo, ou melhor, expressões do signo, para, conjuntamente às figuras do conteúdo, efetivar a unificação do signo e, assim, proporcionar a significação.

Por sua vez, o modo como Hjelmslev trata e define o sentido apresenta concepções problemáticas. A princípio, há uma relação com a substância, pois esta “[...] é algo que não se pode conhecer”, contudo apresenta-se uma continuidade à matéria, já que esta, por outro lado, é “[...] o concreto, de certo modo, a matéria-prima da qual se compõem as coisas do mundo” (Nöth; Santaella, 2017, p. 122). Outrossim, “todo objeto concreto compõe-se de matéria e tem uma forma, mas também existe matéria sem forma, e ela é amorfa. A forma faz com que a matéria amorfa se torne perceptível” (Nöth; Santaella, 2017, p. 122).

Isso posto na glossemática, evidencia-se que “a esfera da matéria do conteúdo é, portanto, o mundo ainda não semioticamente estruturado, quer dizer, o mundo dos fenômenos para os quais ainda não existem palavras que imponham as suas limitações semióticas a eles” (Nöth; Santaella, 2017, p. 123). A concepção de matéria é importante nesta discussão, porque Hjelmslev associa a matéria ao sentido:

A priori, talvez se poderia supor que o sentido que se organiza pertence àquilo que é comum a todas as línguas e, portanto, às suas semelhanças; mas isto é ilusão, pois ele assume sua forma de maneira específica em cada língua; não existe formação universal, mas apenas um princípio universal de formação. O sentido, em si mesmo, é informe, isto é, não está submetido, em si mesmo, a uma formação, mas é suscetível a uma formação qualquer. Se há limites aqui, eles estão na formação e não no sentido. É por isso que o sentido é, em si mesmo, inacessível ao conhecimento, uma vez que a condição de todo conhecimento é uma análise, seja qual for a sua natureza. Portanto, o sentido só pode ser reconhecido através de uma formação, sem a qual ele não tem existência científica (Hjelmslev, 2013, p. 79).

Sobretudo, “o uso do termo sentido para designar a esfera ainda não estruturada antes do signo lhe dar forma é problemático porque soa algo contraditório conceber sentido como algo sem estrutura de conteúdo” (Nöth; Santaella, 2017, p. 123).

Ainda sobre as concepções de sentido, Hjelmslev (2013, p. 80) aponta que “[...] a formação linguística do sentido é arbitrária, isto é, que ela se baseia não no sentido mas no próprio princípio da forma e nas possibilidades que decorrem de sua realização”. Com isso, é proposto a observação sobre o sentido do conteúdo e da expressão, pois estes “[...] devem ser considerados como descritos de modo adequado e suficiente pelas ciências não linguísticas, é à linguística que cabe especificadamente descrever a forma linguística e tornar possível sua projeção sobre os objetos extralinguísticos” (Hjelmslev, 2013, p. 81).

Nessa linha, Hjelmslev (2013, p. 82-83), ao correlacionar o estudo da forma, através da glossemática, com a análise imanente da língua, afirma que “forma significa aqui forma linguística e substância [...], substância linguística ou sentido”. Desse modo, o sentido não é entendido como a substância linguística, mas sim pretende designar a totalidade funcional sobre a forma, isto é, “aquilo que, de um ponto de vista, é substância torna-se forma de um outro ponto de vista; isto está relacionado com o fato de que os funtivos denotam apenas terminais ou pontos de intersecções das funções [...]” (Hjelmslev, 2013, p. 83). Além disso, há a fundamentação de que “[...] apenas a malha funcional de dependências é acessível ao conhecimento e possui uma existência científica, enquanto que a substância, no sentido ontológico, continua a ser um conceito metafísico” (Hjelmslev, 2013, p. 83).

Portanto, pode-se compreender que o **sentido** afeta a forma do conteúdo, enquanto a **significação** afeta a substância do conteúdo decorrente dos processos semióticos: semiótica conativa e metasemiótica, isso quer dizer que o **sentido** do conteúdo é o modo como a forma se exerce diante da relação dos funtivos, enquanto

a **significação** é um processo oriundo da relação entre um plano da expressão e um plano do conteúdo, cujo sentido é a forma sobreposta na relação dos fúntivos, para apresentar um outro plano da expressão, que altera a substância do conteúdo, porém, ao fim e ao cabo, toda manifestação de sentido ou significação estão estruturadas na forma, visto que a substância é responsável pela sua transformação.

Decorrente a isso, Hjelmslev (2013, p. 117) sintetiza que “[...] como o sentido do conteúdo se revela supérfluo para a definição e descrição do esquema semiótico, uma formulação formal e uma atitude nominalista são simultaneamente necessárias e suficientes”. Ainda complementa afirmando que “[...] a descrição formal e nominalista preconizada pela teoria da linguagem não se limita à forma da expressão; pelo contrário, ela tem seu objeto na interação desta com uma forma do conteúdo” (Hjelmslev, 2013, p. 117).

Portanto, “o que decide se há ou não signo não é o fato de ser ele interpretado, isto é, de que lhe seja atribuído um sentido de conteúdo” (Hjelmslev, 2013, p. 117), mas, sim, se a descrição desses signos seja operada na inter-relação dos dois planos, os quais dependem do sentido para evidenciar a matéria, por conseguinte para que a forma sobre a significação, em processos metalinguísticos, efetuar a descrição. Nesse aspecto, não só a semântica, mas todo o aspecto que envolve o sentido e a significação, ou seja, todo aspecto que promove a semiótica está atrelado aos resultados semióticos da relação do plano da expressão com o plano do conteúdo.

Dando segmento à análise sobre a correlação entre o plano da expressão e do conteúdo para compreender os aspectos semânticos, é válido abordar, agora, outro método fundamentado no estruturalismo para compreender a expansão da Semiologia, sendo assim serão explorados os conceitos de mito e moda na teoria apresentada por Roland Barthes (1915-1980).

Sob a batuta de Roland Barthes, a semiologia assume uma concepção translinguística, isto é, trata-se de “[...] uma ciência à qual cabe estudar as grandes unidades significantes do discurso [...]”, assim direcionando sua aplicabilidade não apenas para os elementos estruturais da linguística, como fonologia, lexicologia, morfologia e sintaxe (Nöth; Santaella, 2017, p. 175).

Desse modo, reconhece-se um avanço na abordagem, permitindo que a extensão semiológica inclua análise de fenômenos culturais, com isso ocorre abordagens sobre o vestuário, a alimentação, o automóvel ou o mobiliário. A

constituição do processo significativo transpõe a semântica, já que esse processo está alinhado à semiótica.

Por ora, é importante destacar que o modo, como Barthes trata a semiologia, caracteriza-a em uma posição logocêntrica, isso porque trata de objetos culturais, não explorando apenas os signos verbais, mas também signos de natureza não-verbal. Desse modo, assume-se uma compreensão de que não é possível conceber um sistema cujos significados venham a se efetivar fora da linguagem, acrescido da concepção de que para o sentido existir, é preciso ser nomeado, ou seja, o mundo dos significados só existe na linguagem (Nöth; Santaella, 2017).

Com isso, é possível entender que a semiologia de Barthes é constituída de duas linhas de aplicabilidade, isto é, formado por uma aplicação mais simples, que pode ser denominada de analógica, pois verifica o significado linguístico; e por uma aplicação mais complexa, ou semiológica, em que o processo semiótico ocorre para evidenciar a intersecção dos sistemas culturais com o sistema linguístico. De toda forma, os dois ocorrem dentro da linguagem, pois é a língua que efetiva a nomenclatura que é decorrente da significação, embora as motivações sejam culturais.

Seguindo o legado da glossemática de Hjelmslev, Barthes assume a distinção de denotação e conotação dos signos. Contudo, enquanto para Hjelmslev essas grandezas são resultados da correção entre os funtivos, os quais possibilitam o processo da semiótica conotativa e metassemiótica, para Barthes são estágios estruturais do signo, ou seja, “[...] a denotação de uma palavra é o seu significado central [...]”, ou melhor, “[...] a denotação é o significado essencial, enquanto a conotação é um significado adicional” (Nöth; Santaella, 2017, p. 178).

Nessa linha, Barthes associa a conotação à constituição do mito e a configuração da ideologia. Desse modo, “a conotação [...] é um signo, que consiste de um significante (Se) e um significado (So) sobreposto num outro signo, que é o signo denotativo”, assim o signo denotativo tem sua própria estrutura, contudo o signo conotativo suplanta um novo significado (So) (Nöth; Santaella, 2017, p. 180). Frente a isso, ocorre o metassigno, “[...] um signo cujo significado (So) inclui um segundo signo (ou vários), que é um signo da linguagem-objeto” (Nöth; Santaella, 2017, p. 180).

Sob essa estrutura conotativa, ocorre o discurso ideológico e o mito, os quais transmitem um significado secundário, camuflando as significações primárias, ou seja, não se pode evitar ou mentir sobre o conteúdo denotativo, todavia o mito não nega as

coisas, visto que o mito é um valor, entretanto ele tira o peso da realidade, na intersecção com a linguagem, o mito purifica a significação primária, tornando-a inocente (Nöth; Santaella, 2017).

Em suma, Barthes defende que sistemas de significações secundárias funcionam como mito, enquanto diz que a esfera das conotações atua como ideologia, ou seja, “os meios de comunicação de massa criam mitologias e ideologias como sistemas conotativos secundários [...]”, isso ocorre porque é dado às mensagens “[...] uma fundamentação na natureza, considerada como um sistema denotativo primário”, tais fatores se realizam apontando que “no nível denotativo, elas expressam significações primárias, naturais. No nível conotativo, elas escondem significações secundárias, ideológicas” (Nöth, 1996, p. 136).

Consoante a isso, Barthes (2004, p. 3, tradução livre) aponta que “não se trata de conceder alguns sentidos, de reconhecer magnanimamente a cada uma de sua parte de verdade”, com isso “[...] ao mesmo tempo que nada existe fora do texto, não há tampouco um todo do texto [...]”, assim “[...] é necessário simultaneamente livrar o texto de seu exterior e de sua totalidade”. Desse modo, entende-se que “[...] disponibilizar todos os sentidos de um texto ao em torno do foco da denotação (o foco: centro, custódia, refúgio, luz da verdade) é voltar a fechar o discurso ocidental (científico, crítico ou filológico), a sua organização centralizada” (Barthes, 2004, p. 3, tradução livre).

Assim sendo, Barthes (2004, p.13, tradução livre) identifica o significado como uma lexia, ou seja, o significado é o valor da palavra, dessa maneira é direcionado a que “chamemos a este elemento significado (sem especificar mais), ou se se quiser um sema (em semântica, o sema é a unidade do significado)”.

Sobre a essência do mito, Barthes (2019, p. 200) declara que “o mito não pode se definir pelo seu objeto nem pela sua matéria, pois qualquer matéria pode ser arbitrariamente dotada de significação”, isto é, “[...] a fala mítica é formada por uma matéria já trabalhada em vista de uma comunicação apropriada”, fator que indica que o mito é pressuposto e toda a sua matéria-prima é oriunda de uma consciência social. Isso quer dizer que só é possível estudar a significação ao recorrer à semiologia, pois “[...] é uma ciência das formas, visto que estuda as significações, independentemente de seu conteúdo” (Barthes, 2019, p. 202).

Da Semiologia de Saussure, Barthes retoma o significante, a que ele diz ser vazio; o significado, a que se estabelece o valor e o signo, o qual expressa o sentido,

ou seja, o signo pode significar de diversas maneiras, isto é, a ele pode ser atribuído vários sentidos, pois ele é pleno; o significante é vazio, pois depende do valor atribuído pelo significado. Dessa maneira, há, entre o significante, significado e o signo “[...] implicações funcionais (como a da parte ao todo) e tão estreitas, que a análise pode parecer inútil” (Barthes, 2019, p. 204).

A Semiologia, para Barthes (2019, p. 205), “[...] só pode comportar uma unidade no nível das formas, e não dos conteúdos; o seu campo é limitado, tem por objeto apenas uma linguagem e só conhece uma operação: a leitura ou o deciframento”. Diante disso, no mito, pode-se encontrar o mesmo esquema tridimensional, o significante, o significado e o signo.

Contudo, “[...] o mito é um sistema particular, visto que ele constrói a partir de uma cadeia semiológica que já existe antes dele”, quer dizer que a associação de significante e significado no primeiro sistema é transformado em um outro significante no segundo (Barthes, 2019, p. 205).

Isso quer dizer que o mito não é composto de um segundo significado, justamente porque não há uma transformação de sentido, o que há é uma totalização do signo da primeira cadeia semiológica, da qual o mito extrai o valor purificado de um sema que componha esse signo total do sistema linguístico, ou melhor, da linguagem-objeto que serve de sustentação semântica do mito.

Decorrente a isso, esse significante do mito não possui as mesmas propriedades do significante linguístico, ou seja, “o significante do mito se apresenta de uma maneira ambígua: é simultaneamente sentido e forma”, quer dizer que “enquanto sentido, o significante já postula uma leitura, apreendendo-o com os olhos, pois ele tem uma realidade sensorial”, constituído com força ideológica, pois “[...] o sentido do mito tem um valor próprio e faz parte de uma história”, visto que, “[...] no sentido, já está constituída uma significação, que poderia facilmente bastar-se a si própria” (Barthes, 2019, p. 208).

Entretanto o mito transforma a significação em algo parasitário, em uma forma vazia, pois ele reflete o sentido, que é um valor, “o sentido já está completo, postula um saber, um passado, uma memória, uma ordem comparativa de fatos, de ideias, de decisões” (Barthes, 2019, p. 208). O mito reflete um signo transformado, o signo evidencia um valor, o significado é o conceito que vai absorver tudo que está na forma, “[...] o conceito é determinado, sendo, simultaneamente, histórico e intencional; é a força motriz que faz proferir o mito” (Barthes, 2019, p. 209).

Por sua vez, a significação é o terceiro termo, ou seja, o próprio mito, resultante de uma associação entre significante e significado transformado em outro significante, através do qual “[...] o mito não esconde nada: tem como função deformar, não fazer desaparecer. Não há nenhuma latência do conceito em relação à forma” (Barthes, 2019, p. 213). Ao contrário, “os elementos da forma mantêm, pois, entre si, relações de lugar, de proximidade [...]”, o que confere sua permanência, presença e sua reminiscência, a forma garante o sentido por ligações por relações, enquanto “o conceito, pelo contrário, apresenta-se globalmente; é uma espécie de nebulosa, condensação mais ou menos fluida de um saber” (Barthes, 2019, p. 213).

Frente a esses fatores, observa-se que os três sistemas apresentados para tratar da língua e do processo de significação ou do valor linguístico estão divididos entre a fundamentação da semiologia, da discussão sobre os processos semióticos e da constituição do sentido realizado na própria língua, o que consequentemente acaba afastando os desdobramentos semânticos da preocupação linguística.

De todo modo, ao tratar a Semiologia como um estágio anterior à semiótica, evidencia-se que há uma constante preocupação com a transformação do sentido e a apuração da significação. Com efeito, são movimentos muito mais voltado para a forma do que para o tratamento profundo do conteúdo, em vista dos fundamentos epistemológicos da época, assim como o entendimento sobre a linguagem. Em linhas gerais, a Semiologia busca repostas que apresentem elementos mais sistematizados do que a Semântica na intenção de explicar a semântica de modo mais realista e pontual.

Decorrente a isso, reconhece-se uma preocupação estruturalista para sistematiza a língua em um objeto científico cuja preocupação se concentra na forma, assim deixando o conteúdo, ou as variações desse conteúdo para outras áreas. Com isso, o significado acaba sendo reiterado com algumas poucas diferenças de conceituação, contudo sempre próximo da ideia de valor, a significação está alinhada a alguns tipos de processo, ou da transformação dos componentes do signo, por fim o sentido pouco se difere do significado, como também pode estar alinhado a algum tipo de resultado ou de concepção generalizada.

No mais, entende-se ser de pouca funcionalidade para a concepção semântica em um sistema de análise da significação, pois a carga estruturalista se apega aos fatores nominalista, mentalista, idealista e ideológico, consequentemente não permite

uma análise que explore a correlação entre linguagem e realidade, em efetivo processo de representação e mediação.

Entretanto, ainda investigando o conjunto de teorias que visaram à consolidação da semiologia e a constituição de um processo semiótico com vias de estratificar métodos de avaliação da significação, destaca-se o trabalho de Algirdas Julien Greimas (1917-1992), quem inicia apontamentos mais bem sistematizados acerca da semântica estrutural.

Motivado pela análise semântica na esfera textual e discursiva, Greimas propõem uma evolução na análise da significação e do sentido, nomeando seus estudos, inicialmente de semântica estrutural, a qual previa uma evolução da Semiologia, já que deixava de analisar os signos de modo pontual ou atômico e já se voltava para observar o comportamento semântico do signo inserido em uma abordagem mais ampla, que é a totalidade de um texto e seu processo discursivo.

Desse modo, como comenta Tatit (2007, p. 187):

Inspirando-se numa proposição do linguista Lucien Tesnière que, com finalidade didática, associara a estrutura de um enunciado simples à estrutura de um espetáculo, Greimas muniu-se ainda do sólido modelo de análise do conto maravilhoso russo, formulado por Vladimir Propp, e, depois de sucessivas adaptações, lançou sua própria teoria narrativa, cujos elementos conceituais demonstraram ser possível uma abordagem sintática do texto integral. A semiótica adota a forma sintático para definir relações entre categorias referentes ao texto global, reservando o termo sintático para relações entre elementos no nível da frase.

Embora esta seção tenha o objetivo de tratar da semântica sem aprofundar os aspectos semióticos, mas como já visto em outros teóricos da Semiologia, esses dois ramos: semântica e semiótica, quando se trata da proposta estruturalista para tratar da significação estão interconectados. Como visto, a tentativa aqui é demonstrar como esses ramos se efetivam teoricamente, através de uma luneta isolada, mas é sabido que sua aplicação só é possível em conjunto.

Em sua proposta semiótica – que será tratada em outro capítulo – Greimas propõe camadas de sentido, as quais indicam uma certa inspiração gerativista, atrelada a Noam Chomsky. No entanto, “[...] no modelo de Greimas: o valor descontinuidade, selecionado em nível mais profundo, gera funções antagonistas (entre sujeito e antissujeito, por exemplo) que, por sua vez gera o tema” (Tatit, 2007, p. 189). Observa-se que a produção de sentido é oriunda de níveis estruturais que promovem um percurso o qual evidencia, na superfície discursiva, a figura manifestada no texto.

Nessa perspectiva, “[...] a concepção de que um texto mantém seu conteúdo organizado em articulações narrativas trouxe um parâmetro sintático consistente para a pesquisa do sentido gerado por essas unidades que transcendem – e muito – o nível da frase” (Tatit, 2007, p. 189). Com isso, efetiva-se que “o objeto central da pesquisa do programa semiótico greimasiano encontra-se no estudo do discurso com base na ideia de que uma estrutura narrativa e uma lógica elementar se manifestam em qualquer tipo de texto” (Nöth; Santaella, 2017, p. 187).

Assim, a semântica possui papel fundamental, primeiro para sustentar essa lógica elementar manifestada no nível profundo, segundo porque o percurso gerativo de sentido depende de estágios de significação para evidenciar figuras e temas manifestantes nos níveis mais superficiais do texto.

Dessa maneira, influenciado pelo desenvolvimento teórico de Louis Hjelmslev, Lévi-Strauss, Étiene Souriau, Vladimir Propp, Lucien Tesnière e de Eugène Pottier, Greimas apresenta como ponto de partida “[...] a tentativa de aplicar métodos de pesquisas da linguística estrutural à análise do texto, que [...] define como discurso” (Nöth; Santaella, 2017, p. 188). Somado a isso, pode-se evidenciar que “a linguística greimasiana tem as suas raízes no conceito saussuriano de estrutura como diferença, nos princípios de oposição binária” (Nöth; Santaella, 2017, p. 188). Fatores que, de certo modo, contribuem para os aspectos aplicados à constituição do sema, embora a base dessa teorização seja advinda dos estudos de Pottier.

Com isso, apresenta-se uma semiótica linguística, reconhecida como a primeira elaboração desse teor teórico, pela Escola de Paris, por conseguinte a *Sémantique structurale*, que vem à luz, em 1966, torna-se um marco teórico. Tal resultado é dado na fundamentação na lexicologia estrutural, e “a Semântica Estrutural é, assim, mais do que uma semântica linguística, como aquela de Pottier ou Katz & Fodor. Tendo um objetivo além da semântica da palavra, ela é uma semântica do texto” (Nöth; Santaella, 2017, p. 188).

Como dito anteriormente, semântica e semiótica estão atreladas na constituição da teoria greimasiana, visto que para o autor a semiótica é a teoria da significação, portanto a significação é integrante de um sistema operacional cujo objetivo e o processo gerativo do sentido, para tanto o signo é analisado em níveis. No nível inferior, ocorre “[...] a atomização estrutural dos signos (mais precisamente das significações) em seus componentes semânticos, chamados de semas, produz

elementos analíticos que ainda não são signos”, ou seja, a significação é analisada a partir de uma lógica binária (Nöth; Santaella, 2017, p. 189).

Portanto, nos níveis inferiores, a semântica exerce um papel importante na composição lógica da relação entre os semas, além disso também efetiva as categorias semânticas que suplantam os elementos contrários para, de modo performático, estabelecer a trajetória gerativa. Por isso, no nível superior,

[...] a descoberta de unidades textuais produz entidades semânticas, que são mais que signos. Nesse nível, Greimas segue o caminho da semiótica do texto de Hjelmslev, introduzindo elementos novos da sintaxe de Tesnière e da teoria do narrativo de Propp (Nöth; Santaella, 2017, p. 189).

A competência semiótica descrita por estruturas denominadas de sêmio-narrativas efetiva-se na combinatória de estruturas semânticas e sintáticas, as quais estabelecem, portanto, uma gramática fundamental do discurso. É válido destacar que há uma aproximação do conceito de língua de Saussure ou à competência na sintaxe, apresentada por Chomsky, no entanto ampliadas pelas dimensões da semântica e do texto (Nöth; Santaella, 2017).

Nessa linha, pode-se visualizar um diagrama que evidencia a presença da oposição semântica na efetivação do nível inferior e das categorias elementares, articuladas em relação lógica, na sequência um processo gerativo responsável pela significação, a qual através de figuras e temas manifestantes, das quais revela o tema global na superfície do texto, que confirma o sentido.

Assim, consoante Barros (2007, p. 188):

[...] o texto se organiza e produz sentidos, como um objeto de significação e, também se constrói na relação com os demais objetos culturais, pois está inserido em uma sociedade, em um dado momento histórico e é determinado por formações ideológicas específicas, como um objeto de comunicação.

Desse modo, os componentes da semântica discursiva constituem a tematização e a figurativização, os quais são responsáveis pela concatenação denominada de **isotopia** que garantem a coerência do texto, evidenciando temas abstratos evocados por figuras concretas. Dessa forma, a trajetória gerativa é constituída por uma **semântica fundamental**, no nível profundo, e por uma **semântica narrativa**, no nível superficial, ambas evidenciam estruturas sêmio-narrativas, por fim uma **semântica discursiva**, em que se revelam a tematização e a figurativização à base de estruturas discursivas (Nöth; Santaella, 2017).

Aproximando as considerações de Greimas à concepção de significado, é preciso apontar suas concepções sobre Saussure, às quais recaem a confluência dos avanços na análise textual e a herança de Genebra. Desse modo, para Greimas, “a originalidade da contribuição de F. de Saussure reside, [...], em transformar uma visão de mundo que lhe foi peculiar – e que consiste em captar o mundo como uma vasta rede de relações”, fator que, na visão de Greimas, estabeleceu uma metodologia linguística a qual se configura “[...] como uma arquitetura de formas carregadas de sentido, trazendo em si mesmas sua própria significação” (Zilberberg, 2006, p. 92).

Em busca da objetividade da significação, Greimas observa a concepção de língua, chegando à resolução: “[...] a língua, mesmo permanecendo o que é – um sistema de signos – frente a esses conjuntos de significação autônoma, comporta-se ao mesmo tempo como instrumento, e serve para construir ordens de pensamento mediatizadas, as metalinguagens” (Zilberberg, 2006, p. 93). Assim, se a semiótica é a ciência da significação e através da qual a língua se configura como a forma que medeia a concepção de mundo; por sua vez estudar os sistemas autônomos da língua é objeto concernente à Semiologia.

Com isso, tem-se “[...] por objetividade a atribuição ao objeto – a significação – de qualidades que tornam sua análise fecunda”, o que estabelece a globalidade, ou melhor, conforme aponta Greimas, a dupla globalidade: globalidade do significante, globalidade do significado (Zilberberg, 2006, p. 94). Com isso, “essa dupla afirmação, que poderia ou deveria levar à impotência, permite ao contrário estabelecer axiomas que não apenas tornam a análise possível, mas lhe garantem a *priori* uma certa validade” (Zilberberg, 2006, p. 94).

Dito isso, aponta-se que a “significação é o conceito-chave da semiótica de Greimas. A totalidade de significações forma o universo semântico”, assim “[...] significação é o sentido articulado” (Nöth; Santaella, 2017, p. 191). Por sua vez, sentido se opõe à significação. Assim sendo, sentido é “[...] aquilo que é anterior à produção semiótica [...]” (Nöth; Santaella, 2017, p. 191). Desse modo, confirma-se que “Greimas elaborou seu modelo da estrutura elementar da significação e da análise sêmica em seu *Semântica Estrutural* (1966)” (Nöth; Santaella, 2017, p. 191). Portanto, “no seu modelo de trajetória gerativa do texto, as estruturas de significação elementares são localizadas no nível das estruturas profundas” (Nöth; Santaella, 2017, p. 191-192).

Greimas (1976) defendia, portanto, que o problema da significação estava no centro das discussões e preocupações das ciências humanas, já que entendia que o mundo das significações caracterizava o mundo humano e este só poderia ser chamado de humano enquanto significa alguma coisa. Dessa forma, Greimas (1976, p. 11) diz que:

[...] é na pesquisa a respeito da significação que as ciências humanas podem encontrar seu denominador comum. Com efeito, se as ciências da natureza se indagam para saber como são o homem e o mundo, as ciências do homem, de maneira mais ou menos explícita, se interrogam sobre o que significam um e outro.

Sendo assim, sua proposta de semântica explora os elementos mínimos em busca dos fatores que conferem a significação, ou melhor, a constelação semântica é constituída por elementos binários, que, de alguma ordem, estabelecem uma disjunção, ou seja, essa semântica dupla “[...] é definida como uma estrutura elementar de significação. Seu modelo é um eixo semântico linear com dois elementos em seus extremos” (Nöth; Santaella, 2017, p. 192). Nessa perspectiva, “o eixo representa o traço semântico comum (a categoria sêmica). Nos pontos extremos estão os termos diferenciais [...]. Esses são definidos como semas” (Nöth; Santaella, 2017, p. 192.).

Em Hjelmslev, tem-se que semas são entidades abstratas da substância do conteúdo, isso indica que Greimas pretende mexer no vespeiro da significação, como aspecto do conteúdo, fator evitado por Saussure, Hjelmslev e Barthes, quem restringiu a língua apenas à análise da forma, portanto focalizada no significado.

O sema é a unidade mínima da semântica, tem a capacidade de diferenciar significações, portanto “[...] são concebidos como entidades de estrutura abstrata, profunda, de descrição metalinguística. O universo dos semas representa a totalidade de categorias conceituais da mente humana” (Nöth; Santaella, 2017, p. 193). Semas são os elementos de significação (s_1 , s_2), ou seja, é uma estrutura elementar que pode ser captada e descrita ou pelo eixo semântico, ou pela articulação sêmica (Greimas, 1976).

Diante disso, entende-se que o eixo semântico é denominador comum a dois termos-objetos, e elementos de significação (semas) caracterizam os lexemas, sua relação implica a existência da significação, porém trata-se de uma significação que se consiste na descrição metalinguística. As articulações sêmicas podem ser

denominadas de modo de existência (marcado vs. não marcado), o qual evidencia o binarismo (lógico ou operacional) que é oriundo da relação entre os termos-objetos.

Baseado em B. Russell (1872-1970), Greimas (1976, p. 38) define que “[...] a coisa é independente de suas propriedades; é a coisa em si, e incognoscível como tal: nenhuma análise de suas propriedades chegará a esgotar a sua essência”. Continua, afirmando que “somos assim forçados a permanecer no plano fenomenológico, isto é, linguístico, e postular com Russell que as qualidades definem as coisas, isto é, que o sema *s* é um dos elementos constitutivos do termo-objeto” (Greimas, 1976, p. 38).

Assim, o termo-objeto é denominado de **lexema**, pois está atrelado à condição lexicográfica, o qual resulta de uma coleção de semas em sua constituição. Ademais, o que se refere ao modo de existência da significação, sua caracterização é decorrente da presença da relação articulada entre dois semas e essas categorias sêmicas são imanentes à língua-objeto.

Com isso, pode-se apresentar um diagrama estrutural: a língua-objeto, uma língua que passa a ser analisada por especialistas em teorias da linguagem após assumir forma ulterior ao nível de imanência, é constituída por termos-objetos, os quais são nomeados de lexema, ou seja, o sentido no nível da língua-objeto, que, por sua vez, o lexema é constituído por conjunto de elementos de significação, denominado de semas, que são categorias da significação no nível elementar da semântica estrutural.

O nível de imanência se caracteriza pela presença das unidades de significação ainda são independentes da forma que elas porventura tomarão em uma determinada língua. Por seu turno, os lexemas, que se configuram a partir da combinação real de semas, assim gerando significação, ocorre no nível da manifestação. Portanto, é importante visualizar os fatores que incidem sobre os semas no nível de imanência para compreender como eles caracterizam os termos-objetos no nível da manifestação, já que isso ocorre em nível textual.

Ao identificar a significação manifestada, Greimas (1976) desdobra os termos-objetos em unidades de comunicação e unidades de significação. Trata-se do **semema**, elementos da linguagem que podem “[...] dar conta dos modos de existência e dos modos de manifestação das estruturas da significação” (Greimas, 1976, p. 57). Outrossim, o semema manifesta-se no nível do discurso e o conjunto de semas efetiva a cadeia discursiva manifestante na superfície do texto. Além disso,

“[...] é não somente o lugar de encontro do significante e do significado, mas também o lugar de distorção de significação provocada pelas exigências contraditórias da liberdade e das imposições da comunicação” (Greimas, 1976, p. 57).

Portanto, “o sema é a unidade mínima da semântica, cuja função é a de diferenciar significações”; por sua vez, “a combinação real de semas em significações, como eles aparecem em lexemas, ocorre no nível da manifestação. Porém, lexemas, as unidades da estrutura superficial do léxico, não são unidades da semântica em si” (Nöth, 1996, p. 152).

Decorrente a isso, “somente suas significações pertencem ao nível semântico de manifestação. Estas significações, combinações de semas, são definidas como sememas” (Nöth, 1996, p. 152). Enquanto os **lexemas** podem gerar polissemia, já que é possível haver vários semas inter-relacionados; os **sememas** se efetivam no discurso, pois a isotopia direciona os semas que fundamentam a sua constituição.

Em suma, reconhece-se que a semântica estrutural está diretamente fundamentada na Semiologia e no avanço dos estudos linguísticos que se desdobraram na semiótica. Esta seção cumpriu seu objeto de evidenciar as bases estruturais pelas quais se efetivam a semântica, para que possa ser compreendido o seu papel no processo de geração da significação e na consolidação do sentido através da semiótica. Normalmente, ao se estudar a semiótica estruturalista, os olhos se voltam para a concepção estrutural, as regras do processo, a constituição da língua e os fatores linguísticos que implicam no valor semântico configurado na imanência do significado, ou como a língua assume o papel de forma, e esse valor é decorrente do processo nominalista previsto pelo sistema estrutural.

Sendo assim, ao avaliar a esfera semântica, é possível compreender qual é a relação da língua com a realidade, ou extralinguístico e como a Semiologia entende os processos cognitivos na aplicação do sentido e na constituição da significação. Como foi possível constatar, muita coisa evolui de Saussure a Greimas, de uma teoria mentalista a uma teoria da comunicação, de uma teoria em que o signo tem valor atômico para uma teoria em que o signo se manifesta na esfera textual.

4. 4 Semântica Gerativa: a relação entre a sintaxe e a mente

Em uma outra abordagem clássica da linguística moderna, o gerativismo, ou a gramática gerativa, proposta por Avram Noam Chomsky, ao lançar, em 1957,

Estruturas Sintáticas, obra que apresenta uma síntese dos resultados obtidos em sua tese de doutoramento *The Logical Structure of Linguistic Theory*, apresentada em 1955, marcou, definitivamente, a participação do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) no cenário da linguística, posteriormente ampliou as discussões entre linguagem e mente, biologia e linguagem, língua e fatores psicológicos.

Em linhas gerais, o **gerativismo** propõe uma abordagem fundamentada na sintaxe de uma língua, assim discussões decorrentes a suas possibilidades proporcionaram questionamentos sobre a constituição da linguagem e, por sua vez, a língua humana. Dessa forma, em seu desenvolvimento como ciência, metodologia e epistemologia, Chomsky suscita aproximações de análise e de técnicas de abordagem análogas às ciências naturais, assim apontando a tese de que os seres humanos são detentores de uma **Gramática Universal** (GU), constituída em competências e desempenho, a qual é uma particularidade inata.

Diante desses fatores, ampliaram-se as abordagens em direção aos fatores psicológicos, o que proporcionou duas outras preocupações:

a) o embasamento epistemológico, já que Chomsky se afasta do empirismo, abordagem tradicional quando se trata de filosofia da linguagem moderna e, decorrente a isso, somado à tese de inatismo, Chomsky se aproxima dos fundamentos do racionalismo, recuperando fundamentos que perpassam o “problema de Platão” e ideias cartesianas, de René Descartes;

b) a concepção de uma interface entre as coisas do mundo e a linguagem. Por um lado, trata-se de uma abordagem alinhada ao nominalismo, visto que Chomsky debate e discorda dos avanços de Frege, Quine, Wittgenstein e de Fodor acerca da relação linguagem e realidade e os aspectos da referência, da informação e dos conceitos; por outro, a fim de demonstrar como a mente, fundamentada no inatismo expressa os conceitos, Chomsky propõe a concepção de **mente computacional**, fator que influenciou diversos desdobramentos teóricos e linhas de pesquisa, como: linguística cognitiva, semântica cognitiva, aquisição da linguagem, psicolinguística, neurolinguística, linguística computacional, todos explorando o fundamento de gerativismo e, por sua vez, as possibilidades de estruturação sintática.

Sendo assim, em princípio, o gerativismo apresentava o objetivo de analisar as possibilidades linguísticas, referentes à sua composição por uma interface sonora (fonética) e uma interface semântica, observando as combinações sintáticas e os efeitos de sentido, ou melhor, o significado que uma língua poderia proporcionar,

decorrente das derivações de um enunciado nuclear, no entanto, posteriormente outros objetivos e objetos foram implementados na investigação científica do pesquisador do MIT.

Por seu turno, o gerativismo não destaca como taxonomia de sua configuração a diferença conceitual entre sentido, significação e significado. Na maior parte dos argumentos e dos relatórios de pesquisa, predomina o uso do termo significado e, em raras manifestações aparecem os termos sentido e significação, os quais são tratados como sinônimos e aplicados para garantir a concatenação do termo significado, já introduzido no enunciado do determinado texto em que essas variações terminológicas acontecem.

Com isso, a análise sobre a semântica gerativa não pretende discutir sobre as diferenças conceituais entre esses três conceitos. Desse modo, a abordagem, nesta seção, abordará o impacto semântico como resultado do processo gerativista e também a consolidação semântica da mente computacional, bem como a concepção, de primeira fase, sobre como a cognição se estabeleceu, promovendo a confusão conceitual de que teorias da cognição, de modo geral, possuem, em sua epistemologia, traços mentalistas e imediatistas.

Um ponto importante a se destacar é que diferentemente de outras linhas teóricas da semântica, a semântica gerativa não está concentrada no léxico, portanto não se trata de uma abordagem atômica. É possível reconhecer reflexões sobre esse tipo de abordagem, entretanto a semântica gerativa, como resultado da gramática gerativa, é resultante de análises sobre enunciados, em que haja a constituição da relação entre seus termos e como essa relação impacta no significado da frase.

Nesse propósito, vale destacar que a maior parte das análises está centrada em observar se, ao explorar os elementos de um enunciado núcleo a fim de executar mudanças na estrutura sintática, permanece o mesmo sentido. São raras as discussões direcionadas ao efeito de sentido, haja visto que a semântica gerativa não se preocupa com a significação. Essas abordagens direcionadas a diferentes resultados quase sempre estão encaminhadas à análise da metáfora, da ironia, e, principalmente, da ambiguidade.

Atenta-se à formatação da língua como inata e à discussão sobre a relação linguagem e realidade, bem como os aspectos inerentes à mente computacional, visto que podem contribuir para a compreensão da semântica constituída a partir de fatores psicológicos, cognitivos e computacionais.

Nessa linha, consultaram-se os materiais: Chomsky (1976, 1979, 2000, 2007, 2009a, 2009b, 2014, 2018a, 2018b); Kenedy (2016); Berwick; Chomsky (2017) para tratar da gramática gerativa, como também dos seus desdobramentos sobre inatismo, mente computacional e semântica gerativa. Além disso, também foram consultados os materiais: Fodor (1983, 1984, 2014) para complementar a discussão sobre inatismo, psicologia e linguagem, linguagem e representação e mente computacional.

O gerativismo é um estudo linguístico que, desde seu início, esteve preocupado com investigações sobre a sintaxe. Pode-se dizer que seu arco epistemológico é constituído por algumas fases, assim é na segunda fase, denominada de Teoria Padrão, que fatores semânticos foram pontuados, no entanto seu principal objetivo sempre foi a formulação de uma gramática, estabelecida como um estudo autônomo, o qual pudesse ser independente da semântica.

Contudo, por mais que tenha se centrado na sintaxe, outras fases também acabaram de um modo ou outro, seja pelas questões lexicais, pela configuração no enunciado, pelas possibilidades de derivação da frase núcleo, seja pelo apontamento das circunstâncias de produção do enunciado e sua concatenação. Entretanto, a gramática gerativa, ao contrário do que sempre almejou defender, demonstra que não há caminhos profícuos de estudos sobre a linguagem que não perpassem de alguma maneira pela semântica.

O principal componente da gramática gerativa é a formulação da Gramática Universal (GU). Assim, a Gramática Universal é “[...] um conjunto de princípios linguísticos determinados geneticamente”, além disso admite-se que sua constituição seja à base de dois tipos de princípios: por um lado, rígidos e invariáveis; por outro, abertos (Negrão; Scher; Viotti, 2007, p. 97). Em se tratando dos princípios abertos, são eles chamados de “[...] parâmetros, e seu valor só é fixado ao longo do processo de aquisição, com base na informação linguística [...]”, a qual é exposta e serve como *input* (Negrão; Scher; Viotti, 2007, 97). Desse modo, “[...] adquirir o conhecimento de uma língua consiste, fundamentalmente, em atribuir os valores estabelecidos por essa determinada língua aos parâmetros da Gramática Universal” (Negrão; Scher; Viotti, 2007, 97).

Portanto, a Gramática Universal é caracterizada pelas atividades decorrentes da gramática gerativa, esta, por sua vez, “[...] assume que os seres humanos nascem dotados de uma faculdade de linguagem, que é um componente da mente/cérebro especificamente dedicado à língua” (Negrão; Scher; Viotti, 2007, 96). Além disso,

destaca-se que essa faculdade de linguagem inicialmente é uniforme, ou seja, todos seres humanos são dotados dessa mesma faculdade de linguagem e, conseqüentemente, parte do mesmo estado inicial, por sua vez, esse estado se modifica consoante exposição a um determinado ambiente linguístico. Por conseguinte, destaca-se que “[...] a partir da interação da informação genética que ela traz no estado inicial de sua faculdade da linguagem [...]” alinhado aos dados de exposição, a pessoa desenvolve seu conhecimento linguístico sobre uma determinada língua (Negrão; Scher; Viotti, 2007, 96).

Frente a isso, Chomsky defende que o desenvolvimento da linguagem na mente das pessoas seja decorrente, portanto, da interação da informação genética mais dados de exposição do ambiente linguístico. Contrariando, dessa maneira, algumas teorias, debate-se que o “[...] conhecimento é adquirido por meio da memorização de listas das propriedades descritivas de construções de uma língua [...]”, conseqüentemente “[...] o processo de aquisição deveria ser muito mais lento e, sem dúvida alguma, muito mais árduo”, já que dependeria, principalmente, da memória para decorar os mecanismos linguísticos de construções de frases afirmativas, negativas, interrogativas (Negrão; Scher; Viotti, 2007, 97).

Somado a isso, entende-se que a proposta da gramática gerativa é constituir-se como um programa, em que a “[...] tarefa fundamental do linguista é a criação de sistemas computacionais que sirvam de modelo para o conhecimento linguístico dos falantes/ouvintes de uma língua” (Borges Neto, 2011, p. 97). Ademais, pode-se apontar que a gramática gerativa pretende promover “[...] a construção de um mecanismo computacional capaz de formar e transformar representações, que simule o conhecimento linguístico de um falante de uma língua natural, registrado em sua mente/cérebro” (Borges Neto, 2011, p. 97).

Nessa perspectiva, entende-se que “os comportamentos linguísticos efetivos (enunciados) são, ao menos parcialmente, determinados por estados da mente/cérebro”, assim como “a natureza dos estados da mente/cérebro, parcialmente responsáveis pelo comportamento linguístico, pode ser captada por sistemas computacionais que formam e modificam representações”, ou seja, “os estados da mente/cérebro são, no nosso caso, representados por expressões de uma linguagem formal” (Borges Neto, 2011, p. 97).

Essa concepção oferece um entendimento de que a mente é um recurso pronto, já que o cérebro, em aspectos fisiológicos, amadurece e, assim, o

conhecimento se revela. Com efeito, todos os elementos que perfazem a composição da mente são fundamentados em modelos físicos, ou seja, o gerativismo não explora a face abstrata da mente, deixando para a semântica o tratamento do sentido que se absorve através da sintaxe. Nesse sentido, cognição é entendida como um mero despertar da mente.

A gramática gerativa, desde a sua origem, apresentou três estratégias epistemológicas a fim de demonstrar a delimitação do conhecimento sobre a língua que se constitui na mente/cérebro dos falantes. Diante disso, é possível apontar que o primeiro momento é conhecido como a teoria de *Syntactic Structures*, em que “[...] a gramática deveria gerar diretamente as sentenças da língua (em suas formas superficiais)”, o que evidencia que a gramática era direcionada exclusivamente à sintaxe, portanto a noção referente à gramática gerativa eram procedimentos que se aproximavam de esquemas lógicos e matemáticos (Borges Neto, 2011, p. 124).

Como segundo momento da gramática gerativa, pode-se apontar aquilo que Chomsky denominou de teoria-padrão. A estratégia técnico-metodológica propunha uma gramática que “[...] passa a gerar objetos abstratos que são interpretados nas sentenças da língua”, isto é, na sua forma fonética e indicando o significado (Borges Neto, 2011, p. 124).

Essa segunda fase apresenta uma preocupação direta com a semântica e é responsável pelo surgimento daquilo que ficou conhecido como **semântica gerativa**, já que as discussões perpassavam pela correlação de interfaces entre a língua, a mente e o significado daquilo que se representa. De fato, são as análises e discussões dessa segunda fase que atraem os interesses desta pesquisa, a fim de compreender como a sintaxe, por conseguinte a gramática gerativa interferem no significado proposto nos enunciados, visto que a gramática gerativa tecnicamente é responsável pela geração de um conjunto de objetos abstratos projetados na língua, o que permite o reconhecimento de uma interface alinhada à fonética conectada a uma interface alinhada à semântica.

Aproveitando a discussão, esta pesquisa também destaca o tratamento da cognição, já que Chomsky é um dos precursores da aplicação da concepção sobre mente e cognição ao tratamento da língua. Assim como ele, outros pesquisadores do MIT, como Jackendoff (1972, 1985, 1987, 1990, 2002), Fodor (1976, 1983, 1984, 2014) e Lakoff (1998, 2004, 2018) também exploraram essa abordagem e contribuíram para avançar seus conceitos, ou seja, as teorias da cognição transitaram

em modelos inatos, mentalistas, empíricos, computacionais e fenomenológico-realistas, sendo este último a vertente que, de fato, interessa às discussões deste estudo.

É válido destacar que “[...] a noção de gramática gerativa sofre uma pequena modificação com relação ao sentido anterior: ela não gera mais diretamente as sentenças da língua” (Borges Neto, 2011, p. 125), isso indica que a gramática é responsável por gerar objetos abstratos conforme as sentenças possíveis da língua.

Portanto, permanece “[...] a gramática como um sistema de regras que gera todas, e apenas, as sentenças da língua”, o que configura na prática que enquanto a gramática oriunda da *Syntactic Structures* “[...] tinha como saída do conjunto de conversões as próprias sentenças da língua” (Borges Neto, 2011, p. 125); a gramática decorrente da teoria-padrão, por sua vez, “[...] tinha como saída do conjunto de conversões um conjunto de estruturas (indicadores sintagmáticos) que se interpretavam nas sentenças da língua” (Borges Neto, 2011, p. 125).

Na sequência, a terceira fase está fundamentada nos projetos referentes a princípios e parâmetros (P&P) e sua extensão até o programa minimalista (PM). Nessa proposta, “[...] a gramática gera objetos abstratos que explicitam as propriedades que os falantes levam em consideração no momento de emitir juízos de gramaticalidade sobre objetos linguísticos” (Borges Neto, 2011, p. 125).

Nessa fase, as discussões sobre a semântica não se mantêm em primeiro plano, todavia é possível reconhecer que aspectos semânticos estão presentes na constituição do contexto, muitas vezes já ganhando a dimensão da pragmática, pois as reflexões circundam as divergências entre uma proposta voltada para o enunciado e para o efeito o qual se estabelece no processo de concatenação. Também se destaca uma proposta à base das estratégias lexicais, elementos que estimulam a avaliação sobre o impacto da produção, assim os fatores acerca da competência e do desempenho são mais evidentes na ação da gramática gerativa.

Isso indica que “as sentenças de uma língua qualquer constituem apenas um subconjunto desse conjunto de objetos linguísticos e, portanto, em nenhum momento, e sob nenhum critério, é possível dizer que a gramática gera as sentenças da língua” (Borges Neto, 2011, p. 125). Essa nova posição renova acintosamente a concepção de gramática universal, por conseguinte de gramática gerativa, pois é factual uma transposição de modelos estruturalistas inicialmente, do enfrentamento de polêmicas e rejeições do segundo momento para, no terceiro momento, um modelo que enxerga

a língua diferente de uma faculdade programada, repetitiva e volta-se para a ampliação de conteúdo externo, já que, nessa nova proposta da gramática gerativa, “[...] é possível dizer que a gramática permite (licencia), entre outras coisas, as sentenças de uma língua dada” (Borges Neto, 2011, p. 125).

Diante desses apontamentos, é importante destacar, por fases, elementos teóricos que podem contribuir para uma teoria semântica ampla, por isso os conceitos teóricos da gramática gerativa serão explorados e analisados a fim de evidenciar fatores conceituais, práticos, metodológicos ou epistemológicos que podem corroborar, como ainda apontar quais fundamentos conceituais serão descartados, já que seguem fundamentos teóricos e epistemológicos divergentes da abordagem adotada por esta pesquisa, por isso também é importante apresentar justificativas.

De modo geral, a gramática gerativa, na sua concepção direta à semântica, teria muito pouco a contribuir para os fundamentos metodológicos e epistemológicos assumidos nesta pesquisa, todavia, olhando para além dos fatores puramente semânticos, a gramática gerativa provoca inquietações referentes a algumas concepções de língua, atuação e resultado, por isso este estudo teve a preocupação de analisar seus fundamentos.

Se por um lado, a concepção de língua, linguagem e realidade são divergentes das abordagens epistemológicas tratadas até aqui e pouco corrobora a discussão sobre o que é nominalista e o que realista na aplicação da linguagem e mente, já que a gramática gerativa defende uma concepção inatista de língua e, conseqüentemente, de construção de conceitos e constructos sobre a realidade a partir de uma mente. Outrossim, a discussão sobre semântica não é nada satisfatória, pois é fechada na natureza da própria língua. Desse modo, o gerativismo se distancia da concepção de língua como um artifício humano para representar e mediar a realidade, dotada de criatividade, por conseguinte a língua como modeladora da realidade à liberdade de construção do usuário. Possivelmente tal rejeição seja devido ao fator semântico ser complexo e difícil de se aplicar para criar modelos universais que se retroalimentam conforme as mudanças frente ao uso cotidiano e contínuo da língua.

De fato, a gramática gerativa encerra essa discussão de modo pouco científico, já que não explora fatores metodológicos suficientemente lógicos e naturais para justificar seu posicionamento, visto seu distanciamento das abordagens empiristas, embora seus argumentos e raciocínios sejam forjados à base da dedução, mas uma dedução que envolve teorias especulativas e fundamentos que nenhuma ciência

conseguiu avançar satisfatoriamente, logo os avanços indutivos não apresentam fundamentos ancorados na realidade.

Neste ponto, a gramática gerativa chama a atenção, se não pelos seus modos de fazer ciência e apresentar seus resultados, mas, sim, por suas perguntas, principalmente no que tange à cognição e à mente computacional, por conseguinte os fatores biológicos inerentes a essa discussão, assim o que deixa em aberto: como uma língua se realiza na mente humana? E, principalmente, qual é o fator humano que o distingue entre os outros seres para desenvolver uma língua repleta de conceitos, de símbolos e de possibilidades ilimitadas de criar condições sobre a realidade? Ou ainda, capaz de criar fantasias, mundos imaginários e situações não factuais?

Outro ponto que chama a atenção e muito caro para esta pesquisa é a cognição, a organização da mente, aprendizagem e construção do conhecimento, assim fatores como a implicação da psicologia na configuração da linguagem, bem como os aspectos relacionados à formatação de um sistema computacional, responsável por configurar uma mente computacional e, assim, incomodar a ausência de respostas satisfatórias acerca do *input* e ainda o que ocorre na mente humana até promover um *output*. Além disso, embora a gramática gerativa não debata sobre isso, mas é interesse desta pesquisa tentar compreender, como todos esses fatores forjados na gramática gerativa podem contribuir para compreender o processo de significação que ocorre na mente humana entre o *input* e o *output*?

Sendo assim, dois conceitos importantes precisam ser apontados e delimitados frente às propostas teóricas de N. Chomsky, o conceito de língua e o conceito acerca da sintaxe. Ao tratar desses conceitos, é válido destacar que as propostas científicas estadunidenses defendiam uma abordagem estruturalista da língua e uma análise distribucional em sua análise, logo afetando o modo de tratar a sintaxe.

Frente a isso, vale destacar que o principal nome sobre os estudos do estruturalismo estadunidense era Leonard Bloomfield (1887-1949), quem defendia que a língua era o objeto dos estudos da linguística, como ainda que a língua se definia como “[...] a totalidade dos enunciados que podem ser feitos numa comunidade linguística” (Borges Neto, 2011, p. 99). Ademais, “cabia ao linguista descrever essa língua, e isso era feito a partir da coleta de um corpus representativo, que era descrito minuciosamente com o instrumental fornecido pelos procedimentos de descoberta (Borges Neto, 2011, p. 99).

Chomsky se opõe ao pensamento estruturalista estadunidense, pois não concorda com a proposta de que haja algo anterior à língua na mente. Desse modo, Chomsky defende que os enunciados produzidos pelos falantes são aqueles que podem ser feitos, ou seja, uma espécie de reprodução de um conhecimento programado, assim deslocando o ponto central das discussões das teorias linguísticas: as regras que regem os *corpora* representativos.

Nessa perspectiva, “[...] deixam de ser o ponto de partida da teoria linguística e passam a ser o ponto de chegada”, isto é, “[...] a comunidade linguística possui um conhecimento compartilhado sobre os enunciados que podem e os que não podem ser produzidos” (Borges Neto, 2011, p. 99). Além disso, na visão de Chomsky, é “este conhecimento que precisa ser descrito e explicado pela teoria linguística” (Borges Neto, 2011, p. 99).

Nessa proposta, pode-se dizer que a língua possui duas acepções: a primeira trata-se do “[...] conhecimento linguístico de um indivíduo acerca de uma dada língua, ou seja, é a faculdade cognitiva que habilita esse indivíduo a produzir e compreender enunciados na língua de seu ambiente”, isso indica que esse entendimento sobre língua se refere a um tipo de habilidade presente na mente humana (Kenedy, 2016, p. 27). Já a outra acepção aponta que língua é o “[...] código linguístico existente numa comunidade humana, isto é, língua é o léxico e tudo o que nele está contido ou dele é derivado” (Kenedy, 2016, p. 27).

Somado a isso, a linguagem “[...] desempenha um papel essencial no pensamento e na interação humana”, assim é possível “[...] descrever o sistema de conhecimento que é alcançado e a formular algumas hipóteses plausíveis acerca das capacidades humanas intrínsecas que tornam essa façanha possível” (Chomsky, 2009a, p. 20). Outrossim, consoante Chomsky (2009a, p. 21) “o conhecimento da língua normalmente é obtido mediante uma breve exposição, e o caráter do conhecimento adquirido pode ser amplamente predeterminado”. Com isso, entende-se que “[...] a linguagem humana devesse refletir diretamente as características das capacidades intelectuais humanas”, ou seja, esperava-se que “a linguagem devesse ser um espelho da mente direto, de um modo que outros sistemas de conhecimento e crença não poderiam ser” (Chomsky, 2009a, p. 21).

Ademais, a linguagem proporciona a capacidade de construir um número ilimitado de pensamentos complexos possíveis, como também é capaz de separar das circunstâncias correntes, além de estender sobre tempos e circunstâncias arbitrárias.

A linguagem é responsável pelas capacidades cognitivas notáveis, ou seja, “a linguagem é o meio expressivo – e criativo – primordial” (Chomsky, 2014, p. 12). Por sua vez, a ciência da linguagem, para Chomsky, “[...] é uma ciência natural objetiva que trata a linguagem como um sistema de base biológica que evoluiu a partir de um único indivíduo e foi geneticamente transmitido a sua prole” (Chomsky, 2014, p. 13). Dessa maneira, há “uma implicação da ideia de que a introdução evolucionária da linguagem pode ter nos tornado a espécie única que somos”, portanto “existe uma causa naturalística – não religiosa, tampouco meramente especulativa – daquilo que nos torna únicos e suas origens” (Chomsky, 2014, p. 13).

Assim, “[...] uma língua é um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada sentença sendo finita em extensão e construída a partir de um conjunto finito de elementos”, dessa forma “o objetivo fundamental na análise linguística de uma língua L⁷ é separar as sequências gramaticais que são as sentenças de L das sequências agramaticais que não são sentenças de L, e estudar a estrutura das sequências gramaticais” (Chomsky, 2018a, p. 18).

Para que tal fundamento linguístico sustente as condições da língua L, Chomsky explora as capacidades da sintaxe. Desse modo, conforme Chomsky (2018a, p. 16) “a sintaxe é o estudo dos princípios e dos processos por meio dos quais as sentenças são construídas em línguas particulares”. Com isso, entende-se que “o estudo sintático de uma determinada língua tem como objetivo a construção de uma gramática que pode ser encarada como algum tipo de mecanismo de produção das sentenças da língua sob análise” (Chomsky, 2018a, p. 16).

Para Chomsky (2018), a análise sintática deve ser vista como desprovida de significado, apenas o fundamento de gramaticalidade é suficiente para efetivar a mente em direção à compreensão do enunciado, assim ele defende que uma sentença como “incolores ideias verdes dormem furiosamente”⁸, embora não seja dotada da noção de sentido, de fatores significativos ou sentido semântico, qualquer falante da língua em questão será capaz de reconhecer sua estrutura gramatical e,

⁷ Chomsky denomina língua L um modelo geral de língua, ou seja, na busca de uma representação de uma língua interna, a língua L indica que os fenômenos linguísticos devem ocorrer em qualquer língua humana, não sendo especificidade ou particularidades de uma língua específica, como o português, o inglês etc. Isso quer dizer que o critério deva ser generalizado, assim em busca de um método eficaz, todas as gramáticas devem ser construídas pelo mesmo método.

⁸ Colorless green ideas sleep furiously (CHOMSKY, 2018a, p. 20).

assim, reconhecer os mecanismos da língua, justamente porque se trata de um sistema computacional inerente à língua interna.

Com isso, Chomsky defende uma noção formal de gramática, a que será reconhecida como um sistema computacional, ou seja, propõe uma gramática gerativa para servir de descrição e exemplificação dos fenômenos das línguas naturais. Diante disso, Chomsky busca construir a gramática gerativa, a qual deve ser capaz de proporcionar “[...] regras de boa formação de uma língua qualquer L e de relacionar esse aparato formal a algum conjunto de princípios gerais (que determinem o que pode valer como gramática gerativa para as línguas em geral)” (Borges Neto, 2011, p. 101).

Conforme surgem as necessidades de modelar uma gramática capaz de representar a funcionalidade do sistema computacional da mente humana, Chomsky apresenta uma gramática fundamentada em constituintes imediatos, os quais serão responsáveis pelos componentes transformacionais. Isso indica que há um processo de *input*, inerente às motivações decorrentes da língua do ambiente motivacional, os quais se ajustam à língua interna.

Essa tramitação é avaliada no sistema computacional da mente, na gramática gerativa, por um modelo de análise fundamentado em dois componentes principais: um relacionado à forma da expressão e outro responsável pela transformação das expressões, assim sendo reconhecidas como nível linguístico dos componentes, os quais são constituídos de elementos propriamente sintáticos. Além disso, há um outro componente, morfofonêmico, presentes nas dinâmicas de leitura e na constituição do *output* do componente transformacional.

Frente a esse aparato, Chomsky (2018a, p. 23) sentencia que “devemos concluir que a gramática é autônoma e independente do significado e que os modelos probabilísticos não fornecem nenhum esclarecimento sobre alguns dos problemas básicos da estrutura sintática”. Nessa linha, a gramática gerativa enviesa, em sua primeira versão, um modelo que visa à representação do sistema computacional de uma língua L, apontando que “uma condição que uma gramática deve necessariamente satisfazer é a de ser finita. Assim, a gramática de uma língua não pode ser simplesmente uma lista de todas as sequências de morfemas (ou de palavras) da língua [...]” (Chomsky, 2018a, p. 26).

Com isso, há o primeiro modelo de análise, ainda baseado no modelo distribucionalista dos estruturalistas, em que se evidenciam os níveis dos sintagmas

nominal e verbal, sendo que há a possibilidade de haver um outro sintagma nominal inserido no sintagma verbal, isto é, na sentença: “João amou Isabele”, essa sentença é constituída pelo sintagma nominal: *João* e pelo sintagma verbal: *amou Isabele*. Ademais, no sintagma verbal, além do verbo *amou*, que indica uma ação no pretérito perfeito do indicativo, há *Isabele*, por isso reconhece-se um outro sintagma nominal: *Isabele*, oriundo, portanto, do sintagma verbal: *amou Isabele*. Dessa forma, *João* e *amou* estão em um nível da sentença, enquanto *Isabele* está em outro nível, pois é complemento do sintagma verbal. Fator que leva a uma análise por níveis, os quais são constituídos pelo agrupamento das conversões de um mesmo nível, assim estabelecendo uma ordem de aplicação.

Esse procedimento constitui uma derivação, a qual se inicia pela análise da sentença, em que se reconhece a estrutura da frase, posteriormente as transformações, isto é, a relação forma e transformação, que perpassam pela análise dos morfemas, conseqüentemente observando o arranjo ou rearranjo das cadeias e dos agrupamentos das conversões, visualizando e reconhecendo os níveis. Assim, diante das cadeias de palavras, obtêm-se as regras morfofonêmicas, em que ocorre a conversão das formas de cadeias de palavras em cadeias de fonemas (Borges Neto, 2011).

Portanto, nessa primeira concepção da gramática gerativa, esses mecanismos de análise linguística potenciavam a representação do sistema computacional da mente humana, dessa maneira determinando os comportamentos linguísticos. Desse modo, tem-se uma descrição linguística no nível sintático formulada em termos de análise de constituintes, denominado *parsing*, termo da expressão latina *pars orationes* (partes do discurso). Com isso, “efetuar o *parsing* de uma sentença significa segmentar a frase em suas partes do discurso, isto é, em palavras e agrupamentos de palavras” (Chomsky, 2018a, p. 162). Destacar-se que para o gerativismo, a frase ou partes do enunciado eram chamados de discurso.

A concatenação passa a ser um objeto de preocupação da gramática gerativa, em se tratando dos **aspectos transformacionais** quando o peso dos fatores semânticos, de algum modo, começa a implicar conseqüências na extensividade da sentença, pois acaba interferindo nos aspectos relacionados à intensividade, já que por mais que os elementos sintáticos sejam os mesmos e permanecem no nível superior da estrutura. Na sentença: “O José pensa” não pode ser analisada nos mesmos critérios no sistema computacional de uma língua L como a sentença: “A

pedra pensa”, pois cada sentença evidenciada “[...] possui uma gradação de aceitabilidade para os valores de suas variáveis e tal gradação caracteriza propriamente a forma sentencial” (Borges Neto, 2011, p. 106).

Além disso, no modelo transformacional, estabelece-se uma sentença núcleo e a derivação das partes sintáticas a fim de analisar a manutenção dos valores semânticos, como a transformação das sentenças declarativas/ativas (sentença núcleo) em sentenças interrogativas, negativas ou passivas. A proposta transformacional consiste em transformar a sintaxe e, dessa maneira, é possível verificar mudanças ou a permanência dos significados. Esses elementos da proposta transformacional contribuem para as estratégias de interpretação, pois evidenciam como os elementos gramaticais contribuem para o reconhecimento dos aspectos lógico-semânticos nas frases e nos enunciados.

Nessa perspectiva, pode-se evidenciar as possibilidades sintáticas que compõem o sistema computacional de uma língua L, porém dava margem para explorar as diversidades de significado propostos decorrente ao impacto semântico nessas sentenças. Mesmo não sendo preocupação da gramática gerativa, esses fatores até poderiam ser discutidos acerca da significação, pois seus resultados podem afetar a informação tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade. Na sintaxe, pode ser considerado um processo comum de análise transformacional, entretanto muitas das mudanças semânticas quando inseridas em discurso ganham outros valores semânticos, porque os tipos de sentenças podem apresentar, a depender das motivações de enunciado, diferentes circunstâncias de direcionamento e de intencionalidade. Nesse aspecto, o sistema computacional apresentado por Chomsky aparenta ser limitado e insuficiente.

Em uma possível resposta, pode-se explorar frente às primeiras concepções da gramática gerativa, os aspectos extensionais e intensionais, visto que para a abordagem extensional, “[...] uma relação de transformação é inteiramente determinada pelo par de sentenças que relaciona e a tarefa da gramática é simplesmente estabelecer esses pares” (Borges Neto, 2011, p. 108). Por sua vez, para a abordagem intencional, “[...] dado um par de sentenças, podemos imaginar inúmeras relações (regras) entre elas, especificadas diferentemente pelo predicado analisável” (Borges Neto, 2011, p. 108).

Embora haja uma ampliação de resultados conforme às abordagens aplicadas, uma gramática fundamentada apenas na sintaxe até pode demonstrar elementos

estruturais de um sistema computacional, todavia não é capaz de apresentar um modelo exaustivo de possibilidade atreladas à criatividade proposta para a língua. Por isso, os modelos estruturalistas da linguagem e da psicologia (behaviorismo) estadunidenses sempre optaram por descartar a semântica, visto que, independentemente do modelo de representação da mente computacional, acabam apresentando modelos repetitivos, de aspectos programados e ausentes de significação. Na segunda fase, na famigerada teoria-padrão, Chomsky revê alguns conceitos e algumas problemáticas e, assim, aproxima seus diálogos da semântica, promovendo, com isso, a semântica gerativa, como um subproduto da gramática gerativa.

Frente a busca por explicações semânticas, a gramática gerativa explora o conceito de inatismo, além de averiguar entre os componentes transformacionais a noção de estrutura profunda. Nessa linha, na teoria-padrão, a gramática apresenta um modelo em que o funcionamento do conhecimento linguístico, registrado na mente é constituído por três grandes componentes:

- a) componente sintático: “[...] é gerativo, na medida em que é o único componente que constrói representações” (Borges Neto, 2011, p. 111);
- b) componente semântico: interpretativo;
- c) componente fonológico: também interpretativo (Borges Neto, 2011).

Conforme aponta Borges Neto (2011, p. 111), “a diferença entre um componente gerativo e um componente interpretativo está na propriedade que o componente gerativo tem de criar novas representações, enquanto os componentes interpretativos apenas associam representações entre si”.

O componente sintático de uma gramática gerativa deve conter “regras que especificam as correntes bem formadas de mínimas unidades de função sintática (formantes) e atribuem informação estrutural de vários tipos, tanto a essas correntes, como àquelas com certos aspectos não bem formadas” (Chomsky, 1976, p. 5, tradução livre).

O que efetiva esse novo cuidado, referente aos aspectos semânticos e sintáticos, com a análise dos componentes transformacionais é o fato de que no uso da linguagem “[...] os falantes defrontam-se constantemente com expressões com que nunca haviam deparado em sua experiência linguística prévia e, não obstante, podem produzi-las e entendê-las sem esforço” (Chomsky, 2018b, p. 2).

Outrossim, aproximando Chomsky e suas considerações da proposta de Saussure sobre *langue* e *parole*, aponta que a sentença, a frase e o sintagma não estão para a *langue* e, sim, para a *parole*, já que há “um ato individual de vontade e inteligência [...] que inclui as combinações por meio das quais o sujeito falante utiliza o código da *langue* com a intenção de expressão seu pensamento pessoal” (Chomsky, 2018b, p. 4). Por conseguinte, “[...] no domínio do sintagma não há um limite preciso entre os fatos da *langue*, marcados pelo uso coletivo, e os fatos da *parole*, que estão sujeitos à liberdade do indivíduo” (Chomsky, 2018b, p. 4), portanto há a presença marcante da sintaxe, mas há a necessidade de uma regularidade dos recursos para analisar os componentes transformacionais.

Assim sendo, a gramática gerativa se estabelece em uma organização de componentes. O componente sintático “[...] especifica um conjunto infinito de objetos formais abstratos, cada um incorpora toda a informação correspondente a uma interpretação única de uma oração concreta” (Chomsky, 1976, p. 17, tradução livre), a qual se efetiva como uma corrente de formantes, fatores que evidenciam a concatenação da sentença.

Somado a isso, há o componente fonológico, o qual, pertencente a uma gramática, “[...] determina a forma fonética de uma oração gerada por regras sintáticas, isso é, relaciona uma estrutura gerada pelo componente sintático com sinais representados foneticamente” (Chomsky, 1976, p. 17, tradução livre).

Por sua vez, o componente semântico, que “[...] determina a interpretação semântica de uma oração, isto é, relaciona uma estrutura gerada pelo componente sintático com uma certa representação semântica” (Chomsky, 1976, p. 17, tradução livre). De fato, os componentes fonológico e semântico são puramente interpretativos e não são responsáveis pelo processo gerativo da informação presente na sentença, ou melhor, “cada um deles utiliza informação proporcionada pelo componente sintático em relação aos formantes, a suas propriedades inerentes e a sua inter-relação em uma oração dada” (Chomsky, 1976, p. 17, tradução livre).

Assim, é nesse propósito que “[...] o componente sintático de uma gramática deve especificar, para cada oração, uma estrutura latente (profunda), que determina sua interpretação semântica e uma estrutura patente (superficial), que determina sua interpretação fonética” (Chomsky, 1976, p. 18, tradução livre).

Com isso, o processo de geração das sentenças se inicia no componente sintático, este é constituído por um subcomponente de base, o qual é responsável

pela geração das chamadas estruturas profundas (EP), além de um subcomponente transformacional, o qual tem a função de conversão, isto é, transforma as estruturas profundas em estruturas superficiais (ES) (Borges Neto, 2011). Interessante ressaltar que esse componente de base é responsável pelo componente categorial, o qual possui ontologia resultante do inatismo.

A base é formada por um *input*, sendo que o *output* equivalente são as estruturas profundas. Desse modo, “o componente transformacional recebe as estruturas profundas, como entrada, e, por meio de regras transformacionais, converte-as em estruturas superficiais” (Borges Neto, 2011, p. 112). Nessa perspectiva, o componente sintático é gerativo de pares sempre ordenados dos componentes fonológicos e dos componentes semânticos. Dessa forma, “[...] os dois componentes interpretativos associam representações aos elementos dos pares: o componente semântico associa interpretações semânticas às EPs, e o componente fonológico associa interpretações fonéticas às ESs” (Borges Neto, 2011, p. 112).

Em prática, esse novo sistema computacional é evidenciado através de um novo modelo transformacional. Nessa perspectiva, há como ponto de partida uma base, de natureza inata, de onde se extrai, ou melhor, de onde oferece o léxico, responsável pela efetivação do componente categorial, este de algum modo, tendo sido o falante exposto à língua de natureza externa propagada em um determinado ambiente, atua como *input* de motivação na mente. Há uma relação de *output* e *input* como estrutura latente na geração do componente semântico, responsável pela interpretação semântica, a qual oferece um *output/input* para o componente transformacional, assim uma nova corrente de *output/input* para o componente fonológico que gera a interpretação fonética, em uma estrutura patente.

A natureza dessa gramática é garantir que haja um sistema de regras capaz de unir os sinais fonéticos às interpretações semânticas, ou seja, é no componente sintático que está concentrado o poder gerativo; por sua vez, o componente semântico é mera consequência daquilo que se efetivou no nível sintático, ou seja, os fatores lexicais e suas propriedades de hiperonímia, meronímia, vagueza, entre outros aspectos internos às propriedades do próprio léxico são descartados, haja vista que suas propriedades semânticas não decorrem de sua relação com a realidade, mas, sim, com sua formação e formatação na mente, em consequência das propriedades inatas.

Por mais que se apresente a defesa de que tudo que pertence ao componente semântico deva ser manifestado no componente sintático e, conseqüentemente, será reconhecido na estrutura profunda, não há práticas, métodos ou epistemologia para demonstrar como promover essa correlação de forma satisfatória. Indicar que os fatores de interpretação estão presentes na estrutura latente apenas permite que haja algumas interpretações por especulações, ampliando a visão sobre a heurística como resultado. Nesse sentido, fica evidente que a semântica gerativa proposta nessa jornada até a segunda fase não atende às necessidades desta pesquisa, visto que não há propostas científicas, que estabelecem generalizações, leis, procedimentos, modelos ou regras, fundamentadas em metodologias que demonstrem como tratar os componentes semânticos em sua plenitude.

O próprio Chomsky defende que as propriedades da linguagem humana se caracterizam por serem propositais, sintáticas e proposicionais, ou seja, mesmo demonstrando que os fatores sintáticos são nucleares, mas a constituição da informação não depende apenas desse componente, como o componente sintático não apresenta argumentos e fundamentações totais para acessar a estrutura latente.

Assim sendo, consoante Chomsky (2018a, p. 126), “a linguagem é proposital pelo fato de haver quase sempre na fala humana uma intenção definida de transmitir algo para outra pessoa, alterando seu comportamento, seus pensamentos ou sua atitude geral perante uma situação”. Contudo, essa intencionalidade é suficiente para implicar efeitos de sentido na manifestação discursiva.

Frente a essa concepção da linguagem, há muito mais fatores que os componentes sintáticos podem evidenciar. Embora seja factual que Chomsky (2018a, p. 126) defende: “a linguagem humana é sintática, pelo fato de um enunciado ser um desempenho com uma organização interna, com estrutura e coerência”, o que evidencia os aspectos inatos, bem como os fatores alinhados à competência e ao desempenho, pois a linguagem humana também é “[...] proposicional, pelo fato de transmitir informação” (Chomsky, 2018a, p. 126).

Com isso, é preciso destacar, como reconhece Chomsky (2018a, p. 127) que “a dimensão linguística é abstrata, mas o princípio é claro. Um sistema de comunicação do segundo tipo tem uma esfera infinitamente grande de sinais potenciais, como a linguagem humana”. Entretanto, os mecanismos e os princípios são tão complexos quando se trata da linguagem humana, já que fatores alinhados ao *input*, no que se refere a subsídios do conhecimento e, por sua vez, a

representação dos fatores psicológicos e cognitivos, isto é, representação dos componentes transformacionais que geram a constituição das competências e das performances, tanto para interpretação, ampliação do conhecimento e comunicação, assim podendo expressar novos pensamentos, intenções e sentimento.

É, com vistas a essas questões, que se destacam as discussões da gramática gerativa aos fatores inativos e suas implicações sobre a semântica. Chomsky (2018a, p. 62) defende que “[...] o conhecimento da linguagem deve desenvolver-se lentamente pela repetição e o treinamento, decorrendo sua aparente complexidade da proliferação de elementos muito simples, e não de princípios mais profundos da organização mental” (Chomsky, 2018a, p. 62). Tal postura se posiciona em detrimento de apontamentos que, segundo ele, indicam que uma língua “[...] seja uma estrutura habitual ou uma rede de conexões associativas, ou que o conhecimento da linguagem seja meramente uma questão de *know-how*, uma habilidade pode ser expressa como um sistema de disposições a responder” (Chomsky, 2018a, p. 62).

É frente a essas demandas que se propõe a gramática universal, como uma composição da gramática gerativa, pois segundo Chomsky (2018a, p. 64):

Tentar formular as condições necessárias e suficientes a que um sistema deve satisfazer, para qualificar-se como uma língua humana potencial, condições essas que não são acidentalmente verdadeiras das línguas humanas existentes, mas antes estão arraigadas na humana capacidade de linguagem, e assim constituem a organização inata que determina o que conta como experiência linguística e qual conhecimento de linguagem surge, com base nessa experiência. A gramática universal, portanto, constitui uma teoria explicativa de um tipo muito mais profundo do que uma gramática particular, embora a gramática particular de uma língua também possa ser vista como uma teoria explicativa.

Nessa linha, é válido destacar para a constituição do pensamento de Chomsky sobre a linguagem que “[...] a posse da linguagem humana está associada a um tipo específico de organização mental, não simplesmente a um mais alto grau de inteligência” (Chomsky, 2018a, p. 129). Outrossim, “[...] a existência de princípios definidos de gramática universal torna possível o surgimento do novo campo da linguística matemática [...]” (Chomsky, 2018a, p. 129).

Fator que permite Chomsky questionar as propostas da semântica formalista em relação à constituição e formatação dos conceitos, portanto gera debates sobre a configuração de unidades de pensamento sobre os objetos e fenômenos da realidade, como ainda elaboração de críticas à semântica argumentativa acerca da relação proposição e densidade semântica na natureza do léxico. Por outro lado, tais

propostas para a gramática gerativa e a preocupação com fatores psicológicos abriram espaços para o surgimento da semântica cognitiva.

Segundo Chomsky (2018a, p. 131), “a teoria da gramática gerativa, tanto particular como universal, aponta para uma lacuna conceitual na teoria psicológica”, esta está relacionada à aquisição do controle do comportamento, entretanto para Chomsky é preciso analisar o conceito de competência caracterizada por uma gramática gerativa, ou seja, “a teoria da aprendizagem limitou-se a um conceito estreito e certamente inadequado do que é aprendido” (Chomsky, 2018a, p. 131). Essa abordagem se prende a um sistema de conexões de estímulo-resposta, ou de uma rede de associações, ou de um repertório de itens do comportamento, ou ainda de uma hierarquia de hábitos, desse modo se fundamenta em elementos empíricos para constituir a formação da experiência.

Chomsky (2018a, p. 153) defende que “invocar uma representação inata da gramática universal resolve, de fato, o problema da aprendizagem, se é verdade que esta é a base para a aquisição da linguagem”. Desse modo, tem-se uma mente com propriedades inatas, que é condutora da construção do conhecimento, através de uma teoria geral da linguagem denominada de gramática universal.

Tendo isso posto, é preciso “[...] descobrir o esquema inato que caracteriza a classe de línguas potenciais – que define a essência da linguagem humana” (Chomsky, 2018a, p. 155). O que é visto como subtarefa, trata-se de uma análise muito mais complexa do que é evidenciada pela teoria da gramática gerativa, pois até envolve aspectos psicológicos, biológicos e linguísticos, mas também há fatores neurológicos que não são aplicados, ou até mesmo aspectos psicológicos, biológicos e linguísticos que não estão sendo apontados, seja pela simplicidade da abordagem epistemológica da teoria, seja porque há fatores que necessitam de mais estudos e avanços nas descobertas.

O inatismo é um ponto a ser explorado devido às possibilidades que o circundam, pois há algo na mente humana que tanto biológico, como psicologicamente dão ao ser humano uma condição diferenciada entre os outros seres, que é justamente a capacidade de cognição e aprendizagem, isto é, “[...] somente o ser humano é capaz de filtrar os dados de sua experiência de modo a construir uma competência linguística porque essa é uma dotação genética de nossa espécie” (Kenedy, 2016, p. 74). Desse modo, é uma tese do inatismo linguístico que haja uma predisposição biológica para a linguagem. Com isso, há a hipótese de que

exista no genoma humano “[...] materiais genéticos inatos que se destinam especificadamente à aquisição e ao uso da linguagem” (Kenedy, 2016, p. 74).

Além disso, há a aplicação do termo faculdade da linguagem para fazer “[...] referência à dotação biológica que a espécie humana possui para a aquisição e o uso de pelo menos uma língua natural”, o que permite compreender que essa faculdade de linguagem é inata e é suscetível aos estímulos da língua do ambiente, ou melhor, possibilita “[...] analisar os estímulos da língua do ambiente (a língua-E) de forma a constituir uma competência linguística (a língua-I)” (Kenedy, 2016, p. 74).

Desse modo, entende-se que a faculdade da linguagem seja uma dotação biológica, inata, enquanto a competência linguística é o resultado de um processo, que transforma os estímulos linguísticos do ambiente, ou seja, decorrente do contato com a língua-E, a qual é aplicada à faculdade da linguagem, que disponibilizará condições suficientes para o desenvolvimento da língua-I. Essa correlação entre os dois tipos de língua é responsável para gerar conhecimento sobre a fonologia, a morfologia, o léxico, a sintaxe, a semântica e a pragmática da língua a que se foi exposto, assim constituindo a mente computacional do indivíduo acerca das possibilidades de funcionamento da língua.

Isso significa que “os estímulos sem a faculdade da linguagem não produzem uma competência e, tampouco, a faculdade da linguagem sem os estímulos linguísticos produz qualquer coisa”, ou melhor, a faculdade da linguagem necessita dos estímulos linguísticos para a aquisição de uma língua-I, por conseguinte para a aquisição do conhecimento linguístico, isto é, “a competência linguística é, por conseguinte, o resultado do dinâmico processo de integração entre os estímulos da língua ambiente e a faculdade da linguagem radicada no organismo humano” (Kenedy, 2016, p. 75).

Nessa perspectiva, entende-se que a língua-E é praticamente o idioma, ou melhor, um fenômeno linguístico constituído por fatores socioculturais, históricos e políticos. Trata-se de um fenômeno sociocultural, porque “[...] é compartilhada pelos indivíduos que integram uma mesma sociedade, com suas diversas nuances e, dessa forma, compartilham uma cultura” (Kenedy, 2016, p. 29). Também diz respeito a um fenômeno histórico, porque “[...] sempre se constituiu ao longo do tempo, nas contingências da história da humanidade, em suas diversas populações ao redor do planeta” (Kenedy, 2016, p. 29). Por fim, por se tratar de fenômenos sociocultural e histórico, conclui-se que também é político, visto que “[...] as sociedades

desenvolvem-se historicamente por meio de ações políticas”, sendo que envolvem ou exploram a linguagem (Kenedy, 2016, p. 30).

No entanto, de modo geral, para a gramática gerativista a língua-E, resume-se ao código linguístico, ou seja, sua função ou contribuição está centralizada no léxico, resumindo sua potencialidade de construção de significado no atomismo do léxico, dessa maneira exclui toda a dinamicidade de significação inerente ao modelo computacional da própria língua.

É evidente o posicionamento reduutivo, pois ao tratar a mente computacional como inata, é a faculdade da linguagem, como agente biológico, responsável pelo processo gerativista, que promove a transformação, assim desenvolvendo competências linguísticas. Isso configura um modelo computacional reduutivo sobre os aspectos semânticos, logo a significação não é fruto dos instrumentos de mediação e representação da realidade.

Nesse caso, a língua, como instrumento simbólico, que interage com o mundo real e dele os conceitos são motivados pela cognição para serem organizados perde sua função mediadora e é reduzida à comunicação. De todo modo, a compreensão da língua-E permite o entendimento das distintas concepções de mente computacional entre a visão da gramática gerativa, através desse modelo fechado que constitui a gramática universal e a visão realista explorada por esta pesquisa.

À guisa de exposição da aplicabilidade da teoria sobre a relação entre Língua-E e Língua-I, tem-se que “[...] uma língua-E é um produto sócio-histórico, e, por isso mesmo, está sujeita às contingências da experiência cultural humana” (Kenedy, 2016, p. 31). Porém, restringe-se àquilo que se volta às mudanças fonéticas, ortográficas e alguns aspectos lexicais e semânticos, tendo em vista que se concentra apenas nos aspectos lexicais.

Por isso, por exemplo, a gramática gerativa não se preocupa com fatores voltados para temáticas debatidas pela sociolinguística e para as implicaturas relacionadas às modificações sintáticas decorrentes dos aspectos de variação linguística, portanto não há mecanismos e modelos de análise que possam conduzir a uma análise profunda do discurso. Nesse sentido, a gramática gerativa se posiciona sobre uma versão oficial no âmbito social e não destaca variações de construções e registros sob sua análise.

Assim, observa-se que “o léxico é, sobretudo, a maior fonte de informação linguística necessária para a aquisição e o uso de uma língua-I” (Kenedy, 2016, p. 31),

ou seja, é como se a língua-E oferecesse a matéria-prima, com seus polimentos e argumentos, enquanto cabe a faculdade da linguagem toda a transformação desses insumos em produtos linguísticos internalizados, acomodados e assimilados por uma conexão mental promovida pela Língua-E sobre a Língua-I.

Por sua vez, “a noção de língua-I corresponde ao conjunto de capacidades e habilidades mentais que fazem com que um indivíduo particular seja capaz de produzir e compreender um número potencialmente infinito de expressões linguísticas na língua de seu ambiente” (Kenedy, 2016, p. 34). Outrossim, entende-se que uma língua-I “[...] é o conhecimento linguístico de uma pessoa, aquilo que está presente em sua mente e lhe permite usar uma língua-E para produzir e compreender palavras, sintagmas, frases e discursos” (Kenedy, 2016, p. 34).

Essa concepção demonstra a importância da faculdade da linguagem em toda a transformação, porque agindo como *input*, a língua-E não passa de um conjunto de léxicos de uma língua, todavia, ao ter contato com a faculdade da linguagem e sua transformação em língua-I, desenvolve-se a **competência linguística**, a qual permite o indivíduo a compreender discursos, embora os efeitos discursivos não tenham feito parte do *input* inicial.

Isso indica que a criatividade humana está toda concentrada nas faculdades do inatismo, desse modo não há experiência, semiose, modos diversificados de compreender o mundo, já que a compreensão da realidade já está inserida na mente computacional. Nessa proposta da gramática gerativista o papel do processo cognitivo da mente humana é transformar língua-E em língua-I, conseqüentemente, em um ciclo, gerar competências capazes de fazer que a língua-I se retroalimente em interação com a língua-E.

Com isso, essa concepção transfere toda a complexidade psicológica, neurológica, linguística, lógica e informacional para a biologia, no entanto não há fundamentações metodológicas satisfatórias para demonstrar cientificamente como esse processo se executa, por isso não há modelos, diagramas ou sistemas que simulem essa situação mental.

À guisa de compreensão dessa concepção para a gramática gerativa, “uma língua é entendida como parte do sistema cognitivo humano. Trata-se de uma faculdade psicológica ou, por assim dizer, um órgão mental” (Kenedy, 2016, p. 34). A faculdade da linguagem é uma espécie de herança biológica, isso quer dizer que “de posse dessa faculdade, um ser humano normal é capaz de, já ao nascimento, começar a

perceber e a processar a língua-E de seu ambiente”, somente assim é possível retirar da Língua-E informações para criar sua Língua-I, que se trata do seu conhecimento linguístico, portanto “uma língua-I é a forma pela qual as informações contidas no código linguístico do ambiente (a língua-E) estão representadas em nossa mente” (Kenedy, 2016, p. 34).

Nessa perspectiva, a gramática gerativa direciona seus estudos a compreender à faculdade da linguagem e a constituição da Língua-I. Nessa língua, apontam preocupações com conceitos como modulação da mente, por conseguinte inteligência, cognição, programação mental, competências e desempenho. Desse modo, “a busca de um modelo de competência, abstraído dos contextos de utilização que pesam sobre os desempenhos, reacende o interesse dos linguistas pelos mecanismos cognitivos dos quais dependem o aprendizado da língua” (Tamba, 2006, p. 28).

Com isso, para a gramática gerativa, competência seria “o conhecimento que temos de nossa língua materna”, ou seja, o conhecimento acerca da Língua-E; enquanto desempenho ou performance é “nossa habilidade no uso concreto da língua, nas mais variadas situações de fala”, isto é, as possibilidades decorrentes do conhecimento linguístico constituído pela Língua-I (Negrão; Scher; Viotti, 2007, p. 113).

Assim sendo, entende-se que a competência é o conhecimento sobre algo, logo muitos integrantes de uma mesma comunidade podem compartilhar; enquanto o desempenho (performance) são as habilidades, as destrezas para realizar algo, desenvolvidas individualmente decorrente daquilo que cada um possui em seu estágio inato. Sob esse aspecto, evoca a concepção de que a diferença de habilidades entre as pessoas é uma derivação biológica e não oriunda de oportunidades e de acesso, já que uma teoria inata privilegia uma espécie de dom natural em detrimento de esforço, dedicação, experiência e repetição contínua.

De todo modo, a gramática gerativa ao esboçar a proposta de gramática universal, assume uma proposta biolinguística, diante da qual entende-se que a gramática universal é “[...] chave para o entendimento das línguas [...]”, ou a “[...] capacidade humana de expressar pensamentos [...]”, ou ainda a “[...] arte que nos permite produzir e compreender a linguagem [...]” (Kenedy, 2016, p. 95). Os apontamentos de Humboldt, Descartes, Arnauld e Lancelot sobre fundamentos racionalistas, enfim, consagram-se na concepção de gramática universal, sendo esta

“[...] o conjunto dos genes responsáveis pelo desenvolvimento da cognição linguística humana” (Kenedy, 2016, p. 95). Frente a isso, acredita-se que o gene FOXP2 seja um dos genes responsáveis por essa capacidade (Chomsky, 2014; Kenedy, 2016).

Nessa perspectiva, a gramática universal é, então, o estágio inicial da aquisição da linguagem, a qual será concluída decorrente de outros estágios e, assim, emergindo como uma Língua-I na mente humana. Para tanto, a gramática universal deve ter “[...] retirado do ambiente informações suficientes para a formatação da gramática de uma língua específica” (Kenedy, 2016, p. 96), quando alcançar esse nível, terá atingido o estágio estável, a partir do qual ocorrerá apenas mudanças superficiais, tais como aquisição de novos itens lexicais.

Nessa ordem, Chomsky (2014, p. 19) defende que “[...] as línguas são mais bem compreendidas como sistemas computacionais que ganham corpo biologicamente como órgãos na mente/cérebro [...]”, além de que é preciso compreender a língua “[...] como um sistema determinístico em nossa cabeça [...]” e, assim, “[...] o sistema central computacional da linguagem é modular e opera mais ou menos de forma autônoma, gerando um número indefinidamente grande de maneiras estruturadas de falar, pensar e compreender”. Ademais, “uma parte muito pequena da linguagem é externalizada”, “por isso, a maior parte da linguagem em uso é de natureza interna; o que é externo é uma pequena fração dela se o que se usa para comunicação é, em um sentido muito importante, uma fração ainda menor dela” (Chomsky, 2014, p. 27).

Resultante a isso, Chomsky, atrelando a gramática universal, como uma língua inserida em uma mente computacional, a um gene, aponta a existência na mente humana do *Merge*. Por um lado, de modo inato seria responsável por toda configuração dos conceitos, portanto uma abordagem mentalista e nominalista da realidade; porém, por outro lado, apresenta uma concepção interessante sobre a mente humana como mente computacional e, assim, decorrente ao *input* da língua-E, o *Merge* permitiria a mente compreender a sistematização de uma língua.

Em muitas abordagens, por exemplo, Chomsky demonstra as variações sintáticas, por sua vez, fonológicas e morfológicas entre línguas diferentes para demonstrar suas dinâmicas estruturais, o que é chamado de *design* ou arquitetura da linguagem. Por exemplo, a relação de concordância entre sintagma nominal e sintagma verbal; a regência entre o verbo do sintagma verbal e o complemento, que seria um outro sintagma nominal; ou ainda a posição do adjetivo em relação ao

substantivo, entre outros exemplos. Nesse aspecto, *Merge* se torna bastante interessante devido à possibilidade de compreensão da mente em relação à organização da linguagem/língua na mente humana e, principalmente, como a estrutura sintática, na arquitetura da linguagem e na sua capacidade de gerar sentidos, pode contribuir para compreender os efeitos da semântica na mente humana.

Outrossim, para Chomsky (2014, p. 30), *Merge* é “[...] uma operação que nos permite tomar objetos mentais ou conceitos de algum tipo, já construídos, e fazer objetos mentais maiores a partir deles”. Trata-se de uma operação que dispõe uma variedade infinita de expressões e pensamentos estruturados. Por um lado, há as regularidades gramaticais universais, denominadas de Princípios; por outro, os Parâmetros, que são um conjunto limitado de variações linguísticas possíveis. Assim, pode-se compreender que, na perspectiva da gramática gerativa, os Princípios regem os conceitos, os quais são reconhecidos pelos Parâmetros e, assim, se ajustam à mente, no caso organizados e estruturados por *Merge*, aspectos que sistematizam a modularidade da mente.

Direcionado à interface semântica, observa-se dois tipos de *Merge*, “*Merge* externo é usado, em essência, para fornecer a estrutura de argumentos. *Merge* interno é basicamente usado para fornecer informação relacionada ao discurso, como foco, tópico, informação nova” (Chomsky, 2014, p. 35). Isso permite entender que “a experiência vai fazer algumas escolhas. A Gramática Universal ou a dotação genética vão determinar as restrições” (Chomsky, 2014, p. 78). De todo modo, é a sintaxe o núcleo gerativo de todo processo, assim:

[...] os objetos sintáticos que você constrói contêm informação relevante para a computação linguística. Bem, otimamente, essa informação deve ser encontrada em um elemento único que possa ser facilmente descoberto, que poderia ser, tecnicamente, seu rótulo. Os rótulos terão de sair do léxico e ser carregados adiante pelo processo computacional; e eles deverão conter, otimamente, toda a informação relevante para os próximos passos da computação. Bem, isso significa que, para a concatenação externa, algumas propriedades seletivas estarão envolvidas [...]” (Chomsky, 2014, p. 79).

É através do *Merge*, do inatismo e do processo computacional que Chomsky define os conceitos e sua configuração na mente e sua relação com a linguagem. Os conceitos são vistos como átomos lexicais, de tal modo que até fornecem novos materiais conceituais ou até mesmo novos conceitos, não obstante a linguagem é

inovadora e de uma inovação composicional, o que evidencia que “ela pega o que está disponível e coloca as peças juntas” (Chomsky, 2014, p. 133).

Os conceitos têm como função primeira possibilitar o acesso ao mundo, estes podem ser aqueles presentes no senso comum e na ciência. Para Chomsky (2014, p. 263), “[...] servem a tipos diversos de projetos cognitivos humanos. O tipo de compreensão que alguém consegue ter no senso comum serve aos interesses de agentes que precisam agir para satisfazer suas necessidades e desejos [...]”, por isso esses conceitos possuem foco antropocêntrico. Ademais, “[...] atribuímos a essas coisas e, a coisas diferentes, funções (com frequência equivalente a empregos, tarefas ou papéis. É difícil insistir em uma única função para qualquer coisa como se concebe nessa compreensão do mundo” (Chomsky, 2014, p. 266).

Além disso, “palavras e sentenças (como compreendidas pelo senso comum, em que são tidas como artefatos, não objetos naturais) são usadas para classificar, descrever, referir, insistir, enganar, fazer afirmações e [...] comunicar” (Chomsky, 2014, p. 266). Já os conceitos “[...] parecem ser sensíveis às ações e aos interesses humanos, guiando nossos pensamentos e intuições sobre as coisas que eles caracterizam”, pois compreende-se que as funções das coisas como “[...] funções-para-fazer-alguma-coisa ou funções-para-servir-a-um-propósito” (Chomsky, 2014, p. 266-267).

Sendo assim, para Chomsky (2014, p. 301), “[...] conceitos são caracterizados por suas contribuições ao raciocínio – por seus papéis no raciocínio sobre o mundo e sobre nós mesmos. Conceitos – como língua em si mesma – são tratados como governados normativamente [...]”, bem como concebidos em normas epistêmicas, ou melhor, regras inferenciais cuja função é regerem-nos.

Os conceitos estão presentes na interface semântica, são inatos e surgem com *Merge*, responsável pela diferença do sistema computacional humano para outros animais, por isso os conceitos humanos são únicos e se mantêm devido à continuidade psíquica. Para a gramática gerativa, o conceito não se estabelece na língua como recurso para nomear e interagir com o mundo a fim de categorizar, classificar, representar ou mediar a realidade, estabelecendo-se como unidade de pensamento. É diferente, para gramática gerativa, o conceito é oriundo do inatismo, compreendido através de *Merge* e se ajusta à gramática universal, tornando-se único para todos, assim refletindo as coisas do mundo a partir da mente, de competências reconhecidas como **poderes cognitivos**.

Sobre as questões que envolvem a mente computacional, para Fodor (1983), aquilo que se entende inato, é preciso reconhecer como algo anteriormente conhecido, isto é, quais são as implicações da (suposta) informação inata interagir com os dados linguísticos primários, além de essa interação ser denominada computacional. Nesse contexto, enfatiza-se que “[...] a noção de computação está intrinsecamente ligada a conceitos semânticos, como por exemplo a implicação, a confirmação e a consequência lógica” e computação é algo extremamente específico e indica que “[...] é uma transformação de representações que respeita esses tipos de relações semânticas” (Fodor, 1983, p. 5, tradução livre).

Nesse confronto de posicionamento conceitual, Fodor (1983, p. 5, tradução livre) argumenta que “[...] um ponto de definição que tais relações semânticas se mantêm apenas entre os tipos de coisas que podem significar algo”, ou seja, a concepção de o fator inato ser proposicional é uma visão epistemológica baseada na ontogenia das capacidades mentais, assim entende-se que o que é dado endogenamente é implantado computacionalmente (Fodor, 1983).

Por sua parte, Fodor (1983) defende que a faculdade psicológica é por excelência uma espécie de mecanismo. Assim sendo, diferentemente do que apontam os defensores da gramática universal, “[...] é individualizada por referências e seus efeitos típicos, o que equivale a dizer que ela é funcionalmente individualizada”. Isso indica que “se existe uma faculdade de linguagem nesse sentido de faculdade, então é qualquer peça da maquinaria (presumivelmente neurológica) que funciona para mediar a assimilação e o emprego de capacidades verbais” (Fodor, 1983, p. 10, tradução livre). Analisando esse posicionamento referente à psicologia linguística, há a transferência de todo aparato da faculdade da linguagem, como elemento inato gerador e transformador da Língua-I para uma maquinaria neurológica cuja capacidade está alinhada às disposições verbais.

Para Fodor (1983, p. 11, tradução livre), “[...] os relatos tradicionais da mente muitas vezes reconhecem uma faculdade de julgamento, cuja função característica era supostamente o reconhecimento de identidades e de diferenças entre conteúdos mentais”, ou seja, “um julgamento muito refinado é aquele que pode distinguir até mesmo entre ideias muito semelhantes”. Desse modo, é notável que haja divergências entre o reconhecimento perceptivo entre profissionais e especialistas em todas as modalidades técnicas, práticas e científicas, conseqüentemente há divergências entre a categorização decorrente de dados sensoriais, visto que, tecnicamente, requer

comparações com informação oriundas da memória, mesmo porque a “[...] faculdade de julgamento pode ser exercida em relação a questões estéticas, legais, científicas, práticas ou morais [...]” (Fodor, 1983, p. 11, tradução livre).

Nessa linha, entende-se que todo sistema representacional se trata de um sistema de computação e “os únicos modelos psicológicos dos processos cognitivos que parecem ser ao menos plausíveis representam esses processos como computacionais (Fodor, 1984, p. 47, tradução livre).

Somado a isso, há o fato de que “[...] certas classes de modelos muito importantes de explicação psicológica pressupõem que o organismo que produz a conduta tenha a sua disposição alguma forma de sistema representacional”, pois “[...] decidir é um processo computacional; o ato que o agente realiza é consequência de computações definidas sobre as representações das possíveis ações” (Fodor, 1984, p. 51, tradução livre). Portanto, “se não há representações, não há computações. Se não há computações, não há modelo”, além do que o modelo pressupõe uma linguagem, ou seja, o sistema representacional pressupõe a necessidade de compartilhar uma série de características com as linguagens reais (Fodor, 1984, p. 51, tradução livre).

Diante desses fatores, somente é possível dizer que há aprendizagem de conceitos através da experiência, pois “[...] é produzida uma troca naquilo que sabe o organismo; em especial, como consequência de suas interações com o entorno” (Fodor, 1984, p. 54, tradução livre).

Ao fim e ao cabo, tanto a teoria da gramática gerativista quanto às teorias da psicologia linguística ou da linguística cognitivista concordam que há um fator biológico que seja responsável pela interação da mente com a linguagem e que também há algo inato responsável pela cognição, todavia há divergências da relação entre as faculdades e as aplicações.

Enquanto a psicologia linguística defende que a linguagem pertence à faculdade psicológica, e o conceito faz parte da aprendizagem e é decorrente da experiência; já a gramática gerativa defende que a faculdade da linguagem é a própria mente computacional, pois além de gerar a Língua-I, é estoque dos conceitos que norteiam a realidade.

Por fim, para Chomsky, a linguagem é pensada como um órgão, a própria faculdade da linguagem, concebida como o núcleo do sistema computacional, o qual é responsável por promover interface com outros sistemas da mente e fornecer-lhes

informações, como também é responsável pelo design da linguagem, assim instrui os sistemas de produção e percepção.

Com isso, também é a forja dos sistemas conceituais e do próprio pensamento, os quais são produzidos decorrente a três fatores: 1. Fatores genéticos: a faculdade da linguagem que interpreta a Língua-E e a transforma na Língua-I; 2. Experiência: pouco contribui para a construção e ampliação dos conceitos; 3. Chamado de terceiro fator: princípios não específicos da faculdade da linguagem, isto é, “o terceiro fator compreende princípios de arquitetura estrutural que restringem os resultados, inclusive princípios de computação eficiente” (Chomsky, 2009a, p. 323), sobre o qual se espera uma especial significação para os sistemas computacionais.

Portanto, compreende-se que a semântica gerativa pouco tem a oferecer aos desdobramentos desta pesquisa no que tange a uma teoria da significação, com um viés epistemológico empirista-realista, já que se entende que a significação tem um papel importante na construção do conhecimento, bem como no processo de representação, mediação da realidade, através da interação entre a mente, linguagem, os objetos e os fenômenos reais.

Todavia, a gramática gerativa aparece em alguns estudos sobre a linguagem no cenário da organização do conhecimento, assim toda essa explanação sobre seus fundamentos contribui para promover questionamentos sobre sua contribuição aos aspectos relacionados à linguagem documentária, ao tratamento e análise documentária e às estratégias de leitura documental e indexação.

Contudo, a gramática gerativa apresenta fatores importantes para serem inseridos na discussão da significação: como a mente humana é capaz de produzir significação? Nesse processo, o que é inato? Como a mente processa os conceitos para realizar a representação e a mediação da realidade, proporcionando unidade de pensamentos? Além disso, a concepção de mente ou sistema computacional e as particularidades para sistematizar a representação da realidade, como fundamentos linguísticos, informacionais, lógicos, psicológicos e neurológicos estão conectados para permitir que a mente humana promova cognições com tanta facilidade e competência? Se por um lado, as respostas ofertadas pela gramática gerativa não são aparentemente suficientes; por outro, muitas de suas problemáticas ampliaram os questionamentos que conduzem esta pesquisa.

4. 5 Semântica Formal: a referência, o sentido e o critério de verdade aplicado à linguagem matemática

A linha de estudos sobre o significado e o sentido denominada de semântica formal visa a uma fundamentação em que a forma, ou melhor, a linguagem aplicada para evidenciar a relação entre a referência e o sentido que essa linguagem estabelece acerca do objeto apresente características lógicas, ou seja, que aquilo que se representa tenha valor natural, sem interferências de subjetividades, ambiguidades ou posicionamentos relativistas. Sendo assim, a semântica formal é constituída por estratégias de linguagem matemática com o fito de apresentar mecanismos que possam assegurar critérios de verdade sobre a sentença analisada.

Diante disso, é importante destacar que, por mais que a semântica formal explore muitos fundamentos da sintaxe, não se trata de uma abordagem semântica meramente direcionada aos aspectos estruturais da frase. Diferentemente disso, a semântica formal visa a compreender os efeitos semânticos e, através disso, comprovar sua veracidade através de compostos da lógica inseridos na composição da sentença. Portanto, é fundamental que abordar semântica formal não se deve observar como um mecanismo da gramática tradicional para analisar a construção da frase, mas, sim, fundamentos oriundos de diversas teorias da filosofia da linguagem para verificar, através da forma linguística, se o sentido é correspondente à sua referência e se esta é condizendo com o objeto no mundo.

Devido a esses aspectos, a semântica estrutural se apresenta como ferramenta importante para o cenário científico, já que suas estratégias de aplicação garantem confiabilidade sobre aquilo que está sendo representado. Além disso, a semântica formal se preocupa com a aplicação linguística do material utilizado para conceber sua referência, bem como a elaboração de uma linguagem especializada para explicar e descrever suas propriedades, doravante denominada de metalinguagem.

Com isso, a aplicação da metalinguagem para elaborar um sentido preciso evita caminhos perigosos ou cheios de equívocos, como ocorre com a linguagem natural, visto que esta é suscetível a metáforas, a ambiguidades, a relatividades e a subjetividades. Frente a isso, a metalinguagem aplicada pela semântica formal é estruturada à base de fundamentos lógicos.

Outro ponto a se destacar da semântica formal é a sua preocupação em estabelecer relações entre o objeto e a sua representação pela linguagem, isso revela

que se trata de uma teoria que visa aos aspectos naturalistas e não se fundamenta em correntes mentalistas ou nominalistas. Assim, o papel da linguagem é de representação precisa da realidade. Ademais, também apresenta preocupações com critérios de verdade, fator que demonstra a necessidade de recursos para validar o que é mencionado na constituição da informação, desse modo combatendo a construção de materiais informacionais falsos.

Sendo assim, exploraram-se materiais como Frege (1948, 1973, 1984, 2002, 2009, 2018); Tarsk (1956, 1986, 1994, 2007); Quine (1961); Oliveira (2001); Chierchia (2003); Hylton (2007); Miller (2010); Ferreira (2022) para tratar dos fundamentos, concepções, práticas e estratégias da semântica formal, bem como suas aplicações, limitações e questionamentos.

A semântica formal é uma abordagem mais antiga, suas bases remontam às discussões de Platão sobre a função da linguagem como acesso ao *eidos* e à lógica de Aristóteles referente aos aspectos metafísicos. Muito de suas concepções se modelaram com os trabalhos de Gottlob Frege (1848-1925), quem é considerado, por muitos, como o precursor da semântica formal moderna.

Embora a lógica ofereça um aparato técnico-prático para a semântica formal, essas duas abordagens não devem ser tratadas como sinônimos em âmbitos científicos, já que são de naturezas distintas. No caso da semântica formal, seu objetivo é tratar da linguagem natural e, através dela, definir critérios de verdade.

Sendo assim, embora sua trajetória se inicie em Aristóteles, perpassando por debates e reflexões ao longo da história da filosofia da linguagem, o estudo específico da semântica formal da linguagem natural teve início a partir da década de 1970, “[...] com os trabalhos de Barbara Partee. Seu ponto de partida é a crença de que o significado das sentenças se estrutura logicamente” (Oliveira, 2012, p. 25-26). Nessa linha, destaca-se que a denotação e o raciocínio dedutivo são fundamentais em sua análise.

Importante destacar que a semântica formal visa à compreensão do significado através do aporte formal da linguagem, bem como apresenta em algumas abordagens preocupações com o sentido. Pode-se dizer, inclusive, que é a linha da semântica que melhor estabelece as funções do sentido (*sense*). Por sua vez, essa linha de estudos semânticos não avança em direção à análise e à compreensão da significação, visto que se excluem, dessa abordagem, os estudos das representações individuais, que uma frase ou uma palavra ou conjunto de palavras podem suscitar, ou seja, “[...] o

estudo científico do significado só é possível se diferenciarmos os seus diversos aspectos para reter apenas aqueles que são objetivos” (Oliveira, 2012, p. 26). Desse modo, “[...] sua objetividade é garantida pela uniformidade de assentimento entre membros de uma comunidade” (Oliveira, 2012, p. 27).

Por sua vez, é possível haver várias estruturas formais em uma língua natural para se referir a um objeto. Frente a isso, é necessário estabelecer princípios para evidenciar a sua referência, no entanto a divergência entre termos ou construções da sentença podem demandar fatores atrelados à experiência sobre as coisas do mundo, é, nesse aspecto, que ganha destaque o sentido, pois este é “[...] o caminho que nos permite chegar a uma referência no mundo” (Oliveira, 2012, p. 27).

Nesse aspecto, “o sentido só nos permite conhecer algo se a ele corresponder uma referência”, ou seja, “[...] o sentido permite alcançarmos um objeto no mundo, mas é o objeto no mundo que nos permite formular um juízo de valor, isto é, que nos permite avaliar se o que dizemos é falso ou verdadeiro” (Oliveira, 2012, p. 28). Esses fatores implicam que “a verdade não está, pois, na linguagem, mas nos fatos do mundo. A linguagem é apenas um instrumento que nos permite alcançar aquilo que há” (Oliveira, 2012, p. 28).

A linguagem, portanto, é uma interface entre mente, materialidade da informação, juízo de valor e realidade, assim a sentença deve expressar uma verdade, a qual “[...] só pode ser apreendida pela inspeção de fatos no mundo, por isso ela pode nos proporcionar um ganho real de conhecimento” (Oliveira, 2012, p. 27). Somado a isso, há a importância do sentido de referência, visto que “[...] o sentido é o caminho que nos permite alcançar a referência [...]”, desse modo, “[...] quando descobrimos que dois caminhos levam à mesma referência, aprendemos algo sobre esse objeto, sobre o mundo” (Oliveira, 2012, p. 27).

A linguagem assume um papel importante na investigação sobre o sentido, pois é fato a relação entre as expressões linguísticas e o mundo, ou melhor, “não se pode negar que uma das características importantes das expressões linguísticas é que elas são sobre alguma coisa” (Müller; Viotti, 2007, p. 138). Consequentemente, entende-se haver uma referência, a qual interconecta o objeto no mundo, isto é, “é essa referência a situações externas à língua que sugere que os significados estão de alguma forma ligados ao mundo, a algo que tomamos (ou construímos) como independente da língua” (Müller; Viotti, 2007, p. 138).

Nessa perspectiva, a semântica formal considera como propriedade da linguagem natural o ser sobre algo, ou melhor, “[...] o fato de que as línguas naturais são utilizadas para estabelecermos uma referencialidade” (Müller; Viotti, 2007, p. 139). A partir dessa referencialidade, há nas expressões linguísticas a evocação do sentido, este é “[...] entendido como uma relação entre a linguagem por um lado, e, por outro, aquilo sobre o qual a linguagem fala”, por conseguinte considera-se que “esse mundo sobre o qual falamos quando usamos a linguagem pode ser tomado como mundo real, parte dele ou mesmo outros mundos ficcionais ou hipotéticos” (Müller; Viotti, 2007, p. 139).

Consequentemente, tem-se que “conhecer o significado de uma sentença, dentro desse paradigma, é, em parte, conhecer suas condições de verdade”, isso indica que “conhecer as condições de verdade de uma sentença significa saber em que circunstâncias, no mundo, aquela sentença pode ser considerada verdadeira ou falsa” (Müller; Viotti, 2007, p. 139). Dessa forma, é preciso evidenciar que se faz necessário haver um conhecimento semântico e gramatical, como também um conhecimento sobre a natureza do mundo em referência e, assim, conhecer como um se ajusta ao outro decorrente ao sentido estabelecido.

Por sua vez, para a semântica formal, o critério de verdade se estabelece na sentença e não na realidade, pois “se apoia no fato de que, se não conhecemos as condições nas quais uma sentença é verdadeira, não conhecemos seu significado”, portanto afirma-se que “[...] o significado de uma sentença é o tipo de situação que ela descreve e que a descrição dessas situações possíveis é equivalente às condições de verdade da sentença” (Müller; Viotti, 2007, p. 139).

Outro ponto importante associado à linguagem natural é a questão da produtividade, ou seja, permite produzir e compreender sentidos novos e a informatividade manifestada na sentença. Com isso, reconhece-se que o sentido proposto em uma sentença não é oriundo apenas pelo significado das palavras, mas, sim, por sua estrutura gramatical. A semântica formal não avalia o sentido através de abordagens atômicas e isoladas, mas, sim, através da sua aplicação na sintaxe, visto que os sintagmas assumem funções de referência e informação que atribuem a sentença a capacidade de ser um mecanismo de verificação de critério de verdade entre a compreensão e o mundo, assim reconhece-se como um procedimento composicional.

Há, de fato, um ponto em comum com a gramática gerativa, pois se apega à sintaxe para estabelecer o sentido, no entanto enquanto a gramática gerativa constitui um sentido oriundo da língua-l e dos fatores inatos; a semântica formal constitui seu sentido conforme às dinâmicas constituintes na língua, mas ancorada em elementos da realidade, no caso, sua referência.

Nessa linha, é determinante que a forma prevalece sobre o conteúdo. Com isso, a verificação das condições de verdade é realizada por fundamentos da lógica, o que equivale a saber que tal análise se apega ao significado, quando muito ao sentido, mas isso é decorrente aos meios de se apontar à referência. Fator este que se admite porque “só sabemos quais são as condições de verdade de uma determinada sentença se conhecemos seu significado e, uma vez que conhecemos o significado de uma sentença, sabemos quais são suas condições de verdade” (Oliveria, 2017, p. 36).

Sendo assim, pode-se apontar que a condição de verdade está alinhada à concepção de que as línguas naturais são referenciais. Desse modo, “a Semântica Formal tem por objetivo fornecer as condições de verdade das sentenças de uma dada língua, que é considerado o mínimo que sabemos quando interpretamos uma dada sentença” (Basso, 2019, p. 136). Além disso, “as condições de verdade nos permitem relacionar sentenças a entidades extralinguísticas através do conceito de verdade: saber interpretar, em seu nível mais básico, é saber atribuir condições de verdade” (Basso, 2019, p. 136).

Frente a isso, destaca-se que o objeto da semântica formal são as estruturas linguísticas composicionais, as quais apresentam condições de relacionar sistematicamente com algo exterior, ou seja, extralinguístico e, assim, possibilita a fundamentação de raciocínios. Ademais, esse tipo de linguagem se caracteriza como metalinguagem lógico-matemática. Com isso, “emprega-se metalinguagem nas disciplinas científicas para a descrição precisa e transparente dos fenômenos sob análise” (Basso, 2019, p. 138). Além disso, a metalinguagem permite “[...] enxergar o que está além dos fenômenos que estamos imediatamente descrevendo, revelando padrões antes invisíveis” (Basso, 2019, p. 138).

Somado a isso, a semântica formal pretende a realização de uma descrição científica do significado. Isso efetiva o entendimento de que a semântica formal é científica “[...] por considerar que o significado deve ser descrito e explicado segundo uma metodologia naturalista” (Oliveira, 2001, p. 20). Dessa forma, é preciso pensar

dois caminhos na consolidação da semântica formal: por um lado, é preciso construir “[...] hipóteses de descrição e explicação do significado, que devem ser passíveis de serem verificadas empiricamente, tendo como objetivo último a construção de um modelo”; por outro, o significado deve ser visto como “[...] um fenômeno que ocorre naturalmente” (Oliveira, 2001, p. 20).

Nessa linha, o estudioso que aplica os fundamentos da semântica formal busca formular uma máquina capaz de traduzir o significado, assim “essa máquina serve para avaliar o trabalho de descrição e explicação do significado que o semanticista realiza” (Oliveira, 2001, p. 21). Outrossim, há de se observar o impacto da linguagem natural na formatação dessa máquina, visto que não pode “[...] ser uma listagem de sentenças, porque ela estará deixando de reproduzir uma propriedade essencial das línguas naturais: o fato de que as línguas são abertas e não conjuntos fechados de sentenças” (Oliveira, 2001, p. 21).

Para elaborar essa máquina, é preciso traduzir a linguagem natural para um outro estrato linguístico, o qual se caracteriza pela formalidade, por conseguinte efetiva-se por cálculo de predicados, portanto a semântica formal visa a “[...] descrever e explicar, por intermédio de uma linguagem consistente, fragmentos da linguagem natural buscando desenvolver um modelo, uma máquina” (Oliveira, 2001, p. 23), a qual deverá atuar para a execução da tradução. Esta será “[...] tanto melhor quanto maior for sua capacidade de prever as possibilidades (e impossibilidades) de interpretação de uma sentença qualquer de uma língua” (Oliveira, 2001, p. 23).

A elaboração de uma máquina semântica exige a constituição de sentenças na língua-objeto, ou seja, na língua natural que passa a ser objeto de estudo semântico, bem como a formulação da linguagem para prover a metalinguagem, a qual será responsável por estabilizar as condições de verdade sobre a sentença. Nessa perspectiva, o objetivo da elaboração de uma máquina semântica não pode se limitar a produzir um manual de tradução de uma lista de sentenças (Oliveira, 2001).

Na verdade, é preciso “[...] reproduzir a capacidade semântica, intuitiva, que um falante tem de sua língua”, o que gera muitos problemas, pois “[...] não apenas um falante sabe muito sobre o significado das palavras e sentenças de sua língua, como também ele é criativo, ele inventa palavras, sentenças, interpreta outras que nunca ouviu antes” (Oliveira, 2001, p. 49). Isso revela que “ele não fala apenas sobre as coisas do mundo, aprende sobre outros mundos através da linguagem”, além do que, “[...] seu conhecimento sobre as sentenças de sua língua não é um conhecimento

isolado; trata-se, antes, de uma rede de sentenças que se relacionam” (Oliveira, 2001, p. 49).

Frente a isso, o estudo semântico se depara com a criatividade, com a referencialidade e com uma rede de sentenças. A criatividade “[...] é a nossa capacidade de entender (e produzir) sentenças novas”; já a referencialidade “[...] diz respeito ao fato de que usamos a língua para falar sobre o(s) mundo(s) (inclusive o mundo interior, o dos sonhos, o da ficção)” (Oliveira, 2001, p. 50).

Por fim, a rede de sentenças “[...] diz respeito ao fato de que saber uma sentença é saber muitas outras, porque as sentenças de uma língua se inter-relacionam” (Oliveira, 2001, p. 50), ou seja, há fundamentos de coesão e coerência que garantem a progressão lógica dos temas, efetuando a concatenação, além da própria natureza da linguagem de permitir a recursividade de seus elementos, graças ao sua capacidade de composicionalidade, assim “[...] o significado de uma sentença é a função do significado dos elementos que a compõem” (Oliveira, 2001, p. 56).

Portanto, para que a máquina semântica funcione, “[...] é preciso um estoque de unidades mínimas, átomos de significação, e regras para combiná-las”, por isso a composicionalidade é tão importante, pois “[...] se soubermos o significado das unidades e regras para montá-las em unidades mais complexas, então podemos construir e interpretar uma infinidade de sentenças novas, assim como explicar porque certas interpretações não são pertinentes” (Oliveira, 2001, p. 56).

Outro ponto a destacar é que “[...] as regras são recursivas, isto é, elas podem ser aplicadas quantas vezes desejarmos. A recursividade das regras permite que o sistema gere infinitas combinações” (Oliveira, 2001, p. 56). Frente a isso, reconhece-se que a criatividade está interligada à recursividade do sistema de regras, a qual é constituída pela lógica. Embora a abordagem da semântica formal não preveja o impacto dos elementos discursivos na construção da significação, aponta-se para elementos de sentido que dependem de fatores extralinguísticos para sua realização, fundamento importante para a mediação da realidade a partir da lógica.

Por sua vez, a referencialidade é uma espécie de propriedades, um recurso que inter-relaciona objeto e seu conceito, assim o significado estabelece relação com outros significados e permite a constituição de juízos de valor sobre o mundo. Mais uma vez a lógica assume um papel importante, pois a verificação do valor dependerá de confrontos ancorados na realidade, minimizando o impacto da subjetividade sobre o valor.

Outrossim, é possível inferir que a referencialidade pode estar ligada à situação discursiva, muitas vezes representada por uma dêixis, que atua como um instrumento indicial, pois retratar a referência, em determinados contextos, exige a indicação de qual objeto está sendo referenciado, isto é, a circunstância e as expressões linguísticas por si mesmas não são suficientes para identificar a referência, é preciso um ato, uma ação ou um recurso extralinguístico para poder determiná-la. Por exemplo, dizer que um livro na estante possui uma página rasgada. Em se tratando de uma estante com vários outros livros, é impossível distingui-los pela descrição da aparência, todos possuem capa dura azul escuro, será necessário apontar fatores extralinguísticos para reconhecer o livro da folha rasgada.

Assim sendo, será necessário indicar o livro com a folha rasgada e encontrar a folha rasgada para que esta sentença apresente critérios de verdade, os quais não podem ser confirmados apenas com elementos linguísticos, por isso essa abordagem semântica é denominada de referencial ou **verifuncional**. Importante destacar que a relação estabelecida entre sentença e situação pode ser independente do modo como é representada, pois sentenças podem ser reaplicadas em inúmeras situações no mundo.

Somado a esses fatores, destaca-se a rede das sentenças, por isso a máquina semântica “[...] deve ser capaz de replicar não apenas a criatividade e a referencialidade, mas também o fato de que um falante sabe relacionar sentenças” (Oliveira, 2001, p. 65). É nesse cenário que se retorna aos fundamentos da sinonímia, homonímia, polissemia, ambiguidade, vagueza, além de pressuposição e acarretamento. De todo modo, o processo de relacionar sentenças exige uma compreensão de progressão temática e de tessitura, elementos fundamentais para a constituição do enunciado.

A sinonímia é estudada tanto pela semântica lexical quanto pela semântica formal. Para a semântica formal, a sinonímia trata-se da “[...] associação de duas formas distintas ao mesmo sentido. Ela pode se dar no nível lexical ou no nível sintático, quando costuma ser chamado de paráfrase” (Ferreira, 2022, p. 16). Dessa forma ela pode se estabelecer pela semelhança lexical, como em “o carro está sujo” e “o automóvel está sujo”, bem como se estabelecer pela semelhança sentencial, como em “João abriu a porta” e “a porta foi aberta por João”, em que mesmo ocorrendo uma alteração na voz verbal, ou seja, uma transformação da voz ativa para voz passiva, o sentido permanece o mesmo.

Nessa linha, é possível também apontar o uso de formas distintas e a permanência do mesmo sentido, como em “o Brasil foi eliminado da Copa do mundo” e “a seleção canarinho foi eliminada da Copa do mundo, em que na segunda sentença há uma perífrase para explicar o sentido presente na primeira. Ainda sobre esse aspecto, é possível observar construções como em “a atual esposa de Fernando” e “a mulher com que Fernando atualmente está casado”, isto é, a mesma referência indicada na primeira sentença, no caso do primeiro par: “Brasil”; no segundo par: “atual esposa” e a mesma referência da segunda sentença: “seleção canarinho”, no primeiro par; e “a mulher com quem Fernando está casado” no segundo par. Isso evidencia que a sinonímia permite o uso de formas distintas, mas o mesmo sentido e referência.

Já a ambiguidade, caracteriza-se por ser uma mesma forma que se associa a sentidos diferentes. É válido destacar que a semântica formal trata casos de homonímia e polissemia como tipos de ambiguidade, assim no nível lexical há situações como em “vela branca” e “há uma vela branca no barco” e nos dois casos é impossível distinguir se a sentença se refere à vela de parafina ou à vela de tecido.

Somado a isso, há a ambiguidade aplicada à construção sintática, ou melhor, “[...] é fruto da possibilidade de conferirmos diferentes análises sintáticas a uma mesma sequência de palavras” (Ferreira, 2022, p. 17). Tal fator pode ser observado na sentença: “Maria entrou na loja de sandálias”. Nessa sequência de palavras na elaboração da sentença, não é possível distinguir se a loja vende sandálias, ou se Maria trajava sandálias quando entrou em uma loja qualquer.

Situação semelhante pode ser identificada na aplicação de um adjetivo posposto a dois substantivos. Vejamos a sentença: *Compramos bolsas e sapatos vermelhos*. De acordo com as orientações da gramática da língua portuguesa, nesse tipo de relação adjetivo-substantivo, o adjetivo deve concordar com os dois substantivos no plural, predominando a forma masculina, ou é possível concordar com a palavra mais próxima, em gênero e número. Sendo assim, é impossível descrever se *vermelhos* são apenas os *sapatos*, ou se o adjetivo no plural-masculino concorda tanto com os *sapatos* como com as *bolsas*.

Outro fenômeno formal, foco dos estudos da semântica formal é a vagueza. Entende-se por vagueza quando o sentido é “[...] algo extremamente abrangente, não discriminando praticamente nada [...]”, com isso permitindo que no processo de compreensão do sentido, seja inserido uma infinidade de objetos, impossibilitando a precisão (Ferreira, 2022, p. 20). Nessa perspectiva, pode-se apontar palavras como

criança, coisa, entre outras. No exemplo: “há uma criança no quintal”, decorrente à expressão não é possível saber se trata de um menino ou de uma menina. Já no exemplo: “muitas coisas ficaram por dizer”, não é possível apontar com precisão quais foram os temas e as informações que não foram ditas.

Para completar, evidencia-se o acarretamento. Para Ferreira (2022, p. 79), “acarretamento é a mais importante noção semântica, ou lógico-matemática”, pois se efetua como a “[...] noção de consequência lógica”. Além disso, sendo uma função lógica, é importante reconhecer que o acarretamento é um tipo de inferência, por isso está alinhado à constituição de critério de verdade e estruturado a partir de raciocínio dedutivo. Nesse processo, pode-se afirmar que, por ser um tipo de inferência, o acarretamento “[...] depende apenas do significado das sentenças em questão”, isto é, “o que a relação de acarretamento capta é o fato de que se, ainda que para efeitos puramente argumentativos, garantimos a verdade de A, automaticamente garantimos a verdade de B” (Ferreira, 2022, p. 79).

Dessa maneira, o acarretamento está envolvido na constituição de uma proposição, visto que sua estrutura visa à composição de sentenças que carregam uma continuidade, ou seja, apresentam uma concatenação. Ao observar o exemplo: “André tem cinco dedos na mão direita”, portanto André possui três dedos na mão direita, visto que para se ter cinco dedos, é necessário possuir três. Em outro caso: “Fernanda foi aprovada no exame de direção”, logo alguém realizou o exame de direção, já que para ser aprovada, Fernanda obrigatoriamente precisa realizar o exame.

Fundamentada nesses pontos, a semântica formal se desenvolve a fim de apresentar critérios para verificar o valor de verdade, portanto a lógica aplicada às sentenças para validar o significado, sendo este uma referência a elementos que existam em uma realidade. Embora todo o processo de sentido se realize na linguagem, a referência está ancorada no extralinguístico e essa conexão garante o valor de verdade.

Para compreender um pouco melhor essa relação, é válido destacar as discussões e as propostas apresentadas por Gottlob Frege (1848-1925) acerca do significado, sentido e referência. Diante disso, certas atribuições sobre o sentido e referência estão alocados na relação palavras e mundo, ou seja, como o valor semântico se aproxima de sua referência e, nessa medida, como se pode aplicar à semântica procedimentos verifuncionais. Assim, esse tipo de abordagem “[...] está na

origem da semântica verifuncional, cuja característica maior é entender que o estudo do significado se ancora no conceito de verdade” (Oliveira, 2001, p. 87).

Diante disso, entende-se que o sentido se traduz a partir de um conceito e este deve transmitir um valor de verdade, pois sua materialidade linguística está ancorada em uma referencialidade decorrente de um objeto ou fenômeno no mundo real. Nessa linha, “numa teoria semântica verifuncional o significado está ancorado, na média entre linguagem e algo que não é linguagem, o mundo” (Oliveira, 2001, p. 87). Fator que, na semântica formal desenvolvida por Frege, é denominado de nome próprio.

Para Frege (2009, p. 132), “a designação de um objeto singular pode consistir em várias palavras ou sinais. Para sermos breves, chamaremos de nome próprio toda designação desse gênero”. Desse modo, pode-se entender que “o sentido de um nome próprio é apreendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que o nome próprio pertence” (Frege, 2009, p. 132), o que leva a compreender que “para um conhecimento total da referência, exigir-se-ia que fôssemos capazes de dizer, de imediato, para cada sentido dado pertence ou não a essa referência” (Frege, 2009, p. 132).

Assim sendo, um nome próprio “[...] tem significado porque conseguimos alcançar, através dele, um objeto no mundo. O significado de uma sentença estabelece em que condições o mundo deve estar para que ela seja verdadeira” (Oliveira, 2001, p. 88). É importante destacar que nem toda abordagem semântica estará vinculada a um critério de verdade ancorado no extralinguístico, há abordagens que se efetivam através de redes de sentenças e configuram a verdade conforme a constituição do próprio sistema. Nesse caso, o valor semântico é decorrente da composição linguística, por exemplo na sentença “a água é inodora” é verdadeira se a água for de fato inodora, diferente do que ocorre na sentença “Joana roubou o banco”, sendo ela pertencente a um texto de cunho jornalístico ou literário, o leitor não possui condições de averiguar se de fato Joana roubou o banco, pois está distante da instrumentalização de verificação do extralinguístico.

Na instrumentalização teórica proposta por Frege, é preciso desenvolver critérios, à base da lógica, para se chegar à referência, sendo assim é através do sentido que expressões adquirem referência (Ferreira, 2022). Destacando o papel da lógica, sua função está atrelada ao estudo do argumento. Assim, “um argumento válido é aquele em que as premissas, se verdadeiras, garantem a verdade da conclusão” (Miller, 2010, p. 14). Com isso, verifica-se que “uma das tarefas da lógica

é prover-nos com métodos rigorosos para determinar se um dado argumento é válido ou inválido” e, ao aplicar os métodos lógicos, é preciso traduzir os argumentos demonstrando como “[...] aparecem na linguagem natural, para a notação lógico-formal” (Miller, 2010, p. 14).

A referencialidade é importante para estabelecer a compreensão do fenômeno do significado, ou seja, “a intuição básica dessa semântica é que, ao usarmos a linguagem, falamos sobre um mundo (entendido em sentido amplo: o mundo da ficção, dos sonhos, ...), e que as palavras e sentenças ganham sentido nessa relação”, ou seja, “na semântica verifuncional, dar o significado de uma sentença é explicar em que condições ela é verdadeira” (Oliveira, 2001, p. 90).

Consoante Frege (2009, p. 132), “seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto uma referência (um objeto) pode receber mais que um sinal”, o que indica que diferentes expressões podem veicular o mesmo sentido.

Por isso, “descrever o significado com o auxílio do conceito de verdade não nos compromete, portanto, com a existência de uma verdade única, imutável e ahistórica” (Oliveira, 2001, p. 90). Além disso, “não nos compromete com uma ontologia já dada ou com uma teoria de verdade como correspondência”, de fato apenas esboça uma verdade semântica, a qual “[...] explicita em que condições de uso a sentença é verdadeira” (Oliveira, 2001, p. 90).

O ponto central da discussão fregeana é a distinção entre sentido (sense) e designação, ou denotação, ou, como se tem apontado na teoria, a referência. O sentido se manifesta através da sentença, assim é possível admitir que “[...] uma expressão sempre tenha um sentido, caso seja gramaticalmente bem construída, e desempenhe o papel de um nome próprio” (Frege, 2009, p. 133).

Por outro lado, a expressão pode gerar um sentido, mas talvez não tenha uma referência, como na sentença: “o homem mais inteligente do mundo”. A sentença apresenta um sentido, sendo este construído à base dos elementos linguísticos e frente a um potencial homem que tenha o atributo de ser o mais inteligente entre todos os homens do mundo. No entanto, na vida real, essa sentença dificilmente demonstrará fundamentos para estabelecer critérios de verdade e confirmar a existência do homem mais inteligente e, assim, poder identificar entre os demais, sem que haja dúvidas desse fato.

Frente a isso, “[...] a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, então a ideia que dele tenho é uma imagem interna, emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei” (Frege, 2009, p. 134). Outrossim, Frege (2009, p. 134) defende que “a ideia é subjetiva: a ideia de um homem não é a mesma de outro. Disto resulta uma variedade de diferenças nas ideias associadas ao mesmo sentido”.

Frege (2009, p. 134) ainda ilustra que “um pintor, um cavaleiro e um zoólogo provavelmente associarão ideias muito diferentes ao nome Bucéfalo”. Nessa linha, talvez um historiador possa ter mais experiências específicas sobre o ser (referência) e sobre a linguagem (sentido), devido à sua especialização sobre os ocorridos com o Alexandre, o Grande, da Macedônia.

Diante disso, Frege (2009, p. 134), declara que “a ideia, por tal razão, difere essencialmente do sentido de um sinal, o qual pode ser a propriedade comum de muitos e, portanto, não é uma parte ou modo da mente individual”. De fato, as palavras carregam significados constituídos e modelados ao longo da história, o que retrata que “[...] dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração para outra” (Frege, 2009, p. 134).

Devido ao fato de a aplicação do sentido ser linguística, é preciso que o indivíduo apresente experiência com a expressão para poder compreender o sentido, bem como tenha experiência com o objeto ou fenômeno, para compreender a referência. Sendo assim, se várias expressões podem estar relacionadas a uma mesma referência, todas elas terão o mesmo sentido se e somente se o indivíduo obtiver experiência com todas elas. O exemplo recorrente nessa discussão é o caso que envolve as expressões estrela da manhã e estrela vespertina, que podem assumir sentidos diferentes caso o indivíduo não saiba que as duas expressões possuem como referência o planeta Vênus.

De outro modo, caso o indivíduo não conheça uma determinada expressão, não possuirá condições de verificar sua veracidade. Esse processo ocorre nesses moldes porque, no fim e ao cabo, a semântica formal ancora seus procedimentos de análise no recurso linguístico, evitando os processos e fundamentos metafísicos que envolvem o desenvolvimento do conhecimento a partir do objeto ou fenômeno.

Frege (2009) trata da relação palavra e ideia, apontando que é possível alguém associar determinadas palavras a determinados sentidos, o que ele denomina como modo de associação. Além disso, Frege (2009, p. 135) aponta que “isto não impede

que vários indivíduos possuam o mesmo sentido; mas eles não podem ter a mesma ideia”. Nessa linha, o filósofo retrata que “quando dois homens imaginam a mesma coisa, ainda assim cada um tem sua própria ideia. De fato, às vezes é possível estabelecer diferenças entre as ideias, ou até mesmo entre as sensações, de diferentes homens” (Frege, 2009, p. 135).

Para Frege (2009, p. 135), a referência advinda de um nome próprio “[...] é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a ideia que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é subjetivo como a ideia, mas que também não é o próprio objeto”. Em uma analogia, ele propõe o seguinte:

Alguém observa a lua através de um telescópio. Comparo a própria lua a referência; ela é o objeto de observação, proporcionado pela imagem real projetada pela lente no interior do telescópio, e pela imagem retiniana do observador. A primeira imagem comparo ao sentido, a segunda, à ideia ou intuição. A imagem real dentro do telescópio é, na verdade, relativa, depende do ponto de vista da observação; não obstante, ela é objetiva, na medida em que pode servir a vários observadores (Frege, 2009, p. 135).

Essa analogia de Frege é bastante interessante para se refletir sobre alguns pontos sempre presentes nas discussões acerca da interpretação e da formatação dos modelos semânticos para estabelecer critérios de verdade. Observa-se que Frege valoriza a diferença decorrente da percepção, a qual pode ser advinda de fatores fisiológicos, como também culturais, por mais que Frege não explore este último, porém seus apontamentos podem contribuir na reflexão sobre o relativismo tão presente nos debates sobre a cultura.

Embora Frege reconheça que haja na percepção uma camada de subjetividade e esta interfere na configuração da ideia, há o direcionamento para estabilizar o sentido, sendo este aplicado para se obter uma compreensão objetiva sobre a referência. Assim, o objeto e o fenômeno, através de testes de laboratório ou análise empírica, sob a utilização ou não de tecnologia, pode até gerar muitos sentidos e ideias, todavia é preciso estabelecer coerência e critérios de verdade para que se configure, de modo ontológico, os seres, por conseguinte os saberes científicos.

Há outro ponto levantado por Frege (2009), em que se evidencia o fato de expressões terem sentido, no entanto não apresentarem referências, ou melhor, não apresentarem referências no mundo real, situações recorrentes com personagens de ficção. Somado a isso, há também a discussão acerca do valor de verdade constituído pelo predicado, já que este é denominado de função e, assim, estabelece um juízo de

verdade sobre a referência. Com isso, quando um predicado é relacionado a um nome próprio sem referência, a sentença corre o risco de ser totalmente falsa.

Frege (2009, p. 137), apresenta a seguinte sentença: “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”, no caso a sentença apresenta um sentido, o qual é decorrente da correlação de todos os elementos lexicais que compõem a expressão. Dessa forma, Ulisses é personagem da epopeia de Homero, Odisseia, e, por isso, trata-se de uma personagem pertencente à narrativa épica dos rapsodos, que por tradição oral foi contada para o povo heleno e, assim, Homero a transformou em um livro que percorreu gerações. Por mais que haja por trás da história a carga mítica de ter ocorrido de fato, até hoje não foi possível comprovar, sendo assim Ulisses é uma personagem e não possui uma referência no mundo real.

Sobre esse aspecto, Frege (2009, p. 138) argumenta que “se tudo quanto importa fosse apenas o sentido da sentença, fosse apenas o pensamento, então seria desnecessário preocupar-se com a referência de uma parte da sentença”. Desse modo, o sentido desta parte e não a sua referência seria importante para o sentido da sentença, visto que “o pensamento permanece o mesmo se o nome Ulisses tem referência ou não” (Frege, 2009, p. 138). Essa aceção demonstra que “o fato de que nos preocupamos com a referência de uma parte da sentença indica que admitimos e exigimos uma referência para a própria sentença”, por conseguinte “o pensamento perde valor para nós tão logo reconhecemos que a referência de uma de suas partes está faltando” (Frege, 2009, p. 138).

É importante destacar que na outra vertente dessa análise, discute-se sobre como tratar como objeto aquilo que se manifesta somente no estrato metafísico, como seres místicos, míticos, ficcionais, bem como as emoções em suas vertentes como sentimentos e sensações alegorizadas. Nos apontamentos de Frege (2009), encontra-se breves indicações sobre uma espécie de referência oriunda do encanto estético, assim “[...] decorre ser totalmente irrelevante para nós se o nome Ulisses, digamos, tem referência, contanto que aceitemos o poema como uma obra de arte”. Com isso, Frege (2009, p. 138) anota que “seria desejável ter um nome especial para aqueles sinais que só devem ter sentido. Se os chamássemos, digamos, de imagens, então as palavras dos atores no palco seriam imagens e, na verdade, até o próprio ator seria uma imagem”.

Evidentemente que esse posicionamento está alinhado à concepção da semântica formal em se preocupar com a referencialidade, pois em um modelo

semântico para interpretação geral, essa postura direcionaria os objetos semânticos da arte para um segundo plano, assumindo que a ciência é mais relevante e importante, todavia uma semântica geral deve propor um modelo que trate do sentido de acordo com a sua manifestação e impacto para o contexto.

Destacando os interesses da semântica formal, a linguagem lógica se sobressai, e o foco recai sobre a forma, pois é assim que se pode chegar a fórmulas matemáticas como metalinguagem de uma condição de verdade, ou seja, “[...] a referência de uma sentença pode sempre ser procurada onde a referência de seus componentes esteja envolvida, e isto é sempre o caso quando, e somente quando, estamos investigando seu valor de verdade” (Frege, 2009, p. 138).

O valor de verdade está atrelado à circunstância de uma sentença ser verdadeira ou falsa, isto é, reconhecer o valor de verdade de uma sentença como sendo sua referência. Com isso, “toda sentença assertiva, caso importe a referência de suas palavras, deve ser considerada como um nome próprio; e sua referência, se tiver uma, é ou o verdadeiro ou o falso” (Frege, 2009, p. 139). Confere-se que “estes dois objetos são reconhecidos, pelo menos tacitamente, por todo aquele que julgue, que considere algo como verdadeiro, até mesmo por um cético” (Frege, 2009, p. 139).

Importante destacar que o valor de verdade não pode ser confundido com objeto. Para Frege (2009, p. 139), “o que eu denomino de objeto só pode ser propriamente discutido quando vinculado ao conceito e à relação”. Consequentemente, o juízo de verdade se realiza no plano dos pensamentos para o plano das referências, por conseguinte do objeto. Assim, “[...] o pensamento, isoladamente, não nos confere conhecimento algum, mas somente o pensamento associado à sua referência, isto é, seu valor de verdade” (Frege, 2009, p. 140).

Já o juízo “[...] pode ser encarado como um movimento de um pensamento para seu valor de verdade”, dessa maneira “o julgar é na verdade algo totalmente peculiar e único. Poder-se-ia dizer que julgar consiste em distinguir partes dentro do valor de verdade” (Frege, 2009, p. 140). Dessa maneira, volta-se ao pensamento cada vez que se realiza tal distinção, portanto “a cada sentido a que corresponda um valor de verdade, deveria corresponder uma certa maneira de dividir o valor de verdade”, pois “[...] ao conceber a referência de uma palavra como parte de referência de uma sentença, quando a própria palavra é parte da sentença” (Frege, 2009, p. 140).

Além disso, “o ato de julgar é um processo psíquico e, enquanto tal, necessita de alguém que julgue como seu portador”; por outro lado, a negação “[...] é parte do

pensamento e, enquanto tal, não precisa, tal como o pensamento, de um portador, pois não deve ser tomada como um conteúdo de consciência” (Frege, 2002, p. 56). Outrossim, “a linguagem não dispõe de uma palavra ou de uma sílaba especial para expressar a asserção; esta é expressa pela forma da sentença assertiva e se manifesta sobretudo no predicado” (Frege, 2002, p. 56).

O objeto é um todo, único e total, no entanto a percepção pode ser dividida em partes, logo o próprio sentido pode ser organizado em partes a fim de compreender o todo, ou seja, a referência tende a também ser total, contudo as expressões que se materializam em linguagem permitem explorar o objeto em partes, porém “[...] o conhecimento do todo e de uma de suas partes não determina a outra parte” (Frege, 2009, p. 141).

Nesse cenário, é válido destacar a relação conceito, objeto, sentido e referência para a semântica formal apresentada por Frege, ou seja, é possível associar sentido com conceito e referência com objeto. Desse modo, “a cada termo conceitual e a cada nome próprio corresponde, em regra, um sentido e uma referência”, visto que, na ciência, cujo direcionamento é investigar a verdade, “[...] não nos contentaremos apenas com o sentido, e assim cumpre associar aos nomes próprios e aos termos conceituais uma referência” (Frege, 2009, p. 159-160).

Dessa forma, “um nome próprio tem como referência o objeto que ele designa ou nomeia. Um termo conceitual refere-se a um conceito, se o termo for usado como é apropriado em lógica”, sendo assim “[...] um termo conceitual pode substituir um outro termo conceitual, caso eles tenham a mesma extensão conceitual”, além disso consoante à inferência e às leis lógicas, “[...] os conceitos só procedem de maneira diferente na medida em que forem distintas suas extensões” (Frege, 2009, p. 160).

Os nomes próprios do mesmo objeto podem ser substituídos um por outro sem que haja prejuízo de verdade. A mesma concepção se aplica aos termos conceituais quando suas extensões forem as mesmas, todavia “naturalmente que com tais substituições alterar-se-á o pensamento; mas este é o sentido da sentença, não sua referência” (Frege, 2009, p. 160). Portanto, “ao cair um objeto sob um conceito, ele cai sob todos os conceitos de mesma extensão” (Frege, 2009, p. 160).

Nessa perspectiva, Frege (2009, p. 160) defende que “a referência, que é o valor de verdade, permanece inalterada. Poder-se-ia, facilmente, chegar à conclusão de que a extensão do conceito seja a referência do termo conceitual”, visto que “[...]”

o conceito é uma função de um argumento, cujo valor é sempre valor de verdade”, no entanto o conceito não é o objeto, mas, sim, as extensões de conceitos são objetos.

É válido evidenciar que a concepção de extensão, para Frege, está relacionada à referência, por isso as extensões do conceito estão aplicadas ao objeto, devido ao fato de haver alguma referência ocupando lugar na formação do argumento, o qual atuando como função, já que está no predicado, alcança uma referência completa, portanto saturada. Já a concepção de intensão está voltada para o sentido, por isso vinculada às sentenças, por conseguinte ao juízo ou ao pensamento, portanto limitada às expressões, por isso insaturada.

Para Frege (2009, p. 161), uma função insaturada necessita de complementação na organização da sentença, logo há a ausência de um argumento na composição da função, ou seja, “[...] seu nome tem de ser complementado por um sinal de um argumento para alcançar a referência completa”. Nessa linha, Frege (2009, p. 161) denomina uma referência completa de objeto e “[...] é o valor da função para o argumento que realiza a complementação ou saturação”, assim entende-se que “o argumento é ele próprio um objeto”.

Já sobre o conceito, seu valor é sempre um valor de verdade, ou seja, “se um nome conceitual complementarmos com um nome próprio, obtemos uma sentença cujo sentido é um pensamento, ao qual corresponde como referência um valor de verdade” (Frege, 2009, p. 161).

O conceito é materializado pela linguagem através daquilo que Frege (2009) denominou de nome próprio, ou seja, possui uma referência, por sua vez esse nome próprio gera um sentido para o indivíduo, por isso consequentemente gera uma ideia e um pensamento, porém pelo fato de ser um conceito seu valor é, por lógica, um valor de verdade. Isso é possível porque ao se reconhecer esse valor de verdade, “[...] julgamos que o objeto tomado como argumento cai sob o conceito” (Frege, 2009, p. 161).

Portanto, embora haja uma relação, conceito e objetos “[...] são radicalmente distintos e não podem substituir uns aos outros”, além disso acrescenta-se que “[...] os conceitos não podem ter entre si as mesmas relações que os objetos” (Frege, 2009, p. 162). Mesmo que um objeto recaia sobre um conceito, por sua vez um conceito apenas pode estar subordinado a outro conceito, ou seja, objetos e conceitos apresentam uma espécie de relação, porém não devem ser confundidos e compreendidos como pertencentes à mesma natureza, pois enquanto o objeto é algo

existente no mundo real; o conceito é um aparato lógico que permite acesso à sua referência e ao conjunto de predicados que efetivam seus atributos (argumentos), o que permite acesso ao sentido.

De todo modo, o predicado pode até gerar o sentido sobre o objeto, mas nunca será precisamente o objeto. Algo que possa, de fato, estabelecer relação de igualdade, identidade e coincidência, é o objeto, nunca o conceito, pois a este só lhe é permitido a analogia ao real.

O objeto recai ao conceito devido à necessidade de estabelecer referência e sentido, portanto o conceito é capaz de indicar ou designar o objeto, mas o inverso não é permitido. Desse modo, os conceitos podem estar presentes na combinação das funções e, assim, sistematizar o argumento; por sua vez o objeto não está presente no estrato da linguagem, mas a extensividade do conceito busca retratar as propriedades do objeto.

Retomando a concepção de semântica da verdade, é válido destacar as contribuições de Alfred Tarski (1901-1983), importante filósofo polonês que analisou as contribuições da lógica para a configuração da semântica formal. Nessa linha, destaca-se sua busca constante para tentar construir uma definição estrutural, assim o esquema geral seria que “[...] uma sentença verdadeira é uma sentença que possui tais e tais propriedades estruturais (isto é, propriedades que dizem respeito à forma e à ordem de sucessão das partes individuais da expressão)” (Tarski, 2007, p. 30-31). Além disso, há de haver a possibilidade de se analisar tais expressões descritas pelas transformações estruturais, o que permite, com a aplicação da lógica, “[...] inferir propriedades análogas de outras sentenças que podem ser obtidas das primeiras por meio de várias transformações estruturais” (Tarski, 2007, p. 30-31).

Para Tarski (2007, p. 31), “[...] toda expressão consistindo em quatro partes, das quais a primeira é a palavra ‘se’, a terceira é a palavra ‘então’, e a segunda e a quarta são a mesma sentença, é uma sentença verdadeira”. Ademais, “[...] se uma sentença verdadeira consiste em quatro partes, das quais a primeira é a palavra ‘se’, a segunda, uma sentença verdadeira, e a terceira é a palavra ‘então’, então a quarta parte é uma sentença verdadeira” (Tarski, 2007, p. 31), o que configura na primeira linguagem lógica: “se P, então P”; já na segunda: “se P, então Q”.

Nessa linha, é necessário que a linguagem aplicada para verificação da formalidade semântica satisfaça as exigências da lógica:

a) “[...] para qualquer sentença que ocorre na linguagem, um nome definido dessa sentença também pertence à linguagem” (Tarski, 2007, p. 32);

b) toda expressão formada decorrente da “substituição do símbolo ‘p’ por qualquer sentença da linguagem e do símbolo ‘x’ por um nome dessa sentença deve ser considerada uma sentença verdadeira dessa linguagem” (Tarski, 2007, p. 32).

Com isso, estrutura-se a linguagem: “x é uma sentença verdadeira se e somente se p”, que pode ser traduzida com elementos da linguagem natural como: “[está chovendo] é uma sentença verdadeira se e somente se está chovendo”, em que a primeira parte é uma condição da linguagem, já a segunda parte é a elaboração de sua metalinguagem, a qual funciona mediante uma condição do mundo real.

Em continuidade, c) na linguagem em questão, “uma premissa empiricamente estabelecida [...] pode ser formulada e aceita como uma sentença verdadeira”, caso tenha o mesmo significado que: “a sentença [para todo p, se c é idêntica à sentença ‘p’, então não p] é idêntica a c” (Tarski, 2007, p. 32).

Assim, obtém-se uma linguagem formalizada por listas ou descrições de expressões para que possam ser formadas. Nesse propósito, Tarski (2007, p. 33) defende que “[...] as linguagens formalizadas foram construídas exclusivamente com o propósito de estudar ciências dedutivas formalizadas com base em tais linguagens”, portanto “a linguagem e a ciência formam, juntas, um único todo, de modo que falamos da linguagem de uma ciência dedutiva formalizada particular, em vez de desta ou daquela linguagem formalizada” (Tarski, 2007, p. 34).

Desse modo, destacam-se as regras de inferência, nas quais “[...] são expressas certas operações de caráter estrutural que permitem a transformação de sentenças em outras sentenças”, como exige a linguagem lógica e, somado a isso, há “[...] as sentenças que podem ser obtidas de sentenças dadas por uma ou mais aplicações dessas operações [...]”, que são denominadas de consequências das sentenças dadas, ou sentenças demonstráveis ou asseridas (Tarski, 2007, p. 34).

Nesse cenário, apontam-se as expressões denominadas de estruturais-descriptivas, cuja atuação contribui para circunstância como “[...] quando investigamos a linguagem de uma ciência dedutiva formalizada, devemos sempre distinguir claramente entre a linguagem sobre a qual falamos e a linguagem na qual falamos [...]”, conseqüentemente “os nome das expressões da primeira linguagem, e das relações entre elas, pertencem à segunda linguagem, chamada metalinguagem (na qual a primeira pode estar contida, como parte)” (Tarski, 2007, p. 35).

Como fenômeno formal resultante tem-se “a descrição dessas expressões, a definição dos conceitos complexos, especialmente daqueles relacionados com a construção de uma teoria dedutiva (como o conceito de consequência, de sentença demonstrável)” (Tarski, 2007, p. 35). Assim, a relação entre esse tipo de linguagem e a ciência permite que a segunda tenha condições de atuação para determinar as propriedades dos conceitos.

É através da metalinguagem, portanto, que se elabora uma função sentencial a qual deve satisfazer os esquemas de constituição da linguagem do cálculo de classes cuja função é estabelecer o mesmo significado entre o objeto e a linguagem estrutural-descritiva, em que “[...] uma dada sequência infinita de objetos satisfaz uma função sentencial” (Tarski, 2007, p. 59). Dessa maneira, para que a metalinguagem tenha condições de uma linguagem de caráter universal que satisfaça as exigências lógicas na configuração de uma linguagem estrutural-descritiva, deve-se apontar as seguintes condições:

(1) expressões de caráter lógico geral; (2) expressões que tenham o mesmo significado que todas as constantes da linguagem a ser discutida ou que sejam suficientes para a definição de tais expressões [...]; (3) expressões do tipo estrutural-descritivo que denotem símbolos e expressões isolados da linguagem considerada, classes inteiras e sequências de tais expressões ou, finalmente, as relações existentes entre elas (Tarski, 2007, p. 80).

Além dos apontamentos sobre a linguagem formal a ser aplicada à ciência, em sua formulação de uma semântica formal, Tarski (2007) também analisa a atuação da semântica frente à análise dos conceitos. Desse modo, Tarski (2007, p. 149) afirma que semântica é “[...] a totalidade das considerações que dizem respeito aos conceitos que, de modo geral, expressam certas conexões entre as expressões de uma linguagem e os objetos e estados de coisas a que se referem tais expressões”. Frente a isso, há os conceitos semânticos que demandam, em sua ordem, “[...] conceitos de denotação, satisfação e definição” (Tarski, 2007, p. 149).

Desse modo, pode-se dizer que “poeta dos escravos” denota [Castro Alves]; “Madrid” satisfaz a condição [x é capital da Espanha]; e uma equação como $x^2 = 4$ define ou determina a raiz quadrada do número 4. Somado a isso, “[...] os conceitos semânticos simplesmente não têm lugar na linguagem à qual eles se relacionam, que a linguagem que contém sua própria semântica, e na qual valem as leis usuais da lógica, inevitavelmente deve ser inconsistente” (Tarski, 2007, p. 150). Diante disso, Tarski, (2007, p. 151) afirma que “a descrição de uma linguagem é exata e clara

apenas se ela é puramente estrutural, ou seja, se empregamos nela somente os conceitos relacionados com a forma e o arranjo dos signos e expressões compostas na linguagem”.

Essa afirmação evidencia que a semântica formal se limita às condições da forma da linguagem e não se preocupa com a análise do conteúdo. Assim sendo, o ponto de relevância da semântica formal é constituir uma metalinguagem à base de uma constituição sintática (predicado) fundamentada na lógica e também na relação com a realidade.

A composição dos conceitos semânticos, os quais “[...] expressam certas relações entre objetos (e estados de coisas) referidos pela linguagem discutida e as expressões da linguagem que se referem àqueles objetos” (Tarski, 2007, p. 151) devem atentar a referência na base de sua concepção. Nesse cenário, “os enunciados que estabelecem as propriedades essenciais dos conceitos semânticos devem conter tanto a designação dos objetos referidos [...] quanto os termos que são utilizados na descrição estrutural da linguagem” (Tarski, 2009, p. 151).

Dessa forma, pode-se entender que a semântica formal apresenta uma série de ferramentas e estratégias de análise que considera a importância da linguagem formal para o tratamento do conceito semântico e, assim, sua relação com o objeto real. Nessa perspectiva, a semântica formal estabelece uma dupla articulação da linguagem lógica aplicada à linguagem natural: a elaboração de uma linguagem-objeto em que evidencia o conceito; e sua referência somada a uma linguagem lógica, paramentada de estruturas matemáticas para conferir o valor de verdade frente à metalinguagem. Desse modo, estabiliza o critério de verdade, o qual dá condições à ciência em construir seus objetos de estudo.

Diante desse cenário, é possível concluir que o estudo da semântica formal apresenta concepções importante para contribuir e orientar na abordagem proposta por esta pesquisa. Dentre suas reflexões, destacam-se a formatação de uma máquina semântica, a qual direciona uma condução para interação e interpretação frente à linguagem natural e a linguagem científica que necessita apresentar uma interface entre aquilo que é o sentido e a referência, estando atrelados àquilo que se realiza como objeto e àquilo que se configura como um construto desse objeto na composição do conceito.

Ademais, a semântica formal, diferentemente, das outras linhas da semântica estudadas até aqui, oferece uma concepção bem clara do que seja o sentido.

Enquanto outras linhas demonstram confusões sobre o sentido (sense) e o significado (meaning), a semântica formal demonstra que o significado está para a sentença, como resultado da análise objetivo acerca da referência, enquanto o sentido é aquilo que indivíduos reconhecem frente às expressões consoante suas experiências sobre o objeto e sobre a linguagem.

Por fim, outro ponto que merece destaque é o fato de que a semântica formal se caracteriza como uma semântica referencial, ou seja, compreende que o significado ocorre através da linguagem, mas a expressão é resultante das motivações da referência, ou seja, do objeto, o que configura que a semântica formal não se apega ao nominalismo e ao mentalismo.

4. 6 Semântica da Enunciação: a esfera textual e as marcações no discurso

A semântica da enunciação é um derivado da teoria da enunciação e da semântica argumentativa, bem como é um seguimento da semântica que apresenta muitas influências de vários ramos da linguística e, por isso, acaba evidenciando várias tendências de tratamento textual. Sendo assim, como ponto de partida, destaca-se que a semântica da enunciação se volta para os aspectos de sentido e significação presentes no texto.

Com isso, essa linha de abordagem está direcionada para as camadas mais complexas da aplicação da linguagem natural, pois não se limita a fundamentos estruturalistas, como as palavras, seus elementos morfológicos, tampouco à frase, por mais que esta seja importante para a constituição de proposições. Por isso, destaca-se a reflexão sobre essa vertente da semântica com o fito de atualizar as aplicações teóricas no cenário da organização do conhecimento acerca da linguagem e, assim, propor contribuições que envolvam a análise do enunciado, da enunciação e do discurso e de fatores cognitivos presentes nessa interação com o sentido e com a significação.

Decorrente das discussões sobre o texto e sua função comunicativa, a semântica da enunciação abarca alguns fundamentos teóricos complexos sobre a funcionalidade comunicacional. Desse modo, é possível agrupar linhas diferentes de tratamento do texto. Com destaque às propostas oriundas da França e às abordagens anglo-saxãs, a semântica da enunciação visa a se diferenciar da análise do discurso de linha francesa, embora essas duas correntes apresentem um objeto de estudo em

comum: o discurso. Contudo, enquanto a análise do discurso aborda as questões políticas e ideológicas, que servem de dispositivos na configuração do discurso e poder; a semântica da enunciação se preocupa com o sentido e significação que se estabelecem nas camadas do enunciado, enunciação e discurso decorrentes de interação entre interlocutores, texto e contexto.

Frente a isso, a semântica da enunciação, também denominada semântica discursiva, ou semântica argumentativa, explora não apenas os elementos linguísticos presentes na estrutura do texto, mas também aborda fundamentos que envolvem o enunciado, a enunciação e o discurso, por conseguinte há a preocupação com a presença do outro e com as diversas marcas no texto. Nesse olhar, o aspecto semântico é um processo de interação e construção em conjunto com outras pessoas.

Embora seja uma abordagem com fortes influências do estruturalismo saussuriano, presentes certos alinhamentos com a semiologia no debate sobre a língua e sua configuração como sistema, bem como aquilo que se apresenta como significado seja decorrente do valor linguístico que se efetiva na esfera social, há avanços em relação à fala. Muitas abordagens da semântica na enunciação visa ao efeito de sentido oriundo das relações entre as frases que constituem o texto, como também o ajustamento de seus componentes para efetivar uma sentença, assim podendo analisar como as proposições se apresentam e, assim, efetiva-se a significação.

Nessa linha, reconhece-se que a semântica na enunciação busca fundamentações em diversas linhas teóricas, como a semântica argumentativa, semântica discursiva, linguística textual, linguística discursiva, a teoria da enunciação, teorias da cognição, gramática funcionalista, entre outras, com o fito de reconhecer o sentido produzido na camada do enunciado e, a partir deste, explorar elementos implícitos, como pressuposições, acarretamentos, dêixis, intencionalidades, informatividade, aspectualização, tematização que são importantes para explorar o sentido daquilo que ou não foi enunciado, ou está em uma esfera de virtualidades ou potencialidades, fatores que são observados consoante a cognição e o *background* de quem interage com o texto, ou melhor, seu interlocutor.

Desse modo, a significação não é decorrente apenas daquilo que os elementos linguísticos oferecem ao texto em sua composição, mas a significação depende da articulação entre as informações e, principalmente, daquilo que o interlocutor é capaz de recuperar. Portanto, tratar dos aspectos que envolvem a semântica na enunciação

é explorar como a informação é compreendida em um cenário de alteridade, visto que é a informatividade que gera a argumentação.

Sendo assim, na abordagem da semântica na enunciação explorar-se-á fundamentos de algumas teorias a fim de evidenciar que o tratamento textual perpassa pela constituição do enunciado, pela complexidade da enunciação e pela formação de uma esfera discursiva, em que se permite uma congruência, embora nesta análise não se explore aspectos como fundamentos ideológicos presentes na análise do discurso de linha francesa.

Para que essa análise pudesse ser realizada, consultaram-se os trabalhos de Ducrot (1968, 2020); van Dijk (1983, 2008, 2014, 2018, 2019a, 2019b, 2020); Anscombre e Ducrot (1994); Beaugrande e Dressler (1997); Benveniste (1999, 2014, 2020); Fiorin (2001); Kleiman (2002); Koch (2004, 2018a, 2018b); Koch e Travaglia (2004, 2011); para explorar os fundamentos do texto, do enunciado, da enunciação e do discurso, como ainda suas implicaturas teóricas para fundamentar uma análise semântica das estâncias sociais, linguísticas e cognitivas.

Como uma das bases teóricas da semântica na enunciação, destaca-se a semântica argumentativa, que, como linha de pesquisa, “[...] foi criada na França, na *École des Hautes Études en Sciences* de Paris, por Oswald Ducrot, inicialmente em conjunto com Jean-Claude Anscombre [...]” (Barbisan, 2019, p. 19). Inspirado por Saussure, em destaque as discussões acerca do valor linguístico, Ducrot (1930-2024) reconheceu que o sentido estava presente em outras camadas para além do signo linguístico, porém havia distinções entre a língua (*langue*) e a fala (*parole*).

Além de Saussure, fundamentações filosóficas também estavam presentes nas conjecturas de Ducrot, assim “a Semântica Argumentativa assume em sua fundamentação filosófica a noção de alteridade concebida por Platão, trazida para o estudo da linguagem de Saussure” (Barbisan, 2019, p. 20). Com isso, “Ducrot leva a noção de valor linguístico para o emprego da língua, mostrando-o em diferentes níveis: na relação entre entidades lexicais, entre enunciados, entre discursos, entre locutor e alocutário” (Barbisan, 2019, p. 20).

Na esfera semântica, “[...] a Teoria da Argumentação na Língua postula que a palavra contém, na língua, uma significação que permite certas continuações no enunciado e impede outras”, somado à concepção de que “na medida em que essas continuações são efetivadas, um sentido que surge das relações entre as palavras se constitui” (Barbisan, 2019, p. 20). Importante destacar as sutilezas semânticas que se

revelam nas camadas da interpretação, por isso o tratamento dessas esfera (enunciado, enunciação e discurso) requer métodos e procedimentos para reconhecer como seus elementos linguísticos, as marcas de enunciação e as catálises performas as figuras, os temas, a polifonia, a intertextualidade e a interdiscursividade.

Desse modo, os aspectos semânticos se realizam na interlocução, visto que “[...] quando um locutor produz discurso, está expressando seu pensamento por meio de enunciados, e levando seu alocutário a dar-lhe uma resposta, o que permite que o enunciado, como realização da frase, seja “[...] definido não só nele mesmo, mas nas possibilidades que abre e que fecha para a sua continuação” (Barbisan, 2019, p. 21).

Essa interação permite a intervenção do outro e de outros elementos simbólicos, visto que “o sentido do enunciado não está nele, nem no outro, mas na relação que se estabelece entre ele e o outro” (Barbisan, 2019, p. 21). Desse modo, a argumentação torna-se fundamental na linguagem, pois é elemento inerente à língua, por isso a semântica argumentativa também pode ser denominada teoria da argumentação na língua.

Para a semântica argumentativa, o sentido se produz no discurso e este ocorre no emprego da língua, isso indica que o processo discursivo é linguístico. Já os aspectos do significado, defende a semântica argumentativa, é linguístico porque se baseia nas teorias de Saussure, porém abre caminhos para a discussão sobre o processo de representação da realidade em nível do signo e sua relação com o extralinguístico, experiência e compreensão da realidade.

Tomada por essa concepção, é possível entender que o nível do signo pode ser afetado pela realidade, enquanto o nível da enunciação pode depender do contexto, contudo o discurso ocorre na esfera linguística, pois já não trata a realidade sob aspecto fenomenológico, mas, sim, uma realidade modelada pelo modo como os interlocutores compreendem a realidade, é uma espécie de estágio posterior à cognição.

Com isso, a semântica argumentativa defende que “o enunciado é entendido como a realização da frase. Isso significa que o enunciado é uma entidade empírica, que se lê ou se ouve” (Barbisan, 2019, p. 22). A frase, por sua vez, “[...] é uma entidade teórica, construída [...]”, por isso “a língua é um conjunto de frases” (Barbisan, 2019, p. 22). Dessa maneira, sob aspectos semânticos, a frase tem significação, e o enunciado, realização da frase, tem sentido, visto que “se o enunciado é a realização

da frase, então frase e enunciado são inseparáveis. São também inseparáveis a significação da frase e o sentido do enunciado” (Barbisan, 2019, p. 22).

O discurso, para a semântica argumentativa, é um composto de enunciados, os quais são “[...] constituídos por dois segmentos relacionados, em que o primeiro só adquire sentido a partir do segundo, isto é, o primeiro segmento não é compreensível se não for relacionado ao segundo e vice-versa” (Barbisan, 2019, p. 22). O discurso nunca é composto pelo sentido isolado de uma frase, mas, sim, pela organização informacional que promove o ato comunicacional.

Nesta linha, entende-se que o processo argumentativo demanda um enunciado, que se expande nas marcações da enunciação e esta canaliza as particularidades do discurso, em que potencializa o sentido proposto entre os dois seres da fala: o locutor e o alocutário, isto é, “ao se enunciar, falando ou escrevendo, o locutor produz combinações próprias, dentre aquelas que a frase permite. Ou seja, o locutor argumenta sobre a realidade ao estabelecer continuações” (Barbisan, 2019, p. 23).

Esses aspectos evidenciam que, na esfera enunciativa, a representação da realidade é linguística, pois evidencia a compreensão que o locutor tem do mundo, ou melhor, “é o locutor, ao escolher combinações linguísticas, que atribui sentido à realidade. É o seu olhar sobre a realidade. Esse sentido, entendido desse modo, espera uma continuação, uma resposta do alocutário” (Barbisan, 2019, p. 23).

Frente a essa concepção sobre a esfera enunciativa, destaca-se que é importante não confundir a esfera do signo com a esfera lexical, pois trata-se de três esferas distintas, contudo atuam de modo correlato e concomitantemente. A esfera do signo, uma abordagem semiótica, trata-se da mediação e da representação da realidade, uma aplicação contundente da forma e do conteúdo e presença de aspectos metafísicos e ontológicos na concepção das coisas do mundo, portanto há a presença da experiência com a realidade e o processo cognitivo para compreender os objetos, os eventos e os fenômenos, isto é, há forte presença do extralinguístico.

A esfera lexical, uma esfera semântica e, por vezes, pragmática, é o ajustamento da compreensão das coisas do mundo, é a internalização dos conceitos e a adequação desse conhecimento em palavras para viabilizar a informação, por conseguinte a constituição de frases. É a modelagem dos gêneros textuais e a organização de suas regras internas, a camada textual em que os elementos linguísticos se ajustam para formar um todo informativo.

Por sua vez, a esfera discursiva, inicia-se na faculdade do todo informativo, ao ganhar tessitura de texto e se mobilizar como gênero textual, ou seja, há um enunciado pronto para ser inserido no âmbito da comunicação, há sujeitos interagindo e demonstrando como representam a realidade. A esfera discursiva se adequa à intencionalidade e à focalização da proposta informacional, ou seja, com ressalvas, tudo pode na esfera discursiva, ou melhor, se a esfera discursiva estiver inserida em um contexto científico, a esfera do signo e a esfera discursiva estarão muito próximas no que tange à informação e sua veracidade em relação à realidade; por outro lado, se a esfera discursiva se constituir pelo uso cotidiano ou ainda pertencer a um contexto literário, há possibilidades de haver distanciamentos entre a esfera do signo e a esfera discursiva.

Nessa perspectiva, é possível apontar que, em âmbitos científicos, a presença de signos é resultado de investigações que buscam classificar e categorizar os seres, os objetos, as práticas, os fenômenos e os eventos, portanto há uma forte aproximação com o extralinguístico, como por exemplo ao tratar de células, energia, átomos, gravidade, capital cultural, consciente coletivo, cultura imaterial. Por outro lado, ambientes em que não haja a preocupação com a realidade, os signos não são forçados à base de uma experiência com o extralinguístico de modo direto, mas, sim, é possível a reagrupação de fundamentos e conhecimentos e estes ganharem na esfera discursiva outros atributos, assim é possível compreender a origem do unicórnio, da sereia, do centauro e tantos outros seres místicos, porque o plano do discurso é o plano da diegese, por sua vez, o plano do *mythos*.

Essas esferas, à primeira vista, podem parecer complexas e pouco natural, pois tornou-se comum tratar o signo como objeto linguístico secundário devido aos apontamentos de Saussure, assim compreende-se que o signo está preso à *langue* e ao valor linguístico e, por sua vez, em outros vieses de aplicação, o discurso estaria mais próximo à *parole*. No entanto, é válido destacar fundamentos lógicos e conaturais presentes no estudo sobre o signo, que permitem uma melhor aproximação do signo com as experiências extralinguísticas, como se reconhece na arquitetura filosófica de Charles Sanders Peirce, a qual será tratada em outro capítulo.

Nesse cenário, a compreensão sobre as esferas é importante para a semântica, pois trata-se de uma diferença sutil, “[...] mas necessária para distinguirmos entre semânticas ditas objetivistas ou realistas, que postulam uma ordem no mundo que dá, ao menos em certa medida, conteúdo à linguagem [...]”, assim como interpreta-se a

existência de semânticas “[...] mais próximas ao relativismo, que acreditam que não há uma ordem no mundo que seja dada independentemente da linguagem histórica. Só a linguagem constitui o mundo, por isso não é possível escapar dela” (Oliveira, 2012, p. 34).

Sendo assim, torna-se importante destacar que para a semântica da enunciação, “[...] a referência é uma ilusão criada pela linguagem. Estamos sempre inseridos na linguagem [...]” (Oliveira, 2012, p. 34). Além disso, elementos fundamentais para compreender os aspectos de enunciação são a dêixis. Assim, dêixis é “[...] mecanismo que relaciona a indicação de um objeto através de uma palavra à instância de discurso que a contém” (Flores et al., 2022, p. 77). Somado a isso:

A dêixis é um mecanismo ou uma relação, pois é responsável pela conversão do significado do signo no nível semiótico da língua em referência da palavra no nível semântico da língua. Trata-se de uma conversão do significado – repetível – do signo – à referência – irrepetível – da palavra. Benveniste exemplifica essa relação com palavras tais como os adjetivos, os pronomes demonstrativos (este, esta, entre outros), os advérbios de lugar (aqui, entre outros) e de tempo (agora, hoje, entre outros). Dessa forma, “aqui”, na frase “Estou aqui.”, enquanto signo, significa um espaço ocupado por alguém por oposição ao espaço ocupado por outros e que pode se converter, enquanto palavra, em referência a um espaço em que eu me encontro de alguma maneira singular (Flores et al., 2022, p. 77).

Além disso, consoante Charaudeau e Maingueneau (2020, p. 148),

A noção de dêixis é solidária à noção de dêitico, pois entende-se comumente por dêixis a localização e a identificação de pessoas, objetos, processos, eventos e atividades [...] em relação ao contexto espaçotemporal, criado e mantido pelo ato de enunciação (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 148).

Ainda sobre a definição de dêixis, entende-se que “além de capaz de localizar eventos no tempo, as línguas nos permitem localizar os diversos elementos no espaço e, inclusive, uns em relação aos outros”, assim ao se utilizar de elementos dêiticos, é possível localizar: a) as pessoas do discurso, através da dêixis pessoal; b) diferentes elementos de referência, com a dêixis referencial; c) as posições no espaço geográfico, com o uso da dêixis espacial; d) as posições hierárquicas das pessoas no ambiente social, aplicando a dêixis social e; e) os eventos no tempo, com a presença da dêixis temporal. (Ferrarezi Junior, 2019, p. 143).

A dêixis também se apresenta na relação semântica-pragmática, sendo assim:

Dêixis significa, primariamente, “apontar”, “mostrar”, “determinar” e exige que os enunciados estejam em uso. Nesse sentido, ela avança da semântica sobre o campo pragmático da linguagem. Palavras como “eu”, “hoje” ou “aqui”

só podem ser definidas, ter seus referentes localizadores plenamente especificados, quando tomadas as informações contextuais para a definição de sua referência. Ao mesmo tempo, é perfeitamente plausível a carga semântica das três palavras estar bem definida: “Eu” é “quem está enunciando”, “hoje” é “o dia em que se está enunciando” e “aqui” é “o lugar em que se está enunciando”. A carga semântica própria dessas palavras nos permitirá depois, pragmaticamente, definir a que ou a quem elas se referem. É possível estudar os fenômenos dêiticos tanto semântica quanto pragmaticamente (Ferrarezi Junior, 2019, p. 144).

Somado a esses aspectos, a dêixis se impõe como ocorre na relação entre interlocutores e o mundo. Desse modo, “em nossa relação com o mundo, é comum nós o dividirmos e organizarmos culturalmente por meio de categorias com as quais operamos cognitivamente”, por isso “a elas atribuímos propriedades que interferem na forma como compreendemos as coisas” (Ferrarezi Junior, 2019, p. 145). Outrossim, “essa organização do mundo acaba se refletindo na língua, que vai sendo forjada para expressar aquilo que desejamos, para nos localizar no mundo e evidenciar as classificações que fazemos” (Ferrarezi Junior, 2019, p. 146). Dessa forma, os elementos dêiticos são recursos para realizar localizações de diversas naturezas, como o tempo, o modo, a modalidade e o aspecto, além da marcação de pessoa e espaço.

O transcorrer do tempo, em nossa cultura, “[...] é concedido como uma sucessividade linear, a linha do tempo”, isso denota que “temos nessa linha imaginária marcações típicas como passado (o para trás), presente (o centro) e futuro (o para a frente), com isso identifica-se que o “[...] sistema verbal possui flexão de tempo, com morfologia inflexional própria, com recorrência das ideias de passado, presente e futuro” (Ferrarezi Junior, 2019, p. 146).

Ademais, “a natureza linear que atribuímos ao tempo em nossa cultura torna-o diretamente relacionado àquilo que chamamos de eventos”, estes geram uma ilusão discursiva que “[...] parecem se desenrolar em ocorrências sucessivas, algo que, na nossa visão, se encaixa perfeitamente numa concepção de tempo como sucessividade” (Ferrarezi Junior, 2019, p. 147). Desse modo, “não é de estranhar que nossa língua associe os sentidos verbais (normalmente vinculados aos eventos) a uma categoria de palavras que apresenta uma complexa compleição flexiva” (Ferrarezi Junior, 2019, p. 148), com morfemas marcadores de variações temporais, no caso as desinências modo-temporais.

Nessa linha, também merece destaque a modalidade, a qual se caracteriza por ser “[...] uma categoria gramatical que se refere à expressão de ideias como

permissão, proibição, obrigação, necessidade, possibilidade e capacidade” (Ferrarezi Junior, 2019, p. 148). Com isso, entende-se que a modalidade, o modal, o modo e o aspecto são elementos gramaticais que permeiam a relação texto e enunciado, em que se manifesta na esfera lexical, contudo se revela na esfera discursiva, ou melhor, tratam-se de categorias, as quais “[...] se complementam para construir o sentido de uma estrutura verbal, pois expressam ideias que funcionam como pano de fundo, como transversais aos eventos” (Ferrarezi Junior, 2019, p. 148).

Frente a isso, pode-se apontar que “a lógica modal estuda o fenômeno de ferramentas para expressar as diferenças, muitas vezes sutis, nesse elemento da expressão”, em algumas línguas podem expressar a diferença entre o fato e a possibilidade, uma espécie de modalidade epistêmica, como também uma modalidade deôntica, em que expressa a ideia de obrigação ou de permissão (Ferrarezi Junior, 2019, p. 148).

Já sobre o modo, recaem-lhe os recursos para expressar os níveis de realidade e de factualidade, em que os elementos do enunciado expressam o mesmo sentido, porém há maneiras diferentes de se apresentarem. Além disso, há um posicionamento na linha temporal simbólica conforme o modo verbal, isto é, uma sentença cujo verbo esteja no indicativo apresenta um aspecto de factualidade muito maior do que uma sentença em que o verbo esteja no modo subjuntivo, já que este evidencia uma possibilidade, uma hipótese ou um desejo.

Consoante as possibilidades temporais referentes à modalidade, ao modo e aos aspectos, pode-se entender que há três pontos de referência para localizar os eventos na linha do tempo: o primeiro, é o momento da fala, em que “nesse momento, o pensamento vai se transformar em um verbo, numa forma de expressão do tempo existente no sistema da língua, ou seja, momento em que a língua se materializa” (Ferrarezi Junior, 2019, p. 151); o segundo, é o momento de referência, em que estabelece uma marca, a qual “[...] é necessária porque algumas formas verbais não são compreendidas a partir do momento em que a gente está falando, mas em relação a outro ponto na linha do tempo” (Ferrarezi Junior, 2019, p. 151); o terceiro é o momento do evento, é quando as coisas se concretizam.

É válido destacar que a frase apresenta um papel importante na interface texto e enunciado, já que é a frase que organiza os elementos do enunciado através de uma estrutura linguística. Dessa forma, a frase “[...] coordena em uma unidade de

sentido três subsistemas interativos: prosódico, sintático e enunciativo, todos os três incidindo sobre as mesmas variáveis lexicais pré-construídas” (Tamba, 2006, p. 123).

Embora frase e enunciado não sejam a mesma concepção, pois um está para a estrutura sintática, portanto é de ordem fechada, enquanto o outro está para os aspectos enunciativos. Logo, pressupõe níveis de interação, “porque na medida em que os sistemas enunciativos definem condições de atribuição de valores referenciais [...], modais, e não esses valores em si mesmos” reconhece-se a amplitude dos aspectos enunciativos e “[...] nada impede que eles reconduzam esses mesmos valores em sequência de enunciados e constituam assim um universo enunciativo vasto” (Tamba, 2006, p. 126).

Nessa proposta, “a unidade semântica da frase é, então, assegurada pela seleção de apenas uma das configurações, que cada um desses três níveis de organização autoriza e pela imbricação das três estruturas em torno dos mesmos elementos lexicais” (Tamba, 2006, p. 127). Dessa maneira, quando as frases coincidem com “[...] um ato enunciativo que introduz seus próprios marcos referenciais, espaciais e temporais, nada impede a manutenção ou a reiteração dos mesmos marcos ao longo de uma comunicação que encadeia uma sequência de atos enunciativos” (Tamba, 2006, p. 128).

Assim, a “continuidade temática é assegurada pelo semantismo das unidades lexicais, das marcas de referência temporal, dos índices dêiticos e anafóricos, o que favorece o procedimento de encadeamento, o qual não deve ser confundido com o fechamento, pois “as regras de um sistema linguístico não podem, por si mesmas, determinar o encerramento de uma conversação”, ou seja, “enquanto o fim não for fixado, a significação evolui e a interpretação tem de ser reajustada” (Tamba, 2006, p. 128).

Sobre os processos semânticos em uma língua, pode-se apontar Benveniste (1999, p. 23, tradução livre): “a adequação da linguagem ao homem é a adequação da linguagem ao conjunto dos dados que lhe incumbe traduzir, a adequação da língua a todas as conquistas intelectuais que permitem o seu gerenciamento”.

Ainda, aponta o teórico, motivado pela semiologia saussureana, “tudo que é do domínio da cultura participa no fundo de valores, de sistemas de valores. De articulação entre valores. Portanto, tais valores são aquilo que se imprimem na língua” (Benveniste, 1999, p. 24, tradução livre). Assim sendo, compreende-se que a língua está no domínio do sentido, pois toda ela é um mecanismo simbólico, desse modo

“[...] uma semântica que passa por todos esses elementos de cultura e que os organiza – organiza-os em vários níveis” (Benveniste, 1999, p. 28, tradução livre).

Diante disso, motivado por uma semiologia estruturalista, Benveniste (1999) apresenta uma concepção sobre a língua organizada em níveis: nível fonético/fonológico, morfológico, sintático e deste último se constitui a frase, porém também apresenta um nível semiótico, em que apresenta o signo, como um nível fechado, e a frase como constituinte do enunciado, o qual permite a abertura para o discurso. Nessa linha, aponta que “as formas que adotam essas categorias ficam registradas e listadas nas descrições, mas suas funções somente aparecem com clareza se são estudadas sob exercício de linguagem na produção do discurso” (Benveniste, 1999, p. 70, tradução livre).

Desse modo, os fundamentos linguísticos se configuram como categorias, as quais são “[...] categorias elementares, que são independentes de toda determinação cultural e de onde vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se posicionam e se situam na linguagem por ela” (Benveniste, 1999, p. 70, tradução livre). Isso caracteriza que há um ato de discurso que se enuncia e, cada vez que se enuncia, trata-se de um enunciado novo, pois um discurso não se repete ou no tempo, ou no espaço, ou nos agentes, pois cada enunciado é uma textura diferente de circunstâncias e de discurso (Benveniste, 1999).

Em todo discurso enunciado, há a marcação ou a inserção da presença das pessoas que interagem no discurso, os interlocutores. Com isso, Benveniste (2020, p. 36) aponta que “a linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem”. Nesse aspecto, a linguagem ocupa um papel importante de representação da realidade, mas também assume um papel de realização da realidade através do discurso, o qual o organiza conforme a sistematização dos elementos da enunciação.

Essa situação se materializa, pois “aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido”, portanto o ato de discurso confere uma dupla função: “[...] para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva” (Benveniste, 2020, p. 36).

Dessa maneira, é importante destacar que “a linguagem reproduz o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização”, isso ocorre pelo fato de “[...] ser

linguagem articulada, consistindo de um arranjo orgânico de partes, de uma classificação formal dos objetos e dos processos” (Benveniste, 2020, p. 36). Nesse cenário, “o conteúdo que deve ser transmitido (ou se se quiser, o pensamento) é decomposto, assim, segundo um esquema linguístico” (Benveniste, 2020, p. 36).

Ademais, aponta-se que “essa capacidade simbólica está na base das funções conceituais. O pensamento não é senão esse poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações”, o que leva a entender que “a transformação simbólica dos elementos da realidade ou da experiência em conceitos é o processo pelo qual se cumpre o poder racionalizante do espírito”, visto que “o pensamento não é um simples reflexo do mundo; classifica a realidade” (Benveniste, 2020, p. 39). A linguagem se apresenta como capaz de representar e mediar essa realidade em signos, além de organizar e comunicar em discursos.

A linguagem como fundamento material “[...] presta-se à observação, à descrição e ao registro”; como fundamento imaterial, está à frente da “comunicação de significados, substituindo os acontecimentos e as experiências pela sua evocação”, portanto a linguagem apresenta dupla face, portanto é mediatizante, já que “organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica, torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa” (Benveniste, 2020, p. 39).

A organização semântica possibilita que a língua tenha um caráter instrumental de organização do mundo e dos aspectos culturais e sociais. Desse modo, “[...] aplica-se a um mundo considerado como real e reflete um mundo real”, todavia é preciso evidenciar que “[...] cada língua é específica e configura o mundo à sua própria maneira. As distinções que cada língua manifesta devem ser relacionadas com a lógica particular que as sustenta e não submetida de imediato a uma avaliação universal” (Benveniste, 2020, p. 96). Cada língua possui suas características próprias de construção de sentido na manifestação da enunciação, contudo o enunciado reflete os fundamentos lógicos que vão conduzir a constituição do discurso.

Somado a isso, “uma linguagem é, em primeiro lugar, uma categorização, uma criação de objetos e de relações entre esses objetos” (Benveniste, 2020, p. 97). Nesse sentido, “imaginar um estágio da linguagem, por mais original que se queira, mas apesar disso real e histórico, em que um objeto seria denominado como sendo ele próprio e ao mesmo tempo qualquer outro [...] é imaginar uma pura quimera” (Benveniste, 2020, p. 97). Portanto, através da linguagem é possível mediar e

representar o mundo, bem como através do discurso é possível inserir esses objetos e fenômenos em relatos como se fossem a própria realidade, ou seja, no discurso tudo é possível, inclusive estabelecer fundamentos lógicos para verificação e inquirição da verdade.

Esses aspectos demonstram que “[...] o ato de significar é irreduzível à comunicação e às instituições e que ele não transcende o sentido dado senão pela atividade do locutor posta no centro” (Benveniste, 2014, p. 52). Com isso, “a noção de enunciação compreendida como uma experiência modifica consideravelmente o objeto da significância e/ou da linguagem” (Benveniste, 2014, p. 52).

Desse modo, reconhece-se que “a enunciação é este pôr a funcionar a língua por um ato individual de utilização”, por sua vez, o discurso “[...] é produzido cada vez que se fala essa manifestação da enunciação”, todavia é preciso entender essa condição de enunciação, pois trata-se de um “[...] ato mesmo de produzir um enunciado e não o texto do enunciado” (Benveniste, 1999, p. 83, tradução livre). Dessa maneira, “este ato se deve ao locutor que aciona a língua por sua conta. A relação entre o locutor e a língua determina os elementos linguísticos da enunciação” (Benveniste, 1999, p. 83, tradução livre).

Consoante essa perspectiva, é possível definir que enunciação é “[...] concebida como um campo heterogêneo do conhecimento, põe em jogo o sujeito e sua relação com a língua e com o sentido” (Flores, *et al.*, 2020, p. 99). Além de ser um ato individual, sua aplicabilidade “[...] propõe a observação da dinamicidade da linguagem e da natureza social da enunciação”, desse modo “[...] desenvolve uma concepção de enunciação em que a língua é considerada em situações concretas, cujos interlocutores, espaço, tempo e projeto discursivo são fundamentais”, por conseguinte apresenta sem muita relevância a reiteração das formas linguísticas, pois o importante é “[...] seu caráter de novidade, o evento, aquilo que permite a circulação de posições avaliativas de sujeitos do discurso e a permanente renovação de sentidos (Flores, *et al.*, 2020, p. 99).

Sobre a enunciação, também é relevante apontar que é a representação em ato que o sujeito faz de si, por meio de linguagem, cujo objetivo é expor suas ideias e sua subjetividade, por isso “[...] toda enunciação do pensamento pela língua é condicionada lógica, psicológica e linguisticamente em proporções variáveis” (Flores, *et al.*, 2020, p. 101). Ademais, a enunciação é entendida como uso da língua, o qual “[...] pressupõe um quadro enunciativo, que se configura por sujeitos – o par eu-tu -,

ou seja, a noção de pessoa – e situação – o espaço e o tempo” (Flores, *et al.*, 2020, p. 102). Nesse aspecto, evidencia-se como uma noção, “[...] descrita como ato de tomada da palavra, constitui-se em um processo de inserção dos sujeitos na língua, o qual envolve apropriação e atualização” (Flores, *et al.*, 2020, p. 102). Frente a isso, organiza-se assim:

O primeiro se caracteriza pela seleção de signos linguísticos, comuns aos sujeitos; segundo exige um trabalho dos sujeitos que visam, respectivamente, à expressão e à compreensão de uma ideia relativa a ambos e à situação em que se inserem. Tal atividade dos sujeitos pressupõe o estabelecimento de inter-relações entre as palavras ou sintagmatização, exigência da ideia que é expressa ou interpretada. O estudo da enunciação é feito por meio de análise do enunciado, sua materialização (Flores, *et al.*, 2020, p. 102).

Por seu turno, o enunciado é “[...] a unidade mínima da comunicação discursiva e um elo entre vários enunciados; por isso, preserva ressonâncias de diferentes dizeres ao mesmo tempo em que antecipa outros”, somado a isso todo enunciado “[...] comporta duas faces indissociáveis: uma verbal e outra extraverbal” (Flores *et al.*, 2020, p. 100). Assim, é necessário entender que “os enunciados não coincidem com sua constituição puramente verbal (em sentido estrito), pois são impregnados de não-ditos, o que vale afirmar que a face extraverbal é condição para o desenvolvimento do enunciado e suas marcas, as quais correspondem “[...] ao espaço e tempo dos acontecimentos, ao objeto ou tema do enunciado e às posições assumidas pelos interlocutores” (Flores *et al.*, 2020, p. 100).

Outrossim, identifica-se que, no enunciado, os objetos, fenômenos e eventos se transformam em temas e se organizam semanticamente em redes semânticas ou recortes semânticos. Nessa perspectiva, “[...] o verbal e o extraverbal estão articulados no enunciado, indicando que toda dimensão verbal é heterogênea e constitutivamente ideológica e social” (Flores *et al.*, 2020, p. 100). O enunciado se apresenta como elemento que materializa a enunciação, já que é uma unidade argumentativa, a qual se constitui por relação entre vários segmentos, que sistematizados em coerência, em um determinado contexto, proporciona o encadeamento argumentativo.

O enunciado, portanto, é “[...] o estado que resulta da enunciação, independentemente da dimensão sintagmática. Isso quer dizer que um enunciado pode ter a dimensão de uma palavra, de uma frase, de um texto composto de muitas frases” (Flores *et al.*, 2020, p. 108). Em consonância a isso, se a enunciação “[...] é um ato que faz ser o sentido, isto é, que lhe dá existência”; por sua parte, o enunciado

e suas marcações “[...] criam para o leitor uma imagem do enunciador: a de uma pessoa irada, entusiasmada, ressentida, apática e assim por diante” (Flores *et al.*, 2020, p. 108).

Enunciado e enunciação são dois estágios que canalizam a realização do discurso, visto que, em primeira instância, há “[...] o universo da palavra, que é o da subjetividade”, ou seja, “[...] o sujeito se serve da palavra e do discurso para representar-se a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o outro a comprovar” (Benveniste, 2020, p. 92). Portanto, “o seu discurso é apelo e recurso, solicitação às vezes veemente ao outro, através do discurso [...]” e, assim, “a língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro e se faz reconhecer por ele”, ou seja, “a língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação” (Benveniste, 2020, p. 92).

O texto oferece suporte ao enunciado, que materializa a enunciação, que é seu ato produtor, e esta também efetiva o discurso, assim a frase é um recurso que tangencia toda a semântica da enunciação, pois trata-se de “[...] criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação” (Benveniste, 2020, p. 144).

Somada ao fato de ser constituída por signos, a frase apresenta a competência de adentrar a outro universo, o da comunicação. Dessa maneira, “a frase pertence bem ao discurso. E por aí mesmo que pode defini-la: a frase é a unidade do discurso” (Benveniste, 2020, p. 144). A frase é o recurso linguístico que assume papel de interface entre as esferas da linguagem: signo; léxico e discurso, assim deve transmitir um “[...] elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem” (Benveniste, 2020, p. 144).

Com isso, evidencia-se a importância da língua para a constituição do discurso, por conseguinte a transição de relações e abordagens que a linguagem realiza na condução de cada esfera. Ao atingir a esfera discursiva, a semântica é manifestada em cada um de seus estágios: texto, enunciado, enunciação e discurso, assim apresentando marcas de sentido e processos de significação. Um ponto importante da enunciação frente essa relação sentido e significação é como as marcas discursivas apresentam a relação dos interlocutores com o discurso, ou seja, sua aproximação e seu distanciamento.

No mais, o sentido que se constitui na enunciação se materializa no enunciado, o qual materializa as expressões e as intenções. Esse sentido também pode recuperar as marcas de fatores contextuais indicando fatores espaciais e temporais, os quais podem nortear a construção do sentido, permitindo a conexão entre informações por dêixis ou catálise. Nessa linha, o discurso se constrói como resultado da enunciação e permite a articulação das marcas discursivas através do enunciado, ou seja, a análise do enunciado permite recuperar fatores cognitivos e de *background*, delimitados por figuras, temas, intertextos e interdiscursos.

As pessoas ao utilizarem a língua nem sempre têm consciência de seu posicionamento sobre o próprio discurso, “isso quer dizer que o falante se detém sobre a língua em vez de se deter sobre as coisas enunciadas; ele leva em consideração a língua e a descobre significante” (Benveniste, 2014, p. 155). Consequentemente, “[...] ele observa recorrências, identidades, diferenças parciais, e essas observações se fixam em representações gráficas que objetivam a língua e que suscitam, enquanto imagens, a própria materialidade da língua” (Benveniste, 2014, p. 155).

Tal fator indica dois pontos importantes: a língua, como linguagem natural, é capaz de modelizar a conduta, consequentemente estabelecer um processo cognitivo padronizado, isto é, uma compreensão comunitária, pois está marcado no estrato discursivo da língua, já que tal discurso pode aparecer comum a todas as pessoas; o outro ponto é como suscitam essas marcações, as quais são denominadas de embreagem e debreagem.

Essa dinâmica é decorrente de o discurso ser “o lugar da instabilidade das estruturas, é onde se criam efeitos de sentido com a infringência ordenada às leis do sistema”, por isso é fundamental, o analista de textos, “[...] compreender os mecanismos de temporalização, de espacialização e de actorialização” (Fiorin, 2001, p. 15), tendo em vista que “[...] todo discurso se constrói numa relação polêmica, é constitutivamente heterogêneo, trabalha não sobre a realidade mesma, mas sobre outros discursos [...]” (Fiorin, 2001, p. 15).

Consoante a isso, a enunciação “[...] é o lugar de instauração do sujeito e este é o ponto de referência das relações espaço-temporais, ela é o lugar do ego, hic et nunc” (Fiorin, 2001, p. 42). Esse conjunto de elementos linguísticos que perfazem a transposição do texto em enunciação se caracterizam por serem “[...] procedimentos destinados a construir o discurso como um espaço e um tempo povoados de atores diferentes do enunciador” (Fiorin, 2001, p. 42). Nessa linha, “os mecanismos de

instauração de pessoas, espaços e tempos no enunciado são dois: a debreagem e embreagem” (Fiorin, 2001, p. 43).

A debreagem é “[...] a operação em que a instância de enunciação disjunge de si e projeta para fora de si, no momento da discursivização, certos termos ligados a sua estrutura de base” (Fiorin, 2001, p. 43). É também “[...] um elemento fundamental do ato constitutivo do enunciado e, dado que a enunciação é uma instância linguística pressuposta pelo enunciado, contribui também para articular a própria instância da enunciação” (Fiorin, 2001, p. 43).

Ademais, a debreagem se configura “[...] em projetar no enunciado um *não-eu*, um *não-aqui* e um *não-agora*. Como nenhum eu, aqui e agora inscritos no enunciado são realmente a pessoa, o espaço e o tempo da enunciação, uma vez que estes são sempre pressupostos [...]” (Fiorin, 2001, p. 43).

Nesse cenário, há a debreagem actancial, que “[...] instala no discurso tanto os actantes da enunciação (*eu/tu*), quanto os actantes do enunciado (*e/le*)” (Flores *et al.*, 2022, p. 73). Com isso, “nesse tipo de debreagem, projeta-se para fora da instância da enunciação sempre um não eu, porque o enunciator, responsável pela produção do enunciado, é sempre implícito e pressuposto. Ele não se manifesta nunca no discurso” (Flores *et al.*, 2022, p. 73).

Outrossim, “qualquer *eu* projetado no interior do discurso-enunciado não pode ser considerado o enunciator propriamente dito nem se identifica com ele”, ou seja, “[...] o *não eu* instalado no discurso enunciado será um *eu/tu*, actantes da enunciação, quando o texto for narrado em primeira pessoa, ou um *e/le*, quando o narrador se ausentar no enunciado [...]” (Flores *et al.*, 2022, p. 73).

Há dois tipos distintos de debreagem: a enunciativa e a enunciva. Assim, a debreagem enunciativa é “[...] aquela em que se instalam no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da enunciação (*agora*), ou seja, aquela em que o não-eu, o não-aqui e o não-agora são enunciados como *eu*, *aqui*, *agora*” (Fiorin, 2001, p. 44).

Ainda é válido apontar que a debreagem enunciativa é um “[...] procedimento de projecção para fora da instância de enunciação e de instalação no enunciado dos parceiros do ato enunciativo compreendidos pelo eu e o tu, do espaço da enunciação e do tempo da enunciação” (Flores *et al.*, 2022, p. 74). Pode-se afirmar que na debreagem enunciativa “[...] instalam-se no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o que cria uma narrativa em que o narrador se explicita como eu e em que se

pode também explicitar o leitor a quem ele se dirige” (Flores *et al.*, 2022, p. 74). É necessário evidenciar que narrador deve ser compreendido como locutor e leitor como interlocutor, do mesmo modo que as marcações desses debreantes se manifestam conforme as regras dos gêneros textuais e suas exigências sobre a interlocução.

De todo modo, é válido evidenciar que “instauram-se também o espaço do *aqui* e aqueles que se organizam a partir do espaço enunciativo (por exemplo, *aí*, *ali*, *lá*)” (Flores *et al.*, 2022, p. 74). Somado a isso, “instituem-se os tempos relacionados diretamente ao presente da enunciação (concomitância, anterioridade, posterioridade ao presente)” (Flores *et al.*, 2022, p. 74).

Decorrente a essas marcações e sua organização no discurso, “na medida em que na debreagem enunciativa se estabelecem actantes, espaços e tempos enunciativos, temos uma debreagem actancial enunciativa, uma debreagem espacial enunciativa e uma debreagem temporal enunciativa”, assim evidenciando que “esse tipo de debreagem cria um efeito de sentido de subjetividade” (Flores *et al.*, 2022, p. 74).

Por seu turno, a debreagem enunciva é “[...] aquela em que se instauram no enunciado os actantes do enunciado (*ele*), o espaço do enunciado (*algures*) e o tempo do enunciado (*então*)” (Fiorin, 2001, p. 44). Sobre as marcações, Fiorin (2001, p. 45) diz que “cabe lembrar que o *algures* é um ponto instalado no enunciado; da mesma forma, o *então* é um marco temporal inscrito no enunciado, que representa um tempo zero, a que se aplica a categoria topológica *concomitância vs não-concomitância*.”

A debreagem enunciva é um “[...] procedimento de projeção para fora da instância de enunciação e de instalação no enunciado da posição narrativa que compreende o ele, do espaço do enunciado e do tempo da enunciação” (Flores *et al.*, 2022, p. 74). Ademais, é na debreagem enunciva que se instalam no enunciado “[...] os actantes do enunciado (*ele*), o que cria uma narrativa em que o narrador se ausenta do enunciado, o que imprecisamente denominado de narrativa em terceira pessoa”, ou seja, “[...] é como se os fatos se narrassem a si mesmos” (Flores *et al.*, 2022, p. 74).

Além disso, “instauram-se também os espaços que não têm nenhuma relação com o espaço enunciativo”, como ainda “instituem os tempos relacionados seja a um marco temporal pretérito (concomitância, anterioridade e posterioridade ao pretérito), seja a um marco temporal futuro” (Flores *et al.*, 2022, p. 74). É sobretudo na medida em que na debreagem enunciva efetivam actantes, espaço e tempo enuncivos, assim

“esse tipo de debreagem cria um efeito de sentido de objetividade” e entende-se que “a debreagem enunciativa produz o enunciado enunciado, que é assim chamado para mostrar que mesmo o que parece escapar ao ato enunciativo é enunciado, isto é, resultante do ato enunciativo” (Flores *et al.*, 2022, p. 75).

Conforme argumenta Fiorin (2001, p. 45), “a debreagem enunciativa e a enunciativa criam, a princípio, dois grandes efeitos de sentido: o de subjetividade e o de objetividade”. De fato, “[...] a instalação dos simulacros do ego-hic-nunc enunciativos, com suas apreciações dos fatos, constrói um efeito de subjetividade”; por outro lado, “[...] a eliminação das marcas de enunciação do texto, ou seja, da enunciação enunciada, fazendo com que o discurso se construa apenas com enunciado enunciado, produz efeitos de sentido de objetividade” (Fiorin, 2001, p. 45).

Acerca da embreagem, pode-se afirmar que “ao contrário da debreagem, que expulsa da instância de enunciação a pessoa, o espaço e o tempo do enunciado, a embreagem é o efeito de retorno à enunciação, produzido pela neutralização das categorias de pessoa e/ou espaço e/ou tempo” (Fiorin, 2001, p. 48).

Na embreagem, ocorre o efeito de suspensão das oposições decorrentes das categorias de pessoas, espaço e tempo, isto é, é “[...] o que leva à utilização de uma pessoa com valor de outra, de um marcador de espaço com sentido de outro ou de um tempo com significado de outro” (Flores *et al.*, 2022, p. 92). Trata-se de um fenômeno discursivo quando, por exemplo, uma pessoa se refere sobre ela mesma utilizando a terceira pessoa, consequentemente o que esse efeito discursivo faz é “[...] neutralizar a oposição entre a primeira e a terceira pessoas, utilizando a terceira com valor de primeira” (Flores *et al.*, 2022, P. 92), como também ocorre quando uma pessoa vai falar sobre si e aplica referências como *nós* ou *a gente*.

Nessa perspectiva, “as embreagens produzem efeito de aproximação e distanciamento da instância da enunciação” (Flores *et al.*, 2022, p. 93). Desse modo, apresentam-se sob a caracterização de “[...] subjetividade e objetividade na categoria de pessoa; como presentificação e absenteização na categoria de espaço; como conjunção e deslocação, realidade e virtualidade, inacabamento e não início na categoria de tempo” (Flores *et al.*, 2022, p. 93). Outrossim, é importante destacar que “[...] toda embreagem pressupõe uma debreagem anterior, porque é preciso haver uma marca que indique ao leitor que uma pessoa, um tempo ou um marcador de espaço estão sendo usados no lugar de outro” (Flores *et al.*, 2022, p. 93).

Outro elemento fundamental para a constituição dos fatores semânticos na constituição da enunciação é o contexto. Tratar sobre o contexto é preciso muita cautela, pois é um conceito que dialoga com diversas áreas do conhecimento, principalmente entre as ciências humanas e as ciências sociais aplicadas. Diante disso, são exploradas, nesta pesquisa, abordagens que estejam alinhadas com a concepção de semântica da enunciação e com aspectos de algumas teorias que abordam o discurso, justamente porque, mesmo no cenário da linguística e da filosofia da linguagem, há diversas abordagens sobre o tema.

Nessa linha, optou-se por abordar o trabalho de van Dijk (2020), em que o teórico holandês desenvolve uma longa pesquisa sobre o tema, assim aponta fundamentações do contexto e do discurso associados a aspectos sociais, filosóficos, psicológicos, cognitivos, políticos, históricos e científicos. Nesse cenário, a premissa inicial é que “[...] o contexto é muito frequentemente tratado como algo que serve de pano de fundo social ao discurso, mas que é muito pouco ou nada analisado em termos teóricos” (Van Dijk, 2020, p. 7). Ademais, “[...] o contexto é concebido em termos de variáveis sociais independentes, como o gênero, a classe, a etnia e a idade, quando não em termos de condições sociais do texto e de fala” (Van Dijk, 2020, p. 7).

Sob esses aspectos, o contexto se apresenta consoante fundamentos semânticos, pragmáticos e da análise do discurso. Nesta seção, a intenção é explorar o contexto sob as égides da semântica, entretanto é compreensível que em determinadas abordagens resvale nos outros dois segmentos. Dessa maneira, organiza-se que “os estudos de indicialidade definem os contextos de preferência em termos semânticos, por exemplo como referentes para as expressões dêiticas [...]”; para as teorias dos atos de fala, que envolvem a pragmática, há a abordagem formal de “[...] algumas das propriedades dos Falantes e dos Ouvintes, como seus conhecimentos, seus desejos ou seu *status*, visando formular condições de adequação [...]”; já a análise do discurso “[...] se interessa crucialmente pelas condições sociais do discurso, e especialmente por questões de poder e abuso de poder [...]” (Van Dijk, 2020, p. 7).

De todo modo, o contexto não pode ser reduzido a ser considerado como pano de fundo do ato discursivo, mais que isso, o conhecimento se fundamenta no conhecimento de mundo, por isso sua constituição e significação está atrelada à apreensão e compreensão dos elementos ao entorno, por parte dos interlocutores, pois é no ato discursivo que vão selecionar ou descartar as informações, o contexto

se configura como uma espécie de curadoria. Evidentemente, fatores extralinguísticos se apresentam aos interlocutores, e a significação está ancorada nos objetos, fenômenos ou eventos, todavia é na narrativa discursiva que esses fatores ganham forma ou sofrem apagamento, assim “não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele) mas a maneira como os participantes definem essa situação (Van Dijk, 2020, p. 11).

Com isso, entende-se que “os contextos não são um tipo de condição objetiva ou de causa direta, mas antes construtor (inter)subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades”, visto que “se os contextos fossem condições ou restrições sociais objetivas, todas as pessoas que estão na mesma situação social fariam do mesmo modo” (Van Dijk, 2020, p. 11), ou ainda, fariam a mesma interpretação, o mesmo recorte temático, ou a mesma seleção de palavras ou de objetos.

A concepção de contexto normalmente se aplica para localizar ou explicar as coisas em uma realidade, por isso é comum atribuir contexto como correlato de “situação”, “circunstâncias”, “entorno”, assim essa noção é posta “[...] sempre que queremos indicar que algum fenômeno, evento, ação ou discurso tem que ser estudado em relação ao seu ambiente, isto é, com as condições e consequências que constituem seu entorno” (Van Dijk, 2020, p. 19). Desse modo, “os contextos surgem em diferentes tamanhos ou escopos e podem ser mais ou menos micro ou macro; falando metaforicamente, parecem ser círculos concêntricos de influência ou efeito de certos estados de coisas, eventos ou discursos” (Van Dijk, 2020, p. 19).

Frente a isso, é possível apontar que os contextos apresentam as seguintes configurações:

a) são construtos subjetivos dos participantes, isso indica que atuam como “[...] definições subjetivas das situações interacionais ou comunicativas” (Van Dijk, 2020, p. 34), embora haja situações em que haja a intenção de estabelecer dimensões objetivas, em destaque fatores políticos, sociais, históricos e científicos. Por conseguinte, “[...] essas situações sociais só conseguem influenciar os discursos através das interpretações (inter)subjetivas que delas fazem os participantes”, pois “[...] as situações sociais em geral são construtos sociais e de que elas só conseguem influenciar a conduta humana enquanto tais” (Van Dijk, 2020, p. 34). Em outras palavras, o fato se constitui em sua natureza real, contudo o discurso, por sua vez o contexto que sustenta esse discurso, é um simulacro dessa realidade, nunca será a

própria realidade, com isso os elementos que perfazem o contexto também não serão a própria realidade. Desse modo, há a necessidade de recursos lógico-linguísticos para efetuar a verificação e a inquirição a fim de mensurar em que medida simulacros e conceitos perfazem a representação e a mediação da realidade.

b) são experiências únicas, portanto “[...] são construtos únicos, nos quais aparecem enquanto ocorrem as experiências, ad hoc, e vividas pelo corpo, de percepções, conhecimentos, perspectivas, opiniões e emoções, referentes à situação comunicativa em curso” (Van Dijk, 2020, p. 34). Um contexto efetiva uma circunstância ou um cenário que só cabe a uma determinada situação. Tendo em vista sua natureza como simulacro de uma circunstância da realidade, qualquer alteração na configuração do contexto também altera a constituição simbólica que perfaz o recorte temático ou figurativo.

c) são modelos mentais, ou seja, são modelos de contextos que “[...] representam as propriedades relevantes do entorno comunicativo na memória episódica (autobiográfica) e vão controlando passo a passo os processos da produção e compreensão do discurso [...]” (Van Dijk, 2020, p. 35). Isso evidencia que os modelos mentais estabelecem um hábito, o qual interfere na conduta como o entorno será compreendido. Além disso, como um simulacro da realidade, a reconstrução do contexto permite a seleção específica de informações contundentes para a construção do discurso, ou seja, a efetivação de seu roteiro e dos elementos que validam sua execução, isto é, informações que não geram impacto para as intenções discursivas são diminuídas, ignoradas, ou até mesmo apagadas.

d) são um tipo específico de modelo de experiência, pois, sendo modelos mentais, representam situações comunicativas, ou melhor, são “[...] um tipo especial dos modelos mentais que as pessoas constroem passo a passo das situações e entornos de suas vidas diárias” (Van Dijk, 2020, p. 35). Essas experiências são modeladas pela interação entre os fatores externos (realidade) e os fatores internos (linguagem, psicologia, cognição, conhecimento), algo que se aproxima da concepção de mente computacional. A participação de fatores cognitivos é determinante para a sua configuração, por isso a linguagem e a memória se postulam como elementos fundamentais para a reconstrução do simbólico durante o discurso em ato.

e) são esquemáticos, visto que são modelos mentais, constituem-se por aspectos cognitivos. As experiências são modeladas pela interação realidade e linguagem, há uma conduta conduzida por um hábito, desse modo os contextos “[...]”

consistem em esquemas de categorias compartilhadas, convencionais e dotadas de uma base cultural, que facultam uma interpretação rápida de eventos comunicativos únicos em curso” (Van Dijk, 2020, p. 35). Também podem ser compreendidos como procedimentos mentais e como cenas vivenciadas e reproduzidas, consoante *frames* e *scripts*.

f) Como modelos mentais, os contextos “[...] controlam o processo de produção e compreensão do discurso e, portanto, as estruturas discursivas e as interpretações do discurso resultantes” (Van Dijk, 2020, p. 36). Esse fator aponta para o processo de interpretação e interação, que o contexto é conduzido por uma base cognitiva, além de haver diretamente a “[...] influência da sociedade sobre o texto ou a fala”, somado a um processo que “[...] garante que os usuários da língua consigam moldar seu discurso apropriadamente em relação às propriedades da situação comunicativa” (Van Dijk, 2020, p. 36). Nesse sentido, há forte influência das questões sociais e culturais, o que viabiliza suas práticas, seus símbolos e sua compreensão da realidade.

g) possuem bases sociais, isso indica que os contextos são pessoais e sociais, ou melhor, “embora os contextos sejam definições únicas e subjetivas das situações comunicacionais, sua estrutura e sua construção têm obviamente uma base social”, o que se caracteriza “[...] em termos das cognições sociais compartilhadas (conhecimentos, atitudes, ideologias, gramática, regras, normas e valores) de uma comunidade discursiva [...]”, contudo não se descarta que os contextos “[...] têm uma importante dimensão intersubjetiva, que é condição primeira para a comunicação e o interação” (Van Dijk, 2020, p. 36). Fatores que exigem a aplicação sociocognitiva dos *frames*.

h) são dinâmicos, ou seja, são oriundos de modelos mentais dinâmicos, pois são “[...] construídos para cada situação comunicativa nova e, em seguida, atualizados e adaptados tendo em vista a interpretação subjetiva das restrições presentes da situação, incluindo o discurso e a interação imediatamente precedente”, isto é, pode-se dizer que os contextos “[...] se desenvolvem à medida e on-line”, sempre “[...] em paralelo com a interação e outros pensamentos” (Van Dijk, 2020, p. 36-37). Possui caráter de atualização para realização e de duração perecível.

i) se apresentam frequentemente planejados, pois motivações sociais e cognitivas inerentes à constituição do contexto não são “[...] construídos a partir do zero no momento da interação”, ou seja, “à semelhança do que acontece em todas as experiências de interação, os participantes conhecem previamente e planejam

prospectivamente muitas das propriedades prováveis da situação comunicativa” (Van Dijk, 2020, p. 37). Esses fatores recorrem aos *scripts*, esquemas e modelos construídos socialmente e estabilizados, associados e internalizados cognitivamente.

Outro ponto a se destacar é que “[...] os eventos comunicativos encontram-se frequentemente encaixados em eventos sociais mais amplos, que os participantes representam (ou experienciam) como algo em andamento” (Van Dijk, 2020, p. 37). Além disso, é possível antecipar e planejar o que será aplicado nos contextos em relação a conhecimentos adquiridos, visto que “[...] a partir de esquemas e categorias gerais de contextos (compartilhados culturalmente) constroem-se contextos específicos” (Van Dijk, 2020, p. 37).

Somado ao fato de que “[...] as pessoas têm lembranças acumuladas de eventos comunicativos semelhantes no passado” (Van Dijk, 2020, p. 37), já que há a constituição de hábitos e sua atualização. Alinhado a isso, Van Dijk (2020, p. 37) ressalta que “[...] da mesma forma que é possível aprender os gêneros discursivos, também é possível aprender tipos de contextos”.

Na configuração do contexto, o discurso é agente organizador dos processos semânticos, como também pragmáticos. Desse modo, toda essa configuração envolve esferas oriundas das faculdades da linguagem que atuam ao mesmo tempo e de modo cooperativo e concomitante. Há um processo cíclico, pois o discurso atinge o textual, e o textual constitui o discurso, evidentemente nesse entremeio há condutas, modelos sociais, modelos mentais e cognições que desenvolvem ou não ações deliberativas.

O discurso é um resultado linguístico em ato, de um processo mental se constrói na interação e é um construto da realidade que se utiliza de conceitos como simulacros contextuais para atingir níveis de conduta, que, na maioria das vezes, segue um padrão social. Com isso, é possível estar diante de um discurso, por conseguinte de um contexto que reflita uma intersubjetividade muito próxima da realidade e, portanto, decorrente de uma experiência que possibilita um conhecimento amplo e específico sobre o objeto, o fenômeno ou o evento, como também é possível estar frente a um discurso, extremamente distante do real ao ponto de ser afetado por distorções informacionais e comportamentais, sobre as quais incidem o mentiroso, o inverossímil, o ilegítimo, o burlesco, o imoral, o incrédulo, o improvável, o grotesco, o ridículo, o esquizofrênico, o emotivo, o não-científico.

Nessas condições, é importante destacar que a esfera léxico-gramatical não tem nenhuma responsabilidade sobre o conteúdo que se apresenta, pois essa esfera apenas oferece a forma; a esfera do signo também é uma categoria formal, contudo são os estudos sobre semiótica que podem avançar na querela forma e substância, expressão e conteúdo e averiguar, com estratégias de verificação, de inquirição, de pragmaticismo que permitem correlacionar linguagem, cognição e metafísica, a veracidade da informação. Já na esfera discursiva, tudo é possível, por isso fatores de enunciação, semântica, pragmática, semiótica precisam ser aplicados ao tratamento da informação durante o processo de interpretação para que possa identificar nesse discurso o que é legítimo, inventado, ficção ou falso.

Há a urgente necessidade de compreender que existe uma interface linguística-cognitiva, que envolve a compreensão da realidade e a constituição do contexto, que, mediante ao conhecimento dos interlocutores, estabelece uma relação texto (elementos linguísticos) e discurso. Não reconhecer essas interconexões é ignorar que informação e conhecimento são fenômenos diferentes, que a mente humana não consegue representar todos os detalhes da realidade e que a linguagem e as emoções modelam o comportamento dos interlocutores consoante a situacionalidade e a intencionalidade discursivas.

De certa forma, “os usuários da língua são capazes de representar a estrutura social e as situações sociais” (Van Dijk, 2020, p. 78), pois são seres cognitivos capazes de aprender, embora a mente humana efetiva como um hábito mental aquilo que se repete e se efetiva como uma generalidade, é preciso estar imerso nos contextos em que visualizar os objetos, os fenômenos e os eventos com mais especificidade para que a mente possa compreender aquela realidade de modo mais específico e construir informações mais pontuais.

De todo modo, é possível representar qualquer figuratização através do discurso, em destaque aquelas que se repetem no cotidiano, que são confeccionadas pela mídia e por outras instituições de poder, pois, sem conhecimento especializado, elos importantes ficam ausentes na sociedade, por conseguinte nos discursos, por sua vez, nos contextos de situação.

Dessa maneira, aponta-se que “se o discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar” (Van Dijk, 2018, p. 18). Com isso, “se eventos comunicativos consistem não somente de escrita e fala verbais, mas também de um contexto que influencia o

discurso, então o primeiro passo para o controle do discurso é controlar os contextos” (Van Dijk, 2018, p. 18). Ademais, enfatiza-se que “[...] os textos orais e escritos nem sempre representam ou incorporam as relações globais de poder entre os grupos: é sempre o contexto que pode interferir, reforçar ou, por outro lado, transformar essas relações” (Van Dijk, 2018, p. 121).

Atrelado a isso, “se controlar o discurso é uma das principais formas de poder, controlar as mentes das pessoas é a outra forma fundamental de reproduzir a dominação e a hegemonia”, visto que “[...] o controle da mente envolve muito mais do que a mera aquisição de crenças sobre o mundo através do discurso e da comunicação” (Van Dijk, 2018, p. 121). Nessa concepção, “[...] os receptores tendem a aceitar crenças, conhecimentos e opiniões (salvo se forem inconsistentes com relação a suas crenças e experiências pessoais) através do discurso produzido por aqueles que são considerados fontes autorizadas” (Van Dijk, 2018, p. 121).

Assim sendo, “[...] essas representações podem ser modelos mentais pessoais *ad hoc* com opiniões pessoais, mas também podem ser estereótipos, preconceitos e ideologias amplamente compartilhados” (Van Dijk, 2018, p. 147), consequentemente “[...] quanto menos essas representações são conscientes [...] quanto mais o consenso está interligado com as ideologias” (Van Dijk, 2018, p. 147), sobretudo quando se trata de ideologias dominantes.

Os conhecimentos socialmente compartilhados, em destaque aqueles que incidem sobre episódios convencionais, integrados a dispositivos que se agregam de modo passivo ao comportamento social, organizam-se em *frames*, *scripts*, esquemas, modelos que fornecem mecanismos para as ações sociais, por isso o discurso permeia a categoria político-ideológica, já que há em disputa o conhecimento das pessoas e como este se difere de crenças.

Nessa linha, Van Dijk (2018, p. 203) defende que conhecimento é definido “[...] como a estrutura mental organizada de crenças factuais compartilhadas de um grupo ou cultura, que são ou podem ser verificadas pelos critérios de verdade (historicamente variável) daquele grupo ou cultura”. Não obstante, “[...] o que pode ser conhecimento para um grupo (período ou cultura) pode ser considerado como mera crença ou opinião por outros grupos” (Van Dijk, 2018, p. 203).

Um fator problemático é que “além do conhecimento, pessoas também têm outras informações socialmente partilhadas [...]”, como atitudes, comportamentos, preconceitos, ideologias, normas, leis, valores, experiências, narrativas, o que sinaliza

uma preocupação sobre os critérios de validação e de legitimação dessas informações, pois “enquanto conhecimento é culturalmente definido como factual ou objetivo, ou seja, como crenças verdadeiras (de um grupo), as atitudes são frequentemente definidas como avaliativas e (inter)subjetivas” (Van Dijk, 2018, p. 203). Desse modo, a construção de conhecimento está suscetível a brechas para discursos inadequados sobre relativismos, já que essas subjetividades podem variar de grupos, crenças, credos, tradições e todos estão involucrados na sociedade.

Os discursos indexam modelos mentais que correspondem às diretrizes sociais, estas ao se repetirem reforçam a constatação de textos e enunciados, os quais podem ser equivocadamente interpretados, visto que os discursos não se repetem, mas os textos sim. Um discurso é resultado de uma enunciação e, com ela, dos actantes, do espaço e do tempo em que foi proferido, alterações em seus elementos basilares, transformam esse texto em um novo discurso. Os processos cognitivos ativados por esses modelos mentais podem programar a mente da massa a repetir discursos semelhantes devido ao distanciamento interpretativo do texto original e, principalmente, do discurso inicial.

Discursos que repetem as mesmas substâncias de enunciação modelam a mente e constituem verdades ancoradas na ideologia, na subjetividade, como crenças e emoções. Discursos que repetem os mesmos roteiros de asserções, temas, figuras e posicionamentos, sem abertura para o debate, para a dialética ou para a análise crítica é um discurso de dominação. Essas estratégias discursivas enfraquecem a criatividade, aleijam a criticidade, castram a intelectualidade e aprisionam a cultura.

Por isso, o processo interpretativo de um texto, sem levar em consideração a aspectualização e a intencionalidade discursivas, pode se restringir ao apontamento do assunto e identificação léxico-gramatical de elementos que estão na esfera lexical, ou seja, a informação acaba sendo esvaziada de sua construção e partes do enunciado ganham status de direcionamento da compreensão, a qual está fragmentada, comprometendo a construção do sentido.

Tal procedimento pode ser mecanismo para direcionar a elaboração de síntese, porém como gênero textual também há a preocupação em evidenciar a essência da enunciação e ancoragem do discurso; como recurso cognitivo para ativar a memória e o conhecimento latente, fica subjugado a aspectos subjetivos, psicológicos ou a recuperação da informação por grupos selecionados e exclusivos que possuem tal conhecimento partilhado.

Frente a esses aspectos tratados sobre enunciado, enunciação, contexto e discurso, que são elementos constituintes da esfera discursiva, entende-se ser necessário tratar do texto, já que é elemento de materialização da informação e é o ponto de transição da esfera léxico-gramatical para a esfera discursiva.

Sendo assim, texto pode ser entendido como “[...] uma unidade semântica onde vários elementos de significação são materializados através de categorias lexicais, sintáticas, semânticas, estruturais” (Kleiman, 2002, p. 45). O texto também pode ser resultado de três componentes, a saber, da composição: a invenção “[...] escolha dos argumentos”; a elocução “[...] colocação em palavras” e; a disposição “[...] organização ou plano do texto”, assim efetuando-se em “[...] uma unidade de uso da língua em uma situação de interação com uma unidade semântica” (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 466). Desse modo, “a unidade que o texto tem é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que expressa o fato de que ele se relaciona como um todo com o ambiente no qual está inserido” (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 467).

Outrossim, a unidade condutora do sentido no nível textual é a frase, esta pode ser compreendida como “[...] um patamar (morfo sintático) de organização situado entre signos e proposições, de um lado, e períodos, parágrafos, sequências e partes de um plano de texto, de outro” (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 467). Somado ao entendimento de que a frase organiza o texto por sistemas, através de uma complexidade de valores textuais, proporcionando a concepção de unidade, ou melhor, “[...] um efeito de texto, já que as bases linguísticas facilitam o estabelecimento de um sentido configuracional e a determinação de um propósito argumentativo” (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 467).

Sob outra análise, texto pode ser considerado como enunciado e, por isso, opõe-se ao discurso. No entanto, também é possível ser tratado como equivalente ao discurso, como há muitas teorias que exploram esses conceitos, ocorre muitas definições conforme o enfoque dos autores, por exemplo, “chama-se texto o conjunto dos enunciados linguísticos submetidos à análise” (Dubois *et al.*, 1998, p. 586).

O texto é tratado como “[...] uma amostra de comportamento linguístico que pode ser escrito ou falado” o que permite entender que “todo material linguístico estudado forma também um texto, retirado de uma ou mais línguas” (Dubois *et al.*, 1998, p. 587). Dessa maneira, “constitui uma classe analisável em gênero divisíveis,

por sua vez, em classes, e assim por diante, até esgotar as possibilidades de divisão” (Dubois *et al.*, 1998, p. 587).

Por fim, o texto é tratado como “uma porção contínua de língua falada e escrita, especialmente quando tem um começo e um fim reconhecíveis” (Trask, 2008, p. 291). Ademais, historicamente:

Os linguistas usaram por muito tempo a palavra texto muito informalmente para denotar qualquer trecho de língua em que, por acaso, estivessem circunstancialmente interessados. Contudo, especialmente a partir da década de 1960, a noção de texto ganhou status teórico em vários domínios, e a análise de texto é hoje considerada um dos principais objetivos da investigação linguística (Trask, 2008, p. 291).

Embora tenha havido uma evolução nos estudos acerca do texto, sua definição não é consenso entre as linhas de investigação:

Para alguns linguistas, não há diferença entre texto e discurso. Para outros, um texto é mais ou menos um produto físico, aquilo que resulta de um discurso, que é, por sua vez, analisado como um processo, que leva à construção de um texto. Para outros ainda, um texto se define em primeiro lugar pelo fato de ter um propósito identificável – uma abordagem que leva imediatamente a classificar os textos num certo número de tipos, caracterizados por propósitos diferentes que, por conseguinte, também têm características diferentes. Outros ainda veem o texto como uma abstração, cuja realização física seria o discurso. Por fim, há linguistas que simplesmente consideram que os textos são escritos, ao passo que os discursos são falados (Trask, 2008, p. 291).

De todo modo, característica importante de um texto é a sua textualidade, isto é, aquilo que o torna claro e que o evidencie diante daquilo que ele pretende ser, já que “cada tipo particular de texto tem suas características textuais próprias; quando nos deparamos com um texto, esperamos encontrar as características apropriadas”, as quais delineiam o gênero textual, o gênero discursivo e a tipologia textual, assim evidenciando sua aspectualização, tematização, figuratização e intencionalidade, e “[...] a identificação dessas características nos permite reconhecer rapidamente de que tipo é o texto para o qual estamos olhando” (Trask, 2008, p. 292).

Nesse aspecto, a textualidade é reconhecida pela composição do texto e esta se apresenta no enunciado e retrata fundamentos como: a) unidade linguística mínima; b) unidade linguística frasal; c) sucessão ou combinação de frases; d) cadeia de pronominalizações ininterruptas; e) cadeia de isotopias e; f) complexo de proposições semânticas.

Somado a isso, o texto adentrando ao nível da enunciação se ajusta aos fundamentos pragmáticos como: a) sequência de atos de fala; b) interação

cognitivista, como processos mentais, impactos psíquicos e procedimentos de compreensão e; c) elementos pressupostos.

Dessa forma, o texto não é mais visto como um produto acabado, mas algo em constante construção de significação e de sentido, pois é resultado de processos de planejamento, verbalização, construção, atividades comunicativas, que são operações estratégicas situadas na mente humana, contudo postas em ação frente às interações sociais.

Nessa perspectiva, pode entender que texto é:

a) produção textual: como tal “[...] é uma atividade verbal, a serviço de fins sociais e, portanto, inserida em contextos mais complexos de atividades” (Koch, 2018a, p. 26);

b) atividade consciente, criativa e deliberativa: é nessa dimensão que se compreende “[...] o desenvolvimento de estratégias concretas de ação e a escolha de meios adequados à realização dos objetivos”, o que evidencia sua condição de ser “[...] uma atividade intencional que o falante, de conformidade com as condições sob as quais o texto é produzido” (Koch, 2018a, p. 26);

c) atividade interacional: há o envolvimento contínuo, diversificado e multimodal, através de multimídias, dos interactantes, os quais “[...] se acham envolvidos na atividade de produção textual” (Koch, 2018a, p. 26).

Além da textualização, a informatividade é outro ponto fundamental na interação com o texto, para tanto é preciso situar a relação texto e leitor, além de estabelecer espécies de conhecimento, referencialidade, o que suscita fundamentos de coesão e coerência.

Assim, esses fatores textualizados são conteúdos de consciência, os quais emanam o conhecimento prévio ou ainda possuem a capacidade de ativar conhecimentos latentes. Para tanto, entende-se que uma mente é capaz de interagir com o texto à medida que fatores cognitivos, como linguagem, memória e capacidade de processar informações novas ou já experienciadas, das quais provêm as inferências textuais, são aplicados para ampliar o conhecimento e a compreensão sobre as coisas do mundo.

Nesse interim, a organização do texto possui papel cabal para a produção do sentido do texto, por sua vez, a interação cognitiva e a capacidade de inferência são responsáveis por atingir a significação. Diante disso, tem-se que “as inferências constituem estratégias cognitivas extremamente poderosas, que permitem

estabelecer a ponte entre o material linguístico presente na superfície do texto e os conhecimentos prévios e/ou compartilhados” (Koch, 2018a, p. 28).

Outrossim, a informatividade é decorrente da relação tema-rema no interior de um enunciado, o que gera a remissividade. Somado a isso, a informatividade também se realiza no processo de ancoragem na informação dada, a qual serve de norteadora para a progressão temática, pois é essa ancoragem que possibilita ao leitor a intercomunicação entre sua experiência, conhecimento de mundo, conhecimento partilhado e intencionalidade de significação ativada pelo texto, pois “com a ancoragem na informação dada, opera-se a progressão textual, mediante introdução de informação nova, estabelecendo-se, assim, relações de sentido” (Koch, 2018a, p. 28).

É fato que o texto, em sua textualidade e informatividade, apresenta muita informação em camadas implícitas, as quais apenas podem ser recuperadas na esfera discursiva, principalmente ao analisar os processos de enunciação. Contudo, o texto circula envolto a sistemas de conhecimentos, a saber:

a) conhecimento linguístico: “[...] compreende o conhecimento gramatical e lexical, sendo responsável pela articulação som-sentido”, com isso efetiva a “[...] organização do material linguístico na superfície textual, pelo uso de meios coesivos que a língua nos põe à disposição para efetuar a remissão ou a sequenciação textual, pela seleção lexical adequada ao tema e/ou aos modelos cognitivos ativados” (Koch, 2018a, p. 32).

b) conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo: trata-se do conhecimento que “[...] se encontra armazenado na memória de cada indivíduo” estes podem ser conhecimento do tipo declarativo “[...] proposições a respeito dos fatos do mundo”, bem como ser conhecimento do tipo episódico “[...] os modelos cognitivos socioculturalmente determinados e adquiridos através da experiência” (Koch, 2018a, p. 32). Esse tipo de conhecimento propõe a condição de complementar a informação, ou seja, fechar a isotopia referente aos elementos implícitos de um texto. Ele permite a realização das inferências que atuam para suprir as lacunas ou incompletudes de um texto.

c) conhecimento sociointeracional: esse tipo de conhecimento engloba conhecimentos do tipo ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural, os quais ativados pela interação através da linguagem. Nessa perspectiva, o conhecimento ilocucional “[...] permite reconhecer os objetivos ou

propósitos que um falante, em dada situação de interação, pretende atingir; o conhecimento comunicacional está alinhado “[...] à quantidade de informação necessária numa situação concreta para que o parceiro seja capaz de reconstruir o objetivo do produtor do texto” (Koch, 2018a, p. 33).

Ademais, destaca-se que o conhecimento metacognitivo é aquele que possibilita “[...] ao produtor do texto evitar perturbações previsíveis na comunicação ou sanar (on-line ou a posteriori) conflitos efetivamente ocorridos por meio [...] de articulação ou apoios textuais [...] de formulação ou construção textual” (Koch, 2018a, p. 33). Por seu turno, o conhecimento superestrutural diz respeito às estruturas e aos modelos textuais, assim “[...] permite reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo” (Koch, 2008a, p. 33).

Somado a esses fatores, a construção de sentido no texto é sistematizada pelos fatores de coesão e de coerência. Sobre a coesão, afirma-se ser “[...] o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos” (Koch, 2008a, p. 45).

Coesão também é compreendida como “[...] um conceito semântico que se refere às relações de sentido existentes no interior do texto e que o definem como um texto” (Koch, 2004, p. 16). A coesão ocorre quando “[...] a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro, com isso se efetiva como “[...] uma relação semântica entre um elemento do texto e algum outro elemento crucial para a sua interpretação” (Koch, 2004, p. 16). Assim, por estabelecer relações de sentido, a coesão se refere “[...] ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes, aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos” (Koch, 2004, p. 16).

A coesão estabelece um relação de correferência, a qual pode ser de caráter exofórico – quando se remete a um enunciado fora do texto – e a endofórico – ao se referir a um referente presente no texto, contudo a relação referente e remissivo determina a posição de anafórico – quando aparece na organização das sentenças o referente, depois o elemento linguístico que realiza a sua retomada, bem como a posição de catafórico – quando, ao contrário na disposição dos enunciados, aparece primeiramente o elemento remissivo para, na sequência, revelar o referente.

Nesse cenário, surge a dêixis textual, instrumento de sinalização textual que organiza e direciona os interlocutores no processo de construção textual, por

consequente na constituição dos sentidos e na produção da significação, já que no chamado cotexto esses elementos se apoiam na configuração da referência ou correferência, assim “[...] o procedimento dêitico constitui o instrumento para dirigir a focalização do ouvinte em direção a um item específico” (Koch, 2008a, p. 49).

Diante disso, destacam-se os tipos de coesão: coesão referencial, “[...] em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) nela presentes ou inferíveis a partir do universo textual” (Koch, 2004, p. 31); coesão sequencial, que se refere “[...] aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas” (Koch, 2004, p. 53).

Esses fatores de coesão contribuem para estabelecer o sentido na superfície do texto, pois além de demonstrar para onde o argumento se encaminha, e esse fator incide na intencionalidade do texto, bem como na construção da informatividade, já que esse sentido produzido direciona o texto para a interação com uma sequência enunciativa, também amaram o texto e o constituem como uma unidade, perfazendo-se através da progressão temática a sequenciação de argumentos, sob os quais os interlocutores realizam suas interpretações.

Por seu turno, a coerência é um fenômeno que afeta o processo de significação, por um lado corrobora a sistematização lexical, temática e argumentativa na configuração da isotopia; por outro, é o ponto de relação entre texto, contexto, conhecimento e cognição.

Desse modo, a coerência é o modo como “[...] os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos”, por isso “[...] é resultado de uma construção feita pelos interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional” (Koch, 2008a, p. 52).

Outrossim, a coerência também estaria atrelada à boa formação do texto no nível da boa formação da interlocução comunicativa e, através da interação, possibilita que o texto “[...] faça sentido para os usuários, devendo ser vista, pois, como um princípio de interpretabilidade do texto”, logo inerente à “[...] inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade do receptor do texto (que o interpreta para compreendê-lo) tem para calcular o seu sentido” (Koch; Travaglia, 2011, p. 14).

Nessa perspectiva, a coerência é “[...] semântica, porque é a capacidade do texto de agir como unidade, remetendo a um sentido global; é pragmática, porque o sentido depende da interação comunicativa e é sintática, porque pode ser recuperada a partir da sequência linguística [...]” (Koch; Travaglia, 2011, p. 20).

A coerência também pode ser determinada como “[...] resultados de processos cognitivos operantes entre usuários e textos; é o nível da conexão conceitual-cognitiva e estruturação do sentido, manifestando-se, em grande parte, macrotextualmente” (Koch; Travaglia, 2011, p. 22), pois está presente nas relações causais, finais, temporais, além de evocar o sentido implícito em pressuposições, subentendidos, acarretamentos, como ainda evidenciar as implicações de alcance suprafrasal e o nível argumentativo.

Isto posto, a coerência é “[...] a organização reticulada ou tentacular do texto, não linear, portanto, dos níveis de sentido e interações que realizam a coerência no aspecto semântico e função pragmática”, visto que sua base é “[...] a continuidade de sentidos em meio ao conhecimento ativado pelas expressões do texto” (Koch; Travaglia, 2011, p. 22).

Diante disso, a coerência ajusta e organiza os conceitos manifestantes no texto e regula sua relação com a realidade, como também conduz sua significação no discurso, logo é a coerência que permite que os conceitos sejam ativados. Os conceitos, como unidade de conhecimento manifestam-se consoante à coerência através de conhecimento de mundo: o enciclopédico (*background*) ou o ativado (*foreground*). Desse modo, esse conhecimento, através da relação de coerência, constitui-se de modo gerativo, construtivista, cognitivista ou procedural. Para Beaugrande e Dressler (1981, não paginado), “[...] o conceito é um bloco de instruções para operações cognitivas e comunicativas”.

Assim sendo, a coerência estabelece modelos cognitivos, pois modela a maneira como uma mente processa todo o *background*, direcionando as conexões decorrentes às marcas de sentido que se manifestam. Os processos cognitivos individuais estabelecem um hábito e afetam o comportamento, a conduta e o autocontrole. Por sua vez, os processos cognitivos sociais proporcionam os *frames*, os esquemas, os *scripts* e os planos. Os processos cognitivos individuais estão atrelados à lógica, à metafísica, à ontologia e à representação da realidade; já os processos cognitivos sociais se perfazem no discurso.

Nessa linha, apresentam-se os processos cognitivos sociais. Assim, trata-se por *frames* “[...] modelos globais que contêm o conhecimento de senso comum sobre um conceito central”, com isso “[...] estabelecem quais as coisas que, em princípio, são componentes de um todo, mas não estabelecem entre eles uma ordem ou sequência” (Koch; Travaglia, 2011, p. 65).

Por sua vez, os esquemas “[...] são modelos cujos elementos são ordenados numa progressão, de modo que se podem estabelecer hipóteses sobre o que será feito ou mencionado a seguir no universo textual” (Koch; Travaglia, 2011, p. 65). Nesse caso, os esquemas são previsíveis e ordenados, sistematizados por relações de causa e de tempo, em um composto mecânico de estímulo e resposta.

Já os planos são “[...] modelos globais de acontecimentos e estados que conduzem a uma meta pretendida”, ou seja, apresentam todos os elementos em uma ordem previsível, consequentemente alcançam um fim previamente planejado (Koch; Travaglia, 2011, p. 66).

Há os *scripts*, estes são “[...] planos estabilizados, utilizados ou invocados com muita frequência para especificar os papéis dos participantes e as ações deles esperadas” (Koch; Travaglia, 2011, p. 66). Não obstante, trata-se de uma atitude estereotipada, sequenciada, que estabiliza padrões de comportamentos sociais e como agir nos cenários, inclusive verbalmente.

Por fim, o cenário, uma espécie de referência pré-definida, aplicado na interpretação de textos ao se pensar no “[...] conhecimento de ambientes e situações como constituindo o cenário interpretativo atrás de um texto” (Koch; Travaglia, 2011, p. 66).

Esses modelos de processos cognitivos sociais evidenciam atitudes e comportamentos esperados na organização do texto e, principalmente, na manifestação dos discursos. Esses modelos, muitas vezes, embora sejam fenômenos cognitivos e estão no âmago do processo de aprendizagem, estimulam a repetição e a padronização de ações, posturas, compreensão e expectativas, por isso modelos de enunciados se repetem e conteúdos discursivos possam ser semelhantes, visto que esses modelos possuem uma relação íntima com a configuração das macroestruturas textuais.

As macroestruturas não são modelos cognitivos, mas estão presentes na configuração da mente e afeta a modelagem da cognição, pois são estruturas globais e fundamentais para a compreensão do texto, portanto se estabilizam nos processos

computacionais inerentes à língua, atingindo a microestrutura, através dos elementos linguísticos, e à macroestrutura, que é “[...] a informação semântica que fornece esta unidade global ao discurso” (Van Dijk, 2019a, p. 51).

Dessa forma, a macroestrutura do discurso “[...] deve ser uma função dos respectivos significados de suas sentenças”, o que leva a ser “[...] uma espécie da transformação semântica, projetando sentenças de proposições do texto sobre sequências de macroproposições, nos níveis mais gerais, abstratos ou globais de significado” (Van Dijk, 2019a, p. 51). Não obstante, são essas projeções “[...] operações que selecionam, reduzem, generalizam e (re)constroem proposições em outras proposições menores, mais gerais ou mais particulares” (Van Dijk, 2019a, p. 51).

Obter controle das estratégias e dos modelos da macroestrutura é importante para a interação e interpretação do texto, do enunciado, da enunciação e, principalmente, do discurso, porque as estratégias “[...] são parte de nosso conhecimento geral; elas representam o conhecimento procedural que possuímos sobre compreensão de discurso”, portanto “novos tipos de discurso e formas de comunicação podem requerer o desenvolvimento de novas estratégias” (Van Dijk, 2019a, p. 23).

Nesse cenário, os elementos semânticos que intercalam a existência e manifestação do texto ao discurso são consumidos por elementos cognitivos, linguísticos e sociais, que, por um lado, estabilizam o sentido e, muitas vezes, oferecem aos interlocutores o próprio significado; por outro lado, embora constituídos por modelos cognitivos que se repetem e confirmam os procedimentos frente às situações, contextos e direcionam as atitudes, o caráter de pluralidade da enunciação e do discurso possibilitam uma gama abundante de significação, pois a construção do contexto está fixada em fatores intersubjetivos frente à compreensão da realidade.

4. 7 Semântica Cognitiva: organização das percepções e das convenções

A semântica cognitiva apresenta recursos diferenciados para tratar do sentido e da significação propostas pelo texto, já que interage com os aspectos extralinguísticos e analisa como esses fatores afetam a mente no processo de cognição. Sendo assim, essa abordagem também aparece como um recurso inovador no tratamento da informação no cenário da organização do conhecimento, pois

demonstra como as escolhas temáticas nos recortes discursivos manifestantes no texto-documento podem seguir cursos e roteiros diferentes no processo de análise, assim afetando a leitura documental, a escolha terminológica e a elaboração de objetos informacionais. Além disso, proporciona discussões acerca da formação do *frame*, o qual pode servir de direcionador para a configuração dos conceitos e sistematização das categorias.

No entanto, é preciso observar as linhas a serem aplicadas nas discussões epistemológicas, pois é muito comum tratar de semântica cognitiva todas as abordagens que se direcionam aos fatores atrelados à interferência de aspectos mentais e cognitivos. Nessa linha, seria uma compreensão errônea vincular essa abordagem a algumas abordagens lexicais, como realizadas por Jackendoff (1972, 1985, 1987, 1990, 2002), ou ainda abordagens gerativistas, propostas por Chomsky (1976, 1979, 2000, 2009a, 2009b, 2018a, 2018b).

A semântica cognitiva apresenta abordagens direcionadas ao estudo das escolhas na construção linguística do texto, todavia não deve ser confundida com questões pragmáticas, embora haja vários pontos de convergência entre as duas abordagens teóricas do sentido e da significação.

De modo geral, pode-se entender que a semântica cognitiva está preocupada com as motivações sociais, psicológicas e mentais que interferem na modalização do indivíduo na configuração de uma cena, de uma prática, ou ainda na construção conceitual, ou seja, a semântica cognitiva se dedica aos modelos mentais responsáveis por escolhas de termos, frases e sentenças, sob os quais estão constituídas as crenças, as motivações e, em destaque, os *frames*.

Sendo assim, a semântica cognitiva é bastante diferente da sua contraparte, a pragmática, pois sua atenção ao efeito de sentido não se direciona aos mecanismos da sentença que geram interpretações distintas em distintos indivíduos. Enquanto a pragmática se atenta aos fatores alinhados ao ato de fala, ao aspecto ilocucionário, aos jogos de palavras, ou aos princípios lógicos na correlação entre referência e intencionalidade; a semântica cognitiva se aproxima em alguns pontos desses objetos, contudo sua abordagem analisa o sentido e a significação que se realizam para as pessoas de modo geral, já que estas desenvolvem determinadas habilidades cognitivas, vinculadas a determinados conceitos que geram as convenções de mundo, as quais modelam comportamentos, condutas e compreensão da realidade de muitos grupos de pessoas.

A semântica cognitiva surge como uma subárea da linguística cognitiva. Embora as duas vertentes apresentem objetivos comuns, principalmente no que tange à preocupação com a estrutura da mente e sua relação com o sistema integrado da linguagem. Desse modo, a semântica cognitiva está mais direcionada a estudos sobre o sentido e a significação, enquanto a linguística cognitiva trata do significado e como as estruturas linguísticas impactam na mente e descrevem seus efeitos. O surgimento da linguística cognitiva, por conseguinte da semântica cognitiva, é uma resposta à insatisfação com os resultados obtidos a partir da aplicação das teorias gerativistas na análise dos fatores da língua, em destaque o papel da sintaxe na formação dos enunciados.

Enquanto para o gerativismo é a estrutura sintática responsável pela geração do sentido e isso é possível porque há uma língua interna que perfaz a composição da gramática gerativa, portanto o modelo de significado é resultado de algo que a mente produz; para a semântica cognitiva, o sentido e a significação são produzidos pela mente em resposta a interações, a provocações, a percepções, que advêm da experiência, do conhecimento de mundo, dos fatores culturais, da ativação de conhecimentos adquiridos frente à composição fenomenológica da realidade, como também a ativação de modelos de comportamento, os quais são geradores de convenções, ou melhor, estabilizam conceitos e constroem *frames*.

Nessa perspectiva, enquanto para a abordagem gerativista, a mente possui os modelos de significação e, assim, reproduzem através da linguagem; para a semântica cognitiva, a mente adquire os modelos da relação com extralinguístico e, através de expressões cognitivas, modelam as convenções comportamentais do indivíduo em sociedade.

Ademais, a semântica cognitiva destaca que a estrutura linguística, de fato, está representada por uma estrutura conceitual, ou seja, a análise cognitiva permite a compreensão dos fatores cognitivos pela semântica decorrentes do desenvolvimento de habilidades cognitivas, por um lado; e pela aplicação de linguagem metafórica, de outro.

Com isso, entende-se que as habilidades cognitivas atuam principalmente pela concepção de convenções de mundo, os quais acabam sendo idealizadas, através de modelos, aplicados em uma rotina de repetições ao longo da história, evidenciando ações, pensamentos, práticas e simbologias, que modulam a conduta e o comportamento, evidenciando modos de agir e compreender a realidade, estes

resultados são denominados de **convenções cognitivas**, nas quais se estabelecem sociedades discursivas, procedimentos, protocolos, rituais, repertórios e consensos generalizados, os quais podem ser adaptados e aplicados à normalização da linguagem documentária ou a políticas de indexação.

Em vários aspectos, sob as convenções cognitivas há o impacto cultural, o qual também é fundamental para construção de símbolos determinantes para a modelação cognitiva do coletivo. Outrossim, também há a incidência de noção de verdade, sob as quais influenciam as percepções e as intenções.

Esses valores social-psicológicos são ancorados a partir do corpo e da aplicação da linguagem cognitiva, que se fundamenta por ser denominada metáfora conceitual, ou expressão metafórica, norteador a percepção da realidade consoante à sua incidência na vetorização de conceitos, os quais, muitas vezes, não possuem referência no mundo real, externo e objetivo, como, por exemplo, os dias da semana, ou a ideia de que os sentimentos ficam na parte interna das pessoas.

A semântica cognitiva busca demonstrar como os sistemas linguísticos interferem na organização e representação da realidade, visto que estabelecem uma compreensão a partir da percepção e do corpo, oferecendo classificações conforme as coisas do mundo se apresentam diante dessa capacidade humana de observação e compreensão. A semântica cognitiva estabelece modelos mentais em que a linguagem metafórica e metonímica são principais recursos de construção do sentido do mundo, além da fundamentação de categorização e formatação de esquemas oriundos da prototipicidade.

Somado a isso, a semântica cognitiva também é vista como semântica de **frames**, já que estes são responsáveis pela constituição mental dos modelos da realidade, como cenas, práticas e conceitos. Os *frames* são uma espécie de modelo mental que atua como simulacro na sistematização simbólica do indivíduo e, assim, este é capaz de reproduzir na interação social e atuar em conjunto da realidade, ao menos naquilo que consegue processar cognitivamente.

Desse modo, a semântica de *frames* é responsável por oferecer a elaboração do conhecimento de mundo, processar as experiências e revertê-las em modelos de ação, ainda é diretriz da compreensão da percepção e da filtragem das emoções frente à realização, quando muito traduzindo a percepção, na atualização em compreensão através de **linguagem patêmica**, a qual se materializa decorrente a aplicação de metáforas.

Outrossim, os *frames* também são constituídos à base dos fundamentos simbólicos de uma determinada cultura e, desse modo, estabelecem noções de verdade acerca da moral, da ética, da estética, da conduta, do comportamento, das convenções e até da compreensão dos fatores abstratos que rodeiam a existência dos grupos, dos conceitos e das necessidades.

Nesse cenário, entende-se que o significado atua como um condutor enciclopédico dos aspectos semânticos; já o sentido se apresenta na interação entre indivíduo e *frames*, presentes nos atos e nos discursos que serão reproduzidos e refletidos, gerando a conceitualização; por sua vez, a significação é evocada decorrente a linguagem retórica, em que a metáfora e a metonímia expressam a relação experiência e realidade, assim a linguagem repleta de significação ancora a compreensão nos processos cognitivos.

Nessa linha, foram consultados os trabalhos de Lakoff e Johnson (1980, 2009); Lakoff (1998, 2004, 2018); Fauconnier (1994); Fauconnier e Turner (2002); Schwartz (2006); Feltes (2007) para analisar as vertentes da semântica cognitiva, bem como seus principais conceitos, objetos e aplicabilidade.

Para Feltes (2007, p. 15), tratar de semântica cognitiva é explorar os sistemas conceituais, significados e inferências humanos, portanto é necessário tratar de linguística cognitiva, pois “a Linguística Cognitiva constitui-se como um domínio científico há, aproximadamente, vinte anos, se, conforme Janssen e Redeker (1999), forem considerados como marcos de sua fundação a *International Cognitive Conference* [...]”, a qual se realizou no ano de 1989, em Duisburg, na Alemanha, somado com a edição, em 1990, da revista *Cognitive Linguistics* (Feltes, 2007).

Além disso, sobre o desenvolvimento científico, referente a abordagens acerca dos fundamentos epistemológicos, metodológicos e dos objetos, “como em muitos outros campos de investigação, a Linguística Cognitiva não se configura como um campo efetivamente homogêneo, já que há uma relativa diversificação de teorias, variações de teorias e diferente escolas” (Feltes, 2007, p. 15).

De todo modo, os fundamentos básicos dessa linha de estudos se agrupam em interesses e abordagens básicas que se direcionam para estudar e analisar de que modo a linguagem atua como um princípio integrante da cognição e como esses fatores refletem e refratam a interação com aspectos culturais, psicológicos de ordem emocional e existencial. Além de fatores sociais, historicamente presente na composição dos símbolos, sendo comunicacionais e funcionais, presentes e atuantes

na construção e compreensão dos contextos, na representação e na mediação da realidade e na aquisição de linguagem, o que lhe confere ser capaz de classificar e categorizar as experiências em conceitos, através do desenvolvimento mental e do processo cognitivo.

A semântica cognitiva é simbioticamente integrada à linguística cognitiva com as publicações iniciais de Lakoff, em destaque 1977 e 1982, ou seja, “[...] a construção de uma Semântica Cognitiva iniciou há trinta anos, multidisciplinar, controvertida pela quebra de vários paradigmas e suficientemente rica em insights para promover debates de vários domínios da Linguística e da Antropologia” (Feltres, 2007, p. 16).

Inicialmente, algumas abordagens estavam alinhadas à semântica estrutural, no entanto nem este seguimento, como também a semântica de traços ou a semântica de condição de verdade foram suficientes para adequar as relações entre linguagem e cognição. Desse modo, semanticistas cognitivos como Fillmore e Lakoff exploraram outro tipo de semântica, chegando a vislumbrar uma semântica de *frames* (Lenz, 2019).

Além disso, muitos semanticistas se mostraram insatisfeitos com diversos tópicos referentes à mente e à cognição, inclusive relacionado aos resultados apresentados pelos gerativistas, assim criou-se a linguística cognitiva, “[...] uma área que não se configura exatamente como uma teoria única, mas como uma conjunção de várias abordagens que compartilham os mesmos princípios básicos [...]”, em destaque o “[...] objetivo geral de investigar o sistema integrado global de estruturação conceitual da linguagem” (Lenz, 2019, p. 35).

Para Lenz (2019, p. 35), a semântica cognitiva “[...] pode ser compreendida como uma das subáreas da Linguística Cognitiva, também se configura como um grupo de pesquisadores com focos e interesses diversos, que comungam da mesma preocupação central”. Esses estudos se direcionam a estabelecer de que maneira a estrutura linguística está representada na estrutura conceitual, bem como os sistemas conceituais, significados e inferência, à base da concepção de que “[...] a estrutura conceitual é corpórea, a estrutura semântica é a estrutura conceitual, a representação do significado (sentido) é enciclopédica e a construção do significado (sentido) é a conceitualização” (Lenz, 2019, p. 35).

Portanto, defende Lenz (2019, p. 35) que “o movimento, que se transformou na área denominada Linguística Cognitiva no final dos anos 1980, iniciou ainda na década de 1970, quando estudiosos interessados nessa relação entre linguagem e

pensamento”, começaram a discordar das tendências da época. Esse movimento, iniciado por semanticistas gerativistas, apresentava descontentamento com as abordagens da Linguística Gerativa em “[...] explicar os padrões linguísticos por meio de apelos às propriedades estruturais internas e específicas da língua” (Lenz, 2019, p. 35).

Com isso, essa nova área surgiu “[...] em franca oposição às ideias chomskyanas de que o significado é periférico ao estudo da língua porque as estruturas linguísticas são governadas por princípios essencialmente independentes do significado” (Lenz, 2019, p. 36). Para a semântica cognitiva, por conseguinte linguística cognitiva, “[...] as estruturas linguísticas têm a função de expressar significados, portanto, os mapeamentos entre forma e significado são o principal objeto da análise linguística” (Lenz, 2019, p. 36). Além disso, “[...] o significado, e não a sintaxe, é o elemento central dos estudos linguísticos, sendo este um dos pressupostos mais importantes da área, compartilhado pelas várias abordagens” (Lenz, 2019, p. 36).

Pode-se dizer, dessa maneira, que o embate entre os princípios teóricos do gerativismo e as novas perspectivas sobre a abordagem da mente foi o confronto epistemológico que deu origem à nova área, já que o cerne do confronto era a concepção sobre o papel e a posição da semântica nos estudos da gramática, isto é, “para Chomsky (desde a primeira proposta em 1957 até o recente Programa Minimalista), a gramática é um sistema formal cujo desenvolvimento independe do significado dos elementos de suas fórmulas”, assim “a semântica seria apenas um elemento derivado a partir de um sistema de princípios e regras gramaticais” (Feltes, 2007, p. 25).

Por seu turno, foi “o conhecido artigo de Lakoff *Toward Generative Semantics*, escrito em 1963 e publicado em 1976, tornou-se o marco desse movimento *underground*”, com isso “nesse caminho de debates e disputas, a semântica foi se tornando cada vez mais primária e mais central” (Feltes, 2007, p. 25).

Para a gramática gerativista, “[...] os planos da representação semântica e conceitual são definidos como dois módulos distintos de cognição. Unidades semânticas são ligadas às unidades lexicais e são determinadas por princípios do sistema da língua”, somado ao fato de que “o sistema conceitual é independente da língua e representa a base para todas as experiências humanas” (Schwarz, 2006, p. 35). Outrossim, o gerativismo também defende que “[...] as unidades semânticas de

representação são diferenciadas conceptualmente. A semântica, um componente do sistema linguístico determinado pelos princípios da UG (gramática universal), vem separado do sistema geral de conhecimento conceitual” (Schwarz, 2006, p. 35).

Em contrapartida, os semanticistas cognitivos, como também os representantes da concepção holística na linguística cognitiva, “[...] consideram a língua não como um subsistema autônomo, mas mais como um epifenômeno da cognição”, isto é, “o sistema linguístico do saber vem explicado por princípios gerais da cognição; as estruturas linguísticas são resultado de procedimentos mentais fundamentais” (Schwarz, 2006, p. 36).

Ademais, “[...] a estrutura do sistema linguístico não pode ser separada de sua função. A funcionalidade da língua é uma qualidade essencial das línguas naturais” (Schwarz, 2006, p. 36). Desse modo, “as línguas naturais representam sistemas abertos sensíveis às influências do sistema cognitivo de elaboração (e seus determinantes)”, com isso “a gramática deve ser considerada igual ao léxico de uma língua, como o resultado de complexos processos e conceptualização” (Schwarz, 2006, p. 36).

De todo modo, os aspectos mentais são suscetíveis às experiências e à modelização social, no que tange a rituais, procedimentos, práticas e conduta. Nessa linha, conceptualização deve ser entendida como “[...] processos mentais que inter-relacionam informações providas das distintas áreas da humana experiência. Ambos os componentes executam assim funções representacionais” (Schwarz, 2006, p. 36).

Somado a isso, Lakoff (2018, p. 3, tradução livre) aponta que “[...] Chomsky disse que uma linguagem era um conjunto de tais sequências de símbolos e que a gramática era um sistema para gerar esse conjunto”, ainda afirmava que “[...] uma linguagem era um sistema puramente mecânico para manipular símbolos de alguma forma regular por meio de regras e que não tinha nada a ver com comunicação”. Esses fatores indicam que “[...] a gramática gerativa, como foi caracterizada em 1963, era um sistema de símbolos que nada tinha a ver com o significado e que você poderia então conectá-lo ao significado relacionando-o à estrutura do mundo e da lógica” (Lakoff, 2018, p. 3, tradução livre).

De fato, “a generalização está no significado. Não está na gramática. Mas para Chomsky tudo o que junta frases tem a ver com os símbolos da gramática, não com os significados” (Lakoff, 2018, p. 4, tradução livre). Desse modo, “[...] quando você encontra uma generalização sobre como as coisas se encaixam é sobre o significado,

isso viola a teoria. Viola a teoria de que a gramática tem a ver apenas com os símbolos que se encaixam, e não com o seu significado” (Lakoff, 2018, p. 4, tradução livre). Esses apontamentos esclarecem as divergências acerca das teorias da cognição. Essa evolução é um debate válido para refletir sobre o lugar da linguagem na construção do conhecimento humano.

Ainda sobre os apontamentos referentes ao gerativismo, Lakoff (2018, p. 5, tradução livre) afirma que, para Chomsky, “[...] a combinação de palavras, que é o que é a sintaxe, depende do significado da frase. Não é meramente dependente das outras palavras e a superfície se forma em uma frase”, como por exemplo a circunstância enunciativa de como se refere ao gato de estimação:

depende de como você pensa no seu gato de estimação. Então você pode dizer ‘meu gato que sempre tenta me enganar’ mas ‘meu gato que pesa cinco quilos’. Agora, se você disser ‘meu gato que pesa dez quilos’, você está falando sobre o quanto ele come, que ele pode estar comendo demais (Lakoff, 2018, p. 5, tradução livre).

Esses fatores são importantes para avaliar o impacto da significação, pois depende de como interfere o contexto, ou seja, há uma dependência de como ocorre a interpretação sobre o *gato*, visto que a significação não depende “[...] apenas do significado fixo da palavra. Depende de como você entende o significado da palavra no contexto” (Lakoff, 2018, p. 5, tradução livre). É crucial a presença de marcadores enunciativos que estimulam o conhecimento para observar os elementos que estão presentes no contexto, pois “[...] é uma parte extremamente importante da linguagem: a maneira como o contexto funciona”, tendo em vista que “contexto é a semântica do mundo, de sua compreensão das situações. A semântica das situações é a semântica da comunicação, da comunicação interpessoal (Lakoff, 2018, p. 5, tradução livre).

Apontados os fatores que distinguem a semântica cognitiva da gramática gerativa, torna-se importante tratar das vertentes que se estabeleceram no desenvolvimento da semântica cognitiva. A semântica cognitiva é composta por duas gerações, sendo denominada a primeira geração de *a mente simbólica* e a segunda geração de *a mente corpórea*.

Desse modo, entende-se que a primeira geração das linhas de estudo atreladas à ciência cognitiva, como a linguística e a semântica, está direcionada à compreensão da mente computacional simbólica, fator que delinea o tratamento voltado ao paradigma da “[...] Teoria Representacional da Mente de Jerry A. Fodor, a qual se sustenta na metáfora da ‘mente como computador’, ou, em outros termos, em

‘processos mentais como computação’”, sendo esta “estritamente vinculada ao domínio da Filosofia da Mente, a exposição das teses fodorianas torna-se densa e intrincada justamente por depender de um contexto de reflexões que exige a referência a conceitos complexos” (Feltes, 2007, p. 17).

Nesse cenário, o escopo da primeira geração se constitui de algumas fundamentações como: a) “compreende o período de 1950s e 1960s, concentrada na computação simbólica e cuja influência é basicamente anglo-americana”; b) “a razão é não-corpórea e literal – como na lógica formal ou na manipulação de um sistema de signos”; c) “situa-se num paradigma dominante: a Inteligência Artificial em seu início, a psicologia do processamento de informação, a lógica formal, a linguística gerativa e a antropologia cognitiva em seu início”; d) “a mente é analisada segundo a perspectiva funcionalista, a partir da metáfora da ‘mente como um computador’”, além disso “esse funcionalismo adotaria uma espécie de dualismo: a mente analisada em termos de suas funções formais, independente do corpo” (Feltes, 2007, P. 26-27).

Essa abordagem evidencia que as preocupações cognitivas estavam direcionadas ao funcionamento dos processamentos mentais, embora não fosse necessária a análise de uma mente humana, mas, sim, uma mente que caracterizasse os procedimentos cognitivos no tratamento da informação e a coordenação de sua simbolização.

No entanto, trata-se de uma abordagem que abre mão da influência corpórea na atuação da mente, ou seja, é uma vertente extremamente lógica, que entende a cognição como um processamento bruto de informações lógicas, polidas e sistematizadas, isto é, ao dispensar as implicações do corpo no processo mental, descartam-se as informações brutas, no âmbito das emoções e do inconsciente, que são modelizadas pela linguagem patêmica ou de veículo social, como se a mente pudesse ser transplantada em qualquer suporte que tivesse a competência de processar aquele conjunto de informações.

Consoante Feltes (2007, p. 27), baseando-se nas concepções apresentadas por Jerry Fodor, a mente simbólica é considerada “[...] como o modelo de oposição epistemologicamente radical à mente corpórea dos linguistas da segunda geração”, visto que para a teoria representacional da mente, a semântica “[...] da linguagem do pensamento (mentalês) e das línguas naturais devem ser composicionais e sujeitas ao externalismo das condições de verdade. Ademais, a ideia de um estado mental “[...] pode ser descrito como relações entre organismos e representações mentais, e

os estados mentais causalmente inter-relacionadas sucedem-se a partir de princípios computacionais que são aplicados a representações mentais” (Feltres, 2007, p. 27).

É válido destacar que essa primeira abordagem trouxe avanços importantes para os estudos da cognição, visto que “a inclusão de entidades mentais provoca uma progressiva troca de paradigmas que hoje é chamada de virada cognitiva”, com isso “a nova psicologia cognitiva, ao nascer, ocupa-se com todos os processos de recepção, armazenamento e uso de informações” (Schwarz, 2006, p. 27). É decorrente à essa virada que os estudos cognitivos trazem novas abordagens para tratar a linguagem, valorizando os fatores da realidade que são mediados e constituídos decorrente à experiência.

Essa mudança de paradigma contribui para que se reconheça que os aspectos cognitivos envolvem muito mais fundamentos do que as chamadas capacidades elevadas do ser humano, como pensar e falar. Essas mudanças na concepção acerca da cognição incluíram as capacidades perceptivas, ou seja, “[...] a psicologia cognitiva vai incluir no seu campo as tradicionais psicologias da percepção, da aprendizagem, da língua [hoje psicolinguística] e da memória” (Schwarz, 2006, p. 27). Ampliou-se a instrumentalização cognitiva para a compreensão do impacto da linguagem na significação.

Dessa maneira, há uma ampliação de objetos a serem analisados, ou melhor, “[...] a cognição humana é vista como um sistema complexo de estruturas mentais e processos descrita por modelos complexos, os quais enfatizam a criatividade das atividades mentais” (Schwarz, 2006, p. 27), assim impactando nos estudos da linguagem (estrutura e sentido) a fim de compreender como a linguagem ordena os processos mentais.

Sendo assim, alinhados linguística e psicologia, foi através dos “[...] programas e estudos simulados da ciência da computação (sobretudo na área da cibernética), recebem um importante impulso para a representação das estruturas mentais do saber e para modelar os processos cognitivos” (Schwarz, 2006, p. 27). Somado a isso, “as representações do saber obtidas em forma vaga e intuitiva pela psicologia são formatadas analogamente sobre as representações elaboradas na cibernética e vêm, assim, apresentadas com uma precisão formal” (Schwarz, 2006, p. 27).

Os fenômenos cognitivos passam a ser observados por uma nova ciência interdisciplinar, envolvendo psicologia, ciência da computação, linguística, filosofia e neurociência. Diante desses fatores, defende-se que “[...] o comportamento do

homem é determinado por um complexo sistema de estruturas e procedimentos mentais” (Schwarz, 2006, p. 28). Assim, entende-se que “toda atividade que pode ser observada pode ser, assim, considerada o resultado de uma série de passos de um processo de elaboração de informações” (Schwarz, 2006, p. 28).

Nessa perspectiva, é estabelecida a teoria representacional da mente. No cerne dessa teoria está “[...] a postulação de uma linguagem do pensamento: um conjunto infinito de representações mentais que funcionam como os objetos imediatos das atitudes proposicionais como o domínio dos processos mentais” (Feltes, 2007, p. 28). Esse modelo mental requer modelos orgânicos para representar:

- a) opções de comportamento;
- b) as consequências prováveis decorrentes das ações sobre as opções;
- c) situação original em que a ação mental está inserida, ou seja, compreende-se que há um agente em uma dada situação Y, este agente acredita em um conjunto de comportamentos previamente disponíveis, os quais são compatíveis com a situação Y, assim, de modo lógico, cada comportamento previsto é executado até atender as necessidades da situação Y (Feltes, 2007).

Esse modelo não valoriza os elementos que possam pertencer a um sistema de representações internas, pois é compreendido que “[...] os organismos têm, para análise de eventos ambientais e opções de comportamento, diferentes tipos e níveis de representação”, influenciados por uma diversidade de variáveis e motivações de traços gerais, referente aos procedimentos de avaliação desse organismo em detrimento das demandas oriundas da atividade proposta (Feltes, 2007, p. 29). Nessa linha, a resposta é condizente com o sistema representacional disponível, ou seja, é dependente da “[...] natureza do estímulo, da natureza do sistema representacional e das demandas da situação ou das atuações desse organismo” (Feltes, 2007, p. 29).

Com isso, “[...] o processo de decisão do organismo deve ser computacional”, ou seja, a ação do agente é determinada pelo processamento computacional que define as representações possíveis, portanto “se não há representações, não há computações. Se não há computações, não há modelo” (Feltes, 2007, p. 29). Evidentemente que se trata de um modelo mental um pouco restrito, já que estando alinhado a uma condição algorítmica do processamento das informações, limita-se às compreensões dedutivas, longe, todavia, da complexidade humana frente à realidade.

Esse modelo defende uma composição mental limitada, acreditando que a experiência necessita de um processamento lógico de *input*, o qual é sistematizado e

alimenta o repertório de comportamentos como se estes fossem adquiridos sempre de modo prático, lógico, racional e esclarecido. Dessa maneira, “o comportamento seria, por consequência, resultado de computação, e esta, por sua vez, pressupõe um *medium*, um sistema de representação ou linguagem do pensamento” (Feltes, 2007, p. 29).

Nessa linha, entende-se que “as rotinas computacionais que constituem o repertório cognitivo dos organismos são, portanto, definidas apenas por fórmulas na linguagem interna” (Feltes, 2007, p. 29). Com isso, Fodor (1976) entende que essa linguagem interna é pré-condição para o desenvolvimento da aprendizagem de conceitos, visto que o organismo sofre alterações consoante um processo que incide nas experiências e na interação com o ambiente, desse modo entende-se que a aprendizagem de conceitos é uma atividade ancorada em processos de formação e confirmação de hipóteses, que se estabelece através de inferências.

Esse modelo semântico pode contribuir para discussões sobre as funções e aplicabilidades de um sistema informacional, o qual pode atuar simulando uma mente computacional no que se refere à correlação de informações e a correferência de temas, assuntos, descrições, classificações e ordenação dos conceitos.

Nessa perspectiva computacional, a linguagem de pensamento é responsável pela representação dos objetos e fenômenos da realidade em conceitos, os quais são constituídos decorrentes de atitudes proposicionais, aue são entidade materializadas em sentenças. Diante disso, os princípios computacionais sequenciam essas sentenças conforme as necessidades de escopos ou domínios, por conseguinte a linguagem de pensamento oferece a construção de símbolos, que agem como construtos diante de atitudes proposicionais que perfazem a intencionalidade.

Essa ação intencional é computada frente aos aspectos reais – físicos, químicos e biológicos, somados com aspectos ontológicos, que visa à classificação e à categorização correlacionando os aspectos físicos com os aspectos modelizados pela linguagem de pensamento, em outras palavras, motivados por fatores filosóficos, como a metafísica no processo de mediação e compreensão da realidade.

Por conseguinte, o resultado dessa relação física, metafísica e simbólica produz a computação cognitiva da informação e permite que o agente tenha papéis causais frente ao cenário inserido ou analisado, logo “[...] os objetos de estados intencionais são compósitos cujos elementos são conceitos e proposições” (Feltes, 2007, p. 37).

Em suma, esse modelo de semântica cognitiva baseado na constituição de uma mente computacional prevê que “[...] os computadores manipulam símbolos, e uma computação é uma cadeia causal de estados, uma operação sobre fórmulas semanticamente interpretadas no código da máquina” (Feltes, 2007, p. 63). Além disso, “as propriedades semânticas de um símbolo/representação mental são determinadas [...] por aspectos de seu papel funcional, em termos causais” (Feltes, 2007, p. 63).

Ademais, há uma determinação das propriedades semânticas das representações mentais:

a) “relações causais entre estados mentais e estímulos: crenças como efeito de estimulações” (Feltes, 2007, p. 63);

b) “relações causais entre estados mentais e respostas: crenças como causa de efeitos comportamentais” (Feltes, 2007, p. 63);

c) “relações causais de estados mentais e outros estados mentais: crenças como causa ou efeito de outras crenças” (Feltes, 2007, p. 63).

Com isso, compreende-se que “[...] as leis intencionais são implementadas por mecanismos computacionais” (Feltes, 2007, p. 63), e a computação, portanto, é o mapeamento de símbolos e estes ordenados como comportamentos e ações sobre o ambiente se estabelecem como conceitos.

Apresentados os fundamentos epistemológicos da primeira geração, destacam-se os fundamentos da segunda geração. A segunda geração é conhecida como mente corpórea e é, de fato, através de sua contextualização operacional que se desenrola o escopo geral da linguística cognitiva e da semântica cognitiva. Embora a primeira geração apresente pontos interessante que possam contribuir para um modelo teórico sobre a linguagem, é a segunda geração que apresenta fundamentos contundentes para alimentar as propostas desta pesquisa.

Nessa linha de abordagem cognitiva, alguns fatores são basilares na concepção epistemológica, como: a) “há uma forte dependência de conceitos e razão sobre o corpo”; b) “a conceptualização e a razão têm como eixo processos imaginativos como metáfora, metonímia, protótipos, *frames*, espaços mentais e categorias radiais” (Feltes, 2007, p. 74).

Frente a isso, reconhece-se que essa abordagem teórica se constitui a partir de alguns princípios:

1. A estrutura conceptual origina-se de nossa experiência sensório-motora e das estruturas neurais que lhe dão origem, sendo a noção de estrutura caracterizada como esquemas de imagens e esquemas motores;
2. As estruturas mentais são intrinsecamente significativas devido à sua conexão com nossos corpos e nossa experiência corpórea, o que contraria a ideia de manipulação de símbolos não-semantizados;
3. Há um nível básico de conceitos que originam parte de nossos esquemas motores e nossas capacidades para percepção gestáltica e formação de imagens;
4. Nossos cérebros são estruturados de forma a projetar a ativação de padrões de áreas sensório-motoras para níveis corticais mais altos, constituindo as chamadas metáforas primárias. Tais projeções nos permitem conceptualizar conceitos abstratos em base de padrões inferenciais utilizados em processos sensório-motores que estão diretamente ligados ao corpo;
5. A estrutura dos conceitos inclui protótipos de vários tipos: casos típicos, casos ideais, estereótipos sociais, exemplares salientes, pontos de referência cognitivos, entre outros, sendo que cada tipo de protótipo utiliza uma forma distinta de raciocínio;
6. A razão é corpórea à medida que nossas formas fundamentais de inferência originam-se de formas sensório-motoras e de outras formas de inferência baseadas na experiência corpórea;
7. A razão é imaginativa à medida que as formas de inferências são mapeadas de modo abstrato de inferência pela metáfora;
8. Os sistemas conceptuais são pluralísticos, não monolíticos, de tal sorte que conceitos abstratos são definidos por múltiplas metáforas conceptuais que são muitas vezes inconsistentes entre si (Feltres, 2007, p. 74).

Monitorada por esses fundamentos, a semântica cognitiva cuja concepção é a mente corpórea aponta como principal objetivo de pesquisa os estudos sobre o conteúdo conceptual e sua organização na linguagem. Sendo assim, fundamenta-se em um ramo da fenomenologia do conteúdo conceptual tal qual observa os padrões de sua estruturação através da linguagem.

Nesse viés, “[...] é através da introspecção que é possível ter-se acesso a tal conteúdo fenomenológico e estrutura da consciência”, por conseguinte “entende-se que, como em qualquer sistema cognitivo, há diferentes graus de acessibilidade à consciência, e o mesmo se dá com o sistema semântico” (Feltres, 2007, p. 75).

Fundamentado nos fenômenos decorrentes da interação entre interlocutores e ambiente e a constituição de concepções motivadas pela experiência e pela interação à base da linguagem, observa-se a atuação da linguística cognitiva sob duas posições centrais: a) “examina as propriedades formais da linguagem a partir da perspectiva conceptual, a qual se preocupa com os padrões nos quais e os processos pelos quais o conteúdo conceptual está organizado na linguagem”; b) “objetiva relacionar seus achados com as estruturas cognitivas de que se ocupa a abordagem psicológica”, sob a qual incidem “[...] a análise de memória semântica, a associatividade de conceitos, a estrutura de categorias, a geração de inferências e o conhecimento textual” (Feltres, 2007, p. 76).

Sob esses aspectos, a ciência estabelece que “[...] o comportamento do homem é determinado por um complexo sistema de estruturas e procedimentos mentais”, isso se caracteriza porque “esse complexo sistema articula-se em vários subsistemas os quais se fundam sobre bases em parte específicas e, em parte, gerais” (Schwarz, 2006, p. 28).

Nesse aspecto, destaca-se que “há sistemas de conhecimento de áreas específicas que armazenam saberes em forma de representações estruturadas sobre as quais findam operações reguladas”, por conseguinte “toda atividade que pode ser observada pode ser, assim, considerada o resultado de uma série de passos de um processo de elaboração de informações” (Schwarz, 2006, p. 28).

Frente a isso, é importante destacar que a abordagem cognitiva se aproxima de uma concepção funcionalista da língua, assim a análise semântica explora diversos fatores inerentes à língua, contudo também se analisa a concepção da linguagem diante das motivações da realidade, ou seja, as operações que realizam a conceptualização estão ancoradas nas percepções do mundo decorrente do sistema sensório-motor.

A organização da informação é realizada em um sistema mental capaz de inferir sobre comportamentos, os quais passam por processos experienciais que podem ser observados e mensurados. Desse modo, as informações inter-relacionadas à experiência e, assim, aos processos mentais apresentam componentes que executam as funções representacionais.

Nesse cenário, a semântica cognitiva indica que “significados vêm sendo teórico e empírico-experimentalmente pesquisados como unidades cognitivas armazenadas no léxico mental do falante da língua”, com isso “a moderna pesquisa em semântica ocupa-se da relação entre o componente semântico de uma língua e o saber conceitual de mundo em geral” (Schwarz, 2006, p. 38). Ademais, há a preocupação sobre a relação das unidades e estruturas linguísticas com a realidade, pois esta não é mais “[...] excluída da semântica linguística de referência e confinada no campo da ontologia”, por isso “[...] vem expressamente incluída na abordagem explicativa da semântica de referência” (Schwarz, 2006, p. 38).

Ainda nessa circunstância de novidades na abordagem epistemológica, “não só a informação (como o conjunto dos componentes do saber) que é armazenada nas unidades do significado é objeto de interesse por parte da semântica, mas também o modo e a maneira da armazenagem, i. e., o aspecto representacional dos significados”

(Schwarz, 2006, p. 38). É nessa tomada que surge o aspecto procedural da competência semântica, ou melhor, “a moderna pesquisa em semântica dentro da linguística cognitiva ocupa-se, portanto, não só com aspectos estruturais e representativos do significado, mas também com aspectos procedurais”, nessa proposta, essa abordagem semântica investiga também “[...] a elaboração dos significados em situações concretas” (Schwarz, 2006, p. 39).

A informação precisa ser interpretada através da aplicação da linguagem, atrelado a isso “a interpretação dependente do contexto é determinada pelo sistema conceitual. Esse sistema representa conhecimentos sobre objetos e estados de coisas” (Schwarz, 2006, p. 42). Dessa maneira, a informação não se constrói pelo significado inerente à linguagem, mas, sim, decorrente ao embate que a linguagem propõe com a realidade, ou seja, o sentido advém da conexão com o extralinguístico.

Partindo do pressuposto de que o signo linguístico é constituído por um plano da expressão e outro do conteúdo, para a semântica cognitiva “enquanto a expressão de um signo linguístico tem uma forma perceptível, o conteúdo representa um fenômeno mental não acessível à observação, o qual deve ser descoberto através de um processo heurístico” (Schwarz, 2006, p. 42). Tal posicionamento ratifica a concepção de que “significados são unidades mentais que representam informações em um modo interno de cognição segundo uma determinada maneira” (Schwarz, 2006, p. 42).

Além disso, a semântica cognitiva contribui para os efeitos semióticos acerca dos planos da expressão e do conteúdo, evidenciando que o plano da expressão pode ser visto para além das suas contribuições fonéticas e orientar todas as motivações semânticas oriundas da forma. Por seu turno, o plano do conteúdo revela o acesso a um conteúdo complexo, decorrente das conexões cognitivas entre informações, discursos e conhecimentos gerais e específicos.

Desse modo, entende-se que “os significados recebem seus conteúdos dos conceitos, mas não são necessariamente idênticos a eles”, portanto o significado é decorrente do sentido que se expressa ativando uma unidade mental na memória de longa duração (LZG), a qual está “[...] unida a uma representação e a um retículo sintático de subcategorização” (Schwarz, 2006, p. 43). Nessa proposta, “o funcionamento da relação referencial a um objeto depende das capacidades do falante e do ouvinte que pertencem a uma comunidade linguística de solicitar do seu léxico mental os significados”, por conseguinte são estes que “[...] fornecem as

informações que permitem identificar objetos como sendo membros de determinadas categorias” (Schwarz, 2006, p. 43). Com isso, fica claro que significação e referência são oriundas da capacidade humana de categorizar.

Por seu turno, é a simbolização frente às motivações contextuais que permite à linguagem sua disposição interativa e sua potencialidade de transformar em discurso o que é percebido na realidade, ou transformar em discurso informações suprarreais, visto que “[...] a interação é fundamentalmente dependente das mentes corporeificadas que a ela se engajam” (Feltres, 2007, p. 76). Diante desse aspecto, há fatores fundamentais que estabelecem a correlação entre os aspectos linguísticos, descritivos, funcionalistas e mentais:

1. Ambientais: o ambiente fornece uma base experimental comum para o desenvolvimento da estrutura conceptual-semântica;
2. Biológicos: o que se estabelece para a linguagem deve ter plausibilidade a partir de uma perspectiva biológica (anatômica, fisiológica, perceptual, neurológica, genética);
3. Psicológicos: os estudos sobre a linguagem devem ser compatíveis com o que se sabe sobre estudos psicológicos, devendo ser confrontado com evidências psicológicas;
4. Desenvolvimentais: a estrutura de um sistema linguístico é produto da aquisição da linguagem;
5. Históricos: a gramaticalização constitui o estudo da gramática em si, à medida que todos os aspectos de um sistema gramatical estão em algum estágio de um processo de gramaticalização em curso;
6. Socioculturais: a linguagem é um instrumento essencial e um componente da cultura, cujos reflexos na estrutura linguística é ubíquo e muito significativo (Feltres, 2007, p. 77).

Diante desses fundamentos, contempla-se que a linguagem é motivada e moldada por fatores comunicativos e discursivos, visto que esses fatores modelizam a percepção e é através deles que a experiência é transportada em conceitos, os quais representam e medeiam a realidade. Dessa maneira, compreende-se que a metáfora ou a linguagem patêmica seja responsável por uma virtual modelagem neural, por isso aponta-se que: a) “um corpo de construtos e noções descritivas adequam-se para uma caracterização explícita de qualquer elemento ou construção que poderia ser encontrada na linguagem natural”; b) “uma enumeração de estruturas que parecem ser prototípicas – não-marcadas, naturais e universais – em linguagem, incluindo seu grau de prototipicidade” (Feltres, 2007, p. 79).

Apresentadas as bases epistemológicas das duas gerações que suplantaram a linguística cognitiva e a semântica cognitiva, torna-se necessário tratar de alguns de seus objetos de estudo. Nessa linha, destaca-se a relevância da competência procedural. Na linguística cognitiva, “[...] a capacidade humana de falar é definida

tanto estruturalmente (como sistema mental de conhecimento) quanto proceduralmente (como processador de elaboração)” (Schwarz, 2006, p. 48). Com isso, “a eficiência do componente semântico depende tanto do sistema cognitivo linguístico intato quanto do sistema de processamento funcionalmente eficiente, o qual realiza as operações correspondentes (Schwarz, 2006, p. 48).

Diante desses fatores, a competência procedural “[...] possibilita em primeiro lugar a atualização e o uso dos conhecimentos linguístico”, consequentemente compreende-se que “[...] os mecanismos de realização (no sentido de procedimentos baseados no sistema cognitivo independentemente do tempo) são orientados para a competência”, portanto a competência procedural “[...] representa as condições da possibilidade de elaboração e interpretação semântica” (Schwarz, 2006, p. 49).

Essa competência possibilita aos falantes de uma determinada língua o conhecimento acerca das palavras que pertencem ao sistema, ou seja, essa competência ativa o conhecimento latente diante das motivações contextuais, assim o sistema procedural “[...] põe à disposição mecanismos regulatórios para um uso adequado a uma certa situação (uso seja receptivo seja produtivo) (Schwarz, 2006, p. 49). A competência procedural regula as possibilidades semânticas conforme a experiência e aquilo estabelecido no sistema, desse modo o falante reconhece os contextos em que os sentidos são pertinentes.

Ademais, essa competência tem a capacidade de estabelecer “[...] a possibilidade, por meio de unidades e estruturas linguísticas, de se relacionar com as áreas de referência, respectivamente construir campos de referência” (Schwarz, 2006, p. 48). Diante disso, é através dessa competência que os integrantes de uma comunidade efetivam os moduladores dos discursos e estabelecem fundamentos conceituais condizentes com a intencionalidade e focalização desse segmento social, cultural ou científico.

Não obstante, os fatores semânticos fornecem estratégias para que os significados sejam identificados consoante à dinâmica estrutural e performática da língua, assim é possível que os aspectos cognitivos calculem o significado das orações a partir do significado de seus constituintes, ou seja, há uma inter-relação linguística e cognição para validar o sentido manifestado, a saber, no termo, no enunciado ou no discurso.

O ponto central na atuação dessa competência é a interação linguística, já que o sentido se manifesta na organização lexical ou textual, através dos quais as

informações são ativadas, chamadas e recuperadas na memória. Frente a isso, ainda há a ativação de outros conhecimentos a fim de verificar se o sentido proposto é condizente com o significado armazenado e com os efeitos frente à realidade ou ao discurso.

Por sua vez, Fauconnier (1994, p. 85, tradução livre) aponta discussões sobre entender que o discurso é capaz de criar mundos aos quais pressuposições se ligam, assim aponta que “[...] o problema da projeção equivale a determinar quais pressuposições são transferidas para o mundo real”. Outrossim, destaca que “a principal característica a ser enfatizada sobre a análise é que ela praticamente não estabelece nenhum princípio destinado a lidar especificamente com a pressuposição” (Fauconnier, 1994, p. 85, tradução livre).

Assim sendo, a abordagem do espaço mental é essencialmente procedural, ou seja, “a combinatória ou métodos de cancelamento, embora, muitas vezes, descritivamente adequados, são, quando muito, artefato de conceituação equívoca de fenômenos pressuposicionais” (Fauconnier, 1994, p. 85, tradução livre). O que chama a atenção no processo de interpretação é a construção de inferências para preencher as lacunas de informações implícitas, isto é, a competência procedural pode exercer a função semântica-cognitiva de verificação da verdade, todavia vai depender dos princípios de formação do indivíduo, relativos à experiência com o mundo e a constituição dos fatores morais.

Ainda Fauconnier (1994, p. 88, tradução livre) destaca que “se uma sentença complexa herda as pressuposições de suas partes simples – equivale, em termos procedurais, a saber se uma pressuposição satisfeita em M pode ou deve ser satisfeita no espaço correlato R”, como é observado “[...] outras pressuposições complexas de sentenças complexas refletem superficialmente a satisfação dos pressupostos relativos a vários espaços”.

Desse modo, Fauconnier (1994, p. 104, tradução livre) ainda revela que entende a compreensão das pressuposições como inerente à competência procedural, o que efetiva que “[...] receber informações está mais próximo de uma propriedade prototípica de uso de pressuposição do que de uma caracterização pragmática geral de pressuposições”. Nessa linha, evidencia-se que a competência procedural está condicionada à modelagem efetivada através da experiência e busca replicar cenários já conhecidos.

Frente a isso, estabelece-se a semântica procedural, a qual “[...] considera os significados não como fatos estáticos, mas como o resultado de processos linguístico-cognitivos” (Schwarz, 2006, p. 142). Outrossim, configura-se à base das seguintes premissas:

a) “todo processo de elaboração da fala ocorre seguindo regras bem definidas” (Schwarz, 2006, p. 142);

b) “falante e ouvinte dão significados a expressões. Expressões linguísticas por si mesmas não têm qualidade semântica” (Schwarz, 2006, p. 142);

c) “vocabulários são somente abstrações didáticas. Vocabulários têm um significado somente quando ocupam uma posição sintática num conjunto” (Schwarz, 2006, p. 142);

d) “existe um sistema aberto de unidades linguísticas e de classes associadas contextuais” (Schwarz, 2006, p. 143);

e) “modelos mentais, que representam partes de domínios complexos de saber, funcionam como contextos” (Schwarz, 2006, p. 143);

f) “o significado de uma palavra é representado no modelo da memória [...] como um processamento (ou um programa de processamentos)” (Schwarz, 2006, p. 143).

Somado a isso, é válido destacar que por ser uma semântica fundamentado em procedimentos processuais cognitivos é sistematizada à base de dispositivos e comandos lógicos na combinação das proposições linguísticas, isto é, “o formato representativo da semântica procedural apoia-se nas formas de representação dos sistemas de produção”, fator que evidencia que “para uma determinada quantidade de estados de um sistema (no lado do ‘se’), são especificadas determinadas ações correspondentes (no lado do ‘então’)” (Schwarz, 2006, p. 143).

Portanto, estima-se que “os sistemas de produção representam uma quantidade ordenada de acoplamentos ‘se-então’, os quais retratam os conteúdos declarativos do saber no formato procedural que permite simular o processo cognitivo” (Schwarz, 2006, p. 143). Dessa maneira, “no centro da semântica procedural, está o processo de constituição do significado, e o seu modelo representa a tentativa de compreender começo, sequência e fim dos processos semânticos de interpretação” (Schwarz, 2006, p. 143).

Outro ponto importante a ser debatido no cenário da semântica cognitiva é o construto de mundo como base de referencialidade. De todo modo, “o

desenvolvimento do componente semântico pressupõe as estruturas e procedimentos fundamentais cognitivos, que pertencem à área da organização perceptiva e conceitual” (Schwarz, 2006, p. 67). Com isso, ocorre “[...] a possibilidade de experimentar o mundo através dos receptores sensoriais, a representação mental do saber-de-mundo e a competência procedural, i. e., a possibilidade de atualização e da aplicação (uso) das estruturas-de-saber” (Schwarz, 2006, p. 67).

Nessa perspectiva, entende-se que o mundo experienciável deriva da percepção, e essa estrutura perceptiva especifica os referentes em consolidação dos objetos reais, pois as informações recebidas diretamente do ambiente são processadas através de linguagem patêmica em um complexo de informações sensitivas. Essas atribuições da linguagem são ajustadas na referência ontológica conforme a modelização conceitual frente aos modelos explorados pela experiência, tanto em sua face linguística, como em sua face cognitiva.

É fundamental apontar que “[...] as nossas percepções de um objeto não podem ser comparadas com o objeto, antes que nós percebamos o próprio objeto” (Schwarz, 2006, p. 69), de tal modo que, sobre a representação do objeto, “[...] o cérebro chega à sua forma madura de otimização funcional somente através de múltiplas intervenções com o seu meio-ambiente. As funções neurônicas do cérebro encontram-se realmente subordinadas ao princípio de homeostase cognitiva” (Schwarz, 2006, p. 69). O sistema nervoso atua para equilibrar percepção, compreensão, modelação da linguagem e cognição em uma realidade estável, porém deve-se destacar que “[...] a maneira de trabalhar do sistema nervoso não é solipsista, pois uma parte do organismo humano encontra-se sempre em contato com o meio-ambiente” (Schwarz, 2006, p. 69), por isso boa parte da significação está ancorada na percepção do mundo através do corpo.

Por um lado, estima-se que a capacidade linguística e cognitiva seja ontogenética, contudo “nas qualidades estruturais e funcionais do cérebro do homem, há uma possibilidade de experienciar o mundo como resultado do nosso desenvolvimento filogenético” (Schwarz, 2006, p. 69). Isso implica no entendimento de que “o mundo real, que nós vivemos por meio dos nossos receptores sensoriais de uma forma tão imediata como real e objetiva, é um construto do nosso cérebro” (Schwarz, 2006, p. 69). Essa construção mental se organiza e se modula através de “[...] estímulos do meio-ambiente no qual vive o organismo do homem, em uma

maneira específica de sua espécie e constrói um conceito global do mundo” (Schwarz, 2006, p. 70).

Nesse cenário, o construto informativo é “[...] submetido a uma última avaliação, antes de se tornar abjeto da experiência atual do homem como parte da realidade” (Schwarz, 2006, p. 73). Desse modo, “o objeto da percepção – o percepto –, neste nível multimodal, é um produto do cérebro construído sinteticamente a partir de diferentes informações, produto que é definido pela interação com o mundo externo”, assim tem-se como resultado que “os perceptos globais, i. e., os objetos holísticos da percepção resultam da ativação simultânea de várias áreas do cérebro” (Schwarz, 2006, p. 73).

Diante disso, reconhece-se que “experiências perceptivas são, portanto, o resultado de um processo construtivo do cérebro” (Schwarz, 2006, p. 73), que sob operações analiticamente calculáveis, e precisam ser calculadas pela competência procedural, pois caso contrário não se realiza. Sem experiência e esquemas de modelização da mente não há cognição, ou seja, essas operações perceptivas e cognitivas conduzem, “[...] através de uma projeção topográfica, a uma representação que possui para nós, estatuto de objeto” (Schwarz, 2006, p. 73).

O cérebro tem papel fundamental na constituição de uma interface mente e realidade, já que “[...] provoca perceptos que são percebidos como entidades externas reais”, isso indica que “o cérebro humano constrói um mundo projetado para fora, o qual nos apresenta uma organização que experienciamos como uma estrutura objetiva existente independente de nós” (Schwarz, 2006, p. 75).

Para acrescentar, o mais intrigante é que “não podemos perceber o processo de construção do mundo, só podemos refletir sobre ele”, o que leva à outra reflexão: “se entendermos agora o mundo e sua percepção não mais do ponto de vista de uma realidade ontológica mas do ponto de vista do cérebro, a questão da relação entre a língua e mundo assume uma nova maneira de ser encarada”, visto que aquilo denominado como fundamento da referencialidade das unidades semânticas está “[...] na atividade construtiva do cérebro humano” (Schwarz, 2006, p. 75). Desse modo, a mente, através de processos cognitivos, de modelização pela linguagem patêmica e da atuação da competência procedural, ativa a experiência latente e, conforme a percepção vai ajustando a experiência adquirida às novas informações, vão se estabelecendo novas experiências colaterais.

Para Lakoff (1998, p. xiv, tradução livre), “na visão objetivista, as coisas estão na mesma categoria se e somente se tiverem certas propriedades em comum”, além disso “essas propriedades são condições necessárias e suficientes para definir a categoria. Não obstante, “[...] os símbolos usados no pensamento obtêm seu significado por meio de sua correspondência com as coisas – coisas particulares ou categorias de coisas – no mundo (Lakoff, 1998, p. xiv, tradução livre). Outrossim, “todas as categorias conceituais devem ser símbolos (ou estruturas simbólicas) que podem designar categorias no mundo real ou em algum mundo possível” (Lakoff, 1998, p. xiv, tradução livre).

Entretanto, é válido destacar que “[...] as categorias conceituais têm sido estudadas intensivamente e com grande detalhe em várias ciências cognitivas, em especial a antropologia, a linguística e a psicologia” (Lakoff, 1998, p. xiv, tradução livre). Nessa linha, a semântica cognitiva demonstra que o processo de categorização difere nos aspectos mentais e de representação da realidade daquilo proposto pela visão objetivista. Frente a essas constatações, a semântica cognitiva propõe o seguinte:

1. O pensamento é corporificado, ou seja, as estruturas usadas para montar nossos sistemas conceituais crescem a partir da experiência corporal e fazem sentido em termos dela; além disso, o núcleo de nossos sistemas conceituais está diretamente fundamentado na percepção, no movimento corporal e na experiência de caráter físico e social;
2. O pensamento é imaginativo, pois os conceitos que não estão diretamente fundamentados na experiência empregam metáfora, metonímia e imagens mentais - todos os quais vão além do espelhamento literal, ou representação, da realidade externa. É essa capacidade imaginativa que permite o pensamento "abstrato" e leva a mente além do que podemos ver e sentir. A capacidade imaginativa também é incorporada indiretamente, já que as metáforas, metonímias e imagens são baseadas na experiência, muitas vezes na experiência corporal. O pensamento também é imaginativo de uma forma menos óbvia: toda vez que categorizamos algo de uma forma que não espelha a natureza, estamos usando capacidades imaginativas humanas gerais;
3. O pensamento tem propriedades gestálticas e, portanto, não é atomístico; os conceitos têm uma estrutura geral que vai além de simplesmente juntar "blocos de construção" conceituais por meio de regras gerais;
4. O pensamento tem uma estrutura ecológica. A eficiência do processamento cognitivo, como no aprendizado e na memória, depende da estrutura geral do sistema conceitual e do que os conceitos significam. O pensamento é, portanto, mais do que apenas a manipulação mecânica de símbolos abstratos;
5. A estrutura conceitual pode ser descrita usando modelos cognitivos que possuem as propriedades acima;
6. A teoria dos modelos cognitivos incorpora o que estava certo sobre a visão tradicional de categorização, significado e razão, ao mesmo tempo em que explica os dados empíricos sobre categorização e se ajusta à nova visão geral (Lakoff, 1998, p. xiv-xv, tradução livre).

Consoante Lakoff (1998, p. 6, tradução livre), a maior parte da categorização humana ocorre de modo automático, devido à influência de modelos ancorados na experiência de mundo, isto é, “ao nos movermos pelo mundo, categorizamos automaticamente pessoas, animais, e objetos físicos, tanto naturais quanto artificiais”.

Outrossim, o autor ainda aponta que tal dinâmica pode “[...] levar à impressão de que apenas categorizamos as coisas como elas são, que as coisas vêm em tipos naturais e que nossas categorias mentais se ajustam naturalmente aos tipos de coisas que existem no mundo” (Lakoff, 1998, p. 6, tradução livre).

Um ponto importante nesse processo é o uso da linguagem, para tanto há a aplicação da linguagem patêmica e posteriormente a aplicação da linguagem lógica. Somado a isso, a mente humana também é capaz de categorizar entidades abstratas. Dessa maneira, “classificamos eventos, ações, emoções, relações espaciais, relações sociais e entidades abstratas de uma gama enorme: governos, doenças e entidades em teorias científicas e populares, como elétrons e resfriados” (Lakoff, 1998, p. 6, tradução livre).

Consoante Lakoff (1998, p. 8, tradução livre), “[...] a categorização humana é essencialmente uma questão de experiência e imaginação humanas – de percepção, atividade motora e cultural, por um lado, e de metáfora, metonímia e imagens mentais no outro”. Nessa perspectiva, “[...] a razão humana depende crucialmente dos mesmos fatores, e, portanto, não pode ser caracterizada apenas em termos de manipulação de símbolos abstratos”, o que decorre que “mudar o próprio conceito de uma categoria é mudar não apenas nosso conceito de mente, mas também nossa compreensão do mundo”, ou seja, “categorias são categorias de coisas. Como entendemos o mundo não apenas em termos de coisas individuais, mas também em termos de categorias de coisas, tendemos a atribuir existência real a essas categorias” (Lakoff, 1998, p. 9, tradução livre).

Atrelados a esses fatores de conceitualização e categorização conforme a incidência da percepção, é necessário destacar a constituição de *percepta* para configurar uma representatividade mental. Desse modo, “um resultado perceptivo constitui-se como referente potencial a partir de uma ação recíproca complexa entre retículos neurônicos (ativados por estímulos externos) e impulsos internos” (Schwarz, 2006, p. 76).

Somado a isso, efetiva-se que *percepta* trata-se de objetos perceptíveis, reais e são “[...] a última fase de um complexo processo de laboração de informações”

(Schwarz, 2006, p. 76). Além disso, “sua referencialidade (no sentido de uma representação experienciável conscientemente) está acoplada com a interação com os estímulos externos do ambiente”, o que perfaz a “[...] possibilidade de ser evocada como representação é ligada à atividade dos órgãos de sentido” (Schwarz, 2006, p. 76).

Nesse quesito, a referencialidade se constitui frente à percepção e como a forma se ajusta à mente, em destaque à memória. A linguagem exerce o papel de modelação, assim a linguagem patêmica efetiva as impressões decorrentes aos sentidos, às emoções e à subjetividade como um todo, enquanto a compreensão e a razoabilidade efetivam a lógica como construtora do conhecimento.

É possível afirmar que os *percepta*, em sua totalidade, é capaz de representar o mundo W_r^9 , ou seja, aquilo que é “[...] experienciável como estado real do *modus* externo”; por outro lado, forma-se o modelo mental W_m^{10} através do “[...] conjunto de todas as unidades da cognição representacional no *modus* interno, que têm referentes no mundo perceptual” (Schwarz, 2006, p. 76).

É necessário evidenciar que os *percepta* devem refletir os dois aspectos: mental e real, já que “este modelo de mundo é experienciado no seu caráter mental, como estado interno do organismo” (Schwarz, 2006, p. 76). Por um lado, “[...] a existência de ambos os mundos é alicerçada na estrutura e na função do cérebro humano. Ambos os campos de experiência cognitiva em um *modus* interno e externo”; por outro, “os *percepta* vivenciados como objetos reais são resultados finais de um processo da cognição representacional regulada pelo cérebro”, ou seja, *percepta* são válidos quando ancorados em objetos reais, tendo em vista que “alucinações são *percepta* sem objeto” (Schwarz, 2006, p. 77).

Na relação percepto e semântica, entende-se abordar a construção de mundos possíveis, já que a mente sistematiza o real, mas também é capaz de criar ficções, portanto “mundos possíveis são assim sempre o construto mental de um processo individual de elaboração de informações” (Schwarz, 2006, p. 78). Outrossim, “por meio da língua, podemos deixar sair o nível concreto da representação e nos relacionar a classes através da abstração”, fator materializado no enunciado através da aspectualização dos objetos linguísticos, ou melhor, o construto mental se manifesta através de conjuntos de figuras ou de temas, visto que “as unidades semânticas do

⁹ $W=Welt$: mundo; $r=real$ (externo).

¹⁰ $W=Welt$: mundo; $m=mental$ (interno).

léxico fundam-se, entre outras, na capacidade de abstração classificadora” (Schwarz, 2006, p. 79).

É nessa dinâmica que o discurso articula informações conforme a organização da experiência individual. A objetividade e a veracidade não são resultantes da informação articulada, mas da correlação cognitiva entre os aspectos semânticos, sua aspectualização e realidade, pois “as estruturas semânticas pertencem a um plano funcional que está já amplamente livre de uma intenção imediata com o meio-ambiente, mas que está em uma relação estabelecida pela atividade do cérebro, com o mundo (Schwarz, 2006, p. 79). É, dessa forma, que estruturas semânticas, marcadas pela composição sígnica e mental de figuras e temas e suas possíveis relações, manifestam “[...] uma espécie de representações metassensoriais e supramodais” e, com isso, “[...] podem ser construídas ativamente modelizações de possíveis realidades” (Schwarz, 2006, p. 79).

Na abordagem cognitiva, a semântica não está reduzida ao valor semântico e linguístico estabelecidos pelo léxico. Diferentemente, o léxico é um chamariz, um ícone que materializa aspectos semânticos de uma configuração da realidade mais ampla e complexa, no caso, abordando a fenomenologia que efetiva o conceito. Assim, os aspectos conceituais da cognição estão atrelados ao fenômeno que perfaz o plano semântico e o plano conceitual, ou seja, os conceitos são “[...] as unidades elementares da nossa cognição representacional” (Schwarz, 2006, p. 91).

Nesse interim, os conceitos são “[...] as unidades mentais de organização como aquelas que têm a função de armazenar o saber sobre o mundo em uma forma abstrata” (Schwarz, 2006, p. 91). Além disso, “como microelementos do nosso sistema cognitivo, eles possibilitam o armazenamento em forma econômica e a elaboração de unidades de experiência subjetiva, distribuindo as informações em classes segundo traços definidos” (Schwarz, 2006, p. 92). Desse modo, é “através de unidades estruturais conceituais, os homens conseguem organizar uma quantidade enorme de informações de tal forma que se tornem possíveis uma ação e uma compreensão eficientes (Schwarz, 2006, p. 92).

Nessa linha, é possível apresentar dois planos de organização dos conceitos: a) o plano intra: “refere-se à construção interna de um conceito e implica a questão de saber quais regularidades [constantes] inerentes determinam a estrutura interna de um conceito”; b) o plano inter: “refere-se às relações de um conceito com outros conceitos” (Schwarz, 2006, p. 92).

Ainda, pode-se apontar que conceitos são “determinantes que delimitam sistematicamente a construção do sistema conceitual são uma quantidade de princípios que fixam/estabelecem uma tipologia ontológica” (Schwarz, 2006, p. 96). Dessa forma, as categorias desse sistema ontológico “[...] oferecem as condições-molduras para formação das estruturas conceituais”, que se caracterizam por serem “unidades elementares do sistema conceitual de conhecimento” e, como categorias ontológicas, definem os modelos do mundo (Schwarz, 2006, p. 96).

Além disso, atuam sobre a aprendizagem, por isso determina-se que “[...] as estruturas conceituais são conteúdos de memória, os quais devem ser estudados como resultado de processos de aprendizagem cognitivos” (Schwarz, 2006, p. 96). Esses processos atuam em três constantes na aprendizagem cognitiva:

1) “a elaboração e o armazenamento de unidades de experiência em uma forma categorizada (elaboração de conceitos)” (Schwarz, 2006, p. 96). Sobre esse aspecto, destacam-se os tipos de experiência: a) experiência adquirida: decorrente da interação com o meio-ambiente, trata-se de um conhecimento já processado cognitivamente; b) experiência latente: está articulada com a experiência adquirida, porém, diferentemente daquela, não é deliberada, consciente, ou seja, a experiência latente está cognitivamente processada e armazenada na memória do indivíduo, no entanto é ativada diante de cenas, práticas e motivações de todos os tipos; c) experiência colateral: é o tipo de experiência que não foi cognitivamente processada, contudo, a partir das motivações e assessorada pelos outros tipos de experiência, amplia o conhecimento do indivíduo frente ao objeto, fenômeno ou evento da realidade, portanto é extremamente importante para o processo cognitivo no que tange à aprendizagem;

2) “incorporação dos conceitos em estruturas complexas (construção de esquemas)” (Schwarz, 2006, p. 96). Sobre esse aspecto, merece destaque o fato de a mente aprender através de modelos, repetições e representações, assim os conceitos assumem papel de construtos da realidade, visto que não podem ser confundidos com a própria realidade. De fato, o conceito proporciona um conjunto de simulacros que direcionam a atuação do indivíduo, podendo corrigir sua compreensão e conduta diante dos ajustes frente aos elementos da realidade percebidos e processados cognitivamente durante a interação (física ou mental);

3) “utilização do saber armazenado nos processamentos do pensar e na solução de problemas (elaboração de estratégias ou construção do saber procedural)” (Schwarz, 2006, p. 96).

Sobre esse aspecto, vale a menção à competência procedural, fundamental para que se crie modelos de conduta e comportamentos, diante dos quais valida-se os fundamentos semânticos frente ao confronto com a realidade. Nessa atuação, entende-se que a mente recorre aos saberes já processados, tanto para abrir possibilidades para o novo, como para corrigir e ajustar hipóteses. Esse elemento é fundamental para a sobrevivência, pois mensura o que é seguro e o que pode ser feito para ampliar o conhecimento.

Decorrente a esses aspectos que incidem no processo cognitivo de aprendizagem, conceptualização e categorização são fundamentais para garantir a organização das coisas do mundo e estabelecer equivalência e identidade, assim a mente pode promover a generalidade das informações. Com isso, “identidade e equivalência representam os princípios fundamentais na categorização do mundo e do saber sobre o mundo” (Schwarz, 2006, p. 97).

Dessa forma, para Schwarz (2006, p. 97), categorização é “[...] o processo de classificação, o qual abrange os processos parciais de subordinação, de abstração e de hierarquização”. Nessa disposição, “[...] um grupo de unidades é subdividido em grupos menores de unidades semelhantes” (Schwarz, 2006, p. 97). Decorrente a esse procedimento, “categorias combinam exemplares de classes”, visto que subtraem as diferenças individuais, portanto “conceitos são parte de categorias, e eles são dispostos em planos hierárquicos distintos” (Schwarz, 2006, p. 97).

Não obstante, “o princípio de identidade nos permite reconhecer um objeto, em tempos e espaços diferentes, como uma e a mesma entidade”, algo possível graças à conceptualização. Defende Schwarz, (2006, p. 97) que conceptualização é “[...] o processo fundamental que gera, antes de tudo, as unidades mentais ao ser transportadas para o *modus* mental as unidades e os estados experienciados externamente”. Ademais, destaca-se que esse “*modus* mental distingue-se pelo fato de ser experienciável por princípio como estado interno de representação”, ou seja, “o processo de conceitualização transforma, portanto, as unidades externas, com a ajuda de regras mentais de transformação, em unidades internas” (Schwarz, 2006, p. 97).

Nessa perspectiva, pode-se apontar duas classes de conceitos: a) *type*-conceitos: “[...] armazenam as informações sobre classes inteiras de objetos”; b)

token-conceitos: “[...] conceitos que representam objetos individuais”, portanto conceitos individuais (Schwarz, 2006, p. 98).

Sendo assim, os conceitos devem ser considerados como “[...] unidades operativas que contêm princípios segundo os quais experiências podem vir a ser acomodadas”, por isso devem ser reconhecidos como “[...] esquemas na escala micro da cognição, os quais são montados de variáveis mentalmente limitada as quais podem ser preenchidas por determinados dados do meio-ambiente”, assim como conceitos derivados estão presentes nas variações individuais e interculturais (Schwarz, 2006, p. 105).

A construção conceitual possibilita à mente o entendimento da realidade a partir de construtos que organizam a realidade. Para que sua atuação seja significativa na construção cognitiva, é importante a inter-relação dos conceitos. Nessa concepção, surge a **teoria reticular** que estabelece os nós de conceitos, que efetivam as “[...] relações sistemáticas com outros nós de conceitos”, dessa maneira “o significado de um conceito nasce da relação na qual se encontra com outros nós de conceitos” (Schwarz, 2006, p. 133-134).

A teoria reticular demonstra que os conceitos se constituem pelas concepções mentais da realidade, bem como sua formatação e ampliação enquanto cena, prática, ou simulacro demanda a correlação de vários outros conceitos, pois a elaboração contextual não se configura pela unidade do ser, a própria configuração ontológica demarcar a correlação de elementos em unidades pequenas que se estendem ao conjunto. Frente a isso, a teoria reticular aponta que conceitos constituem a configuração de conceitos, sendo estes aplicados a outros contextos possuem a competência de modular outros tantos conceitos.

Essas relações se efetivam através de traços expressivos de inclusão e de atribuição, assim “os nós representam unidades em um retículo organizado hierarquicamente, o qual armazena economicamente todas as informações” (Schwarz, 2006, p. 134). Com isso, “as qualidades conceituais são representadas só uma vez e no nó hierarquicamente mais alto”, conseqüentemente tem-se um modelo mental que economiza o “[...] espaço de armazenagem e as redundâncias são presumidas” (Schwarz, 2006, p. 134).

Ponto fundamental do modelo reticular é que a sistematização semântica é condicionada pela incidência da **competência procedural**, o que evidencia alguns fatores importantes para estabelecer a relação semântica, como a ativação dos nós

conforme a posição no retículo, o que permite a relação conceitual à base de uma estrutura linear, alternada ou radial, tendo em vista que não é uma construção mecânica em que a distância semântica estaria geometricamente proporcional ao número de nós que se constroem ao longo do caminho. Em relação à interação mente e meio-ambiente, observa-se que quanto mais relevante for a informação, mais centralizada é a organização dos nós, pois as informações principais conduzem a atuação do retículo que comanda o processo cognitivo.

Outro elemento presente no modelo reticular é a organização dos conceitos, tendo em vista que “[...] a base do retículo não está a organização hierárquica, mas a articulação em retículo e as relações de semelhança entre conceitos” (Schwarz, 2006, p. 135). Sobre as semelhanças, é importante evidenciar que “quanto mais características dois conceitos têm em comum, mais ligações nascem entre si e tanto mais rapidamente podem ser reciprocamente comparados” (Schwarz, 2006, p. 135). Consequentemente, “[...] a decisão sobre a semelhança de dois conceitos depende também da importância de suas características e esta nasce da força das ligações entre os relativos conceitos”, assim “a força das ligações depende por sua vez do fato de como muitas vezes as características de um nó de conceitos são ativadas” (Schwarz, 2006, p. 135).

O modelo reticular possibilita a **relação radial** dos conceitos, como aponta Lakoff (1998, p. 91, tradução livre), “o modelo central determina as possibilidades de extensões, juntamente com as possíveis relações entre modelo central e os modelos de extensão”. Essa organização pode ser disposta conforme alguns modelos: a) centralidade: membros básicos da categoria; b) encadeamento: categorias centrais intercaladas a categorias complexas, assim ligam-se às próximas categorias; c) domínios de experiência: modelos básicos de experiência decorrente aos aspectos culturais; d) modelos idealizados: modelos construídos conforme mitos, crenças e rituais; e) conhecimento específico: categorias específicas conforme domínio de conhecimento; f) sem propriedade comum: as categorias, de modo geral, não precisam ser definidas; g) motivação: os princípios gerais dão sentido à classificação e à identificação, mas não predizem exatamente as categorias (Lakoff, 1998).

A importância dos modelos cognitivos para a fundamentação do conceito perfaz apontamentos teóricos da linguística, da psicológica, da neurociência, da antropologia, da sociologia e da filosofia, assim estabelecendo o que se denomina de **conexionismo**. Diante disso, entende-se que modelos cognitivos se constituem em

construtos mentais e estes organizam vários domínios da experiência humana, tanto prática quanto teórica, visto que “modelos cognitivos são construtos idealizados porque, em primeiro lugar, não precisam se ajustar necessária e perfeitamente ao mundo”, já que “[...] sendo resultados da interação do aparato cognitivo humano (altamente corporalizado) e a realidade – via experiência -, o que consta num modelo cognitivo é determinado por necessidades, propósitos, valores, crenças etc.” (Feltes, 2007, p. 89).

Sendo assim, é possível “[...] construir diferentes modelos para o entendimento de uma mesma situação, e esses modelos podem ser, inclusive, contraditórios entre si”, portanto esses modelos são “[...] resultado da atividade humana, cognitivo-experencialmente determinada, são o resultado da capacidade de categorização humana”, o que leva a estabelecer que “[...] uma categoria passa a ser vista como uma relação entre o aparato cognitivo humano e o mundo de estímulos da realidade externa” (Feltes, 2007, p. 89).

Por outra via, é também fundamental apontar que os modelos cognitivos devem “[...] ser entendidos, em alguns contextos, como modelos culturais, à medida que o sistema conceptual humano e várias categorias por ele geradas são, ao mesmo tempo, cognitivas e culturais” (Feltes, 2007, p. 90). Além disso, “[...] modelos culturais não são estruturas meramente internas, devendo, antes, ser tomados no sentido estrito de modelos, esquematizações coletivas, intersubjetivas, como propriedades de grupos, não de indivíduos, à medida que são conhecimentos compartilhados” (Feltes, 2007, p. 90). Por isso, embora a cognição humana “[...] está inextricavelmente ligada à experiência humana corpórea, social, cultural e histórica”, “[...] nem todos os modelos cognitivos podem ser entendidos como modelos culturais, já que há discussões em torno da tese de que alguns modelos cognitivos possuem caráter universal” (Feltes, 2007, p. 90).

Outro modelo mental importante para destacar a relação cognitiva com a realidade e constituição de construtos conceituais é a teoria da categorização motivada por estereótipos prototípicos. Trata-se de uma teoria cunhada por Eleanor Rosch (1973, 1975a, 1975b, 1976), que, substancialmente, foi tratada por estudos nas teorias cognitivas, como por exemplo as abordagens de Lakoff (1998). O desenvolvimento dessa teoria se consiste em três fases:

Fase 1: os protótipos eram definidos a partir da: a) “saliência perceptual”; b) “pela maior memorabilidade” e; c) “pela generalização de um estímulo para outro que lhe fosse fisicamente similar” (Feltes, 2007, p. 107).

Fase 2: “[...] os efeitos prototípicos poderiam fornecer uma categorização da estrutura interna da categoria”, por isso se instauram duas questões basilares: a) “os efeitos prototípicos caracterizam a estrutura da categoria com ela está representada na mente?”; b) “os protótipos constituem representações mentais” (Feltes, 2007, p. 107).

Fase 3: “[...] os efeitos prototípicos teriam fontes que não poderiam ser determinadas através desses efeitos”, desse modo “os efeitos de prototipicidade seriam fenômenos superficiais”, o que leva ao posicionamento de que “[...] os efeitos prototípicos são resultados do fato de que o conhecimento está organizado em termos de modelos cognitivos idealizados de vários tipos”, sendo assim “[...] tais modelos são que seriam a fonte dos efeitos de prototipicidade constatados” (Feltes, 2007, p. 107).

De todo modo, a teoria do protótipo consiste em defender que “[...] a maioria das categorias é altamente estruturada internamente e não têm fronteiras claramente definidas” (Rosch, 1973, p. 110). Com isso, o conceito central é apontado decorrente às categorias que são “[...] compostas de um significado nuclear que consiste dos casos mais claros (melhores exemplos) da categoria, circundados por outros membros de similaridade decrescente ao significado nuclear” (Rosch, 1973, p. 110).

Como exemplo de aplicação desse modelo mental:

a categoria Ave seria estruturada de tal maneira que SABIÁ seria o membro mais central, o melhor exemplo, e AVESTRUZ, um dos membros mais periféricos. A categoria VEÍCULO teria como membro mais nuclear CARRO e como um dos mais periféricos ESQUIS (Feltes, 2007, p. 110).

Com esses fatores, observa-se tratar de um modelo taxionômico de organização das categorias, visto que estimula delinear ou espelhar uma estrutura correlacional ao meio-ambiente. Somado a isso, caracteriza-se por ser uma modelo que se alinha às configurações gestálticas devido ao estímulo de percepção de forma e fundo.

Esse modelo de categorização é resultante de “[...] testes experimentais pelos quais informantes, postos diante de uma categoria de objetos e de diversos outros possíveis membros dessa categoria, escolheram o que consideravam como representante exemplar da categoria: o protótipo” (Neves, 2018, p. 159). Dessa forma,

há o postulado de que “[...] as categorias não são completamente homogêneas, já que as propriedades que integram cada uma delas não são comuns a todos os membros” (Neves, 2018, p. 159). Por sua vez, “os membros de uma categoria têm entre si similitudes parciais, as semelhanças de família” (Neves, 2018, p. 159).

Nessa sistematização, o que determina “[...] uma categoria natural não é necessariamente um traço particular, mas um bloco de traços característicos”, ou seja, “[...] próximos dos protótipos estão os membros da categoria que apresentam grande número de traços característicos, e mais distantes estão os membros que apresentam menor número desses traços (Neves, 2018, p. 159). A correlação das entidades com seus traços de classificação se especifica através da semelhança. Dessa maneira, há “[...] um conjunto de similaridades entre as ocorrências de uma mesma classe, não sendo necessário, porém, que as propriedades comuns sejam partilhadas por todas as ocorrências”, diferentemente disso, basta “[...] que elas se manifestem em, pelo menos, mais de uma ocorrência” (Neves, 2018, p. 159).

Na linha de modelos mentais, mais um a se destacar é o **Blending**, um modelo que compõe o cenário de teorias de modelos cognitivos idealizados. Essa teoria demonstra “[...] o papel de fatores cognitivos como princípios de organização do conhecimento e estratégias de processamento, para a interpretação semântica das expressões linguísticas em linguagem natural” (Feltes, 2007, p. 116). Também denominada teoria dos espaços mentais propõe que “os espaços mentais são domínios conceituais que estruturam vários tipos de informações: imagens, representações pictoriais, fotografias, jogos, esportes, campos científicos, obras literárias, sistemas hipotéticos, entre outros” (Feltes, 2007, p. 116).

Ademais, esses espaços mentais são construtos conceituais, categorias ou domínios, que integram vários tipos de informação, representando, cognitivamente, vários universos reais ou imaginários, de situações diversas, localizados no tempo e no espaço. Desse modo, seu processo de construção “[...] ocorre tomando-se em conta um falante-ouvinte engajado num processo de produção-compreensão de enunciados linguísticos, numa relação íntima com o contexto situacional” (Feltes, 2007, p. 116).

A composição de *blend* está fundamentada na capacidade da mente de formular *frames* e cenários e desses conjuntos informacionais proporcionar a constituição de um *background*, já que objetiva a configuração de uma rede de integração conceptual. Consequentemente a isso, “[...] construir uma rede de

integração envolve estabelecer espaços mentais, fazer equiparações entre espaços, projetar seletivamente um *blend*, localizar estruturas compartilhadas” (Feltes, 2007, p. 120). Somado à possibilidade de “[...] projetar de volta para os *inputs*, recrutar novas estruturas para os *inputs* ou para *blend* e realizar várias operações no próprio *blend*” (Feltes, 2007, p. 120).

Nessa configuração, é importante evidenciar que “os espaços mentais não são equivalentes a domínio”, visto que “os espaços representam cenários particulares que se estruturam por dados domínios – estruturas de conhecimento mais estáveis e mais gerais na memória de longo prazo” (Feltes, 2007, p. 121). Por sua vez, “[...] os *blends* podem representar domínios conceptuais construídos, por falantes e ouvintes, de caráter temporário” (Feltes, 2007, p. 121).

Os *blends* validam a configuram conceitual, pois sua organização categórica não se trata de uma construção idealista, mentalista ou meramente linguística. A aplicação da linguagem é um recurso de compreensão e organização dos saberes, das informações e das dinâmicas de uso e aplicabilidade sobre as coisas do mundo.

Para Fauconnier (1997, p. 149, tradução livre), o *blend* trata-se de “[...] uma operação simples, mas na prática dá origem a inúmeras possibilidades”, já que “[...] opera em dois espaços mentais de *input* para produzir um terceiro espaço, a combinação”, ou seja, *blend* se efetiva, pois “[...] herda a estrutura parcial dos espaços de *input* e tem sua própria estrutura emergente”.

Desse modo, o *blend* apresenta:

- a) mapeamento de espaços cruzados: trata-se de “[...] um mapeamento parcial de contrapartes entre os espaços de *input*” (Fauconnier, 1997, p. 149, tradução livre);
- b) espaço genérico: “[...] há um espaço genérico que mapeia cada uma das entradas”, esse espaço, por seu turno, “[...] reflete alguma estrutura e organização comuns, geralmente mais abstrata, compartilhadas pelos *inputs*”, desse modo “[...] define o mapeamento do espaço cruzado central” (Fauconnier, 1997, p. 150, tradução livre);
- c) *blend*: os *inputs* 1 e 2 são parcialmente projetados (Fauconnier, 1997);
- d) estrutura emergente: o *blend* “[...] emerge estruturas não provenientes dos *inputs*, mas decorrentes de três maneiras inter-relacionadas”: composição, realização e elaboração (Fauconnier, 1997, p. 150, tradução livre).

Nessa linha, entende-se por composição “[...] tomadas em conjunto, as projeções de *input* disponibilizam novas relações que não existiam nos *inputs*

separados”; já a realização trata-se de ser “o conhecimento sobre *background* dos *frames*, sobre modelos cognitivos e culturais, por isso permite que a estrutura composta seja projetada decorrente de insumos em uma estrutura autocontrolada no *blend*” e; a elaboração, em que o *blend* se realiza, consiste no trabalho cognitivo que ocorre dentro do *blend* (Fauconnier, 1997, p. 150, tradução livre).

A teoria dos espaços mentais entende que as expressões linguísticas são “[...] a face acessível das operações cognitivas, por via dos processos mentais e que o uso linguístico se liga”, isto é, “[...] a partir de uma experiência ativam-se, no evento linguístico, esquemas e padrões imagéticos que estão na mente no falante”, portanto é assim que “[...] a integração conceptual se processa a partir de *frames* e domínios” (Neves, 2018, p. 127).

Os espaços mentais são “[...] constructos cognitivos estabelecidos especialmente para os diretamente envolvidos em uma interação, implicando, por isso, uma dinamicidade e densidade dos processos sociais e cognitivos de construção de significação” (Neves, 2018, p. 127). Portanto, a teoria dos espaços mentais capta “[...] os reflexos linguísticos de conexões cognitivas”, as quais são “estruturas cognitivas humanas – tais como *frames*, metáforas, mundos representados e projetados” (Neves, 2018, p. 127). Dessa forma, “[...] modeladas e descritas dentro de um aparato que sistematize e generalize sua ocorrência na linguagem natural” (Neves, 2018, p. 127).

Nessa linha, destacam-se os modelos cognitivos proposicionais, responsáveis pela ativação dos fatores cognitivos, como memória, conhecimento, *blend*, competência procedural. Entre os elementos proposicionais, os mais relevantes são a proposição simples, a taxonomia, a categoria radial e o *frame*.

O *frame* apresenta um papel extremamente importante para a configuração dos processos cognitivos, tendo em vista que atua como uma cena, uma prática, um cenário, um conjunto de ações que se desenha mentalmente e aplica os conceitos para preencher a imagem mental efetivando-os como simulacros importantes para testar o conhecimento, ampliar o conhecimento, verificar possibilidades e corrigir a conduta.

Assim, consolida-se *frame* como “[...] estruturas com o papel de representar entidades conceptuais” (Feltres, 2007, p. 135). Por sua vez, “essas estruturas emolduram uma grande quantidade de conhecimento sobre um determinado conceito”, visto que “[...] caracterizam uma cena ou situação abstrata como um

mecanismo de estruturação cognitiva, sendo algumas partes indexadas por palavras associadas a elas e usadas no processo de compreensão” (Feltres, 2007, p. 135).

Sob o aspecto linguístico, “[...] palavras ou expressões linguísticas evocam *frames*, os quais são conduzidos da memória de longo prazo para, por exemplo, a memória operacional” (Feltres, 2007, p. 135). Sua atuação é tão complexa que não se trata de “[...] pacotes estocados, mas como estruturas em contínua construção a partir da experiência” (Feltres, 2007, p. 135).

Dessa maneira, os *frames* evocam conceitos não situados apenas pela presença da palavra ou motivação, mas, sim, pela atuação dos elementos linguísticos na ativação do conhecimento, já que os *frames* ativam simulacros, esse conhecimento é estabilizado e organizado pelas informações que circundam o objeto, fenômeno ou evento real ao cultural, ou seja, os *frames* são atividades doravante a construção de *background* alocados na experiência de mundo.

Nesse cenário, é importante ressaltar que “os *frames* fornecem uma estrutura conceptual global que define as relações semânticas entre campos de conceitos relacionados e as palavras que os expressam” (Feltres, 2007, p. 136). Dessa maneira, “um *frame* de um dado conhecimento geral é representacional e proposicional, pois caracteriza o conhecimento de *background* estruturado relativo a um conceito”, portanto “[...] *frames* usados como *background* são geradores de inferências” (Feltres, 2007, p. 136).

Sendo assim, uma espécie de produto seria o ***script***, visto que o *script* é “[...] uma cadeia de inferências pré-organizadas relativa a uma situação de rotina específica”, por conseguinte “trata-se de uma sequência de conceptualizações com algumas variáveis (variáveis de *script*)” (Feltres, 2007, p. 136). Posto de outro modo, pode-se afirmar que “[...] as pessoas entendem mais facilmente uma história (um evento) quando experienciaram muitas vezes no passado, essa experiência é codificada em um *script*”, isto é, “[...] uma vez construído, faz com que o processo não precise ser recapitulado, permanecendo na memória de longo prazo” (Feltres, 2007, p. 137). Ademais, “o *script* tem também uma grande forma preditiva e permite reconhecer falhas na sua estrutura” (Feltres, 2007, p. 137).

Diante dessas situações, é possível avançar e tratar dos elementos mentais mais explorados na semântica cognitiva: a linguagem metonímica e metafórica e a constituição da metáfora conceitual. A teoria da metáfora conceitual é decorrente, grosso modo, de alguns fenômenos ancorados na percepção corporal traduzível em

linguagem patêmica. Por sua vez, esse tipo de linguagem canaliza os fatores emocionais em analogias físicas na tentativa de modelizar o pensamento, transformando fatores subjetivos, como aspectos decorrentes do *páthos*: emoção, sentimento, sensação em aspectos objetivos, sendo a representação ancorada no cenário real e exterior, portanto sua organização se efetiva a partir de um domínio conceitual A, o qual é denominado de domínio-fonte, concomitantemente há um domínio conceitual B, responsável pela estruturação dos efeitos de compreensão, denominado de domínio alvo (Feltres, 2007).

Nessa interação, há uma projeção metafórica, em que há um mapeamento que liga o domínio-fonte ao domínio-alvo e, assim, motiva-se a correlação entre os domínios, com isso ocorre a universalidade de metáforas em nível transcultural, visto que: a) “experiências universais não necessariamente geram metáforas universais”; b) “a experiência corpórea pode ser usada seletivamente na criação de metáforas”; c) “a experiência corpórea pode ser sobrepujada por processos culturais e cognitivos”; d) “metáforas primárias não são necessariamente universais”; e) “metáforas complexas podem ser potencial ou parcialmente universais”; f) “as metáforas podem não ser necessariamente baseadas na experiência corpórea, pois muitas são baseadas em fatores culturais e processos cognitivos de vários tipos” (Feltres, 2007, p. 153).

Além disso, é previsto que a metáfora conceitual seja sistematizada à base de onze componentes, a saber:

1. Domínio-fonte e 2. Domínio alvo: a metáfora consiste em um domínio-fonte e de um domínio-alvo, em que a fonte é um domínio mais físico, e o alvo, um domínio mais abstrato. Exemplos: A VIDA É UMA JORNADA (ou VIAGEM);
3. Base experiencial: a escolha de uma fonte específica para seguir a um alvo específico é motivada por uma base experiencial ou corpórea. Exemplo: a afeição correlaciona-se com calor corporal: AFEIÇÃO É CALOR;
4. Estruturas neurais no cérebro correspondentes a 1 e 2: A experiência corpórea resulta em certas conexões neurais entre áreas do cérebro. Exemplo: Quando a área do cérebro correspondente à afeição é ativada, aquela correspondente ao calor também o é;
5. Relações entre fonte e alvo: A relação entre fonte e alvo é tal que um domínio-fonte pode aplicar-se a vários alvos, e um alvo pode ligar-se a várias fontes. Exemplo: o domínio JORNADA (ou VIAGEM) pode ser aplicado tanto a VIDA quanto a AMOR;
6. Expressões linguísticas metafóricas: A ligação de domínios-fonte e domínios-alvo dão origem a expressões metafóricas, de tal modo que expressões linguísticas derivam da conexão entre dois domínios conceptuais. Exemplo: “uma relação calorosa” (a partir de AFEIÇÃO É CALOR);
7. Mapeamentos: Há correspondências conceptuais básicas e essenciais ou mapeamentos entre os domínio-alvo e domínio-fonte. Exemplo: O AMOR É UMA JORNADA (ou VIAGEM) [...];

8. Acarretamentos: Os domínios-fonte mapeiam ideias para o alvo para além das correspondências básicas. Tais mapeamentos adicionais são chamados acarretamentos, ou inferências. Exemplo: O AMOR É UMA JORNADA (ou VIAGEM) [...];

9. Blends: A junção de um domínio-fonte com um domínio-alvo pode resultar em mesclas (blends), construtos conceptuais que são novos com respeito tanto à fonte quanto ao alvo. Exemplo: Ele estava tão furioso que fumaça saía pelos seus ouvidos [...];

10. Realizações não-linguísticas: Metáforas podem ser realizadas através de formas não-linguísticas ou pensamentos. É o caso de práticas sócio-físicas e realidade.

Metáfora conceitual: IMPORTANTE É CENTRAL

Realização não-linguística: Num evento social, pessoas em alta posição social tendem a ocupar lugares físicos mais centrais do que as menos importantes (a localização de uma mesa ou o assento em uma mesa);

11. Modelos culturais: metáforas conceptuais convergem com ou produzem modelos culturais que operam no pensamento. Tais estruturas são tanto culturais como cognitivas (por isso modelo cultural ou modelo cognitivo), sendo representações mentais específicas de aspectos do mundo (Feltres, 2007, p. 153-155).

A aplicação da metáfora como componente modelizador da mente evidencia a constituição de categorias e de classificação à base do sensível, ou seja, a linguagem patêmica busca retratar a percepção da realidade tendo como norteador o corpo, o qual posiciona a significação conforme sua posição discursiva, ou seja, o corpo é a concentração do sensível e, a partir deste, efetua a construção cognitiva dos valores a serem mediados acerca da realidade.

Ademais, o modelo conceitual que trata a metáfora como construtora de conceitos aponta três tipos de metáforas:

1. metáfora orientacionais: as metáforas orientacionais estruturam os conceitos linearmente, orientando-se por referência a orientações lineares não metafóricas [...]. Este é o caso das seguintes metáforas: MENOS É PARA BAIXO, MAIS É PARA CIMA, de acordo com as seguintes sentenças: Nossas vendas baixaram no ano passado.

O número de livros publicados a cada ano continua subindo.

2. metáforas ontológicas: [...] implicam em projetar características de entidades ou substâncias sobre algo que não tem essas características de maneira inerente [...]. Aqui, entidades refere-se tanto a coisas como a seres, constituindo-se a PERSONIFICAÇÃO uma metáfora ontológica. A metáfora A MENTE É UM RECIPIENTE tem caráter ontológico, como em:

Sua mente está repleta de ideias.

Acho que terei que esvaziar minha cabeça nas férias.

Será que terei que botar juízo na tua cabeça?

3. metáforas estruturais: Estas implicam em estruturar um tipo de experiência ou atividade em termos de um outro tipo de experiência ou atividade [...]. Esse é o caso, por exemplo, da metáfora COMPREENDER É VER, conforme as sentenças a seguir:

Não estou vendo aonde queres chegar com essa explicação.

Ele me fez ver os problemas dessa teoria.

Vejo essa decisão de outro ponto de vista. (Feltres, 2007, p. 155-156).

O objetivo incutido no modelo mental à base de linguagem metafórica é apontar que “os conceitos que regem nosso pensamento não são simplesmente assunto do intelecto”, ou seja, “também regem nosso processamento cotidiano, desde os detalhes mais comuns” (Lakoff; Johnson, 2009, p. 39, tradução livre). Esses efeitos ocorrem porque “nossos conceitos estruturam o que percebemos, como nos movemos no mundo, a maneira com que nos relacionamos com as outras pessoas”, portanto “[...] nosso sistema conceptual desempenha um papel central na definição de nossas realidades cotidianas” (Lakoff; Johnson, 2009, p. 39, tradução livre).

Nesse cenário, as metáforas orientacionais estão ancoradas na percepção corporal, em uma atividade alinhada a estrutura fisiológica dos membros, cabeça e olhos, por isso a maioria dessas metáforas estão relacionadas à “[...] orientação espacial: cima-baixo, dentro-fora, frente-trás, profundo-superficial, centro-periférico” (Lakoff; Johnson, 2009, p. 39, tradução livre).

Por sua vez, as metáforas ontológicas tratam de substâncias e de identidade, isto é, “nossa experiência sobre os objetos físicos e sobre as substâncias proporciona uma base adicional para a compreensão avançada de uma mera orientação” (Lakoff; Johnson, 2009, p. 63, tradução livre). Isso aponta que “entender nossas experiências em termos de objetos e substância nos permite eleger partes de nossa experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de um tipo uniforme”, portanto “uma vez identificadas nossas experiências como objeto ou substâncias, podemos nos referir a elas, categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las e, dessa maneira, refletir sobre elas” (Lakoff; Johnson, 2009, p. 63, tradução livre).

Além de estruturas metafóricas, há também os processos de personificação, em que a informação construída transfere para a substância ou objeto a responsabilidade de agir na realização da ação. Outrossim, a linguagem também oferece organizações cognitivas a partir da metonímia. Com isso, estabelece-se que “a metáfora é principalmente uma maneira de conceber uma coisa sobre a expressão terminológica de outra e sua função principal é a compreensão” (Lakoff; Johnson, 2009, p. 74, tradução livre). Por seu turno, a metonímia “[...] tem, primariamente, uma função referencial, ou seja, permite-nos utilizar uma entidade por outra”, no entanto a metonímia “[...] não é meramente um procedimento referencial. Também desempenha a função de nos proporcionar compreensão” (Lakoff; Johnson, 2009, p. 74, tradução livre).

Em suma, a semântica cognitiva derivada da linguística cognitiva e esta, por sua vez, presente no arcabouço de teorias cognitivas que visam à compreensão das atividades mentais que possibilitam os seres humanos a adquirir conhecimento proporciona instrumentalização, métodos e procedimentos para tratar os conceitos como elementos decorrentes aos aspectos cognitivos. Nesse aspecto, a formulação do conhecimento, das categorias, das descrições e das classificações pode decorrer da relação linguagem patêmica e lógica com a realidade, através de mecanismos de aprendizagem, ampliação da experiência, memória, ativação do conhecimento adquirido e ajustamento e correções acerca da percepção e do entendimento sobre as coisas do mundo.

Fundamentada em um conjunto de recursos teóricos, a semântica cognitiva apresenta uma performance processual, ou seja, não só analisa o significado manifestado em termos, frases, sentenças, proposições, texto e discursos, mas também analisa a construção da significação e como essa se configura pelas motivações do efeito de sentido que se apresentam em um complexo sistema retroalimentar em que a informação não é estanque, isto é, há elementos significativos presentes no sistema de *input*, além da recuperação dos aspectos semânticos e reais verificados pela atuação da competência procedural.

É nessa configuração que o processo cognitivo ativa o conhecimento já processado e armazenado no sistema reticular, o qual está diretamente alinhado à memória e aos modelos mentais de correlação conceptual, seja a organização radial, taxonômica, seja por *frames*, há uma relação entre realidade, percepção e linguagem.

Essa linguagem inicial, oriunda da percepção e da emoção, configura-se como uma linguagem patêmica, que toma forma através de metáforas e de metonímia, as quais ancoradas na percepção corporal estabelecem recursos de orientação da modelização da interação, raciocínio, projeção, assim propondo categorizações, classificações e a conceptualização, fundamentais para que processos cognitivos estabeleçam conjuntos de simulacros para tratar o plano externo, real, com objetividade, nesse sentido o conceito é a manifestação da mediação já que compartilha os estados da mente com os estados da realidade.

As informações internalizadas, verificadas com o sistema interno e confrontadas com o sistema externo, através da competência procedural, possibilita uma nova composição, no processo denominado *blend*, em que *inputs* se misturam e convergem para promover uma nova resolução, ou seja, experiências de mundo,

latentes e colaterais se inter-relacionam em uma resolução mental a fim de alcançar novos esquemas sobre as coisas do mundo. Através de novas informações, a conceptualização dos objetos, fenômenos e eventos do mundo são corrigidos, melhorados e ratificados a fim de se constituir *frames*, os quais modelam comportamentos e condutas, desse modo estabilizando *scripts*. Assim, permitindo aperfeiçoar a interação com a informação, ou seja, sua captação, seu tratamento, sua representação e sua significação.

A semântica cognitiva é uma importante abordagem teórica na contribuição nas análises sobre o significado, o sentido e a significação, pois permite uma interação linguística, em níveis lexicais, gramaticais, textuais e discursivos com o extralinguístico, não apenas como um intento real dependente de epistemologias filosóficas que tratam da lógica, da metafísica e da fenomenologia, visto que, somada a essa discussão, é possível refletir como a mente participa da organização da informação e de sua representação simbólica nos instrumentos de análise.

Em confronto com as demais linhas da semântica, a semântica cognitiva como também a semântica da enunciação apresentam caminhos que evidenciam que a linguagem não é mero produto social. Diferentemente, os aspectos sociais implicados na linguagem são modeladores de fatores cognitivos, assim como os fatores cognitivos permitem, a partir dos *frames*, *blends* e competência procedural, desenvolver senso crítico, separar o comum do científico e reconhecer as sutilezas de modulação nos discursos que evidenciam o sentido com verificadores da realidade, ou como destratores da ancoragem no mundo real.

Dessa maneira, este capítulo destinado a revisitar alguns segmentos da semântica e a refletir sobre os aspectos semânticos e os fatores cognitivos que proporcionam à linguagem o fator de produtora de sentido e significação, como também recurso fundamental na construção da aprendizagem e do conhecimento. Portanto, a linguagem e os fatores cognitivos são basilares para a constituição dos conceitos, pois estes não são meras representações linguísticas, mas também são mediações cognitivas que efetivam como a mente age, interage, cria, recria e ressignifica a realidade.

5 PRAGMÁTICA: COMPORTAMENTO, COGNIÇÃO E VERDADE

As relações humanas são marcadas pelos aspectos de significação que constituem a formação simbólica, a compreensão da informação e a construção de conhecimentos, que correlacionam a experiência aos objetos, fenômenos e eventos presentes na realidade e na ficção, ou seja, inerente às ações cotidianas.

Nesse propósito, a atuação da linguagem, além de estabelecer as relações lógicas na constituição semântica, a partir dos fomentos de uma determinada língua, também evidencia que o processo de sentido e significação, como analisado em Semântica, pode ser decorrente das ações, sendo estas determinantes e determinadas pela cognição e pela conduta, ou seja, decorrente da relação mente e objeto ativador de experiência.

Sendo assim, o sentido e a significação não são mais debatidos na esfera semântica, ou ainda, na esfera textual, pois assume uma construção que se efetiva em atos, sendo que estes podem ser únicos, concentrados ou recortes oriundos de escolhas e construção de coletâneas informacionais. Destarte, o sentido e a significação se constituem na sistematização do enunciado, enquanto objeto linguístico materializado, para que, através das marcas de enunciação, esses atos reverberem e efetivem produtos socioculturais que se estabelecem em discursos.

Frente a isso, o discurso torna-se importante como uma ponte entre o ato de fala, os recursos linguísticos, os processos cognitivos de interpretação, que perfazem a mediação entre realidade e mente, gerando uma condensação de representação da realidade, esta não vista apenas como simulacros estáticos, mas como um processo dinâmico de sincretismo entre todos esses fatores para gerar a significação e a compreensão.

Nessa linha, a verificação da verdade que se manifesta através da significação não é uma condição presa puramente à lógica, no nível sintático, frasal, textual, o que se submerge aos fatores semânticos, mas através de recursos linguísticos e extralinguísticos que se ajustam no ato de fala. Assim, a verdade não é compreendida como um valor manifestado e realizado na esfera lexical, mas, sim, é uma grandeza confirmada através de verificação presente entre o comportamento linguístico na construção do enunciado e a conduta proposta pelo modo como o objeto, fenômeno ou evento afetam a mente. Portanto, a verdade não está no enunciado, mas nos mecanismos que constituem o discurso.

Um ponto importante nessa relação diz respeito ao fato de que como é a conduta que afeta a mente, não há perigo de que a compreensão e a interpretação sejam modelizadas por procedimentos relativistas, visto que a conduta apenas é possível de ser suscitada, porque o objeto, o fenômeno, ou o evento oferecem determinadas possibilidades.

Evidentemente, o ato de fala pode se ancorar em níveis de experiências que permitem uma análise subjetiva, é, por isso, que, ao sistematizar a aplicação da Pragmática¹¹, a partir de teorias da linguagem e da filosofia da linguagem, reconhece-se um conjunto de procedimentos que permitam a verificação das informações, dos contextos, das escolhas lexicais e dos objetos extralinguísticos para efetuar o estágio de significação funcional que vai permear as discussões e decisões.

Assim sendo, o objetivo deste capítulo é analisar os fundamentos teóricos que envolvem os diversos estudos sobre a Pragmática e, assim, refletir sobre suas principais linhas de desenvolvimento, sobre seus principais conceitos e como suas estratégias podem contribuir para a análise do sentido e da significação.

Somado a isso, entende-se que o estudo da Pragmática é válido não apenas para retratar a complexidade da pragmática junto à semiótica, mas também se destaca sua contribuição para o universo da organização do conhecimento, em destaque o que envolve procedimentos voltados para a leitura documental, análise e tratamento documental, seleção de informações para efetuar a representação ou a recuperação.

Esses apontamentos ganham importância devido aos fatores subjetivos que se implicam na interação com o texto-documento, o que evidencia que a escolha dos descritores para elaborar objetos informacionais, por exemplo, são suscetíveis a mecanismos que afetam a mente que interage e é responsável pela tomada de decisões. Um texto-documento é composto de diversos vieses discursivos, como também por diversos conceitos, além de recortes temáticos, o conjunto desses fatores afetam, de algum modo, a mente, e esses fatores são determinantes para a constituição das escolhas informacionais.

O conceito pragmática é oriundo do pragmatismo, doutrina desenvolvida pelo filósofo estadunidense Charles Sanders Peirce. Os termos pragmática e pragmatismo

¹¹ Será utilizado nesta pesquisa as diferentes formas de registrar o termo, dessa forma Pragmática, com letra maiúscula se refere ao campo de investigação e de produção de conhecimento, enquanto pragmática, com letra minúscula, será direcionado ao ato de produzir significação. Também será usado de modo diferencial pragmática de pragmático, sendo este alinhado ao Pragmatismo, enquanto aquela vinculada à Pragmática.

são derivados da palavra grega *pragma*, que significa ação, aquilo que foi realizado, um ato, um feito, uma prática e diversas vertentes relacionadas à realização de atividades ou tarefas (Houaiss, 2001). Como apresentado no dicionário Houaiss (2001, p. 2276), *pragma*, substantivo grego, cujo significado é “negócio, coisa por fazer, o que se faz; ação, atividade; obrigação”. Já para o termo pragmática, o dicionário aponta que etimologicamente é originada do latim *pragmatica* (sc. *sanctio*) (sanção), “equivalente a código de procedimentos práticos do *Codex Theodosianus* [438 d.C.], < gr. *pragmatikós*, é, ón que concerne à ação, próprio da ação; relativo a negócios” (Houaiss, 2001, p. 2276).

Sobre a evolução de sentido e uso do termo, Houaiss (2001, p. 2276) apresenta que:

no *Código justiniano*, ocorrem as expressões *pragmatica sanctio*, *pragmatica iussio*, *pragmatica annotatio* ‘sanção pragmática, ordenação pragmática, anotação pragmática’, em que o adj. é sin. de ‘estatal, governamental’, adj. que, substv., e traduzindo o lat. *pragmatica sanctio*, aparece no ing. *pragmatic*, em 1587, e, muito antes, no esp. *pragmática*, em 1501, em breve repercutindo no it. *prammatica*, no sXVI ainda, e no port. *pragmática*, no sXVI; [...] f. hist. c1543 *prematicas*, 1652 *pragmatica* (Houaiss, 2001, p. 2276).

O dicionário Houaiss (2001, p. 2276) define pragmática como um termo originado no ano de 1543 e tem as seguintes entradas:

1. toda e qualquer lei diferente do direito ou ordenança real;
2. conjunto de normas ou determinações que devem ser seguidas nas cerimônias palacianas ou religiosas;
3. (1899) protocolo diplomático ou social; etiqueta;
4. conjunto de considerações práticas (sobre algo);
5. JUR regra ou conjunto de regras relacionadas com a prática social e jurídica, em oposição a palavras e fórmulas; praxe;
6. LING a parte da teoria do uso linguístico que estuda os princípios de cooperação que atuam no relacionamento linguístico entre o falante e o ouvinte, permitindo que o ouvinte interprete o enunciado do seu interlocutor, levando em conta, além do significado literal, elementos da situação e a intenção que o locutor teve ao proferi-lo;
7. SEMIO parte da semiótica que estuda as relações causais (entre outras) entre as palavras, expressões ou símbolos e seus usuários (Houaiss, 2001, p. 2276).

Nessa linha, o dicionário etimológico indica que o termo pragmática é derivado do latim tardio *prāgmática*, por sua vez do latim tardio *pragmatīcus*, derivado do grego *pragmatikós*, foi utilizado pela primeira vez no século XVII pela igreja com o fito de apontar “conjunto de regras ou fórmulas para as cerimônias da corte ou da igreja”; já o termo pragmático foi utilizado em 1873, e pragmatismo no século XX, do inglês *pragmatism* (CUNHA, 1986, p. 627).

Em uma abordagem filosófica, pode-se definir Pragmática como:

O capítulo embrionário da semiótica que estuda o uso de signos, ou as relações locutor-signo. A maioria dos filósofos aborda a pragmática apenas com sua experiência linguística pessoal juntamente com algumas ferramentas lógicas. Não é de admirar que tal abordagem não tenha produzido mais do que uma tipologia dos atos de locução. Se jamais ela sair do chão, a pragmática científica será incluída na união da psicolinguística, sociolinguística e praxiologia. E se isto acontecer, não haverá mais lugar para a pragmática filosófica [...]” (Bunge, 2012, p. 291).

Para a linguística estrutural, pragmática é vista como:

O aspecto pragmático da linguagem [que] concerne às características de sua utilização (motivações psicológicas dos falantes, reações dos interlocutores, tipos socializados da fala, objeto da fala etc.) por oposição ao aspecto sintático (propriedades formais das construções linguísticas) e semântico (relação entre as unidades linguísticas e o mundo (Dubois *et al.*, 1998, p. 480).

Pragmática também pode também ser definida pela linguística e por teorias da linguagem como:

O ramo da linguística que estuda como os enunciados comunicam significados num contexto. O estudo do significado, comumente conhecido como semântica, tem sido por muito tempo uma das áreas mais difíceis e desanimadoras dos estudos linguísticos. Nas décadas de 1950 e 1960, porém, os linguistas e os filósofos começaram a dar-se conta, aos poucos, de que a dificuldade era o resultado do fato de que eles não tinham sido capazes de distinguir dois aspectos bastante diferentes do significado.

O primeiro tipo de significado é intrínseco a uma expressão que o contém, e não pode ser separado dessa expressão. O estudo desse tipo de significado é o domínio da semântica [...]. Além disso, há um segundo tipo de significado, que não é intrínseco à expressão linguística que o veicula, e resulta da interação entre a expressão linguística e o contexto em que é usada. Ao estudo desse tipo de sentido damos um novo nome: pragmática.

[...]

Convém registrar que, na Europa continental, o termo pragmática é frequentemente usado num sentido muito mais amplo do que nos países de língua inglesa; nesse sentido mais amplo, incluem-se um grande número de fenômenos que os linguistas dos países de língua inglesa considerariam como pertinentes estritamente ao domínio da sociolinguística (Trask, 2008, p. 232-234).

Para a semiótica de linha peirciana, a Pragmática é “o termo usado por Charles Morris para designar aquele ramo da semiótica que se dedica a investigar a relação entre os signos e seus diversos usuários (isto é, produtores e intérpretes)” (Colapietro, 1993, p. 162, tradução livre).

Já para a semiótica de linha greimasiana (francesa), a pragmática, consoante Greimas e Courtés (2016, p. 379), indica que “o exame dos discursos narrativos levou-nos a distinguir, em nível superficial, a dimensão cognitiva e a dimensão pragmática, servindo esta, por assim dizer, de referente interno àquela”. Frente a isso, entende-se que:

A dimensão pragmática, reconhecida nas narrativas, corresponde, grosso modo, às descrições, que ali são feitas, dos comportamentos somáticos significantes, organizados em programas e recebidos pelo enunciatário como acontecimentos, independentemente de sua eventual utilização no nível do saber: os objetos pragmáticos são reconhecíveis como valores descritivos (como os objetos que podem ser estesourados ou consumidos), em oposição aos valores modais (Greimas; Courtés, 2016, p. 379).

Ademais, a semiótica também reconhece o impacto nas atividades humanas e os desdobramentos teóricos propostos por Morris, embora haja uma fundamentação epistemológica distinta, assim:

Percebe-se a distância que separa nossa concepção – que considera o conjunto das atividades humanas, tais como são descritas nos discursos, articulando-as segundo a dicotomia pragmático/cognitivo – da que se desenvolveu, ultramar, particularmente a partir dos trabalhos de Ch. W. Morris. A pragmática, no sentido norte-americano, visa essencialmente a depreender as condições da comunicação (linguística), como, por exemplo, a maneira de dois interlocutores agirem um sobre o outro. Para nós, essa pragmática da linguagem que se reporta às características de sua utilização constitui um dos aspectos da dimensão cognitiva, pois concerne, na realidade, à competência cognitiva dos sujeitos em comunicação, tal como se pode reconhecê-la (e reconstruir seu simulacro) no interior dos discursos-enunciados: assim, o fazer persuasivo e o fazer interpretativo não constituem parâmetros extralinguísticos, como poderia dar a entender certa concepção mecanicista da comunicação, mas entram de corpo inteiro no processo de comunicação – tal como é concebido pela semiótica em que o destinador e o destinatário, por exemplo, não são instâncias vazias (é o caso do emissor ou do receptor), mas sujeitos competentes. É evidente que, na própria linha pragmática norte-americana, uma semiótica da comunicação real (enquanto objeto descritível) pode ser elaborada, extrapolando-se em particular aos modelos da semiótica cognitiva, nascidos da análise dos discursos narrativos (Greimas; Courtés, 2016, p. 379-380).

Por fim, dentro do escopo utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa, a pragmática é assim definida pela linha da análise do discurso:

[...] pragmática pode especificar um componente da língua, ao lado do componente semântico e do componente sintático. Essa noção provém da tripartição de Morris (1938), que distinguia três domínios na apreensão de qualquer língua, fosse ela formal ou natural: (1) a sintaxe, que diz respeito às relações dos signos com outros signos; (2) a semântica, que trata das relações dos signos com a realidade; (3) a pragmática, que se interessa pelas relações dos signos com seus usuários, pelo seu uso e pelos seus efeitos. De uma maneira mais geral, quando se fala hoje em componentes pragmáticos ou quando se diz que um fenômeno está submetido a fatores pragmáticos, designa-se com isso o componente que trata dos processos de interpretação dos enunciados em contexto: quer se trate da referência dos emblemas ou dos determinantes dos substantivos, quer se trate da força ilocutória do enunciado, de sua assunção por parte do locutor (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 393-394).

Ainda sobre uma perspectiva epistemológica, a Pragmática é reconhecida pela análise de discurso como originária das abordagens de Morris, somado isso também é possível apontar atuando como:

[...] uma corrente específica de estudo do discurso na linha de Grice (1979), que se fundamenta no princípio de cooperação e nas máximas conversacionais. Nessa perspectiva, considera-se como pragmática qualquer teoria que situa em seu centro noções como as de conhecimento partilhado e de inferência. A essa abordagem associa-se, de fato, uma concepção inferencial do sentido, segundo a qual os sujeitos falantes constroem inferências, apoiando-se no contexto e no pressuposto de que as máximas conversacionais são compartilhadas pelos dois parceiros (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 394).

Assim, pode-se estabelecer uma conexão de atuação das suas áreas de modo interdisciplinar:

A análise do discurso mantém relações estreitas com a pragmática, considerada sob suas diversas facetas. Ela é obrigada a se apoiar constantemente no estudo de fenômenos tais como os conectores, a referência nominal, os atos de linguagem etc.; além disso, ela é profundamente marcada pelas ideias-força da concepção pragmática da linguagem (interatividade, papel crucial do implícito etc.). Mas cada corrente da análise do discurso privilegia esse ou aquele motivo da pragmática. Fala-se às vezes ao domínio da cognição social (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 395-396).

Diante das definições sobre Pragmática oriundas das teorias exploradas neste trabalho para tratar do sentido e da significação, entende-se ser importante para a compreensão dos desdobramentos teóricos pelos quais a Pragmática é submetida, apontar elementos que constituem a sua gênese, ou seja, de que modo os princípios do pragmatismo ou pragmaticismo de Peirce, como ainda de sua semiótica, foram motivadores da formalização da teoria precípua da Pragmática, além disso como Charles W. Morris (1901-1979) atuou como precursor da adaptação ao linguístico, gerando uma nova abordagem linguístico-filosófico para tratar aspectos da linguagem que tangem à significação.

Conforme aponta De Wall (2007, p. 17), o pragmatismo surge nas discussões proponentes em o Clube Metafísico, em destaque os debates sobre metafísica em que a partir da definição de crença por Alexander Bain de que uma crença é “[...] aquilo com base em que um homem está preparado para agir”, assim inspira a Peirce lembrar que “[...] o pragmatismo segue quase imediatamente como seu resultado natural”. Desse modo, o pragmatismo não foi contemplado como algo novo, um método inovador, revolucionário e original. Diferentemente dessa concepção, os integrantes do grupo entendiam que o pragmatismo “[...] era a adoção sistemática e consciente de um método que os filósofos vêm praticando desde a Antiguidade” (De Waal, 2007, p. 18).

Com isso, entende-se que o pragmatismo “[...] desenha uma conexão íntima entre teoria e prática, entre pensamento e ação”, ou ainda é “[...] somente um critério de significação, que estipula ser o significado de qualquer conceito nada mais do que a soma total de suas consequências práticas concebíveis” (De Waal, 2007, p. 18). Portanto, “[...] conceitos que não tenham consequências práticas concebíveis não têm significado e, se as consequências práticas concebíveis de dois conceitos são idênticas, ambos os conceitos são sinônimos” (De Waal, 2007, p. 18). Além disso, é válido destacar que “[...] o pragmatismo não é somente uma teoria do significado, mas também, e de maneira mais proeminente, uma teoria da verdade” (De Waal, 2007, p. 18).

Nessa linha, a máxima pragmatista de Peirce vai influenciar a relação entre ação e comportamento tão importante para os pragmatistas, tendo em vista que “[...] a produção triádica do significado está orientada para a ação e que a ideia que temos das coisas é apenas a soma dos efeitos que concebemos como possíveis a partir delas” (Armengaud, 2006, p. 10).

Nos desdobramentos conceptuais entre pragmatismo e pragmática, vale ressaltar que “há uma crença generalizada de que o pragmatismo teria sumido de cena nos anos 1930, quando o positivismo lógico chegou a dominar o cenário americano” (De Waal, 2007, p. 189). Por seu turno, Charles W. Morris, enquanto aluno de Mead em Chicago, “[...] buscou ativamente ligar o pragmatismo com o positivismo lógico”, somado ao fato de que “Morris foi em grande medida responsável por Rudolf Carnap imigrar para os Estados Unidos em 1936” (De Waal, 2007, p. 190). Outrossim, “junto com Carnap e Otto Neurath, Morris editou uma série de monografias sob o título *International Encyclopedia of the United Sciences*” (De Waal, 2007, p. 190).

Um episódio muito importante para os desdobramentos da Pragmática ocorreu no congresso internacional de filosofia, em 1934. Houve um interessante sincretismo entre as ideias de pragmatistas e positivistas para que fundamentos lógicos implicassem o desdobramento epistemológico. Em sua manifestação junto à sessão, Morris propôs mostrar que “[...] o pragmatismo e o positivismo são, como ele dizia, essencialmente complementares, acrescentando que muito deve ser esperado de uma consciente fertilização cruzada dos dois” (De Waal, 2007, p. 192). Morris ainda defendia que “[...] a ligação entre as duas tendências é mais forte onde elas tratam da questão do significado” (De Waal, 2007, p. 192).

Enquanto os pragmatistas buscam ligar o significado de, digamos, uma proposição com a expectativa da pessoa que usa, os positivistas lógicos ligam seu significado com as regras sintáticas da linguagem que determina seu uso (legítimo). Para os positivistas lógicos, quando se estuda o significado de uma proposição não se deve olhar para aqueles que a usam nem para os estados mentais que ligam a ela, mas deve-se estudar como a proposição se ajusta dentro da linguagem em que é anunciada. Por conseguinte, para os positivistas lógicos, o significado de uma proposição se torna as proposições não-analíticas que seguem dela logicamente, isto é, que a sintaxe da linguagem permite (De Waal, 2007, p. 193).

Frente a esse impasse, Morris defendia que as duas situações eram complementares e, assim, apresenta seu modelo triádico, baseado na semiótica peirceana, em que, motivado por aspectos biológicos e behavioristas, Morris fomenta a concepção da sintaxe, da semântica e da pragmática.

Na transição pragmatismo para pragmática, Carnap (1891-1970) entende como válida a distinção triádica de Morris e, em seu texto *Introduction to Semantics*, faz referências a Peirce e demonstra como a teoria deve se preocupar ao tratar o significado nos três segmentos teóricos.

Nesse cenário, Carnap defende que a pragmática é “[...] uma parte de uma teoria da linguagem que diz respeito à relação entre linguagem e falante”, ou seja, “se, numa investigação, referência explícita é feita ao falante, ou, para colocar em termos mais gerais, a quem usa uma linguagem, então determinamos que isso pertence ao campo da pragmática” (De Waal, 2007, p. 195). Frente a isso, reconhece-se que “o uso moderno do termo pragmática pode ser atribuído ao filósofo Charles Morris (1938), que estava interessado em esboçar (seguindo Locke e Peirce) a forma geral de uma ciência dos signos, ou semiótica (*semiotics*) (Levinson, 2007, p. 1-2).

Além de desdobrar uma concepção teórica sobre a semiótica de linha peirceana – a qual é analisada em outro capítulo – Morris se concentrou em apontar fundamentos para tratar da semiose – elemento fundamental da semiótica peirceana, em que evidencia a construção de signos sobre signos, decorrente da tricotomia *representamen*, objeto e interpretante.

Desse modo, Morris constitui três ramos de investigação para se chegar a semiose. Outrossim, “em cada ramo da semiótica, poderíamos fazer uma distinção entre os estudos puros, que tratam da metalinguagem”, como ainda “[...] estudos descritivos, que aplicam a metalinguagem à descrição dos sinais específicos e seus usos” (Levinson, 2007, p. 2). Dessa forma:

a) sintaxe: estudo da relação formal dos signos entre si. Para Morris, “[...] todo signo tem uma relação com outros signos”, ou seja, “[...] aquilo contra que o signo

prepara o intérprete a reagir só pode ser enunciado em termos de outros signos” (Armengaud, 2006, p. 44). Com isso, entende-se que, na dimensão sintática, os signos se implicam e, assim, se revela na complexidade de sua estrutura sintática (Armengaud, 2006; Levinson, 2007).

Para Morris (1976, p. 16), “a sintaxe, enquanto estudo das relações sintáticas dos signos entre eles, sob abstrações das relações dos signos aos objetos ou aos intérpretes, é a parte mais desenvolvida do ramo da semiótica”, visto que “os lógicos ocuparam-se desde os tempos mais remotos com a inferência”. Somado a isso, graças aos estudos sobre a sintaxe, “tornou-se possível caracterizar com precisão proposições primitivas, analíticas, contraditórias e sintéticas, como também a demonstração e a derivação” (Morris, 1976, p. 17).

Também foi possível provar ser “[...] possível distinguir signos lógicos e descritivos, definir signos sinônimos e proposições equipolentes, caracterizar o conteúdo de uma proposição, ocupar-se dos paradoxos lógicos, clarificar certos tipos de expressões”, as quais ele denominava de necessidade, possibilidade e impossibilidade (Morris, 1976, p. 18).

b) semântica: trata-se do estudo sobre as “[...] relações dos signos com os objetos aos quais os signos são aplicáveis (os seus *designata*)” (Levinson, 2007, p. 2). Não se trata de uma relação simples, pois “[...] admite como primeiro termo o *designatum*, o qual possui, eventualmente, apenas um *denotum*. Geralmente ela é simplificada ao ser apresentada como relações dos signos com os objetos” (Armengaud, 2006, p. 43). Na dimensão semântica, a função do signo é designar e denotar, possibilitando, sob tais características, ampliar o campo de coisas que elas designam (Armengaud, 2006).

Morris (1976, p. 24) enfatiza que “a semântica ocupa-se da relação dos signos aos seus *designata* e, desse modo, aos objetos que denotam ou possam denotar”. Também destaca que é possível fazer “[...] uma distinção entre os seus aspectos puros e descritivos, fornecendo à semântica pura os termos e a teoria necessários ao discurso acerca da dimensão semiótica da semiose, e ocupando-se a semântica descritiva dos casos reais dessa dimensão” (Morris, 1976, p. 24).

Ainda, aponta Morris (1976, p. 25), “para falar acerca da relação dos signos às coisas que eles designam pressupõe-se, em ordem a referir ambos os signos e a objetos, a linguagem da sintaxe e a linguagem-coisa”, ou seja, há uma dependência da sintaxe, e essa dependência é “[...] particularmente evidente em linguagens postas

em discussão, pois que aqui é indispensável uma teoria da estrutura formal linguística”.

c) pragmática: o estudo da relação entre os signos e os intérpretes. Consoante Armengaud, (2006, p. 43), “aqui também a relação não é simples, pois cabe primeiramente ao interpretante. Por meios de uma simplificação, Morris a reduz a uma relação com intérprete, ou, como dizemos comumente, com o usuário dos signos”. Nessa dimensão, os signos exprimem seus usuários, por conseguinte as finalidades para as quais elas são adequadas (Armengaud, 2006).

Por sua vez, Morris (1976, p. 32) comenta que “o termo pragmática foi obviamente cunhado em referência ao termo pragmatismo”. Ademais, “a perspectiva mais plausível da importância permanente de pragmatismo reside sobre o fato de ter prestado mais atenção à relação entre os signos e os seus utilizadores” (Morris, 1976, p. 32). Desse modo, pragmática “[...] designa-se a ciência da relação dos signos com seus intérpretes”, o que permitiu Morris direcionar a pragmática ao estudo das ações orgânicas, já que ele justifica sua aplicação fundamentando que “[...] a maior parte dos signos, se não todos, têm como intérpretes organismos vivos, é uma caracterização suficientemente cuidadosa de pragmática dizer que ela trata os aspectos bióticos da semiose” (Morris, 1976, p. 32).

Nessa linha, há o ajustamento teórico, já que Morris (1976, p. 34) aponta que: se se abstrair do pragmatismo os traços de particular interesse para a pragmática, o resultado pode ser formulado da seguinte maneira: o intérprete de um signo é um organismo; o interpretante é o hábito do organismo em responder, devido ao veículo sógnico, a objetos ausentes, que são relevantes para a situação problemática presente, como se fossem presentes. Em virtude da semiose, um organismo dá-se conta de propriedades relevantes de objetos ausentes, ou de propriedades não visíveis de objetos que estão presentes, e nisto reside a importância instrumental e geral das ideias. Dado o veículo sógnico como um objeto de resposta, o organismo espera uma situação de tal e tal espécie, e na base dessa expectativa, pode parcialmente preparar-se antecipadamente para o que possa ocorrer (Morris, 1976, p. 35).

Assim sendo, evidencia-se a origem da Pragmática, uma concepção teórica ajustada aos interesses de explicação biológica sobre o comportamento dos organismos frente às dinâmicas em que possam se inserir. Frente a uma teoria realista, cuja aplicação está voltada para a verificação e a inquirição da verdade, Morris adequou às linhas epistemológicas de suas crenças científicas, distorcendo as bases epistemológicas defendidas por Peirce.

De fato, embora a Pragmática tenha nascido do pragmatismo, não podem ser tratados como uma mesma teoria, embora haja muitos fundamentos do pragmatismo

sendo recuperados no desenvolvimento epistemológico da Pragmática, a qual, desde Morris, desdobrou-se em diversas linhas, além de se posicionar frente aos estudos de diversos objetos.

A Pragmática se aproximou da linguística e retorno à filosofia, graças a esse percurso epistemológico, pode-se dizer que a Pragmática se interessa por questões discursivas. De todo modo, Armengaud (2006) revela que os estudos sobre a Pragmática receberam uma classificação em três modalidades de estudo e interesse. Essa classificação foi proposta por B. Hansson, em seu programa para a Pragmática, publicado em 1974.

Desse modo, a Pragmática seria organizada em três graus, determinados, principalmente, por fatores que envolvam:

- a) a construção indicial da informação e da significação, como também a manifestação da dêixis;
- b) a disposição da enunciação e a organização do discurso, pelos quais fatores manifestantes em uma camada implícita, como pressupostos, acarretamento, implicatura e subentendido;
- c) atos de fala e toda as dimensões que envolvem ação, força, uso e como a informação afeta o comportamento do usuário e como a conduta possibilitada pelo objeto estabelece instrumentos de verificação da verdade.

Segundo aponta Armengaud (2006, p. 64), a pragmática de primeiro grau se efetiva por ser o estudo acerca dos “[...] símbolos indexicais, ou seja, das expressões sistematicamente ambíguas”, além disso também há o fato de que são “expressões cujo sentido é tal que sua referência varia sistematicamente segundo as circunstâncias de seu uso, ou seja, segundo o contexto de enunciação.

Nessa perspectiva, os fundamentos atrelados às questões indiciais e dêiticas são decorrentes da influência de algumas teorias. Assim, destacam-se três:

- a) a tricotomia do objeto, apresentada por Peirce na composição de sua semiótica. Essa tricotomia é constituída pelo ícone, índice e símbolo. Desse modo, a aplicação, por empréstimo teórico, do ícone e, principalmente, do índice na construção do enunciado (fundamentos discutidos nesta pesquisa, na seção sobre semiótica peirceana), permite marcações de continuidade na enunciação, aplicação que se configura como um fenômeno que passou a interessar o estudo em Pragmática devido às possíveis marcas de enunciação na construção do significado;

b) as questões que envolvem referência e sentido, proposto por Frege (apresentados nesta pesquisa, no capítulo sobre a Semântica, seção semântica formal). O fato de haver uma ligação com o extralinguístico para definir o sentido e este ser determinante para a construção da referência e, por conseguinte, da constituição do conceito, evidencia uma continuidade entre o enunciado e como os elementos extralinguísticos afetam a compreensão, por isso essa relação de referência também é de interesse dos estudos da Pragmática;

c) as marcações dêiticas de tempo, espaço e actante na constituição da enunciação, estudado por Benveniste (também discutido nesta pesquisa, no capítulo sobre Semântica, seção semântica da enunciação). Os recursos de debreagem interferem na construção da enunciação e, por isso afetam o ato de fala, visto que a relação subjetividade e objetividade podem ser marcada através de elementos linguísticos veiculados na superfície do enunciado, porém impactam na construção, no uso, na intencionalidade e na interatividade comunicacional, por isso tornou-se ponto de interesse dos estudos da Pragmática.

Em suma, essa condição de abordagem, somada àquilo que Armengaud (2006, p. 66) salienta:

Foi C. S. Peirce quem introduziu as expressões “índice” e “signo indicial”. B. Russell utilizou a expressão “*egocentric particular*”, que Ph. Devaux traduziu por “circunstancial egocêntrico” e J. Vuillemin por “indicador de subjetividade”. N. Goodman forjou o termo “*indicator*”. H. Reichenbach o de “*token-reflexive word*”.

Armengaud (2006, p. 67) afirma que foi Y. Bar-Hillel (1915-1975), em 1954, quem “[...] identificou a pragmática com o estudo semântico das linguagens formais ou naturais, incluindo expressões indexicais. Quer-se fixar um conteúdo semântico levando em conta determinantes pragmáticos”. Além disso, também aponta que “a relação do signo e do intérprete é tomada em consideração na medida em que afeta a relação entre signo e objeto” (Armengaud, 2006, p. 67). Ainda há o destaque que “[...] é a evidenciação de seu caráter indispensável na comunicação e a do papel capital do contexto pragmático para a determinação da referência de certo número de frases” (Armengaud, 2006, p. 67) que estabelece a pragmática como nicho central do modo como o signo afeta o intérprete.

Para Bar-Hillel (1971), trata-se de expressões denominadas de abreviadores, os quais podem ser usados de forma sistemática para abreviar várias partes do texto, assim trata-se de abreviador intercambiável, ou melhor, se ele pode ser abreviador

em uma dada circunstância cotextual ou contextual, esse abreviador é intercambiável em todas as suas manifestações no contexto, evidentemente a partir de regras internas que se estabelecem. Assim:

Doravante, usaremos 'R' para nos referirmos a conjuntos de tais regras. Observe que tal R pode permitir que uma determinada expressão X seja abreviada de várias maneiras diferentes e permitir que uma determinada ocorrência de um abreviador seja substituída por qualquer uma das várias expressões diferentes X, de modo que tais abreviadores sejam ambíguos em R. O objetivo de R visa a simplificar o vocabulário pelo qual as mensagens podem ser expressas, e R consegue esse tipo de simplificação ao permitir esse tipo de ambiguidade (Bar-Hillel, 1971, p. 81, tradução livre).

Ademais, esses abreviadores estabelecem a economia na produção do enunciado, como ainda diminui ou elimina a ambiguidade, somado ao fato de que essa dinâmica é fomentada por elementos dêiticos, como pronomes e advérbios, os quais marcam pessoas, tempo e espaço, não somente da ação, mas, principalmente, aqueles do discurso, ou seja, evidenciando as diferenças de tempo, espaço e actante sobre o fato e o relato discursivo (Bar-Hillel, 1971).

Desse modo, os elementos indiciais estabelecem no enunciado a presença de fatores linguísticos que produzem na enunciação o fator de situacionalidades. Com isso, a percepção da informação contextual estabelece a compreensão de modelos concretos que norteiam a dinâmica situacional, assim conduzindo também a manipulação dos elementos que estão presentes no ato comunicacional, dessa forma “esse subconjunto de afirmações define o contexto situacional” (Bar-Hillel, 1971, p. 183, tradução livre).

Outrossim, esse contexto situacional se efetiva decorrente a formatação de uma determinada relação comunicativa, que se constitui pela base comunicativa – que “[...] indica para cada tempo, os papéis comunicativos de falante, ouvinte e índice de tempo e local de enunciação” –; e o estatuto comunicativo, isto é, o papel comunicativo – que “[...] especifica os *status*, atitudes e apelos relevantes em relação ao parceiro de comunicação” (Bar-Hillel, 1971, p. 183, tradução livre).

Esses fatores permitem concernir os apontamentos de Armengaud (2006, p. 70-71) acerca do tratamento de símbolos indexais por Bar-Hillel, nos quais evidencia que “para corresponder a um enunciado (*statement*), uma frase deve preencher certas condições sintáticas e semânticas e, além disso, sua produção deve preencher certas condições pragmáticas”, ou seja, deve ser “[...] produzida por um ser consciente que tenha certa atitude proposicional”. Destarte, a construção do sentido deve levar em

conta a relação entre ocorrência, contexto e proposição, assim o uso comunicativo da linguagem não pode dispensar as expressões indexicais (Armengaud, 2006).

Nesse sentido, a autora (2006, p. 29) recupera a concepção peirceana sobre ocorrência:

O termo “ocorrência” é o mesmo classicamente tomado para traduzir o termo anglo-americano, “*token*”. O que é suscetível de ter ocorrência múltiplas é o termo como *tipo* [type], entidade ideal, sempre idêntico a si mesmo mediante suas diversas realizações. Quando se fala de um termo, é útil esclarecer se se entende a palavra como tipo, ou se fala dessa ou daquela ocorrência desse termo em tal texto ou em tal ocasião. Essa distinção se aplica a todos os signos em geral: letras, palavras, frases. Quando se fala do sentido literal de uma frase, isola-se a frase como frase-tipo, independentemente de toda ocorrência em um discurso; sendo o sentido então apenas função dos termos componentes e seu encadeamento sintático; pouco importa *quem* pronuncia a frase, em que circunstância e para dizer o quê. Se se levam em conta a identidade do falante, sua intenção, sua situação, vê-se que o sentido é modificado, esclarecido, enriquecido.

[...]

A distinção tipo/ocorrência (*type/token*) é um instrumento de análise indispensável tanto para a determinação do sentido quanto da verdade. A pragmática se interessa especificadamente por tudo o que é função da ocorrência de um signo (Armengaud, 2006, p. 29).

Nessa linha, a autora (2006, p. 13) destaca contexto como:

[...] a situação concreta em que os atos de fala são emitidos, ou proferidos, o lugar, o tempo, a identidade dos falantes etc., tudo o que é preciso saber para entender e avaliar o que é dito. Percebe-se o quanto o contexto é indispensável quando se está privado dele, por exemplo, quando atos de fala lhe são narrados por um terceiro, em estado isolado; geralmente eles se tornam ambíguos, inavaliáveis. Inversamente, a linguagem científica e também a linguagem jurídica sempre se esforçaram para fazer passar seus “atos de fala” – que são, o mais das vezes, textos escritos – todas as informações contextuais necessárias ao bom entendimento do que é formulado (Armengaud, 2006, p. 13).

Ainda sobre uma pragmática indexical, é válido destacar alguns pontos da concepção de Paul Gochet (1932-2011), já que o autor destaca que há marcações modais referentes ao tempo presentes na constituição dos verbos devido à presença ou ausência de suas desinências modo-temporal. Armengaud (2006, p. 77) lembra que Gochet destaca que o tempo do discurso não deve ser confundido com o tempo físico “contínuo, uniforme, linear, segmentável à vontade”, tampouco com o tempo da crônica “o tempo do calendário e da história”. O tempo linguístico tem como “[...] singularidade ligar-se organicamente ao exercício da fala, definir-se e ordenar-se como função do discurso, por conseguinte Gochet afirma que “[...] a relação com o momento da fala é a indexicalidade; a relação com um ponto de avaliação distinto do presente e fixado pelo contexto é a pragmaticidade” (Armengaud, 2006, p. 77).

Frente a isso, justifica-se que “os momentos do tempo não são situados pela língua segundo sua posição própria, mas apenas como pontos de vista para trás ou para a frente a partir do presente”, isto é, “[...] a língua deve necessariamente ordenar o presente a partir de um eixo, que é sempre e apenas a instância do discurso” (Armengaud, 2006, p. 77).

Sobretudo esses fatores indexicais apontados estão diretamente relacionados à aplicação da dêixis na composição da enunciação. Dessa maneira, determina-se dêixis como um modo que estabelece relação entre língua e contexto em estruturas próprias da língua. De fato, “o termo é emprestado da palavra grega que significa apontar ou indicar e tem como protótipos ou exemplares focais o uso dos demonstrativos, dos pronomes da primeira e da segunda pessoa, do tempo verbal, dos advérbios [...]” (Levinson, 2007, p. 65).

Ainda sobre a concepção de dêixis, ela evidencia as “[...] maneiras pelas quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação ou do evento de fala” (Levinson, 2007, p. 65). Outrossim, “[...] também diz respeito a maneiras pelas quais a interpretação das enunciações depende da análise desse contexto de enunciação” (Levinson, 2007, p. 65).

Nesse processo, entende-se que a dêixis “[...] pertence ao domínio da pragmática porque diz respeito diretamente à relação entre a estrutura das línguas e os contextos em que são usadas” (Levinson, 2007, p. 66). Soma-se ao fato de que a dêixis “[...] diz respeito à codificação de muitos aspectos diferentes das circunstâncias que cercam a enunciação, dentro do próprio enunciado”, por conseguinte “as enunciações das línguas naturais, portanto, estão diretamente ancoradas em aspectos do contexto” (Levinson, 2007, p. 67).

A dêixis, ou os recursos indiciais, produzem no contexto um conjunto de “[...] índices pragmáticos, coordenadas ou pontos de referência (que estão variadamente chamados) por falantes, destinatários, tempos de enunciação, locais de enunciação, objetos indicados e tudo mais que for necessário” (Levinson, 2007, p. 70). Nesse aspecto, as sentenças “[...] podem expressar proposições diferentes em ocasiões diferentes de uso” (Levinson, 2007, p. 71).

Comumente, para a semântica discursiva, há três variações de dêixis: dêixis de pessoa; dêixis de tempo; e dêixis de lugar, no entanto autores como Levinson (2007), frente ao cenário da pragmática, apontam ainda a dêixis de discurso e dêixis social.

Ao tratar da dêixis de pessoa, aponta-se que “assim como os falantes mudam, também o centro dêitico, do qual depende o resto do sistema dêitico, desloca-se abruptamente de participante para participante” (Levinson, 2007, p. 83). Ademais, acrescenta:

Embora a dêixis de pessoa seja refletida diretamente nas categorias gramaticais de pessoa, pode-se argumentar de que precisamos desenvolver uma estrutura pragmática, independente, de possíveis papéis dos participantes, para que possamos perceber como, e em que medida, esses papéis são gramaticalizados em diferentes línguas. Tal estrutura observaria que o falante ou porta-voz pode ser diferente da fonte de uma enunciação, o receptor diferente do alvo e os ouvintes ou pessoas que estão por perto (bystanders) diferentes dos destinatários ou alvos e que, às vezes, essas diferenças são gramaticalizadas de maneiras não óbvias (Levinson, 2007, p. 83).

De fato, as distinções gramaticais auxiliam no reconhecimento do papel discursivo, já que se trata de categorias pronominais e verbais que ancoram categorias em primeira, segunda e terceira pessoas. Em destaque, a primeira e a segunda pessoas são referências presentes nas debragagens do discurso, ou seja, a aplicação de recursos linguísticos é passível de incluir ou neutralizar a manifestação da primeira e da segunda pessoas no discurso.

Por sua vez, a terceira pessoa não se enquadra nessa dinâmica, visto que “[...] é importante observar que a terceira pessoa é inteiramente diferente da primeira ou da segunda pessoa pelo fato de que não corresponde a nenhum papel de participante específico no evento do discurso” (Levinson, 2007, p. 84), ou seja, a terceira pessoa sempre estará relacionada a um referente, por isso sempre manterá a posição neutra na interação da enunciação.

Sobre a dêixis de tempo, é necessário evidenciar que se trata do tempo a que faz referência o papel do participante, ou seja, se se trata do “agora” ou do “então”, isto é, se o falante está produzindo a enunciação referente ao tempo “agora” ou se ele se refere a outro momento, portanto é importante distinguir o tempo da enunciação ou tempo da codificação do momento da recepção ou tempo do recebimento, pois pode haver a simultaneidade dêitica, como pode haver distinção entre os tempos.

Levinson (2007, p. 91) demonstra que o “passo para ver como a dêixis de tempo interage com as medidas culturais de tempo de maneira absoluta ou não dêitica, considere palavras como *today* ‘hoje’, *tomorrow* ‘amanhã’, *yesterday* ‘ontem’.

Essas palavras demonstram relações dêiticas de precedência sobre costumes fundamentados no calendário para agir de modo absoluto sobre os dias, ou seja, *today*

é compreendido como o segmento de um dia, o qual coincide o tempo da enunciação com o tempo da recepção; já em *yesterday* (ontem) e *tomorrow* (amanhã), o seguimento discursivo não coincide com o tempo de recepção, ou seja, se um falante faz alusão a uma segunda-feira estando ele se pronunciando em uma terça-feira, a referência temporal não coincide com o tempo de discurso, pois não ocorreu no *today* (hoje), ou melhor, ou faz referência ao dia anterior ou à próxima segunda-feira.

Outro ponto importante nesse processo indicial, é a questão acerca do tempo verbal, já apontado por Paul Gochet. Para Levinson (2007, p. 94), “nas línguas que inequivocadamente têm essa categoria, tempo verbal é um dos principais fatores que asseguram que quase todas as sentenças, quando enunciadas, estarão deitivamente ancoradas a um contexto de enunciação”. Além da distinção do tempo da enunciação e do tempo do recebimento através de desinências que marcam o tempo e o modo da articulação verbal, é possível que ainda haja elementos modais, como advérbios, para contribuir na relação tempo, enunciado e referência.

A dêixis de lugar ou de espaço se refere à “[...] especificação de localizações relativamente aos pontos de ancoragem no acontecimento discursivo” (Levinson, 2007, p. 97). Somado a isso, aponta-se que “a importância das especificações de localização em geral pode ser avaliada pelo fato de que parece haver duas maneiras básicas de fazer referência aos objetos – descrevê-los ou nomeá-los, por um lado, e localizá-los, por outro (Levinson, 2007, p. 97). Os advérbios de lugar e os pronomes demonstrativos são elementos linguísticos que atuam no enunciado para evidenciar a relação enunciação e linguagem para referenciar o espaço de referência e o espaço de discurso, algo semelhante ao que ocorre com a dêixis de tempo.

Um outro elemento que se soma aos recursos linguísticos para a evidência do espaço são os gestos, os quais atuam em conjunto com o tempo discursivo e se refere a ações realizadas em ambientes indicados enquanto o discurso é proferido. Ademais, as dêixis espaciais podem atuar no cotexto, perfazendo as dinâmicas da coesão referencial, apontando elementos anafóricos e catafóricos.

Ainda há a aplicação de elementos dêiticos espaciais em referência a topologia de objetos e espaços, em que o discurso serve de orientação para indicar a correlação espacial, como por exemplo expressões: *ao lado do vaso; próximo ao portão; um dos lados da caixa* (Levinson, 2007). É válido ressaltar que a dêixis espacial tem incidência na constituição cognitiva a partir de metáforas que configuram a compreensão sob a fundamentação de espaços mentais.

A dêixis de discurso, também denominada dêixis do texto, refere-se “[...] ao uso de expressões num enunciado para fazer referência a alguma parte do discurso que contém esse enunciado (ou o próprio enunciado)” (Levinson, 2007, p. 105). De todo modo, no cotexto, assemelha-se aos fundamentos de coesão: anáfora e catáfora, porém não são o mesmo fundamento, porque a anáfora pode “[...] atuar dentro de sentenças, de sentenças para sentenças e de um turno de fala para outro num diálogo” (Levinson, 2007, p. 106).

Já as expressões dêíticas no discurso são “[...] usadas para introduzir um referente” (Levinson, 2007, p. 106), ou seja, enquanto a anáfora pode aplicar um substantivo e um pronome para estabelecer um elemento correferencial; a dêixis discursiva retoma um referente mencionado em qualquer circunstância textual da manifestação do discurso, isto é, “[...] quando um pronome se refere a uma expressão linguística (ou porção de texto) em si, ele é dêítico de discurso”; por outro lado, “[...] quando um pronome se refere à mesma entidade que uma expressão linguística anterior, ele é anafórico” (Levinson, 2007, p. 106).

Nesse aspecto, entende-se que esse tipo de dêixis possui um uso efetivo para demonstrar colocados em posições textuais nos discursos que não se misturam às referências extralinguísticas, por isso são postos que se correlacionam com o tópico do discurso, isso é, “[...] com aquilo sobre o que as pessoas estão conversando”, o que indica que há uma manifestação dêítica que distingue tópico do comentário (Levinson, 2007, p. 110).

Por fim, a dêixis social, a qual se refere “[...] aos aspectos das sentenças que refletem, estabelecem ou são determinados por certas realidades da situação social em que o ato de fala ocorre” (Levinson, 2007, p. 110). Aqui se evidencia formas polidas de tratamento, ou ainda marcas hierárquicas, já que em algumas dinâmicas sociais, em algumas culturas, os subordinados devem marcar respeito e distanciamento no ato de fala, usando recursos linguísticos para evidenciar isso.

Com isso, existe a dêixis relacional e a absoluta, as quais estão alinhadas aos honoríficos, este diz respeito “[...] ao nível hierárquico ou respeito relativo, mas há muitas outras qualidades da relação que podem ser gramaticalizadas, por exemplo, as relações de parentesco, as relações totêmicas, a condição de membro do clã etc. (Levinson, 2007, p. 111). Destarte, evidencia-se nessa trama: o honorífico de referente, quando direcionado para distinguir o destinatário; o honorífico de destinatário, quando não há nenhuma marca para distinguir sua presença; o honorífico

de espectador, em que há recursos linguísticos para distinguir os participantes dos ouvintes (Levinson 2007). Ainda há os dêiticos absolutos, como por exemplo os falantes autorizados, em que apenas integrantes de um determinado grupo podem usar em suas expressões, como também os receptores autorizados, grupos restritos de pessoas que recebem, em sua maioria, títulos de tratamento (Levinson, 2007).

Outro recurso bastante aplicado como elemento indicial na constituição da significação no plano discursivo é a **catálise**. Por catálise, para as teorias da linguagem, entende-se como a “[...] explicitação dos elementos elípticos ausentes na estrutura de superfície”, ou seja, é uma informação ausente no enunciado, mas que preenche o discurso através de um interdiscurso recuperado através de um índice, pode ser um gesto, uma palavra, expressão ou frase, um tipo de som, uma determinada imagem, visto que “é um procedimento que se realiza com o auxílio dos elementos contextuais manifestados e mediante as relações de pressuposição que entretêm com os elementos implícitos” (Greimas; Courtés, 2016, p. 54).

A catálise é o exemplo de uma manifestação na enunciação que interrelaciona os três graus da pragmática, visto que se manifesta como um índice, já sua relação com o enunciado é proferida através de elementos implícitos e pressupostos, assim seu efeito de sentido em um processo de comunicação referencia uma intencionalidade, a qual efetiva um ato de fala, visto que parte de um contexto circunstancial e existencial, ativando um contexto situacional, o qual se atualiza como contexto interacional, exigindo, para que haja a realização, um contexto pressuposicional.

Diante disso, é válido destacar as características de segundo nível da pragmática, portanto, segundo o programa de Hansson, trata-se do “[...] estudo da maneira em que a proposição expressa se liga à frase pronunciada, lá onde, nos casos relevantes, a proposição expressa deve ser distinguida do significado literal da frase” (Armengaud, 2006, p. 84). Ademais, também se destaca por ser “[...] a ampliação da noção de contexto; do contexto de localização e de identificação dos referentes e dos agentes para o contexto entendido como o que é presumido pelos interlocutores” (Armengaud, 2006, p. 84), ou seja, realiza-se consoante a intencionalidade do locutor e a experiência compartilhada entre os interlocutores acerca de um objeto, fenômeno, evento ou situação.

De fato, o que impera nesse segundo nível é a distinção entre o sentido literal e sentido expresso, fator que merece observação, pois “o sentido literal se distingue

também do sentido figurado ou metafórico”, há também o fato de que “o sentido abertamente expresso se distingue do sentido inusitado. O que é afirmado não é o que está pressuposto” (Armengaud, 2006, p. 85).

Frente a isso, entende-se que o segundo nível da pragmática trata da implicatura e da pressuposição. Por implicatura, entende-se uma correspondência à sugestão e à insinuação; já por pressuposição, é a presença de algo já conhecido presente no anteposto da informação dada (Armengaud, 2006; Levinson, 2007).

Ao se referir à implicatura, torna-se importante salientar que a implicatura se coloca como “[...] exemplo paradigmático da natureza e da força das explicações pragmáticas dos fenômenos linguísticos”, visto que “[...] as fontes desta espécie de inferência pragmática se encontram fora da organização da língua, em alguns princípios gerais da interação cooperativa”, por conseguinte “[...] esses princípios têm um efeito visível em vários pontos da estrutura da língua” (Levinson, 2007, p. 121).

Ademais, há também o fato de a implicatura oferecer explicações “[...] até certo ponto explícita de como é possível querer dizer (num sentido geral) mais do que é efetivamente dito”, ou seja, há mais informatividade do que aquilo expresso no enunciado (Levinson, 2007, p. 121). Com isso, “a noção de implicatura promete preencher a lacuna oferecendo algumas explicações de como, pelo menos, grandes porções do material”, sendo este de importância relevante na produção informacional para efetivamente proporcionar uma comunicação (Levinson, 2007, p. 122).

É importante evidenciar que as implicaturas são um tipo de inferência contextual, enquanto o acarretamento, por exemplo, é uma espécie de inferência lógica por si, ou seja, as implicaturas são inferências que “[...] ultrapassam o conteúdo semântico das sentenças enunciadas”, consequentemente tais inferências contrasta com “[...] termos como implicação lógica, acarretamento e consequência lógica, que são geralmente usados para fazer referência a inferências que derivam unicamente do conteúdo lógico ou semântico” (Levinson, 2007, p. 129).

Por isso, é necessário ter em relevância que “[...] as implicaturas não são inferências semânticas, mas, sim, inferências baseadas no conteúdo do que foi dito e algumas suposições específicas a respeito da natureza cooperativa da interação verbal comum” (Levinson, 2007, p. 129).

As implicaturas podem ser conversacionais ou discursivas e convencionais e lexicais. A implicatura discursiva evidencia no discurso algo que se deseja dar a entender, portanto há uma intencionalidade sobre compreensão do interlocutor, porém

esse sentido não é afirmado explicitamente, ou seja, o sentido não se manifesta na informação veiculada, mas na intenção de quem veiculou, assim dependendo muito da situação e da interação, já que o sentido está fora do significado, mas está em contexto.

Um ponto a se destacar sobre a implicatura é que ela é anulável, ou melhor, “a sequência de um texto pode, com efeito, anular a implicatura que o texto teria suscitado se tivesse ficado sem sequência”, visto que “a implicatura subsiste na substituição de expressões sinônimas: ela não é separável”, ainda há a possibilidade de que a implicatura “[...] pode se revelar falsa sem que a proposição portadora se veja alterada em seu valor de verdade” (Armengaud, 2006, p. 87).

Nesse contexto, “a implicatura não tem vínculo nem com os valores de verdade, nem com a forma linguística. Ela não é nem lógica no sentido restrito, nem linguística. É discursiva e contextual” (Armengaud, 2006, p. 88). Sendo assim, “reside naquilo que é pensado a partir, ao mesmo tempo, do que é dito e da situação em que é dito, situação que não é a do falante apenas, mas a situação comum a dois (ou a vários) interlocutores” (Armengaud, 2006, p. 88).

Frente a isso, compreende-se que “[...] as implicaturas são anuláveis e podem desaparecer em certos contextos linguísticos ou não linguísticos”, por isso elas são “[...] totalmente diferentes das inferências lógicas e não podem ser diretamente moldadas nos termos de alguma relação semântica como o acarretamento” (Levinson, 2007, p. 144). Além disso, a implicatura está “[...] ligada ao conteúdo semântico do que é dito, não à forma linguística, e, portanto, as implicaturas não podem ser retiradas de um enunciado simplesmente trocando as palavras do enunciado por sinônimos” (Levinson, 2007, p. 144).

Outra característica da implicatura é que ela é calculável, ou seja, deve ser possível construir argumentos que demonstrem que “[...] a partir do significado literal ou do sentido da enunciação, por um lado, e do princípio cooperativo [...], por outro, segue-se que um destinatário faria a inferência em questão para preservar a cooperação presumida” (Levinson, 2007, p. 145). Portanto, as implicaturas são não convencionais, já que “[...] não fazem parte do significado convencional das expressões linguísticas” (Levinson, 2007, p. 145).

Outro fator a destacar é que “a implicatura conversacional [discursiva] está na base do procedimento comunicativo como um subentendido” (Armengaud, 2006, p. 88). Frente a isso, “para subentender q (que não se quer dizer abertamente por uma

ou outra razão), basta ter uma sentença *p* – não importa qual seja o assunto, desde que *p* implique conversacionalmente *q*” (Armengaud, 2006, p. 90). Desse modo, entende-se que “a implicatura conversacional é exatamente a hipótese pela qual a harmonia é restabelecida no mundo da fala cooperativa”, somado ao fato de que “a aptidão do ouvinte em forjar tal hipótese é justamente sua aptidão a receber a informação implícita que o falante não quer dar explicitamente” (Armengaud, 2006, p. 91).

Por outro lado, em se tratando de implicaturas convencionais ou lexicais, destaca-se que “elas têm como suporte a língua, o léxico, isto é, significados convencionalmente vinculados às palavras” (Armengaud, 2006, p. 91). Essas situações ocorrem quando há um elemento linguístico modal que emprega na sentença um sentido diferente do habitual e, assim, desdobra para um realce intencional. Nessa linha, “só o contexto permitiria dizer qual dessas implicaturas é a exata”, ou seja, “a implicatura convencional ou lexical se distingue da pressuposição semântica, visto que não contribui com as condições de verdade da frase” (Armengaud, 2006, p. 92).

Justamente porque a insinuação é decorrente da relação de sentido entre as palavras na composição da frase, há a presença de propriedades como: “ela não é anulável pela sequência do texto; não depende do contexto (só a escolha entre várias implicaturas lexicalmente possíveis depende do contexto); não subsiste na substituição de expressões sinônimas; ela é destacável” (Armengaud, 2006, p. 92).

Já a pressuposição, embora haja apontamentos lógicos sobre sua relação com a semântica, esse tipo de inferência é muito mais sensível a fatores contextuais. Trata-se de uma implicação lógica entre enunciados, mas também envolve conhecimento de mundo partilhado pelos interlocutores, assim a construção linguística permite a constituição de um *background*. Nesse aspecto, há o fato de um enunciado implicar outro, sem que um tenha possibilidades de negar o outro.

Assim, “o sentido técnico de pressuposição, ao contrário, restringe-se a certas inferências ou suposições pragmáticas que, pelo menos, parecem estar embutidas nas expressões linguísticas” (Levinson, 2007, p. 211). Não obstante, “[...] podem ser isoladas usando testes linguísticos específicos” (Levinson, 2007, p. 211).

Outrossim, “as teorias pressuposicionais, naturalmente, têm um apelo notável: elas combinam muito mais com nossas intuições linguísticas diretas”, ou seja, há “[...] uma suposição de fundo na presença da qual a asserção faz sentido” (Levinson, 2007,

p. 216). Portanto, “[...] as pressuposições não são aspectos do significado estáveis e independentes de contexto” (Levinson, 2007, p. 259).

As pressuposições se constroem durante a enunciação, podem estar relacionadas à lógica e à construção anterior da semântica, contudo seu direcionamento ulterior depende do contexto, ou seja, se por um lado, há inferências que se misturam ao acarretamento, pois são evidenciadas na própria natureza do enunciado; por outro, há pressuposições que somente se revelam na constituição da enunciação, visto que o contexto determina a relação com a experiência extralinguística. Frente a isso, “[...] a distinção entre aspectos do significado baseados em condições de verdade e inferências pressuposicionais é capturada pela geração de dois tipos inteiramente separados de significado para cada expressão da língua natural” (Levinson, 2007, p. 264).

Por fim, a pragmática de terceiro grau diz respeito às teorias que envolvem de algum modo o ato de fala. Dessa forma, “trata-se de saber o que é que se realiza com a utilização de certas formas linguísticas”, por sua vez “os atos de fala são linguisticamente marcados, mas isso não basta para erradicar as ambiguidades e indicar o que foi realizado em determinada situação de comunicação” (Armengaud, 2006, p. 65).

De fato, as questões que envolvem o ato de fala acabam se envolvendo com os outros dois níveis de uma maneira ou outra. Diante da quantidade de abordagens teóricas acerca do tema, entende-se ser necessário desdobrar as reflexões em seções para que cada abordagem fosse explorada com detalhes a fim de não apenas compreender seu arco epistemológico, mas também extrair reflexões de como as aplicações, métodos, objetos, instrumentos e argumentos podem contribuir para a organização de uma visão da Pragmática mais ampla com o fito de reconhecer as aplicações epistemológicas conforme o cenário. Não obstante, o apontamento das linhas da Pragmática contribuem para recuperar fundamentações teóricas já estudadas no cenário da organização do conhecimento, como também abordar outras linhas e evidenciar caminhos para contribuir para o tratamento da informação e para os procedimentos de organização do conhecimento.

5. 1 Pragmática e filosofia analítica: aspectos lógico-linguísticos e os objetos

A Pragmática, em suas primeiras concepções, apresentou-se com fundamentos decorrentes do pragmatismo, em destaque as concepções apresentadas por C. S. Peirce. Somado a isso, C. W. Morris foi responsável pela abordagem filosófico-psicológico-linguística da semiose, despontando aspectos da sintaxe, da semântica e da pragmática. Decorrente a isso, alguns teóricos, alinhados à lógica, como Russell, Carnap, Bar-Hillel, Grice, Quine, entre outros, apontam reconhecer o papel da pragmática na ação do interpretante peirceano e, com isso, dedicam-se à pragmática a fim de analisar como os objetos e os fenômenos afetam mentes em suas crenças e representações, o que desencadeia a realização de teorias do conhecimento.

Somando a isso, a constituição dessa pragmática lógica e formal, à qual recai uma herança da linguística e da enunciação em seu desenvolvimento, perpassa pelas influências do desenvolvimento da lógica e do formalismo na linguagem decorrente dos estudos de F. L. G. Frege. Uma abordagem referente à constituição da proposição e os fundamentos quanto à relação com o extralinguístico, presentes na formatação da referência, conceito e predicação, estarão presentes na discussão de Carnap e Quine, que apresentam um modelo de semântica, sobre o qual recai princípios de pragmática, como em Grice, que desenvolve uma teoria específica para tratar da implicatura, além de suscitar a construção dos pensamentos do primeiro Wittgenstein.

Diante disso, discussões acerca da pragmática recaem em um entendimento sobre a distinção entre fenômenos, eventos, entidades e suas propriedades, além da compreensão do que é pertinente àquilo que se denominou internalista e externalista. Assim, “Carnap e Quine falam das crenças como disposições que temos para nos comportarmos de determinadas maneiras” (Dutra, 2008, p. 31). Ademais, “[...] nossas crenças e opiniões, nossas ideias e teorias são encaradas como entidades inferidas a partir de nosso comportamento. Elas são apenas ficções que os ajudam a predizer corretamente o comportamento uns dos outros”, ou seja, “[...] são disposições dos indivíduos humanos para se comportarem de determinados modos” (Dutra, 2008, p. 31).

É nessa perspectiva, portanto, que se pode afirmar que teorias do conhecimento buscam “[...] procurar se limitar e dizer que o conhecimento humano são nossas disposições para agir de um jeito ou de outro [...]” (Dutra, 2008, p. 31).

Frente a isso, entra em questão para as teorias do conhecimento “[...] a natureza de nossas crenças, opiniões etc., mesmo que elas sejam encaradas inicialmente como entidades internas inferidas a partir da observação do comportamento humano” (Dutra, 2008, p. 31).

Nessa linha, “a distinção entre fenômenos e eventos, de um lado, e entidades e suas propriedades, de outro, é essencial também para compreendermos as noções fundamentais que estão na base das investigações [...]” (Dutra, 2008, p. 33). Destarte, estabelece-se o conhecimento humano como representação, como ação, objeto de abordagens e concepções (Dutra, 2008, p. 33). Sendo assim, os indivíduos podem ser entendidos como “[...] elementos, entidades ou coisas que se relacionam com outras em determinados contextos naturais e sociais, como propõem as abordagens externalistas [...]” (Dutra, 2008, p. 33).

No entanto, é possível apontar que as crenças, opiniões e ideias são interpretações decorrentes de tais indivíduos, o que lhes permite “[...] reagir de determinadas formas aos estímulos oferecidos pelos outros elementos do ambiente no qual se encontram, então suas crenças etc. seriam propriedades desses indivíduos [...], ou melhor, seriam “[...] propriedades disposicionais que eles possuem e que os fazem se comportar de determinadas maneiras em certos contextos” (Dutra, 2008, p. 33). Com isso, os fatores externos servem de modelos, como também limitam as possibilidades de ação, ou seja, se há uma espontaneidade de crença, o ambiente estabelece as características de contexto em que a linguagem consegue atuar como significação de vontades, desejos e fatos.

Frente a isso, Carnap e Quine buscam explicar a ciência e seus efeitos de sentido através da linguagem, pois reconhecem o papel da linguagem para acessar o conhecimento e, por isso, o indivíduo participa da compreensão do sentido produzido nos enunciados e nas escolhas que ocorrem durante a interação indivíduo e indivíduo, indivíduo e objeto e indivíduo e ciência.

Carnap esteve alinhavado com o positivismo lógico, por isso teve preocupações voltadas ao tratamento da ciência a partir da lógica, porém compreendeu que a linguagem deveria ter um tratamento especial, pois influencia a relação de sentido. Desse modo, esteve enveredado sobre as análises acerca da sintaxe lógica, uma sintaxe sob o ponto de aplicação atrelado ao positivismo lógico, portanto havia a premissa de anular a metafísica, por conseguinte uma simplificação dos aspectos sobre a ontologia.

Quine, por sua vez, estabelece críticas ao positivismo lógico, principalmente acerca da distinção analítico-sintético e do reducionismo. Embora reconheça que a concepção tradicional do significado esteja atrelada à concepção fregeana de sentido, o autor destaca que se os enunciados científicos podem ser reduzidos a enunciados sobre a experiência, então é possível substituir essas expressões conforme a experiência.

Há uma intervenção individual, portanto não se pode tratar todos os fatores como algo objetivo, tendo em vista a presença de uma entidade mental ou ideal. A ciência busca retratar o conhecimento pela perspectiva do objetivo, mas a linguagem manifesta os fatores subjetivos de seus usuários. O uso indiscriminado de recursos linguísticos sem baliza as incidências do patêmico, compromete a instrumentalização de uma representação neutra e objetiva.

Já Grice se dedica ao desenvolvimento de uma teoria da relevância, em que se destacam fatores da enunciação, como elementos implícitos, em destaque a implicatura, em que apresenta um modelo de inferência para a comunicação. Assim, com esse modelo inferencial, é possível destacar a intenção dos comunicadores enquanto visam a transmitir um determinado significado, portanto as expectativas se realizam sob as funções de princípio de cooperação, constituídas por máximas como qualidade, quantidade, relação e modo.

Para orientar essa discussão, analisaram-se obras pontuais para o desenvolvimento dos arcos teóricos dos investigadores mencionados, como também para compreender a relação semântica-pragmática para o tratamento da linguagem como mediadora entre realidade e mente a partir da concepção lógica. Assim sendo, destacam-se Carnap (1937, 1943, 1948, 1967, 1976); Carnap e Bar-Hillel (1952); Pasquinelli (1972); Quine (1959, 1965, 1982, 1986, 2013); e Grice (1989, 1991, 2001).

O estudo da lógica esteve presente nas preocupações de Carnap acerca da sistematização da ciência. Além disso, a relação lógica e linguagem ganhou importância devido à construção do sentido e como este fator poderia interferir nos objetivos relacionados à representação da realidade e à consumação dos valores científicos. Como precursor desse tipo de discussão, Frege volta à cena como referencial teórico, já que havia apontado que a linguagem natural era “[...] incapaz de exprimir as estruturas lógicas com a precisão necessária” (Oliveira, 2015, p. 59).

Diante desse apontamento, Frege busca construir uma linguagem artificial, um modelo universal, que “[...] com poucos símbolos, fosse possível exprimir com

exatidão todas as formas linguísticas”, o que permitiria atuar como “[...] fio condutor de todo e qualquer pensamento, porque um instrumento preciso para o controle da estrutura lógica dos argumentos usados pelo pensamento humano” (Oliveira, 2015, p. 59).

Sendo assim, “uma linguagem lógica artificial é necessária para Frege porque, de acordo com a convicção que exprime no *Begriffsschrift*, é tarefa da filosofia quebrar o domínio da palavra sobre o espírito humano”, assim seria possível descobrir “[...] os erros sobre as relações dos conceitos que inevitavelmente surgem por meio do uso da linguagem” (Oliveira, 2015, p. 60). Nesse propósito, “a linguagem natural permanece para ele um instrumento indispensável enquanto linguagem de exposição. Ela é a linguagem em que se fala sobre a linguagem artificial, que é uma linguagem de auxílio” (Oliveira, 2015, p. 60).

Desse modo, Frege elabora a sua semântica, em busca do esclarecimento e aprofundamento de conexões lógicas decorrentes da predicação. Com isso, entende-se que “suas distinções (características, qualidades, conceitos de primeiro e segundo níveis, subsunção de um objeto sob um conceito, subordinação de conceitos a outros conceitos e subsunção de um conceito sob um conceito de segundo nível etc.)” foram determinantes para esclarecer a atuação do pensamento a partir da estrutura lógica (Oliveira, 2015, p. 61).

Frege apresenta uma teoria da significação, em que efetua a distinção entre denotação e sentido. Dessa maneira, aponta que “[...] torna-se compreensível que expressões linguísticas possam ter um sentido sem que por isso já possuam uma denotação” (Oliveira, 2015, p. 63).

Por sua vez, “a denotação de um nome próprio é o próprio objeto que designamos com ele (a denotação das palavras é aquilo sobre o que falamos)”, ainda existe uma representação mista, ou seja, “[...] uma ideia, uma imagem, totalmente subjetiva” (Oliveira, 2015, p. 63). Por outro lado, “entre as duas estão o sentido, que não é mais subjetivo como a ideia, mas ainda não é o próprio objeto”, assim “sentido é, pois, a maneira, o modo como o objeto designado é dado por meio do nome” (Oliveira, 2015, p. 63).

Ademais, Frege admite uma dupla função semântica para as frases, ou seja, “[...] também as frases têm denotação e sentido. Toda frase contém um pensamento, isto é, a proposição, o conteúdo ou, como se diz hoje, o conteúdo proposicional” (Oliveira, 2015, p. 64). Diante disso, “o pensamento (a proposição) muda, quando é

mudado o sentido de expressões que são partes da sentença enquanto a denotação permanece a mesma”, portanto “a denotação de uma frase depende [...] unicamente, da denotação dos nomes próprios nela contidos e não de seu sentido” (Oliveira, 2015, p. 64), assim a proposição ou o pensamento é o sentido de uma frase.

Frente a isso, entende-se que “um conhecimento pleno só se atinge, pois, quando temos os dois: tanto o sentido (o pensamento, o conteúdo proposicional) como a denotação (o valor de verdade)”, assim, em decorrência, “o juízo deve ser concebido como a passagem do pensamento ao valor de verdade” (Oliveira, 2015, p. 65).

Outro elemento fundamental para a lógica de Frege é o desenvolvimento da teoria dos predicados. Constituídas de expressões como nomes e frases, estas têm a função de denotarem os objetos e efetivarem o valor de verdade. Assim, o predicado seria uma função incompleta, já que é parte da frase, ou seja, expressões funcionais.

Diante disso, aponta-se que “as expressões funcionais também denotam algo, isto é, uma função, e quando essa expressão funcional é um predicado Frege denomina a função de conceito” (Oliveira, 2015, p. 67), portanto não representa o objeto, mas, sim, um conceito sobre ele, ou seja, “quando se pretende, porém, dizer alguma coisa sobre um conceito, então se deve designar o conceito por meio de um nome”, todavia “[...] um nome denota um objeto; portanto, quando se quer dizer algo sobre um conceito, então se deve, em primeiro lugar, objetivá-lo” (Oliveira, 2015, p. 67).

Com isso, compreende-se que “[...] o conceito seja essencialmente predicativo significa que ele é essencialmente carente de complementação e, por isso, não é um objeto” (Oliveira, 2015, p. 68). Nessa abordagem, “o conceito é a denotação de um predicado”, ou seja, “[...] um conceito é um critério por meio do qual podemos distinguir os objetos em: aqueles que estão sob ele e os que não estão”, com isso determina-se que “um conceito é, pois, um critério de classificação e de diferenciação dos objetos”, isto é, “esta relação estar um objeto sob um conceito é o que Frege denomina a relação lógica fundamental” (Oliveira, 2015, p. 68-69).

Diante desses fatores, Carnap se posiciona na elaboração de sua filosofia que “[...] em vez de se limitar à própria elaboração da lógica e à busca dos fundamentos da matemática, como por exemplo foi o caso de Frege, Carnap perseguia o ideal de fazer frutificar a nova lógica para toda a filosofia [...]” (Oliveira, 2015, p. 71). Diante disso, estava interessado em um “[...] ideal da exatidão e precisão do saber filosófico já, decerto modo, presente no pensamento de Frege, isto é, o grau de precisão e

exatidão dos escritos filosóficos não deve ser inferior aos da matemática” (Oliveira, 2015, p. 72).

Nessa busca, Carnap, no desenvolvimento de *Aufbau*, em 1974, “[...] constitui um sistema conceitual, no qual todos os conceitos empíricos foram reduzidos a um único conceito fundamental [...]” (Oliveira, 2015, p. 73). Essa constituição de conceitos se caracteriza como uma “[...] corrente de definições que só emprega conceitos que se relacionam com o dado”, isso quer dizer que “na base de tais construções, deveria ser possível verificar ou falsificar todas as sentenças científicas por meio de dados imediatos da experiência” (Oliveira, 2015, p. 73). Nesse aspecto, compreende-se que “a pretensão de Carnap é construir um sistema de constituição que seja uma construção racional objetiva da totalidade da construção da realidade intuitivamente dada no conhecimento” (Oliveira, 2015, p. 73).

Diante de uma obra que não contempla a formatação de classes de conceitos, tampouco há aplicação de uma linguagem fenomenalística capaz de mensurar a sensibilidade dos objetos, Carnap se dedicou à compreensão de uma linguagem fisicalista, sob a qual atua a lógica a fim de construir linguagens artificiais de consistência lógica para definir e descrever as teorias da ciência. Contudo, sem respostas favoráveis, Carnap chega à conclusão de que “[...] não existe a verdadeira linguagem científica, mas inúmeros sistemas alternativos de tais linguagens, que podem ser objetos de nossa decisão” (Oliveira, 2015, p. 74).

É diante desse fator de decisão frente à linguagem que condiciona os aspectos científicos que se consolida a grande contribuição de Carnap à pragmática, pois esse aspecto de sentido está além da abordagem semântica apresentada por Frege, pois o conceito não se realiza através de um predicado que favorece um valor de verdade, mas, sim, constituído naquilo que Carnap denominou, em lógica, como princípio de tolerância.

Diante disso, torna-se fundamental entender o cenário em que Carnap estava inserido, pois seu apreço pela lógica condicionou sua visão sobre a linguagem, fator que pode ter interferido no desenvolvimento de modo mais complexo do princípio de tolerância. Frente a isso, não há um posicionamento efetivo sobre o papel de Carnap para a filosofia da linguagem, havendo quem o defenda como construtor de uma semântica (Oliveira, 1996), ou havendo quem o aponta como precursor da pragmática (Liston, 2015).

Carnap pertenceu ao Círculo de Viena, grupo que abrigou pensadores com fortes influência da lógica no século XX, assim desenvolveu-se uma filosofia da ciência como especialidade. Carnap, no desenvolvimento de sua teoria, pode ser sistematizado em dois períodos: fundamentalista e antifundamentalista, que pode ser chamado de falibilista. Sob um forte anseio pela unidade, propôs discussões sobre a ciência, tendo a linguagem como instrumento.

Nessa perspectiva, aponta-se que “a unificação do conhecimento produzido em uma especialidade científica depende não apenas de não haver contradição entre suas teorias, conceitos, modelos etc., mas também de não haver lacunas na representação e na explicação dos eventos [...]” (Liston, 2015, p. 10). Com isso, reconhece-se nos integrantes do Círculo de Viena, “[...] mesmo que de forma tácita, eles adotam uma espécie de Princípio de Unidade. Ou seja, eles se esforçam para que o conhecimento produzido sobre determinado fenômeno seja autocompatível e o mais abrangente possível” (Liston, 2015, p. 10).

O Círculo de Viena pregava a concepção científica do mundo, por isso defendia o desenvolvimento de um trabalho coletivo, assim esse círculo não tem “[...] conselho administrativo, mas se confirmam homens com a mesma atitude básica de ciência. Cada membro trata de obter a integração, cada um trata de levar a união ao primeiro plano, ninguém quer perturbar a coesão pelo individualismo” (Neurath, 1995, p. 1, tradução livre).

Assim, o grupo defendia a premissa de que era necessário estabelecer uma “[...] luta contra a metafísica da coisa em si e do conceito de substância, assim como suas investigações sobre a construção dos conceitos científicos baseados nos últimos elementos: os dados dos sentidos” (Neurath, 1995, p. 2, tradução livre). A força do formalismo era presente nas discussões; o conteúdo era relegado à discussão de outras linhas teóricas, visto que a forma pode ser tratada por igual, já o conteúdo impacta no conhecimento de mundo individual para a formação simbólica coletiva.

Nessa linha, defendiam que “na ciência não existem profundidades, por todos os lados o terreno é plano: tudo que experimentado forma uma rede complicada nem sempre abordada em sua totalidade, mas amiúde compreensivo por partes”, portanto “tudo é acessível ao homem, e o homem é a medida de todas as coisas” (Neurath, 1995, p. 5, tradução livre). Outrossim, “a concepção científica do mundo não conhece enigmas sem resolver” (Neurath, 1995, p. 5, tradução livre). Dessa forma, “a elucidação dos problemas filosóficos tradicionais conduz a que, por um lado,

desmascare-os como pseudoproblemas, e, por outro, que se transformem em problemas empíricos para então subordiná-los ao juízo da ciência experimental” (Neurath, 1995, p. 5, tradução livre).

Nesse propósito, surge a preocupação com a linguagem filosófica, uma espécie de linguagem reducionista, como apresentada por Carnap, para que fosse possível, no trabalho filosófico, a diluição dos problemas e dos enunciados e estes apresentados em enunciados próprios da filosofia. Essa prática decorrente às discussões do Círculo de Viena, proporcionou a concepção de uma filosofia analítica, a qual “[...] apesar de sua extraordinária difusão e de seu inquestionável êxito, é um nome vago e impreciso, mas esclarece uma tradição de investigação em filosofia” (Nubiola, 2011, p. 112). No entanto, “para a tradição analítica muitos problemas filosóficos viriam a ser problemas basicamente linguísticos, isto é, questões que em muitos casos se dissolvem esclarecendo os enredos conceituais que há estabelecido nossas próprias palavras” (Nubiola, 2011, p. 112).

Em *Aufbau* (Construção Lógica do Mundo), Carnap estabelece a concepção de linguagem e seus impactos na ciência. Por um lado, há “[...] a análise da unidade da ciência em Neurath, que, construída sobre uma base linguística fisicalista, é concebida como manifesto antifundamentalista”; por outro, já aparece o princípio de tolerância linguística, isto é, “[...] a posição em relação à liberdade de escolha da linguagem do sistema, que, formulada como princípio de tolerância, em 1934, é uma característica de toda a sua obra” (Liston, 2015, p. 16).

Como disposição para a efetivação de uma pragmática, Carnap aponta que haja modos de falar, os quais se alojam diante de diversas formas de linguagem, as quais são reiteradas pelo princípio de tolerância linguística. Dessa maneira, “[...] não há uma via correta ou incorreta na escolha de um sistema de linguagem para a ciência, mas uma questão de ser mais ou menos eficiente e útil naquilo que se propõe. Portanto, uma questão pragmática externa” (Liston, 2015, p. 17).

Nessa perspectiva, Carnap entende a linguagem como uma dimensão formal, por conseguinte há no desenvolvimento da teoria da ciência lógica a linguagem objetual e a metalinguagem. Assim sendo, “uma linguagem que é objeto de uma pesquisa qualquer se chama linguagem objetual”; em contraparte, “a linguagem usada para tratar da linguagem objetual é precisamente a metalinguagem” (Oliveira, 2015, p. 75). Decorrente a isso, entende-se que “as linguagens objetuais constituem, portanto, linguagens artificiais, pois elas não existem e são formuladas a partir de regras

estabelecidas na metalinguagem. Elas são formais, no sentido de que são cálculos não interpretados” (Oliveira, 2015, p. 75).

Ainda sobre os desdobramentos do *Aufbau*, Carnap apresenta “[...] uma tentativa de reconstrução racional dos conceitos de todos os campos do conhecimento a partir de conceitos referentes ao imediatamente dado”, fator que lhe confere a disposição de “[...] proceder a novas definições de conceitos conhecidos e originários em geral” (Pasquinelli, 1972, p. 29, tradução livre). É através da formulação consciente mais ou menos espontânea e irrefletida que “as novas definições deverão superar as antigas em clareza e rigor, resultando em uma estrutura conceptual eminentemente sistemática” (Pasquinelli, 1972, p. 30, tradução livre).

A unificação da ciência leva à proposta de construção de um sistema de conceitos, o que efetiva uma linguagem reducionista, pois impacta nos atributos dos objetos a evidências. Entende-se que os conceitos são “[...] científicos por estarem localizados no interior de um sistema, e empíricos por serem passíveis de teste” (Liston, 2015, p. 24). Esses fatores indicam a importância da “[...] definição de um critério lógico-linguístico de significado na delimitação do conhecimento científico, ou seja, a lógica aplicada na análise dos conceitos e sentenças dos diferentes ramos da ciência”, por conseguinte “[...] reduzindo-os a uma base comum de evidências, a fim de possibilitar a justificação racional” (Liston, 2015, p. 24).

Com um sistema que pudesse efetivar uma reconstrução racional dos conceitos de todos os campos do conhecimento, através de uma base fenomenalista autoevidente, Carnap “[...] pretendia fazer uma reconstrução racional do conhecimento científico mostrando de que forma a unidade da ciência podia ser expressa neste sistema” (Liston, 2015, p. 25). Não obstante, “[...] a função do sistema construcional não é recriar a experiência, mas mapeá-la”, portanto “[...] o sistema construcional não pretende representar o processo real do conhecimento em sua manifestação concreta. O sistema pretende apresentar uma reconstrução (racional) da estrutura formal desse processo” (Liston, 2015, p. 25).

Esses fatores levaram Carnap a apresentar duas concepções de linguagem: a) linguagem observacional, que “[...] não é aquela cujas frases possuem certeza absoluta ou se referem diretamente ao dado, mas ela é, simplesmente, uma linguagem compreensível por si mesma”, ou melhor, trata-se de uma linguagem que “[...] se pode aprender sem ter que aprender, ao mesmo tempo, uma teoria da ciência natural” (Oliveira, 2015, p. 76). No entanto, a linguagem teórica, a saber, “[...] não é

compreensiva por si mesma, já que contém termos que só têm sentido no contexto de uma teoria determinada” (Oliveira, 2015, p. 76).

Assim, proporcionando a segunda concepção: b) regras de correspondência, que se efetivam decorrente aos conceitos se ligarem aos conceitos advindos da linguagem observacional, isto é, os conceitos “[...] adquirem sua significação formal por meio de definição implícita no quadro interno da teoria em questão” (Oliveira, 2015, p. 76).

Carnap opta por realizar análises na sintaxe pura da linguagem a fim de compreender sua característica fisicalista, formal e materialista a fim de contemplar seu projeto antimetafísico. Destarte, “[...] as reflexões de Carnap sobre a linguagem se situam em seu programa antimetafísico, isto é, como ele mesmo dizia da superação da metafísica por meio da análise lógica da linguagem” (Oliveira, 2015, p. 76-77).

Dessa maneira, Carnap entendia que metafísica é:

[...] a afirmação da possibilidade de um conhecimento que transcende a experiência dos sentidos e tem como fonte a instância fundante do conhecimento o “pensamento puro” ou a “intuição pura”. Para ele, ela se situa na esfera do não racional, o que se explica, em sua plenitude, na tentativa de estabelecimento de “sentenças metafísicas”, ou seja, de “sentenças sintéticas a priori”. Para ele, um conhecimento ao mesmo tempo sintético e a priori é impossível. Daí por que uma das teses fundamentais do empirismo contemporâneo é a negação da possibilidade de sentenças sintéticas a priori. Consequentemente, a metafísica não passa, para Carnap, de uma especulação subjetiva, afirmações baseadas no sentimento, poesia, teologia; em suma, nenhum conhecimento científico (Oliveira, 2015, p. 77).

Com isso, Carnap defendia que “[...] as confusões linguísticas que originam a metafísica provêm de nossa tendência a aceitar a racionalidade de algo contanto que isso não fira as convenções da linguagem natural, por isso passa a destacar que “se a sintaxe gramatical correspondesse exatamente à sintaxe lógica, então não poderia surgir pseudofrase”, visto que “[...] sendo as frases metafísicas pseudofrases, então elas não poderiam surgir numa linguagem logicamente correta” (Oliveira, 2015, p. 77).

Assim, no livro *A sintaxe lógica da linguagem*, há a “[...] tentativa de esboçar as linhas fundamentais de uma linguagem ideal, inteiramente formulada em termos sintáticos, e apresentar aquelas convenções linguísticas filosoficamente necessárias e ausentes às linguagens naturais” (Oliveira, 2015, p. 78). Para o aprimoramento da teoria, Carnap recorre à matemática, aplicando, assim, o logicismo, o intuicionismo e o formalismo. Com isso, prevê alguns fatores necessários para exprimir todas as sentenças possíveis dentro de um sistema.

Esses elementos são: a) vocabulários: “apresentando os símbolos usados no sistema”; b) regras de formação: “determinando que cadeias de símbolos são aceitáveis como fórmulas corretas, isto é, como fórmulas sintaticamente certas”; c) axiomas: “que abranjam as fórmulas sistemáticas não provadas, verdadeiras, isto é, fórmulas com justeza”; e d) regras de inferência: “que determinam como a partir das fórmulas estabelecidas se podem conseguir novas fórmulas” (Oliveira, 2015, p. 79).

Não obstante, no desenvolvimento desse sistema, “[...] os símbolos são puras categorias sintáticas, e com isso se afasta qualquer influência de características estranhas ao sistema em questão” (Oliveira, 2015, p. 79). Por essa mesma razão, é possível tomar decisões mecânicas sobre a fórmula, isto é, “o próprio conceito de prova é, nesse contexto, puramente formal, ou seja, é uma sequência finita de fórmula corretamente formadas” (Oliveira, 2015, p. 79).

Pasquinelli (1972, p. 48, tradução livre) aponta que “a intenção da sintaxe lógica é fornecer um sistema de conceitos, uma linguagem, através do qual os resultados de tal análise possam ser formulados com exatidão”. Para alcançar tal feito “a filosofia deve ser substituída pela lógica da ciência”, ou seja, essa substituição deve ocorrer por uma “[...] análise lógica dos conceitos e proposições das ciências, visto que a lógica da ciência nada mais é do que a sintaxe lógica da linguagem científica” (Pasquinelli, 1972, p. 48, tradução livre).

Para Carnap (1937, p. 1, tradução livre), por sintaxe lógica de uma língua, deve-se entender como “[...] a teoria formal das formas linguísticas dessa língua”, isto é, “[...] a declaração sistemática das regras formais que decorrem dessas regras”. Além disso, “uma teoria, uma regra, uma definição ou algo semelhante deve ser chamada de formal quando nenhuma referência é feita nela, seja para o significado dos símbolos (as palavras), seja para o sentido da expressão (as sentenças)” (Carnap, 1937, p. 1, tradução livre). Portanto, devem estar direcionadas “[...] simples e unicamente aos tipos e ordem dos símbolos a partir dos quais as expressões são construídas” (Carnap, 1937, p. 1, tradução livre).

Para o desenvolvimento da aplicação teórica acerca da sintaxe, Carnap reconhece a necessidade de estabelecer dois tipos de linguagem: uma **linguagem-objeto**: aquela que se torna objeto da investigação; uma outra, denominada **linguagem simbólica**: uma linguagem artificial, com a qual se analisam as formas sintáticas da linguagem-objeto (Carnap, 1972).

Carnap (1972, p. 5, tradução livre) diz que “[...] as palavras e expressões de uma língua têm uma relação estreita com ações e percepções”. Nesse sentido, abre-se possibilidades de sentido, pois há uma relação direta com fatores determinados pelas ações, bem como pelas percepções, ou seja, há uma intervenção.

Ademais, Carnap (1972, p. 5, tradução livre) enfatiza que “[...] a linguagem constitui um método de comunicação historicamente determinado e, portanto, de influência mútua, dentro de um determinado grupo ou entre seres humanos”. Com isso, demonstra que a linguagem natural sofre influências externas, por isso apresenta uma grande preocupação em elaborar uma linguagem reducionista com o fito de evitar, no universo da lógica, essa interferência, já que a linguagem lógica, criada no nível sintático e semântico não sofreria os impactos de sentido advindos da pragmática.

Carnap (1972, p. 52, tradução livre) ainda destaca que “na lógica não há moral”, isto é, “cada um tem a liberdade de construir a sua própria lógica, ou seja, sua própria forma de linguagem, como se deseja”. Todavia, destaca Carnap, “tudo o que se exige é que, se quiser discuti-la, que se apresente os métodos claramente e se forneçam regras sintáticas em vez de argumentos filosóficos” (Carnap, 1972, p. 52, tradução livre). Desse modo, pode ser inserido sob um conceito de construtividade, o qual “[...] pode ser interpretado tanto em um sentido muito mais restrito como em um sentido muito mais amplo” (Carnap, 1972, p. 52, tradução livre). Nesse caso, sendo solucionado como pseudoproblema da filosofia, por isso é tão importante aplicar a atitude de tolerância à forma de linguagem.

Nesse cenário, “a escolha de um cálculo como linguagem para a ciência assemelha-se, portanto, à escolha de um conjunto de regras para um jogo” (Wagner, 2009, p. 221, tradução livre). Isso requer “a atitude de tolerância combinada com a concepção de Carnap da relação entre a descrição de um cálculo e o comportamento linguístico abre, assim, a perspectiva de uma filosofia científica rigorosa” (Wagner, 2009, p. 221, tradução livre). Somado a isso, essa compreensão sobre a linguagem “[...] impõe uma distinção entre a filosofia como a lógica da ciência e a própria ciência substantiva” (Wagner, 2009, p. 221, tradução livre).

Nesse aspecto, destaca-se que “[...] um conceito pode ser completamente determinado por um conjunto de operações: um conceito torna-se sinônimo do conjunto correspondente de operações” (Liston, 2015, p. 60). Dessa maneira, estabelece-se que “[...] um conceito pode ser operacionalmente definido e seu

significado encontra-se no uso, ou melhor, nas consequências práticas de seu uso” (Liston, 2015, p. 60). Nessa dimensão, Carnap reaproxima o tratamento do conceito à pragmática, pois determina os conceitos a partir de sua operacionalidade, ou seja, nas práticas de seu uso, visto que “[...] se um conceito possui significado, então é possível encontrar operações que tornem útil sua utilização na prática científica” (Liston, 2015, p. 60).

A partir dessa concepção, fatores semânticos são aplicados à teoria, visto que há o reconhecimento de que se pode “[...] introduzir novas entidades no domínio de nosso discurso, desde que tais entidades possam ser referidas mediante a construção de uma estrutura linguística e de regras de referência” (Liston, 2015, p. 67). Os fatores semânticos constituem as regras do sistema, ou seja, “[...] o sistema linguístico é o limite sob o qual as entidades podem ter um lugar, desde que sejam devidamente (de modo significativo) referidas por regras estabelecidas que constituem o próprio sistema” (Liston, 2015, p. 68)

Nesse segmento, “essas regras determinam o que pode e o que não pode ser dito de modo significativo” (Liston, 2015, p. 68). Frente a isso, estabelece-se um sistema semântico, porém de ordem formalista e fisicista, sem possibilidades de variações, assim “[...] o conceito de realidade, aplicado às questões internas, não é metafísico, pois algo pode ser dito real se pertencer ao sistema, ou seja, pode ser referido por ele” (Liston, 2015, p. 68). Essa abordagem se apegua à forma e abre mão do processo de verificação da significação, já que esta não se destaca, pois o significado é o necessário para garantir a linguagem científica sob tratos de precisão.

Entretanto, Carnap aponta que “[...] a escolha de um sistema linguístico é semelhante à escolha de um instrumento”, ou seja, defende-se um convencionalismo linguístico, o qual pode ser expresso pelo princípio de tolerância, todavia “[...] a convencionalidade dos sistemas linguísticos de referência definidos pela liberdade na escolha das formas de linguagem” (Liston, 2015, p. 69) mostra que as regras de formação e transformação das sentenças podem ser escolhidas, isto é, é livre para construir a própria lógica, mas deve partir de regras sintáticas e não de argumentos filosóficos.

O **princípio de tolerância**, portanto, expressa o critério de realidade de Carnap, pois “[...] a realidade de alguma coisa nada mais é do que a possibilidade de estar situada em um determinado sistema” (Liston, 2015, p. 69). Assim, “[...] o conteúdo das regras semânticas não implica a adoção de uma ontologia

comprometida com a existência de algo em um sentido metafísico, de modo que a escolha de estrutura linguística é uma decisão prática” (Liston, 2015, p. 70). Portanto, “o princípio de tolerância linguística refere-se somente à livre escolha da estrutura da linguagem e não ao conteúdo das sentenças sintéticas” (Liston, 2015, p. 72).

Em aspectos semânticos, os conceitos são determinados por classes e propriedades. O predicado atua como instrumento de equivalência o qual efetiva aspectos de intensividade e extensividade, assim a intensividade está para as propriedades; enquanto a extensividade para as classes (Carnap, 1976). Dessa maneira, para Carnap (1976), há duas formas fundamentalmente diferentes para realizar a análise do significado das expressões linguísticas: a pragmática e a semântica.

A semântica se efetiva como uma teoria das relações, assim essas relações podem ser “[...] entre uma língua – seja ela uma língua natural, seja um sistema linguístico”, somado ao fato de que o tratamento semântico da língua é dividido em duas partes: a teoria da extensão e a teoria da intensão. A teoria da extensão está relacionada a “[...] conceitos como denotação, nomenclatura, verdade e outros similares” (Carnap, 1976, p. 369, tradução livre).

Intensão é “[...] termo técnico para o significado de uma expressão ou, mais especificadamente, para seu componente designativo de significado”, assim a intensão é a própria propriedade, ou seja, a intensão do azul é ser azul (Carnap, 1976, p. 370, tradução livre). Assim, “[...] dois predicados são sinônimos se, e somente se, têm a mesma intensão”, além disso “[...] uma proposição é analítica se for verdadeira em virtude das intensões das expressões nela recorrentes” (Carnap, 1976, p. 370, tradução livre).

Nesse aspecto, Carnap (1976) defende que os conceitos semânticos devem ter correspondência à pragmática, pois se chegar a um “[...] conceito pragmático correspondente e se conseguirmos esclarecê-lo através da descrição de um procedimento operacional para a sua aplicação”, haverá vantagens em se aplicar, pois “[...] poderá de fato ser uma forma mais simples de refutar as objeções e de fornecer uma justificativa prática, ao mesmo tempo, para todo os conceitos” (Carnap, 1976, p. 372, tradução livre).

Sendo assim, para Carnap (1976, p. 376, tradução livre), a tese intensionalista na pragmática defende que a “[...] atribuição de uma intensão é uma hipótese empírica que, como qualquer outra hipótese linguística, pode ser submetida à verificação

através da observação do comportamento linguístico” (Carnap, 1976, p. 376, tradução livre). Por sua vez, a tese extensionalista afirma que “[...] a atribuição de uma intenção, com base na extensão previamente determinada, não é um problema empírico, mas simplesmente uma questão de escolha”, por conseguinte o fator positivo é que “[...] o linguista é livre para escolher qualquer uma das propriedades que correspondam à extensão dada” (Carnap, 1976, p. 376, tradução livre).

De todo modo, Carnap aponta a importância da pragmática, mas não evidencia um sistema efetivo sob seus aspectos, já que para ele a pragmática está atrelada ao uso da linguagem, portanto deve estar relacionada à psicologia e à sociologia, não cabendo nas abordagens da filosofia, pois por se tratar de uma ciência empírica, enquanto tal não permitiria a constituição de um sistema linguístico reducionista.

No entanto, embora a teoria da intensividade e da extensividade, para Carnap, seja condizente com a teoria dos predicados, visto que defende que a intensão de um predicado é o conceito, pois seria a própria significação; já a extensão é “[...] a classe dos objetos subsumíveis sob esse conceito” (Oliveira, 2015, p. 82), ou seja, um interfere no outro, sendo a extensividade empírica, cabível às dimensões pragmáticas.

Demonstrado o arco teórico de Carnap, para quem a lógica é fundamental para a construção de um sistema de conceitos, porém percebeu que no processo de construção da significação há dimensões para o uso do sentido, portanto há a presença constante da pragmática na linguagem natural, por conseguinte para evitar esse tipo de influência, aplica a linguagem fisicista, antifenomenológica, a fim de reduzir a linguagem em uma linguagem científica.

Diante disso, é válido tratar de outro filósofo, W. O. Quine (1908-2000), que abordou as questões formais, e, a seu modo, também contribuiu para o desenvolvimento da pragmática. Embora esteja vinculado às discussões acerca da lógica, Quine critica o reducionismo da linguagem, já que defende o holismo semântico, assim também entende que a extensionalidade é fundamental para a significação. Quine parte da concepção tradicional do significado para refletir sobre o sentido e sobre o reducionismo da linguagem, ou seja, embora sofra influências de Frege, demonstra que mesmo o reducionismo pode sofrer influências externas, já que a composição dos enunciados podem se evidenciar isoladamente (Viñao, 2007).

Nessa toada, Quine critica o positivismo lógico por considerar demasiado dogmático, assim, mesmo que argumente a favor de uma filosofia analítico-sintética, compreende-se de seu posicionamento que “[...] entre verdades em virtude do

significado e verdades em virtude dos feitos, e o reducionismo, de acordo com os quais os enunciados de uma teoria podem ser refutados ou confirmados cada um de modo isolado” (Viñao, 2007, p. 82, tradução livre).

Diante disso, discorre-se que “[...] os enunciados científicos podem ser reduzidos um a um a enunciados sobre a experiência”, isso porque é possível substituir as expressões desses enunciados, os quais “[...] parecem tratar da experiência, por outras de igual significado que se fazem, e essa igualdade de significado se remete à ideia de que é algo objetivo, uma entidade mental ou ideal, subjacente às distintas expressões que o manifestam” (Viñao, 2007, p. 82, tradução livre).

Nessa linha, Quine entende que o positivismo lógico estabelece o reducionismo e o princípio verificacionista do significado. Nesse aspecto, “[...] para que sejam significativas as afirmações da linguagem teórica, devem poder reduzir-se cada uma das afirmações sobre a experiência, as quais podem ser falsas ou verificadas diretamente a partir da evidência empírica” (Viñao, 2007, p. 82, tradução livre). Frente a isso, Quine entende que se deva efetivar um **holismo semântico**, assim “[...] os enunciados de uma teoria se confrontam com a experiência de maneira conjunta, como um todo, de modo tal que todos os enunciados são revogáveis pela experiência” (Viñao, 2007, p. 82, tradução livre).

Dessa maneira, Quine abandona a noção de significado subjacente a essa concepção reducionista e verificacionista, ou seja, evita o sentido compreendido como uma “[...] entidade mental ou ideal associada as distintas expressões que o manifestam”, isto é, está em desacordo com a proposta de Frege acerca do sentido (Viñao, 2007, p. 82, tradução livre). Com isso, Quine “[...] nega a noção intencional de sentido, e com ele as demais noções intencionais, que se interdefinem, tais como a de analiticidade, sinonímia e proposição”, consequentemente busca demonstrar uma “[...] concepção semântica alternativa acerca da linguagem natural, que se propõe precisamente dar conta da linguagem científica” (Viñao, 2007, p. 82-83, tradução livre).

Nessa nova proposta, Quine “[...] considera que a tradicional noção de significado deve ser substituída pela de tradução, entendendo esta última como uma reconstrução das condições que fazem possível que alguém compreenda o que o outro diz” (Viñao, 2007, p. 83, tradução livre).

Diferentemente de Carnap, que desprezava a ontologia para não ter que aceitar a metafísica, Quine defende um holismo ontológico. Desse modo, afirma-se que “[...] aceitar uma ontologia é em princípio uma tarefa analógica a aceitar uma teoria científica” (Monaco, 2001, p. 140, tradução livre). Isso revela que “à medida, ao menos, em que somos razoáveis, adotamos o mais simples esquema conceitual no qual seja possível incluir e ordenar os desordenados fragmentos da experiência bruta” (Monaco, 2001, p. 140, tradução livre).

Somado a isso, Quine (1969, p. 27, tradução livre) defende que a linguagem é “[...] especificadamente um modo de interação de pelo menos dois seres, um falante e um ouvinte”. Para a aplicação da linguagem, “[...] pressupõe um grupo organizado ao qual essas criaturas pertencem e de quem eles adquiriram seus hábitos de fala”. Ademais, apontando críticas sobre os limites da semântica, Quine (1969, p. 27, tradução livre) defende que “a semântica é viciada por um mentalismo pernicioso enquanto consideramos a semântica de um homem como de alguma forma determinada em sua mente, além do que poderia estar implícito em suas disposições para o comportamento aberto”, visto que “são os próprios fatos sobre o significado e não as entidades pretendidas, que devem ser interpretados em termos de comportamento”.

Nessa disposição, Quine aproxima a significação dos fatos, ou seja, de como elementos linguísticos e extralinguísticos afetam o comportamento de quem faz a interpretação, portanto visa a um conjunto de conhecimentos para chegar a um resultado, sendo este resultante de escolhas pertinentes à própria língua e não efetivado no reducionismo da linguagem. Se Carnap foi moderado para aceitar que a linguagem natural é suscetível a fatores da pragmática na composição da significação, Quine observa como um percurso inevitável.

Nessa perspectiva, “o discurso em torno da ontologia de desloca paulatinamente em direção ao problema da redução da experiência” (Monaco, 2001, p. 144, tradução livre). Isso porque “diante da exigência radical de considerar os mecanismos avaliadores do sentido de uma referência que é constitutivamente ontológica, faz-se necessário pôr em discussão os termos de experiência imediata” (Monaco, 2001, p. 144, tradução livre). Frente a isso, “[...] o que está em jogo é o conjunto de operações que constituem, em conformidade com critérios de caráter pragmático”, já que “[...] a determinação da ontologia implica a constituição de um modelo que se estrutura em relação direta com o plano da experiência imediata e se

organiza em conformidade com um ideal de cientificidade dada” (Monaco, 2001, p. 145, tradução livre).

Com isso, o [...] compromisso ontológico e holístico caminham ao par. Por isso é possível advertir em sua cautela crítica a constatação da irreducibilidade do critério ao mero plano formal e a indicação de um êxito pragmático” (Monaco, 2001, p. 146, tradução livre), pois as escolhas dos cientistas estão atreladas à experiência e à forma como se expressam. Outrossim, há um esforço para que a semântica não caia no reducionismo vinculado à intensividade, embora o processo vise a uma construção simplificada da linguagem científica, por isso Quine entende que a extensividade é a chave para configurar a linguagem científica.

Esse processo está de acordo com a proposta inovadora de filosofia analítica, já que “[...] propõe uma virada interpretacionista e pragmática em direção a uma filosofia da linguagem centrada no estudo do uso da linguagem por uma comunidade de falantes e na importância da ação do sujeito linguístico na constituição do significado” (Viñao, 2007, p. 83, tradução livre).

Quine amplia as considerações de Carnap, visto que estabelece críticas importantes ao reducionismo e como este se vincula ao aspecto semântico da intensionalidade, por sua vez propõe uma análise holística em que a extensividade ganha importância, já que a linguagem científica é reflexo da construção e da interpretação das pessoas que constroem os discursos, por isso reconhece que os conhecimentos em ato, de um modo ou outro, afetam os comportamentos e as ações de quem esteja correlacionado.

Nessa disposição, um outro teórico, P. H. Grice (1913-1988), também motivado pelos princípios analíticos e lógicos, propõe um avanço aos primeiros passos da pragmática, pois reconhece que na construção dos enunciados há efeitos de sentidos que não são manifestados através de elementos linguísticos, mas, sim, são manifestantes decorrentes de elementos implícitos que devido às construções lógicas implicam elementos de sentido na intencionalidade do falante.

Grice faz parte de um movimento presente na filosofia analítica cujo objetivo era criticar a base reducionista e formalista no tratamento do sentido, logo evidenciava-se que o ponto central da crítica é a noção de significado caracterizado como: a) verdade condicional, “[...] o significado de uma frase é identificado com suas condições de verdade”; b) composicional, “[...] o significado de uma frase depende do significado de seus componentes”; c) atividade mental, “[...] não determina de forma

alguma o significado das sentenças nem seus componentes” (Labinaz, 2012, p. 310, tradução livre).

No contrafluxo da concepção tradicional do significado, Grice aponta a importância de “[...] ter em conta os usos correntes de expressões filosoficamente relevantes em situações concretas de comunicação”, assim Grice (1989) “[...] atribui um valor filosófico fundamental à distinção entre significado e uso” (Labinaz, 2012, p. 310, tradução livre). Com isso, ao realizar essa distinção, são propostas “[...] as bases para um método de análise que se configura como um compromisso entre as reivindicações da abordagem lógico-formal e as solicitações apresentadas pelos filósofos da linguagem comum” (Labinaz, 2012, p. 310, tradução livre). Nesse sentido, o projeto filosófico de Grice é delineado por uma teoria que visava às intenções comunicativas e depois apresentaria uma teoria da implicatura.

Nessa linha, Grice apresenta sua teoria do sentido, distinguindo entre significado natural e não-natural, assim fundamentando o que viria a se chamar de intenções comunicativas, em que se valoriza os usos dos signos verbais e não-verbais com o fito de analisar o significado atemporal ou convencional de palavras, expressões ou frases, proporcionando um elo entre a semântica, a psicologia e sociologia.

De todo modo, Grice defende que o significado é “[...] caracterizado em termos de um conjunto complexo de intenções dirigidas a um público”, ou seja, deve haver por parte do usuário do signo uma intenção primária, a qual se efetiva como uma “[...] intenção de produzir um determinado efeito ou reação do público”, ou melhor, é a busca para ter a intenção primária reconhecida (Labinaz, 2012, p. 314, tradução livre). Trata-se de oferecer uma intenção manifesta e transparente, ou seja, “[...] a intenção de que o efeito que o usuário pretende produzir seja o resultado, pelo menos em parte, do reconhecimento na parte do público de sua intenção de produzir esse efeito” (Labinaz, 2012, p. 314, tradução livre).

Por outro lado, sobre o significado atemporal ou convencional, Grice indica que “[...] um determinado signo corresponde ao que os seus membros normalmente pretendem comunicar com ele no seio de uma comunidade, ou ao efeito que normalmente pretendem produzir no público através da utilização desse signo” (Labinaz, 2012, p. 317, tradução livre). Somado a isso, “[...] para que o significado atemporal ou convencional cumpra a sua função, ele deve ser reconhecido pelos participantes da troca comunicativa e cada um deles deve assumir que os outros

sabem o que ele sabe sobre esse significado”, ou seja, é preciso respeitar tais condições para que “[...] o uso de um determinado signo se manifeste através de seu significado atemporal ou convencional compartilhado” (Labinaz, 2012, p. 314, tradução livre).

Frente a isso, configura-se a teoria da relevância de Grice, direcionada à análise da comunicação em que através da expressão possam ser reconhecidas as intenções discursivas. Dessa forma, o modelo constituído a partir de bases inferenciais da comunicação se converte em um estratagema em que “[...] um emissor codifica mediante um sinal a mensagem que intenciona transmitir, mensagem que é, a seu modo, decodificada a partir desse sinal por quem a recebe, graças a cópias enviadas de um código idêntico que ambos compartilham” (Wilson; Sperber, 2004, p. 238, tradução livre). Contudo, devido ao modelo inferencial, “[...] o comunicador proporciona uma evidência de sua intenção de transmitir um certo significado, que o interlocutor deverá inferir a partir dessa evidência fornecida” (Wilson; Sperber, 2004, p. 238, tradução livre).

Sendo assim, entende-se que “[...] o compromisso de uma pragmática de caráter inferencial é explicar como o ouvinte deduz o significado do falante a partir da evidência proporcionada por ele” (Wilson; Sperber, 2004, p. 238, tradução livre). Assim, “a tese central da teoria da relevância é que as expectativas de cumprimento da máxima de relevância que suscita um enunciado devem resultar tão precisas e previsíveis que guiem o ouvinte na direção do significado do falante” (Wilson; Sperber, 2004, p. 239, tradução livre).

Nesse processo, há a presença de fatores cognitivos, pois “de maneira intuitiva, podemos dizer que a relevância é uma propriedade que une potencialmente não apenas aos enunciados e às conclusões de inferência” (Wilson; Sperber, 2004, p. 239, tradução livre). Esses fatores confirmam que “[...] qualquer estímulo externo ou representação interna que sirva como *input* de um processo cognitivo poderá ser considerado relevante para um sujeito em uma ocasião determinada” (Wilson; Sperber, 2004, p. 239, tradução livre).

Portanto, Grice evidencia a importância do contexto para a constituição do efeito cognitivo, o qual se ativa consoante a interação, ou seja, fatores externos podem afetar a mente durante a influência de *inputs*, os quais associados a relações internas estabelecem uma conduta em direção à compreensão do enunciado construído por um outrem. Dessa forma, há um avanço em relação à compreensão da linguagem

natural e em relação ao holismo semântico, pois entende-se que há um padrão semântico estabilizado em uma determinada língua, todavia há interferência que levam a alterações no enunciado decorrentes da influência do contexto.

Assim sendo, Grice aprimora sua teoria e apresenta a teoria da implicatura, a qual é constituída por máximas norteadas pelo princípio cooperativo geral. Esses princípios são organizados pelos seguintes elementos:

a) princípio cooperativo: fazer uma contribuição conforme a exigência, na etapa na qual ela ocorre, pela finalidade ou direção aceitos como troca no contexto em que está inserido (Grice, 1989; Levinson, 2007);

b) máxima de qualidade: esforços para que a contribuição seja verdadeira, por isso composta por alguns elementos: (i) não dizer aquilo que acredita ser falso; (ii) não dizer coisas para as quais haja carência de evidências adequadas (Grice, 1989; Levinson, 2007);

c) máxima de quantidade: composta por dois fatores: (i) oferecer uma contribuição informativa no mesmo nível de exigência para os devidos fins de intercâmbio; (ii) não oferecer uma contribuição informativa mais densa do que for exigido pela interação e contexto (Grice, 1989; Levinson, 2007);

d) máxima da relevância: possibilitar contribuições relevantes (Grice, 1989; Levinson, 2007);

e) máxima de modo: deve ser perspicua e especificadamente (i) evitar a obscuridade; (ii) evitar a ambiguidade; (iii) ser breve; (iv) ser ordenado e organizado (Grice, 1989; Levinson, 2007).

Como aponta Levinson (2007, p. 127), “[...] essas máximas especificam o que os participantes têm de fazer para conversar de maneira maximamente eficiente, racional, cooperativa: eles devem falar com sinceridade, de modo relevante e claro e, ao mesmo tempo, oferecer informações suficientes”. Nessa perspectiva, compreende-se que “as máximas estão ligadas às expectativas que os participantes da conversa têm em relação aos seus interlocutores”, no entanto o princípio de cooperação e as máximas não devem ser entendidos como “[...] generalizações que descrevem o que os participantes em uma conversa normalmente fazem, mas antes, indicam o que deveriam razoavelmente fazer para dar origem ao que se poderia chamar de racionalidade conversacional” (Labinaz, 2012, p. 322, tradução livre).

Diante desses fatores, observam-se os caminhos propostos para estabelecer as primeiras investidas em direção à pragmática, uma concepção filosófico-lógico-

linguística, que surge dos desdobramentos do pragmatismo peirceano, alinhando-se à linguagem formalista de Frege para encontrar na filosofia analítica os primeiros passos de uma reflexão sobre o impacto do extralinguístico na elaboração do sentido e da significação. Desse modo, entende-se que a pragmática desenvolve-se a partir dos incômodos debatidos pela filosofia analítica em busca de uma linguagem artificial que fosse capaz de evidenciar a ciência através da lógica, porém reconhece-se que a linguagem natural é suscetível ao contexto, às implicaturas do discurso que compõe enunciados e seus fatores de sentido implícitos, os quais afetam a interação entre os interlocutores, bem como interfere na intencionalidade discursiva e na composição da representação, mediação, descrição e comunicação da realidade.

Ademais, o fato de ser uma abordagem derivada dos pensamentos advindos do Círculo de Viena, há diversos fatores de sua constituição epistemológica presente nas discussões propostas por estudos desenvolvidos na organização do conhecimento. Entretanto, revisitar esse nicho teórico é válido para apontar as fundamentações histórico-epistemológicas que fundamentam essas abordagens, como também propor reflexões sobre a validade desse viés, ou seja, diante da evolução da Pragmática, ainda há vantagens em explorar essa primeira vertente?

De todo modo, os fatores alinhados à presença e à aplicação da lógica na sistematização de linguagens artificiais ou linguagens científicas para não sofrer as fortes influências da linguagem natural na constituição do sentido. Não obstante, Carnap que é praticamente impossível haver uma linguagem científica que não sofra com as modulações da linguagem natural, bem como reconhece que um dos fatores determinantes para comprometer a unicidade semântica são as oscilações decorrentes da pragmática.

5.2 Jogos de linguagem e formas de vida: uma pragmática moldada pela interação

A Pragmática se expande como um fenômeno filosófico-linguístico que evidencia a relação entre sujeitos, linguagem, condutas e extralinguístico. Dessa forma, fatores externos ganham importância na compreensão do sentido e da significação. A linguagem como expressão revela seu significado, contudo a interação entre mentes, objetos, fenômenos e informação, que revelam e enquadram eventos,

ativam conhecimentos e percepções que não pertencem à linguagem, todavia efetivam na linguagem uma capacidade de transformação do sentido.

De fato, a Pragmática não se estabeleceu como uma linha de abordagem da interpretação em um processo simples e intuitivo, quer dizer, sua aplicação nas tratativas não ocorreu naturalmente, principalmente, devido a estar vinculada à concepção da fala, do uso, em detrimento das abordagens que apenas se concentravam em tratar a língua como sistema. O estudo sobre a linguagem se evidencia pelas constituições da gramática, posteriormente pela análise substancial acerca da língua. Muitos avanços e mudanças na concepção sobre a linguagem foram necessários para que se destacassem o discurso, a enunciação e os efeitos de sentido presentes nesse processo. Essas transformações foram tão impactantes que chegam a ser denominadas virada semiótica, virada linguística e virada pragmática.

Somado a isso, a abordagem da filosofia acerca da linguagem foi direcionada a preocupações sobre a lógica. Nesse ponto, o cenário se volta para os desdobramentos apresentados por G. Frege e os apontamentos positivistas, fisicalistas e formalistas do Círculo de Viena. Nomes como Frege, Russell e Carnap são importantes para destacar o legado dos estudos acerca da lógica que influenciaram estudos sobre a semântica e, assim, estabeleceram parâmetros à base da matemática para conduzir o significado e, mais tarde, o sentido proposto nas sentenças. Esses estudos foram responsáveis pela discussão entremeada sobre representação, linguagem, lógica e conhecimento.

Nessa esteira de construções e de debates, surge Ludwig Wittgenstein (1889-1951), quem teve a oportunidade de ser aluno de Frege, em Jena, e, posteriormente, de Russell, em Cambridge. Wittgenstein foi responsável pelo salto importante da filosofia da linguagem, o qual interferiu definitivamente para a os avanços linguísticos sobre o estudo da linguagem no que tange ao sentido e à significação, principalmente em relação ao impacto dos fatores extralinguísticos na construção da informação e de como esta representa a realidade, ou como seu uso é determinante para efetivar a existência dos objetos e fenômenos reais.

Escritor de obras importantes no cenário da filosofia da linguagem, em busca de tratar da relação linguagem, representação, realidade e interação, Wittgenstein, durante sua jornada como voluntário no Exército Austríaco, durante a Primeira Guerra Mundial, escreveu o manuscrito do *Tractatus logico-philosophicus*, o qual ganhou destaque como sua dissertação doutoral, em 1929, sendo dirigido por Russell, com

importante colaboração de G. E. Moore (1873-1958). Dessa maneira, foi o *Tractatus logico-philosophicus* sua única publicação em vida, entretanto outra obra de grande importância para as futuras discussões sobre a Pragmática foi publicada em 1953, essa obra póstuma recebeu o título de *Investigações Filosóficas*.

Wittgenstein participa da configuração da filosofia analítica, cujo objetivo era reconhecer aspectos na linguagem para que pudesse ser instrumento da representação lógica da realidade. No entanto, suas motivações, experiências e vivências possibilitaram que revisitasse suas concepções e redirecionasse seu posicionamento sobre o papel da linguagem no cenário da lógica.

Aproximando-se por vezes da metafísica e da fenomenologia, seus dois trabalhos abordam perspectivas diferentes sobre a linguagem, fator que leva a crítica especializada classificar como Wittgenstein I e Wittgenstein II, já que o *Tractatus* aborda uma linha voltada para a semântica, enquanto *Investigações Filosóficas* se enquadra nas abordagens que dá vida à Pragmática.

Enquanto sua primeira obra defende que a linguagem representa a realidade através de figuração; a segunda trata de evidenciar que o uso da linguagem contribui para a efetivação da realidade, lançando mão de conceitos como jogos de linguagem e formas de vida. Para o desenvolvimento da análise histórico-teórica das contribuições de Wittgenstein para o avanço da Pragmática, realizou-se a análise de suas obras principais: *Tractatus logico-philosophicus* (2020) e *Investigações Filosóficas* (2014).

Para Wittgenstein (2020, p. 129) “o mundo é tudo que é o caso”, “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas”, assim “o mundo é determinado pelos fatos, e por serem todos os fatos. Pois a totalidade dos fatos determina o que é o caso e também tudo que não é o caso”. Com isso, entende-se que ao escrever o *Tractatus*, há a busca de estabelecer pela lógica mecanismos para compreender o mundo dos casos e dos fatos, já que evidencia que “os fatos no espaço lógico são o mundo” (Wittgenstein, 2020, p. 129). Portanto, “o mundo resolve-se em fatos”, além de afirmar que “na lógica, nada é casual: se a coisa pode aparecer no estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar prejudgada na coisa” (Wittgenstein, 2020, p. 129).

Somado a isso, defende-se que “se as coisas podem aparecer em estados de coisas, isso já deve estar nelas”, logo “não podemos pensar em nenhum objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros” (Wittgenstein, 2020, p. 131).

Consequentemente, “se conheço o objeto, conheço também todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas (cada uma dessas possibilidades deve estar na natureza do objeto)” (Wittgenstein, 2020, p. 131). Nesse propósito, reconhece-se os princípios da semântica, em uma organização lógica, em que a existência de um objeto ou fenômeno advém de sua relação com outros, estabelecendo um campo semântico, ou até mesmo uma rede semântica. Assim, reconhece-se a extensão da semântica para a formação do conceito, forjado à base da lógica, o qual é apresentado como uma coligação de outros conceitos, em uma rede de formação conceitual.

De fato, Wittgenstein faz apontamentos sobre a constituição do objeto, abordando fundamentos positivistas tão comuns ao Círculo de Viena, porém a discussão proposta neste trabalho visa à compreensão do arco filosófico que apresenta fatores relacionados à construção de uma teoria que interliga linguagem, percepção, representação, uso e realidade, sem se preocupar efetivamente com as dúvidas ou indecisões do filósofo.

É importante destacar que a tese fundamental proposta no *Tractatus* é que “[...] deve haver alguma coisa em comum entre a linguagem e o mundo” (Schmitz, 2004, p. 44). Com isso, é possível a formulação de proposições dotadas de sentido, sendo proposta, a princípio por uma base verdadeira ou falsa, ou melhor, “o que a linguagem e mundo compartilham é uma mesma forma lógica, que se encontra exibida nas proposições da lógica” (Schmitz, 2004, p. 44). Pode-se afirmar que “[...] o empreendimento que Wittgenstein pretende levar a cabo em sua primeira obra consiste em esclarecer o que há de essencial em toda linguagem e que permite que aquilo que dizemos possa eventualmente exprimir o que de fato é o caso” (Schmitz, 2004, p. 44).

É possível reconhecer as premissas do Círculo de Viena e um caminho já traçado por Frege e Carnap, ou seja, há uma busca por uma linguagem ideal que seja capaz de revelar em sua expressão a ordem e a proposição que representasse o mundo, a qual pudesse ser aplicada nos fundamentos lógicos da ciência para explicar o mundo sem a interferência da subjetividade inerente à linguagem natural. Com isso, investe na constituição de uma linguagem ideal, fundamentada em um simbolismo artificial, a qual é consequência da “[...] ideia de que haveria uma forma da proposição graças à qual ela teria sentido, que seria preciso revelar essa forma e, eventualmente, inventar um simbolismo artificial no qual ela seria imediatamente manifesta” (Schmitz, 2004, p. 44-45).

Observa-se que Wittgenstein (2020, p. 133) aponta: “os objetos contêm a possibilidade de todas as situações”; “a possibilidade de seu aparecimento em estados de coisas é a forma do objeto”; “o objeto é simples”. Nesse aspecto, compreende-se que o filósofo destaca a forma do objeto e como ele se apresenta para a mente ou para o sujeito que vai reconhecer a sua expressão. Dessa forma, apresenta que “todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente” (Wittgenstein, 2020, p. 133).

Todavia, motivado pelo pensamento positivista do Círculo de Viena, Wittgenstein (2020, p. 133) não efetiva estratégias para acessar o conteúdo dos objetos, equiparando forma e conteúdo na mesma frequência de expressão, afirmando que os objetos constituem a substância do mundo, invertendo a lógica de que a substância do mundo constitui os objetos, assim simplificando a análise da significação.

Somado a isso, defende que “se o mundo não tivesse substância, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição”, assim “seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa)”, portanto “essa forma fixa consiste precisamente nos objetos” (Wittgenstein, 2020, p. 133). A confirmação da realidade dependeria das proposições e como estas retratam as formas dos objetos e não efetivamente como os objetos e fenômenos afetam a realidade. A forma seria suficiente para retratar o significado e neste caberiam toda a compreensão, pois é a substância dos objetos que traria luz à forma e nela estaria o caminho para acessar a realidade.

Assim sendo, conforma-se que, para Wittgenstein, “[...] a maior parte dos embaraços filosóficos provém de um mau uso das expressões de linguagem a nossa disposição” (Schmitz, 2004, p. 45). Não obstante, “[...] a ideia de que os filósofos não compreendem a lógica da linguagem, mas aqui a lógica quer dizer apenas os modos de funcionamento das palavras e expressões tais como elas se revelam quando se observa seu uso cotidiano” (Schmitz, 2004, p. 45).

Wittgenstein, no *Tractatus* oferece um avanço em relação à linguagem, já que diferentemente de Frege, Russell e Carnap, que defendiam uma linguagem lógica e diferenciada para representar o mundo científico, Wittgenstein explora a linguagem natural, denominada por ele como linguagem cotidiana.

Wittgenstein (2020, p. 133) insiste na concepção fisicalista de que a substância engloba todos os aspectos em uma unidade, já que afirma que “ela é forma e conteúdo” sem fazer distinção dos processos de sentido e significação que diferem os dois estágios. Ademais, afirma que “espaço, tempo e cor (ser colorido) são formas dos objetos”, assim “só havendo objetos pode haver uma forma fixa no mundo”, pois “o fixo, o subsistente e o objeto são um só” (Wittgenstein, 2020, p. 135). Por sua vez, “o objeto é fixo, subsistente; a configuração é o variável, instável”, desse modo “a configuração dos objetos constitui o estado das coisas”, logo “no estado das coisas os objetos se concatenam, como os elos de uma corrente” (Wittgenstein, 2020, p. 135).

Fica claro que Wittgenstein apresenta a intenção de demonstrar como a linguagem expressa, através da forma, as figuras que modelam o entendimento e a organização textual na configuração de um discurso. No entanto, o apelo à conceptualização positivista do reducionismo da significação em seu significado social convencionalizado perfaz o argumento de que forma e conteúdo se expressam na mesma esfera. Wittgenstein (2020, p. 135) afirma que “a maneira como os objetos se vinculam no estado de coisas é a estrutura do estado de coisas”, todavia, com o fito de explicar como a linguagem exerce seu poder de figuração destaca a importância da forma: “a forma é a possibilidade da estrutura” (Wittgenstein, 2020, p. 135).

Nessa linha, constrói-se os fundamentos para explicar a realidade e como a linguagem é imprescindível para que a realidade se revele, pois sendo a forma o prenúncio da estrutura, tem-se que “a estrutura do fato consiste nas estruturas dos estados de coisas”, assim “a totalidade dos estados existentes de coisas é o mundo” (Wittgenstein, 2020, p. 135). Nessa abordagem, “a realidade total é o mundo”, portanto “figuramos os fatos” e “a figuração representa a situação no espaço lógico, a existência e inexistência de estados de coisas” (Wittgenstein, 2020, p. 135).

Com isso, “a figuração é um modelo da realidade”, já que “os elementos da figuração substituem nela os objetos. A figuração consiste em estarem seus elementos uns para os outros de determinada maneira”, por conseguinte “a figuração é um fato” (Wittgenstein, 2020, p. 135). Sendo a figuração um fato, é possível ser tratado pela lógica e, assim, ajusta-se à linguagem para poder representar o mundo.

Nesse aspecto, discorre Wittgenstein sobre a relação linguagem e pensamento para efetivar as estratégias sobre a realidade, por conseguinte “a linguagem tem, pois, uma função a cumprir nas relações intersubjetivas”, ou melhor assume a “[...] função

designativo-instrumentalista-comunicativa” (Oliveira, 1996, p. 95). Tal aspecto vem ao encontro de sua tese fundamental em o *Tractatus*: “[...] a linguagem figura o mundo sobre o qual ela fala e a respeito do qual nos informa” (Oliveira, 1996, p. 96), portanto a premissa de que “o mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas” (Wittgenstein, 2020, p. 129). Essa totalidade não se trata da “[...] soma dos objetos existentes no mundo, mas de uma estrutura”, ou seja, “[...] o mundo não se fragmenta em coisas independentes uma das outras, mas se compõe de fatos de estrutura complexa. Só se pode falar de mundo quando se fala desses fatos” (Oliveira, 1996, p. 96), fator que se remete a uma inspiração em Parmênides ou até mesmo no *eidos* de Platão (Segatto, 2015).

Nesse cenário, “uma palavra só pode ter denotação quando expressa como um elemento de uma frase”, ou melhor, “o sentido de uma frase é o fruto da associação das significações de seus elementos. O que há de novo aqui é que o elemento só tem significação enquanto elemento, isto é, enquanto membro de uma frase, e não mais independente dela” (Oliveira, 1996, p. 97), como se propõem teorias estruturalistas, mentalistas, formalistas e fisicistas.

Embora haja apenas a valorização da forma, para Wittgenstein, algo se constrói na tessitura da frase, ou seja, a forma, em contato com outra forma, gera um novo valor para forma. De fato, esse reducionismo está alinhavado aos pensamentos do positivismo lógico e descarta as implicações semióticas.

Com essa abordagem, Wittgenstein analisa o papel do conceito, assim, para ele, atua “[...] o conceito como expressão funcional, a denotação do predicado e essencialmente não saturado”, o qual deve ser elemento de uma frase para ter sentido, ou seja, “[...] o conceito é, assim, algo que necessita de uma complementação, e sua expressão linguística, o predicado, só tem sentido no contexto, ou seja, na frase” (Oliveira, 1996, p. 97). Reconhece-se uma abordagem mais interessante, contudo ainda limitada aos fundamentos da sintaxe e da semântica lógica, já que a constituição do conceito depende do sentido que se configura na esfera da frase, ou seja, não há um apreço para a formulação do enunciado, enunciação e discurso, ou ainda, o valor semântica ainda é explorado na fragmentação da informação.

Outrossim, observa-se que o estado das coisas “[...] se refere ao conteúdo descritivo das frases” (Oliveira, 1996, p. 98), isto é, a manifestação da figuração na expressão; já o fato visa à sua realidade, ou melhor, o fato “[...] diz respeito a algo que

realmente ocorre, enquanto o estado de coisas representa, apenas, algo que possivelmente pode ocorrer” (Oliveira, 1996, p. 98).

Diante disso, estado de coisas está para a forma do objeto e “[...] embora um objeto não esteja, em princípio, preso ao estado de coisas, ele é, simplesmente impensável sem uma referência a um estado de coisas possível”, portanto “[...] conhecer os objetos significa conhecer os estados de coisas em que eles podem aparecer” (Oliveira, 1996, p. 99).

Por isso, a figuração é um processo tão importante na filosofia de Wittgenstein, pois “o que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – afigurá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade”, assim “a figuração lógica pode afigurar o mundo”, pois “a figuração representa uma situação possível no espaço lógico” e “a figuração contém a possibilidade da situação que ela representa”, portanto “o que a figuração representa é o seu sentido” (Wittgenstein, 2020, p. 139). Correlato a isso, “para reconhecer se a figuração é verdadeira ou falsa, devemos compará-la com a realidade”, pode-se entender que “a figuração lógica dos fatos é o pensamento”, ou seja, “um estado de coisas pensável significa: podemos figurá-lo” (Wittgenstein, 2020, p. 139).

Nesse aspecto, um estado de coisas pode ser figurado e, assim, representar o mundo, pois afeta o pensamento, isto é, “a totalidade dos pensamentos verdadeiros é uma figuração do mundo”, logo “o pensamento contém a possibilidade da situação que ele pensa. O que é pensável é também possível” (Wittgenstein, 2020, p. 139). Dessa maneira, há uma relação com a construção da proposição, visto que “na proposição o pensamento exprime-se de maneira sensivelmente perceptível”, somado ao fato de “o sinal por meio do que exprimimos o pensamento chamo de sinal proposicional. E a proposição é o sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo”, porém deve-se entender que “o conteúdo da proposição significa o conteúdo da proposição dotada de sentido”, ou seja, “na proposição está contida a forma de seu sentido, mas não o conteúdo” (Wittgenstein, 2020, p. 141).

Na busca por uma teoria da figuração do mundo, Wittgenstein afirma que o mundo é compreendido e se realiza através do pensamento, por isso é feita a figuração do mundo, ou seja, “[...] há a transformação do mundo em pensamento e depois sua expressão linguística”, porém “[...] esses dois momentos não se segue um ao outro, mas estão intimamente associados”, por conseguinte “a expressão

linguística não é algo accidental ao pensamento, mas a expressividade é algo essencial ao pensamento” (Oliveira, 1996, p. 101).

Destarte, reconhece-se “[...] uma identidade estrutural entre o mundo dos fatos e o mundo do pensamento”, pois “[...] as relações no mundo real não são relações objetais, mas de ordem lógica”, portanto “as relações do pensamento são também de ordem lógica, e a verdade é a identidade estrutural entre esses dois tipos de relação”, conseqüentemente há uma correspondência entre “[...] a conexão dos elementos da figuração e a conexão dos objetos nos estados de coisas”, logo “verdade nada mais é do que a identidade das estruturas das coisas e do pensamento” (Oliveira, 1996, p. 105).

A abordagem realizada por Wittgenstein, a partir do *Tractatus*, viabiliza diversas considerações sobre a linguagem que dialogam com os objetivos deste estudo. Há o destaque para a função da linguagem sobre a correlação pensamento e mundo, em que a expressividade da forma ocorre através de figuras. Esse aspecto, ressalta a importância da forma, no plano da expressão, para contribuir com a construção do sentido, ou seja, diferentemente de outras teorias que minimizam o impacto da expressão a questões da fonologia, a lógica demonstra que a forma afeta a mente para expressar a relação entre linguagem e objeto.

Por outro lado, a abordagem proposta, até aqui, por Wittgenstein, por ser fruto do positivismo lógico, não prevê aspectos metalinguísticos, efetivando a ideia de que a linguagem, em si mesma, é forma e conteúdo. De sobremaneira, esse posicionamento é baseado em uma fundamentação idealista e não se compactua com os resultados da semiótica acerca da semiose e da cognição como processos de construção do conhecimento pela mediação da substância das coisas do mundo.

Assim sendo, estabelece-se que pensar é afigurar, ou seja, “[...] a forma da figuração é lógica: quando, pois, pensamos realmente, realizamos a estrutura lógica do mundo” (Oliveira, 1996, p. 106). Diante disso, “o pensamento é a proposição com sentido”, “a totalidade das proposições é a linguagem”, assim “a linguagem é um traje que disfarça o pensamento” (Wittgenstein, 2020, p. 155). Além disso, “a linguagem se compõe, para Wittgenstein, da totalidade de todas as frases”, assim há dois fatos fundamentais: “[...] o mundo como fato e a frase como fato, o qual expressa o pensamento do mundo” (Oliveira, 1996, p. 107).

É observável que fundamentos propostos por Wittgenstein se aproximam com algumas concepções que perfazem os estudos da organização do conhecimento

sobre sistemas de organização do conhecimento, em destaque, fatores que exploram a linguagem documentária, a terminologia e a aplicação de descritores no processo de tratamento e representação da informação. Embora haja trabalhos importantes que aproximem a linguagem especializada dos fatores sociais para efetivar a representação, a normalização dos descritores, vez em outra, tendem a assumir uma visão lógica-formalista, tendo em vista que há aspectos da teoria do conceito que demonstra esse posicionamento.

Nessa linha, para representar o mundo, como parte integrante da forma lógica, visto que é fundamental para a constituição da proposição, há o nome, contudo “só fatos podem exprimir um sentido, uma classe de nomes não pode”, já que “na proposição, o pensamento pode ser expresso de modo que aos objetos do pensamento correspondam elementos do sinal proposicional” (Wittgenstein, 2020, p. 143). Por seu turno, “os sinais simples empregados na proposição chamam-se nomes”, e “o nome significa o objeto. O objeto é o seu significado” (Wittgenstein, 2020, p. 143)

Frente a essa abordagem, “o nome substitui, na proposição, o objeto”, com isso “os objetos, só posso nomeá-los. Sinais substituem-nos. Só posso falar sobre eles, não posso enunciá-los. Uma proposição só pode dizer como uma coisa é, não o que ela é” (Wittgenstein, 2020, p. 143). Nesse propósito, verifica-se que o nome pertence a expressão que representa o objeto através da linguagem, porém não acessa o conteúdo. Nomear é dizer que existe uma presença, que se percebe suas qualidades sensíveis concentradas em uma materialidade, porém nomear não é um procedimento ontológico em sua natureza, pois nomear não é classificar ou categorizar.

Frente a isso, sobre a forma lógica: “a proposição pode representar toda a realidade, mas não pode representar o que deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – a forma lógica” (Wittgenstein, 2020, p. 167). Nessa perspectiva, não é aplicável a metalinguagem como recurso, já que seria a expressão da expressão, ou a forma da forma, tendo em vista que, para Wittgenstein, no viés do *Tractatus*, não é possível distinguir forma de conteúdo.

Por sua vez, “a proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição”, pois “para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder-nos instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo” (Wittgenstein, 2020, p. 167). Diante disso, “o que se exprime na linguagem nós não

podemos exprimir por meio dela”, portanto “a proposição mostra a forma lógica da realidade” (Wittgenstein, 2020, p. 169).

Assim, evidencia-se que o *Tractatus* visa à compreensão da semântica e como a linguagem é aplicada para a representação do mundo, no entanto muitos apontamentos ainda estão ancorados em uma visão tradicional da linguagem, somado aos aspectos positivistas de organização do pensamento e da compreensão da realidade.

Por outro lado, *Investigações Filosóficas* significa uma virada linguística, com apoio contundente da filosofia para que as concepções acerca da significação e do sentido sejam voltadas para a prática, para o uso e para a ação, conduzidos por um fim último como norteador da conduta. Essa fase de Wittgenstein está direcionada a tratar problemas que efetivam novas propostas para a Pragmática.

Com isso, a virada pragmática centraliza-se “[...] em análise pragmática das estruturas linguísticas, considera que a base semântico-sintática dos estudos linguísticos deve ser ampliada e complementada com o ponto de vista pragmático” (Alegre, 2012, p. 209, tradução livre). Somado a isso, reconhece-se que a pragmática linguística “[...] está vinculada com a convicção de que as produções linguísticas têm a capacidade de ser o horizonte e marco regulador que conformam nossas pautas de pensamento, sentimento e ação [...]” (Alegre, 2012, p. 209, tradução livre).

Com isso, por um lado, o enfoque pragmático ressalta “[...] o caráter público, intersubjetivo e situado social e historicamente de todas as atividades linguísticas”; por outro, destaca-se que “[...] que qualquer ação, instituição ou organização social se constitui em parte pela participação da linguagem como prática coletiva”. Wittgenstein tem uma grande importância na pragmática linguística, visto que apresenta “[...] o papel determinante que têm os contextos de uso no estabelecimento do significado das palavras e que põe a linguagem em relação inevitável com as formas de vida, hábitos e instituições dos coletivos de falantes [...]” (Alegre, 2012, p. 210, tradução livre)

Frente a isso, a virada significa “[...] a passagem de uma concepção que se funda em um pré-juízo (*Vorurteil*) ao qual a realidade deve corresponder, para uma concepção da filosofia que se baseia em um modelo (*Vorbild*) enquanto objeto de comparação, meio de representação” (Segatto, 2015, p. 62). Ademais, a virada representa “[...] a passagem de uma concepção que recorre a postulações especulativas e passa daí a teses sobre a constituição da realidade para uma

investigação voltada exclusivamente aos instrumentos de que nos valem para representar a realidade” (Segatto, 2015, p. 62).

Nesse cenário, Wittgenstein (2014, p. 18-19) apresenta os **jogos de linguagem**:

Podemos imaginar também que todo o processo de uso de palavras [...] seja um dos jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Quero chamar esses jogos de jogos de linguagem, e falar de uma linguagem primitiva às vezes como de um jogo de linguagem.
E poder-se-ia chamar também de jogos de linguagem os processos de denominação das pedras e de repetição da palavra pronunciada. Pense em certo uso que se faz das palavras em brincadeiras de roda.
Chamarei de jogos de linguagem também a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada (Wittgenstein, 2014, p. 18-19).

Entende-se que “a linguagem possui um caráter complexo e inacabado produto de suas múltiplas inter-relações com distintas esferas e tarefas da dinâmica própria de seu devir histórico”, por isso se torna inútil “[...] qualquer intenção de buscas de essências, hipostatização ou idealização de uma determinada função ou estrutura” (Alegre, 2012, p. 211, tradução livre). Sendo assim, a linguagem, pois, “[...] consiste em um conjunto de práticas sociais complexas que se definem de acordo com as regras que governam os diferentes usos das palavras e que possuem distintos fins” (Alegre, 2012, p. 212, tradução livre).

Nessa linha, “[...] o fundamento do sentido da linguagem está na práxis humana: o uso da linguagem está em concordância com as demais práticas que os usuários realizam” (Alegre, 2012, p. 212, tradução livre). Sendo assim, “[...] as palavras não podem ser entendidas fora da utilização que os falantes fazem delas”, por isso “o significado dos signos linguísticos não se obtém por definições ostensivas, nem pode ser encontrado imposto por modelos ideais” (Alegre, 2012, p. 212, tradução livre).

Desse modo, para Wittgenstein, a natureza social e o caráter institucional da linguagem são fundamentais, pois “[...] toda linguagem consiste em atividades regradas, as quais estipulam a base dos usos, dos hábitos, dos costumes”, assim “[...] a linguagem está constituída por várias práticas que requerem a aquisição de habilidades à base de domínio de técnicas ao longo do tempo” (Alegre, 2012, p. 212, tradução livre).

Nesse aspecto, “[...] as possíveis conexões entre linguagem e realidade são tão amplas como a multiplicidade dos jogos de linguagem, pois de acordo com as

tarefas e finalidades de cada jogo se institui a maneira própria em que as expressões adquirem sentido”, isso porque os jogos de linguagem são variados e “[...] não podem ser reduzidos à unidade alguma, são atividades regradas e autossuficientes dadas dentro de uma comunidade determinada, que conformam um todo irreduzível a um metajogo de linguagem e que cristalizam em costumes e instituições” (Alegre, 2012, p. 213, tradução livre).

Somado a isso, “[...] o conceito de jogo de linguagem não pode separar-se da ideia de que a linguagem é um instrumento que cumpre uma grande diversidade de funções sem que exista uma função arquetípica ou originária” (Alegre, 2012, p. 213, tradução livre). Sua dinâmica agrupa e reagrupa elementos de sentido conforme a produção de sentido, já que o jogo de linguagem é a somatória de todas as expressões, por isso estão relacionados como família.

Desse modo, aponta-se que “[...] o conceito de jogo da linguagem pretende acentuar que, nos diferentes contextos, seguem-se diferentes regras, podendo-se, a partir daí, determinar o sentido das expressões linguísticas” (Oliveira, 1996, p. 139). Esse fator implica que “[...] a Semântica só atinge sua finalidade chegando à Pragmática, pois seu problema central, o sentido das palavras e frases, só pode ser resolvido pela explicitação dos contextos pragmáticos”, com isso entende-se que “saber usar corretamente as palavras significa saber comportar-se corretamente” (Oliveira, 1996, p. 139).

Essa afirmação é canalizadora das grandes mudanças nos estudos da linguagem. Ao se apontar que a semântica não é suficiente para tratar de todo sentido e significação que os diversos atos de comunicação podem oferecer; a Pragmática, como área do saber, entra em cena. As abordagens propostas decorrente à concepção de jogos de linguagem evidenciam que um texto carrega em si pluralidades capazes de evidenciar camadas de sentido e que é preciso compreender que estratégias de leitura e análise demarcam vieses informacionais conforme os jogos de linguagem são destacados por seus leitores.

Nessa perspectiva, jogos de linguagem ajustam a condição do sentido e da significação consoante os aspectos que caracterizam as formas de vida. Os jogos de linguagem se efetivam diante de formas de vida, e as **formas de vida** são reveladas doravante os jogos de linguagem:

Pode-se imaginar facilmente uma linguagem que seja constituída somente de comandos e informes na batalha. – Ou uma linguagem constituída apenas de

questões e de uma expressão de afirmação ou de negação. E inúmeras outras. – E representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida (Wittgenstein, 2014, p. 23).

Uma evidência de forma de vida se apresenta à base da resistência, da perseverança, da continuidade frente à composição dos símbolos e das condutas, assim aponta Wittgenstein (2014, p. 233):

Só pode ter esperança quem sabe falar? Somente quem domina o emprego de uma linguagem. Isto é, os fenômenos da esperança são modificações desta complicada forma de vida. (se um conceito tem em mira um caráter da escrita humana, não tem aplicação sobre seres que não escrevem). “Aflição” descreve-nos um modelo que retorna em diferentes variações no tapete da vida. Se a expressão corporal do desgosto e da alegria se alternasse numa pessoa, por exemplo, com o tique-taque de um relógio, então não teríamos aqui o característico desenrolar do modelo do desgosto nem o do modelo da alegria (Wittgenstein, 2014, p. 233).

Com isso, há uma relação intrínseca entre jogos de linguagem, formas de vida, representação e compreensão e ter-em-mente, pois, graças às formas de vida, é possível estabelecer uma continuidade em série, visto que “compreender é adestrar-se a determinada práxis, é inserir-se em determinada forma de vida” (Oliveira, 1996, p. 136). Isso sinaliza que “sei, portanto, se alguém compreendeu uma palavra se posso observar que ele a emprega retamente” (Oliveira, 1996, p. 136), ou seja, um jogo de linguagem se revela quando aplicado a uma forma de vida, visto que esta modeliza as possibilidades de aplicação, compreensão e significação consoante uma práxis de conhecimento.

Diante de um texto, a constituição de sua leitura e análise é conduzida pelo reconhecimento das diversas formas de vida que se manifestam em sua construção. É possível reconhecer as diversas manifestações, como também é possível de ocorrer uma leitura enviesada atendendo apenas aos interesses da forma de vida destacada pelo leitor.

Essa condição de significação atrelada a formas de vida é fundamental, já que “o que está em jogo nas análises de Wittgenstein sobre o ter-em-mente e o compreender é um problema comum a todos os outros atos intencionais: o problema da relação entre linguagem e vivências interiores” (Oliveira, 1996, p. 136). Diante disso, “jogada a linguagem dentro da situação, Wittgenstein percebe que a diferente linguagem faz parte da totalidade dessa situação de vida humana, que ela é parte da atividade humana, ou, em sua expressão, uma forma de vida do homem” (Oliveira, 1996, p. 132). Essa situação muda completamente seu entendimento sobre a

linguagem, assim o fator inerente à Pragmática se destaca, pois a linguagem não é mera representação do mundo, mas, sim, o uso que as formas de vida fazem da linguagem e como se constituem os jogos de linguagem decorrente a comportamentos que afetam quem usa a linguagem.

Ademais, “[...] a significação das palavras só pode ser esclarecida por meio do exame das formas de vida, dos contextos em que essas palavras ocorrem, pois é o uso que decide sobre a significação das expressões linguísticas” (Oliveira, 1996, p. 132). Ao tratar da significação das palavras, é preciso evidenciar que é seu uso na linguagem que determina a construção da informação, ou melhor, “só se pode entender a linguagem humana a partir do contexto em que os homens se comunicam entre si”, já que aprender uma língua é aprender uma técnica (Oliveira, 1996, p. 132), pois “[...] os homens estão concordes na linguagem. Isto não é uma concordância de opiniões mas da forma de vida” (Wittgenstein, 2014, p. 123).

Porém, para Wittgenstein, não basta estar inserido em uma forma de vida e fazer uso dos jogos de linguagem, é preciso efetivar uma atividade espiritual denominada de ter-em-mente. **Ter-em-mente** é praticamente uma competência linguística que possibilita ao sujeito sua interação na construção da informação e do conhecimento, no entanto Wittgenstein optou por denominar de atividade espiritual. Diante disso, “o pensar é uma atividade espiritual assim como o falar é uma atividade corporal” (Oliveira, 1996, p. 122). Desse modo, “ao lado de pensar, emitir juízos, compreender etc., o ter-em-mente é um daqueles atos do espírito associados ao ato acústico, corporal, da produção dos sons, sem os quais esses sons não possuem significação” (Oliveira, 1996, p. 122).

Outrossim, ter-em-mente apresenta, como função principal, “[...] conceber sentido ao falar e, com isso, fazer com que um fenômeno físico ultrapasse o plano físico e atinja o plano da significação” (Oliveira, 1996, p. 123). Em outras palavras, é a maneira que Wittgenstein encontrou para sinalizar que há o uso da forma na expressão e esta necessita de um processo cognitivo, atrelado ao uso deliberado para se alcançar o conteúdo, visto que “compreender é apropriar-se da essência de algo, ou seja, é o evento espiritual de posse de determinado sentido” (Oliveira, 1996, p. 123). Com isso, determina-se que “uma vez captado o sentido, o homem se põe em condições de provar se está empregando as palavras de modo justo” (Oliveira, 1996, p. 123).

O ter-em-mente é uma evidência de que o sujeito domina os jogos de linguagem e, com isso, sabe identificar a intencionalidade presente nos contextos, assim como apresenta condições de nortear a intencionalidade quando é responsável pela construção da informação. Ter-em-mente, portanto, é o cerne dos fatores de pragmática, pois evidencia como o cenário afeta o sujeito, seja para a sua compreensão dos jogos de linguagem, seja para o reconhecimento das regras que efetivam as formas de vida, seja permitindo que esse sujeito interfira no direcionamento das informações apresentadas. Frente a isso, entende-se que ter-em-mente confirma a interação com a forma e a preparação para sua compreensão, condição basilar para que o sujeito possa alcançar o conteúdo e agir frente ao seu dever.

Nessa condição, evidencia-se que Wittgenstein muda de concepção acerca da relação forma e conteúdo. Sob esse aspecto, o apontamento sobre as questões do espírito, há um apontamento de que haja algo além da relação imediata entre forma e mundo, ou seja, é possível acessar a substância, para tanto a mente também precisa ser substância. Reconhece-se nesse embate marcas epistemológicas do modo como a ciência era realizada na época. De todo modo, esse apontamento sobre a pragmática evidencia que o acesso a conteúdo perpassa pela ação da cognição.

Nesse cenário, ter-em-mente está intrinsecamente alinhado às vivências. Como aponta Wittgenstein (2014, p. 34), “há, evidentemente, o que se pode chamar de vivências características de apontar, digamos, para a forma”, ou seja, “[...] ao apontar para a forma ou para o número, há vivências e maneiras de apontar características – características, porque elas se repetem, frequentemente (não sempre), onde se tem em mente forma ou número”. Assim, “o que quer que eu faça, deve ser compatível com a regra através de alguma interpretação” (Wittgenstein, 2014, p. 112). Diante disso, “[...] toda interpretação, juntamente com o que é interpretado, está suspensa no ar; não pode servir-lhe de suporte. As interpretações por si sós não determinam o significado” (Wittgenstein, 2014, p. 112).

Nessa linha, consoante Wittgenstein (2014, p. 112): “[...] fui treinado para ter uma determinada reação frente a este signo, e é assim que reajo agora”, fator que contribui para que “[...] alguém só se orienta por uma placa de orientação na medida em que houver um uso contínuo, um costume”. Diante disso, evidencia-se que a vivência ensina como reagir frente ao signo e não que o signo possui um valor linguístico ou semântico, isto é, enquanto a Semântica ensina que o signo representa

a realidade; a Pragmática demonstra que as mentes aprendem a reagir conforme o signo, contudo esse signo pode promover mais de uma reação, o que direciona esse enfrentamento é o contexto, por conseguinte o jogo de linguagem que efetiva as formas de vida, já que “seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são hábitos (usos, instituições)” (Wittgenstein, 2014, p. 113).

Além disso, “compreender uma frase significa compreender uma língua. Compreender uma língua significa dominar uma técnica”, assim que “uma regra não poderia determinar um modo de agir, dado que todo modo de agir deve poder concordar com a regra” (Wittgenstein, 2014, p. 113). Consequentemente, tem-se que “[...] se todo modo de agir deve poder concordar com a regra, então deve poder contradizê-la também” (Wittgenstein, 2014, p. 113). Isso implica dizer que toda conduta é aprendida através da linguagem, do signo e dos jogos de linguagem, assim só é possível realizar aquilo que se aprendeu, ou seja, o comportamento espelha, de algum modo, uma forma de vida, dessa maneira “aprendê-lo significa: ser levado a ser capaz de fazê-lo” (Wittgenstein, 2014, p. 160).

Nessa perspectiva, a aprendizagem é possível porque está vinculada a uma ação, a um devir, a um prospecto daquilo que afeta a mente, pois “não analisamos um fenômeno (p. ex. o pensar) mas um conceito (p. ex. o conceito de pensar), portanto, o emprego de uma palavra” (Wittgenstein, 2014, p. 160). Dessa forma, “a palavra seria, nesse caso, a designação, o nome de objetos”, com isso “a designação é o ato por meio do qual se faz a ligação entre um ato espiritual e um som físico, que tem como efeito que tal palavra designa um objeto do mundo” (Oliveira, 1996, p. 128). Frente a isso, entende-se que “as coisas desaparecem, mas o conceito delas, sua essência elevada ao conceito, é indestrutível, e é isso o que constitui a significação das palavras” (Oliveira, 1996, p. 129).

Em suma, Wittgenstein apresentou grandes contribuições para os estudos sobre a linguagem, principalmente sobre sua maneira de enxergar a sua atuação na representação da realidade, ou melhor, como seu entendimento sobre simples aspectos de representação do mundo atingiu uma nova concepção acerca da ação, do uso e de como as coisas no mundo, através da linguagem, afetam o comportamento, assim efetivando-se as formas de vida.

Dessa maneira, reconhece-se que sua proposta inicial de representação, marcada pelas estratégias de figuração é importante para refletir como as informações

são dispostas nos textos e nos discursos. De fato, há o uso de figuras para organizar as ideias, porém Wittgenstein demonstra que a organização das ideias e a construção de instrumentos de representação não são suficientes para tratar das coisas do mundo.

Nessa linha, a Pragmática torna-se fundamental para orientar a compreensão das dinâmicas da significação, pois a palavra vista como um instrumento atômico de significado não representa muita coisa, pois é seu uso que estabelece os propósitos da significação, fator que permite ter-em-mente as funções dos conceitos, estes pertencentes aos jogos de linguagem, as quais são a somatória de todas as possibilidades já designadas pela linguagem, o que permite pensar, sendo este pensar modelizado pela atuação das formas de vida.

Por fim, outro ponto importante a se destacar no processo de construção argumentativa de Wittgenstein é que a linguagem é forma e esta afeta o sujeito, o qual diante da condição de ter-em-mente, em um processo cognitivo, pode alcançar o conteúdo.

Destaca-se também que a virada pragmática proposta por Wittgenstein está atrelada à sua concepção sobre a forma da linguagem. Seu primeiro momento, evidencia uma concepção de que a forma é recurso de figuração dos objetos, portanto o mundo é construído pela possibilidade de a linguagem constituir sua existência, ou seja, aceita-se a presença, o sensível, porém o fator ontológico é dado por si mesmo, na manifestação da linguagem. Já o segundo momento, reconhece-se que a relação linguagem e realidade não é dada no imediatismo, mas, sim, através de jogos de linguagem e formas de vida.

Frente a isso, associa-se a evolução do tratamento da linguagem no cenário da organização do conhecimento, visto que fatores teóricos alinhados à terminologia e à teoria do conceito propuseram concepções muito próximas ao primeiro momento de Wittgenstein, isto é, uma preocupação demasiada com a forma, ou ainda o entendimento de que a linguagem especializada fosse capaz de retratar a forma e o conteúdo de modo imediatista sem uso de metalinguagem, ou de qualquer outro recurso mais sofisticado para analisar a ação do signo e reconhecer a semiose como fonte de acesso ao conteúdo.

5.3 Atos de fala: a constituição da pragmática filosófico-linguística

A linguagem é mecanismo fundamental para estabelecer interação e, nesse propósito, constituir sentido e significação oriundos do discurso. Nessa linha, a Pragmática estabelece uma mudança de postura frente aos estudos, por conseguinte ao entendimento de como a linguagem é aplicada aos contextos e, assim, estabelece uma ampliação da significação, a qual não é acessível apenas em ordem semântica, pois requer que fatores cognitivos, inerentes à interatividade e à intencionalidade estejam presentes. Com isso, aspectos que constituem o *background* de uma mente são ativados, já que no ato de enunciação o sentido se constrói, e os interlocutores são afetados por esses mecanismos.

A Pragmática percorreu trilhas de discussões pertencentes à lógica até chegar a ser objeto central de estudos linguísticos. A lógica de Frege e Carnap, as implicaturas de Grice e os jogos de linguagem e forma de vida de Wittgenstein direcionaram fundamentações aos problemas linguísticos. Somado a isso, fatores sociais, psicológicos, políticos e mentais acrescentaram aos estudos sobre a linguagem a necessidade de avaliar o contexto no propósito do enunciado.

Diante disso, uma somatória de eventos ligados aos interesses sobre o sentido e a significação, por conseguinte a exploração da linguagem para além do significado gerou o que ficou denominado por virada linguística, ou virada pragmática. Esse marco científico é decorrente de resultados de pesquisa realizada em Oxford, por J. L. Austin (1911-1960). Muito próximo às pesquisas sobre a Pragmática e a lógica, foi responsável por deslocar esses estudos do que era denominado filosofia analítica da linguagem para o que se convencionou chamar de filosofia da linguagem normal.

O desenrolar de suas ideias direcionadas ao ato de fala se consagrou através de suas aulas. Austin é mais um estudioso da linguagem que não publicou em vida, assim a reconstituição de seus apontamentos, definições e pensamentos são decorrentes de anotações de suas aulas, porém o material responsável por se tornar o cerne de sua teoria foi apresentado em uma palestra e compilado no livro *How to do things with words*. Dessa forma, trata-se de uma obra cujo objetivo é a “[...] apresentação de um curso ministrado por Austin na Universidade de Havard em 1955, onde já parece claro o fim que ele se propôs em sua atividade acadêmica: articular uma teoria da estrutura da linguagem” (Oliveira, 2015, p. 150).

Os estudos acerca do ato de fala proposto por Austin apresentam um conjunto de conjecturas sobre a estrutura da linguagem e os efeitos cognitivos que estão presentes na interação entre os interlocutores. Nessa perspectiva, Austin direciona suas considerações a fatores linguísticos, analisando a composição da frase, o efeito de sentido da sentença durante a enunciação e fatores cognitivos inerentes ao processo de percepção e resposta fundamentais para a efetivação da pragmática no ato de enunciação. Portanto, há uma preocupação com fatores alinhados ao enunciado, como parte fundamental da estruturação da frase, como também as possibilidades de compreensão dos indivíduos participantes da cena.

Por sua vez, buscando a expansão dos fatores teóricos alinhados à teoria do ato de fala, destacam-se os estudos apresentados por J. R. Searle, que se tornou reconhecido como herdeiro direto de Austin no que tange aos estudos acerca da teoria dos atos de fala. Searle apresenta uma teoria mais complexa, ou seja, não entende os fatores linguísticos na composição do enunciado como um evento isolado, e, sim, algo voltado para fatores cotidianos em que se efetivam aspectos ontológicos, epistemológicos e metafísicos. Assim sendo, seu trabalho visa a um método de compreensão do papel da filosofia da linguagem para a representação e para estabelecer a relação entre as palavras e o mundo.

Desse modo, há “[...] uma diferença metodológica fundamental em relação a Austin” (Oliveira, 2015, p. 172). A seu modo, “Searle abstrai aquilo que para Austin é decisivo na consideração da linguagem: a situação concreta da fala”, ou seja, “ele pretende analisar um caso puro, um contexto inteiramente neutro, uma espécie de situação ideal, em que deve aparecer a estrutura básica da linguagem” (Oliveira, 2015, p. 172). Para Searle, é preciso “[...] examinar o caso paradigmático”, isto é, “[...] quando ele trata da promessa, não se trata aqui de considerar uma promessa concreta numa determinada situação histórica, mas das condições de possibilidade necessárias e suficientes da promessa enquanto tal, ou seja, de explicitar aquilo que constitui a promessa enquanto ato de fala” (Oliveira, 2015, p. 172).

Para a realização da análise sobre essa temática, foram consultadas obras do Austin (1961, 1990, 2021) e do Searle (1968, 1990, 1997, 2002, 2004, 2006, 2007). Através desse material, pode-se apresentar um estado da arte sobre as teorias apresentadas pelos autores, bem como apontar quais fatores teóricos do ato de fala são fundamentais para o desenvolvimento das apreciações desta pesquisa acerca da teoria da significação.

Envolvido por um cenário em que o estudo da linguagem estava ancorado na concepção analítica e orientada pela lógica, Austin reconhece a necessidade de explorar a incidência do contexto na construção do sentido e se propõe a refletir acerca da formatação da frase para demonstrar relação com fatores extralinguísticos. Nesse aspecto, as propostas estavam alinhavadas com uma concepção de linguagem descritiva e o centro das considerações sobre as sentenças visualizavam uma construção declarativa, isto é, “[...] aquelas que descrevem um conteúdo qualquer, que afirmam, registram, copiam, de certo modo, um fato qualquer” (Oliveira, 2015, p. 151).

A preocupação dos lógicos era encontrar uma linguagem capaz de representar o mundo de forma lógica, no entanto Carnap demonstra a dificuldade de realizar essa proposta devido à presença da Pragmática na linguagem natural. Wittgenstein, por sua vez, indica que a relação se estabelece à base de jogos de linguagem e formas de vida; na sua linha de pensamento. Russell propõe uma linguagem artificial, porém sem sucesso no objetivo de não deixar afetar pelas nuances da linguagem natural, visto que havia, na tradição britânica da filosofia analítica, “[...] inaugurada por G. E. Moore, B. Russell e L. Wittgenstein [...]” no início do século XX, assim “[...] a filosofia analítica surge como uma dupla reação às correntes do pensamento filosófico então dominantes na Grã-Bretanha ao final do século passado: o idealismo absoluto de F. H. Bradley e T. H. Green e o empirismo, influenciado por J. S. Mill” (Austin, 1990, p. 7).

Consoante aponta Souza Filho, “a filosofia analítica, em seus primórdios, com Moore e Russell, vai partir de uma concepção realista, mantendo que a principal tarefa da filosofia é realizar um processo de clarificação ou elucidação dos elementos centrais da nossa experiência” (Austin, 1990, p. 7-8).

Assim, as propostas apresentadas pelos lógicos buscavam mecanismos de redução, fator que evidenciava apenas o significado na construção de ferramentas vericondicionais, o que promovia muita insatisfação, já que a linguagem é dinâmica e interativa. Nessa linha, “não só a linguagem da ciência, o que é compreensível em virtude do fim por ela visado, mas toda linguagem humana é reduzida a sua função designativa”, visto que “tal doutrina chegou, em nosso século, a sua radicalidade por meio do princípio de verificação do neopositivismo: uma frase não verificável era considerada um disparate linguístico”, mesmo diante de “[...] os gramáticos sempre

terem afirmado que nem todas as frases são sentenças declarativas” (Oliveira, 2015, p. 151).

Frente ao monopólio das sentenças declarativas, Austin apresenta uma discussão acerca da distinção entre enunciados, propondo os enunciados constativos, com a premissa de que a descrição é somente uma das funções, como enunciado de fato ou de pura constatação (Oliveira, 2015). Desse modo, “[...] além desses enunciados, há outros, que não constata fatos ou ações, mas antes eles mesmos executam uma ação, fazem parte de uma operação”, ou seja, “a própria declaração das palavras, realizada em certas condições, significa a execução de uma ação” (Oliveira, 2015, p. 152).

Somado a isso, “pelo procedimento que Austin estabelece, em lugar de partir de noções abstratas oriundas de uma teoria ética ou de conceitos muito amplos como responsabilidade, ação, vontade etc.” (Oliveira, 2015, p. 152). É possível reconhecer uma mudança nas questões modais da sentença, assim “[...] toma como ponto de partida a análise dos advérbios como ‘voluntariamente’, ‘deliberadamente’, ‘acidentalmente’, ‘inadvertidamente’ e outros congêneres”, pois ao evidenciar os advérbios, destacam-se as palavras que determinam ou qualificam a ação (Austin, 1990, p. 9).

Dessa maneira, “a preocupação central de Austin não é tanto com palavras e mudanças de uso na linguagem do dia a dia, mas, acima de tudo, com as diferentes coisas que podem ser feitas com as palavras”, ou melhor, “com essas expressões não descrevemos o que pensamos ou fazemos, mas com elas fazemos realmente alguma coisa” (Oliveira, 2015, p. 152).

Outrossim, os exemplos aplicados para elucidar as diferenças entre as sentenças são “[...] tirados não só da prática cotidiana do uso linguístico, como também de processos criminais em que alguém foi ou não responsabilizado por uma ação, e ainda de situações imaginárias e fictícias” (Austin, 1990, p. 9). Dessa maneira, “o recurso a exemplos, reais ou imaginários, é apenas uma forma de tomar a reflexão mais concreta, mais precisa, mais próxima de nossa experiência de falantes, apoiando-se no caráter intersubjetivo da linguagem” (Austin, 1990, p. 9)

Com isso, Austin apresenta a sentença performativa:

A esse tipo de expressão linguística Austin chama de “performativa” (do verbo inglês *to perform*) precisamente para distingui-las das proposições comumente consideradas – aquelas que exprimem um ato de constatação -, pois a própria designação executa uma ação. Tais expressões não

descrevem fatos, mas “constituem” fatos, isto é, ações executadas pelo sujeito que as profere. Quando digo, por exemplo, prometo estudar inglês, estou executando o ato de prometer. Não se trata da execução de um ato intencional, interno, espiritual, mas simplesmente da execução de um ato específico. Pelo fato de dizer as palavras, executo um ato determinado. Nesse caso, dizer alguma coisa significa “fazer alguma coisa” (Oliveira, 2015, p. 152).

Em resposta à concepção declarativa da linguagem lógica, Austin, contrariando a tradição, demonstra que não há sentido de verdade ou falsidade aplicado à sentença performativa, já que a análise muda para o reconhecimento sob que circunstâncias a ação pode ser ou não realizada. Assim:

Para que a ação realmente se execute, é necessário que um conjunto de coisas esteja em ordem além das expressões linguísticas em questão. Trata-se de elaborar um esquema, possivelmente completo, dos possíveis reveses dos enunciados performativos. Os reveses dos atos performativos correspondem, portanto, à falsidade dos atos constativos, só que não se pode esquecer que se trata aqui de uma dimensão diferente. Os atos constativos, com os quais se fala do mundo, são verdadeiros ou falsos de acordo com a correspondência ou não a estados de coisa em questão: os atos performativos, por sua vez, são felizes ou infelizes (*happy* ou *unhappy*) na medida em que as condições para sua realização são cumpridas ou não. Essas condições são “normas convencionais”, o que significa que aqui está em jogo a comunidade linguística e, portanto, o caráter intersubjetivo da linguagem humana” (Oliveira, 2015, p. 153-154).

Essa teoria explora o sentido realizado pela linguagem no bojo da comunicação, somado ao fato de apresentar uma execução de ações convencionais, ou seja, esses comandos performativos são validados advindos de conhecimentos prévios estabelecidos socialmente. Trata-se de comandos conhecidos pelos interactantes que perfazem a cena, portanto o sentido proposto é um fundamento cognitivo estabilizado por experiência adquirida.

Com isso, entende-se que “os atos que executamos por meio dos enunciados performativos executam ações convencionais, ou seja, são executados na medida em que cumprem normas intersubjetivamente estabelecidas”, portanto averigua-se que “eles são atos precisamente na medida em que cumprem essas normas e não em virtude de intenções próprias do sujeito” (Oliveira, 2015, p. 154). Além da intencionalidade sobre a realização do ato, é preciso que sejam regras que se realizam no ato da internacionalidade para poder considerar como realizada.

De todo modo, a concepção de Austin sobre a linguagem apresenta um direcionamento voltado para o uso, desprendendo-se do valor linguístico ou da resolução proposta pelo significado, visto que a “[...] finalidade não é apenas analisar a linguagem enquanto tal, mas investigar o contexto social e cultural no qual é usada,

as práticas sociais, os paradigmas e valores, a racionalidade, enfim, desta comunidade”, já que “a linguagem é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada” (Austin, 1990, p. 10). Soma-se ao fato de que “não há mais uma separação radical entre linguagem e mundo, porque o que consideramos a realidade é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos” (Austin, 1990, p. 10).

Nessa linha, Austin propõe um novo paradigma teórico, o qual “[...] considera a linguagem como ação, como forma de atuação sobre o real, e portanto de constituição do real e não meramente de representação ou correspondência com a realidade” (Austin, 1990, p. 10). Com isso, “a verdade é substituída agora pelo conceito de eficácia do ato, de sua ‘felicidade’, de suas condições de sucesso, e também pela dimensão moral do compromisso assumido na interação comunicativa” (Austin, 1990, p. 10).

Consoante Austin (1990, p. 26), “geralmente o proferimento de certas palavras é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência, na realização de um ato (seja apostar ou qualquer outro), cuja realização é também o alvo do proferimento”. Somado a isso, “[...] é sempre necessário que as circunstâncias em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, apropriadas” (Austin, 1990, p. 26). Com efeito, “[...] é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas ações de certo tipo, quer sejam ações físicas ou mentais, ou mesmo proferimento de algumas palavras adicionais” (Austin, 1990, p. 26).

Dessa forma, Austin (1990, p. 31) apresenta um conjunto de regras para fundamentar a sentença performativa:

- (A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que
- (A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.
- (B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
- (B.2) completo.
- (Γ.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
- (Γ.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente.

Com esses fundamentos, Austin evidencia que a sentença performativa não depende apenas da presença de fatores linguísticos, mas, de outra maneira, além de a frase ser composta por verbos que evidenciem o caráter performativo, para que o enunciado tenha valor de ação, é preciso que seja aceito por uma comunidade, como direcionador de normas que sentencie uma ação pela enunciação.

Não satisfeito com a distinção entre sentenças constativas e performativas, Austin entende ser pertinente explorar a ação linguística na constituição da sentença performativa. Dessa forma, “para Austin, um ato de fala qualquer, mesmo o mais simples, é uma realidade complexa, contém muitas dimensões”, o que leva a refletir que para “[...] captar a ação linguística em sua totalidade, faz-se necessário, em primeiro lugar, tentar analisar suas diferentes dimensões” (Oliveira, 2015, p. 157).

Essa circunstância evidencia que pronunciar palavras compreensíveis, efetuando uma dinâmica de construção de sentido é um ato de fala, o qual executa seu valor de ato de fala porque é compreensível por uma comunidade linguística, que reconhece o sentido, seus comandos e descrições. Nesse aspecto, a teoria de ato de fala evidencia que a pronúncia das palavras na constituição de uma frase não pode ser aleatória, mas, sim, deve atender a uma sistematização que demonstre a ação materializando a intencionalidade de seus produtores, bem como a recepção e os desdobramentos pertinentes a interação dos interactantes.

Frente a isso, “Austin denomina ato locucionário à totalidade da ação linguística em todas as suas dimensões, e a teoria que trata desses atos sob essa perspectiva de pesquisas das locuções”, portanto há como evidência da teoria que “[...] cada procedimento linguístico é, pois, um tipo de ação humana, isto é, um ato locucionário” (Oliveira, 2015, p. 157). Tendo em vista que “a primeira dimensão da linguagem humana é a do agir: usando a linguagem agimos” (Oliveira, 2015, p. 158).

Em busca de melhores definições entre as regras que norteiam a ação de uma sentença performativa e descrição de um fato por uma sentença constativa, já que, como evidencia Austin (1990), as duas podem ter as mesmas estruturas, porém o contexto pode direcionar a sua função. Austin (1990) em suas conferências busca analisar a natureza dos verbos em busca de uma classificação de verbos performativos, no entanto, devido à complexidade dessa tarefa, apresenta um outro critério:

(A.a) sempre realizar o ato de proferir certos ruídos (ato “fonético), sendo o proferimento de um “phone”;

(A.b) sempre realizar o ato de proferir certas palavras e vocábulos, isto é, ruídos de um determinado tipo, pertencendo a um determinado vocábulo e da maneira como pertencem a esse vocabulário; numa determinada construção, ou seja, de conformidade com uma determinada gramática e apenas quando se conformem a ela; com uma determinada entonação etc. A este ato podemos chamar de ato “fático”, sendo o proferimento que dele resulta um “pHEME” (para distingui-lo do “pheneme” da teoria linguística); e (A.c) geralmente realizar o ato de usar esse “pHEME” ou suas partes constituintes com um certo “sentido” mais ou menos determinado, e uma “referência” mais ou menos definida (que juntos equivalem “significado”). A este ato podemos chamar de ato “rético”, sendo o proferimento que dele resulta um “rheme” (Austin, 1990, p. 83-84).

É válido destacar que Austin se apega a termos técnicos extraídos da língua grega clássica, assim “[...] ‘phone’ provém do substantivo grego *phoné* significando som, voz”; por sua vez “[...] ‘fático’ (phatic), provém do substantivo *phátis*, significando ‘algo que é dito’, sendo ‘pHEME’ oriundo do substantivo *pHEME* significando igualmente ‘algo que é dito’”; por fim, “[...] ‘rético’ (rhetic) provém do substantivo *rhema* significando ‘aquilo que é dito’” (Austin, 1990, p. 83).

Entende-se que “o ato fonético consiste simplesmente na execução de certos ruídos”; já “o ato fático consiste na expressão de certos vocábulos, isto é, palavras, ruídos com uma forma determinada, que pertencem a um vocábulo determinado e seguem uma gramática” (Oliveira, 2015, p. 158). Por seu turno, “o ato rético consiste em usar palavras para falar sobre algo, para dizer algo mais ou menos determinado” (Oliveira, 2015, p. 158).

Essa análise, ao fim e ao cabo, pouco ajuda na distinção das sentenças constativas e performativas, entretanto leva Austin a refletir sobre o ato locucionário e, assim, chegar ao liame do ato ilocucionário: “[...] no ato de dizer algo, fazemos também algo” (Oliveira, 2015, p. 158). Com isso, “para poder determinar que ato ilocucionário está em questão, temos de nos perguntar como o ato ilocucionário é usado, isto é, se para informar, levantar uma questão, exprimir uma intenção etc.” (Oliveira, 2015, p. 158).

Preocupado com as sentenças ilocucionárias, Austin apresenta a discussão sobre o ato ilocucionário e a força ilocucionária. O ato ilocucionário exige que se determine o ato, isto é, que haja o questionamento de como se executa o ato para informar, exprimir uma intenção, fazer um juízo, apelar, ameaçar etc.; já a força ilocucionária há a manifestação das pretensões do enunciador, ou seja, como configura o contexto em que a pessoa pretende informar, emitir um juízo, advertir etc.

Frente a isso, pode-se entender que “a linguagem tem muitas funções, e o ato ilocucionário significa a expressão de determinada função”, por isso é necessário distinguir o ato ilocucionário da força ilocucionária (Oliveira, 2015, p. 159). Com isso, “o ato ilocucionário é aquele que se executa na medida em que se diz algo, isto é, na medida em que se executa um ato locucionário”, somado ao fato de o ato não ser sempre explícito (Oliveira, 2015, p. 159). De todo modo, “[...] sua força só pode ser explicitada por meio da consideração de todo o contexto”, ou seja, “trata-se da determinação não do significado, mas do papel exercido pela expressão na linguagem” (Oliveira, 2015, p. 159).

Como aponta Austin (1990, p. 115), “[...] o que temos que examinar não é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento numa situação linguística”, por conseguinte “[...] não se torna difícil ver que declarar é realizar um ato”. Além disso, Austin (1990) faz o apontamento de que há uma diferença entre proferimentos constativos e performativos.

Deve-se caracterizar que no proferimento constativo se esvai a força ilocucionária porque não se evidenciam os aspectos ilocucionários do ato de fala, pois há apenas um direcionamento da compreensão voltado para os aspectos locucionários, o que profere uma noção supersimplificada de correspondência com os fatos; enquanto, no proferimento performativo, a atenção é voltada para a força ilocucionária do proferimento, a qual ganha destaque e evidência maior do que a própria correspondência com os fatos (Austin, 1990).

Outrossim, Austin (1990, p. 120) demarca que “[...] o ato locucionário, como o ato ilocucionário, é apenas uma abstração: todo ato linguístico genuíno é ambas as coisas de uma só vez”. No entanto, distingue-se os diferentes atos devido aos diferentes tipos de sentido ou falta de sentido que possam surgir enquanto há a realização de tais atos, por isso o papel da força ilocucionário torna-se importante para preencher a correspondência dos atos com o contexto.

Nesse princípio, Austin (1990) apresenta classes de proferimentos que executam uma função conforme a força ilocucionária. Tratam-se de: a) veredictivos; b) exercitivos; c) comissivos; d) comportamentais; e) expositivos.

Assim sendo, os veridictivos “[...] caracterizam-se por dar um veredito [...] por um corpo de jurados, por um árbitro, ou por um desempatador (terceiro árbitro)”, porém essa força não precisa ser definitiva, assim é possível “[...] constituir uma estimativa, um cálculo, uma apreciação” (Austin, 1990, p. 123). Portanto, “constituem

essencialmente o estabelecimento de algo – fato ou valor – a respeito do qual, por diferentes razões, é difícil se estar seguro” (Austin, 1990, p. 123). Além disso, incide na articulação de um juízo “[...] a respeito de valores ou de fatos com base em material ou prova ou em argumentos. Uma expressão veridictiva é um ato judicial” (Oliveira, 2015, p. 163).

Por sua vez, os exercitivos “[...] consistem no exercício de poderes, direitos ou influências” (Austin, 1990, p. 123). Podem ser entendidos como “[...] decidir-se a favor ou contra um determinado comportamento”, portanto trata-se de uma decisão como algo deveria ser (Oliveira, 2015, p. 163).

Já os comissivos “[...] caracterizam-se por prometer ou de alguma forma assumir algo” (Austin, 1990, p. 123). Além disso, os comissivos “[...] comprometem a pessoa a fazer algo, mas incluem também declarações ou anúncios de intenção” (Austin, 1990, p. 123).

Já os comportamentais “[...] constituem um grupo muito heterogêneo, e têm a ver com atitudes de comportamento social” (Austin, 1990, p. 123). Também denominadas conductivas, trata-se da “[...] reação ao comportamento e ao destino de outras pessoas e de atitudes ou expressão de atitude diante do comportamento passado ou iminente de um outro” (Oliveira, 2015, p. 164).

Por fim, os expositivos “[...] esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa, como estamos usando as palavras, ou seja, são, em geral, expositivos” (Austin, 1990, p. 123). Portanto, “[...] sua finalidade é tornar claro em que sentido as expressões devem ser consideradas” (Oliveira, 2015, p. 164). Ademais, exercem a função de evidenciar como força que “[...] com elas se exprime uma intenção, uma justificação ou a significação das palavras próprias” (Oliveira, 2015, p. 164).

Afirma-se que “[...] com as expressões veridictivas faz-se uso da força de julgar; com as exercitivas impõe-se influência, usa-se de autoridade; com as comissivas assume-se uma obrigação ou se manifesta uma intenção” (Oliveira, 2015, p. 164). Somado a esses modelos de força ilocucionária, “[...] com as conductivas assume-se uma atitude, e, por fim, com as expositivas explicam-se argumentos, fundamentações, comunicações” (Oliveira, 2015, p. 164).

Evidenciadas as diferenças entre atos e forças, torna-se importante destacar que as sentenças performativas e constativas são reconhecidas como atos, os quais são denominados de locucionário, ilocucionário e perlocucionário. A força ilocucionário

marca os elementos da pragmática que constituem a modelização da mente, já que afeta na construção dos elementos da enunciação que determinam os recortes a serem aplicados na configuração do contexto.

Para Austin (1990, p. 95), “[...] distinguimos um conjunto de coisas que fazemos ao fazer algo, que sintetizamos dizendo que realizamos um ato locucionário, o que equivale, grosso modo, a proferir determinada sentença com determinado sentido e referência”. Além disso, “[...] realizamos atos ilocucionários tais como informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se etc., isto é, proferimos que têm uma certa força (convencional)” (Austin, 1990, p. 95). Por fim, aponta Austin (1990, p. 95), “[...] podemos realizar atos perlocucionários, os quais produzimos porque dizemos algo, tais como convencer, persuadir, impedir ou, mesmo, surpreender ou confundir”.

Desse modo, reconhece-se por ato locucionário “[...] a enunciação de uma sentença com sentido e referência determinado”; por ato ilocucionário “[...] o ato de fazer uma declaração, oferta, promessa etc. ao enunciar uma sentença, em virtude da força convencional associada a ela (ou à sua paráfrase performativa explícita”; por fim, ato perlocucionário “[...] o ato de causar efeitos públicos por meio da enunciação de sentenças, sendo tais efeitos contingentes às circunstâncias da enunciação” (Levinson, 2007, p. 300).

Nesse aspecto, reconhece-se que os atos de fala são atos de enunciação, ou melhor, atos que formatam a práxis enunciativa. Do mesmo modo, os atos de fala interferem na construção do sentido, seja pela própria dinâmica de construção da enunciação e do sentido, seja nos aspectos que se materializam no enunciado e podem ser analisados *a posteriori*.

Pode-se afirmar que “[...] o ato ilocucionário se realiza diretamente pela força convencional associada à emissão de certo tipo de enunciado em conformidade com um procedimento convencional” (Levinson, 2007, p. 301). Por sua vez, o ato perlocucionário é “[...] específico das circunstâncias da emissão e, portanto, não é conseguido convencionalmente apenas pela emissão daquele enunciado específico”, ou seja, é preciso adicionar “[...] todos os efeitos, visados e não visados, muitas vezes indeterminados, que certa enunciação específica numa situação específica pode causar” (Levinson, 2007, p. 301).

Sobre os efeitos perlocucionários incidem as “[...] consequências do que foi dito, os atos ilocucionários também têm consequências diretas e embutidas”, o que diferencia, portanto, é “[...] a questão do entendimento (incluindo a compreensão quer

da força quer do conteúdo da enunciação pelo(s) seu(s) destinatário(s)” (Levinson, 2007, p. 301).

O ato perlocucionário consiste em provocar, [...] por meio de expressões linguísticas, certos efeitos nos sentimentos, pensamentos e ações de outras pessoas” (Oliveira, 2015, p. 160). Com isso, “a expressão linguística pode ser proferida tendo como finalidade produzir esses efeitos, isto é, exercer influência, de uma forma determinada (convencer, levar a uma decisão, levar a um protesto etc.) sobre outras pessoas” (Oliveira, 2015, p. 160).

A relação entre os três atos depende muito da situação em que a enunciação é proferida e como a intencionalidade se estabelece no contexto, ou seja, um mesmo enunciado pode variar conforme a construção da enunciação, embora cada discurso seja reconhecido como único, assim a informatividade acerca de um fato trata-se de um ato locucionário. Já uma advertência, em que se evidencia uma intencionalidade do enunciador, é um ato ilocucionário; desse modo, quando a enunciação faz com que o interlocutor reaja, demonstrando uma alteração de comportamento, é um ato perlocucionário.

De modo geral, o ato locucionário apresenta a intenção de informar sobre um fato, constituído de fatores descritivos e semânticos, portanto trata-se de um ato realizado.

O ato ilocucionário demonstra a intenção de afetar o comportamento de outras pessoas, fazendo uso de enunciados já convencionalizados, assim estabelecendo um comportamento previamente constituído, é a efetivação de um hábito, ou ainda é um cenário, uma prática que se configura na confirmação de um *frame*, trata-se de um ato que pertence ao segmento do atualizado. O ato perlocucionário afeta o comportamento de outras pessoas, exigindo uma reação, portanto um processo cognitivo advindo de uma experiência colateral, portanto se alinha ao segmento do potencializado.

Um ponto importante na proposta de Austin é demonstrar como a linguagem exerce a função de aparato social e como esse fator é responsável para efetuar a representação da realidade, por isso apresenta uma concepção denominada caminho linguístico-fenomenológico, no qual “a primeira coisa a ser descrita é a própria linguagem normal, pois é ela que contém as diferenciações e as conexões que os homens de gerações anteriores fizeram e que hoje constituem nosso vocabulário

comum” (Oliveira, 2015, p. 165). A partir desse fenômeno histórico-social se constitui a situacionalidade, ou seja, a formatação em que sujeitos interagem simbolicamente.

Frente a isso, o sentido “[...] se constitui num contexto situacional, em que faz sentido usar determinadas expressões ou não”, isto é, “[...] investigar a linguagem significa tematizar o contexto de sociabilidade, ou seja, o contexto sociocultural, onde ela se insere” (Oliveira, 2015, p. 166). Isso implica dizer que “[...] não há mais a dicotomia radical entre linguagem e realidade, pois a linguagem é o espaço de constituição do sentido da realidade para nós”, assim “o sentido não mais se constitui na interioridade de uma consciência transcendental, mas num contexto de regras e convenções de um contexto social determinado” (Oliveira, 2015, p. 166).

Esse apontamento de Austin é importante para o estudo do sentido e da significação, pois demonstra que há uma diferença entre fatores internos, ou seja, psicológicos e fatores simbólicos, que retratam condições de sentidos devido à repetição e à generalidade. Fatores que incidem e afetam o comportamento e a conduta, principalmente na condição de formatação de hábitos e *frames*, viabilizam entender que o sentido e a significação advêm da experiência, por conseguinte de fatores subjetivos, mas não se limitam a essa condição de expressividade, já que os instrumentos linguístico-discursivos se ajustam conforme o entendimento da realidade e vão se esclarecendo através da relação entre linguagem e fenomenologia.

Ademais, a linguagem como manifestação do simbólico apresenta interconectados os discursos e as intencionalidades, assim os aspectos sociais se confirmam na expressividade da linguagem, permitindo o acesso ao complexo, pois o conteúdo que se apresenta não é um traço imediato da forma, mas, sim, manifestação que se desdobra da conexão entre conhecimentos já-ditos e tratados.

Assim sendo, “[...] o sujeito capaz de falar e agir só se entende a partir de um processo social, que emerge como condição de possibilidade de suas ações simbólicas”, a consequência dessa condição simbólica de interação é que a linguagem “[...] só se compreende a partir da organização institucional da forma de sociabilidade na qual ele está situado, que é a raiz de seu comportamento no mundo” (Oliveira, 2015, p. 166). Desse modo, ocorre a modelização do comportamento e da conduta decorrente de padrões estabelecidos pela própria cultura, em que se efetiva ou nega modelos linguísticos de interação e comunicação e, consequentemente, como esses comandos são interpretados pelos outros sujeitos sociais, assim se afirmam os *frames* e os hábitos.

De fato, a linguagem, como o efeito de simbolização, não se trata de instrumento pronto e disponível para acesso imediato à condição de verdade da realidade, visto que a linguagem é “[...] um meio heurístico indispensável para nosso conhecimento da realidade; por essa razão é necessário rigor e também muito empenho para melhorar esse instrumento” (Oliveira, 2015, p. 168).

Embora o entendimento dos atos de fala seja ancorado em contextos sócio-histórico, há uma aproximação da hermenêutica, pois “[...] ambas explicitam o contexto intersubjetivo, que gera o sentido” (Oliveira, 2015, p. 168). No entanto, ambas carecem de “[...] uma distinção muito importante, decisiva para exprimir o caráter próprio da reflexão crítica propriamente filosófica”, o que leva a reconhecer que “[...] uma coisa é a problemática da constituição do sentido (o problema da constituição e da compreensão do sentido na linguagem da hermenêutica), outra a de sua justificação (problema da validade)” (Oliveira, 2015, p. 168).

Austin encerra o problema do sentido e da referência que surge com Frege e perpassa por Carnap e Wittgenstein, bem como abre caminhos para uma Pragmática que tem como compromisso investigar o papel do contexto no processo cognitivo, sendo este modelado pela corporificação de posicionamentos institucionais que afetam os discursos, além da confluência com estratégias de percepção do sentido, assim antecipando temas abordados por Gadamer, Apel e Habermas (Oliveira, 2015).

Austin (2021, p. 2) afirma que “[...] nós nunca vemos, ou de outro modo, percebemos (ou sentimos), ou, de qualquer maneira, nunca percebemos ou sentimos diretamente objetos materiais (ou coisas materiais). Essa afirmação contempla sua concepção do papel da linguagem como instrumento de ativação da ação que efetiva a realização da realidade através da linguagem, visto que defende a possibilidade de sentir “[...] somente dados dos sentidos (ou nossas próprias ideias, impressões, *sensa*, percepções sensíveis e perceptos etc.)” (Austin, 2021, p. 2).

Outrossim, Austin (2021, p. 81) evidencia que “[...] a linguagem contém palavras que (mais ou menos) nos habilitam a dizer o que sejamos na maior parte das situações que (achamos) venham a aparecer”. Esse posicionamento demonstra o poder de modelização da cognição que as palavras efetuam, visto que aquilo que não é definido, descrito ou é realizável uma ação, não pode ser compreendido, devido às limitações da cognição, ou seja, “[...] os vocabulários são finitos, e as variedades de possíveis situações com as quais podemos nos defrontar não é nem finita, nem exatamente previsível” (Austin, 2021, p. 81).

Com isso, é evidenciado que o apontamento do significado semântico estabelece uma marca limítrofe entre a mente e a realidade, visto que o mecanismo semântico – o vocabulário – é limitado. O problema da semântica está vinculado ao ponto de que “[...] podem surgir situações com as quais o nosso vocabulário não está instrumentado para lidar de forma sistemática e linear” (Austin, 2021, p. 81).

Diante disso, ocorrem os atos de fala e a presença da força discursiva, transpondo não apenas o sentido manifestante na enunciação, mas a efetivação da significação no processo de ampliação de sentido das palavras pertencentes a um determinado vocabulário, ou seja, é a condução discursiva que efetiva essa aquisição de novos sentidos ajustados ao contexto e oriundos do processo de significação.

Tal fator efetiva a concepção de que “[...] o que vemos não é a qualidade real de uma coisa material, supõe-se que ainda estamos vendo alguma coisa – e essa alguma coisa deve ser chamada de dado dos sentidos” (Austin, 2021, p. 22). A construção da sentença não está vinculada diretamente com o objeto, fenômeno ou coisa material, mas àquilo que é ativado pela percepção, pois “um dado dos sentidos deve ser o objeto do qual somos diretamente conscientes, na percepção [...]” (Austin, 2021, p. 22).

Decorrente a esses pontos, corroborando a constituição do sentido e da significação pela atuação da Pragmática, Austin (2021) estabelece uma crítica à concepção lógica que viabiliza o significado como condutor ao objeto e à realidade. Austin (2021, p. 82) aponta que “[...] concebemos as palavras como setas arremessadas para o mundo, a função dessas palavras ajustadoras está em libertar-nos de nossa inaptidão de só conseguirmos atirar reto à nossa frente”.

Consequentemente, há uma concepção de que o significado da palavra é revelador de toda concepção daquele objeto no mundo, no entanto há a possibilidade de se usar em determinadas situações e “[...] voltar-se para alvos ligeiramente afastados da linha reta e contínua que, habitualmente, lhe serve de mira” (Austin, 2021, p. 82).

Esse fator revela a presença da força ilocucionária que ajusta a intencionalidade do ato de enunciação conforme a necessidade informacional. Além disso, há a variação metafórica, que se ajusta à contemplação cultural dos sujeitos pertencentes a uma comunidade linguística. Nesse interim, “[...] ganhamos tanto em flexibilidade quanto em precisão” (Austin, 2021, p. 82), pois a recuperação do sentido não depende do significado da palavra como um recurso cristalizado, o sentido da

palavra está vinculado à significação que se apresenta manifestante no contexto, a qual é aceita pelos integrantes da comunidade, pois não existe apenas um jeito certo de dizer, o que há é a condição de significação que afete os sujeitos em direção à compreensão sobre os objetos, fenômenos, eventos que formam a realidade.

Dessa maneira, Austin (2021, p. 148) aponta que “[...] o máximo que podemos conseguir são evidências”, assim é apenas razoável “[...] a sugestão de que nunca podemos saber, estar certos da verdade de qualquer coisa que dissermos acerca das coisas materiais”. A linguagem amplia a experiência, porém não é a conexão direta e exata com a realidade, mas, sim, uma ampliadora da compreensão dessas evidências, pois “[...] parece que não dispomos de nada além de evidências para nos ajudar, não temos acesso direto ao que realmente ocorre, e os veredictos são notoriamente falíveis” (Austin, 2021, p. 148).

Nessa perspectiva, Austin oferece muitos pontos importantes sobre o tratamento da linguagem e sua atuação no processo cognitivo para a representação da realidade, todavia há muitas questões que não foram respondidas. Como herdeiro direto dos problemas de atos de fala, Searle apresenta uma continuidade complexa às teorias de seu mestre. Nessa perspectiva, Searle explora concepções dos atos de fala, aprofundando-os e relacionando-os a questionamentos que circundam a cognição, ao contexto, à intencionalidade e ao *background*.

Na condução de sua teoria, Searle apresenta certos cuidados com detalhes terminológicos, levantando a distinção conceitual de fundamentos que serão tratados como importantes na discussão acerca do ato de fala e como a linguagem está aplicada à cognição e à realidade. Nessa linha, estabelece uma distinção entre filosofia da linguagem e filosofia linguística.

Por sua ordem, a filosofia linguística trata-se da “[...] pretensão de solucionar determinados problemas filosóficos atendendo ao uso ordinário de palavras singulares ou de outros elementos de determinada linguagem”; já a filosofia da linguagem se destina a “[...] chegar a descrições esclarecedoras de determinadas características universais da linguagem como, por exemplo: referência, verdade, significação etc.” (Oliveira, 2015, P. 172).

Frente a isso, a preocupação de Searle não recai sobre uma língua específica, mas, sim, explora as possibilidades da linguagem humana. Tendo isso em vista, seus questionamentos iniciais recaem sobre o modo de proceder, assim estabelece dois princípios para conduzir seu método de observação da linguagem:

O primeiro tipo é denominado de “[...] caracterizações linguísticas, que são constatações de elementos linguísticos, como por exemplo afirmações do tipo: tal ou qual expressão é usada para indicar algo” (Oliveira, 2015, p. 172). Por sua vez, o segundo tipo é aquele que se denominou “[...] explicações linguísticas: trata-se de generalizações e explicações dos fatos linguísticos anteriormente tematizados, ou seja, a tentativa de articulação das regras que fundamentam os fatos linguísticos” (Oliveira, 2015, p. 172).

Com isso, entende-se que “qualquer reflexão sobre a linguagem humana é, na ordem do saber um fenômeno segundo, precedido por um saber originário, já que a “[...] linguagem é uma forma altamente complexa de comportamento regrado” (Oliveira, 2015, P. 173). Consequentemente, “aprender uma língua e dominá-la significa aprender a dominar as regras desse tipo de comportamento” (Oliveira, 2015, P. 173). Assim, “as próprias caracterizações linguísticas já são uma expressão ou manifestação do domínio que se tem das regras em questão, de modo que a justificação das intuições consiste simplesmente no fato de se falar determinada língua” (Oliveira, 2015, 174).

Nessa linha, “por meio da reflexão sobre o uso dos elementos linguísticos dessa língua, é possível tirar esse saber do anonimato e, em primeiro lugar, conhecer os fatos formulados nas caracterizações linguísticas” (Oliveira, 2015, p. 174). Desse maneira, “tais caracterizações podem ter validade universal precisamente na medida em que contém regras” (Oliveira, 2015, p. 174). Diante disso, resulta-se que o comportamento linguístico é regrado, portanto “[...] falar uma língua é realizar alguns atos de fala de tal modo que se pode dizer serem os atos de fala as unidades fundamentais da comunicação linguísticas” (Oliveira, 2015, p. 175).

A filosofia da linguagem se preocupa em tratar as questões que envolvem a relação das palavras com o mundo, bem como o processo de comunicação, visto que “[...] algumas vezes dizem coisas querendo dizer significativamente o que dizem; que, ao menos em ocasiões, se as entende; que criam perguntas, dão ordens, fazem promessas e pedem desculpas” (Searle, 1990, p.13, tradução livre). Esses fatores se remetem a como as emissões “[...] se relacionam com o mundo de uma maneira que podemos descrever caracterizando as emissões como verdadeiras, falsas, não significativas, estúpidas, exageradas ou coisas pelo estilo” (Searle, 1990, p.13, tradução livre).

Segundo Searle (1990, p.14, tradução livre), a filosofia da linguagem é “[...] a intenção de proporcionar descrições filosoficamente esclarecedoras de certas características gerais da linguagem, tais como a referência, a verdade, o significado e a necessidade”. Nessa perspectiva, expressa-se que a forma de argumentação caracteriza um conceito, ou seja, no ato de fala “[...] está em uso e sobre o qual existe um acordo geral sobre sua aplicabilidade”, assim é possível dizer que “[...] esse conceito é, de algum modo, defeituoso, visto que não existem critérios de uma certa classe para sua aplicabilidade” (Searle, 1990, p. 20, tradução livre).

Diante disso, marca-se a importância dos atos de fala para a constituição do conceito e seu sentido adequado ao contexto, pois, em seu estágio latente, absorvido no significado não expressa a totalidade de possibilidades informacionais, ou seja, é preciso que haja critérios para estabelecer classes de compreensão do conceito, pois a construção das sentenças deve aprimorar a extensividade dos conceitos (Searle, 1990).

Nessa sequência, revela-se o contexto como o grande articulador do sentido, por isso a demarcação do conceito na manifestação do discurso não se realiza em sua plenitude, ou seja, a enunciação do conceito se ajusta às necessidades do contexto e, assim, não se apresenta como uma totalidade de significados, mas, sim, reverbera parte de sua composição, somente aquelas que se adequam à funcionalidade da enunciação. Portanto, um enunciado não manifesta a totalidade de um conceito, visto que a enunciação adequa parte de sua construção à construção do discurso.

Consequentemente, “[...] as afirmações feitas nas caracterizações linguísticas não podem se justificar na ausência de critérios dos gêneros preferidos, senão, todavia, que qualquer critério proposto não pode se justificar na ausência de conhecimento anterior expresso” (Searle, 1990, p. 21, tradução livre). Diante disso, não basta estabelecer a função do conceito antecipadamente, é preciso elaborar critérios para que os conceitos sejam efetivos, não presos a modelos, pois esses modelos devem ser eliminados, não os conceitos, ou seja, os modelos ancoram os conceitos ao significado, porém os conceitos são flexíveis ao contexto (Searle, 1990).

Consoante Searle (1990, p. 25, tradução livre), “[...] falar uma linguagem é participar de uma forma de conduta governada por regras”, assim o fato é possível, pois trata-se de um “[...] tipo de conhecimento nas caracterizações linguísticas”. Com isso, o ato de fala se constitui da “[...] noção de significado de uma oração”, a qual se

realiza através de “[...] uma emissão literal dessa oração com esse significado em um certo contexto” (Searle, 1990, p. 27, tradução livre). Assim, “[...] também participa de nossa noção de ato de fala que exista uma oração (ou orações) possíveis, a emissão das quais, em certo contexto, constituiria em virtude de seu (ou seus) significado(s)” (Searle, 1990, p. 27, tradução livre).

Para Searle (1990, p. 32, tradução livre), há três gêneros distintos presentes nos atos de fala: a) “a emissão de palavras (morfemas, orações)” – “realizar atos de emissão”; b) “referenciar e predicar” – “realizar atos proposicionais”; c) “enunciar, perguntar, mandar, prometer etc.” – “realizar atos ilocucionários”. Esses três gêneros não devem ser vistos como “[...] atos diversos realizados concomitantemente, mas três momentos constitutivos de um ato de fala” (Oliveira, 2015, p. 177-178). Isso revela que “o mesmo ato proposicional pode ser comum a diferentes atos ilocucionários”, ou ainda “[...] é possível realizar os mesmos atos proposicionais e ilocucionários com atos diferentes de expressão” (Oliveira, 2015, p. 177-178).

Nesse aspecto, “atos proposicionais e ilocucionários são intimamente ligados a determinados tipos de expressão, e a forma gramatical característica de um ato ilocucionário é a frase completa” (Oliveira, 2015, p. 178). Diante disso, entende-se que o ato proposicional parte das frases: “[...] no ato de predicação os predicados gramaticais, no ato de referência os nomes próprios e outras espécies determinadas de expressões nominais”, no entanto “[...] atos proposicionais não existem sem atos ilocucionários” (Oliveira, 2015, p. 178).

Sob esse aspecto, há a configuração de que referência e predicação são parte integrante de um ato ilocucionário. A referência trata-se de “[...] identificar as expressões indicativas, assim “o característico dessas expressões é que servem para distinguir um objeto, uma identidade, um acontecimento etc. de outras realidades e para identificá-los” (Oliveira, 2015, p. 179). Ademais, a referência “[...] não depende da palavra, mas é uma parte de um ato de fala, portanto só existe na execução de atos proposicionais e ilocucionários” (Oliveira, 2015, p. 179).

Por sua vez, a proposição é “[...] aquilo que num ato de afirmação é afirmado, num ato de perguntar é perguntado etc.”, que dizer: “[...] uma afirmação é o reconhecimento da verdade de uma proposição”, assim “a expressão de uma proposição é, exatamente, um ato proposicional, o que é sempre ligado à execução de um ato ilocucionário” (Oliveira, 2015, p. 179).

Somado a isso, há os fatores que incidem na força ilocucionária, a qual é reconhecida através de um indicador proposicional, logo “para a indicação da força ilocucionária podem ser usados muitos meios, como por exemplo a acentuação, entonação, o modo dos verbos, os chamados verbos performativos” (Oliveira, 2015, p. 180). É válido destacar que “na situação concreta do uso da linguagem, sabe-se, a partir do contexto, da força ilocucionária das expressões, mesmo que não haja um marcador explícito” (Oliveira, 2015, p. 180).

Searle (1990, p. 37, tradução livre) afirma que “[...] o ato de fala da referência há de se explicar dando exemplos de expressões referenciais paradigmáticas, explicando a função que a emissão dessas expressões desempenha no ato de fala completo (o ato ilocucionário)”. Nessa abordagem, “sempre que dois atos ilocucionários contenham a mesma referência e a mesma predicação, no caso em que o significado da expressão referencial seja o mesmo, direi que expressa a mesma proposição” (Searle, 1990, p. 38, tradução livre).

Searle (1990) também enfatiza que, através dos elementos semânticos é possível evidenciar como se manifestam na estrutura sintática da sentença, dessa forma é possível distinguir o indicador proposicional e o indicador de força ilocucionária, pois “o indicador de força ilocucionária mostra como há de entender a proposição ou, dito de outro modo, que tipo de força ilocucionária deverá ter a emissão; isto é, que ato ilocucionário está o falante realizando ao emitir a oração” (Searle, 1990, p. 39, tradução livre).

Um ponto importante para a execução das sentenças é a regra, ou seja, “[...] a linguagem é um comportamento regrado, distinguindo dois tipos de regras: as regras regulativas e as constitutivas” (Oliveira, 2015, p. 180). Entende-se por regras regulativas “[...] as regras de comportamento que existem independentemente delas” (Oliveira, 2015, p. 180). Além de se apresentarem sempre na forma de imperativo, esse tipo de regra regulamenta a comportamento, o qual pode ser descrito e especificado, porém não dependem delas para existir, como o caso das regras de boa educação (Searle, 1990; Oliveira, 2015).

Já as regras constitutivas são aquelas que “[...] entram na própria constituição desses comportamentos”, como por exemplo na execução de jogos, ou seja, “[...] dizem respeito a atividades cuja existência depende logicamente delas” (Oliveira, 2015, p. 180). Nessa perspectiva, “[...] as regras constitutivas são o fundamento para

as especificações de comportamentos, que sem tais regras não seriam possíveis” (Oliveira, 2015, p. 181).

Nessa base, é preciso entender que a linguagem implica regras, por conseguinte “[...] a estrutura semântica de uma língua é a realização de uma série de regras constitutivas subjacentes que se fundamentam em convenções. Os atos de fala se caracterizam por se realizarem de acordo com essas regras” (Oliveira, 2015, p. 181). Desse modo, revela-se que os fatores semânticos não são atômicos, pois refletem a composição à base de regras, ou seja, no máximo, ao pensar uma palavra isolada, é tratar do significado latente, algo que carrega em sua existência uma gama de possibilidades de significação já construídas ou ainda no devir, por isso pertencem a esfera da potencialidade.

Sendo assim, a significação se revela no uso da linguagem e na evidência daquilo que se pretende dizer, portanto o ato ilocucionário está vinculado à intencionalidade (Searle, 1990). A comunicação com um ouvinte é conduzida pela intenção daquilo que se deseja que ele reconheça, ou seja, “[...] desejo o efeito pretendido no ouvinte fazendo-o que reconheça minha intenção de desejar esse efeito e, assim que o ouvinte reconhece o que pretendo” a intencionalidade se manifesta como um componente da enunciação, já que “o ouvinte compreende o que estou dizendo no instante que reconhece minha intenção, ao emitir o que emito, é uma intenção de dizer essa coisa” (Searle, 1990, p. 52, tradução livre).

A intencionalidade é um importante componente da enunciação que afeta a composição do sentido e afeta as dinâmicas que levam à significação. Isso porque a intencionalidade se perfaz através da força ilocucionária, a qual revela fatores performáticos para alcançar o objetivo. Assim sendo, o contexto também é marcado por uma direcionalidade, já que as marcas da enunciação conduzem a informatividade para um lugar comunicacional. Dessa maneira, aspectos de figuratividade e de tematicidade marcam o enunciado, decorrente a situacionalidade que configura o contexto. Os elementos presentes na construção do discurso compõem caminhos temáticos para a pluri-interpretação.

Outrossim, esses efeitos de significação estão vinculados aos fatos naturais e institucionais, isto é, “temos uma ideia do que seja o mundo e de nosso saber sobre o mundo”, com efeito “[...] há determinados paradigmas de conhecimento e esses paradigmas servem de modelo para todo o saber” (Oliveira, 2015, p. 183). Porém, conforme aponta Searle (1990) há os saberes institucionais, estes tratam-se de fatos

que “[...] pressupõem a existência de determinadas instituições humanas” (Oliveira, 2015, p. 184). Dessa perspectiva, essas instituições “[...] apresentam sistemas de regras constitutivas” (Oliveira, 2015, p. 184), portanto a linguagem é um fato institucional devido à sua existência como ação, ou seja, ganha força discursiva por si só, porque é capaz de modelar comportamentos, condutas, *frames*, hábitos e conceitos.

Portanto, a significação está no uso, o ato é composto pela força ilocucionária que direciona a contemplação performativa da sentença, todavia a força ilocucionária se revela na composição do enunciado e na constituição da enunciação. Frente a isso, Searle apresenta uma tipologia de enunciação a fim de demonstrar os impactos da força ilocucionária.

Essa tipologia se organiza do seguinte modo:

- (i) representativas, que comprometem o falante com a verdade da proposição expressa (casos paradigmáticos: afirmar, concluir etc.)
- (ii) diretivas, que são tentativas do falante de fazer com que o destinatário faça algo (casos paradigmáticos: pedir, perguntar)
- (iii) comissivas, que comprometem o falante com algum curso de ação futuro (casos paradigmáticos: prometer, ameaçar, oferecer)
- (iv) expressivas, que expressam um estado psicológico (casos paradigmáticos: agradecer, desculpar-se, dar as boas-vindas, parabenizar)
- (v) declarações, que resultam em mudanças imediatas no estado institucional de coisas e que tendem a se valer de instituições extralinguísticas complexas (casos paradigmáticos: excomungar-se, declarar guerra, batizar, demitir do emprego) (Levinson, 2007, p. 305).

Na busca pelo entendimento da significação, para Searle a intencionalidade é algo fundamental. Diante disso, Searle (2002, p. vii) diz que “a capacidade dos atos de fala para representar objetos e estados de coisas no mundo é uma extensão das capacidades mais biologicamente fundamentais da mente”. É, através da ação e da percepção que “[...] os atos de fala são um tipo de ação humana e uma vez que a capacidade da fala para representar objetos e estados de coisas faz parte de uma capacidade mais geral da mente para relacionar o organismo ao mundo (Searle, 2002, p. vii)”.

Desse modo, a capacidade de representação dos objetos do mundo não é intrínseca, mas, sim, está vinculada a uma derivação da intencionalidade da mente. Frente a isso, é necessário salientar que “a Intencionalidade é aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo” (Searle, 2002, p. 1).

Na relação da intencionalidade com os atos de fala, é possível apontar que para haver a “[...] realização de cada ato ilocucionário com um conteúdo proposicional, expressamos um certo estado Intencional com esse conteúdo proposicional, e esse estado Intencional é a condição de sinceridade desse tipo de ato de fala” (Searle, 2002, p. 12). Assim, “todas essas ligações entre os atos ilocucionários e as condições de sinceridade Intencionais expressas dos atos de fala são internas”, fator responsável por proporcionar que “[...] o estado Intencional expresso não é um mero coadjuvante da realização do ato de fala”, visto que “a realização do ato de fala é necessariamente uma expressão do estado Intencional correspondente” (Searle, 2002, p. 12).

Os estados intencionais aplicados ao ato de fala possibilitam a constituição da satisfação, o que somado à força ilocucionária permite compreender os direcionamentos da enunciação e as ramificações oriundas e doravante do sentido, visto que “os estados Intencionais representam objetos e estados de coisas, no mesmo sentido em que os atos de fala representam objetos e estados de coisas” (Searle, 2002, p. 15).

Outrossim, “aplicada à linguagem, podemos usá-la para dar conta não só da referência, mas também da predicação e das condições de verdade ou de satisfação de maneira geral”, portanto pode-se dizer que “[...] os estados Intencionais imbuídos de um conteúdo proposicional e de uma direção de ajuste representam suas diversas condições de satisfação” (Searle, 2002, p. 15). A intencionalidade pode afetar a referencialidade, por isso além da análise da força ilocucionária que perfaz o ato ilocucionário, é preciso verificar a legitimidade da referencialidade, principalmente, sobre aquilo que está ancorado, ou deveria estar, na realidade.

Nessa linha, aponta-se que as condições de satisfação são “[...] as condições que, tal como determinadas pelo conteúdo Intencional, devem ser alcançadas para que o estado seja satisfeito” (Searle, 2002, p. 17). Logo, “[...] a especificação do conteúdo é já uma especificação das condições de satisfação”, já que “[...] toda representação – seja esta feita pela mente, pela linguagem, por imagens ou por qualquer outra coisa – está sempre submetida a determinados aspectos e não a outros, as condições de satisfação são representadas sob determinados aspectos” (Searle, 2002, p. 17).

Outro fator importante a se acrescentar é que “um estado Intencional só determina suas condições de satisfação – e, portanto, só é o estado que é – dada a

sua posição em uma Rede (*Network*) de outros estados Intencionais e sobre um *Background*” (Searle, 2002, p. 26). De tal modo que “[...] toda a Rede Intencional só funciona sobre um *Background* daquilo que, por falta de um termo melhor, denominarei de capacidades mentais não-representacionais” (Searle, 2002, p. 28). Sob esse aspecto, compreende-se que “certas maneiras fundamentais de fazer as coisas e um certo conhecimento sobre como as coisas funcionam são pressupostos por qualquer forma de Intencionalidade de gênero” (Searle, 2002, p. 28).

Além disso, a execução do ato que leva até o significado é marcado pelos estados de Intencionalidade, a qual se apresenta decorrente ao *Background* constituído e pela possibilidade de construção de Redes, logo “estados mentais são estados e os atos de fala são atos, isto é, realizações intencionais” (Searle, 2002, p. 36). Consequentemente, isso é fundamental para entender como o ato de fala, sendo uma ação está alinhavado à contraparte física, ou seja, “a realização efetiva em que se dá o ato de fala envolve a produção (ou o uso, ou apresentação) de entidades físicas, tais como ruídos feitos através da boca ou sinais gráficos no papel” (Searle, 2002, p. 36).

Outro ponto a se fazer distinção é sobre a intencionalidade da percepção e a intencionalidade da crença, visto que afetam de modo diferente as condições de satisfação, bem como a formatação da experiência, visto que a intencionalidade da percepção e da experiência é constituída a partir da interação com o mundo; enquanto a intencionalidade da crença é oriunda de meios como se retratam o mundo. De todo modo, a Intencionalidade da percepção requer uma experiência junto ao objeto da realidade; já a intencionalidade da crença basta acreditar que esse objeto faz parte da realidade, ou seja, enquanto uma pertence à demanda da exposição ao objeto; a outra não exige muita experiência para a constituição das condições de satisfação.

Desse modo, leva-se em consideração que “[...] uma especificação verbal daquilo que o conteúdo Intencional requer caso deva ser satisfeito” (Searle, 2002, p. 69) é tratado ou descrito na linguagem. Por exemplo, “o conteúdo Intencional visual é autorreferente não no sentido de conter uma representação de si mesmo”, todavia “a experiência visual é autorreferente apenas no sentido de que a figura em suas próprias condições de satisfação”, visto que “a experiência visual em si não diz isso, mas o mostra; afirmei-o em minha representação verbal do conteúdo Intencional da experiência visual” (Searle, 2002, p. 69).

Diante disso, é válido destacar que “[...] a percepção é uma transação Intencional e causal entre mente e mundo”, ou seja, “a direção do ajuste é mente-mundo, a direção da causação é mundo-mente” (Searle, 2002, p. 70). Assim sendo, o conteúdo da experiência da percepção “[...] precisa ser causada pelo estado de coisas em que seu objeto Intencional existe e tem as características que são apresentadas na experiência” (Searle, 2002, p. 70). Portanto, “[...] os conteúdos Intencionais em geral e as experiências em particular estão internamente relacionados de maneira holística a outros conteúdos Intencionais (a Rede) e a capacidades não-representacionais (o *Background*)” (Searle, 2002, p. 92).

Esses fatores permitem a competência de indexicalidade, que consoante Searle (2002, p. 93), “[...] cada uma das suas experiências não é apenas uma experiência que ocorre com alguém; mas é, antes, a sua experiência”. Com isso, a Rede de estados Intencionais de que um sujeito tem consciência é a sua Rede, assim como são suas capacidades de *Background*, o que permite a aplicação particular de sentido devido às sistematizações da percepção. Contudo, é graças à indexicalidade que uma mente estabelece o reconhecimento das informações inerentes a um objeto, o que lhe permite atribuir as características que lhe pertencem sem que seja necessário todo um processo de experiência novamente.

Além disso, a indexicalidade permite o compartilhamento de informações, pois diversos sujeitos compartilham as impressões semelhantes e podem debater sobre as divergências, buscando critérios para ajustar a compreensão conforme à percepção, a qual é decorrente de um corpo, com suas habilidades e limitações, inserido no tempo e no espaço, capaz de ampliar a sua Rede, devido aos processos representacionais, os quais sistematizam a ampliação do *Background*.

Nesse liame, a indexicalidade não é norteadora do sentido, mas, sim, a significação e a experiência permitem o processo indexal, pois a recuperação de informação advinda da Rede e do *Background* que permite que a indexicalidade recupere os direcionamentos informacionais decorrentes do ato e da força ilocucionários, já que não se trata de um processo autorreferencial, mas de um resultado inferencial.

Sendo assim, o *Background* é fundamental para a ação sobre o mundo através do ato de fala e da força ilocucionária. Para Searle (2002, p. 198), o *Background* é “[...] um conjunto de capacidades mentais não-representacionais que permite a ocorrência de toda representação”. Frente a isso, “os estados Intencionais apenas têm

condições de satisfação que têm e, portanto, apenas são os estados que são sobre o *Background* de capacidades que, em si mesmas, não são estados Intencionais” (Searle, 2002, p. 198).

Searle (2002, p. 198) ainda destaca que “para que eu possa ter agora os estados Intencionais que tenho, preciso ter determinados tipos de saber prático (know-how)”. Desse modo, para viabilizar o conhecimento, “[...] preciso saber como as coisas são e preciso saber como fazer as coisas, mas esses tipos de saber como (know-how) em questão não são, nesses casos, formas de saber que (know-what)” (Searle, 2002, p. 198). Esse fator leva a uma outra discussão: a construção do *Background*, por conseguinte do *know-how*, ou seja, como esses saberes são conduzidos e modelizados, sendo que muitos são modelados por regras, consequentemente são institucionalizados.

Searle (2002, p. 199) defende que há um *Background* de base, o qual “[...] incluiria no mínimo todas aquelas capacidades de *Background* comuns a todos os seres humanos normais em virtude de sua constituição biológica”; como há também um *Background* local, ou melhor, “[...] práticas culturais locais, que incluiriam coisas tais como abrir portas, beber cerveja em garrafa e a atitude pré-intencional que assumimos em relação a coisas como carros, geladeiras, dinheiro e reuniões sociais” (Searle, 2002, p. 199).

São diferenças importantes para entender a constituição de um *Background* e avaliar como se confere fatores pré-intencionais, já que pode determinar apenas um conjunto definido de condições de verdade e, com isso, se esses fatores pré-intencionais forem alterados ou diversificados incidirá na maneira como o ato de fala será compreendido, ou seja, “[...] a mesma sentença com o mesmo significado literal determinará diferentes condições de verdade e diferentes condições de satisfação, mesmo sem nenhuma alteração no significado literal da sentença” (Searle, 2002, p. 201).

Nesse viés, forças ilocucionárias e atos de fala constituídos sob regras de processos institucionais podem interferir nas condições de satisfação, interferindo também na constituição das condições de verdade, portanto o *Background* não seria constituído somente pela experiência da percepção, mas é suscetível às variações modalizantes da experiência da crença. Embora o significado de uma sentença não seja uma noção independente do contexto, há “[...] uma aplicação relativa a um

conjunto de pressupostos e práticas pré-intencionais de *Background*” (Searle, 2002, p. 201).

O *Background*, conforme aponta Searle (2002, p. 214), “[...] não é um conjunto de coisas nem um conjunto de relações misteriosas entre nós e as coisas, mas simplesmente um conjunto de habilidade, suposições e pressuposições pré-intencionais, posturas, práticas e hábitos”. Sendo a principal função da mente a representação, a constituição do *Background* é responsável pela efetivação de conhecimentos, decorrentes de crenças e experiências perceptivas. Nessa perspectiva, o *Background* atua e proporciona “[...] um conjunto de condições capacitantes que possibilitam o funcionamento de formas particulares de Intencionalidade” (Searle, 2002, p. 219).

Em suma, a teoria do ato de fala, por uma lado, apresenta sua condição de atuação atrelada à construção do enunciado, visto que a execução da força ilocucionária depende dos elementos linguísticos e como estes são projetados para a enunciação; por outro lado, a teoria do ato de fala perpassa os fatores linguísticos e se projeta a fatores cognitivos e extralinguísticos, assim atualizando a relação linguagem-mente-realidade, já que demonstra a existência prévia de regras que estipulam como os atos de fala são recebidos pelos sujeitos de uma comunidade, como também regras que viabilizam a condição de verdade e de satisfação, as quais são ponderadas pela força ilocucionária.

No entanto, longe de ser uma teoria nominalista, pensar os atos de fala exige analisar a relação linguagem, experiência e percepção, além de questionar os modelos construídos socialmente em que o convencional é responsável pela sistematização de fatores pré-intencionais que formatam o *Background* de um sujeito. De todo modo, trata-se de uma teoria que evidencia a força da Pragmática nas relações humanas de comunicação e, principalmente, de mediação, descrição e representação da realidade, pois esses fatores podem ser condicionados, ou seja, embora a Pragmática demonstre uma ação diante de um ato de fala, este pode ser modalizado para que o sujeito reaja conforme um pressuposto já estabelecido.

Ademais, as discussões acerca do ato de fala demonstram muitos recursos que podem ser transformados em instrumentos para o tratamento, representação e recuperação da informação no que tange aos processamentos da organização do conhecimento, visto que há o impacto do contexto, dos atributos arraigados ao sentido devido à presença da intencionalidade, da situacionalidade e da direcionalidade,

fatores que podem afetar a escolha de recortes temáticos para a representação ou orientar como a leitura documental é realizada, como ainda afetar as escolhas dos descritores aplicados para elaboração de objetos informacionais.

Além disso, há uma importante reflexão sobre o papel do *Background* na configuração do conhecimento e, principalmente, como fatores da linguagem afetam e ativam o desenvolvimento e o uso desse conhecimento. Sendo assim, é possível a aplicação desses fatores teóricos acerca do *Background* para a organização e tratamento do conhecimento, bem como do conceito, pois demarcam estratégias para a elaboração das linguagens documentárias, no que confere às atividades atreladas aos sistemas de organização do conhecimento, pois permitem considerar a adequação do conceito aos domínios sem danificar, restringir ou enviesar a potencialidade cognitiva que esse conceito pode alcançar.

5.4 A pragmática e o contexto: fatores de sentido no propósito de interpretação

A Pragmática é uma área ainda a ser explorada, porém seu arco epistemológico já percorreu várias abordagens. Derivada do pragmatismo peirceano, a Pragmática estabeleceu uma relação com a tricotomia do interpretante, portanto há uma conexão com fatores da semiótica. Nesse aspecto, observa-se que a Pragmática além de exercer uma influência no efeito de sentido e na produção da significação, também pode corroborar a interpretação.

Não obstante, é necessário ressaltar que a Pragmática surge nos apontamentos de C. Morris, quando, ao analisar a semiótica peirceana, desdobra a semiose em três partes: sintaxe, semântica e pragmática. Somado a isso, os fundamentos de referência e sentido propostos por Frege foram motivadores de debates realizados por Moore, Russell, Quine, Grice e Carnap, desdobrando uma linha da Pragmática voltada para a proposição e sentença, como ainda os fatores implícitos do enunciado, fatores que interferem no ato da enunciação.

Ainda na proposta de uma filosofia analítica da linguagem, Wittgenstein também explora a lógica para evidenciar os caminhos de condição da verdade, porém reconhece que a proposição é insuficiente para tratar do sentido, visto que a interferência dos jogos de linguagem e das formas de vida interagem com a construção das famílias de linguagem. De todo modo, esses modelos de Pragmática voltados para a filosofia analítica e conduzido pela lógica evidenciaram que fatores

extralinguísticos corroboram a formação do sentido e que, explorar apenas o significado das palavras, embora estas sejam inseridas em sentenças, não representam a realidade construída pelos interactantes.

Nessa perspectiva, a teoria dos atos de fala proposta por Austin evidenciava que a realidade não era posta como conexões formalistas como defendia a semântica lógica, mas, sim, a realidade era construída, em ato, ou melhor, em ação, porque dizer era também fazer. Com a distinção dos atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários, Austin ratificava que a linguagem possui a capacidade de afetar os sujeitos e, com isso, direcionar as ações, os comportamentos e até mesmo a conduta.

Searle, nessa sequência, demonstra que esse processo é marcado por fatores cognitivos, destacando que, juntamente com o ato ilocucionário, há a força ilocucionária, assim sendo estes responsáveis pela interpretação. Outrossim, Searle aponta a contribuição da intencionalidade, da interatividade e do *Background* para a compreensão do sentido construído nas interações entre sujeitos, sujeitos e objetos e sujeitos e máquinas.

Nesse percurso epistemológico da Pragmática, devido à correlação com fatores extralinguísticos na composição do sentido e da significação, a constituição do contexto torna-se fundamental, sendo que os signos que representam a realidade atuam como construtos do cenário. Dessa forma, permitindo, através de ações procedurais, a formação de conceitos, que estimulam a modalização da mente e criam repertórios de conduta diante de determinadas situações.

No entanto, as teorias da Pragmática até então exploradas não demonstravam efetivamente como categorizar ou até mesmo como proceder diante do enunciado, da enunciação e do discurso para tratar a interpretação. Observa-se que para Searle (1997, 2002, 2004), o sentido advém da intencionalidade, da Rede e do *Background*, estes construídos socialmente, todavia sobre a interpretação há quase nada desenvolvido, podendo ser condensada na ideia de que um sujeito interpreta o outro ao reconhecer a relação entre ato de fala e força ilocucionária e a maneira esses fatores se efetivam no contexto através de recursos modais da linguagem presentes no enunciado, ou seja, como aspectos linguísticos constroem essa dinâmica, através de verbos, entonação e pontuação.

Frente a isso, pode-se apontar que outros caminhos acerca da epistemologia da Pragmática surgiram, voltando-se para discussões acerca da significação, portanto refletindo e questionando como alcançar a interpretação. A teoria de atos de fala é

considerada uma virada linguística ou uma virada da Pragmática linguística, por isso é contínua nas discussões, contudo aumentando os fatores de variações de possibilidades que afetam o sentido e a significação, a filosofia volta a explorar fundamentos, agora mais alinhada com a psicologia e com a sociologia.

Desse modo, a Pragmática é direcionada para discussões que envolvem a fenomenologia e o existencialismo: Heidegger (2005a, 2005b); a hermenêutica, Gadamer (1977, 1998, 1999, 2016); o transcendentalismo, Apel (1985a, 1985b, 1991); Apel; Dussel; Betancourt (1992); Apel; Dussel (2004); a institucionalidade, Habermas (1979, 1997, 2000, 2012a, 2012b); e a semiótica Parret (1983, 1988, 1993).

Para Heidegger (2005a), o questionamento do ser é fundamental para o apontamento das coisas do mundo e sua relação com os sujeitos a partir de elementos que evidenciem a existência, por isso lhe é tão cara a discussão acerca da ontologia. Desse modo, Heidegger (2005a, p. 37) aponta que a ontologia “[...] necessita de um fio condutor. Sem dúvida, o questionamento ontológico é mais originário do que as pesquisas ônticas das ciências positivas”. No geral, o ser se efetiva através da presença, assim voltando-se para a configuração da linguagem, há a presença do ser humano na produção do sentido. Dessa maneira, “o homem é, em sua essência, a memória do ser, ele é o momento fundamental do evento de desvelamento do ser” (Oliveira, 2015, p. 201).

Somado a isso, aponta-se que “[...] a linguagem é um fenômeno pluridimensional que contém diferentes níveis, pesquisados por diferentes ciências”, além disso, “o homem, ser histórico, quando pergunta, já o faz dentro de uma tradição cultural específica” (Oliveira, 2015, p. 201). Esses fatores demonstram que fundamentos da linguagem se repetem por estarem constituídos em modelos tradicionalmente convencionalizados, e os seres humanos modelizados pelos discursos histórico-sociais reproduzem esses modelos, visto que são seres atuando conforme o pensamento de seu tempo.

Os discursos são capazes de marcar fatores conscientes que se apresentam de modo deliberado, mas também refletem marcas ideológicas, políticas e camadas de interdiscurso e de intertexto que, muitas vezes, o locutor não tem acesso consciente, no entanto reproduz porque esse tipo de informação, estratificada e estruturada em discursos e atos semelhantes na reprodução de seu conteúdo informacional, ancora-se em camadas culturais realizadas no âmbito social.

Essa situação gera equívocos de entendimento sobre a influência da linguagem na condição existencial dos seres humanos, pois, por diversas vezes, estudiosos e teorias apontam que a linguagem condiciona a atuação do comportamento e da conduta dos sujeitos, no entanto é preciso visualizar uma troca constante de experiências, visto que se assim fosse, não haveria alterações no comportamento das pessoas ao longo dos anos. Desse modo, se por um lado, a linguagem modeliza o comportamento e a conduta das pessoas, ou seja, as pessoas são afetadas pela linguagem; por outro, as pessoas ressignificam a linguagem com o seu comportamento.

No aspecto existencial, “[...] o homem experimenta o real como objeto, isto é, como o manipulável, o dominável por ele, como aquilo que se pode pôr à disposição do homem”, assim “[...] a linguagem é reduzida a informação, como processo pro meio do qual o homem toma conhecimento dos entes, a fim de poder exercer sobre eles o domínio” (Oliveira, 2015, p. 203).

A experiência com o real é mediada por signos, porém, devido à sua configuração como elemento simbólico que carrega muito de seu objeto, é possível que, através da construção discursiva, muitas pessoas confundam a realidade com aquilo que é discursivizado, tendo em vista que o cérebro não distingue a natureza da narratividade.

Nessa perspectiva, “[...] a informação é o modo como a natureza se revela por meio da técnica”, isto é, “não a natureza como ela é em si mesma, mas a natureza enquanto submetida às perguntas do homem, enquanto relacionada a ele, enquanto manipulável por ele” (Oliveira, 2015, p. 203), visto que a natureza sendo percebida como informação permite ao ser humano a disposição de técnicas para poder tratar, sistematizar, representar e organizar a informação como instrumento de mediação da realidade, consequentemente estende e transfere isso para a compreensão da realidade, portanto “[...] a informação é a mediação do saber necessário à manipulação” (Oliveira, 2015, p. 203).

A representação, muitas vezes, é confundida com a nomeação, assim como a mediação realizada não por instrumentos da lógica, mas direcionados por manipulações discursivas recria a realidade à base de crenças não verificáveis, muito menos ancoradas na realidade, ou ainda há perturbações culturais que sobrepujam o entendimento científico da natureza para manifestar a força ilocucionária de ideologias, dispositivos de poder ou destratores políticos.

Reduzir a linguagem à esfera da informação, ou seja, utilizar como instrumento técnico para verificar as condições dos entes, sem explorar de modo aprofundado o sentido e a significação, corre-se o risco de constituir modelos ideais para representar a realidade, conseqüentemente “é essa experiência da linguagem enquanto informação que faz com que o homem de hoje perca a abertura para outros tipos de linguagem” (Oliveira, 2015, p. 204).

De fato, “[...] todo pensar já se movimenta no seio da linguagem, ou seja, se articula numa abertura, num espaço linguisticamente mediado, no qual se abrem para nós perspectivas para a experiência do mundo e das coisas” (Oliveira, 2015, p. 206). Portanto, nosso ser-no-mundo é “[...] sempre linguisticamente mediado, de tal maneira que é por meio da linguagem que ocorre a manifestação dos entes a nós” (Oliveira, 2015, p. 206). Assim, pode-se dizer que o ser humano está presente no mundo devido à modelização da linguagem, pois os fatores linguístico-discursivo afetam os sujeitos permitindo que compreendam a existência de si, a existências dos entes e a existência de um diante da existência do outro, pois “[...] só onde existe linguagem o ente pode revelar-se como ente”, já que “[...] a linguagem é o evento de desvelamento do sentido do ser” (Oliveira, 2015, p. 206).

Baseado na fenomenologia de Husserl (1859-1938), Heidegger analisa os aspectos alinhavados à intencionalidade (Oliveira, 2015), assim apontando para os fatores existenciais que indicam que tornar a informação objetiva é uma ação que perpassa a intenção na construção do sentido, embora esses fatores sejam somatizados à experiência através de fatores subjetivos. Desse modo, Heidegger explora fatores decorrentes da hermenêutica a fim de sistematizar condições para compreender esse processo de objetividade instaurado na linguagem a favor da propagação da informação.

Nesse interim, entre ontologia, fenomenologia e hermenêutica, aponta-se para o objeto, o conteúdo, a coisa como o tema central da ontologia, assim ocorre a reflexão sobre a tematização do sentido do ser, porém o questionamento que rege esses aspectos é: como tematizar o sentido do ser? Pois o sentido aplicado para o reconhecimento do ser no mundo já é um sentido aplicado.

Frente a isso, Heidegger (2005b) entende que o caminho é a análise existencial. Desse modo, propõe-se uma ontologia hermenêutica, já que a mediação é “[...] indispensável para a interpretação do sentido do ser, uma vez que a característica ôntica do eis-aí-ser consiste no fato de ser ontológico, isto é, de ser

fundamentalmente compreensão do ser” (Oliveira, 2015, p. 209). Isso é possível porque “[...] o eis-aí-ser é, em si mesmo, hermenêutico, isto é, compreendedor do ser, a ontologia hermenêutica passa pela hermenêutica do eis-aí-ser, isto é, do homem enquanto revelador do ser” (Oliveira, 2015, p. 209).

Nessa construção do sentido e da significação, os elementos ônticos apresentam as características dos entes, fatores que compõem os entes antes de estabelecer os aspectos do ser que formam os entes, ou seja, a hermenêutica atua na evolução da percepção das características ônticas para a formulação pela linguagem das propriedades ontológicas, visto que “o ser do eis-aí-ser é fundamentalmente EXISTÊNCIA, isto é, compreensão prévia do sentido do ser, presença do ser”, portanto “o conjunto das estruturas constitutivas do eis-aí-ser é, então, a existencialidade” (Oliveira, 2015, p. 209).

Nesse sentido, “a análise existencial radica no caráter ontológico do eis-aí-ser antes de qualquer teorização; o homem possui uma compreensão de si, dos utensílios com que lida e dos entes de seu mundo”, por conseguinte compreender os entes é compreender as suas possibilidades (Oliveira, 2015, p. 209). Essa compreensão ocorre através da experiência mediada pela linguagem, pois é preciso que essa mente conheça o objeto ou o fenômeno, como também ela conheça a linguagem e sua descrição realizada através dos discursos, para isso é preciso contato com a existência do sensível que se apresenta através dos enunciados.

Nesse aspecto, a funcionalidade da linguagem, devido à sua pluridimensionalidade, revela o ente em sua verdade, a qual pode ser expressa em palavra, todavia é preciso entender que a linguagem revela elementos do ente, os quais, aplicados no processo hermenêutico de investigação da ontologia, é possível acessar o ser, portanto “[...] é na força da palavra que o homem, ser histórico, vem ao ser” (Oliveira, 2015, p. 213). Isso permite apontar que “[...] a sentença é somente uma formalização secundária, precisamente formalização do falar temporal originário”, ou seja, “toda a metafísica ocidental se orienta na sentença e, com isso, se fez incapaz de detectar a verdadeira essência da linguagem” (Oliveira, 2015, p. 214).

Assim sendo, o ser humano, como ser-homem, é “[...] inseparável da linguagem, pois, na medida em que vela pela revelação do ser, ele abre um espaço para emergência de uma vida marcada pelo sentido” (Oliveira, 2015, p. 222). Por conseguinte, “[...] falar é desvelar o mundo, tornar possível a emergência do sentido essencial e constitutivo de tudo”, portanto “é só a partir da linguagem que o homem

tem propriamente o mundo, onde todas as coisas podem encontrar seu lugar” (Oliveira, 2015, p. 222). Assim, uma mente perfaz-se em sujeito através da linguagem, pois não se trata de como as informações se ajeitam no interior, mas, sim, como o conhecimento reflete a realidade.

Na esteira da discussão que envolve ontologia, fenomenologia e hermenêutica na correlação com a Pragmática, é válido destacar os estudos de H. G. Gadamer (1902-2000). Gadamer demonstrou interesse nas construções de Heidegger acerca do sujeito e do ser na constituição do sentido. Nesse propósito, destaca-se que há hermenêutica, porque “[...] o homem é hermenêutico, isto é, finito e histórico, e isso marca o todo de sua experiência no mundo” (Oliveira, 2015, p. 225). A construção histórica evidencia a formação do ser no aspecto social e realiza o papel do simbólico na constituição do sujeito.

Além disso, destaca-se que a hermenêutica de Gadamer é “[...] conscientemente uma hermenêutica da finitude, o que significa para ele a demonstração de que nossa consciência é determinada pela história”, ou seja, “[...] na medida em que pretende precisamente mostrar que a constituição do sentido não é obra de uma subjetividade isolada e separada da história, mas só é explicável a partir de nossa pertença à tradição” (Oliveira, 2015, p. 227). Isso ocorre porque o “[...] eis-aí-ser não pode superar sua própria facticidade, daí sua vinculação a costumes e tradições que codeterminam sua experiência de mundo, ou seja, “é no horizonte da tradição de um todo de sentido que compreendemos qualquer coisa” (Oliveira, 2015, p. 227).

Sendo assim, “a historicidade fundamental do eis-aí-ser implica que seu ser é uma mediação entre o passado e o presente na direção do futuro que se abre”, porém é preciso destacar que “[...] nossa historicidade não é uma limitação, mas antes condição de possibilidade de nossa compreensão” (Oliveira, 2015, p. 227-228). Com efeito, “[...] compreendemos a partir de nossos pré-conceitos que se gestaram na história e são agora condições transcendentais de nossa compreensão” (Oliveira, 2015, p. 227-228). Nesses aspectos, o ser se realiza como sujeito e é sujeito enquanto ocupa seu lugar no discurso. A construção do discurso é um processo contínuo de atualização, a qual se realiza a partir do confronto histórico entre o passado e presente na formação da conduta que está preparada para ressignificar o devir.

Desse modo são fatores que direcionam à compreensão de que o sentido é construído por aquilo que de algum modo já foi construído como conceito e que de

algum modo afeta os sujeitos interagentes em determinados contextos, todavia “sua influência sobre nós independe da consciência que dela temos, além de que é “[...] a partir dela que se tornam possíveis nossos conhecimentos, nossas valorizações, nossas tomadas de posição no mundo” (Oliveira, 2015, p. 229).

Ademais, é importante destacar que “[...] os pré-conceitos não são pré-conceitos de um sujeito, mas muito mais a realidade histórica de seu ser, aquele todo histórico de sentido no qual os sujeitos emergem como sujeitos” (Oliveira, 2015, p. 229). A conjuração dos conceitos que perfazem o entendimento do conhecimento acerca de algum objeto é um processo de acesso à cognição através da construção da significação.

Para Gadamer (1999, p. 47), o fator passado na construção história do sentido do ser é primordial, já que “conceitos e palavras decisivas, com as quais costumamos trabalhar”, as quais foram cunhadas na construção da história desde o passado. Logo, “[...] quem não quer se deixar levar pela linguagem, esforçando-se por alcançar uma evidência fundamentada historicamente, vê-se constrangido a andar de uma para outra questão da história da palavra e do conceito” (Gadamer, 1999, p. 47).

Nessa questão, o conceito historicamente constituído dá à palavra condições de significá-lo, porém a palavra, em seu estado de significado, não deve ser compreendida como o puro conceito, pois este é decorrente de fatores contextuais, que permeiam sua condição de existência, pois é preciso ponderar como “[...] princípio fundamental e geral de uma interpretação de texto o fato de que todos os aspectos individuais de um texto devem ser compreendidos a partir do *contextus*, do conjunto, e a partir do sentido unitário para o qual o todo está orientado, o *scopus*” (Gadamer, 1999, p. 276).

Com isso, o processo hermenêutico direciona a análise à interpretação e à compreensão do texto. Dessa maneira, “quem quiser compreender um texto realiza sempre um projetar. Tão logo apareça um primeiro sentido no texto, o intérprete prelinea um sentido do todo” (Gadamer, 1999, p. 402). Ademais, “[...] o sentido somente se manifesta porque quem lê o texto lê a partir de determinadas expectativas e na perspectiva de um sentido determinado” (Gadamer, 1999, p. 402). Essa abordagem pode gerar equívocos de análise e apontar presença de pré-conceitos e fatores ideológicos conduzindo a leitura, por isso é importante evidenciar no processo da hermenêutica uma condição de verificação dos conceitos e das palavras com aquilo que se construiu como sentido ao longo da história.

Frente a isso, “a compreensão do que está posto no texto consiste precisamente na elaboração desse projeto prévio, que, obviamente, tem que ir sendo constantemente revisado com base no que se dá conforme se avança na penetração do sentido” (Gadamer, 1999, p. 402). É preciso distinguir aquilo que previamente atua como conceito em uma condição ôntica ou ontológica, além de haver a possibilidade de o conceito ser aplicado sobre as influências deônticas, assim contaminando o sentido que se tem como resultado, visto que a intencionalidade pode infectar a força ilocucionária.

Sendo assim, “[...] toda revisão do projeto prévio está na possibilidade de antecipar um novo projeto de sentido; que projetos rivais possam ser colocados lado a lado na elaboração, até que se estabeleça univocamente a unidade de sentido” (Gadamer, 1999, p. 402). Nesse aspecto, “[...] a interpretação começa com conceitos prévios que serão substituídos por outros mais adequados” (Gadamer, 1999, p. 402).

A interpretação, a constituição dos conceitos e a formatação dos contextos devem estar alinhavados ao projeto, por isso é importante destacar que “elaborar projetos corretos e adequados às coisas, que como projetos são antecipações que apenas devem ser confirmadas nas coisas, tal é a tarefa constante da compreensão” (Gadamer, 1999, p. 402). Desse modo, Gadamer também reconhecer que na constituição da hermenêutica são as coisas, ou os objetos constituintes de sentido ao longo da história que perfaz o conceito ou o contexto e não o contrário.

Gadamer (1999, p. 403) destaca que “a compreensão somente alcança sua verdadeira possibilidade, quando as opiniões prévias, com as quais ela inicia, não são arbitrárias”. Dessa forma, é importante não se dirigir aos textos diretamente, podendo corromper a construção da significação, ou melhor, “[...] a partir da opinião prévia que lhe subjaz, mas que examine tais opiniões quanto à sua legitimação, isto é, quanto à sua origem e validade” (Gadamer, 1999, p. 403).

Isso indica verificar o sentido conforme a composição dos elementos que perfazem o sentido, averiguando como cada elemento contribui para a constituição da rede de significação, ou seja, não simplesmente aplicando métodos já pré-determinados, pois corre-se o risco de apenas recuperar traços ônticos, ou pior, apontar fatores deônticos, assim mascarando a existência plena do ente, visto que determinados tratamentos da informação não são eficazes para aprofundar o sentido em direção ao ser.

Assim, é importante a busca pelas fissuras de informação no pleito da formatação do contexto, já que é “[...] somente a experiência do choque com um texto – seja porque ele não oferece nenhum sentido, seja porque seu sentido não concorda com nossas expectativas – o que nos faz parar e perceber um possível ser-diverso do uso da linguagem” (Gadamer, 1999, p. 403).

Para Gadamer (1999, p. 405), “a tarefa hermenêutica se converte por si mesma num questionamento pautado na coisa, e já se encontra sempre determinada por este”. Ademais, “aquele que quer compreender não pode se entregar, já desde o início, à causalidade de suas próprias opiniões prévias e ignorar a mais obstinada e consequentemente possível a opinião do texto” (Gadamer, 1999, p. 405).

Nesse propósito, a linguagem tem papel crucial, pois a “[...] linguagem é o meio em que se realiza o acordo dos interlocutores e o entendimento sobre a coisa”, ou seja, “a conversação é um processo pelo qual se procura chegar a um acordo”, assim “faz parte de toda verdadeira conversação o atender realmente ao outro, deixar valer os seus pontos de vista e pôr-se em seu lugar” (Gadamer, 1999, p. 560-561).

Nessa linha, destaca-se que “[...] a linguagem é o médium universal em que se realiza a própria compreensão. A forma de realização da compreensão é a interpretação” (Gadamer, 1999, p. 566). Além disso, “todo compreender é interpretar, e todo interpretar se desenvolve no médium de uma linguagem que pretende deixar de falar o objeto e é, ao mesmo tempo, a linguagem própria de seu intérprete, ou seja, “[...] a interpretação é um círculo fechado na dialética de pergunta e resposta”, isto é, “é uma verdadeira relação vital histórica, que se realiza no médium da linguagem”, portanto “a linguisticidade da compreensão é a concreção da consciência da história efetual” (Gadamer, 1999, p. 566-567).

Nesse sentido, “a linguagem é fundamentalmente um processo vital, no qual se efetiva uma comunidade de vida. O entendimento linguístico é marcado pela peculiaridade de que ele apresenta aos que entendem aquilo sobre o que o entendimento se faz” (Oliveira, 2015, p. 238). Por um lado, o mundo é “[...] chão comum, reconhecido por todos, que liga todos os que falam uns aos outros”; por outro, “todas as formas de comunidade humana são formas de comunidade linguística, mais ainda elas formam linguagem, uma vez que a linguagem é essencialmente a linguagem do diálogo” (Oliveira, 2015, p. 238).

Desse modo, “essa plenitude de visões do mundo não significa a relativização do mundo, pois o que é mundo não é diferente das visões nas quais ele se nos

manifesta” (Oliveira, 2015, p. 239). Por isso, “[...] a linguagem é capaz de tudo isso, porque ela não é criação da razão refletente, mas efetiva a própria relação ao mundo em que vivemos” (Oliveira, 2015, p. 239).

Portanto, é preciso compreender que “a nova ontologia é uma ontologia da linguagem, da linguagem das coisas, que quer ser ouvida assim como as coisas vêm à palavra”, visto que “é essa a experiência, adequada a nossa finitude, aquela correspondência que a metafísica tematizou como a adequação originária de todas as coisas criadas umas com as outras” (Oliveira, 2015, p. 248).

Nesse sentido, a linguagem oferece à história condições de ser contada e recontada, assim viabilizando que a construção dos conceitos seja legitimada e ratificada. Sob esse viés, pode-se entender que a história é construtora de ontologias, pois possui a linguagem como colaboradora na construção do simbólico, assim tanto a ciência como a cultura puderam construir suas narrativas revisitando discursos, formas de vida e posicionamentos advindos da força ilocucionária presente nas trocas sociais do conhecimento.

Seguindo as tendências teóricas que exploram a epistemologia da Pragmática, destaca-se a Pragmática transcendental, desenvolvida por K. O. Apel (1922-2017). Nas considerações de Apel, “[...] a reflexão sobre a linguagem não constitui a descoberta de um objeto a mais na reflexão filosófica” (Oliveira, 2015, p. 249). Retomando fundamentações de Kant, Peirce, Wittgenstein e Heidegger, Apel busca discutir como a filosofia deve se ajustar às preocupações que circundam a linguagem, no que tange às motivações da significação (Apel, 1985a).

Assim, Apel (1985a, p. 11, tradução livre) declara que “[...] a realizar a filosofia como mediação entre teoria e práxis na sociedade humana, hoje em dia a comunidade filosófica de comunicação, [...] teria que conseguir ao menos organizar o discurso teórico”. Há uma crítica ao posicionamento filosófico vinculado à construção de uma realidade forjada no *eídos* e na linguagem, já que a busca pragmática é exatamente o inverso: demonstrar que a realidade está no mundo, e a linguagem é recurso para representar e mediar.

Dessa forma, a pragmática transcendental “[...] emerge do contexto da crise da razão, e sua pretensão fundamental é responder aos desafios que se levantam a partir da crise” (Oliveira, 2015, p. 253). Com isso, há o posicionamento de que “as certezas sintético-apríoricas são pressupostos de validade do conhecimento das ciências

empíricas não simplesmente por serem evidentes para toda consciência” (Oliveira, 2015, p. 254).

Essa abordagem da filosofia no estudo da linguagem evidencia aspectos da subjetividade, como também a confluência de um cenário previamente estabilizado para a construção do sentido. Nessa linha, entende-se que as produções do sujeito são reflexos das aplicações encontradas nesses sistemas aprióricos, os quais afetam a mente do indivíduo direcionando sua conduta devido aos modais já estabelecidos para as interações sociais.

A crítica de Apel está direcionada àquilo que ele chama de crise da razão, pois os modelos propostos pela filosofia da linguagem estão voltados para a construção objetiva do sentido, descartando os aspectos da subjetividade. Com isso, as tratativas informacionais seguem sempre o mesmo modelo apriórico, por isso para a pragmática transcendental o papel da ética e da dialética é fundamental, pois esses fatores podem permitir a presença do outro na construção do sentido presente nos discursos (Apel, 1985a; Oliveira, 2015).

Visto dessa forma, “quando se aceita [...] a consideração dialética da linguagem como identidade de sujeito e objeto, então se pode pôr em pergunta sobre a relação entre linguagem e reflexão” (Oliveira, 2015, p. 258). Desse modo, o sujeito, enquanto sujeito do conhecimento deve ter a condição de “[...] julgar-se capaz de verdade e, ao mesmo tempo, pressupor-se como instância crítica da reflexão sobre a validade”, o que consiste “[...] a emancipação do sujeito pensante” (Oliveira, 2015, p. 258).

Contudo, o grande problema dessa abordagem filosófica em busca da subjetividade na construção do sentido é a garantia da ética na atuação crítica do sujeito. Apel, como também destacam Heidegger e Gadamer, confere a importância do princípio filosófico do fim último, o mesmo que Gadamer vai evidenciar na hermenêutica romântica, já que está alinhavada à estética, por conseguinte à filosofia estética dos filósofos românticos alemães do século XIX (Gadamer, 1977, 1998; Oliveira, 2015).

Nesse aspecto, há a evidência de que, para a pragmática transcendental, há dois fatores a se refletir: por um lado, é preciso se pensar nos fatores subjetivos pertencentes ao sentido e, frente a isso, entender que a metalinguagem é um instrumento de objetivação desse sentido; por outro, aprofundar a crítica sobre a pré-condição dos cenários em que modelos aprióricos determinam a conduta dos sujeitos,

os quais nem sempre apresentam senso crítico e ético para discernir sobre o teor do efeito de sentido que subjaz sua forma de pensar e representar o mundo.

Como aponta Apel (1985a), a linguagem aplicada será condizente com a práxis estabelecida pela comunidade linguística que a aplica. Diante disso, é preciso ponderar que nem todas as comunidades linguísticas possuem uma conduta voltada para o desenvolvimento crítico e/ou científico com o fito de explorar a verdade proferida pela linguagem aplicada para representar a realidade, todavia as comunidades linguísticas se refletem como formas de vida.

Consoante Apel (1985a, p. 64, tradução livre), é válido destacar que “[...] a dimensão histórica da realidade como dimensão em que se dão a alienação e o progresso na realização da liberdade”. Desse modo, “[...] é impossível tomar consciência sem mais da dimensão histórica da realidade na situação de complementariedade da experiência da comunidade de comunicação, ocupada por fenômenos naturais repetíveis” (Apel, 1985a, p. 64, tradução livre). Portanto, é preciso que “[...] a dimensão histórica se abra por vez primeira como horizonte de experiência quando uma comunidade humana recorda seu destino e direciona essa autoexperiência” (Apel, 1985a, p. 64, tradução livre).

De todo modo, a Pragmática transcendental pressupõe a ética do discurso e esta, por seu turno, propõe uma revolução social-política intrínseco à filosofia da libertação, em que os fatores históricos são prerrogativas eminentes na formação da consciência social, crítica e intelectual (Apel, 1985a).

Frente a isso, Apel (1985a) aponta o fracasso da modernidade na formação da conduta do sujeito em direção à contemplação do fim último vinculado à busca pela verdade. Ao contrário, as prerrogativas da modernidade abriram espaço para a construção de falácias, ou seja, em vistas da linguagem, a construção de sentido em desacordo com a ética; em vistas da informação, a produção em massa de informações que desviam o sujeito da formação crítica, histórica, ética e responsável (Apel, 1985a), já que os instrumentos midiáticos de modelização da conduta permitem a produção de *fakenews* e de pós-verdades, por exemplo.

Na perspectiva da Pragmática transcendental, em que a ética é ponto chave, pode-se apontar que “[...] cada linguagem, historicamente originada e crescida, é, em sua estrutura semântica, um sedimento de experiência pragmática de significabilidade” (Oliveira, 2015, p. 260). Nesse propósito, “[...] a unidade de consciência do objeto e da autoconsciência, que segundo Kant, deveria ser

pressuposta como condição de possibilidade de experiência, pressupõe a possibilidade da revelação linguística do mundo” (Oliveira, 2015, p. 261).

Assim sendo, “não se trata simplesmente de atribuir qualidades existentes ou relações como predicados a objetos presentes, mas na descoberta de algo enquanto algo exprime o ser-no-mundo do homem como compreensão do mundo e de si mesmo” (Oliveira, 2015, p. 261). Fator que leva a entender que “nessa articulação linguística original do mundo, não se pode propor uma consciência pura como condição subjetiva de possibilidade e validade no sentido da filosofia transcendental, pois tal consciência não pode captar a significabilidade do mundo” (Oliveira, 2015, p. 261).

Nessa perspectiva, “[...] a linguagem emerge como condição de possibilidade para o homem criar a existência humana com outros homens no mundo, pois nela se gera o sentido, fundamento do pensar e do agir num mundo propriamente humano” (Oliveira, 2015, p. 261). Ademais, “o desenvolvimento e a formação histórica desses contextos quase-transcendentais não podem ser como um simples adestramento, mas é com a aprendizagem comunicativa de uma linguagem que o homem aprende” (Oliveira, 2015, p. 261). Esse conjunto de apontamentos indica que é inevitável seguir regras, todavia, mais que isso, o ser humano ganha “[...] um relacionamento reflexivo efetivo para com uma forma de vida enquanto tal” (Oliveira, 2015, p. 261).

Em meio a teoria dos atos de fala e os fatores de uma Pragmática transcendental, J. Habermas analisa a linguagem como tipo de ação humana e, assim, propõe uma Pragmática Universal. Influenciado por Chomsky, a seu modo, Habermas apresenta uma teoria da competência comunicativa. Nessa proposta, “[...] são mediados elementos da filosofia transcendental moderna e elementos provenientes da linguística e da filosofia da linguagem para fundamentar o ponto de partida de uma teoria crítica da sociedade” (Oliveira, 2015, p. 293).

Para Habermas (1979, p. 1, tradução livre), “a tarefa da pragmática universal é identificar e reconstruir condições universais de compreensão possível”, além de fornecer “[...] pressupostos gerais da ação comunicativa”, além de que “[...] a linguagem é o meio específico de compreensão no estágio sociocultural da evolução”. Nessa linha, “o objetivo de chegar a um entendimento é produzir um acordo que termine na mutualidade intersubjetiva de compreensão recíproca, conhecimento compartilhado, confiança mútua e acordo mútuo” (Habermas, 1979, p. 3, tradução livre).

Dito isso, é necessário destacar que “o acordo é baseado no reconhecimento das reivindicações de validade correspondente de compreensibilidade, verdade, veracidade e correção” (Habermas, 1979, p. 3, tradução livre). Além disso, é factível que “[...] dois participantes da comunicação podem chegar a um entendimento sobre algo no mundo e tornar suas intenções compreensíveis um para o outro” (Habermas, 1979, p. 3, tradução livre).

Nesse propósito articulado à Pragmática Universal, o fator da teoria da competência comunicativa é chave para entender a interação dos sujeitos na construção do sentido (Habermas, 2000). Inspirado pela teoria de Chomsky em que ocorre a distinção entre competência e desempenho, Habermas entende que o “[...] falante real [...] atualiza essa competência sempre dentro de condicionamentos limitantes”, por isso “a linguagem concreta é [...] explicável a partir de dois constituintes fundamentais: a competência e as condições limitantes da aplicação da competência” (Oliveira, 2015, p. 294).

Com efeito, “[...] essas estruturas não pertencem às condições limitantes extralinguísticas sob as quais a competência linguística é, apenas, aplicada, pois elas são dependentes da linguagem”, ou seja, há o fato de “[...] não coincidirem com as expressões linguísticas produzidas pela competência linguística, pois servem ao situar pragmático dessas expressões” (Oliveira, 2015, p. 294).

Frente a isso, entende-se que a competência comunicativa não se limita ao conhecimento ideal de uma língua e de sua gramática, mas, sim, está vinculado à capacidade de o sujeito ressignificar a construção das sentenças em disposições coerentes com o contexto, já que essa competência não pode ser reduzida a aplicações concretas, visto a própria capacidade da linguagem ser abstrata em sua execução na construção do sentido (Habermas, 2000).

No processo de construção do discurso social, as sentenças desempenham o papel de expressões linguísticas, a qual é constituída por unidades linguísticas. Em sua contraparte, o proferimento dessas sentenças sempre se constitui com um posicionamento discursivo situado, portanto unidades pragmáticas de fala, e, ainda, o contexto que em um processo mútuo determina a fala e é determinado por ela se efetiva juntamente a elementos extralinguísticos variáveis (Habermas, 1997, 2000).

Diante disso, destaca-se que “enquanto a linguística limita-se a estudar a sentença, compete a uma teoria da comunicação, que inclua, no sentido mais amplo, linguagem e ação, estudar a mesma sentença enquanto enunciado”, o que permitirá

a correlação discursiva e, assim, explorar o contexto juntamente com a ação (Oliveira, 2015, p. 295).

Essa dimensão de análise entre o contexto, a comunicação e as propriedades da linguagem oferece camadas informacionais que possibilitam destacar fluxos de modelações, os quais são revertidos desde figuras, intencionalidades, constituições de conhecimento e *backgrounds* a dispositivos de poder, marcas ideológicas e destratores políticos que modulam a construção discursiva, conduzindo o ato comunicacional a um processo labiríntico de construção de fluxo informacional, o qual pode até deturpar os conceitos.

Por isso, Habermas defende necessário apresentar uma contraparte à teoria de Chomsky sobre a competência, já que “no momento em que a sentença é verbalizada, num contexto interativo, deixa de pertencer ao domínio da linguística e passa a integrar-se no mundo da comunicação”, ou seja, enquanto a competência linguística “[...] designa a capacidade de um locutor ideal de dominar um sistema abstrato de regras geradoras da linguagem”; por sua vez, a competência comunicativa “[...] designa a capacidade de dominar o sistema de regras que permite gerar uma situação linguística” (Oliveira, 2015, p. 295).

Desdobrando essa discussão, é necessário destacar que a linguagem em curso efetiva discurso e este é ancorado nos modelos institucionais (Habermas, 1997, 2000). Assim, “declarações performativas têm ao mesmo tempo, um sentido linguístico e um sentido institucional, na medida em que possibilitam o situar-se de expressões linguísticas, isto é, estabelecem (fixam) seu próprio sentido pragmático do emprego” (Oliveira, 2015, p. 296). Nessa disposição, “com o auxílio de atos de fala, geramos condições universais do situar-se de sentenças, isto é, estruturas da situação de fala”, por conseguinte “um ato de fala gera as condições para uma sentença poder ser mudada num proferimento; contudo, esse ato de fala tem, ao mesmo tempo, a forma de sentença” (Oliveira, 2015, p. 296-297).

Ademais, “uma teoria da competência comunicativa tem como tarefa explicar o trabalho realizado pelo falante e pelo ouvinte com o auxílio de universais pragmáticos” (Oliveira, 2015, p. 297). Assim, destaca-se aquilo que é visto como competência comunicativa, pois “parte-se do fato de que falante e ouvinte usam sentenças, em seus proferimentos, para entrar em entendimento a respeito de estados de coisa” (Oliveira, 2015, p. 297). Dessa forma, “[...] um ato de fala é sempre composto de uma sentença performativa e de uma sentença de conteúdo proposicional dependendo da

primeira”, além de que “a sentença principal é usada, num proferimento, para estabelecer um modo de comunicação entre falante e ouvinte; a sentença subordinada, por sua vez, é usada para comunicar sobre objetos” (Oliveira, 2015, p. 297).

Para a constituição da teoria da competência comunicativa, há a formatação de três abstrações fundamentais: a) componentes variáveis da situação de fala; b) sentença elementar; c) sentido pragmático do uso da sentença (Habermas, 2000).

Nesse propósito, “quando abstraímos dos componentes variáveis da situação de fala e só conservamos suas estruturas universais, então, a partir do proferimento concreto, ganhamos o proferimento elementar que foi introduzido como unidade pragmática da fala” (Oliveira, 2015, p. 299). Já em outra abordagem, “[...] abstraímos do desempenho do proferimento, isto é, do próprio exercício da comunicação, e só conservamos expressões linguísticas, que são usadas na declaração elementar, então temos a sentença elementar como unidade linguística” (Oliveira, 2015, p. 299).

Ainda nessa concepção, se “[...] abstraímos das expressões linguísticas, que determinam o sentido pragmático de uso da sentença, isto é, se pomos o ato de fala entre parênteses e só conservamos a sentença de conteúdo proposicional, ganhamos a unidade elementar”, a qual se postula como “[...] necessária para reproduzir estados de coisas e, quando usada em dependência de sentenças assertóricas, tem como objeto as sentenças elementares como também suas unidades fundamentais” (Oliveira, 2015, p. 299).

A pragmática universal reconhece os proferimentos elementares como unidades fundamentais, portanto a “[...] tarefa específica da pragmática universal como teoria da competência comunicativa consiste em reconstruir o sistema de regras”, as quais permite a um falante, comunicativamente competente, construir “[...] proferimentos a partir de sentenças e transforma proferimentos em outros proferimentos” (Oliveira, 2015, p. 299).

Contudo, “[...] só podemos usar sentenças em proferimentos na medida em que produzimos as condições de comunicação possível e, com isso, a própria situação de fala precisamente com o auxílio de universais pragmáticos” (Oliveira, 2015, p. 301). Nesse cenário, “[...] a dimensão da intersubjetividade na qual as pessoas estabelecem relações dialogais e, assim, podem emergir como sujeitos capazes de falar e agir”, além de apontar a dimensão dos objetos, na qual “[...] há uma reprodução de realidade como objeto de possíveis sentenças declarativas” (Oliveira, 2015, p.

301). De todo modo, o princípio da manifestação é subjetiva, o que valida a construção da informação em configurações objetivas é a aplicação da ética e da lógica, que atuam para equalizar o mundo interno e o mundo externo.

Essas situações basilares de constituição da competência comunicativa viabiliza a inter-relação dos elementos linguísticos e fatores extraverbaux que a sistematização de ações e de expressões vivenciais que são institucionalizadas pela prática social (Habermas, 1997, 2000). Dessa forma, apontam-se a ação comunicativa ordinária e o discurso, a primeira é responsável pela validade dos sentidos durante as trocas de informação; já o discurso “[...] tenta reconstruir por meio de justificação um acordo problematizado, que existiu na ação comunicativa ordinária”, assim busca “[...] a superação da problematização da ação comunicativa e conduz a uma compreensão legitimada” (Oliveira, 2015, p. 304).

Diante disso, “não podemos dar ao termo realidade nenhuma outra significação a respeito de estados de coisas existentes”, ou seja, não se pode tratar o conceito de realidade “[...] independentemente do termo proposição verdadeira. Realidade é a soma de todos os estados de coisa sobre os quais proposições verdadeiras são possíveis” (Oliveira, 2015, p. 310).

Frente a isso, Habermas (1997) aponta a teoria consensual da verdade, em que “[...] só posso atribuir um predicado a um objeto quando qualquer outro, que pudesse dialogar comigo, também o pudesse aplicar” (Oliveira, 2015, p. 310). Consequentemente, “[...] para distinguir sentenças verdadeiras e falsas é necessária a referência ao julgamento de outros, a saber, ao julgamento de todos os outros com os quais eu poderia dialogar” (Oliveira, 2015, p. 310). Portanto, “a condição de verdade das sentenças é o acordo potencial de todos os outros”, isto é, “[...] só posso controlar minhas afirmações por meio do acordo de muitas pessoas, que devem ser competentes para fazer o julgamento (Oliveira, 2015, p. 310).

Tendo como fundamento a responsabilidade, identificada como essencial para a construção discursiva, “[...] a veracidade de um proferimento ocorre quando o falante, de fato, segue as regras constitutivas para a execução do ato de fala, sobretudo as que são constitutivas da obrigação de cumprir as condições implícitas de seriedade” (Oliveira, 2015, p. 316).

Nesse cenário, a concepção de mundo vivido é fundamental para compreender a disposição da constituição do sentido no bojo social (Habermas, 2000). Destarte, “[...] as estruturas simbólicas do mundo vivido se reproduzem pela continuação do

saber válido, da estabilização da solidariedade grupal e da formação de sujeitos responsáveis” (Oliveira, 2015, p. 336). O mundo vivido é “[...] a condição universal de toda comunicação linguisticamente mediada”, por isso é entendido como “[...] um *a priori* de sentido que se constitui no processo de interação social, portanto relativo às formas de entendimento intersubjetivo, inserido na própria sociabilidade do entendimento pela mediação da linguagem” (Oliveira, 2015, p. 337).

Por sua vez, fatores como a reprodução cultural, que “[...] corresponde à cultura como reservatório de saber e conhecimento a partir do qual os participantes se abastecem de interpretações, quando se entendem entre si sobre algo no mundo” (Oliveira, 2015, p. 336). Como também há a integração social, que “corresponde à sociedade como os ordenamentos legítimos a partir dos quais os participantes da comunicação efetivam sua pertença a grupos sociais e asseguram, assim, a solidariedade”, fatores importantes para estabilizar a própria identidade durante a participação de processos comunicativos (Oliveira, 2015, p. 336).

Em suma, Habermas prevê uma distinção bastante sucinta entre formas de vida e estilo de vida (Habermas, 2012a, 2012b), visto que a competência comunicativa se reflete na integração social, em que o mundo vivido fornece condições, através da linguagem, para o sujeito agir. Embora os aspectos linguísticos sejam passíveis de processos de institucionalidade e, assim, garantem a efetivação de modelos de interação, essa competência comunicativa oferece ao sujeito condições de atuar de forma responsável na construção do sentido socialmente compartilhado. A linguagem como sistema institucional revela a regularidade das formas de vida, mas também, em sua abordagem subjetiva de compreensão do mundo vivido, ou melhor, das sistematizações de representação da realidade, permite a contribuição individual que é doravante ao estilo de vida.

Frente a esses aspectos, observa-se a Pragmática acercando-se de fatores sociais e psicológicos na difícil missão de estabelecer critérios de interpretação e fomentação de uma teoria da significação. Diante disso, destaca-se as análises e aproximações teóricas que H. Parret (1983, 1988, 1993) apresenta entre pragmática e semiótica. Dessa vez, não se trata de um retorno para evidenciar as premissas epistemológicas da origem da Pragmática, como um desdobramento do pragmatismo, ou acerca das categorizações da semiótica. De fato, Parret (1988) busca visualizar o retorno da Pragmática para contribuir na sistematização de processos de análise da significação, como recurso semiótico.

Parret busca alinhar a Pragmática à enunciação, diferentemente dos outros estudiosos que se apegaram ao enunciado, por isso, enquanto Parret apresenta uma discussão que se direciona ao discurso e à semiótica; reconhece-se em outras abordagens uma preocupação maior em demonstrar como a Pragmática se efetiva a partir dos elementos mínimos da gramática, em destaque a sintaxe.

Para Parret (1988, p. 16), “o modo mais fácil de classificar tipos de pragmática é olhar tipos de contextos que são considerados relevantes para uma descrição e explicação pertinente do discurso e de outras sequências semióticas”. Frente a isso, há uma distinção dos efeitos de sentido nos diferentes tipos de contextos, os quais são classificados como: a) contexto cotextual; b) contexto existencial; c) contexto situacional; d) contexto acional; e e) contexto psicológico.

Para discutir sobre o cotexto como contexto, Parret (1988) explora a sintaxe, apontando que “[...] desde o estruturalismo (e o distribucionalismo) até a gramática transformacional (nos moldes de Chomsky e das orientações pós-chomskianas) nunca ultrapassa a sentença” (Parret, 1988, p. 16). Também acrescenta indicadores que a própria semântica, “[...] tanto em suas versões linguísticas como em suas versões lógicas, nunca diz respeito a unidades maiores do que a proposição” (Parret, 1988, p. 16).

Nessa linha, Parret (1988, p. 16) aponta que a análise do discurso e a análise conversacional oferecem técnicas para analisar unidades amplas de um todo linguístico e, assim, é possível reconstruir “[...] a coerência e a coesão de textos como um macrossistema gramatical que habilita o intérprete, o receptor e o leitor para descobrir a significância dessas macrounidades”. Desse modo, o “[...] cotexto funciona aqui como um contexto de decodificação”, assim direcionando à conexão a procedimentos psicossociológicos (Parret, 1988, p. 17). Portanto, o cotexto é responsável pela ativação do sentido em nível de enunciado, e as proposições são a chave para a constituição do sentido.

Já o contexto existencial, caracteriza-se por se opor à ideia de que “[...] o sentido da linguagem ou dos fragmentos de discurso são imanentes”, ou ainda aos lógicos e aos filólogos, que “[...] têm sustentado tradicionalmente que as sequências linguísticas ganham seu sentido pela sua relação com seus referentes” (Parret, 1988, p. 17). O contexto existencial se refere à existência das coisas no mundo e o modo como essas coisas são ancoradas no discurso, ou seja, “o contexto referencial (o

mundo de objetos, estados de coisas e acontecimentos) contém canonicamente a unidade (item) a que a expressão linguística faz referência” (Parret, 1988, p. 17).

Assim sendo, “um deslocamento da semântica para a pragmática ocorre uma vez que quem fala e quem compreende (o receptor), e sua localização espaço-temporal sejam considerados como sendo índices desse contexto existencial” (Parret, 1988, p. 17). Para Parret (1988, p. 18), é necessário destacar a aplicabilidade da pragmática indicial, a qual, a seu ver, “[...] é tão-somente um primeiro tipo de pragmática que leva em consideração a relevância da relação com o contexto existencial”.

Sobre o contexto situacional, Parret (1988, p. 18) argumenta que esse tipo de contexto só proporciona “[...] fatores que determinam parcialmente seu significado. As situações enquanto contextos são uma classe ampla de determinantes sociais ou sociológicas”. Os cenários sociais das instituições ou dos ambientes cotidianos são sistematizados por regras que convertem atos em expressões linguísticas evidenciando um processo intelectualizado próprio. Dessa forma, “essas determinantes dão forma principalmente às propriedades convencionais de unidades textuais amplas, e às estruturas argumentativas e persuasivas do discurso” (Parret, 1988, p. 18).

Efetivamente, os fatores sociais afetam as questões linguísticas de tratamento e organização do pensamento, por isso “a sociologia da linguagem e a sociolinguística introduzem uma tipologia de contextos situacionais”, ou seja, as ações linguísticas são definidas pelos “[...] papéis que os participantes do esquema da comunicação podem desempenhar”, por conseguinte isso pode impor “[...] restrições à produção e compreensão de conteúdos comunicativos” (Parret, 1988, p. 18).

Por sua vez, o contexto acional está vinculado à proposta de atos de fala e a força ilocucionária. Desse modo, pode-se dizer que “[...] as sentenças com marca de performatividade e, em primeiro lugar, as sentenças que começam pela fórmula performativa, são contextos de si próprias” (Parret, 1988, p. 19). Outrossim, “a força de uma enunciação é colocada convencionalmente em relação à sentença por todo tipo de operações morfossintáticas” (Parret, 1998, p. 19).

Nessa perspectiva, afirma Parret (1988, p. 20) que “se, por um lado, os atos de fala são ações intencionais, sujeitas a condições de comunicabilidade, por outro lado, eles não excedem o paradigma acional”, isso implica dizer que deveria ser acrescentada “[...] a condição de interação, isto é, a condição de que as ações

linguísticas dos outros falantes que participam da situação comunicativa são o contexto de produção do meu discurso, agindo com uma capacidade produtiva semelhante” (Parret, 1988, p. 20).

Em se tratando do contexto psicológico, por fim, “o fato de considerar o discurso como uma ação, e os atos de fala como condicionados intencionalmente, leva a incorporar as categorias mentais e psicológicas na teoria pragmática da língua” (Parret, 1988, p. 20). dessa forma, “as intenções, crenças e desejos são encarados como estados mentais que são responsáveis por programas de ação ou de interação” (Parret, 1988, p. 20). Nessa linha, destaca-se que “o contexto psicológico, tal como é relevante para a pragmática, não é a vida da mente em sua totalidade, [...] mas somente aquela parte da atividade mental que se realiza em procedimentos de produção e compreensão de processos linguísticos” (Parret, 1988, p. 21).

Consoante essas considerações, Parret (1988, p. 22) defende que “seria um erro pensar os contextos como conjuntos de variáveis existindo automaticamente e independentemente do processo de comunicação entre membros de uma comunidade”, visto que os contextos “[...] são dinâmicos, são moldados pela própria atividade de fala, e são antes o resultado (output) do que a causa (input) da competência criativa do falante” (Parret, 1988, p. 22).

Nesse cenário a Pragmática necessita de estratégias para regularizar os processos de interpretação a fim de viabilizar modos de evidenciar a significação. Com isso, a análise do discurso torna-se primordial, tendo em vista que é no discurso que os elementos linguísticos aprofundam sua relação com os contextos, pois deixa de manifestar apenas o significado, dando vertentes ao sentido e permitindo a fluidez da significação.

Assim, “o discurso, para o pragmaticista, é a totalidade das regularidades (reconhecíveis por causa de sua generalidade) que expressam raciocínio teórico e prático” (Parret, 1988, p. 23). Em consonância, “essas estratégias (de compreensão) são inferenciais (não contudo inferências lógicas, porque são realizadas no e por meio de uso da língua natural”, portanto “a atividade inferencial é, aqui, de fato, um procedimento de transposição de sentido, de um primeiro para um segundo nível – parafrástico – do discurso-objeto” (Parret, 1988, p. 23).

Isso evidencia que “[...] a pragmática é caracterizada essencialmente pela concepção da dependência contextual do sentido discursivo, da racionalidade dependente do contexto e pela orientação da compreensão” (Parret, 1988, p. 26). Por

isso, entende-se que a pragmática se aplica frente a uma constelação de características como “[...] dependência contextual do sentido discursivo, racionalidade dependente do discurso e a orientação para a compreensão de uma teoria pragmática adequada” (Parret, 1988, p. 27).

Portanto, é válido destacar que, conforme argumenta Parret (1988, p. 31), “[...] a semiótica de base pragmática é de fato uma lógica da ação, especialmente a ação do discurso permeado pelo pensamento”, assim “[...] significar é globalmente dependente da tríade (dependência contextual, racionalidade ligada ao discurso, compreensão/interpretação). A manifestação do discurso é o caminho para acessar o conteúdo, e a semiótica apresenta instrumentação para evidenciar a ação do signo ou o percurso gerador. Nesse aspecto, a correlação forma e substância, expressão e conteúdo amplificam as camadas produzidas durante os atos de comunicação, possibilitando que muitas marcas de enunciação participem da significação.

Somado a isso, Parret (1988, p. 73) demonstra a importância da enunciação para a Pragmática contribuir com a semiótica para tratar da significação, destacando a relação com a veridicção: “qualquer teoria da linguagem que exclua do seu domínio de análise os fenômenos de enunciação, marcados no discurso ou por ele pressupostos, não terá impacto sobre a veridicção”, pois “o enunciado verídico não é senão o efeito de uma enunciação veridictória. O discurso depende da Pragmática para estabelecer sua importância comunicativa, pois ele se torna produtivo, ou seja, gerador de sentido e significação se afetar a comunidade comunicativa e ter sua verdade reconhecida pela conduta prevista nas ações dessa comunidade.

Por isso, “a veridicção repousa sobre transações epistêmicas: o dizer-verdadeiro é um fazer-crer, sancionado por parte do enunciatário, por um crer-verdadeiro” (Parret, 1988, p. 73). Nesse sentido, “a transferência da verdade, função primária do discurso, é opacificada por sobre-determinações epistêmicas que são essencialmente dialógicas, conversacionais ou interacionais” (Parret, 1988, p. 73). Com isso, “[...] o discurso enquanto dinâmica de produção, implica que deixemos de nos interessar pelo referente dado *a priori* para nos interessarmos pela referencialização, processo que gera a ilusão referencial ou o efeito de sentido realidade e verdade” (Parret, 1988, p. 74).

Dito isso, “a veridicção ou o dizer-verdadeiro é antes um fazer-parecer-verdadeiro, portanto a construção de um discurso cuja função não pode ser o dizer-verdadeiro mais o parecer-verdadeiro”, logo “[...] a adesão do destinatário só pode ser

adquirida se corresponder à sua expectativa, o que equivale a dizer que a construção do simulacro de verdade é fortemente condicionada pela representação (dos valores)” (Parret, 1988, p. 75).

Diante disso, reconhece-se que há a necessidade de estabelecer modelos complexos de análise da enunciação e do discurso a fim de reconhecer os parâmetros modalizados em sua construção permeados pelas investidas da pragmática, visto que alcançar a interpretação plena de um texto envolve fatores semânticos, direcionados à exploração do enunciado, como fatores pragmáticos, que efetivam as intencionalidades e os processos cognitivos responsáveis por ativar conhecimentos, a competência procedural e os acordos de verdades pertinentes às comunidades.

Em suma, destaca-se que a significação é um processo, ou um resultado apenas alcançado posteriormente a um processo que envolve vários fatores linguísticos, extralinguísticos e cognitivos. O significado é inerente à própria convencionalidade do léxico, por isso de fácil acesso pelos princípios da semântica. O sentido se revela na formação do enunciado e na aplicação da enunciação, ou seja, é alinhavada aos aspectos de coesão e coerência, pois se revela nessa combinação entre sintaxe-semântica-pragmática presente na progressão temática, no ato discursivo, na intencionalidade e na força ilocucionária.

A interpretação se apresenta em três níveis: o reconhecimento do significado; a análise do sentido e investigação criteriosa dos elementos que se combinam para configurar a significação. Sendo assim, não se pode confundir os níveis e acreditar que o significado é suficiente para compreender a informação veiculada no texto. De tal efeito, o sentido também não é suficiente, visto que aponta as combinações, os acordos, as forças e a intencionalidade, além das marcas de enunciação como actantes, espaço e tempo. Contudo, a interpretação é plena quando se alcança a significação, a qual se revela através de um processo de inquirição e veridicção com o fito de revelar os fatores que se apresentam na sua construção, por isso a significação é inerente à semiose e, por isso, é objeto da semiótica.

Ademais, a relação pragmática, discurso e comunicação oferece um empreendimento amplo sob o qual incidem muitos fluxos informacionais ao mesmo tempo, de modo circular, complementar, adicional, ubíquo e implicado. Nesse sentido, as discussões acerca do ser e como o ente ganha dimensões de sujeito através do discurso demonstram o impacto da história na constituição dos discursos, dos sujeitos, das práticas, das formas de vida e dos conceitos.

Essa circunstância demonstra a importância de se discutir os papéis sociais que se tramitam frente aos discursos e aos elementos que compõem sua aplicabilidade e a constituição de sua existência pela construção da enunciação ou pela materialidade em enunciados. Assim, torna-se importante a formação de seres conscientes e voltados ao desenvolvimento do senso crítico e para a própria evolução enquanto sujeitos pertencentes a grupos sociais, sob os quais estabelecem trocas, conhecimento e ressignificam as tradições, os eventos históricos e os impactos das ações e dos discursos na configuração político-social das formas de vida. A história é forjada na linguagem e na condução dos discursos; o acesso e a reflexão exigem um projeto de formação de sujeitos preocupados com a própria história.

Somado a isso, a pragmática conduz o sentido adentrando os espectros da semiótica para tratar de modo profundo o conteúdo que se apresenta frente ao tratamento especializado da significação. Frente a isso, a semiótica demonstra, através das preocupações da pragmática que se referem ao uso e às condições que afetam a manifestação da informação, que a cognição é modelada pelos aspectos da comunicação, por isso necessita de fundamentos de verificação para apontar caminhos para ratificar a verdade.

Nesse sentido, esse viés da Pragmática pode contribuir para a organização do conhecimento em relação às estratégias que envolvem a construção dos sistemas de organização do conhecimento, em destaque aquilo que envolve a sistematização dos conceitos, sob condições de verificação e sobre sua peculiaridade como instrumento social de comunicação. Além disso, esses quesitos tratados podem direcionar discussões acerca da constituição de domínios e ainda apontar como a informação e o conhecimento afetam sua conduta e delimitam o comportamento diante dos interesses da comunidade discursiva, bem como diante dos procedimentos de organização do conhecimento que são aplicados para viabilizar e legitimar os instrumentos de tratamento da linguagem.

6. TRATAMENTO DA LINGUAGEM: CAMINHOS LINGUÍSTICO-SEMIÓTICOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A linguagem é um recurso humano fundamental para sistematizar as dinâmicas, as demandas, as complexidades das atividades humanas e organizar a realidade, além de proporcionar estratégias para o desenvolvimento humano, seja em níveis intelectuais, seja acerca das percepções, seja sobre as habilidades sociais e as competências de intervenção.

Nesse processo, a presença da informação como recurso sensível, isto é, elemento primeiro da percepção cognitiva, é fundamental para direcionar as emoções, como fatores subjetivos, atrelados aos elementos que afetam uma mente, como também o despertar de suas crenças e a ativação de suas impressões frente a uma reação sobre as coisas do mundo.

Além disso, é a informação que também estimula o comportamento, acionando estratégias cognitivas de ação perante as situações e, conseqüentemente, aciona os aspectos lógicos, responsáveis pela compreensão das circunstâncias, que ativam parâmetros de conduta, já previstos, em níveis cognitivos, decorrente das experiências anteriores, assim recupera-se o conhecimento para tomada de decisões em devir.

Nesse sentido, a correlação percepção e cognição possibilita que a informação seja compreendida, assim direcionando reflexões, saberes, análises e críticas. A informação é fundamental para a interação social e no bojo da cavidade simbólica, a informação se perfaz como detentora de motivações para que os aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e científicos evidenciem o caráter das trocas simbólicas do grupo, da comunidade e de cada integrante.

A informação age no social e afeta o individual, por isso o processo cognitivo inerente ao processo de significação é tão fundamental para a aprendizagem e, assim, torna-se condutor das estratégias de organização do conhecimento diante de sistemas voltados para direcionar a sistematização dos diversos saberes, cujo fim é organizar a informação em recursos estratégicos para sua representação, armazenamento e recuperação.

A relação informação, linguagem, conhecimento é extremamente intrínseca uns aos outros ao considerar os fatores cognitivos. Destaca-se que os estudos acerca da linguagem iniciaram, na linguística, destacando a forma, as bases estruturais da

língua, por conseguinte os avanços sobre seus desdobramentos mentais e psíquicos foram sendo apresentados posteriormente.

Os estudos na linguística sobre a relação linguagem e mente ganharam destaque na década de 1970, com Chomsky (1976, 1979, 2000, 2007, 2009a, 2009b, 2014, 2018a, 2018b), Jackendoff (1972, 1985, 1987, 1990, 1994, 1995, 2002, 2012) e Fodor (1976, 1983, 1984, 2014). Esses estudos foram importantes para a introdução de abordagens acerca da relação entre a mente e a linguagem, em destaque, como a linguagem participa da formação da mente. Nessa linha, os aspectos direcionados à cognição tratavam-na como um sistema rígido, ou como algo constituído *a priori*, ou ainda como um elemento idealista, em que a linguagem funciona para dar existência ao mundo.

Entretanto, uma das discussões abordadas nesta pesquisa é a relação linguagem, realidade e cognição. Sob esses aspectos, observou-se, diante de diversos conjuntos teóricos, que há caminhos divergentes para tratar essa correlação. Algumas teorias, posicionamentos e apontamentos direcionam a linguagem como recurso inerente à atuação da mente, ou seja, a linguagem e a mente são manifestações mentalistas, assim toda a produção de sentido é pressuposta devido à própria natureza da mente. Ainda há fundamentos teóricos que apontam a participação social na construção do sistema linguístico, por conseguinte a constituição dos significados, todavia tratam a relação linguagem-mente como um recurso de produção ontológica, focado na representação da realidade, sem discutir como o conhecimento é construído.

Por outro lado, esta pesquisa analisou teorias que assumem outras abordagens para tratar a linguagem, reconhecendo-a como instrumento basilar para o processo cognitivo, tendo em vista que a linguagem é responsável pela representação das coisas do mundo, pois a mente interage com o mundo buscando compreendê-lo conforme a experiência. Nessa linha, a linguagem também atua como mediadora da realidade, pois as formas são externas à mente, assim como a realidade é externa à mente, e a linguagem é mediadora na conexão com fatores que buscam compreender as substâncias que fomentam a constituição dos conceitos, elementos fundamentais para ativar o conhecimento.

Frente a esses dois posicionamentos, esta pesquisa buscou defender a segunda postura, visto que se trata de teorias mais recentes, desenvolvidas em colaboração com outras áreas do conhecimento, como a filosofia, a antropologia, a

sociologia, a pedagogia, a psicologia, as ciências cognitivas, a neurociência, entre outras. Assim, chegou-se à conclusão de que a linguagem é constituída da expressão e do conteúdo, por conseguinte se manifesta através da forma, promovendo ativações cognitivas a fim de compreender os impactos e sutilezas da substância.

Para alcançar essa resolução, esta pesquisa percorreu fundamentos teóricos da semiótica, da semântica e da pragmática. Nesse processo, optou-se por explorar não apenas as teorias e contextualizá-las como fundamentos realizados, mas também seu arco histórico-epistemológico a fim de verificar as motivações presentes nas construções dos argumentos, das abordagens, da escolha de instrumentalização e das inferências, pois, como foi detectado, muitas abordagens estiveram enviesadas pelas motivações epistemológicas da época. Diante da escolha de revisitar as origens, foi possível confrontar sua evolução e justificar as escolhas teóricas para sustentarem os objetivos, os argumentos e as inferências apresentadas por esta pesquisa.

Em destaque, apontam-se as contribuições da semiótica. Na construção do referencial teórico desta pesquisa, optou-se por explorar a semiótica de linha estadunidense, denominada semiótica peirceana, como também a semiótica de linha francesa, pertencente ao ciclo de Greimas. Compreende-se que, embora essas teorias sejam cunhadas de semiótica, as duas ramificações possuem objetos, abordagens, fundamentos e instrumentalização bastante diferentes, contudo há pontos de contato sobre algumas circunstâncias importantes para esta pesquisa, como o signo, a significação e como estes afetam uma mente para gerar compreensão e conhecimento.

Além disso, a semiótica peirceana também apresenta fundamentos de análise sobre a complexidade da linguagem alinhados à análise fenomenológica, enquanto, na linguística, a semiótica de linha francesa inicia, com os últimos estudos de Greimas, uma aproximação com a fenomenologia de Husserl, contudo, de fato, alinha-se à fenomenologia de Merleau Ponty.

A semiótica peirceana contribui para o tratamento da informação, reconhecimento dos tipos de raciocínio, dos aspectos que representam e medeiam a informação, além de apresentar o pragmatismo como recurso para verificação lógica dos preâmbulos que constituem o hábito mental e aferem à conduta, como sua correção e ajuste frente ao devir. Somado a isso, a semiótica peirceana também pode colaborar com os procedimentos que envolvem a configuração dos sistemas de organização do conhecimento, em destaque, a organização e a sistematização dos

conceitos, como também direcionar as dinâmicas que envolvem a elaboração de linguagem documentária, oferecendo-lhe caminhos para evidenciar sua natureza como representação e mediação da informação.

Já a semiótica greimasiana volta-se, com efeito, para reflexões acerca dos procedimentos de organização do conhecimento, pois seu objeto central é a análise de discursos, bem como a configuração do enunciado e da enunciação. Nesse aspecto, pode contribuir com as atividades que envolvem a análise e o tratamento documental. Através da aplicação da semiótica, reconhecem-se as marcas da enunciação que interferem na construção do sentido, principalmente, naquilo que tange à adequação da intencionalidade com as necessidades do domínio e como os textos-documentos refletem o posicionamento das comunidades discursivas.

Além disso, a análise do enunciado permite observar a presença de camadas de sentido que perfazem diferentes recortes temáticos. Desse modo, pode ampliar a discussão sobre as políticas que envolvem as práticas de representação, não para manter a crença de que um único roteiro é suficiente para representar a informação manifestada no documento, mas, sim, para ampliar a discussão acerca daquilo que não está sendo representado e como isso pode gerar prejuízos de representatividade, de posicionamentos sociais, políticos ou históricos, enfraquecendo os discursos, ou ainda gerando apagamentos.

Nesse sentido, a semiótica francesa apresenta a concepção de *ethos* discursivo e formas de vida, fatores que podem conectar as práticas, as ações aos discursos, portanto ao simbólico constituído de modo sociocognitivo, pois esclarecem os jogos de linguagem que caracteriza um segmento cultural ou científico, assim aproximando-os às premissas do domínio e de como sua análise reverbera as necessidades sociais dos grupos manifestantes.

Dentre as diversas atividades que configuram as preocupações da organização do conhecimento, a constituição de sistemas de organização do conhecimento ganha importância. Assim, destacam-se os trabalhos Carlan e Bräscher (2011); Lara e Mendes (2014); Milani e Guimarães (2014); Carlan (2015); Lima e Maculan (2017); Moraes e Moreira (2018); Nascimento e Pinho (2019); Moreira (2019); Biscalchin e Silveira (2019); Cordovil e Francelin (2023).

Algumas das motivações que abordam os estudos sobre os sistemas de organização do conhecimento é sua dedicação às circunstâncias que envolvem o conceito, em que se evidenciam os trabalhos: Dahlberg (1978); Enne (2004); Lara

(2006); Monteiro (2007); Hjørland (2009); Medeiros (2010); Bufrem e Gabriel Junior (2011); Melo e Bräscher; Maculan e Lima (2017); Martines, Pereira e Sabbag (2019); Reis, Almeida, Rosa e Lion (2023).

Somado a isso, evidencia-se um segundo item, a elaboração da linguagem documentária, em que se destacam os trabalhos: Cintra (1983); Tálamo (1997); Lara (1995, 2001, 2003, 2004, 2006a); Cervantes, Fujita e Nardi (2003); Lara e Tálamo (2006, 2007); Vogel (2007); Beluche (2008); Boccato e Fujita (2010); Vargas e Lann (2011); Fujita (2016); Terra, Almeida e Sabbag (2019); Martines e Almeida (2021a, 2021b); Martines, Almeida e Moreira (2022).

Frente a esses apontamentos, reconhece-se a importância da semântica para a orientação do apontamento das camadas que perfazem os conceitos e suas relações hierárquicas, partitivas, associativas, como também a constituição da linguagem documentária. Nessa perspectiva, esta pesquisa revisitou as principais linhas da Semântica, com vistas a reconhecer os fundamentos teóricos aplicados no desenvolvimento dos estudos sobre linguagem documentária. Assim, reconheceu-se a presença constante de abordagens relacionadas à semântica lexical, principalmente pela conexão à Lexicologia, à Lexicografia e à Terminologia.

Também identificou-se que os estudos acerca da linguagem no cenário da organização do conhecimento, baseiam-se fundamentalmente nos objetos e episteme das semânticas formalista, gerativista e estruturalista, visto que a linguagem é tratada como elemento social e como forma que revela um significado, por isso vinculada às faculdades inerentes à mente, assim a palavra, em sua concepção semântica atômica, ganha evidência no tratamento da linguagem.

De todo modo, é necessária a constatação de que a linguagem é forma e conteúdo em sua manifestação, ou seja, a forma não é suficiente para representar os conceitos. Por sua vez, o conteúdo pode ser analisado à base de teorias da linguagem, sem recorrer todas as vezes à filosofia, à psicologia ou a qualquer outra ciência da mente, já que as teorias da linguagem, em sua evolução, já atuam de modo interdisciplinar com essas áreas para atualizar seus objetos.

Sendo assim, destaca-se a possibilidade de contribuição advinda da semântica discursiva e semântica cognitiva, já que ambas tratam a linguagem pelo viés funcionalista, o que, de fato, aproxima o estudo da linguagem aos aspectos de interação social e não como um reduzido produto social, como pratica a semântica estrutural. Nesse quesito, a semântica discursiva aponta caminhos para reconhecer

no enunciado, as marcas da enunciação no processo de construção discursiva, o que revela condições semânticas de produção do texto, como a progressão temática, o conhecimento partilhado, a situacionalidade aplicada na configuração dos contextos, como ainda a direcionalidade e a intencionalidade presentes na condução argumentativa dos produtores dos textos-documentos.

Em se tratando da Pragmática, estudos foram realizados no cenário da organização do conhecimento, dos quais se destacam: Rodrigues e Caricatti (2009); Saldanha (2008, 2009); Kobashi e Fernandes (2009); Gonzalez (2012); Weiss (2015); Mota e Kobashi (2016); Weiss e Bräscher (2014, 2016); Contani e Bartalo (2018); Gozáles de Gomes (2019); Viana, Dal'evedore e Gracioso (2019); Martines, Rosa e Almeida (2023). Nessa perspectiva, detectou-se que muitos dos trabalhos estão voltados para a discussão do uso da informação e para aspectos relacionados ao comportamento. Dessa maneira, é válido destacar que a Pragmática pode contribuir para estudos sobre conduta, os quais envolvem políticas, normas e práticas relacionadas ao tratamento da linguagem.

Outro ponto importante é que o estudo da Pragmática no cenário da organização do conhecimento tende a ser generalizado, ou seja, há poucas abordagens que se preocupam com os fundamentos teóricos das linhas da pragmática e tratados em específico ou ainda demonstrar uma escolha em detrimento de uma outra abordagem, por um determinado motivo. Quando há uma aproximação com um dos segmentos da Pragmática, ocorre, de fato, por interesses ao filósofo, ou sobre alguns de seus objetos, mas não há uma análise detalhada dos arcos epistemológicos da Pragmática na área.

Em síntese, esta pesquisa trouxe como discussão a preocupação epistemológica acerca das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem com o fito de demonstrar que há muitos estudos sobre a linguagem, contudo esses estudos não se constituem com proximidades e convergências simplificadas. Assim, esclarece-se que é importante escolher de modo deliberativo teorias voltadas à significação ao serem aplicadas aos estudos sobre organização do conhecimento a fim de evidenciar os impactos acerca das questões epistemológicas da linguagem.

Desse modo, foi demonstrado, nesta pesquisa, que há divergências nos modos de tratamento da linguagem. Não obstante, também demonstrou-se que os estudos para o tratamento da linguagem da organização do conhecimento exploraram diversas teorias, todavia há poucas evidências de como essas abordagens efetivam um

caminho pavimentado sobre o entendimento sobre a constituição das bases teóricas da linguagem, fator que gera afastamentos epistemológicos entre a linguagem, a informação, o tratamento e a cognição, visto que uma linha teórica trata a linguagem de uma maneira, enquanto outra linha, apresenta abordagens de outra natureza.

Diante disso, compreende-se que a organização do conhecimento se insere em problemas linguísticos de grande dificuldade, assim o aprofundamento epistemológico das teorias da linguagem seja um caminho profícuo para se ajustarem. Além disso, torna-se importante não permitir que as discussões se estabeleçam na esfera do heurístico, pois há uma miscelânea de teorias da linguagem sem o devido apontamento de como agem para tratar a linguagem, sem os apreços da constituição ontológica, teleológica, metafísica e epistemológica da linguagem conforme a teoria aplicada. A ausência desses cuidados, pode acabar perfazendo uma correlação entre teorias da linguagem e teorias da informação que não apresentem esses fundamentos em níveis de compatibilidade para executar a interdisciplinaridade.

6.1 Desdobramentos semióticos para a organização do conhecimento

A linguagem atua constantemente na promoção de significado, sentido e significação para a informação e sua aplicação aos diferentes contextos. A linguagem se alinha à informação através da forma, porque a forma se manifesta na construção das frases, sentenças e proposições. Somado a isso, a forma também evidencia a palavra (lexema) e sua aplicação social, ou ainda a sua aplicação conforme convenções.

Devido a esses fatores, a semiótica ganhou relevância nos procedimentos teóricos e metodológicos para o tratamento da significação, já que esta é resultante de aspectos discursivos e cognitivos. Essa combinação entre discursos e metodêutica validam a função da linguagem como representação da realidade, em aspectos ontológicos, como mediação da realidade, como recursos que afetam a mente decorrente à resistência do objeto, como também aspectos metafísicos inerentes aos jogos de linguagem que efetivam as formas de vida.

Nesse sentido, sob a égide da semiótica peirceana, a mediação da realidade se perfaz por estratégias lógicas que se constituem a partir do signo e sua relação com o objeto, assim como a relação do objeto com o interpretante. A tríade do signo aplicada às fundamentações das categorias fenomenológicas constitui a semiose. A

semiose, por sua vez, como efeito cognitivo, é responsável pela constituição do hábito mental, como ainda a sua atualização conforme à evolução das experiências. Nesse contexto, há a constituição da conduta, a qual submetida às nuances do pragmatismo pode ser corrigida e ajustada frente ao autocontrole de uma mente frente ao devir.

Por seu turno, a mediação da realidade também pode ser organizada por estratégias discursivas, por isso é interessante a aplicação das práticas semióticas (semiótica francesa) a fim de reconhecer a relação do sensível (forma) e o sujeito, que através das cenas práticas e da interação com os objetos constituem os discursos, os quais são manifestados através de estratégias que se viabilizam pelo *ethos* discursivo, o qual expõe rituais, procedimentos, processos, protocolos, hábitos e repetições do simbólico que afetam o comportamento e direcionam a conduta conforme os valores inseridos na construção das formas de vida, as quais evidenciam maneiras de agir dos integrantes de uma determinada comunidade e são afetados pelo simbólico através de práticas sociocognitivas.

Nesse processo, a semiótica, em geral, oferece uma gama de fundamentações filosóficas, práticas, metodológicas, procedimentais e científicas para tratar a significação, explorando a forma da linguagem através da análise da ação do signo ou de processos gerativos a fim de sistematizar caminhos para acessar, através da expressão, o plano do conteúdo complexo, assim efetivar camadas de significação que manifestem a substância. Para tanto, a análise do discurso é central, pois o conteúdo é manifestante no discurso, esfera em que a relação sujeito, realidade, simbólico e protocolos sociais se realizam.

No cenário da organização do conhecimento, a semiótica já foi aplicada em diversos estudos, os quais visam a encontrar caminhos para tratar a informação interligando-a à significação e à cognição e, assim, poder efetivar explicações objetivas de como os resultados podem ser mensurados e transformados em objetos confiáveis para a ciência. Nesse aspecto, a semiótica tem se apresentado como importante método de verificação no contexto das ciências humanas, ciências sociais e ciências sociais aplicadas. A sua instrumentalização acompanha cada etapa da significação, desde a sua manifestação como qualidade e, com isso, as primeiras etapas como sensível, até os pontos conflitantes da comunicação, em que os discursos são aplicados como recursos de modelização da mente.

Frente a isso, na intenção de contribuir para o tratamento da linguagem na organização do conhecimento e, conseqüentemente, para o aprimoramento da

análise e sistematização dos seus objetos, o que envolve a organização e a representação, como ainda os sistemas de organização do conhecimento e os procedimentos de organização do conhecimento, destacam-se os estudos a seguir:

Moura e Silva (2000); Moura (2003, 2006); Lara (2006b); Almeida (2010a, 2010b, 2011, 2016a, 2016b); Redigolo e Almeida (2012); Barros e Café (2012, 2016); Evangelista; Guimarães e Almeida (2014); Venancio Junior e Café (2016); Moraes e Almeida (2017); Baptista, Almeida e Ferneda (2017); Souza e Almeida (2017); Moura e Almeida (2019); Reis, Almeida, Ferneda (2020); Pavarina, Rosa e Almeida (2022); Martines e Almeida (2021a, 2022); Gatto e Almeida (2023); Andacht (2024), sob quais predominam os fundamentos da semiótica peirceana;

Farias e Almeida (2014, 2017); Almeida e Farias (2016); Pavarina e Zafalon (2022), em que se manifestam os elementos teóricos da semiótica da cultura;

Antonio e Moraes (2009, 2011); Moraes e Sabbag (2012); Alves, Moraes e Almeida (2014); Alves e Moraes (2015); Sabbag e Moraes (2015); Gandier (2016); Gomes e Barros (2019); Martines e Almeida (2021b); Pavarina (2022); Pavarina e Martines (2022); Martines, Gatto e Almeida (2023); Gatto, Martines e Almeida (2024), em que se aplicam os objetos pertencentes à semiótica francesa.

A semiótica está presente em todas as circunstâncias que envolvem o tratamento da significação, pois a significação, assim como o signo, é objeto central de seu estudo, como ainda os aspectos que afetam uma mente no processo de aprendizagem, ou seja, trata também da percepção, da cognição, da conduta, do modo como uma mente age ou é afeta ou modelada pelo discurso, como ainda atua sobre as tomadas de decisão, somando-se a todos os aspectos que constituem o simbólico.

Desse modo, fatores relacionados à constituição do conceito, à formulação das linguagens documentárias, à análise e tratamento documental, às técnicas e estratégias para sistematizar a leitura profissional e a escolha de descritores, como ainda aos direcionamentos e apontamentos que constituem políticas de atuação profissional em relação à linguagem.

Assim sendo, a semiótica apresenta instrumentalização metodológica, teórica e técnica para contribuir com a organização do conhecimento no tratamento desses processos, procedimento e produtos tão importantes para suas atividades. Além disso, a semiótica permite esboçar algumas considerações sobre esses elementos

ancorados em uma perspectiva semiótica, na intenção de promover reflexões e considerações por parte dos especialistas da organização do conhecimento.

Diante disso, aponta-se que o conceito pode ser o reconhecimento mental (*frame* ou hábito) de um som, um barulho, um cheiro, um sabor. Por exemplo:

a) o som do corte da faca ou da panela indica comida sendo preparada;
b) barulho de uma taça quebrando: é possível identificar a coleção ou distinguir a taça da garrafa;

c) o ritmo de uma música. Não é apenas o movimento artístico, tampouco a descrição metalinguística que define a diferença técnica entre uma música instrumental erudita clássica de uma música barroca ou romântica. Embora sejam constituídas por uma técnica, mas o seu conjunto de elementos é responsável pela determinação do conceito;

d) Cheiro de feijão cozinhando; cheiro de ervas: nesse contexto, são índices de comida *fresquinha*, que acabou de ser preparada ou ainda no processo de preparação. Já a erva, em outro contexto, pode representar ritual religioso ou a efusão para a preparação de um chá.

Esses exemplos demonstram que não se trata de apenas relações semânticas, mas, sim, há a constituição de um hábito, o qual se perfaz porque está inserido em contextos que manifestam a presença do sensível que caracteriza as formas de vida. Somado a isso, essas práticas se constroem em cenas, por isso delineiam o roteiro das ações, pois fundamentam-se em *frames*. De todo modo, a possibilidade de reconhecimento e conexão entre esses elementos só é possível quando se constrói um *background*.

Na tradução desses fenômenos em signos, por conseguinte em linguagem constitui-se a formação de campos semânticos, onde se atualizam e se realizam as redes semânticas. O *background* conduz o processo e é responsável pela computação do conceito, como sua legitimação e inserção nas relações sociais, fatores que virtualizam o conceito, como uma representação possível e aceitável do conhecimento; depois atualizam, ampliando e ajustando seu uso conforme as demandas e os discursos; estabelecem o conceito como realidade, configurando-lhe como um elemento lógico constituinte de mecanismos produtores de mediação; por fim, há a potencialização, já que todo conhecimento é renovável, visto que uma mente está sempre em evolução frente às resistências e aos conflitos com o objeto que se apresenta como realidade.

O conceito não é apenas uma unidade de pensamento, mas também a ativação do conhecimento. Embutido em um conceito estão a catálise, o discurso já construído (já-dito) e transformado em argumento, como também a constituição de sua ação cognitiva como *frames*. Além disso, o conceito afeta a mente, modelando-a e configurando sua conduta, portanto o conceito é um hábito.

Nesse sentido, pode-se dizer que o conceito carrega a silhueta de uma experiência, que se organiza em ações, *frames*, *scripts*, modelos ou esquemas, os quais modelam uma mente. Nessa linha, o conceito é a sistematização de um elemento da natureza ou da cultura em processos cognitivos, os quais permitem a façanha humana de representar a realidade. Muitas vezes, é um simulacro da realidade, quando não sincretismos de elementos simbólicos que se aglutinam e se ajustam decorrente ao *blending*.

Em condições lógicas de atuação, o conceito modela a compreensão da realidade através da força discursiva, pela constituição de seus cenários, contextos, objetos e valores, assim uma mente afetada pelo conceito pode interagir com esses instrumentos de composição da realidade e mediá-la, portanto seu traço lógico permite que o conceito seja identificado, estudado, classificado e definido. Nessa perspectiva, é no processo de discursividade que se descrevem seus atributos através da predicação. No universo humano, o objeto é, contudo é a linguagem que o faz ser.

A semiótica peirceana é um estágio da arquitetura filosófica de Peirce, assim não só a semiótica pode contribuir para a organização do conhecimento, como os outros fundamentos. Diante disso, evidenciam-se as categorias fenomenológicas que conferem a manifestação do sensível, ou seja, a análise e o tratamento da informação se constituem em um estágio de secundidade, pois efetiva-se um confronto com o texto-documento que se apresenta como uma resistência frente ao leitor profissional.

Esse conflito se dissipa quando fatores inerentes à atuação dos interpretantes posicionam as informações em terceiridade. A terceiridade também está presente nos processos de extração e seleção de descritores, como também orientam as normalizações e as políticas, visto que é na terceiridade que se apresentam fatores relacionados à conduta.

Em se tratando da semiótica, em específico, praticamente toda sua manifestação implica na organização do conhecimento, pois a semiótica trata da forma, demonstrando como a ação do signo gera os aspectos de representação na correlação objeto e *representamen*, como também os aspectos da mediação, a partir

da conexão objeto, *representamen* e interpretante, assim produzindo a semiose e atualizando o hábito.

No entanto, para a consolidação do hábito, é preciso destacar que a sua evolução está alinhada aos tipos de raciocínio. Abdução, dedução e indução são caminhos que afetam a evolução da mente e constroem os argumentos; que permitem a manifestação da experiência colateral; como também possibilita o avanço diante daquilo que se constitui como generalidade e realizam a construção do conhecimento.

O pragmatismo atua na verificação e inquirição do hábito, como também sobre a forma e sua constituição de sentido, tendo como base o objeto e a realidade. Através da atuação do pragmatismo, pode-se realizar ajustes, correções e agir de forma deliberada, assim o pragmatismo tem muito a contribuir com as atividades que envolvem a análise e o tratamento da informação, além de atuar como norteador das estratégias de leitura, seleção de descritores e direcionar posicionamentos sobre as políticas.

Ainda, é necessário destacar o falibilismo, pois todo tratamento científico se confronta com as falhas. Além disso, frente aos aspectos da evolução que consistem na metafísica peirceana, o sinequismo, pois o conhecimento evolui, como também o tiquismo, visto que a evolução é marcada pelo acaso.

Já a semiótica francesa demonstra que o discurso é um ponto central para tratar a significação. No entanto, é preciso que haja aprimoramento na aplicação de métodos que fundamentam suas atividades na leitura e na interpretação, assim garantindo a eficácia na extração de suas informações a serem transpostas em linguagem documentária. Dessa forma, apontam-se metodologias, práticas e procedimentos para representar aquilo que está estabilizado e registrado, ou melhor, há normas, políticas e protocolos, ou seja, uma práxis sedimentada no processo laboral.

O tratamento documental é um processo fundamental para a representação da informação no cenário da organização do conhecimento, assim garantindo que haja a conservação, catalogação, classificação, organização do conhecimento veiculado pelo documento analisado, bem como a elaboração e confecção de objetos informacionais para alimentar sistemas informacionais, além de possibilitar a recuperação e a disseminação da informação entre os profissionais, pesquisadores e todos os tipos de usuário.

Não é simples o tratamento da significação, visto que a articulação dos elementos durante a curadoria do documento no momento da análise, ou seja, em termos semióticos será tratado de níveis de imanência, pode alterar os resultados, a depender das categorias, ou das estratégias durante a leitura, da análise e do tratamento em todo seu percurso, já que o reconhecimento dos elementos que perfazem os níveis de imanência é de natureza cognitiva, decorrente da pragmática, ou seja, depende de como o texto ativa o conhecimento do leitor.

Nessa perspectiva, observa-se que o tratamento documental claramente se insere em um ponto delicado da produção do sentido, e mais, na configuração da significação, pois se estabelece entre alguns vetores e tem como função principal analisar e avaliar a significação e estabilizar o significado para todos os actantes envolvidos em sua prática e uso.

O tratamento documental está atrelado ao texto e ao discurso, às operações cognitivas do seu autor, do profissional da informação e do usuário. A prática recai nas decisões do profissional responsável pela representação, estando este sob à égide das políticas de normalização, dos procedimentos metodológicos da organização do conhecimento, como campo, epistemologia, metodologia e práticas profissionais.

Diante disso, é preciso destacar como a aplicação da linguagem documentária acaba tendo uma aplicação presa à concepção que o domínio possui sobre o conceito. É nesse cenário que o *ethos* discursivo pode contribuir na formulação de um *ethos* de representação informacional a fim de orientar as políticas de representação na condução das tomadas de decisão, pois a função do *ethos* é demarcar elementos éticos e direcionamentos políticos que constituem a conduta de determinados grupos, por isso o *ethos* está vinculado às formas de vida.

Sendo assim, as rotinas, as práticas e os protocolos são culturais e sua dinâmica é rica em semióticas-objeto, já que cada item é um regulador de sentido, portanto gerador de semioses, o que permite às práticas semióticas a sistematização de estratégias de leitura e interpretação a fim de verificar as valências de cada fundamento envolvido no processo e no produto informacional.

Desse modo, o documento, como artefato, pode, por sua própria natureza, ser entendido como corpo-objeto ou objeto-suporte, pois há informações inscritas nesse objeto-suporte, porém seu corpo, sua forma, também podem revelar informatividade, como por exemplo um vaso da antiguidade, assim pode haver uma espécie de realização de contrato acerca da informação diante daquilo que está inscrito, o qual

exige aceitação de uma proposta, como ainda é necessário a validação, a verificação e o tratamento para representação e arquivamento.

O tratamento documental se enquadra nesse nível de pertinência, pois a prática demanda uma interação com o objeto, assim como há uma interação com a linguagem documentária para enquadrar o documento (artefato) nas necessidades representativas do domínio, explorando, efetivamente, a morfologia de todo material envolvido na atividade. Por um lado, a cena predicativa referente à representação é fundamental para a consolidação de metodologias para efetuar a prática; já pelo outro, a cena predicativa evoca dos manuais e normas a linguagem documentária e os procedimentos de representação.

Nessa dinâmica, pode-se entender que o processo de tratamento documental requer autoajuste, já que cada documento é uma prática diferente, no entanto dialoga com outros documentos inseridos no mesmo domínio, retomando práticas, ou projetando futuras, ou ainda recalculando os procedimentos.

Assim, o tratamento documental deve explorar o plano da expressão a fim de evidenciar características que demonstram conjuntos de estratégias, bem como a evidência de estilos e a manifestação estética das formas de vida presentes no documento, buscando dessa forma estabelecer atitudes modais e axiológicas para que se evidencie uma semiótica-objeto que configure o conteúdo.

As formas de vida representadas nos documentos apresentam o potencial de esclarecer a conduta dos conceitos em sua aplicabilidade no documento e como se ajusta às necessidades do domínio. Diante de tal prática, garantir que a representação e organização do conhecimento seja conformativa à representatividade e atenda aos domínios envolvidos. Ao atingir o nível das formas de vida para reconhecer as trocas simbólicas alcança a esfera social e seus valores.

Configura-se o ponto crucial da análise e tratamento documental, pois o documento, como semiótica-objeto, por um lado deve ser visto como objeto e também suporte; por outro, a esfera textual, o seu conteúdo informacional, está inserido em uma cena, a qual é construído sob a prática do autor, para depois, na representação da informação, sob a prática profissional.

Somado a isso, restringindo ao documento, como artefato, é constituição de signo-figura, mais o nível texto-enunciado, perfazendo, desse modo, a versão interna, todavia o documento é suporte e veículo, em sua condição como artefato, sendo assim

há as cenas práticas que envolvem sua elaboração ou constituição, somado as estratégias de sistematização, as quais podem revelar formas de vida.

Aplicando essa concepção ao tratamento documental, é possível reconhecer as diversas semiótica-objetivos constituídas em cada nível, enriquecendo a potencialidade significativa do documento, exigindo práticas e estratégias ampliadas a fim de garantir que o objeto seja tratado de acordo com os protocolos, mas também que essa ampliação da experiência permita extrair de maneira mais pontual tantas possíveis significações que podem dar condições de evidenciar nos objetos informacionais a representação de muitos outros conceitos.

Os conceitos que serão apontados para efetuar a representação do conhecimento no documento são resultado de uma análise que buscou uma programação energética referente à produção de simulacros, que também buscou apontar os fatores marcante e acordados no campo da presença e que, sobretudo, buscou diferentes apreensões que possibilitaram ordenar o conhecimento através de discursos que validaram sua instância de referência diante dos aspectos discursivos culturais.

Com isso, a extração de conceitos é decorrente desse cuidado em avaliar os níveis de pertinência, já que o percurso gerativo da expressão proporciona dinâmicas de significação que estão além do signo-figura, no caso os descritores, e além da análise do nível texto-enunciado. Quando a representação envolve fatores culturais, sociais, políticos e históricos, a linguagem empregada é reveladora das formas de vida, assim evidenciando grupos, rituais, práticas, ideologias, comportamentos que muitas vezes foram segregados ou apagados nos registros documentais ao longo da história.

A representação da informação é um conjunto de processos e produtos que viabilizam o acesso; por outro, debater a significação permite uma representação mais completa e complexa, alimentando os sistemas informacionais não apenas viabilizando o acesso imediato, mas abrindo espaços para a mediação da informação, para a competência informacional e para a alfabetização informacional, por exemplo, além de refletir sobre as novas tendências de buscas e recuperação da informação.

No caso do tratamento documental e das práticas de análise e leitura documental, como também as relações de sentido que se efetivam com a linguagem documentária, é necessário reconhecer a importância do primeiro nível de pertinência: signo-figuras, e estar atento ao que é possível extrair desse nível de imanência.

Outrossim, há o risco de as técnicas atuais de representação da informação se limitarem às palavras-chave presentes no texto, conduzidas pela terminologia especializada, devido à necessidade de aplicação de linguagem documentária para representar o documento, portanto, pensando em semiótica-objeto, a identificação dos signos nos documentos é fundamental para a sua representação.

Nessa linha, ao aplicar o segundo nível de pertinência: a análise do texto-enunciado, ou melhor, a recuperação de isotopias, que somado ao objeto-suporte é capaz de oferecer uma significação mais rica em relação ao discurso do texto e aos elementos de produção e de enunciação. É preciso estabilizar as semióticas-objetos a fim de que nesses níveis de imanência sejam apontadas as predicções, pois são estas que poderão garantir a identificação dos conceitos fundamentais para a representação do documento.

Já a prática confere a possibilidade de o profissional da informação executar sua atividade, a qual exige uma estratégia. Por sua vez, a estratégia aplicada deve estar fundamentada em procedimentos, condutas e protocolos, os quais evidenciam modos de tratar o documento, indicando mecanismos de leitura, assim como essas estratégias também estão alinhadas à linguagem documentária para garantir a escolha adequada da terminologia para a representação do conhecimento presente no documento.

A aplicação do nível de pertinência que evidencia as estratégias pode garantir um bom tratamento e representação documental, em cada uma de suas etapas: leitura, análise sintagmática, análise discursiva, interpretação, elaboração de documento secundário, extração dos conceitos fundamentais para a representação do conhecimento, seleção de linguagem documentária, elaboração de objetos informacionais e indexação.

É na conduta presente na ação da representação que se estabelece a intencionalidade leitora, assim sua leitura deve ser muito bem desenvolvida para que se possa resgatar a práxis enunciativa e a práxis discursiva do documento, pois são os valores evidenciados na interação da conduta e documento que irão se manifestar no documento secundário, já que nesse nível transparece um poder+saber+querer.

As regras e as normas aplicados no processo de tratamento documental são estabelecidas por manuais e normas ISO, porém a divergência da representação está concentrada no objeto, pois este é suscetível a diversos predicados, os quais se

multiplicam a depender dos discursos, o que estabelece uma relação pontual entre os protocolos e o ritual adotados.

Diante desses fatores, o tratamento documental será realizado a partir de diretrizes estabelecidas pelos domínios culturais e científicas, como ainda condizente com a comunidade discursiva, diante da qual se corre o risco de haver conceitos, por conseguinte conhecimentos apagados na representação e é por isso que o *ethos* que se configura é de importância fundamental na estabilização do processo semiótico e do processo de representação. A organização das isotopias que serão representadas em um documento secundário dependem de escolhas, por isso o objetivo informacional é resultado de uma curadoria, portanto é necessária a configuração de estruturas axiológicas para proceder a boa prática da representação.

Assim, a atividade de representação terá melhores condições de interação com o artefato, tendo a concepção de que há um “[...] leitor que interage com o texto para cumprir seu objetivo” (Fujita; Rubi, 2006, p. 1). Além disso, é preciso compreender que o profissional frente ao documento se estabelece à observação do “[...] processo de leitura do indexador para verificar estratégias de compreensão que visam à identificação de conceitos e de seu contexto para verificar os aspectos que influenciam e determinam a leitura documentária como leitura profissional” (Fujita; Rubi, 2006, p. 1).

Outrossim, é importante destacar que a representação “[...] é um exercício hermenêutico inseparável da capacidade humana de cognição e inserida na dialética que dá vida ao binômio, documentalmente interativo, homem-cultura”, fator importante para garantir que os conceitos apontados evidenciem os traços sociais e culturais presentes nos documentos e assim garantir a representatividade dos diversos grupos (García Gutiérrez, 1989, p. 147).

É nessa interação social que o percurso gerativo da expressão pode contribuir para o tratamento documental, já que a prática semiótica aplicada à prática de leitura e à análise documentária pode evidenciar as formas de vida. Evidentemente que esse nível de pertinência apenas pode ser reconhecido em documentos das ciências sociais, ou quando os documentos das ciências naturais interferem na semiosfera, pois definem estilos de comportamentos, os quais representam de modo simbólico como grupos, domínios, comunidades compreendem e aplicam os conceitos, já que as formas de vida evidenciam o discurso em ato e sua significação como conduta de ações culturais, sociais, políticas e científicas.

Sendo assim, uma representação da informação manifestada e realizada, apresenta-se diante de um cenário, em que o significado já se estabilizou frente à concepção dos esquemas actanciais, ou seja, dos sujeitos envolvidos – autor, profissional da informação, usuário e os seres de que trata o documento –, ou dos programas narrativos, isto é, das estratégias de construção das proposições, resultados e objetos de síntese inerentes à construção dos argumentos, oriundos das regras estruturais que permeiam o gênero textual.

A análise de um documento a fim de representar o conhecimento é efetivada pela marcação dos conceitos presentes na composição do discurso. Entretanto, é importante compreender como os documentos podem ser classificados como gêneros textuais e discursivos. Essa dinâmica garante o acesso à isotopia, principalmente pelo fato de estabilizar a coerência e a coesão textual e discursiva, assim estabilizando uma homogeneidade significativa na análise dos conceitos.

Cada documento teria, portanto, uma classificação conforme a sua estrutura textual aplicada conforme a análise, porém documentos elaborados para a representação do conhecimento, como por exemplo o resumo, pode ser classificado como breve e fechado, definido, dessa maneira, como concentração, pois “[...] nos apresenta um espaço textual reduzido, fornecendo, no entanto, o máximo de sua significação” (Portela; Schwartzmann, 2012, p. 77), já que sua estrutura é predefinida com a exposição sucinta do objetivo, método, resultado e conclusão, por isso denominado breve, ao mesmo tempo denominado fechado porque sua informatividade deve ser precisa e pontual para estabelecer a comunicação com os usuários das comunidades científicas interessadas.

Desse modo, percebe-se que a compreensão dos tipos discursivos pode contribuir para o tratamento documental evidenciando os vários discursos presentes em um documento, assim destacando em sua representação os valores que sobressaem nos objetivos informacionais. Um documento pode apresentar vários tipos discursivos, tal situação depende muito da configuração do documento.

Entretanto, pensando na elaboração de materiais para a representação do conhecimento, apresentando como exemplo o resumo, normalmente pode ser enquadrado no discurso informativo, já que é produzido para o saber. Somado a isso, destaca-se também o discurso de realização, já que o resumo tem o papel de ser a representação do documento original, ou seja, de marcar a presença da informação veiculada pelo documento original, assim como há o discurso performativo, em que

evidencia o fazer, visto que o objetivo é um fazer virtualizado, a metodologia é um fazer atualizado, os resultados um fazer realizado e a conclusão um fazer potencializado.

Frente a esses aspectos, esta pesquisa demonstrou que tanto a semiótica peirceana, como a semiótica francesa podem contribuir para os procedimentos da organização do conhecimento. Longe de exigir ou desejar que os profissionais e especialistas da organização do conhecimento sejam semioticistas, é importante que haja na ciência discussões sobre os processos de semiose, ação do signo e percurso gerativo para compreender os aspectos da significação. Do mesmo modo, não há a indicação de que os profissionais tenham a obrigatoriedade de distinguir plano da expressão do plano do conteúdo, embora sejam elementos importantes no processo da interpretação.

Diante desses aspectos, entende-se que os estudiosos de linguagem que buscam alinhar as necessidades da organização do conhecimento com as possibilidades de estudos sobre a linguagem, busquem caminhos para transformar as teorias e as práticas da semiótica em procedimentos linguísticos e práticos adequados para o universo da organização do conhecimento. Frente a isso, é importante destacar que a relação semiótica e organização do conhecimento deva ser conduzida pela discussão profunda das teorias da semiótica e como adequá-las à organização do conhecimento, como também promover estudos científicos que visem a estratégias de viabilizar para o uso profissional no tratamento e representação da informação.

6.2 Semântica e organização do conhecimento: novos diálogos necessários

O estudo da semântica apresenta-se como fundamental para explorar os fundamentos teóricos e práticos da organização do conhecimento, visto que sua premissa – a teoria do conceito – é constituída, pelas palavras de Dahlberg (1978), fundamentada na semântica. Além disso, as linguagens documentárias, como tesauro e taxonomia são constituídas sob as régias da semântica, tendo em vista sua concepção de relações hierárquicas, partitivas e associativas (Vogel, 2007).

Nessa linha, é importante destacar que os estudos acerca da semântica realizados pela organização do conhecimento exploram a semântica estrutural, formal, gerativa e parcialmente alguns fundamentos da semântica lexical, como pode se recuperar nos trabalhos de González de Gómez (2015); Almeida (2016); Martines

(2020, 2023); Martines; Almeida (2023). Diante disso, há a constatação de que o campo da organização do conhecimento explorou linhas semânticas que são advindas de suas contrapartes linguísticas, como também os aspectos lexicais, correspondentes aos fatores da lexicologia, lexicografia, morfologia e terminologia a fim de caracterizar o estrato linguístico aplicado na elaboração das linguagens documentárias.

Nesse sentido, é factual compreender que essas linhas da semântica são precursoras dos estudos acerca do significado e do sentido das palavras, das expressões e das frases. Por isso, é importante haver estudos que exploram esses elementos semânticos no texto, assim efetivando as complexidades do enunciado, da enunciação, do discurso e dos fatores cognitivos presentes nesses processos.

Dessa forma, o estudo da semântica pode se alinhar aos aspectos que envolvem o conceito, associando sua constituição de significado com fatores lexicais, como a sinonímia, a homonímia, a hiperonímia e a meronímia. Além disso, as questões relacionadas à composição dos frames evidenciam camadas simbólicas na constituição das cenas e dos efeitos cognitivos que compõem a função mediadora do conceito.

Somado a isso, é necessário destacar que as semânticas estrutural, formal e gerativa estão voltadas para o estudo da forma, ou seja, explora o significado imanente à natureza das palavras. Nesse aspecto, a palavra é uma composição nuclear em que o significado ganha destaque como resultante das produções sociais, contudo não carrega as marcas de sentido que se constroem nas interações sociais.

Esse fator é responsável pela prática de análise e interpretação superficial, sem explorar as camadas mais profundas do texto e do discurso. No caso da semântica estrutural, fundamentos das teorias de Hjelmslev (2013) e Greimas (1976), que apresentam discussões sobre os aspectos semióticos, ou seja, mecanismos para acessar o conteúdo complexo pouco foi explorado na organização do conhecimento. Somado a isso, os trabalhos que se dedicaram a explorar esses segmentos, como García Gutiérrez (1984) e Izquierdo Arroyo (1990) pouco foram recuperados e estudados pelo campo da organização do conhecimento.

Devido a essa abordagem restrita a esses segmentos da semântica, o campo da organização do conhecimento se acostumou a enxergar o conteúdo imanente, decorrente do plano da expressão (lexema), ou, muitas vezes, reduzidos à forma da palavra, evidenciando uma semântica atômica (Martines; Almeida, 2023).

Consequentemente, a maioria de suas práticas, procedimentos, processos e produtos são sistematizados à base dessa concepção formal da linguagem, ou seja, não há instrumentalização para tratar da significação tampouco dos aspectos cognitivos, sendo, muitas vezes, reduzidos a fatores da subjetividade (Fujita; Gil Leiva, 2014; Feneda, 2021).

Ademais, a semântica lexical, evidentemente, está alinhavada às questões estruturais de uma língua. Nesse sentido, é importante refletir que uma língua se constitui em elementos estruturais, dos quais desdobram sua sistematização modal, todavia o uso dessa língua, nas relações sociais, na representação da realidade, nas ações sobre as coisas do mundo, na comunicação, no ajustamento de comportamentos e condutas não é, em sua totalidade, estrutural, visto que, na manifestação da linguagem e na composição de um texto, o sentido ganha força na enunciação, enquanto a significação se efetiva na materialização de um discurso.

Outro ponto importante acerca da semântica lexical é que, se for vista pela fundamentação das teorias semânticas estrutural, formal e gerativa, seu estudo será conduzido pela comparação e pela ausência, isto é, um conceito é constituído não pelos seus atributos, mas, sim, pela ausência de características, as quais são pertencentes a outro conceito.

Com isso, uma maçã não é simplesmente definida por seus atributos, é um conceito definido em comparação a outro, como por exemplo, uma pera, assim a ausência das características da pera, auxiliam na demarcação das características da maçã, já que o fato de pertencerem à categoria fruta permite a aproximação semântica. Em vistas a isso, é bastante comum, nas teorias estruturalistas, a definição de que feminilidade é a ausência de masculinidade, por exemplo (Greimas, 1976; Dahlberg, 1978), mas, não, pelos atributos inerentes à própria feminilidade.

Abordada em uma outra perspectiva, na linha da linguística funcionalista, as relações semânticas, mesmo em níveis lexicais, fazem parte de um conhecimento maior, construído decorrente às experiências e ao confronto com a realidade. Assim, a organização das coisas do mundo é decorrente a uma classificação de observação, teste, análise e comprovação, ou seja, não é apenas um valor social, mas, sim, uma representação da realidade, ou melhor, a linguagem não se modela pelo valor social, mas a realidade sistematiza as diretrizes da linguagem (Neves, 2018).

Tendo isso em vista, destaca-se que a semântica lexical prevê o campo semântico, o qual destaca atributos inerentes ao ser, doravante a uma ontologia, como

ainda prevê a rede semântica, a qual se configura decorrente à sinonímia, pois se realiza na coerência do enunciado, permitindo que os conceitos se conectem e, assim, estabeleçam diretrizes de quais de seus atributos serão aplicados àquele contexto (Martines; Almeida, 2021; Martines; Moreira; Almeida, 2022).

Como proposta de avanço acerca dos estudos sobre as correntes da semântica para a organização do conhecimento, destacam-se as linhas da semântica da enunciação e da semântica cognitiva. Essas duas linhas estão alinhavadas à linguística funcionalista, a exemplo da linha da sociolinguística.

Sobre a semântica da enunciação, pode-se destacar a evidenciação da enunciação e do discurso para a configuração do sentido e da significação produzidos no texto, ou seja, é uma linha que demonstra que há camadas semânticas e que as palavras podem se ajustar conforme o contexto. Com isso, evidencia-se que o significado é um ponto de referência, mas, não, a totalidade semântica de uma palavra.

Além disso, a semântica da enunciação está relacionada à linguística textual e à semântica do discurso, linhas que apresentam procedimentos, técnicas, práticas, métodos e estratégias para o tratamento do texto, bem como para orientar a leitura e a interpretação, já que essas abordagens estão direcionadas ao reconhecimento da tessitura, da progressão textual e da textualidade. Sendo assim, é na análise do enunciado que se pode apontar as estratégias de construção, como o binômio tema-rema, estratégia importante para observar a construção do recorte temático tratado no texto-documento e como este se organiza e se direciona no percurso argumentativo ou na narratividade.

Essa abordagem permite identificar a constituição da intensividade do conceito, bem como se apresenta a extensividade, dessa maneira possibilitando o reconhecimento, o aprofundamento e a aprendizagem. Essa construção efetiva o conjunto de figuras ou temas presentes no texto, demarcando as diversas possibilidades de abordagem ou delimitação para realizar um recorte. De todo modo, esses aspectos textuais são manifestantes e é, através da configuração da isotopia, que se pode apontar a situacionalidade, a direcionalidade, a construção do cotexto e a conexão ao contexto.

Nesse sentido, além de evidenciar fatores que compõem o enunciado, como a coesão e a coerência, os quais são fundamentais para a garantia da isotopia, também aponta eventos textuais que manifestam aspectos como intencionalidade,

direcionalidade, focalização, situacionalidade, aspectualização e intertextualidade, assim permitindo reconhecer no texto, marcas da enunciação, responsáveis para direcionar o leitor aos argumentos, aos posicionamentos e às propostas do autor. Destarte, colabora para identificar marcas de modelização da informação, ou seja, se o texto carrega marcas de ideologias, de preconceitos, de doutrinação, de controle, ou se objetiva a reflexão, a construção de ideias e de conhecimento, fatores que se manifestam na camada do discurso.

Desse modo, a isotopia se revela como um recurso bastante profícuo para o tratamento da recuperação e sua representação. Devido à sua capacidade de interligar os conceitos em uma linha discursiva, à qual se impõe uma identidade, o seu reconhecimento durante as atividades de tratamento e representação podem garantir estabilidade discursiva na elaboração de objetos informacionais, pois a consolidação dos temas tratados nos documentos está manifestada no enunciado. Mediante a isso, o reconhecimento dos conceitos que perfazem a isotopia do texto pode contribuir para uma representação por exaustividade.

Por sua vez, a semântica cognitiva apresenta fundamentações teóricas que vão para além das expectativas descritivas e explicativas, porque trata-se de uma abordagem constituída através de experimentações, que visam ao estudo fisiológico do cérebro e ao estudo constitucional da mente, assim alcançando resultados mais concretos acerca dos comportamentos humanos. Decorrente a isso, esses estudos podem contribuir para identificar como uma mente age por padrões e modelização, evitando-se a subjetividade no processo de representação da informação.

Dessa forma, a semântica cognitiva, por compor o conjunto de teorias da cognição que podem contribuir para estabelecer procedimentos, os quais estão inerentes às políticas de representação, por exemplo. Os aspectos semânticos evidenciam como a mente processa frente às informações que estão no enunciado, evitando que valores pessoais interfiram demasiadamente no processo de tratamento e representação da informação.

Nessa perspectiva, se a informação presente no documento possui a capacidade de afetar a mente do leitor e permitir que este reaja conforme as suas questões idiossincráticas; a semântica cognitiva pode apresentar estratégias para compor políticas de representação em que se façam prevenções de como as informações podem afetar o processo de escolha de descritores e elaboração de

documentos secundários, assim demarcando estratégias a partir daquilo que está manifestado no enunciado e como isso aponta fatores de interdiscursos.

Outro ponto importante presente tanto na semântica da enunciação como na semântica cognitiva é o *frame*. O *frame* é um elemento importante para as teorias da cognição devido à sua característica de confeccionar a cena prática em que as coisas do mundo existem, realizam-se, performam-se e promovem relações, as quais efetivam os aspectos cognitivos na interação mente, linguagem e realidade.

Diante disso, a aplicação do *frame* pode ser um recurso interessante para estabelecer a classificação da realidade, bem como para aplicar fundamentos no reconhecimento das dinâmicas que perfazem um conceito e, com isso usar esses fundamentos para a construção tanto de linguagem documentária, procedimentos para análise e tratamento da informação, como ainda as dinâmicas dos sistemas informacionais.

Tendo em vista que os *frames* permitem a visualização das relações essenciais e acidentais entre os conceitos, porque estes, na apropriação de um *frame* não se trata de uma convenção social ou uma entidade idealizada, mas, sim, configura-se na interação mente, linguagem e realidade. Os *frames* permitem o acesso a diversos cenários de aplicação dos conceitos, bem como o sentido que assume, suas limitações ou ampliações a depender do contexto, ou ainda as ações que executa e as conexões com outros conceitos.

Somado a isso, o *frame* também pode ser aplicado nas técnicas de representação da informação, as quais aparecem alinhavadas às políticas de normalização, já que o processo de tratamento informacional pode visualizar não a mera representação de palavras, mas, sim, uma organização de recursos descritivos que demonstrem as características do *frame*.

As descrições presentes na elaboração de um objeto informacional podem ser através de palavras que evidenciam significados atômicos, ou catálise de discursos já-ditos aplicada de maneira desconecta do discurso. Contudo, a aplicação do *frame* pode evidenciar um conjunto informacional que descreva toda as conexões informacionais por trás dos conceitos correlacionados.

Em suma, o capítulo dedicado às teorias da semântica cumpre um papel secular no desenvolvimento dos argumentos apresentados por esta pesquisa, visto que, por um lado, apresenta as teorias precursoras dos estudos da semântica na história epistemológica desse segmento (semântica estruturalista, gerativista e

formalista), bem como esses fatores influenciaram os estudos sobre a semântica na organização do conhecimento.

Por outro lado, esse capítulo também traz caminhos para contribuir com o avanço no tratamento da semântica na organização do conhecimento, evidenciando a complexidade advinda da linguística funcionalista e como a semântica da enunciação e a semântica cognitiva reformulam a relação linguagem, mente e realidade.

Os seguimentos mais antigos da semântica defendem uma espécie de linguagem completa, em que o significado é capaz de representar o todo; enquanto as novas abordagens evidenciam que a linguagem é um instrumento para representar a realidade, por isso o significado não está completo, mas, sim, a significação é fundamental para que uma mente, através da interação e da experiência adquirida, possa perceber novos sentidos, explorar novas informações e, assim, aprender novos conhecimentos sobre os mesmos objetos, fenômenos, fatos ou eventos.

6.3 Pragmática e organização do conhecimento: reflexões e apontamentos epistemológicos

No cenário da organização do conhecimento, estudos sobre a Pragmática são mais presentes, visto que há preocupações constantes sobre as ações e os usos da aplicação da linguagem. É válido destacar que, nas aplicações da Pragmática no cenário da organização do conhecimento, não há um fio condutor dos objetos estudados pelas diversas linhas da Pragmática. Diante disso, torna-se interessante apresentar estudos que debatam, analisem e aprofundem os aparatos epistemológicos a fim de identificar, definir ou delimitar em qual medida os objetos da Pragmática são úteis e condizentes com as propostas da organização do conhecimento e de que maneira podem ser aproveitados e aplicados.

De todo modo, tratar dos objetos da Pragmática é evidenciar condutas e comportamentos e como a linguagem permite a realização das ações ou ainda como a linguagem afeta as ações dos sujeitos. Sendo assim, trazer a Pragmática para as discussões da organização do conhecimento é evidenciar fatores interligados ao sentido e à significação decorrentes e manifestantes dos contextos, ou seja, é reconhecer elementos argumentativos que proporcionam caminhos diversos para

realização dos mesmos procedimentos, já que, sendo um quesito de pragmática, a experiência e o conhecimento de mundo são determinantes para efetivarem as ações.

Se a semântica está diretamente relacionada aos processos inerentes à constituição dos sistemas de organização do conhecimento; a Pragmática, por sua vez, incide nos procedimentos de organização do conhecimento, justamente por estar vinculada à conduta e ao comportamento dos sujeitos que produzem, tratam e recuperam a informação, portanto a Pragmática é central na performance do *ethos* discursivo presentes nas atividades da organização do conhecimento.

Nesse sentido, a Pragmática pode contribuir na investigação e construção de estratégias que regulamentem as políticas condutoras das práticas de tratamento da informação, visto que é possível antecipar o cenário e direcionar estratégias que afetem o conhecimento adquirido e estabeleça possibilidades de representação. Para isso, é preciso que tal política preveja caminhos possíveis para a execução do trajeto e, assim, os sistemas informacionais sejam programados para reajustarem as rotas de busca, por conseguinte evitando que os problemas relacionados à precisão e à revocação sejam concentrados nas ações e escolhas idiossincráticas.

Ao realizar um percurso investigativo das linhas teóricas da Pragmática, foi possível refletir sobre a fragilidade das estratégias de representação condicionadas a palavras específicas, em uma abordagem que se apegue à forma, pois a linguagem é dinâmica e reduzir sua potencialidade aos traços do significado é estar constantemente com um sistema obsoleto.

Além disso, outro ponto interessante apresentado é a importância da concepção de jogos de linguagem e das formas de vida, visto que essa combinação colabora no agrupamento de conceitos que perfazem um determinado discurso. Os jogos de linguagem são possíveis devido a situações discursivizadas anteriormente, constituindo um já-dito inserido em uma isotopia.

Outrossim, essas situações discursivizadas são reflexos da interação e da construção social do sentido. Em se tratando de discursos específicos, os quais são produzidos em contextos sociais, culturais e científicos específicos, as formas de vida demonstram a interação de sujeitos com interesses partilhados, assim essa construção é resultante da parcimônia dos interesses, das descobertas e da linguagem, que se apresenta em uma rede, como uma família de linguagem, fatores que podem contribuir na sistematização de domínios e comunidades discursivas.

Somado a isso, é necessário explorar as possibilidades de sentido e de significação resultantes das teorias do ato de fala, pois não tratam apenas da ação realizada durante a fala, mas também evidenciam a performance da linguagem durante o uso. Isso demonstra que o processo de representação está inserido em um contexto em que se aplica um ato ilocucionário atrelado a uma força ilocucionária, e essa sinergia de sentido e de significação não está sendo aproveitada pelo campo da organização do conhecimento para efetivar prática, procedimentos e métodos no tratamento da informação, já que a análise documentária se concentra no enunciado.

Assim, se o procedimento de organização do conhecimento é regido por uma força ilocucionária, então essas marcas que definem o contexto de possibilidades de significação devem ser mencionadas nos manuais e perfazerem as políticas de normalização da representação da informação.

Desse modo, torna-se produtivo evidenciar esses pressupostos nos sistemas de informação para antecipar a correlação palavras-chave e descritores, ou seja, promover o ajustamento das palavras-chave usadas para busca com os descritores utilizados para efetivar a representação. Com isso, uma vez que esses sistemas estiverem programados para ajustar a linguagem, já que a combinação entre o ato ilocucionário e a força locucionária é determinante para efetivar um ato perlocucionário, o qual representa a conduta esperada durante a busca, aumentará a estatística de recuperação eficaz.

Nesse sentido, a linguagem documentária atua como ferramenta do sistema, como força ilocucionária que determina o estrato central de busca e recuperação, porém não precisa constar como linguagem obrigatória no *input* ou no *output*, isto é, sistematizando a forma ilocucionária através de marcas modais nos comandos de recuperação e aplicando o descritor como tradução desses comandos, evita-se a discrepância presente nas escolhas lexicais presentes nas palavras-chave.

A força ilocucionária presente no processo filtra as escolhas subjetivas de termos, já que não há como controlar as escolhas lexicais pertinentes à interação humana, visto que se trata de um aspecto idiossincrático. Como solução, é possível pensar em caminhos que explorem a capacidade do sistema informacional de correlacionar os léxicos aplicados na busca com os descritores e refinar a precisão, não concentrado no léxico, mas, sim, nas suas possibilidades de sentido e significação.

Ainda sobre os desdobramentos da Pragmática, fica evidente que a interpretação perpassa por estágios de procedimentos heurísticos inicialmente, para que possa haver a atuação da hermenêutica. Contudo, por mais que haja apontamentos para realização de práticas ancoradas em discursos e efetivadas em contextos, são necessários procedimentos que demonstrem estágios em que o plano da expressão, pouco a pouco, vai se metamorfoseando em conteúdo, com isso evitar a sensação de que determinados níveis de acesso ao conteúdo é de ordem subjetiva.

Decorrente a isso, há o impacto dos fatores sociais, os quais efetivam camadas em que os símbolos adentram a uma esfera de simbologia, como também carregam os discursos de instrumentos de modelização da realidade, ou seja, essas esferas sistematizam a combinação e a aplicabilidade desses símbolos, performando discursos de modos enviesados, em que os sujeitos participantes sofrem influências dessas informações e, sem instrumentos de verificação, creem como diretrizes da verdade.

Frente a esses descompassos da significação, que caracterizam os interesses individuais, ou institucionais à frente de um bem coletivo que os sistemas informacionais não podem ser configurados como se a significação fosse neutra e como se isso não interferisse diretamente na importância dada à informação, como ainda ao seu acesso, ao seu uso e à sua instrumentalização de poder e de conhecimento.

Sendo assim, fica evidente que, por mais que as linhas da semântica e da pragmática apresentem caminhos fundamentais para o tratamento da significação, por conseguinte gerando um grande impacto nas tratativas da informação, não são suficientes para garantir práticas, procedimentos, métodos e estratégias contundentes, isonômicas e de alta precisão.

Diante dessa necessidade de acompanhar de modo mais efetivo e específico, o tratamento da significação, que perpassa pelas dimensões de contextos, pelas amplitudes dos discursos, pelas dificuldades de desdobramentos semânticos, como a polissemia, a homonímia e a ambiguidade presentes no uso do léxico, é preciso associar esses fatores já coletados e fazer uso da semiótica.

A semiótica, como a ciência do signo, apresenta em seu escopo estratégias para tratar da ação do signo, perfazendo sua relação fenomenológica com a realidade para alcançar o reconhecimento de como isso afeta a mente e gera-lhe um hábito, ou ainda, para tratar o signo manifestante em discursos, como elemento simbólico e

sensível das interações sociais, através de um percurso gerativo, o qual extrai do plano da expressão elementos imanentes capazes de conduzir a verificação dessas etapas até a contemplação do conteúdo complexo.

Arelado a isso, há ainda a aplicação do pragmatismo para estabelecer a inquirição dos elementos semióticos para garantir um caminho seguro para a interpretação, como ainda apresentar a necessidade de autoajuste frente ao devir, já que todo conhecimento, portanto toda ciência, é falível.

6.4 Caminhos linguístico-semióticos para a organização do conhecimento: diretriz teórica

A linguagem é elemento importante para a organização do conhecimento realizar suas atividades frente ao conhecimento e à informação. A linguagem está presente na aplicação de seus instrumentos, de seus processos e de seus produtos. Diante disso, esta pesquisa demonstrou que a linguagem ocupa um papel central nas atividades da organização do conhecimento, porém há circunstâncias que afetam a sua aplicação que não estão orientadas por uma teoria da linguagem.

Assim, é importante destacar aspectos pertinentes à linguagem que consistem em objetos, conceitos, procedimentos, métodos, processos, instrumentos, práticas que são próprios da natureza da organização do conhecimento. Frente a isso, esta pesquisa apresentou teorias da linguagem e da filosofia da linguagem que estudam esses objetos de modo bastante específico, visto que perfazem os interesses sobre a linguagem, logo podem oferecer recursos para refinar o tratamento da linguagem.

Somado a isso, esta pesquisa também apresentou objetos pertencentes às teorias da linguagem e à filosofia da linguagem que não estão presentes no escopo da organização do conhecimento ou foram pouco explorados, por isso não se confirmaram como recursos teóricos já consolidados no cenário da organização do conhecimento. No entanto, ao revisitar ou explorar essas teorias, esta pesquisa demonstrou pontos de conexão com a organização do conhecimento, como também que sua aplicabilidade pode ser bastante útil para atender às diversas demandas que envolvem o tratamento da informação e à necessidade de explorar o significado, o sentido e a significação.

A preocupação com os estudos sobre a linguagem no cenário da organização do conhecimento está presente, em suas atividades, desde a década de 1960. França,

Inglaterra, Espanha e Brasil se debruçaram sobre seus objetos e apresentaram fundamentações teóricas para proporcionar a adequação decorrente ao contato entre as teorias e possibilitar o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar. Assim sendo, no universo da organização do conhecimento, muitos experimentos, tentativas e desistências foram realizadas, o que permite evidenciar que a seleção das teorias acompanha os interesses teórico-científicos dos períodos em que foram introduzidas e aplicadas.

Frente ao desafio de trazer os fundamentos teóricos de um campo para atuarem em outro, a organização do conhecimento se adaptou satisfatoriamente diante das demandas e das transformações sociais, culturais, filosóficas, epistemológicas e científicas. Nessa linha, esta pesquisa realizou uma análise intensa e profunda sobre as diversas linhas de teorias da linguagem a fim de apontar aquelas que já foram introduzidas no cenário da organização do conhecimento, por conseguinte da ciência da informação, com o fito de demonstrar seu escopo de objetos e teorias.

Destarte, evidenciou-se que, com a evolução das abordagens teóricas, as teorias da linguagem também evoluíram, bem como os processos, procedimentos, métodos, práticas, técnicas, epistemes também avançaram. Sendo assim, é válido apontar que muitas das teorias da linguagem que foram inseridas e aplicadas ao logo desses anos, sofreram alterações, como outras foram superadas. Com isso, analisar como essas teorias atendem às demandas na atualidade foi um dos objetivos desta pesquisa.

Embora algumas teorias mais tradicionais ainda possam atender aos interesses da organização do conhecimento, é interessante propor a reflexão sobre novas teorias da linguagem e suas abordagens a fim de poder contribuir para o refinamento dos objetos da organização do conhecimento. Dessa forma, refletir sobre esse impacto tanto no que se refere aos sistemas de organização do conhecimento, em destaque a sistematização dos conceitos, das classificações e das linguagens documentárias, como também sobre o que se refere aos processamentos da organização do conhecimento, no que tange à análise e tratamento da informação, a leitura documental e o processo de representação da informação e como são organizados nos objetos e sistemas informacionais.

Diante disso, o resultado final desta pesquisa é a apresentação de uma diretriz teórica linguístico-semiótica para organização do conhecimento e da informação, que

sistematiza os objetos científicos da semiótica peirceana e semiótica francesa (semiótica plástica, práticas semióticas e semiótica discursiva); da semântica (lexical, da enunciação e cognitiva); e da pragmática (jogos de linguagem, atos de fala, existencial, transcendental, hermenêutica, comunicacional e semiótica) apontando caminhos para serem aplicados nos objetos da organização do conhecimento.

Somado a isso, esses fatores demonstram que há dois segmentos para tratar a informação no que tange ao sentido e à significação. O primeiro está alinhado à análise do plano da expressão e o tratamento da forma e de seu conteúdo imanente, reconhecido como o significado. O segundo está direcionado ao estudo do discurso, sob o qual recai os fatores cognitivos que permitem o acesso ao conteúdo complexo.

Em suma, os recursos voltados para o tratamento da informação no que se refere aos sistemas de organização do conhecimento estão atrelados, em primeira ação, aos elementos que tratam do plano do conteúdo complexo.

Embora haja atividades direcionadas à forma e à expressão, já que esse plano é indicador dos fatores presentes no nível de imanência, as preocupações presentes nas atividades voltadas para os sistemas de organização do conhecimento atuam com o fito de explorar a substância e compreender a profundidade ontológica, teleológica e metafísica dos seres que constituem os conceitos, por conseguinte o conhecimento. Somado a isso, a presença dos elementos que constituem o discurso e a cognição é tão importante, em destaque, pela conexão desses elementos com os domínios e sua atuação nas comunidades discursivas.

Já no que se refere aos procedimentos de organização do conhecimento, de modo geral, suas atividades visam tanto ao plano do conteúdo, visto que o conceito é o norteador das atividades que envolvem o tratamento e a representação da informação, como ao plano da expressão. Este ganha mais relevância, pois há uma grande concentração de esforços sobre a escolha da forma adequada que seja capaz de exercer seu papel de catálise. Portanto, trata-se de escolher uma forma que se manifesta através da expressão e seja a melhor opção para exercer sua função como índice de um conjunto discursivo capaz de afetar a cognição e ativar um conhecimento já realizado e incorporado nos *frames* cognitivos e ajustado ao hábito de uma mente.

Quadro 8: Quadro Síntese: Diretriz Teórica Linguístico-Semiótica para Organização do Conhecimento e da Informação

OBJETO CIENTÍFICO	TEORIA	TEÓRICO	APLICAÇÃO	APLICAÇÃO ESPECÍFICA PARA A CONTRIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR
Categorias fenomenológicas	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental • Aplicação de descritor	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; recuperação da informação; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Tríade do signo	Semiótica peirceana	Peirce	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação de descritor	inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Ícone	Semiótica peirceana	Peirce	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação de descritor	inferência; relação semântica; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; linguagem artificial; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Hipoícone	Semiótica peirceana	Peirce	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação de descritor	inferência; relação semântica; processo de representação de assunto; condensação documental; linguagem artificial; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Índice	Semiótica peirceana	Peirce	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação de descritor	inferência; relação semântica; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; linguagem artificial; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Símbolo	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação de descritor	inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero

				literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Teoria do Interpretante	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação de descritor •	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Argumento	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Políticas de Representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Semiose	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação de descritor	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Hábito Mental	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação de descritor	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Conduta	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Políticas de Representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero

				literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Pragmatismo	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Políticas de Representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Falibilismo	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Políticas de Representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Sinequismo	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Políticas de Representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; linguagem artificial; pensamento.
Tiquismo	Semiótica peirceana	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária • Políticas de Representação	Cognição; inferência; relação semântica; análise de domínio; linguagem artificial; pensamento.
Plano da expressão	Linguística estrutural	Hjelmslev	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Plano do conteúdo	Linguística estrutural	Hjelmslev	• Conceito; • Linguagem Documentária	Cognição; inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental;

				recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Forma	Semiótica peirceana; Semiótica Francesa; Semiologia; Linguística estrutural; Semântica Estrutural; Pragmática-Semiótica	Peirce; Greimas; Fontanille; Floch; Saussure; Hjelmslev; Parret	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Políticas de Representação	Cognição; inferência: relação semântica; estrutura: processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Substância	Lógica Semiótica peirceana; Semiótica Francesa; Semiologia; Linguística estrutural; Semântica Estrutural; Pragmática-Semiótica	Aristóteles; Peirce; Greimas; Fontanille; Floch; Saussure; Hjelmslev; Parret	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Políticas de Representação	Cognição; inferência: relação semântica; estrutura: processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Sensível	Lógica Semiótica peirceana; Semiótica Francesa; Pragmática - Semiótica	Aristóteles; Peirce; Greimas; Fontanille; Floch; Parret	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Políticas de Representação	Cognição; inferência: relação semântica; estrutura: processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.

Modalidades de Existência	Semiótica Francesa	Hjelmslev Greimas; Fontanille; Zilberberg	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Cognição; inferência; relação semântica, estrutura: processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Folia	Semiótica francesa	Greimas; Fontanille; Zilberberg	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Cognição; inferência; relação semântica, estrutura: processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Isotopia	Semântica estrutural	Greimas	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Políticas de Representação	Cognição; inferência; relação semântica, estrutura: processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Percurso gerativo de sentido	Semiótica narrativa	Greimas	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Cognição; inferência; relação semântica, estrutura: processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Percurso gerativo da expressão	Práticas Semióticas	Fontanille	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Cognição; inferência; relação semântica; estrutura: processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Semiótica plástica	Semiótica Plástica	Floch	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; gênero literário/narrativo;

				imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Semiossimbolismo	Semiótica Plástica	Floch	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Práticas semióticas	Práticas Semióticas	Fontanille	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Níveis de pertinência	Práticas Semióticas	Fontanille	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Níveis de imanência	Práticas Semióticas	Fontanille	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; classe de assunto; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Ethos discursivo	Práticas Semióticas	Fontanille	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.

Formas de vida	Práticas Semióticas	Fontanille	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Lexema	Semântica estrutural	Greimas	• Análise e tratamento documental; • Aplicação do descritor;	relação semântica; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Sema	Semântica estrutural	Greimas	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	relação semântica; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.
Classema	Semântica estrutural	Greimas	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	relação semântica; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.
Semema	Semântica estrutural	Greimas	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.
Sinonímia	Semântica Lexical		• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.

Antonímia	Semântica Lexical		• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Hiperonímia	Semântica Lexical		• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Inferência; relação semântica; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Meronímia	Semântica Lexical		• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Inferência; relação semântica; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Polissemia	Semântica Lexical		• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Ambiguidade	Semântica Lexical		• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Enunciado	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Beaugrande e Dressler; van Dijk	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.
Progressão temática	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Beaugrande e Dressler; van Dijk	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.

Tema	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Beaugrande e Dressler; van Dijk	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	relação semântica; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Rema	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Beaugrande e Dressler; van Dijk	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Inferência; relação semântica; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Textualidade	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Beaugrande e Dressler; van Dijk	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Narratividade	Semiótica discursiva; Linguística textual	Greimas; Fontanille; Beaugrande e Dressler; van Dijk	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Cotexto	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Beaugrande e Dressler; van Dijk	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; linguagem artificial; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Contexto	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Beaugrande e Dressler; van Dijk	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Enunciação	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Benveniste	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Dêixis	Linguística Textual;	Benveniste	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; condensação documental; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.

	Semântica da Enunciação			
Debreagem	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Benveniste	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; condensação documental; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Elementos indiciais	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Benveniste	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Catálise	Semiótica Peirceana Semiótica Francesa; Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Semântica Cognitiva; Pragmática - Ato de fala; Pragmática – Hermenêutica; Pragmática – Comunicacional; Pragmática-Semiótica Análise do discurso	Peirce; Greimas; Fontanille; Van Dijk; Ducrot; Beaugrande e Dressler; Benveniste; Lakoff; Austin; Searle; Gadamer; Habermas; Parret; Maingueneau; Foucault	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Implícito	Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Pragmática - Lógica Pragmática - Ato de fala	Van Dijk; Ducrot; Beaugrande e Dressler; Benveniste; Frege; Quine; Grice; Austin; Searle; Parret	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.

	Pragmática - Semiótica			
Pressuposto	Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Pragmática - Lógica Pragmática - Ato de fala Pragmática - Semiótica	Van Dijk; Ducrot; Beaugrande e Dressler; Benveniste; Frege; Quine; Grice; Austin; Searle; Parret	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.
Subentendido	Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Pragmática - Lógica Pragmática - Ato de fala Pragmática - Semiótica	Van Dijk; Ducrot; Beaugrande e Dressler; Benveniste; Frege; Quine; Grice; Austin; Searle; Parret	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.
Acarretamento	Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Pragmática - Lógica Pragmática - Ato de fala Pragmática - Semiótica	Van Dijk; Ducrot; Beaugrande e Dressler; Benveniste; Frege; Quine; Grice; Austin; Searle; Parret	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; recuperação da informação; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.
Implicatura	Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Pragmática - Lógica	Van Dijk; Ducrot; Beaugrande e Dressler; Benveniste;	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.

	Pragmática - Ato de fala Pragmática - Semiótica	Frege; Quine; Grice; Austin; Searle; Parret		
Discurso	Semiótica Discursiva; Análise do Discurso	Bakhtin; Maingueneau; Foucault; Greimas; Fontanille	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Figurativização	Semiótica Discursiva	Greimas; Fontanille	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Tematização	Semiótica Discursiva	Greimas; Fontanille	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Ritualização Discursiva	Semiótica Discursiva	Hjelmslev Greimas; Fontanille; Zilberberg	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Cognição; inferência; relação semântica, estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Aspectualização	Semiótica Discursiva	Greimas; Fontanille	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero

				literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Intencionalidade	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Van Dijk; Ducrot; Beaugrande e Dressler; Benveniste	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; condensação documental; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Direcionalidade	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Van Dijk; Ducrot; Beaugrande e Dressler; Benveniste	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Situacionalidade	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Van Dijk; Ducrot; Beaugrande e Dressler; Benveniste	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Frame	Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Semântica Cognitiva	Lakoff; van Dijk	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Script	Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Semântica Cognitiva	Lakoff; van Dijk	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.

Modelo	Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Semântica Cognitiva	Lakoff; van Dijk	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Esquema	Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Semântica Cognitiva	Lakoff; van Dijk	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Dispositivos de Poder	Análise do Discurso	Maingueneau; Foucault	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Dispositivos ideológicos	Análise do Discurso	Maingueneau; Foucault	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; recuperação da informação; classe de assunto; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Destratores Políticos	Análise do Discurso	Maingueneau; Foucault	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; hierarquia; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; recuperação da informação; classe de assunto; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.

Polifonia	Análise do discurso; semiótica discursiva; Gêneros Discursivos	Maingueneau; Greimas; Fontanille; Bakhtin	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Background	Linguística Textual; Semântica da Enunciação; Semântica Cognitiva	Lakoff; Searle	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Blend	Semântica Cognitiva	Lakoff	• Conceito; • Linguagem Documentária	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Prototípico	Semântica Cognitiva	Rosch	• Conceito; • Linguagem Documentária	Cognição; inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Competência procedural	Semântica Cognitiva	Lakoff	• Conceito; • Linguagem Documentária	Cognição; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Modelo Reticular	Semântica Cognitiva	Lakoff	• Conceito; • Linguagem Documentária	Cognição; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial;

				comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Linguagem patêmica	Semântica Cognitiva; Semiótica das Paixões	Greimas; Fontanille	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; processo de representação de assunto; classe de assunto; comunidade discursiva; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Jogos de linguagem	Jogos de Linguagem	Wittgenstein	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Atos de fala	Atos de Fala	Austin; Searle	• Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; análise de domínio; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Consistivo	Atos de Fala	Austin; Searle	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; gênero literário/narrativo; pensamento; leitura; leitura profissional.
Performativo	Atos de Fala	Austin; Searle	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Ato locucionário	Atos de Fala	Austin; Searle	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; gênero científico; gênero literário/narrativo; leitura; leitura profissional.
Ato ilocucionário	Atos de Fala	Austin; Searle	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; análise de domínio; gênero científico; gênero literário/narrativo; pensamento; leitura; leitura profissional.
Ato perlocucionário	Atos de Fala	Austin; Searle	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; análise de domínio; gênero literário/narrativo; pensamento; leitura; leitura profissional.

Força ilocucionária	Atos de Fala	Austin; Searle	• Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; relação semântica; estrutura; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; comunidade discursiva; gênero científico, gênero literário/narrativo; pensamento; leitura; leitura profissional.
Ser	Pragmática Existencial	Heidegger	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Cognição; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; recuperação da informação; classe de assunto; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.
Ente	Pragmática Existencial	Heidegger	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Cognição; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; recuperação da informação; classe de assunto; comunidade discursiva; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.
Existência	Pragmática Existencial	Heidegger	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental;	Cognição; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; recuperação da informação; classe de assunto; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; leitura; leitura profissional.
Hermenêutica	Pragmática Hermenêutica	Gadamer	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor; • Política de representação	Cognição; inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; recuperação da informação; classe de assunto; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Comunicacional	Pragmática Comunicacional	Habermas	• Conceito; • Linguagem Documentária • Análise e tratamento documental; • Leitura Documental; • Aplicação do descritor;	Inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Ativação da experiência	Pragmática Semiótica	Parret	• Conceito; • Linguagem Documentária	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero

				literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Experiência latente	Pragmática Semiótica	Parret	• Conceito; • Linguagem Documentária	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Experiência colateral	Semiótica peirceana; Pragmática Semiótica	Peirce	• Conceito; • Linguagem Documentária	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Conhecimento de mundo	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Beaugrande e Dressler; van Dijk	• Conceito; • Linguagem Documentária	Cognição; inferência; relação semântica; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.
Conhecimento partilhado	Linguística Textual; Semântica da Enunciação	Beaugrande e Dressler; van Dijk	• Conceito; • Linguagem Documentária	Cognição; inferência; relação semântica; estrutura; processo de extração de conceitos; processo de representação de assunto; análise de domínio; condensação documental; recuperação da informação; classe de assunto; linguagem artificial; comunidade discursiva; gênero científico; gênero literário/narrativo; imagem; música; audiovisual; pensamento; leitura; leitura profissional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do conhecimento e da informação, como parte integrante da ciência da informação, apresenta como objeto central de suas discussões o conhecimento, ou melhor, a informação que age na identificação, representação, construção e organização do conhecimento, por isso tratar dos conceitos é a atividade que demanda mais atenção e trabalho.

Nessa abordagem, a conexão conceito e conhecimento é decorrente ao acesso à informação, pois esta sedimenta o caminho, já que é a manifestação física entre o fenômeno, objeto, fato ou evento e a percepção, como também trata de elementos sociais que viabilizam as definições, descrições e classificações dos seres e das ações e permite que sejam processados pela cognição. Uma vez a informação percebida, a mente produz ações cognitivas para compreender essa mensagem e, assim, compreender a disposição desses elementos na composição das coisas do mundo.

Diante disso, esta pesquisa recupera fundamentos teóricos da linguagem que demonstram o processo cognitivo pertinentes à configuração dos conceitos, e como este atua sendo recurso de representação da realidade, como um sistema de organização de informação, como também sendo recurso de constituição e construção do conhecimento, no processo de classificação e categorização, bem como a sua compreensão.

Com isso, esta pesquisa permite a discussão e a reflexão sobre a importância dos sistemas de organização do conhecimento para elaboração dos conceitos, como também a importância da informação para efetivar as características, os atributos, as descrições, as explicações de toda a cena prática que compõe esses conceitos. Além disso, destacam-se os aspectos de descrição física e temática oriunda das atividades da organização da informação. Sendo assim, reconheceu-se que a linguagem é fundamental para que essas atividades, tanto a elaboração dos sistemas de organização do conhecimento, como as ações pertinentes aos procedimentos de organização do conhecimento.

De todo modo, essa constatação é ponto pacífico na organização do conhecimento e da informação, entretanto o tratamento da linguagem e o avanço acerca dos estudos sobre as teorias que a estudam proporcionam um rol de

contribuições, o qual pode ser confirmado através da sistematização de uma diretriz teórico que demonstra os caminhos linguístico-semióticos para contribuir com as atividades da organização do conhecimento e da informação.

Assim sendo, foi realizada uma revisão sistemática do percurso histórico, discursivo e epistemológico de algumas teorias da semântica, da pragmática e da semiótica, explorando vieses da linguística e da filosofia. Com essa revisão, foi possível apontar até que ponto a organização do conhecimento e da informação avançou em relação aos estudos da linguagem e como esses estudos perfazem as discussões acerca das atividades da organização do conhecimento, além de encaminhar novas propostas de uso e de aplicação dessas teorias da linguagem.

Nesse cenário, destaca-se que esta pesquisa revisitou as principais produções bibliográficas das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem, o que lhe permitiu evidenciar os principais segmentos, estudiosos e conceitos pertinentes à semântica, à pragmática e à semiótica. Com vistas a esse procedimento histórico-epistemológico, constatou-se a influência da linguística e da semântica de viés estruturalista, formalista e gerativista na constituição tradicional dos estudos sobre linguagem na organização do conhecimento, evidenciando que o conceito é tratado sob os aspectos sociais na constituição do valor linguístico-semântico da palavra (lexema).

Além disso, esta pesquisa apontou as contribuições da semiótica peirceana, semiótica francesa, semântica da enunciação, semântica cognitiva e da pragmática, em destaque a teoria dos jogos de linguagem, atos de fala, existência, hermenêutica, comunicacional e semiótica, para a organização do conhecimento e da informação. Outrossim, recuperaram-se trabalhos realizados na organização do conhecimento a fim de mensurar as abordagens e a profundidade do detalhamento epistemológico.

Esta pesquisa demonstrou vantagens ao se aplicar essas teorias da linguagem para a verificação do sentido e da significação, correlacionando linguagem, contexto, realidade, cognição, informação e conhecimento. Diante disso, destacam-se as abordagens que valorizam os aspectos cognitivos provenientes de semiose, hábito mental, *frames* e *blending*, que fomentam a constituição do *background*, explorando mecanismos fenomenológicos e discursivos, os quais permitem compreender a constituição do *ethos* e das formas de vida.

Decorrente à análise sobre os estudos realizados por pesquisadores da organização do conhecimento e da informação sobre a linguagem, somado aos acréscimos teóricos e epistemológicos propostos por esta pesquisa, é possível inferir

que é importante distinguir o resultado semântico advindo do plano da expressão e do plano do conteúdo, assim é necessário entender os traços léxico-semânticos do lexema e os traços semântico-discursivos do semema. Desse modo, esta pesquisa permitiu a reflexão sobre o uso da palavra como catálise e em que medida pode ser um recurso eficaz para a ativação do conhecimento através da discursividade e, assim, acessar o *background*.

Esses aspectos permitem o acesso ao conteúdo complexo, assim compreender o papel do sensível e como este se manifesta frente à constituição social do simbólico. Dessa forma, é possível pensar estratégias para que o tratamento da informação percorra os fatores presentes no enunciado, enunciação e discurso, por conseguinte que a configuração da isotopia oriente os processos de tratamento da informação e escolha dos descritores para a elaboração de objetos informacionais. Destarte, as ações, as atividades, as práticas, os procedimentos e as políticas envolvidas podem sistematizar recursos para transitar do lexema ao semema, assim evidenciar através do plano da expressão elementos constituintes do plano do conteúdo.

Por fim, esta pesquisa apresentou como resultado uma diretriz teórica linguístico-semiótica para a organização do conhecimento e da informação capaz de evidenciar como e onde atuam as teorias da semântica, da pragmática e da semiótica e, assim, é possível demonstrar segmentos que explorem a representação e a mediação da realidade, abordando desde fundamentos fenomenológicos até os aspectos discursivos.

Frente as discussões acerca das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem, esta pesquisa ratificou a importância da linguagem para as atividades da organização do conhecimento, como também demonstrou caminhos profícuos para tratar a linguagem e explorar os recursos atrelados ao significado, ao sentido e à significação.

Assim, esta pesquisa oferece instrumentalização teórica para analisa, debater, discutir, refletir sobre a importância das teorias da linguagem para nortear os processos que envolvem a linguagem e a cognição no que tange à representação e à mediação da realidade.

Somado a essas constatações, também são apresentadas estratégias de trabalho para angariar contribuições específicas, a destacar:

- Ampliar o estudo e a **análise do enunciado**, a fim ampliar o trabalho acerca da escolha dos descritores, através da identificação da composição da

isotopia, por isso propõe estratégias de análise à base de uma **isotopia informacional**;

- Desenvolver **estratégias de leitura** em que se evidenciem as marcas da enunciação e, dessa forma, reconhecer a intencionalidade, a aspectualização, o direcionamento e a situacionalidade da produção dos documentos e aplicar essas informações na elaboração de objetos informacionais;
- Reconhecer a importância da **análise do discurso** a fim de reconhecer os intertextos e os interdiscursos e, assim, demonstrar a amplitude informacional que um documento pode apresentar;
- Ademais, evidenciar, através das técnicas de análise semiótica do discurso, elementos de **modelização do conhecimento e da conduta**, como dispositivos de poder, dispositivos ideológicos e destratores políticos;
- Reconhecer o **ethos discursivo e as formas de vida** presentes nos documentos, com isso estabelecer parâmetros e diretrizes para a modelação de um *ethos* de tratamento informacional e escolhas de descritores para efetivar a atuação da política de normalização da representação informacional;
- Outrossim, correlacionar a compreensão dos domínios através do reconhecimento das **formas de vida** e do **jogo de linguagem** que se constitui na construção dos discursos, com o objetivo de correlacionar aos posicionamentos das comunidades discursivas;
- Somado a isso, aplicar o **ethos** conforme as diretrizes dos domínios e reconhecer a conduta da comunidade científica, reconhecendo a constituição do **hábito mental** e, nessa linha, direcionar um **ethos de domínio** para conduzir a formulação do **background**.
- Debater sobre as estratégias de interpretação sobre como se manifesta a subjetividade e as condições de verificação, assim evidenciar a importância do **contexto** para a construção das marcas veridictórias, bem como a importância do entendimento da evolução do **interpretante dinâmico** sobre as coisas do mundo, por conseguinte aplicando o **pragmatismo** como recurso para a correção e o ajustamento do percurso.
- Proporcionar a organização dos conceitos e de linguagem documentária à base de **frames**. Desse modo, expandindo o entendimento do conceito às ações e ao ajustamento das necessidades em devir.

- Refletir sobre os procedimentos e produtos resultantes de estratégias de representação da informação vinculados ao **plano da expressão** e a forma em seu **nível de imanência**. Além disso, explorar possibilidades de inserir, nas práticas de tratamento e representação da informação, recursos provenientes de **percursos gerativos** para acessar o **plano do conteúdo**.
- Discutir a linguagem documentária e o processo de escolha de descritores como **curadoria** cuja função é escolher **elementos indiciais**, atuantes como **catálises**, por isso capazes de recuperar todo um **discurso já-dito**. Para isso, é preciso pensar como os descritores podem provocar a **ativação de experiência latente e conhecimento partilhado** para ajustar os interesses.
- Discutir o papel da **cognição** e retomar os debates, direcionando novas abordagens conforme o acesso das novas propostas teóricas das teorias da cognição, como a semiótica, a semântica cognitiva, a linguística cognitiva, a psicologia, as teorias da mente e a neurociência.

Frente a esses apontamentos, espera-se que os resultados desta pesquisa sejam capazes de motivar e mobilizar a reflexão dos teóricos da organização do conhecimento e da informação sobre a atuação da linguagem nas atividades da organização do conhecimento e da informação. Além disso, acredita-se que a diretriz teórica sobre os caminhos linguístico-semióticos possa servir de orientação sobre os objetos, práticas, procedimentos, métodos e epistemes das teorias da linguagem e da filosofia da linguagem e como podem ser utilizados nas futuras pesquisas, estudos e projetos no campo da organização do conhecimento e da informação. Diante disso, abrem-se possibilidades de pesquisas futuras que envolvem fatores da lógica, do discurso e da cultura para fundamentar as estratégias de leitura documental e análise documentária, assim articulando os três segmentos da semiótica.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, J. Propuestas y diferencias pragmáticas em torno del lenguaje como institución: Wittgenstein y Habermas. **Discusiones Filosóficas**, vol. 13, n. 1, pp. 207-224, 2012.

ALMEIDA, C. C. Sobre o pensamento de Peirce e a organização da informação. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 11, 2010a.

ALMEIDA, C. C. Pragmatismo y semiótica de peirce en la organización de la información. **Scire**: representación y organización del conocimiento, v. 16, n. 2, 2010b.

ALMEIDA, C. C. Sobre o pensamento de peirce e a organização da informação e do conhecimento | on charles peirce and the organization of information and knowledge. **Liinc em revista**, v. 7, n. 1, 2011.

ALMEIDA, C. C. A semiótica na ciência da informação brasileira: ideias e tendências. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 12, v. 01, 2016a.

ALMEIDA, C. C. A semiótica na ciência da informação brasileira: ideias e tendências. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, 2016b.

ALMEIDA, C. C. **Semiótica documental: aspectos contextuais, teóricos e interdisciplinares**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

ALMEIDA, C. C. A semiótica na ciência da informação brasileira: ideias e tendências. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119663>. Acesso em: 22 fev. 2024.

ALMEIDA, C. C.; FARIAS, M. C. Q. S. Análise das teorias semióticas na ciência da informação brasileira: autores e teóricos. **Scire**: representación y organización del conocimiento, v. 22, n. 2, 2016.

ALMEIDA, G. M. de B. A Teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009.

ALVES, R. C. V.; MORAES, J. B. E. O modelo teórico do percurso gerativo de sentido para a elaboração de resumos de textos científicos: uma releitura do produto informacional resumo. **Isko brasil**; v.3, n.1, 2015.

ANDACHT, F. A semiótica de c. s. peirce como articulação teórica entre informação e comunicação. **Informatio**, v. 29, n. núm., 2024.

ANTONIO, D. M.; MORAES, J. B. E. O percurso gerativo de sentido aplicado à análise documental de textos narrativos de ficção: perspectivas de utilização em bibliotecas universitárias. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 10, v. 10, 2009.

ANTONIO, D. M.; MORAES, J. B. E. Análise documental de obras de ficção: a indexação na perspectiva do percurso gerativo de sentido. **Isko brasil**; v.1, 2011.

ANSCOMBRE, J-C.; DUCROT, O. **La argumentación em la lengua**. Trad. Julia Sevilla; Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

APEL, K. O. **La Transformación de la Filosofía: análisis del lenguaje, semiótica y hermenéutica**. Tomo I. Trad. Adela Cortina; Joaquin Chamorro y Jesús Conill. Madrid: Taurus Ediciones, S.A. 1985a.

APEL, K. O. **La Transformación de la Filosofía: el *a priori* de la comunidad de comunicación**. Tomo II. Trad. Adela Cortina; Joaquin Chamorro y Jesús Conill. Madrid: Taurus Ediciones, S.A. 1985b.

APEL, K. O. **Teoría de la verdad y ética del discurso**. Trad. Norberto Smilg. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A., 1991.

APEL, K. O.; DUSSEL, E.; BETANCOURT, R. F. **Fundamentación de la Ética y Filosofía de la liberación**. Trad. Luis Felipe Segura. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, S.A., 1992.

APEL, K. O.; DUSSEL, E. **Ética del discurso y ética de la liberación**. Madrid: Editorial Trotta, S.A., 2004.

ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 57–79, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/19120>. Acesso em: 24 fev. 2024.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2012.

ARISTÓTELES. **Categorias**. Trad. Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2020.

ARMENGAUD, F. **A Pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

AUSTIN, J. L. **Philosophical Papers**. Glasgow: Oxford University Press, 1961.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AUSTIN, J. L. **Sentido e percepção**. Trad. Armando Manuel Mora de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2021.

BAKHTIN, M. M. [V. N. Volochínov] **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. M. **Os Gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAPTISTA, F.; ALMEIDA, C. C.; FERNEDA, E. Elementos da teoria semiótica da percepção de peirce para o desenvolvimento de interfaces de recuperação da informação. **Scire: representación y organización del conocimiento**, v. 23, n. 2, 2017.

BAR-HILLEL, Y. **Pragmatics of natural languages**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1971.

BARBISAN, L. B. Semântica Argumentativa. In.: **Semântica, semânticas: uma introdução**. Celso Ferrarezi Junior; Renato Basso (Org.). São Paulo: Contexto, 2019.

BARITÉ, M. **Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual em Bibliotecología y Documentación**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2001.

BARITÉ, M. **Diccionario de Organización del Conocimiento: Clasificación, Indización, Terminología**. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 8, n. 4, 1994.

BARROS, C. M.; CAFE, L. M. A. Estudos da semiótica na ciência da informação: relatos de interdisciplinaridades. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 3, 2012.

BARROS, C. M.; CAFE, L. M. A.; LAPLANTE, A. Análise semiótica da informação musical e as implicações para a organização do conhecimento. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 12, v. 01, 2016

BARROS, D. L. P. Estudos do discurso. In.: **Introdução à linguística II: princípios de análise**. José Luiz Fiorin (Org.). 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

BARROS, D. L. P. **Teoria Semiótica do texto**. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.

BARTHES, R. **La aventura Semiológica**. Trad. Ramón Alcalde. 2. ed. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

BARTHES, R. **Sistema da Moda**. Trad. Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1999.

BARTHES, R. **S/Z**. Trad. Nicolás Rosa. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

BARTHES, R. **O império dos signos**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. Trad. Izidoro Blinkstein. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

BARTHES, R. **Mitologias**. Trad. Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitzer. 8. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2019.

BASSO, R. Semântica Formal. In: **Semântica, semânticas: uma introdução**. Celso Ferrarezi Junior, Renato Basso. São Paulo: Contexto, 2019.

BEAUGRANDE, R-A.; DRESSLER, W. U. **Introducción a la lingüística del texto**. Trad. Senastián Bonilla. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

BELUCHE, R. Terminologia e linguagem documentária: uma perspectiva histórica. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 22, n. 2, 2008.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística General II**. Trad. Juan Almela. 15. ed. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1999.

BENVENISTE, E. **Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)**. Trad. Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística Geral I**. Trad. Maria da Glória Navak; Maria Luisa Neri. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

BERWIC, R. C.; Chomsky, N. **Por que apenas nós? Linguagem e evolução**. Trad. Gabriel de Ávila Othero; Luisandro Mendes de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

BISCALCHIN, R.; SILVEIRA, F. J. N. Os sistemas de organização do conhecimento e os desafios frente a geração google. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas** (Portugal), v., n. 11, 2019.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. O uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, 2010.

BORKO, H. (1968), Information science: What is it?. **Amer. Doc.**, v.19, p. 3-5, 1968. Acesso: <https://doi.org/10.1002/asi.5090190103>, em 23 fev 2024.

BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. In.: Mussalim, F.; Bentes, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**, v.3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 9, 2008, São Paulo, Anais... São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BUFREM, L. S.; GABRIEL JUNIOR, R. F. A apropriação do conceito como objeto na literatura periódica científica em ciência da informação. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, 2011.

BUNGE, M. **Dicionário de filosofia**. Trad. Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CABRÉ, M. T. **La terminología: teoría, metodología, aplicaciones**. Trad. Carles Tebé. Barcelona: Editoria Antártida/Empúres, 1993.

CABRÉ, M. T. Theories of terminology. **Terminology**, v. 9, n. 2, p. 163-199, 2003. Acesso em 24 de fevereiro de 2024.

CAFÉ, L. M. A.; LACRUZ, M. C. A.; BARROS, C. M. Organização do conhecimento: análise conceitual. **Actas del X Congreso de ISKO-España**. Ferrol 20 de junio-1 de julio de 2011; 2012: 283-302. ISBN: 978-84-9749-535-6. Acesso: 24 mar 2024.

CAMOSSI, G.; FUJITA, M. S. L.; TARTAROTTI, R. C. D.; RODAS, C. M. As técnicas de Search Engine Optimization e os elementos da indexação no processo de ranqueamento em mecanismos de busca. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, 2023. DOI: 10.1590/1808-5245.29.124785. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/124785>. Acesso em: 8 jul. 2024.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B.; CARDOSO (TRAD.), A. M. P.; Ferreira (TRAD.), M. da G. A.; AZEVEDO (TRAD.), M. A. de. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 8 No 1, n. 1, 2015.

CARLAN, E.; BRASCHER, M.; MEDEIROS, M. B. B. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 4 No 2, n. 2, 2011.

CARNAP, R. **Logical Syntax of Language**. London: The Internacional Library of Philosophy, 1937.

CARNAP, R. **Studies in semantics: formalization of logic**. Massachusetts: Harvard University Press, 1943.

CARNAP, R. **Studies in semantics: introduction to semantics**. Massachusetts: Harvard University Press, 1948.

CARNAP, R. **The Logical structure of the World and pseudoproblems in Philosophy**. California: University of California Press, 1967.

CARNAP, R. **Significato e necessità**. Trad. Alessandro Berra. Firenze: La Nuova Italia, 1976.

CARNAP, R.; BAR-HILLEL, Y. **An outline of a Theory os Semantic Information**. Massachusetts: Research Laboratory of Electronics, 1952.

CASELI, H.; FREITAS, C.; VIOLA, R. Processamento de linguagem natural. **Sociedade Brasileira de Computação**, 2022.

CERVANTES, BMN; FUJITA, MSL; NARDI, MIA Pesquisa terminológica para a elaboração de linguagem documentária. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 5, v. 05, 2003.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário da análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

CHAUMIER, J. **As técnicas documentais**. Trad. Jorge de Sampaio. Apartado 8, Portugal: Publicações Europa-Amperica, 1974.

CHIERCHIA, G.; McCONNELL-GINET, S. **Meaning and Grammar: An Indroduction to Semantics**. London: The MIT Press, 1990.

CHIERCHIA, G. **Dynamics os Meaning: Anaphora, Pressupposition, and the Theory of Grammar**. Chigago: The University of Chicago Press, 1995.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Trad. Luiz Arthur Pagani; Lígia Negri; Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CHIERCHIA, G. **Logic in Grammar: Polarity, Free Choice, and Intervention**. United Kingdom: Oxford University Press, 2013.

CHOMSKY, N. **Aspectos de la teoría de la sintaxis**. Trad. C. P. Otero. Madrid: Aguilar, 1976.

CHOMSKY, N. **Sintáctica y Semántica en la gramática gerativa**. Trad. Carlos-Peregrín Otero. México: Siglo Veintiuno editores, SA, 1979.

CHOMSKY, N. **La arquitectura del lenguaje**. Trad. Miguel Martínez-Lage; Eugenia Vázquez Nacarino. México: Titivillus, 2000.

CHOMSKY, N. **Linguagem e responsabilidade**. Trad. Mario Leite Fernandes. São Paulo: JSN Editora, 2007.

CHOMSKY, N. **Linguagem e mente**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2009a.

CHOMSKY, N. **Reflexões sobre a linguagem**. Trad. Mario Leite Fernandes. São Paulo: JSN Editora, 2009b.

CHOMSKY, N. **A ciência da linguagem: conversas com James McGilvray**. Trad. Gabriel de Ávila Othero; Luisandro Mendes Souza; Sérgio de Moura Menuzzi. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

CHOMSKY, N. **Estruturas Sintáticas**. Trad. Gabriel de Ávila Othero; Sérgio de Moura Menuzzi. Rio de Janeiro: Vozes, 2018a.

CHOMSKY, N. **Sobre natureza e linguagem**. Trad. Marylene Pinto Michael. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2018b.

CINTRA, A. M. M. Elementos de Linguística para estudos de indexação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/190>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (org.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, p. 28-35, 1987.

CINTRA, A. M. M. et al. Do termo ao descritor: estudo exploratório. **Revista de Comunicações e Artes**, São Paulo, 1993.

CINTRA, A. M et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 1994.

COLAPIETRO, V. M. **Glossary os semiotics**. New York: Paragon House, 1993.

CONTANI, M. L.; BARTALO, L. Semântica e pragmática do termo competência em informação. **Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação**; v.19, n.19, 2018.

CORDOVIL, V. R. S.; FRANCELIN, M. M. Organização e representação da informação e do conhecimento e a modelagem do sistema teórico de informação e conhecimento. **Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação**; v. 23, 2023.

COSERIU, E. **Principios de Semântica Estrutural**. Trad. Marcos Martínez Hernández. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1981.

COSERIU, E. **Introducción a la Lingüística**. Trad. Dámaso Alonso. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1986.

COSERIU, E. **El Hombre y su Lenguaje: estudios de teoría y metodología lingüística**. Trad. Marcos Martínez Hernández. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1991.

COYAUD, M. **Introduction a l'étude des languages documenraires**. Paris: Klincksieck, 1966.

CRUSE, D. A. **Lexical semantics**. New York: Cambridge textbooks in linguistics, 1986.

CRUZ, M. C. A.; FUJITA, M. S. L.; RIO-BRANCO, L. B. P. **Linguagem de indexação no contexto da política de indexação: estudo em bibliotecas universitárias**. In: ISKO BRASIL, 01., 2017. **Anais [...]** IV ISKO Brasil, 2017.

CULICOVER, P. W.; JACKENDOFF, R. **Simpler Syntax**. New York: Oxford University Press Inc., 2005.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, I. M. R. F. Análise Documentária. In: SMIT, J. W. (coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. 2.ed. p.39-62.

CUNHA, I. M. R. F. (Org.) **Análise Documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (Febab), 1989. v. 1. 191 p.

CUNHA, I. M. R. F. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: Edusp, 1990.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 7, n. 2, dec. 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 4 jun. 2024.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: Its scope and possibilities. **Knowl. Org.** v. 20, n.4, p. 211-222, 1993.

DAHLBERG, I. Current trends in knowledge organization. In: Garcia Marco, F. J. (org.). **Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza. p. 7-25, 1995.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: A new science?. **Knowl. Org.** v. 33, n.1, p. 11-19, 2006.

DAHLBERG, I. Brief Communication: What is Knowledge Organization. **Knowl. Org.** v. 41, n.1, p. 85-91, 2014.

DE WALL, C. **Sobre Pragmatismo**. Trad. Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. **Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias**. Bauru: UNESP/FAAC, 2008.

DOWTY, D. R. **Word meaning and Montague grammar: The Semantics of verbs and times in Gerative Semantics and in Montague's PTQ**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1979.

DOWTY, D. R.; WALL, R. E.; PETERS, S. **Introduction to Montague Semantics**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1981.

DOWTY, D. R.; KARTTUNEN, L.; ZWICKY, A. M. **Natural language parsing: Psychological, computational, and theoretical perspectives**. London: Cambridge University Press, 2005.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. Trad. Izidoro Blikstein *et al.* 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes Editores, 2020.

DUCROT, O. **Qu'est-ce que le structuralisme?: Le structuralisme en linguistique**. Paris: Éditions du Seuil, 1968.

DUCROT, O.; TODOROV T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. Trad. Alice Kyoko Miyashiro *et al.* 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DUTRA, L. H. A. **Pragmática da investigação científica**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

ENNE, A. L. S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. Comunicação & Informação, v. 7, n. 2, 2004.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las “Primeras Jornadas sobre Organización del Conocimiento: Organización del Conocimiento e Información Científica”. **Scire: representación y organización del conocimiento**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 149–157, 1995. DOI: 10.54886/scire.v1i1.1038. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1038>. Acesso em: 27 mar. 2024.

EVANGELISTA, I. V.; GUIMARAES, J. A. C.; ALMEIDA, C. C. A semiótica como subsídio para a representação do conhecimento: uma análise conceitual sobre o tema. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 15, 2014.

FARIAS, M. C. Q. S.; ALMEIDA, C. C. A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento: uma análise teórico conceitual. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v.15, 2014.

FARIAS, M. C. Q. S.; ALMEIDA, C. C. Antropossemiose e o desenvolvimento de linguagens: breve reflexões para organização do conhecimento. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 18, v. 18, 2017.

FARIA, M. I.; PERICÃO, M. G. **Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico**. São Paulo: Almedina, 2008.

FAUCONNIER, G. **Mental Spaces: Aspects of meaning construction in natural language**. Massachusetts: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The way we think: Conceptual blending and the mind's Hidden complexities**. New York: AGaramond by the Perseus Books Group, 2002.

FELTES, H. P. M. **Semântica Cognitiva: ilhas, pontes e telas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FERNEDA, E. Recuperação de Informação: a representação do subjetivo. In: JORENTE, M. J. V.; SEGUNDO, R. S.; MONTOYA, J. A. F.; MARTÍNEZ-ÁVILLA, D.; NAKANO, N. (org.) **Curadoria Digital e Gênero na Ciência da Informação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 193-209. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-142-3.p193-209>.

FERRAREZI JUNIOR, C. **Semântica**. São Paulo: Parábola, 2019.

FERREIRA, M. **Semântica: uma introdução ao estudo formal do significado**. São Paulo: Contexto, 2022.

FERREIRA, M. S. Linguagem e representação: considerações no universo da ciência informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 11, n. 3, 2013.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 2001.

FIORIN, J. L. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: Beth Brait e Maria Cecília Souza-e-Silva (Orgs.). **Texto ou Discurso?**. São Paulo: Contexto, 2012.

FLORES, V. N. *et al.* **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2022.

FLOCH, J. M. **Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit: pour une sémiotique plastique**. Amsterdam: Hadés-Benjamins, 1985.

FODOR, J. A. **The language of thought. Hassocks**. Sussex: The Harvester Press, 1976.

FODOR, J. A. **The modularity of Mind**. 12. ed. Massachussets: The MIT Press, 1983.

FODOR, J. A. **El lenguaje del pensamiento**. Trad. Jesús Fernández Zulaica. Madrid: Alianza Editorial, SA, 1984.

FODOR, J. A. **Mente e linguaggio**. Trad. Francesco Ferretti. Bari: Editori Laterza, 2014.

FONTANILLE, J. Práticas semióticas: a imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: **Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias**. Org. Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz, Jean Cristtus Portela. Bauru: UNESP/FAAC, 2008a.

FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso: balanço e perspectivas**. Trad. Jean Cristtus Portela; Matheus Nogueira Schwartzmann. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, v.6. n.1, 2008b. Disponível em: <https://doi.org/10.21709/casa.v6i1.951>. Data de acesso: 15 dez 2022.

FONTANILLE, J. **Semiótica y literatura: ensayos de método**. Trad. Desiderio Blanco. Lima: Universidad de Lima, Fondo Editorial, 2012.

FONTANILLE, J. **Formas de vida**. Trad. Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, 2015.

FONTANILLE, J. **Práticas semióticas**. Trad. Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, 2016.

FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. Trad. Jean Cristtus Portela. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FRANCELIN, M. M.; KOBASHI, N. Y. Concepções sobre o conceito na organização da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 40, n. 2, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1311>. Acesso em: 21 ago. 2021.

FREGE, G. Sense and Reference. **The Philosophical Review**, vol. 57, n. 3, pags. 209-230, <http://links.jstor.org/sici?sici=0031-8108%28194805%2957%3A3%3C209%3ASAR%3E2.0.CO%2B2-X>, 1948.

FREGE, G. **Fundamentos de la Aritmética: Investigación lógico-matemática sobre el concepto de número**. Trad. Ulises Moulines. 2. ed. Barcelona: Editorial Laia, 1973.

FREGE, G. **Estudios sobre semántica**. Trad. Jesus Mosterin. Barcelona: EDICIONES ARIEL, 1984.

FREGE, G. **Investigações lógicas**. Trad. Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2002.

FREGE, G. **Lógica e Filosofia da linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FREGE, G. **Conceitografia: uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a aritmética**. Trad. Paulo Alcoforado, Alessandro Duarte, Guilherme Wyllie. Seropédica, RJ: PPGFIL-UFRRJ, 2018.

FUJITA, M. S. L. A linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral. Revista Conhecimento em Ação, v. 1, n. 1, 2016.

FUJITA, M. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37946>>. Acesso em: 6 set. 2022.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramaZero**, v. 5, n. 4, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6568>. Acesso em: 6 set. 2022.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramaZero**, v. 7, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5926>>. Acesso em: 6 set. 2022.

FUJITA, M. S. L.; BOCCATO, V. R. C.; RUBI, M. P. O contexto de indexação para catalogação de livros usando uma abordagem sociocognitiva. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 22–40, 2011. DOI: [10.36311/1981-1640.2010.v4n2.01.p22](https://doi.org/10.36311/1981-1640.2010.v4n2.01.p22). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/485>. Acesso em: 5 jul. 2024.

FUJITA, M. S. L.; GIL LEIVA, I. Avaliação da indexação por meio da recuperação da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.50-66, jan./abr., 2014.

GADAMER, H-G. **Philosophical Hermeneutics**. Trad. Davis E. Linge. Berkeley: University of California Press, 1977.

GADAMER, H-G. **Verdade e método**. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

GADAMER, H-G. **Estética y hermenéutica**. Trad. Antonio Gómez Ramos. 2. ed. Madrid: Editorial Tecnos S.A., 1998.

GADAMER, H-G. **El movimiento fenomenológico**. Trad. Rogelio Rovira et al. Madrid: Editorial Síntesis S.A., 2016.

GANDIER, A. M. A contribuição do percurso gerativo de sentido para a organização do conhecimento. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 12, v. 01, 2016.

GANDIER, A. M.; PINHO, F. A. A importância da semântica discursiva para a análise documental: um estudo em texto ficcional. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2018. DOI: 10.36311/1981-

1640.2018.v12n2.03.p13. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7897>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Linguística Documental: Aplicacion a la Documentacion de la Comunicación Social**. Mitre: Barcelona, Espanha, 1984.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Teoria de la indización: nuevos parámetros de investigación. **Trans-in-fornação**, v.1, n. 2, p. 147-159, maio/ago.,1989. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22889>. Acesso em: 23 jun. 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Estructura lingüística de la documemación**: teoría y método. Murcia: Universidad de Murcia, 1990.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Análisis documental del discurso periodístico**. Madrid: CTD, S.A., 1992.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Tratamiento y análisis de la documentación. En: VIZCAYA ALONSO, D. (comp). **Selección de lecturas**: Fundamentos de la organización de la información. La Habana: Universidad de La Habana, 2002.

GARCIA, J. C. R. Conferências do georgia institute of technology e a ciência da informação: "de volta para o futuro". **Informação & Sociedade**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2002. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/153>. Acesso em: 24 ago. 2024.

GARDIN, J.-C. Elements d'un modele pour la description des lexiques documentaires. **Bulletin des Bbliothèques de France**, n. 5, p.171-182, 1966. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1966-05-0171-001> Acesso em: 02 julho 2024.

GARDIN, J.-C. Document Analysis and Línquistic theory. **The Journal of Documentation**, v. 29, n. 2, p. 137-168, 1973. DOI: <https://doi.org/10.1108/eb026553>. Acesso em: 02 julho 2024.

GARDIN J.-C. **Les analyses de discours**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1974.

GATTO, A. C.; ALMEIDA, C. C. Semiótica e indexação de filmes no brasil: uma revisão de literatura. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n., 2023.

GATTO, A. C.; MARTINES, A. R.; ALMEIDA, C. C. Leitura documental no processo de indexação: possíveis contribuições da linguística funcional. **Informação & Sociedade**, [S. l.], v. 33, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/67388>. Acesso em: 17 nov. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2023.

GIL LEIVA, I. La investigación en indización y resumen en España. Educación y biblioteca: **Investigación en Biblioteconomía II**, v. 9, n. 83, p. 40-43, 1997.

GIL LEIVA, I. **La automatización de la indización: propuesta teórica-metodológica. Aplicación en el área de biblioteconomía y documentación**. Murcia: Servicio de Publicaciones, 1998.

GNOLI, C. Phylogenetic classification. **KO KNOWLEDGE ORGANIZATION**, v. 33, n. 3, p. 138-152, 2006. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

GNOLI, C. Ten long-term research questions in knowledge organization. **KO KNOWLEDGE ORGANIZATION**, v. 35, n. 2-3, p. 137-149, 2008. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

GNOLI, C. Classifying phenomena, part 4: Themes and rhemes. **KO KNOWLEDGE ORGANIZATION**, v. 45, n. 1, p. 43-53, 2018. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

GOMES, D. L.; BARROS, T. H. B. A construção do discurso em ontologias: um estudo com base na semiótica discursiva. **Informação & Informação**, v. 24, n. 3, 2019.

GONZALEZ, M. Uma leitura pragmática da informação. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v.13, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Validade científica: da epistemologia à política e à ética | scientific validity: from epistemology to politics and ethics. **Liinc em revista**, v. 11, n. 2, 2015. DOI: [10.18617/liinc.v11i2.816](https://doi.org/10.18617/liinc.v11i2.816) Acesso em: 22 fev. 2024.

GONZÁLES DE GOMEZ, M. N. Negociações semiósico-tecnológicas da informação: a vez da pragmática. **Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação**; v.20, n.20, 2019.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Trad. Ana Cristina Cruz Cezar et al. Petrópolis: Vozes, 1975.

GREIMAS, A. J. **Semântica Estrutural: Pesquisa de Método**. Trad. Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. 2. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. **Semiótica das paixões**. São Paulo: editora Ática, 1993.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GRICE, P. **Studies in the way of words**. Massachussetts: Harvard University Press, 1989.

GRICE, P. **The conception of valeu**. New York: Clarendon Press, 1991.

GRICE, P. **Aspects of Reason**. New York: Clarendon Press, 2001.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens Teóricas em tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. In: GARCIA MARCO, Francisco Javier. (org.) **Avances y perspectivas en sistemas de información y de documentación**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2009, pp. 105-117.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 77–99, 2011. DOI: 10.26512/rici.v1.n1.2008.940. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/940>. Acesso em: 6 jan. 2025.

GUIMARÃES, J. A. C.; MOREIRO-GONZALEZ, J. A.; ALENCAR, M. F. **Uma análise documental no universo científico dos ENANCIBs: elementos para uma análise de domínio**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2012. **Anais [...]** XIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2012.

GUIMARÃES, J. A. C.; MATOS, D. F. O.; SANTOS, A. Y.; SALES, R. A dimensão conceitual da organização do conhecimento no universo científico da ISKO: Uma análise de domínio a partir dos congressos da ISKO-Brasil, ISKO-Espanha, ISKO-América Do Norte e ISKO-França. **Scire. Representación y organización del conocimiento**, v. 21, n. 2, p. 13-26, 2015.

HABERMAS, J. **Communication and the Evolution of Society**. Trad. Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1979.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Trad. Manuel Jiménez Redondo. 3. ed. Madrid: Catedra Teorema, 1997.

HABERMAS, J. **On the pragmatics of social interaction: preliminary studies in the theory of communicative action**. Trad. Barbara Fultner. Massachusetts: MIT Press, 2000.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. Vol.1. Trad. Flávio Beno Stebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. Vol.2. Trad. Flávio Beno Stebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Parte I. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schiback. 15.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005a.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Parte II. Trad. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schiback. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005b.

HÉNAULT, A. **História concisa da semiótica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

HIDER, P. The Terminological and Disciplinary Origins of Information and Knowledge Organization. **Education for Information** 34, n.º 1: 135-61, copyright 2018, com permissão da IOS Press. Esta publicação está disponível na IOS Press através de <https://doi.org/10.3233/EFI-180165>, 2020. Acesso em: 20 de abr. 2025.

HJELMSLEV, L. **La catégorie des cas: Étude de grammaire Générale**. München: Wilhelm Fink Verlag, 1972.

HJELMSLEV, L. **Essais Linguistiques II**. Copenhagen: Nordisk Sprog-og Kulturforlag, 1973.

HJELMSLEV, L. **Sistema Lingüístico y Cambio Lingüístico**. Trad. Berta Pallares de R. Arias. Madrid: Editorial Gredos, 1976.

HJELMSLEV, L. **Ensaio Linguísticos**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.

HJELMSLEV L. **Prolegômenos a uma teoria da Linguagem**. Trad. J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowl. Org.** v. 35, n.2-3, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B. Concept Theory. **Journal of the American society for information science and technology**, v. 60, n.8, p. 1519-1536, 2009.

HJØRLAND, B. Theories of Knowledge Organization: Theories of Knowledge. **Knowl. Org.** v. 40, n.3, p. 169-181, 2013.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization (KO). **Knowl. Org.** v. 43, n.6, p. 475-484, 2016.

HYLTON, P. **Quine: Arguments of the Philosophers**. New York: Routledge, 2007.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files**. Washington: Council on Library and Information Resources, 2000.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBRI, I. A. **Kósmos noetós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce**. São Paulo: Paulus, 2015.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

IZQUIERDO ARROYO, J. M. **Esquemas de lingüística documental**. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1990. Tomo I.

JACKENDOFF, R. S. **Semantic Interpretation in Generative Grammar**. Massachussets: The MIT Press, 1972.

JACKENDOFF, R. S. **Semantics and Cognition**. Massachussets: The MIT Press, 1985.

JACKENDOFF, R. S. **Consciousness and the computational mind**. Massachussets: MIT Press, 1987.

JACKENDOFF, R. S. **Semantics Structures**. London: The MIT Press, 1990.

JACKENDOFF, R. S. **Patterns in the mind: language and human nature**. New York: BasicBooks, 1994.

JACKENDOFF, R. S. **Languages of the mind: essays on mental representation**. Massachussets: MIT Press, 1995.

JACKENDOFF, R. **Foundations of language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution**. New York: Oxford University Press Inc., 2002.

JACKENDOFF, R. **A user's guide to thought and meaning**. New York: Oxford University Press, 2012.

KENEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2016.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor: Aspectos cognitivos da leitura**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2002.

KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. **INFORMARE – Cadernos do programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, 1996.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramZero**, v. 8, n. 6, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6666>. Acesso em: 25 maio 2024.

KOBASHI, N. Y.; FERNANDES, J. C. (2009). Pragmática linguística e organização da informação. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v.10, n.10, 2009.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018a.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018b.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2004

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSELLECK, R. **Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LABINAZ, P. Profili Paul Grice. **APhEX – Portale Italiano di filosofia analitica**, v.1, n. 6, p. 309-345, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKOFF, G. **Women, Fire and Dangerous Things: What categories reveal about the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

LAKOFF, G. **Don't think of an Elephant! Know your values and frame the debate**. Unites States: Chelsea Green Publishing Company, 2004.

LAKOFF, G. **Ten lectures on cognitive linguistics**. Leiden: BRILL, 2018.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. Conceptual Metaphor in everyday language. **The Journal of Philosophy**, v.77, n.8, p. 453-486, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaforas de la vida cotidiana**. Trad. Jose Antonio Millan; Susana Narotzky. 8. ed. Madrid: Catedra Teorema, 2009.

LARA, M. L. L. G. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v22i3.480>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

LARA, M. L. L. G. Metodologias para a construção de linguagem documentária políticas culturais. . **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 2, 1995.

LARA, M. L. L. G. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramaZero**, v. 2, n. 6, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5294>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

LARA, M. L. L. G. Tesouro: linguagem de representação da memória documentária. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 2, 2003.

LARA, M. L. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-37862004000300003>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

LARA, M. L. L. G. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, 2004b. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v33i2.1050>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

LARA, M. L. L. G. Novas relações entre terminologia e ciência da informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **DataGramaZero**, v. 7, n. 4, 2006a.

LARA, M. L. L. G. É possível falar em signo e semiose documentária? **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, 2006b. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2006v11nesp3p18>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

LARA, M. L. L. G. Informação, informatividade e linguística documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramaZero**, v. 9, n. 6, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6550>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

LARA, M. L. L. G. **Linguística Documentária: seleção de conceitos**. Tese (Livre Docência em Análise Documentária) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.27.2019.tde-21112019-191517>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

LARA, M. L. L. G. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo temma. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 92-121, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2011v16n2p92>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

LARA, M. L. L. G. Propostas de tipologias de KOS: uma análise das referências de formas dominantes na organização do conhecimento. **Encontros Bibli**, v. 20, n. esp. 1, p. 89-107, fev. 2015. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

LARA, M. L. L. G.; TALAMO, M. F. G. M. Lingüística documentária e terminologia: experiência didática na interface das disciplinas. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 7, 2006.

LARA, M. L. L. G.; TALAMO, M. F. G. M. Uma experiência na interface lingüística documentária e terminologia. **DataGramaZero**, v. 8, n. 5, 2007.

LARA, M. L. L. G.; MENDES, L. C. Referências socioculturais nos sistemas de organização do conhecimento. **IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, v. 3, n. esp, 2014.

LENZ, P. Semântica Cognitiva. In.: **Semântica, semânticas: uma introdução**. Celso Ferrarezi Junior; Renato Basso (Org.). São Paulo: Contexto, 2019.

LEVIN, B.; PINKER, S. **Lexical and Conceptual Semantics**. Massachusetts: Blackweel Publishers, 1992.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. **Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface**. Massachusetts: The MIT Press, 1995.

LEVIN B., RAPPAPORT HOVAV, M. **Argument Realization**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2005.

LEVINSON, S. C. **Pragmática**. Trad. Luís Carlos Borges; Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LIMA, G. A. **Da Organização Do Conhecimento à Recuperação Da Informação: Teorias E Técnicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

LIMA, G. A. B. O.; MACULAN, B. C. M. S. Estudo comparativo das estruturas semânticas em diferentes sistemas de organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 1, 2017.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lilian (org.) **Organização da Informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4Editores, 2012.

LISTON, G. **Carnap: lógica, linguagem e ciência**. Campinas: Editora PHI, 2015.

LOGAN, R. K. **Que é informação?: a propagação da informação na biosfera, na simbologosfera, na econosfera**. Trad. Adriana Braga. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2012.

LÓPEZ YEPES, J.; GARCIA, J. R. **¿Qué es Documentación?** Teoria e História del concepto em España. SÍNTESIS: Madrid, Espanha, 1993

LÓPEZ YEPES, J. **La Documentacion como disciplina: Teoria e História**. 2. ed. EUNSA: Navarra, Espanha, 1995.

LYONS, J. **Linguistique Générale: Introduction à la linguistique théorique**. Trad. Françoise Dubois-Charlier; David Robinson. Paris: Larousse, 1970.

MACHERY, E. **Doing without concepts**. New York: Oxford University Press, 2009.

MACULAN, B. C. M. S.; LIMA, G. A. B. O. Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, 2017.

MAI, J-E. Organization of knowledge: An interpretive approach. In: **Proceedings of the Annual Conference of CAIS/Actes du congrès annuel de l'ACSI**. 1998. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

MAI, J-E. A postmodern theory of knowledge organization. In: **Proceedings of the ASIS Annual Meeting**. 1999a. p. 547-56. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

MAI, J-E. Deconstructing the indexing process. **Advances in Librarianship**, v. 23, p. 269-298, 1999b. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

MAI, J-E. **The subject indexing process: an investigation of problems in knowledge representation**. The University of Texas at Austin, 2000a. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

MAI, J-E. Likeness: A pragmatic approach. **ADVANCES IN KNOWLEDGE ORGANIZATION**, v. 7, p. 23-27, 2000b. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

MAI, J-E. The Organization of Information. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 51, n. 5, p. 492, 2000c. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

MAI, J-E. Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process. **Journal of documentation**, v. 57, n. 5, p. 591-622, 2001. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

MAI, J-E. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information processing & management**, v. 41, n. 3, p. 599-611, 2005. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

MAIA, M. **Psicolinguística, psicolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2015

MAIMONE, G. D. Tópicos de análise documentária introdução à análise documentária. In: SILVA, J. F. M. (org.); PALETTA, F. C. (org.). **Tópicos para o ensino de biblioteconomia - volume 2**. São Paulo (SP): Eca-usp, 2019.

MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, M. F. G. M. Linguística e terminologia: contribuições para a elaboração de tesouros em ciência da informação. **DataGramaZero**, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7356>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. **Variações sobre o ethos**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

MARGOLIS, E.; LAURENCE, S. **Concepts: core readings**. Massachusetts: The MIT Press/A Bradford Book, 1999.

MARTELETO, R. M.; RIBEIRO, L. B.; GUIMARÃES, C. Informação em movimento: produção e organização do conhecimento. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 69–80, 2007. DOI: 10.15448/1984-7289.2002.1.88. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/88>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MARTINES, A. R. **Linguística e Semiótica Documentária: Contribuição das teorias da linguagem**. 2020. 320 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2020.

MARTINES, A. R. Ciência da Informação e seus paradigmas: a presença da linguagem na organização do conhecimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 19, p. 1–29, 2023. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1924>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MARTINES, A. R.; OLIVEIRA, L. P.; SABBAG, D. M. A. Subjetividade, conceito e representação da informação. **Isko brasil**; v.6, n.1, p. 11-18, 2019.

MARTINES, A. R.; ALMEIDA, C. C. A linguagem documentária e o signo: uma análise sobre termo e conceito. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 697–728, 2021a. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n3p697. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43409>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MARTINES, A. R.; ALMEIDA, C. C. Organização do conhecimento e a significação: contribuições da linguística documentária e da semiótica documentária. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 21, v. 21, 2021b.

MARTINES, A. R.; MOREIRA, W.; ALMEIDA, C. C. Do signo ao tesouro: contribuição de três correntes da linguagem. **Ciência da Informação**, v. 51, n. 1, p. 31-54, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v51i1.5543>. Acesso: 16 julho de 2024.

MARTINES, A. R.; ALMEIDA, C. C. Linguística documental e semiótica documental: percurso espanhol. **Em Questão**, v., n. online, 2022.

MARTINES, A. R.; ALMEIDA, C. C. Fundamentos lingüísticos de la indización: una revisión. **Scire: representación y organización del conocimiento**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 25–37, 2023. DOI: 10.54886/scire.v29i2.4913. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4913>. Acesso em: 24 feb. 2024.

MARTINES, A. R.; GATTO, A. C.; ALMEIDA, C. C. Noção de texto e representação da informação: uma aplicação à base da semiótica discursiva. Revista EDICIC, v. 3, n. 2, 2023.

MARTINES, A. R.; ROSA, G. T. R.; ALMEIDA, C. C. A relação pragmática entre domínio e documento na representação da informação. Revista EDICIC, v. 3, n. 2, 2023.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MEDEIROS, J. S. A construção do conceito: aproximações complementares entre a análise de michel foucault e ingetrout dahlberg the construction of the concept: complementary approaches between the analysis of michel foucault and ingetrout dahlberg. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 15, n. 2, 2010.

MEILLET, A. **Como as palavras mudam de sentido**. Org. e Trad. Rafael Faraco Benthien; Miguel Soares Palmeira. São Paulo: Edusp, 2021.

MEL'ČUK, I. **Semantics: From meaning to text. v. III**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2015.

MELO, M. A. F.; BRASCHER, M. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de dahlberg e hjarland. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2014.

MILANI, S. O.; GUIMARAES, J. A. C. Problemas relacionados a biases em sistemas de organização do conhecimento: perspectivas para a representação de assunto. IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia, v. 3, n. esp, 2014.

MILANI, S. E. **Relato da obra de Ferdinand de Saussure**. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2016.

MILLER, A. **Filosofia da linguagem**. Trad. Evandro Luis Gomes, Christian Marcel de Amorin, Perret Gentil Dit Maillard. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2010.

MONACO, V. P. De la simplicidade lógica a la simplicidade ontológica de Quine: Crónica de um trânsito interruptus. **Apuntes Filosóficos**, v.8, n.1, p. 139-150, 2001.

MONTEIRO, S. D. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 2, n. 2, 2007.

MORAES, I. S.; MOREIRA, W. Os conceitos de sistemas de organização do conhecimento e linguagens documentárias: análise de domínio. **Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação**; v.19, n.19, p. 957-975, 2018.

MORAES, J. B. E.; SABBAG, D. Perspectivas para a análise documental de textos narrativos de ficção. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 13, 2012.

MORAES, S. C. B.; ALMEIDA, C. C. Informação e evolução de interpretantes em peirce: contribuições para ciência da informação. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 18, v. 18, 2017.

MOREIRA, W. Relações conceituais como elementos constitutivos essenciais dos sistemas de organização do conhecimento. **Informação & Informação**, v. 24, n. 2, 2019.

MORRIS, C. W. **Fundamentos da teoria dos signos**. São Paulo Livraria Eldorado Tijuca; Edusp, 1976.

MOTA, D. A. R.; KOBASHI, N. Y. Web semântica e web pragmática: discussão crítica sobre versionamento na web e limites conceituais. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 9, n. 2, 2016.

MOURA, J. V.; ALMEIDA, C. C. Semiótica, música e organização do conhecimento: contribuindo para o debate. **Ciência da Informação em Revista**, v. 6, n. 1, 2019.

MOURA, M. A. Semiótica e mediações digitais: o processo de criação e recepção de hipermídias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2003.

MOURA, M. A. Ciência da informação e semiótica: conexão de saberes 10.5007/1518-2924.2006v11nesp3p1. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v., n. esp. 2. sem., 2006.

MOURA, M. A. Interoperabilidade semântica e ontologia semiótica: a construção e o compartilhamento de conceitos científicos em ambientes colaborativos online. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 165-179, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011v16n2p165 Acesso em: 25 abr. 2024.

MOURA, M. A.; SILVA, A. P. Identificação e análise das contribuições da semiótica e da semiologia para a construção de linguagens de indexação -1998 –2000. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 4, 2000.

MOURA, M. A.; SILVA, A. P.; AMORIM, V. R. A concepção e o uso das linguagens de indexação face às contribuições da semiótica e da semiologia. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93116>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MÜLLER, A. L. P.; VIOTTI, E. C. Semântica formal. In.: **Introdução à Linguística II: princípios de análise**. José Luiz Fiorin (Org.). 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MURPHY, G. L. **The big book of concepts**. Massachusetts: The MIT Press/A Bradford Book, 2002.

NARANJO, E. S. **Metodología, de la investigación científica**. Las Tunas: Editorial Académica Universitaria (EDACUM), 2014.

NASCIMENTO, F. M. S.; PINHO, F. A. Sistemas de organização do conhecimento: semelhanças e diferenças. Convergência em Ciência da Informação, v. 2 n. 3, n. 3, 2019.

NEGRÃO, E.; SCHER, A.; VIOTTI, E. A competência linguística. In: **Introdução à Linguística**. José Luiz Fiorin (Org.). 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

NEURATH, O. Wissenschaftliche Weltauffassung Sozialismus und Logischer Empirismus. Trad. Wiener Kreis. **Centro de estudos de Filosofia analítica**, pp. 81-101, 1995.

NEVES, M. H. M. **Gramática funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2018.

NICOLINO, M. E. V. P.; FERNEDA, E. Um Método para a Utilização de Ontologias na Indexação Automática. **Informação & Tecnologia**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 13–33, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/21157>. Acesso em: 5 jul. 2024.

NÖTH, W. **Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

NÖTH, W. **A semiótica no século XX**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

NÖTH, W.; SANTAELLA, L. **Introdução à semiótica: passo a passo para compreender os signos e a significação**. São Paulo: Paulus, 2017.

NUBIOLA, J. Raíces pragmáticas de la filosofía analítica [en línea]. **Sapientia**, 67, pp. 229-230, 2011. Disponible en: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/raices-pragmaticas-filosofia-analitica-nubiola.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

OLIVEIRA, L. P.; CUNHA, T. M.; VIEIRA, A. P. F. A política de indexação nas produções científicas brasileiras em Ciência da Informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 4–25, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/640>. Acesso em: 5 jul. 2024.

OLIVEIRA, L. P. et al. Política de indexação em periódicos da ciência da informação: um estudo das diretrizes para atribuição de palavras-chave aos artigos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 4, p. 140-169, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/153062>. Acesso em: 08 jan. 2023.

OLIVEIRA, M. A. **Reviravolta Linguístico-Pragmática na filosofia contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

OLIVEIRA, R. P. **Semântica formal: uma breve introdução**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

OLIVEIRA, R. P. Semântica. In: **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v.2. Mussalim, F.; Bentes, A. C. (Org.). 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, L. A. **Manual de semântica**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

OTLET, P. **Tratado da documentação: o livro sobre o livro, teoria e prática**. Trad. Taiguara Villela Aldabalde et al. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

PANDO, D. A. **Epistemologia da organização da informação: uma análise de sua cientificidade no contexto brasileiro**. 2018. 463 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2018.

PARRET, H. **Semiotics and Pragmatics: an evaluative comparison of conceptual frameworks**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1983.

PARRET, H. **Enunciação e pragmática**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PARRET, H. **The Aesthetics of Communication**. Ohio: Springer-Science+Business Media, B.V., 1993.

PASQUINELLI, A. **Introduzione a Carnap**. Firenze: Editori Laterza, 1972.

PAVARINA, E. C. O percurso gerativo de sentido aplicado à indexação de tira. Informação em Pauta, v. 7, n. 00, 2022.

PAVARINA, E. C.; ROSA, G. T.; ALMEIDA, C. C. A semiótica nos cursos de biblioteconomia no brasil: um levantamento dos conteúdos e das correntes teóricas a partir dos currículos. Revista EDICIC, v. 2, n. 2, 2022.

PAVARINA, E.; MARTINES, A. R. Representação da informação: elaboração de objetos informacionais a partir de análise sob a semiótica plástica. Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal), v., n. 18, 2022.

PAVARINA, E. C.; ZAFALON, Z. R. Catalogação de histórias em quadrinhos à luz da semiótica da cultura. Palavra Chave (Argentina), v. 12, n. la plata, 2022.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **Análise de discuro**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PEIRCE, C. S. (1931-1958) **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Ed. by C. Hartshorne and P. Weiss (v. 1-6); A. Burks (v. 7-8). Cambridge, MA: Harvard University Press. v.8, 1994.

PEIRCE, C. S. **Ilustrações da Lógica da Ciência**. 2. ed. Trad. Renato Rodrigues Kinouchi. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PEIRCE, C. S. **Philosophical Writings of Peirce**. New York: Dover Publications, INC., 2020.

PIETROFORTE, A. V. S.; LOPES, I. C. Semântica Lexical. In.: **Introdução à linguística II: princípios de análise**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PINKER, S. **Visual Cognition**. Massachusetts: The MIT Press, 1985.

PINKER, S. **The Language Instinct: The new Science of Language and Mind**. London: Penguin Books, 1995.

PINKER, S. **Language learnability and language development**. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

PINKER, S. **Word and rules: the ingredients of language**. New York: Basic Books, 1999.

PINKER, S. **O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINKER, S. **Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana**. Trad. Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PINKER, S. **Learnability and cognition: the acquisition of argument structure**. London: The MIT Press, 2013.

PINKER, S. **Language, cognition, and human nature**. New York: Oxford University Press, 2013.

PINTO, J.; CASA NOVA, V. **Algumas semióticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

POLGUÈRE, A. **Lexicografia e semântica lexical: noções fundamentais**. Trad. Sabrina Pereira de Abreu. São Paulo: Contexto, 2018.

POPPER, K. R. A lógica das ciências sociais. Conferência de abertura das Jornadas da Sociedade Alemã de Sociologia. **Kbiner Zeáschriftfür Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 14, n. 4, caderno 2, p. 233-248. Tübingen, 1961.

PORTELA, J. C. Semiótica midiática e níveis de pertinência. In. Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz e Jean Cristtus Portela (Orgs.). **Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias**. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 95-115.

PORTELA, J. C.; SCHWARTZMANN, M. N. A noção de gênero em Semiótica. In. Portela, J. C. et al (Org.). **Semiótica: identidade e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-95.

QUINE, W. V. O. **Methods of Logic**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1959.

QUINE, W. V. O. **From a logical point of view**. New York: Harper & Row Publishers, 1963.

QUINE, W. V. O. **Elementary Logic**. New York: Harper Torchbooks, 1965.

QUINE, W. V. O. **Theories and Things**. Massachusetts: Harvard University Press, 1982.

QUINE, W. V. O. **Philosophy of Logic**. 2. ed. Massachussetts: Harvard University Press, 1986.

QUINE, W. V. O. **Word & Object**. Massachussetts: The MIT Press, 2013.

RAPPAPORT HOVAV, M.; DORON, E.; SICHEL, I. **Lexical Semantics, syntax and evento structure**. New York: Oxford University Press, 2010.

RASTIER, F. **Meaning and textuality**. Toronto: University of Toronto Press Incorporated, 1997.

REDIGOLO, F. M.; ALMEIDA, C. C. Algumas contribuições da perspectiva filosófico-semiótica de peirce para a análise de assunto. **DataGramZero**, v. 13, n. 3, 2012.

REIS, M. C.; ALMEIDA, C. C.; FERNEDA, E. A questão dos métodos de análise semiótica: contribuições à ciência da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, n., 2020.

REIS, P.; ALMEIDA B.; ROSA, A. R.; LION, S. Dahlberg e a teoria do conceito como contributo para a ciência da informação. **Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação**; v. 23, 2023.

RIBEIRO, P. N. Semântica Conceitual. In.: **Manual de linguística: Semântica, Pragmática e Enunciação**. Romero *et al.*, Petrópolis: Vozes, 2019.

ROBREDO, J. Indexação automática de textos: uma abordagem otimizada e simples. **Ciência da Informação**, v. 20, n. 2, p. 130-136, 1991. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v20i2.348>. Acesso: 8 de julho de 2024.

RODRIGUES, J.; CARICATTI, A. A pragmática no contexto da identificação de autoria de textos. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 1, 2009.

ROSCH, E. Natural categories. **Cognitive Psychology**, n. 4, p. 328-350, 1973.

ROSCH, E. Cognitive reference points. **Cognitive Psychology**, n. 7, p. 532-547, 1975a.

ROSCH, E. Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology: General*, n. 104, p. 192-233, 1975b.

ROSCH, E. Basic objects in natural categories. **Cognitive Psychology**, n. 8, p. 382-439, 1976.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23460>. Acesso em: 5 jul. 2024.

SABBAG, D.; MORAES, J. B. E. Contribuições do percurso gerativo de sentido para a leitura documentária de textos narrativos de ficção. **Isko brasil**; v.3, n.1, 2015.

SALDANHA, G. S. Entre o silêncio e o alarido: wittgenstein na ciência da informação. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v.9, 2008.

SALDANHA, G. S. Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da ciência da informação: uma leitura em diálogo com wittgenstein. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, 2009.

SALES, R. A Organização do Conhecimento na Comunidade Científica Brasileira da Ciência da Informação: uma investigação no âmbito da ISKO-Brasil. En: **XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal**, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia.

SANTAELLA, L. **Estética: de Platão a Peirce**. São Paulo: Experimento, 1994.

SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: editora Ática, 1995.

SANTAELLA, L. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTAELLA, L. **Charles Sanders Peirce: Excertos**. São Paulo: Paulus, 2020.

SOUZA, K. M. C.; ALMEIDA, C. C. As contribuições da semiótica para o processo de condensação documental. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 18, v. 18, 2017.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de organização do conhecimento. In: ALVARES, L. (org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. cap. 2, p. 49-118.

SCHMITZ, F. **Wittgenstein**. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

SCHWARZ, M. **Teoria cognitiva da semântica e realidade neuropsicológica: aspectos inerentes à representação e à elaboração de competência semântica**. Trad. Giancarlo Stefani. Manaus: EDUA/Uninorte, 2006.

SEARLE, J. R. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. **Tha Philosophical Review**, v.77, n.4, p. 405-424. URL :<http://links.jstor.org/sici?sici=0031-8108%28196810%2977%3A4%3C405%3AAOLAIA%3E2.0.CO%3B2-5>, 1968.

SEARLE, J. R. **Actos de habla: Ensayo de filosofía del lenguaje**. Trad. Luís M. Valdés Villanueva. 3ª ed. Madrid: Cátedra, 1990.

SEARLE, J. R. **La construcción de la realidad social**. Trad. Antoni Domènech. Barcelona: Paidós, 1997.

SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. Trad. Julio Fischer; Tomás Rosa Bueno. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEARLE, J. R. **Mind: A Brief Introduction**. New York: Oxford University Press, 2004.

SEARLE, J. R. **A redescoberta da mente**. Trad. Eduardo Pereira Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SEARLE, J. R. **Liberdade e neurologia: reflexões sobre o livre-arbítrio, a linguagem e o poder político**. Trad. Constancia Maria Egrejas Morel. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SEGATTO, A. I. **Wittgenstein e o problema da harmonia entre pensamento e realidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

SHOOK, J. R. **Os pioneiros do pragmatismo americano**. Trad. Fabio M. Said. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVEIRA, L. B. Três Espécies de Bem: Three Kinds of Goodness. **Cognitio**. v.4, n.1, p. 60-79, 2003.

SILVEIRA, L. F. B. **Curso de Semiótica Geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: **Métodos de Pesquisa**. Tatiana Engel Gerhardt ; Denise Tolfo Silveira (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SMIRAGLIRA, R. P. About Knowledge Organization: an editorial. **Knowl. Org.** v. 32, n.4, p. 139-140, 2005.

SMIRAGLIA, R. P. Knowledge organization: some trends in an emergent domain. **El profesional de la información**, v. 21, n. 3, p. 225-227, 2012. <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2012.may.01>. Acesso em 27 mar 2024.

SMIRAGLIA, R. P. Domain Coherence Within Knowledge Organization: People, Interacting Theoretically, Across Geopolitical and Cultural Boundaries. **Proceedings of the Annual Conference of CAIS / Actes du congrès annuel de l'ACSI**, [S. l.], 2013. DOI: 10.29173/cais601. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/ojs/cais-acsi.ca/index.php/cais-ascii/article/view/601>. Acesso em: 27 mar. 2024.

SMIRAGLIA, R. P. **The elements of Knowledge Orgazation**. New York: Springer, 2014.

SOWA, J. F. Conceptual Structures: Information processing in mind and machine, system programming series. **Knowledge systems Laboratory**. Stanford University, 1984.

TÁLAMO, M. F. G. M. Lingüística documentária: delimitação do campo e conceitos teóricos e metodológicos. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 3, 1997.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G. O campo da linguística documentária. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 203-211, set./dez. 2006.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. L. G. Interface entre linguística, terminologia e documentação. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/brajis.v3i2.361>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

TALMY, L. **Toward a Cognitive Semantics**. Massachusetts: The MIT Press, 2000.

TALMY, L. **Toward a Cognitive Semantics**. v. II. Typology and Process in Concept Structuring. Massachusetts: The MIT Press, 2003.

TALMY, L. **The targeting system of language**. Massachusetts: The MIT Press, 2017.

TAMBA, I. **A semântica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

TARSK, A. **Logic, Semantics, Metamathematics: Papers from 1923 to 1938**. New York: Oxford: At the Clarendon Press, 1956.

TARSK, A. **Alfred Tarski: Collected Papers, volume 1, 1921-1934**. Boston: Contemporary mathematicians, 1986.

TARSK, A. **Introduction to Logic and to the Methodology of the Deductive Sciences**. 4ª ed. New York: Oxford University Press, 1994.

TARSK, A. **A concepção semântica da verdade**. Trad. Celso Braída et al. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

TATIT, L. A abordagem do texto. In: **Introdução à Linguística**. José Luiz Fiorin (Org.). 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

TEIXEIRA COELHO NETO, J. **Semiótica, Informação e Comunicação**: Diagrama da Teoria do Signo. São Paulo: Perspectiva, 1980.

TENNY, C. **Aspectual roles and the syntax-semantics interface**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994.

TERRA, M. V. S. C.; ALMEIDA, C. C.; SABBAG, D. M. A. Análise do discurso francesa na organização da informação e do conhecimento no brasil: considerações epistemológicas à análise documentária. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n., 2019.

TOLARE, J. B.; FUJITA, M. S. L. A competência informacional do bibliotecário no processo de indexação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 1–25, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1626>. Acesso em: 5 jul. 2024.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. Rodolfo Ilari. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ULLMANN, S. **La Semantica: Introduzione alla scienza del significato**. Trad. Anna Baccarani e Luigi Rosiello. Bologna: IL MULINO, 1966.

VAN DIJK, T. A. Semántica del discurso e ideología. Trad. Cristina Perales. **Discurso & Sociedad**, v.2, n.1, pags. 201-261, 2008.

VAN DIJK, T. A. **Discourse and Knowledge: a sociocognitive approach**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2014.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. Trad. Judith Hoffnagel; Karina Falcone. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. Trad. Ingedore V. Koch. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2019a.

VAN DIJK, T. A. **El discurso como interacción social: Estudios del discurso: introducción multidisciplinaria II**. Trad. José Angel Alvarez et al. Barcelona: Gedisa editorial, 2019b.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2020.

VANZ, S. A. S. A normalização no contexto da organização da informação. In: FERREIRA, G. I. S. (org.); BONOTTO, M. E. K. K. (org.). **Organização da informação: textos didáticos**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2020.

VARGAS, D. F.; LANN, R. H. V. D. A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesouros. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n. 1, 2011.

VENANCIO JUNIOR, O. A.; CAFE, L. M. A. Elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos sob a perspectiva da semiótica de Charles Sanders Peirce: uma contribuição aos estudos da representação da informação em Ciência da Informação. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 12, v. 01, 2016.

VENDLER, Z. **Linguistics in philosophy**. London: Cornell University Press Ltda., 1967.

VENDLER, Z. **Adjectives and Nominalizations**. Paris: The Hague, 1968.

VENDLER, Z. **Res Cogitans: na Essay in Rational Psychology**. London: Cornell University Press, 1972.

VENDLER, Z. **The matter of minds**. New York: Oxford Clarendon Press, 1984.

VIANA, J. M. A.; DALEVEDOVE, P. R.; GRACIOSO, L. S. Observações pragmáticas na indexação social. **Isko brasil**; v.6, n.1, 2019.

VIEIRA, A. P. F.; OLIVEIRA, L. P.; CUNHA, T. M. Incursões sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas. **Informação em Pauta**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 28–49, 2017. DOI: 10.32810/2525-3468.ip.v2i1.2017.6542. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/6542>. Acesso em: 5 jul. 2024.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Trad. José Cipolla Neto et al. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKII, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Trad. Maria da Pena Villalobos, 16. ed. São Paulo: Ícone, 2017.

VIÑAO, V. Quine: um giro interpretacionista y pragmático em la filosofía analítica del positivismo lógico. **Discussões Filosóficas**, v.8, n.11, p. 81-94, 2007.

VITORINI, E. F.; MOREIRA, W. **Avaliação de linguagem documentária em bibliotecas acessíveis**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2013. **Anais [...]** XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2013.

VOGEL, M. J. M. A evolução do conceito de linguagem documentária: as linhas francesas e brasileiras. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 8, v. 08, 2007.

VOGEL, M. J. M. **A noção de estrutura linguística e de processo de estruturação e sua influência no conceito e na elaboração de linguagens documentárias**. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI:10.11606/D.27.2007.tde-17032008-104245. Acesso em: 2 julho 2024.

VOGEL, M. J. M. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documental. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. spe, p. 80-92, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362009000400006>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 julho 2024..

VOLLI, U. **Manual de Semiótica**. Trad. Silva Debetto C. Reis. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WACHOWICZ, T. C. Semântica Lexical. In.: **Semântica, semânticas: uma introdução**. (Orgs.) Celso Ferreira Junior; Renato Basso. São Paulo: Contexto, 2019.

WAGNER, P. **Carnap's logical syntax of language**. Paris: Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne IHPST, 2009.

WEISS, L. C. Relações semânticas em tesauros: um estudo da abordagem pragmática. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 20, n. 43, 2015.

WEISS, L. C.; BRASCHER, M. Relações semânticas em tesauros: contribuições da abordagem pragmática. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 7, n. 2, 2016.

WEISS, L. C.; BRASCHER, M. Pragmática na organização do conhecimento. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v.15, 2014.

WILSON, D.; SPERBER, D. La teoría de la relevancia. **Revista de Investigación Lingüística**, v.7, n.1, p 237-286, 2004.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopez dos Santos. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

ZILBERBERG, C. **Razão e poética de sentido**. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.